

CONEXÃO

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR DA AEMS

volume

ANO 07 Nº 01
JANEIRO - DEZEMBRO DE 2010
ISSN 1807-1414

CONEXÃO

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR DA AEMS

volume

**ANO 07 N° 01
JANEIRO - DEZEMBRO DE 2010
ISSN 1807-1414**

DIRETORIA GERAL

Prof^a. Maria Lúcia Atique Gabriel

DIRETOR ACADÊMICO

Prof. Edmo Gabriel

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Prof. Alexandre Costa

Prof. Paulo César Ferreira

PLANEJAMENTO VISUAL E GRÁFICO

Bruno Sperigonne

César Bechara

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Alexandre Costa

Prof^a. Alini Daniele Viana Sabino

Prof^a. Amanda C. Martins de Oliveira

Prof^a. Andréia Regia Nogueira Rego

Prof. César de Mello Bechara

Prof. Cristiano Pereira da Silva

Prof^a. Deise Elisabete de Souza

Prof^a. Denise Beatriz Rack Almeida

Prof. Donizete Maciel da Silva

Prof. Edmo Atique Gabriel

Prof. Elcio Bauth de Rezende

Prof^a. Elisângela Citro Turci

Prof^a. Fernanda Fumagalli

Prof^a. Graciela Junqueira de Abreu

Prof. Jehu Vieira Serrado Junior

Prof. José Augusto Necchi Junior

Prof^a. Karina de Oliveira Vasconcelos

Prof^a. Lara Belmudes Botcher

Prof. Luciano Garcia Lourenção

Prof^a. Luziane Bartolini Albuquerque

Prof^a. Maria Angélica Pedro

Prof^a. Natalia Martin

Prof. Paulo César Ribeiro Martins

Prof^a. Patrícia de Oliveira

Prof^a. Patrícia de C. Damy Benedetti

Prof^a. Rita Karina Santana

Prof. Roberto Della Rosa Mendez

Prof^a. Samara Ernandes

Prof^a. Silvia Messias Bueno

Prof^a. Tatiane Ferreira Petroni

Conexão - Três Lagoas - MS

Ano 07/n.1.p. 1 Jan. - Dez./2010

ISSN 1807-1414

Periodicamente Anual

Tiragem: 1500

Endereço para correspondência:

Av. Ponta Porã, 2750 - Distrito Industrial -

Três Lagoas - MS - CEP 79610-320

site: <http://www.aems.com.br>

Telefone: (67) 2105 6060

APRESENTAÇÃO

Em seu Sétimo ano de publicação a Revista Conexão firmou-se como veículo de divulgação dos trabalhos científicos desenvolvidos no âmbito das Faculdades Integradas de Três Lagoas. Como atividade representativa dos trabalhos de iniciação científica e pesquisa, de acadêmicos e professores, demonstra algumas das linhas pedagógicas dos cursos.

Em respeito a sua missão de estímulo à pesquisa e de disseminação do conhecimento científico em prol do desenvolvimento regional, as Faculdades Integradas de Três Lagoas, mantidas pela AEMS, - Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul, mantém a sua tradição de ensino de superior qualidade.

Assim, mais uma vez temos a honra de oferecer ao público um conjunto de textos elaborados com rigor metodológico, os quais refletem a preocupação humana e social de nossos pares.

Dr. Edmo Gabriel
Diretor Acadêmico

Sumário

CONEXÃO *Saúde*

UMA ABORDAGEM BIOTECNOLÓGICA, BIOÉTICA DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS NO BRASIL Cristiano P. da Silva, Erli de Souza Bento e Laís Anahí de Paula Souza	12
UMA “SINAPSE” CIENTÍFICA: A NEUROCIÊNCIA ENCONTRA A PSICOLOGIA Rui Mateus JOAQUIM, Flávio Francisco do NASCIMENTO e Tânia Gracy MARTINS DO VALLE	24
FRUTAS BRASILEIRAS NA GASTRONOMIA BARBOSA, Wladimir Stein	32
A SÍNDROME DO PIRIFORME ASSOCIADA AS ALTERAÇÕES POSTURAIS NO PÓS-PARTO E PROPOSTA DE TRATAMENTO COM ONDAS CURTAS E TERAPIA MANUAL Aynhane Tailla Ferreira Lima, Tatiana Martins Rodrigues e Caroline de Freitas Fiúza	40
O CONSUMO DE ÁLCOOL E AS CONSEQUÊNCIAS DESSE USO NO ADOLESCENTE Patrícia Santos Teixeira e Carla Patrícia Macerou Lomba	46
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO PACIENTE RENAL CRÔNICO EM TRATAMENTO DIALÍTICO Mariana Crepaldi de OLIVEIRA	56
A PRIVAÇÃO MATERNA: EFEITOS PSICOSSOCIAIS Alini D. Viana Sabino, Eduardo Barbuio, Ana Luísa Quatrina e Natália Delgado Ferreira	66
PREVALÊNCIA DE DORT ENTRE EQUIPE DE ENFERMAGEM HOSPITALAR. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA Flávia Renata da Silva ZUQUE, Maria Angelina da Silva ZUQUE, Alice Mizue Inumaru e Lair Ferreira de Oliveira Filho	76
EXERCÍCIOS PASSIVOS EM INDIVÍDUOS QUE SOFRERAM AVE COMO UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO Jaqueline Moreira Rabelo e Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior	84
COMPARAÇÃO DAS FREQUÊNCIAS CARDÍACAS DE TREINAMENTO OBTIDAS POR DIFERENTES MÉTODOS PARA JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL Mariana Ferreira da Silva e Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior	90
APLICAÇÃO DO TREINAMENTO DE FORÇA NO DIABETES TIPO II Christiano B. Urtado, Claudio O. Assumpção, Hamilton Passos e Jose Bechara Neto	94
SEXUALIDADE EM MULHERES NO CLIMATÉRIO: UM DESAFIO TRANSCULTURAL NO CUIDADO DE ENFERMAGEM Fernanda Marega N. de Souza, Jullyanna Moraes Rosa e Maria Angelina da Silva Zuque	106
OBESIDADE INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO Christiano B. Urtado, Luciano Barbosa, Ramizzei B. dos Santos, Claudio O. Assumpção e José Bechara Neto	114

NOTA CIENTÍFICA: A EFICIÊNCIA DA MOLÉCULA DE ÁGUA NOS PROCESSOS METABÓ-
LICOS CORPORAIS **134**

Fábio S. Soller, Gilmar S. Soares e Cristiano Pereira da Silva

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO COM 3 DAS FORMAS DIFE-
RENTES DE APLICAÇÃO DE CALOR SUPERFICIAL **142**

Ivaneide dos Santos, Claudia Helena Santana Jorge e José Augusto Necchi Jr.

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CADEIAS MUSCULARES EM IDOSOS COMO PROPOSTA
DE TRATAMENTO **152**

Amanda L. S. Zuque, José Augusto Necchi Jr. e Deise Elisabete. Souza

FELIZES PARA SEMPRE: UM ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE A UNIÃO ESTÁVEL **158**

Paulo César Ribeiro Martins, Tânia Maria José Aiello-vaishberg, Mileni Araújo Servilla e
Paula Lidiane Ribeiro

AValiação DO RISCO DE LOMBALGIA EM FUNCIONÁRIOS DE UM FRIGORÍFICO **168**

Fabiana Buzzo Ribeiro, Viviane Guedes Freitas e José Augusto Necchi Junior

AValiação DA SENSIBILIDADE EXTEROCEPTIVA COM APLICAÇÃO DE TENS, CRIOTERA-
PIA E TENS ASSOCIADA À CRIOTERAPIA **172**

Márcia Bernardes Cascapera, Fernanda Santos Pasquini, Deise Elisabete de Souza e
José Augusto Necchi Junior

ANÁLISE DA PRESENÇA DE ALTERAÇÕES ELETROCARDIOGRÁFICAS EM ATLETAS PRO-
FISSIONAIS - CORAÇÃO DE ATLETA **176**

Jéssica Andrielly Soares Pereira e José Augusto Necchi Junior

MELHORA DO RENDIMENTO ESPORTIVO PELO USO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS **180**

POR ALUNOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO EM ACADEMIAS DA CIDADE DE PIRA-
CICABA

José Bechara NETO, Jonato PRESTES e Christiano Bertoldo URTADO

CONEXÃO *Humana*

TEORIA DO CONSTRUTIVISMO COMO PROPOSTAS EDUCATIVAS NAS PRÁTICAS LABO-
RATORIAIS E DINÂMICAS AMBIENTAIS NO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS PARA AS
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL **188**

Nayla Marçon da SILVA e Prof. Dr. Cristiano Pereira da SILVA

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLA-
RA/MS **200**

Ellen Patrícia Milhan Freschi, Joana Maria Matos Machado e Lidiane Antônia Ferreira

BREVES NOÇÕES A RESPEITO DA GUARDA COMPARTILHADA **220**

Adailson Moreira, Renata Longo, Eliana de Souza Fernandes Zuque, Zélia Teodoro Dias
e Erli de Souza Bento

Sumário

FESTA DO BON-ODORI COMO FOMENTO À ATIVIDADE TURÍSTICA Pâmela Rigolo Lima e Silvânia de Fátima Bersani	226
A IMPORTÂNCIA DA HOSPITALIDADE NO SETOR HOTELEIRO Fabiana Elias Padilha e Luziane Bartolini Albuquerque	232
TURISMO E IDENTIDADE CULTURAL Magda Fernandes da Silva, Samira Gama Silva e Bruna Carla de Sousa Silva	246
AS CONDIÇÕES ATUAIS DA CIDADE PARA RECEBER O CRESCIMENTO POPULACIONAL E INDUSTRIAL Márcio Vinícius Guimarães do Vale e Luziane Bartolini Albuquerque	258
LAZER E RECREAÇÃO NO REASSENTAMENTO PORTO JOÃO ANDRÉ Regiane D Carmem Puci Alves e Ana Paula Noemy Dantas Saito	264
TURISMO, LAZER E TERCEIRA IDADE Vivian Cristina de Souza Gonçalves e Luziane Bartolini Albuquerque	270
PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CONSERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL Jacqueline Santa Rosa da Silva, Silvânia de Fátima Bersani e Rennã Buzachero Santos	276
ECETUR: A IMPORTÂNCIA DO ECETUR Vivian Cristina de Souza Gonçalves e Luziane Bartolini Albuquerque	280
TURISMO: UMA DISCUSSÃO SOBRE VALORES DE USO E VALORES DE TROCA Samira Gama da SILVA e Silvânia Fátima Bersani	286
AS RELAÇÕES ENTRE AS INDÚSTRIAS DE TRÊS LAGOAS-MS NO CONTEXTO DE TERRITORIALIDADE: UM ESTUDO COM PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL Patrícia de Oliveira	294
TURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL Maria Luzia Lomba de Souza	308
APÓRTE TEÓRICOS SOBRE O PLANEJAMENTO TURÍSTICO: O CASO DE TRÊS LAGOAS – MATO GROSSO DO SUL Simone Gomes Silva e Luziane Bartolini Albuquerque	316
DA VILA PORTO JOÃO ANDRÉ AO REASSENTAMENTO NOVA PORTO JOÃO ANDRÉ: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO SOCIAL Regiane D'Carmem Puci Alves e Luziane Bartolini Albuquerque	322
AS VARIAÇÕES DIALETAIS E O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO Eduardo Barbuio	328
O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – A CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSÃO Luana Oliveira da Silva, Silvana de Fátima Bersani e Nair Yayoi Haikawa	336

O PAPEL DOS AGENTES NA COMUNIDADE DE ARTESÃOS EM TRÊS LAGOAS-MS, COMO INSTRUMENTOS IMPULSIONADORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL Elisângela de A. Alcalde, Maria Augusta de Castilho e Cleonice Alexandre Le Bourlegat	356
POUSADA DO TUCUNARÉ – TRÊS LAGOAS/MS: UM ESTUDO DA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES PARA UMA OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Rennã dos Santos Buzachero	378
A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO Thiago Agenor dos Santos de Lima	404
MITO MUSICADO E MÚSICA MÍTICA: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DA OBRA DE RICHARD WAGNER Maria Raquel da Cruz Duran	416
PLANEJAMENTO FAMILIAR: DIREITO DE CIDADANIA, TRÊS LAGOAS/MS – 2007 Flávia Renata da Silva ZUQUE, Maria Angelina da Silva ZUQUE e Fabrícia Tatiane da Silva ZUQUE	424
UNIVERSIDAD SAN CARLOS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DOUTORADO Antonio Gonçalves Lima e Hercules Farnesi da Costa Cunha	432
GÊNEROS TEXTUAIS EM AMBIENTES MEDIADOS POR TECNOLOGIA VIRTUAL: CARACTERÍSTICAS DOS BLOGS E VIDEOBLOGS César Bechara e Eduardo Barbuio	444

CONEXÃO *Lógica*

MODELO MATEMÁTICO PARA OTIMIZAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA Mariellen Vital da SILVA	450
BLOGS: AS RELAÇÕES SOCIAIS PROVENIENTES DO AMBIENTE VIRTUAL AO DISCUTIR A IDENTIDADE Maria Raquel da Cruz Duran	462



CONEXÃO

Saúde

UMA ABORDAGEM BIOTECNOLÓGICA, BIOÉTICA DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS NO BRASIL

Prof. Dr. Cristiano P. da Silva¹

Profa. Laís Anahí de Paula Souza³

Profa. Msc. Erli de Souza Bento²

RESUMO

Células-troncos são células mestras que têm a capacidade de se transformar em outros tipos de células, incluindo as do cérebro, coração, ossos, músculos e pele. Existem outros tipos de células-tronco embrionárias são aquelas encontradas em embriões. Essas células têm a capacidade de se transformar em praticamente qualquer célula do corpo. São chamadas pluripotentes. É essa capacidade que permite que um embrião se transforme em um corpo totalmente formado. Cerca de cinco dias após a fertilização, o embrião humano se torna um blastocisto uma esfera com aproximadamente 100 células. As encontradas em sua camada externa vão formar a placenta e outros órgãos necessários ao desenvolvimento fetal do útero. Já as existentes em seu interior formam quase todos os tecidos do corpo. Estas são as células-tronco de embriões usadas nas pesquisas. As qualidades de transformação das células-tronco podem representar tratamentos para muitas doenças que afetam milhões de pessoas no mundo. Por exemplo, uma injeção de células-tronco no cérebro de um portador de mal de Parkinson pode regenerar as funções dos neurônios do paciente e levar à cura. Outras terapias podem incluir diabete, mal de Alzheimer, derrames, enfartes, doenças sanguíneas ou na espinha e câncer. Com o uso dessas células, os cientistas poderiam testar os efeitos terapêuticos e colaterais de drogas em tecidos humanos, sem ter a necessidade de utilizar animais. As células-tronco poderão também ser usadas no tratamento de problemas genéticos. Para algumas pessoas, como grupos religiosos e antiaborto, a destruição de um embrião é o mesmo que matar um ser humano. Neste contexto, o presente artigo traz uma abordagem biotecnológica e bioética. O contexto da bioética está no fato que a legislação brasileira sobre pesquisas com células-tronco de embriões humanos, já aprovada no Congresso Nacional, permite o uso dessas células para qualquer fim. Mas a lei de Biossegurança aguarda aprovação na Câmara dos Deputados. E muita polêmica ainda pode surgir, já que a Igreja e outros grupos são contra a utilização de células-tronco embrionárias.

PALAVRAS-CHAVE

células-tronco, biotecnologia e bioética

1. INTRODUÇÃO

Células-tronco são as células com capacidade de auto-replicação, isto é, com capacidade de gerar uma cópia idêntica a si mesma e com potencial de diferenciar-se em vários tecidos (HOCHEDLINGER, et al. 2003).

AUTORES

1 Pós-doutorando no Instituto de Biociências, UNICAMP-SP. Pesquisador Científico Nível II da FUNDECT e CNPQ. Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Curso de Biomedicina, Nutrição e Enfermagem.

2 Mestre em Genética e Biol. Molecular pela UNESP-SP. Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Curso de Biomedicina, Fisioterapia e Psicologia.

3 Biomédica, Especialização em Hematologia Clínica, ACT-RP. Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Curso de Biomedicina.

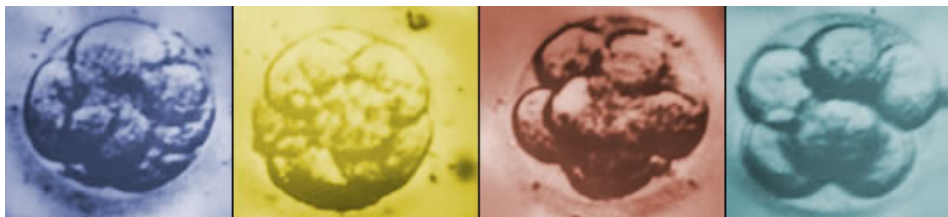


Figura 1. Células-tronco em imagem de microscópio eletrônico. Laboratório de Biologia Celular e Genética Molecular. USP-SP/2009. Prof. Dr. Pedro Keller



Figura 2. Células-tronco em imagem de microscópio eletrônico. Laboratório de Biologia Celular e Genética Molecular. USP-SP/2009. Prof. Dr. Pedro Keller

Este grupo de massa celular, também conhecidas como células estaminais, são indiferenciadas (não possuem uma função determinada) e se caracterizam pela capacidade de se transformar em diversos tipos de tecidos que formam o corpo humano (ZATZ, M.; 2004).

Segundo VARELLA et al. (2005) existem alguns grupos de classificação biotecnológica para os tipos de células-troncos. Dentre elas destacam-se:

a) Quanto ao tipo:

1 - **Células-tronco adultas:** podem ser encontradas em diversas partes do corpo humano. Porém, são mais utilizadas para fins medicinais as células de cordão

umbilical, da placenta e medula óssea. Pelo fato de serem retiradas da próprio paciente, oferecem baixo risco de rejeição nos tratamentos médicos. Apresentam uma desvantagem em relação as células-tronco embrionárias: a capacidade de transformação é bem menor.

2 - **Células-tronco embrionárias:** são aquelas extraídas do animal ainda na fase embrionária. Como característica principal apresentam uma grande capacidade de se transformar em qualquer outro tipo de célula. Embora apresentem esta importante capacidade, as pesquisas médicas com estes tipos de células ainda encontram-se em fase de testes.

b) Quanto a sua classificação, podem ser:

1 - **Totipotentes**, aquelas células que são capazes de diferenciarem-se em todos os 216 tecidos que formam o corpo humano, incluindo a placenta e anexos embrionários. As células totipotentes são encontradas nos embriões nas primeiras fases de divisão, isto é, quando o embrião tem até 16 - 32 células, que corresponde a 3 ou 4 dias de vida;

2 - **Pluripotentes ou multipotentes**, aquelas células capazes de diferenciar-se em quase todos os tecidos humanos, excluindo a placenta e anexos embrionários, ou seja, a partir de 32 - 64 células, aproximadamente a partir do 5º dia de vida, fase considerada de blastocisto. As células internas do blastocisto são pluripotentes enquanto as células da membrana externa destinam-se a produção da placenta e as membranas embrionárias;

3 - **Oligotentes**, aquelas células que se diferenciam em poucos tecidos;

4 - **Unipotentes**, aquelas células que se diferenciam em um único tecido.

Constitui um mistério para os cientistas a ordem ou comando que determina no embrião humano que uma célula-tronco pluripotente se diferencie em determinado tecido específico, como fígado, osso, sangue etc. Porém em laboratório, existem substâncias ou fatores de diferenciação que quando são colocadas em culturas de células-tronco in vitro, determinam que elas se diferenciem no tecido esperado. Um estudo está sendo desenvolvido pela USP para averiguar o resultado do contato de uma célula-tronco com um tecido diferenciado, cujo objetivo é observar se a célula-tronco irá transformar-se no mesmo tecido com que está tendo contato. As células-tronco da pesquisa foram retiradas de cordão umbilical (MITALIPOVA et al. 2003).

c) Quanto a sua natureza, podem ser:

Adultas, extraídas dos diversos tecidos humanos, tais como, medula óssea, sangue, fígado, cordão umbilical, placenta etc. (estas duas últimas são consideradas células adultas, haja vista a sua limitação de diferenciação). Nos tecidos adultos também são encontradas células-tronco, como medula óssea, sistema nervoso e epitélio. Entretanto, estudos demonstram que a sua capacidade de diferenciação seja limitada e que a maioria dos tecidos humanos não podem ser obtidas a partir delas.

Embrionárias, só podem ser encontradas nos embriões humanos e são classificadas como totipotentes ou pluripotentes, dado seu alto poder de diferenciação. Estes embriões descartados (inviáveis para a implantação) podem ser encontrados nas clínicas de reprodução assistida ou podem ser produzidos através da clonagem para fins terapêuticos.

d) Podem ser obtidas:

- **Por Clonagem Terapêutica** é a técnica de manipulação genética que fabrica embriões a partir da transferência do núcleo da célula já diferenciada, de um adulto ou de um embrião, para um óvulo sem núcleo. A partir da fusão inicia-se o processo de divisão celular, na primeira fase 16-32 são consideradas células totipotentes. Na segunda fase 32-64 serão células pluripotentes, blastocisto que serão retiradas as células-tronco para diferenciação, in vitro, dos tecidos que se pretende produzir. Nesta fase ainda não existe nenhuma diferenciação dos tecidos ou órgãos que formam o corpo humano e por isso podem ser induzidas para a terapia celular.

- **Do Corpo Humano** as células-tronco adultas são fabricadas em alguns tecidos do corpo, como a medula óssea, sistema nervoso e epitélio, mas possuem limitação quanto a diferenciação em tecidos do corpo humano.

- **De Embriões Descartados** (inviáveis para implantação) e Congelados nas clínicas de reprodução assistida.

Terapia Celular: tratamento de doenças ou lesões com células-tronco manipuladas em laboratório.

O que é Clonagem Reprodutiva?

É a técnica pela qual se forma uma cópia de um indivíduo. O procedimento baseia-se na transferência do núcleo de uma célula diferenciada, adulta ou embrionária, para um óvulo sem núcleo com a implantação do embrião no útero humano. Já gêmeos univitelino são clones naturais.

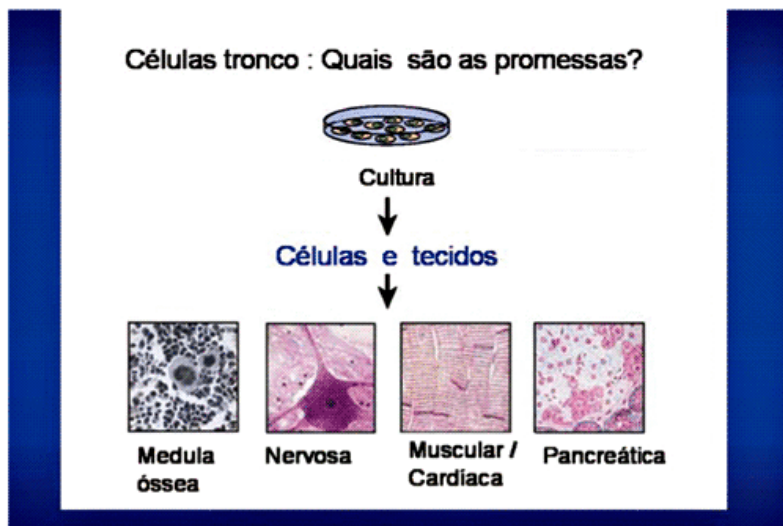


Figura 3. Metodologia biotecnológicas de cultura de células-tronco em Laboratório de Biologia Celular e Genética Molecular. USP-SP/2009. Prof. Dr. Pedro Keller

Terapia celular com outras fontes de células-tronco.

a) Indivíduos adultos

Existem células-tronco em vários tecidos (como medula óssea, sangue, fígado) de crianças e adultos. Entretanto, a quantidade é pequena e não sabemos ainda em que tecidos são capazes de se diferenciar. Pesquisas recentes mostraram que células-tronco retiradas da medula de indivíduos com problemas cardíacos foram capazes de reconstituir o músculo do seu coração, o que abre perspectivas fantásticas de tratamento para pessoas com problemas cardíacos. Mas a maior limitação da técnica, do autotransplante é que ela não serviria para portadores de doenças genéticas. É importante lembrar que as doenças genéticas afetam 3-4% das crianças que nascem. Ou seja, mais de cinco milhões de brasileiros para uma população atual de 170 milhões de pessoas. É verdade que nem todas as doenças genéticas poderiam ser tratadas com células-tronco, mas se pensarmos somente nas doenças neuromusculares degenerativas, que afetam uma em cada mil pessoas, estamos falando de quase duzentas mil pessoas ((HOCHEDLINGER et al. 2003).

b) Cordão umbilical e placenta

Pesquisas recentes vêm mostrando que o sangue do cordão umbilical e da placenta são ricos em células-tronco. Entretanto, também não sabemos ainda qual é o potencial de diferenciação dessas células em diferentes tecidos. Se as pesquisas com células-tronco de cordão umbilical proporcionarem os resultados esperados, isto é, se forem realmente capazes de regenerar tecidos ou órgãos, esta será certamente uma notícia fantástica, porque não envolveria questões éticas. Teríamos que resolver então o problema de compatibilidade entre as células-tronco do cordão doador e do receptor. Para isto será necessário criar, com a maior urgência, bancos de cordão públicos, à semelhança dos bancos de sangue. Isto porque sabe-se que, quanto maior o número de amostras de cordão em um banco, maior a chance de se encontrar um compatível. Experiências recentes já demonstraram que o sangue do cordão umbilical é o melhor material para substituir a medula em casos de leucemia. Por isso, a criação de bancos de cordão é uma prioridade que já se justifica somente para o tratamento de doenças sangüíneas, mesmo antes de confirmarmos o resultado de outras pesquisas ((HOCHEDLINGER et al. 2003).

c) Células embrionárias

Se as células-tronco de cordão tiverem a potencialidade desejada, a alternativa será o uso de células-tronco embrionárias obtidas de embriões não utilizados que são descartados em clínicas de fertilização. Os opositores ao uso de células embrionárias para fins terapêuticos argumentam que isto poderia gerar um comércio de óvulos ou que haveria destruição de “embriões humanos” e não é ético destruir uma vida para salvar outra (ZATZ, 2004).

Vantagens e limitações da Clonagem Terapêutica para a obtenção de células-tronco.

A principal vantagem dessa técnica é a fabricação de células pluripotentes, potencialmente capazes de produzir qualquer tecido em laboratório, o que poderá permitir o tratamento de doenças cardíacas, doença de Alzheimer, Parkinson, câncer, além da reconstituição de medula óssea, de tecidos queimados ou tecidos destruídos etc, sem o risco da rejeição, caso o doador seja o próprio beneficiado com a técnica.

ca. Mas a principal limitação é que no caso de doenças genéticas, o doador não pode ser a própria pessoa porque todas as suas células têm o mesmo defeito genético.

A clonagem para fins terapêuticos não pode reproduzir seres humanos, porque nunca haverá implantação no útero. As células são multiplicadas em laboratório até a fase de blastocisto, 32-64 células, sendo a partir desse estágio manipuladas para formação de determinados tecidos. Além disso, nessa fase o pré-embrião é constituído por um aglomerado de células que ainda não tem sistema nervoso (RHIND et al. 2003).

Atualmente cerca de 5 milhões de brasileiros sofrem com doenças genéticas. As mais conhecidas do grande público são diabetes, Mal de Alzheimer, Mal de Parkinson. Segundo Radovan Borojevic, a terapia com células-tronco tem o potencial de cura destas e de muitas outras doenças: "Pode-se utilizar células-tronco embrionárias para corrigir um organismo geneticamente defeituoso. Ao implantar estas células embrionárias dentro do organismo (após manipulação em laboratório), potencialmente elas terão capacidade de se diferenciar em outras células e terão a capacidade de promover uma regeneração por que elas não vão ter o defeito genético que o resto do organismo tem", explica, afirmando que com a utilização das células-tronco embrionárias será possível criar órgãos sadios e eliminar a necessidade de transplantes, acabando com o sofrimento das longas filas de pacientes que aguardam e muitas vezes morrem esperando a doação de órgãos (ZATZ, 2004).

Esta é a questão-chave quando se fala de terapia com células-tronco e células-tronco embrionárias. Segundo Radovan Borojevic (2005), a vantagem da utilização das células-tronco embrionárias é a grande capacidade de proliferação, já que o embrião é o início da vida. Elas são praticamente ilimitadas. "Todas as nossas outras células contabilizam o tempo. Células de uma pessoa de 20 anos são diferentes de células de uma pessoa de 60. Todas as células tem esta propriedade de envelhecimento e todas se esgotam com 100 anos. Este é o limite de vida biológico do ser humano", ensina. Células retiradas da medula óssea (que formam o sangue) são células-tronco, mas são limitadas já que elas possuem a idade do indivíduo e não são capazes de se diferenciar em todos os tipos de tecido, daí o interesse pela liberação do uso de células-tronco embrionárias (HWANG et al. 2004).

Uma outra fonte importante de células-tronco é o sangue do cordão umbilical e da placenta. "Células do cordão umbilical são equivalentes a da medula óssea, com a vantagem única de que são células de um feto, portanto, novas. Durante a vida

fetal, grande parte destas células crescem no fígado do feto, no momento do parto elas migram do fígado para a medula óssea. No parto uma parte do sangue do feto está dentro da placenta e pode-se guardar estas células através de congelamento”. Esta prática pode ser fundamental no caso do indivíduo desenvolver uma leucemia, por exemplo. As células sadias congeladas podem ser utilizadas eliminando a necessidade de um doador compatível (HOCHEDLINGER et al. 2003).

No caso do tratamento de problemas cardíacos em pacientes que já não respondiam às terapias tradicionais, as células-tronco são retiradas da medula óssea e são injetadas no coração do paciente. Estas células vão se diferenciar no tipo celular necessário. Quando o caso é mais grave e o paciente necessita de um transplante de coração, o procedimento é diferente: Retiram-se células da medula óssea da bacia do paciente (ZATZ, 2004).

No caso dos pacientes com queimaduras graves, as células-tronco são retiradas e levadas para o laboratório onde são manipuladas e preparadas para serem implantadas. Segundo (HOCHEDLINGER et al. 2003), cartilagens e mucosas que sofreram traumatismos graves que não conseguem se regenerar também podem ser tratadas com células-tronco.

As técnicas científicas capazes de manipular a vida humana, de concebê-la in vitro, ou desenvolvê-la pela técnica da clonagem, leva-nos a uma reflexão sobre o que é ser pessoa ou simplesmente, ser humano. Questionamentos éticos e jurídicos ressuscitaram antigas discussões acerca da disposição da vida humana e prometem, neste século, revolucionar antigos conceitos e paradigmas ideológicos acerca do homem e sua natureza. A Bioética, ramo multidisciplinar do conhecimento, responsável pela avaliação das aplicações éticas e morais acerca das ciências da vida, atualmente tem se dedicado à fundamentação da gênese do ser humano ou da pessoa, buscando identificar meios de intervenção nas pesquisas científicas quando consideradas impactantes na vida do homem.

Desse modo, pretendemos trazer à reflexão alguns critérios que têm servido como parâmetro para definição do início da vida humana e a partir daí avaliar a pretensão científica quanto a utilização de embriões humanos, para retirada de células-tronco com finalidades terapêuticas.

Durante décadas da nossa história o conceito de início e fim da vida humana esteve presente nos campos das ciências médicas, biológicas, filosóficas e religiosas, apresentando peculiaridades e noções fundamentais para a construção do conceito de pessoa. Porém a partir da década de 70, com o avanço da ciência no campo

da Reprodução Assistida, mais precisamente no desenvolvimento das técnicas para a realização da fecundação de um óvulo em proveta, várias vezes entoaram seus gritos quanto a viabilidade e a eticidade da manipulação da vida humana embrionária. A partir de então a Bioética, surgiu como mecanismo facilitador desse campo de atuação, enquanto movimento capaz de equacionar racionalmente a necessidade das aplicações das modernas biotecnologias na vida do homem moderno, tornando-se atualmente o meio de estudo mais importante na compreensão dos impactos sociais advindos da biomedicina.

2. INÍCIO DA VIDA BIOLÓGICA

Tempo decorrido	Características	Critério
0 minuto	Fecundação - fusão de gametas	Celular
12 a 24 horas	Fecundação - fusão pró-núcleos	Genotípico estrutura
2 dias	Primeira divisão celular	Divisional
3 a 6 dias	Expressão do novo genótipo	Genotípico funcional
6 a 7 dias	Implantação uterina	Suporte materno
14 dias	Células do indivíduo diferenciadas das células dos anexos	Individualização
20 dias	Notocorda maciça	Neural
3 a 4 dias	Início dos batimentos cardíacos	Cardíaco
6 semanas	Aparência humana e rudimento de todos os órgãos	Fenotípico
7 semanas	Respostas reflexas à dor e à pressão	Senciência
8 semanas	Registro de ondas eletroencefalográficas	Encefálico
10 semanas	Movimentos espontâneos	Atividade
12 semanas	Estrutura cerebral completa	Neocortical
12 a 16 semanas	Movimentos do feto percebidos pela mãe	Animação
20 semanas	Probabilidade de 10%	Viabilidade

3. INÍCIO DA VIDA CIVIL NO CAMPO JURÍDICO

Do ponto de vista jurídico e dentro de uma abordagem sistêmica, com base nos parâmetros fixados nas normas internacionais, tomou-se por base para a realização da presente análise a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, subscrita em 22/11/1969 e a Convenção sobre os Direitos da Criança. No âmbito das normas nacionais, o critério referencial básico para discussão encontra-se previsto no enunciado contido no art. 2º do Código Civil Brasileiro, o qual define “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo os direitos do nascituro desde a concepção”. Dentro deste quadro normativo, podemos depreender duas assertivas que caminham em direções opostas: a (i) corrente natalista: compreende que a personalidade civil da pessoa é iniciada no momento do seu nascimento, sendo neste momento reconhecida a sua capacidade de sujeito de direitos; (ii), a corrente concepcionista: entende que a lei retroage os direitos da pessoa ao momento de sua concepção, sendo reconhecida então a personalidade civil do nascituro (LADRIÈRE, 2000).

Para além deste critério e seguindo a orientação de Vitor Santos Queiroz, a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à vida da pessoa sem fixar o termo “a quo”. Determinou também que as regras de proteção específicas à criança deveriam ser produzidas pelo legislador infraconstitucional, conforme art. 5º, caput, e 227. Nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura no art. 7º “A criança e o adolescente têm direitos à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento(...)”. Participa desse entendimento, Silmara J.A Chinelato, a qual defende a personalidade civil do embrião nascituro, a partir da concepção (HOTTOIS et al. 2001).

4. CONCLUSÃO

Diante das considerações anteriormente expostas, podemos concluir a importância dos estudos biotecnológicos e a sua contribuição na área da saúde. A liberação desses estudos no Brasil, nos grandes centros de pesquisas, contribuirá para solução de patologias genéticas e fisiológicas, colocando o país como centro de referencia na área celular e molecular. No entanto, as definições ora apresentadas devem ser traduzidas em instrumento jurídico adequado, com um único entendimento capaz de proteger à pessoa, de forma a possibilitar o seu nascimento, não cabendo mais o processo ruidoso de anos de discussão e fundamentações de natu-

rezas biológica, filosófica ou religiosa, que não foram capazes, ao longo da história, de definir o que é ser humano ou pessoa, aquele ser ao qual nos identificamos e não subjugamos, como na relação escravista natural aristotélica. A Bioética, como orientadora das ciências da vida e norteadora do novo Direito (o “Biodireito”), deve objetivar o protecionismo da autonomia do sujeito, a partir das novas concepções trazidas pelo avanço tecnológico do século XX, onde a vida humana encontrar-se-á protegida desde sua concepção até sua morte natural, como membro da família humana, reconhecido ainda no seu estágio gestacional, ainda que a concepção se dê fora do útero materno.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOCHEDLINGER, K. e JAENISH, R. “Nuclear Transplantation, Embryonic Stem Cells and the Potential for Cell Therapy”. N. Engl. Journal of Medicine, 349:275-212, 2003.

MITALIPOVA, M.; CALHOUN, J.; SHIN, S.; WININGER, D. et al. “Human Embryonic Stem Cells Lines Derived from Discarded Embryos”. Stem Cells, 21:521-526, 2003.

RHIND, S. M.; TAYLOR, J. E.; DE SOUSA, P. A.; KiNg, T. U. I.; MCGARRY, M. e WILMUT, I. “Human Cloning: Can it be Made Safe?” Nature Reviews, 4:855-864, 2003.

HWANG, S. W.; RYU, Y. J.; PARK, J. H.; PARK, E. S.; LEE, E. G.; KOO, J. M. et al. “Evidence of a Pluripotent Embryonic Stem Cell Line Derived from a Cloned Blastocyst”. Scienceexpress, 12 fev. 2004.

ZATZ, M.. Clonagem e células-tronco. Revista Estudos Avançados. vol.18,/ n.51. São Paulo. P. 120-128, 2004.

LADRIÈRE, J. Del sentido de la bioética. Acta Bioética. v. 2, 199-218, p. 201-202, 2000.

HOTTOIS, G. BIOÉTHIQUE. G. HOTTOIS, J-N. MISSA. Nouvelle encyclopédie de bioéthique. Bruxelles: De Boeck, p. 124-126, 2001.

VARELLA, D. Conhecendo as células-troncos. Revista Estudos Avançados. vol. 19, n.52, São Paulo. P. 45-50, 2005

UMA “SINAPSE” CIENTÍFICA: A NEUROCIÊNCIA ENCONTRA A PSICOLOGIA

Rui Mateus JOAQUIM¹

Tânia Gracy MARTINS DO VALLE³

Flávio Francisco do NASCIMENTO²

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar aspectos entre as eminentes descobertas das neurociências em relação aos fenômenos psicológicos há muito estudado pela psicologia. Um dos pontos básicos dessa apresentação é mostrar sucintamente a relação entre as estruturas anatomofisiológicas ligadas a certos comportamentos humanos conseqüentes da evolução da espécie e do desenvolvimento sócio-afetivo do indivíduo.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema nervoso, psiquismo, relação afetiva, desenvolvimento do indivíduo.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present aspects of the prominent findings of neuroscience in relation to psychological phenomena long studied in psychology. One of the basic points of this presentation is to show briefly the relationship between the anatomical and physiological structures linked to certain human behavior resulting from the evolution of species and the socio-emotional development of the individual.

1 Conexão entre dois neurônios vizinhos, da qual há mais de um tipo, segundo as formações que fazem o contato entre essas células para que se propague o impulso nervoso de uma para outra. Neste caso o termo foi usado como metáfora para indicar a correlação entre a Psicologia e a Neurociência.

AUTORES

² Psicólogo, Mestrando em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela Faculdade de Ciências da UNESP/Bauru - SP, Docente do curso de Psicologia da AEMS.

³ Psicólogo, Especializando em Psicologia da Saúde pela FOA/UNESP/Araçatuba – SP.

⁴ Docente do departamento de psicologia UNESP/Bauru – SP.

1. Introdução

Segundo Searle (1995), nosso cérebro possui propriedades, que ele chama de background² e redes, herdadas geneticamente, capazes de tomarem uma direcionalidade a objetos e a coisas existentes no mundo; a esse processo se dá o nome de intencionalidade da mente. Essa visão, que de certa forma se aproxima da teoria do gene egoísta de Dawkins. (Apud Andrade, 2003), pressupõe a mente como um sistema fechado, mas não desconsidera a plasticidade do sistema nervoso, e sua afinidade na relação com o meio influenciando em grande medida o desenvolvimento cerebral e mental do organismo a partir de estímulos captados do pelas vias sensoriais.

Essa teoria lança luz em um dos principais aspectos e enigma psicanalítico levantado por Freud: o da identificação³. Curiosamente o próprio Freud igualou os instintos de vida e de morte à assimilação e à desassimilação, sem que se tenha desenvolvido a idéia. (Andrade, 2003). Esses instintos nos remetem a idéia de que a matéria orgânica (organismo) surgiu da associação de elementos químicos inorgânicos, principalmente o carbono, (instinto de vida), onde ulteriormente essa associação é desfeita pela morte do organismo (desassimilação-instinto de morte), devolvendo ou retornando ao aspecto inorgânico novamente. Isso faz sentido em um aspecto evolucionista, dizer que a vida do organismo é mantida e desfeita pelo processo de metabolismo. Em uma linha semelhante Francis Crick e James Watson, que descobriram a estrutura helicoidal do DNA⁴, afirmam:

O que você vê não é o que está lá realmente; é o que o seu cérebro acredita estar lá. Em muitos casos, isto corresponderá bem às características do mundo visual diante de você, mas em alguns casos suas “crenças” podem tornar-se enganosas. Ver é um processo construtivo, ativo. Seu cérebro faz a melhor interpretação possível de acordo com sua experiência anterior e a informação limitada e ambígua fornecida por seus olhos. (1994. P. 31. Apud, Andrade.).

2 John Searle defini Background como propriedades, a priori do cérebro, de conteúdos não representacionais da mente.

3 Fenômeno, dentro da Psicanálise, pelo qual o indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa.

4 Molécula encontrada no núcleo da célula que é constituída de genes (responsáveis por todas nossas características orgânicas e pela vida); está estruturada helicoidalmente (dupla hélice ligadas entre si), ou seja, metaforicamente como uma escada retorcida.

Nessa perspectiva, da mente como sistema fechado, “a cognição⁵”, como um estado funcional, pode ser considerada uma propriedade a priori do cérebro; isto é, não tem de ser aprendida. Somente o conteúdo particular da cognição, que se relaciona com aspectos particulares do mundo que nos cerca, deve ser aprendido” (Llinás e Paré, 1996, p.95 apud, Andrade, 2003). Porém, ainda nessa perspectiva, faz-se a ressalva de que esse sistema pode ser considerado parcialmente fechado, já que a plasticidade neural viabiliza em grande medida a abertura desse sistema numa fina relação com o meio.

Essa idéia de plasticidade neuronal⁶ dotado de uma superabundância de interconexões justifica o desenvolvimento cerebral adequado, ou não, dependendo da estimulação ambiental trazendo conseqüências importantes sobre o estudo do desenvolvimento infantil, já que as conexões desenvolvidas no tempo oportuno promoverão, assim como as não desenvolvidas comprometerão, a saúde mental na fase adulta do indivíduo, podendo ter algum tipo de reativação sináptica ulteriormente, melhorando seus comportamentos, embora possa não haver a mesma eficácia daquelas estimuladas na infância mais remota.

Dessa forma, por exemplo, se o bebê tiver uma disposição para desenvolver uma boa relação objetal⁷ e não for estimulada por um ambiente médio expectável (mãe suficientemente boa), essa disposição inata poderá não estar perdida para sempre, podendo ser passível de reativação e recuperação em um processo transferencial adequado (Andrade, 2003).

O próprio Spitz (2004) defende a idéia de que o indivíduo nasce com uma barreira que o protege, nos primeiros anos de vida, da maioria dos estímulos aos quais está comumente exposto. Assim, seu desenvolvimento psíquico coerente, vai se realizando gradativamente a partir de novos estímulos acrescentados a aqueles que foram transformados em uma experiência significativa, ou seja, experiência que se realiza por uma filtragem de estímulos pela estrutura perceptiva inata do indivíduo.

Portanto, a capacidade de o cérebro desenvolver interconexões neurais (plasticidade neural), necessárias a um bom desenvolvimento do indivíduo, não de-

5 Termo coletivo para todos os processos ou estruturas que se relacionam com o conhecimento e o dar-se conta, como a percepção, recordação (reconhecer), representação, conceito, pensamento; É importante salientar que há uma distinção entre processo cognitivo, com a cognição como produto desse processo. Kaminsk 1964, Neisser 1974.

6 Capacidade de as células neuronais responderem a novos estímulos fazendo novas sinapses para um melhor ajuste do organismo em relação ao meio para possibilitar sua sobrevivência.

7 Termo usado em Psicanálise para designar o modo de relação do sujeito com seu mundo, relação que é o resultado complexo e total de uma determinada organização da personalidade, de uma apreensão mais ou menos fantasística dos objetos e de certos tipos privilegiados de defesa.

pende somente dos estímulos ambientais, mas também de sua estrutura filogenética originada pelo processo evolutivo e da seleção natural. Essa plasticidade neural que nos possibilita um melhor ajuste com o meio, e, portanto, maior chance de sobrevivência, equivale como a estrutura, pela qual Piaget (1973) desenvolve sua teoria do desenvolvimento, identificando nela os mecanismos de assimilação e acomodação⁸. Além disso, verificamos a mesma correlação com a zona potencial proximal⁹ de Vygotsky (2001) onde a cada conteúdo aprendido é lançada uma nova zona de potencial pronta a ser preenchida por um novo conteúdo, e assim por diante.

Apesar de ser infinitamente grande o número de interconexões neurais possíveis em nosso cérebro, é ainda limitado, já que filogeneticamente é um mecanismo herdado e, portanto antigo e estruturado de forma que as respostas diversas ao meio externo possam de alguma maneira se mostrar resistentes e/ou seletivas a fim de não colocar em risco o organismo e a espécie. Desse modo, podemos dizer que o organismo é pré-disposto a responder filogeneticamente a certos estímulos do meio; não sendo este adequado poderá comprometer a própria estrutura cerebral impedindo assim que o indivíduo se desenvolva adequadamente na relação com o meio.

Frente a essas afirmações, faz-se necessária descrever sucintamente os processos emocionais decorrentes dos estímulos que promovem ou comprometem a estrutura física do cérebro associados aos processos psicológicos imanentes.

1. Bases biológicas das emoções

Terapeuticamente, a Psicologia procura trabalhar no indivíduo a relação que este tem com seu meio e as emoções (afetos) que o indivíduo experimenta decorrente dessa relação. Sendo assim se faz necessário entender como essas emoções atuam no organismo regulando-o frente aos estímulos ambientais para a preservação da vida.

Para lidar com alterações físicas ou ambientais que podem ameaçar a homeostasia¹⁰, os organismos têm a habilidade de promover respostas moleculares e comportamentais rápidas, por meio de mudanças na função e expressão gênica

8 Termos utilizados por Piaget para designar os processos pelos quais o organismo lança mão em seu processo de desenvolvimento frente aos estímulos do ambiente.

9 Termo utilizado por Vygotsky para designar abstratamente um espaço sempre existente no cérebro a ser preenchido a partir das aprendizagens que o sujeito adquiri no ambiente.

10 Termo da fisiologia (Cannon, Walter B.) que designa os mecanismos reguladores pelos quais os sistemas biológicos atuam para manter a estabilidade interna, necessária para a sobrevivência, enquanto se ajustam às ameaças internas e externas à essa estabilidade.

neuronal, as quais permitem um rápido restabelecimento do estado funcional (Franco Sholl. Et al. 2004).

Para Damásio (2000), emoções são conjuntos complexos de reações químicas e neurais, formando um padrão; todas as emoções têm algum tipo de papel regulador a desempenhar, levando, de um modo ou de outro, à criação de circunstâncias vantajosas para o organismo em que o fenômeno se manifesta; as emoções estão ligadas à vida de um organismo, ao seu corpo, para ser exato, e seu papel é auxiliar o organismo a conservar a sua vida; ainda que o aprendizado e a cultura influenciem a expressão das emoções e lhes conferem novos significados, as emoções são processos determinados biologicamente, e dependem de mecanismos cerebrais estabelecidos de modo inato, assentados em uma longa história evolutiva. O próprio Darwin conseguiu catalogar as expressões emocionais de tantas espécies e encontrar consistência nessas expressões; e é por isso que em diferentes partes do mundo e em diversas culturas, as emoções são tão facilmente reconhecidas (Ekman 2003).

Basicamente, as emoções que são geradas tanto endógenas quanto exogenamente percorrem o eixo (HPA) hipotálamo-hipófise-supra renal, donde o hipotálamo regula os níveis de cortisol, hormônio produzido pela supra renal implicada na deflagração da emoção. Por sua vez, a hipófise recebe do hipotálamo mensagem que leva à produção de endorfina, substância orgânica responsável pelo alívio da sensação de dor, e de ocitocina, produtora de ligação afetiva, de acordo com R. Pally (1998ª p.351 apud. Andrade, 2003).

Portanto, devido a ação desencadeada, por ocasião das emoções, pela liberação de hormônios e de neurotransmissores por estímulos do ambiente e do próprio organismo, altera os fatores cognitivos influenciando o desenvolvimento do indivíduo. Desse modo tomemos o organismo como um todo onde o bio e o psi se fundem a partir das relações afetivas e objetais que direcionam esse organismo.

2. Alguns danos cerebrais causados por traumas psíquicos.

Pesquisas realizadas por neurocientistas revelaram evidências de que traumas psíquicos na mais tenra idade, os primeiros 2 anos, causam danos cerebrais, e portanto anatomofisiológicos, gerando graves transtornos de personalidade na fase adulta. Como exemplo de transtorno podemos citar o Borderline¹¹ (Andrade, 2003), que tem como característica distintiva a discrepância na dominação por parte dos

Transtorno da Personalidade, segundo DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais), definido como um padrão de instabilidade nos relacionamentos interpessoais, auto-imagem e afetos, bem como de acentuada impulsividade.

hemisférios cerebrais, que têm percepções diametralmente opostas e lembranças emocionais muito diferentes, podendo por exemplo ver um amigo de modo extremamente positivo em um dado momento e negativo em outro.

Isso se dá por falhas das estruturas no sistema límbico¹², principalmente no hipocampo que é uma estrutura que termina seu desenvolvimento dois anos após o nascimento do indivíduo; essa estrutura, portanto, é suscetível à alterações desastrosas dependendo do ambiente que esse indivíduo se desenvolver (Andrade, 2003).

Outro transtorno bastante ligado ao hormônio cortisol é a depressão¹³. Uma explicação plausível para esse transtorno é o nível aumentado de cortisol circulante no organismo, onde esse hormônio do grupo dos corticóides potencializa o efeito neurotóxico de aminoácidos¹⁴ excitatórios podendo diminuir o volume hipocampal (Graeff, F.G. Pg.5). Além disso, o hormônio cortisol também se liga aos receptores do GABA (ácido amino-butírico)¹⁵ na amígdala fazendo com que haja uma excitação maior nos neurônios, produzindo exagerado nível de irritabilidade de modo que as emoções primárias como o medo e a agressividade eclodam com grande intensidade. Estando o hipocampo e a amígdala lesados o córtex perde a capacidade de intermediar a descarga emotiva fazendo com que alguns comportamentos se eliciem de modo impulsivo (Andrade, 2003).

3. Conclusão crítica

Espera-se que descobertas da fisiologia humana em especial as da neurociência esteja em constante comunicação com a Psicologia a fim de que acima de qualquer “status” essas ciências tomem ciência de que elas têm algo em comum: o estudo do organismo vivo, onde aspectos fisiológicos e psicológicos andam juntos. Faz-se valer a confluência teórica dessas duas ciências no melhor entendimento do funcionamento físico e psíquico do cérebro bem como seu desenvolvimento para melhor compreender essa máquina viva: o homem. Assim, algumas evidências, como

12 Sistema Límbico é o conjunto de estruturas cerebrais (giro do cíngulo, giro para-hipocampal e hipocampo, este último citado no texto) filogeneticamente antigo, existindo em todos os vertebrados, e, portanto também no homem, relacionado fundamentalmente com a regulação dos processos emocionais e do sistema nervoso autônomo constituído pelo lobo límbico e pelas estruturas subcorticais a ele relacionadas.

13 Transtorno do Humor, segundo DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais), caracterizado pelo humor deprimido e perda de interesse acompanhado por outros sintomas. É classificado em três tipos: Transtorno Depressivo Maior, Transtorno Distímico e Transtorno Depressivo Sem Outra Especificação. Verificar as diferenças na pág. 345 do manual.

14 Proteínas fabricadas pelas células para seu metabolismo.

15 Neurotransmissor responsável pela inibição neuronal na amígdala (estrutura cerebral) permitindo que comportamentos impulsivos (medo, agressividade) sejam melhor controlados.

explicitadas ao longo desse artigo, de certos transtornos mentais analisados sob os pontos de vista físico, psíquico e evolutivo, os quais são causas e consequências um do outro, pode-se estabelecer uma linguagem, se não comum pelo menos próxima de uma comunicação ubíqua a fim de se compreender mais a fundo o fenômeno, que é o ser humano. Nessa perspectiva, parafraseando a citação de (Livingston, R.B. PG.134 Apud. Fromm, Erich, 1987).

“Uma comunicação idiossincrática entre a Psicologia e a Neurociência, no que se refere à sua firmeza e sua utilidade pode já ser percebida: não obstante, novas áreas de pesquisas têm surgido, nas quais estudiosos do comportamento podem manipular o cérebro, em adição aos dados do meio-ambiente e em que os estudiosos do cérebro podem fazer uso dos conceitos de comportamento e de suas técnicas. Muitas das identificações tradicionais dos dois campos estão sendo postas de lado. Devemo-nos livrar ativamente de qualquer provincianismo que ainda perdure, assim como do sentido de jurisdição entre essas disciplinas. Contra quem nos colocamos? Apenas contra a ignorância que se armazena dentro de nós”.

Assim, não se deve compreender o ser humano simplesmente como um ser rico em células nervosas que por si só dá conta de manter sua sobrevivência, más vê-lo como um ser em que o bio e o psi são dois gumes de uma mesma espada, portanto inseparáveis. Desse modo, faz-se necessária uma comunicação entre uma cultura que produz um cérebro e um cérebro que produz uma cultura estabelecendo-se assim uma efetiva sinapse entre o social e o biológico deixando que os neurotransmissores possam dar um “salto quântico¹⁶” para ver o que ele produziu, e que a cultura possa atravessar as “meninges¹⁷” em direção ao cérebro protegendo-o e alimentando-o.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Victor Manoel. Um Diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência. A psicanálise maior prevista por Freud torna-se realidade no século XXI como metapsicologia científica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

16 Refiro-me a esse termo designado pela Física Moderna (Quântica) relacionado aos abruptos saltos que os elétrons realizam no átomo.

17 Meninges são membranas conjuntivas que envolvem o sistema nervoso com a finalidade de protegê-lo de choques mecânicos, ou seja, pode ser comparado como um amortecedor do sistema nervoso. São Três as Meninges: Dura-Máter, Aracnóide e Pia-Máter.

DAMÁSIO, Antônio. O Mistério da Consciência. Do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DARWIN, Charles. A expressão das emoções no homem e nos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

EKMAN, Paul. Emotions revealed: recognizing faces and feelings to improve communication and emotional life .—1st Ed Times Books. New York.2003

FRANCO-SHOLL, et. Al. Envelhecimento, estresse e sociedade: uma visão psiconeuroendocrinológica. Ciência e Cognição 2004; Vol 01: 34-53. <http://geocities@yahoo.com.br/cienciasecognição/> Acesso em: 01 jun. 2005

FROMM, Erich. Anatomia da destrutividade humana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAEFF, F. G. Bases biológicas do transtorno de estresse pós-traumático. Rev. Brás. Psiquiatra. Vol.25 suppl. 1 São Paulo: June 2003. Cite: SCIELO. Acesso em: 01 jun. 2005.

MACHADO, Ângelo B. M. Neuroanatomia funcional. 2ª ed. São Paulo: Ateneu, 2003.

PIAGET, Jean. Biologia e Conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

SPITZ, René Arpad. O primeiro ano de vida. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEARLE, John. Intencionalidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. Lúria, Alexander Romanovich. Leontiev, Alex N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 7ª ed. São Paulo: Ícone, 2001.

FRUTAS BRASILEIRAS NA GASTRONOMIA

BARBOSA, Wladimir Stein¹

RESUMO

O presente artigo pretende destacar a valorização das frutas nacionais, respeitando fatores regionais, culturais e sazonais. O fator ‘sustentabilidade’ entra como elemento de relevância nas abordagens em torno do tema central. A quase inexplorada gama de frutas brasileiras demonstra ser um rico filão de estudos para a moderna gastronomia brasileira, no âmbito dos alimentos e bebidas. Evidencia-se, entretanto, a ausência de processos sustentáveis na produção e escala destes ingredientes em níveis locais e em âmbito comercial.

PALAVRAS-CHAVE

Palavras-chave: frutas brasileiras; sustentabilidade; gastronomia

INTRODUÇÃO

“Guardo na boca os sabores da gabirola e do jambo, cor e fragrância do mato, colhidos no pé. Distintos. Araticum, araçá, ananás, bacupari, jatobá... todos reunidos congresso verde no mato, e cada qual separado, cada fruta, cada gosto no sentimento composto das frutas todas do mato que levo na minha boca tal qual me levasse o mato.”- Do livro Menino Antigo - Carlos Drummond de Andrade.

AUTORES

1 Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade ANHEMBI MORUMBI

A poesia de Drummond já invocava uma lista de frutas, típicas brasileiras e que, se antes eram extraídas do mato, hoje são raras e objeto de diversos estudos na área de Alimentos e Bebidas. Os elementos brasileiros têm sido valorizados por chefs notáveis, como Alex Atala e outros de relevância, que emergem da alta gastronomia brasileira, invocando como raros elementos da natureza, ingredientes outrora descritos pelo poeta.

“Os sabores, cheiros e cores definem contornos de um mapa gastronômico que difere do mapa físico e político” (Chef Mara Salles Simon, Professora do Curso Superior de Gastronomia da Universidade Anhembi-Morumbi, pesquisadora da cozinha brasileira há 20 anos. Sócia-proprietária e chef do restaurante Tordesilhas)

O tema revela uma conjuntura complexa, abrangendo História, Geografia, Ecologia, Meio ambiente, além de aspectos antropológicos, sociais e mercadológicos. O assunto, por esses caminhos, percorre o território nacional, abrangendo a vasta e farta região amazônica, estendendo-se pelo Cerrado, atingindo a rara Mata Atlântica e ainda assim, não se esgota.

“Sem a menor sombra de dúvida, a terra brasílica, terra fecunda e abundante, como pouquíssimas outras regiões do planeta, talvez como nenhuma outra, abriga um impressionante pomar natural e detém uma incrível capacidade de absorver e gerar, frutiferamente, nossas sementes. (Helena Fassara – Frutas do Brasil – Silvestre Silva – São Paulo: Nobel, 2001 – pg. 04)

Aspectos sociais

Em pesquisas até agora realizadas sobre o tema, os efeitos do desmatamento e até da ignorância das populações que habitam as regiões mais profícuas de frutas silvestres, são descritas por vários autores.

“Na Mata Atlântica, boa parte da cobertura original já foi desmatada, levando junto, as árvores frutíferas. A jabuticaba branca (fruta dos boêmios cariocas), ou o bacupari (que alimentou os bandeirantes), estão cada vez mais raras nas cidades brasileiras. O Cambuci já foi símbolo da cidade de São Paulo e até virou nome de um dos bairros da cidade, no início de sua colonização. O cambuci, não só fez parte da dieta do paulistano, como chegou a ser exportado para outras regiões, alimentando tropeiros e mineradores. Hoje ele está na lista das frutas em extinção...” “O Brasil pode estar perdendo alimentos preciosos, capazes de ajudar no combate à fome e à má alimentação crônicas de algumas regiões do país. Basta ver o caso do

mandacaru, que infesta a caatinga e dá, além de espinhos, um saboroso fruto vermelho, que já salvou muitos nordestinos de morrer de fome”....Essa ignorância quanto às nossas frutas, não só impede que elas sejam aproveitadas por um número maior de pessoas, como também ameaça seriamente sua existência futura, pois ninguém consegue preservar aquilo que não conhece. Muitos deles, sobretudo os que nascem em áreas de desmatamento descontrolado e das queimadas freqüentes, correm o risco de desaparecerem para sempre, antes mesmo que os botânicos e nutricionistas tenham tido a chance de estudá-las a fundo”. – (ROMANINI – 1998 a 7 n 5 maio – Pg. 57 – Revista Caminhos da Terra)

“O número de espécies comestíveis na Amazônia ainda é um desafio para botânicos e cientistas. Alguns citam aproximadamente duas centenas de espécies com potencial para novas culturas, outros, um pouco mais, mas ninguém ousa definir um número exato: este é um segredo dos deuses da floresta. Todos, porém, são unânimes em reconhecer que este é o último e mais importante repositório de espécies frutíferas tropicais” (José Edmar Urano e Carlos Hans Muller – Embrapa – CPATV)

Do anúncio em relação à ampla oferta de produtos, por vezes, desconhecida em sua amplitude, segue, porém, um alerta eloqüente.

“Depois de uma queimada, as árvores sobreviventes levam até dois anos para se recuperarem e voltar a dar frutos.” (Silva, José Antonio da – Biólogo – Embrapa – BSB)

A correlação entre hábitos culturais, questões sociais arraigadas e a relevância das frutas no que tange a componentes nutricionais, é objeto de estudo há pelo menos um século, no Brasil.

Uma pesquisa da UnB e do Ministério da Saúde está testando pratos feitos com frutas típicas das cinco regiões do Brasil, valorizando toda a riqueza nutricional que elas têm.

“Nós aproveitamos o máximo que conseguimos das receitas enviadas pelas secretarias de Saúde e criamos outras a partir do que a culinária brasileira já tinha de receitas regionais” (Botelho, Raquel – UnB).

Até o feijão com arroz pode ser incrementado com pequi. “É uma receita de arroz bem simples, qualquer pessoa pode fazer. É o arroz que comemos no dia-a-dia, que é a cara do brasileiro, com alho e cebola, como costumamos preparar em casa” (Cortez Ginani, Verônica – UnB).

“A importância do papel que as frutas desempenham na dieta humana reside não somente no seu valor alimentício, como elemento necessário para o bom

funcionamento dos nossos órgãos digestivos, mas também, fontes de sais minerais, indispensáveis à formação do nosso corpo a saber: ossos, dentes e sangue”. (Murayama Shizuto – 1914 – Fruticultura – 2ª. Ed. Campinas – Inst. Campineiro de Ensino Agrícola – 1973 – pg. 07)

Luccock, observador inglês do século XIX, faz um retrato divertido dos hábitos dos cariocas, relata: “A refeição principal ocorre ao meio dia, por ocasião da qual o chefe da casa, sua esposa e filhos, às vezes se reúnem ao redor da mesa; é mais comum que tomem no chão”... “quando há sobremesas, consta ela de laranjas, bananas e outras poucas frutas” (Gomes, Laurentino, 1808 – SP – Editora Planeta – 2007 – pg. 159)

Na História da Humanidade, entretanto, as frutas aparecem valorizadas na dieta diária, inclusive submetidas a processos de conservação.

“A alimentação egípcia compunha-se de muitas frutas, tais como o sicômoro, a bela árvore consagrada ao culto da Deusa Hathor, os figos (a figueira já era cultivada antes do Alto império). Os abacates (MIMUSOPS LAURIFOGLIA) amarelos e com sabor semelhante ao da maçã, era consumidos frescos ou secos, e reduzidos a farinha. O fruto da mandrágora, amarelo, com sépalas verdes e gosto de pêra, cuja pele contém muitas toxinas de efeito narcótico e até alucinógeno, o que talvez explique as qualidades afrodisíacas e o simbolismo erótico a que atribuíam no Antigo Egito”. (Bresciani, Edda - História da Alimentação – São Paulo – Estação Liberdade - 1998 – pg. 73)

Produção brasileira de frutas

O Brasil, segundo o IBGE, é o terceiro maior produtor de frutas do mundo. Os números em relação à produção, consumo e exportação no Brasil, mostram dividendos crescentes e vantajosos, sob a ótica dos investimentos.

A produção de frutas no Brasil apresenta uma tendência crescente nos últimos anos, apesar da irregularidade causada, principalmente, pelas variações na oferta da laranja, primeira em importância no país. De 1990 até 2006 pode-se distinguir três ciclos de produção: o primeiro ciclo de 1990 a 1994; o segundo, de 1995 a 2002; e o terceiro, a partir de 2003 - Fonte: IBGE. 2006: estimativa. O primeiro período encontra-se sob influência das turbulências inflacionárias e de uma economia muito fechada.

Sustentabilidade e ciclos produtivos

A palavra “sustentabilidade” dá amplitude e, ao mesmo tempo, generaliza a importância que as frutas brasileiras recebem por parte dos estudiosos do tema.

“Qualquer análise da sustentabilidade, seja qual for a perspectiva teórica, requer estabelecer as inter-relações entre a sociedade humana e o mundo circundante. Um primeiro nível de análise deve ser, então, a relação entre o espaço em estudo — com as suas características físico-naturais — e a sociedade que atua sobre tal espaço, com as suas características econômicas, demográficas e sociais”...“Aqui utilizamos o conceito de sustentabilidade social em sentido amplo, incluindo os aspectos econômicos ...O estudo dos sucessivos sistemas de produção agropecuários através da história, mostrou ciclos econômicos bastante curtos, como se nenhum produto tivesse êxito econômico (TOMMASINO et al., 2000)”...“Qualquer sistema de produção implica em combinação de uma forma de organização social da produção, com um nível de desenvolvimento tecnológico” (<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a07v5n2.pdf> - acesso dia 12/10/2008)

Em se tratando de frutas nativas, muitas delas são extraídas ainda de forma silvestre, sem cultivos ou ciclos de produção estabelecidos.

“As florestas tropicais sustentam grande parte da biodiversidade do planeta e oferecem um rol significativo de serviços ambientais indispensáveis para a manutenção da vida humana. Por essa razão, a questão da conservação e do manejo florestal nas regiões tropicais ganha cada vez mais espaço e força nas agendas internacionais de ambientalistas e governos. De um lado, existe a convicção de que o manejo consciente e responsável pode representar um caminho viável para conservação das florestas, apresentando-se como solução, tanto para a conservação das áreas protegidas, quanto para a estagnação econômica que as ameaça; de outro, subsiste a preocupação de que o manejo florestal seja ele próprio, uma ferramenta de devastação, uma vez que procura compatibilizar o uso das florestas com desenvolvimento social e econômico das comunidades que nelas vivem”. (Zarin, Daniel – professor adjunto da Escola de manejo florestal e Conservação da Universidade da Flórida e diretor do programa Florestas Tropicais Produtivas, da mesma universidade)

Açaí – o exemplo

O açaí é um exemplo que se evidencia nos últimos 10 anos, em todo o país e até para o mercado externo.

“...Provavelmente não existe melhor exemplo de promessa econômica para confrontar a pobreza nas áreas rurais da Amazônia do que os sistemas de produção da fruta do açaí (*Euterpe oleracea* mart), surgindo da iniciativa dos produtores locais, de abastecer uma demanda crescente pela fruta, e usando a tecnologia e conhecimento local de manejo florestal, a produção do açaí incorpora os princípios sociais e ambientais que permeiam o discurso do desenvolvimento sustentável da Amazônia – Eduardo S. Brondízio – De alimentação básica para Alimentação de Moda – Ciclos e oportunidades de mudanças no desenvolvimento da economia do açaí no estuário amazônico – pg. 427 – As florestas produtivas nos neotrópicos: conservação por meio de manejo sustentável? (Daniel J. Zarin...[et al])

Considerações finais

O objetivo desse estudo foi levantar elementos que, de um lado, são redescobertos e começam a ser valorizados pela pesquisa científica e pelo mercado gastronômico, e de outro, invocam a preservação do meio ambiente associada à sustentabilidade, com ciclos de produção de frutas. Tais sabores, formas e cores acabam por torná-los exóticos, mesmo sendo autóctones. Ao invocar, para o segmento de Alimentos e bebidas, o uso e aplicação de inúmeros frutos como: guaraná, açaí, sapoti, cambuci, caju, jabuticaba, umbu, mangaba, murici, nêspereira-brasileira, cupuaçu, bacuripari, araticum-do-cerrado, araçá, aroeira-vermelha, bacupari, cambucá, camucamu, uvaia, ciriguela, feijoa, dentre tantos outros, típicos do Brasil, salta aos olhos o exemplo do açaí, que virou produto de exportação brasileiro, gerando emprego, renda e dividendos para a nação, a partir da aplicação de tecnologias e respeitando processos regionais para sua exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

J. Zarin, Daniel et al. – As florestas produtivas nos neotrópicos – Peirópolis – Brasília (DF) - IEB – 2005

Revista Caminhos da Terra – 1998 – a 7 n 5 maio, pg.57.

SILVA, SILVESTRE Frutas Brasil frutas/Helena Tassara. São Paulo: Empresa de Artes, 2005. Gomes, Laurentino – 1808 – São Paulo – Editora Planeta do Brasil, 2007.

Sites pesquisados:

www.embrapa.br acessado em 28/09/2008

www.frutas.com.br acessado em 30/09/2008

www.todafruta.com.br acessado em 05/10/2008

A Síndrome do Piriforme associada as alterações posturais no pós-parto e proposta de tratamento com ondas curtas e terapia manual

Aynhane Tailla Ferreira Lima¹

Prof^a Esp. Caroline de Freitas Fiúza²

Tatiana Martins Rodrigues¹

RESUMO

A Síndrome do Piriforme é um possível encurtamento muscular, proveniente de má postura (hiperlordose), hipertrofia muscular, inflamação, fibrose em função de trauma direto ou variações anatômicas. O paciente apresenta dor na região profunda do glúteo e na região posterior do quadril, estendendo-se do sacro até o trocanter maior. Esse desconforto pode vir acompanhado de tensionamento, diminuição da sensibilidade e parestesia que se irradia na parte posterior da coxa, perna e pé, ou suscita simplesmente uma sensação de câibra. No decorrer da gravidez ocorrem notáveis modificações e adaptações músculo-esqueléticas no organismo materno, principalmente em assoalho pélvico, que em decorrência do ganho ponderal progressivo e da frouxidão ligamentar generalizada, perde sua performance funcional. O Ondas Curtas, aparelho eletrotermoterápico, de ação profunda, utilizado no tratamento de lesões músculo-esqueléticas, foi escolhido neste estudo, a fim de promover diminuição da dor local, do processo inflamatório e aumento da flexibilidade. Como tratamento complementar, estipulou-se três técnicas de Terapia Manual (alongamentos realizados logo após a aplicação de Ondas Curtas), com o objetivo de comprovar a eficácia dessas duas técnicas fisioterapêuticas no tratamento da Síndrome do Piriforme.

PALAVRAS-CHAVE

Piriforme; alterações músculo-esqueléticas; terapia manual

INTRODUÇÃO

O músculo piriforme é um músculo pequeno e profundo localizado nas nádegas, sob os glúteos, permitindo a rotação externa da coxa.

O músculo piriforme se estende desde a superfície pélvica do osso sacro até a borda superior do trocanter.

Após a gestação há acentuação normal da lordose lombar, que é atribuída ao estresse exercido pelo aumento do peso do feto que incide na região anterior e

AUTORES

1 Acadêmicas do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Educação Física, Biomedicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

aos efeitos da relaxina.

As variações anatômicas e as alterações biomecânicas, tais como rotação externa da perna e má postura, geram encurtamento do músculo piriforme e a sobrecarga do peso do corpo sobre o mesmo causando dor no local ou irritação, levando a Síndrome do Piriforme.

A Síndrome do Piriforme é uma irritação do nervo ciático, passa abaixo ou entre as fibras do músculo piriforme. Na maioria dos casos, o nervo ciático passa abaixo do músculo piriforme, mas em 10% da população o nervo passa pelo meio das fibras separando o músculo em duas partes.

Na gestação o músculo piriforme pode encurtar ou entra em espasmo devido às alterações estruturais na marcha.

Como se trata de um encurtamento de um músculo profundo, foi escolhida as técnicas de termoterapia com Ondas Curtas e três técnicas de terapia manual.

O Ondas Curtas foi escolhido pelo fato de ser um aparelho de ação profunda, onde ele vai aumentar a vascularização e flexibilidade do músculo. E as três técnicas de terapia manual foram escolhidas pelo fato de que elas agem diretamente no músculo, não precisando assim agir em um grupo mas no músculo específico e alongando este.

2. Alterações e adaptações na gravidez

A postura sofre grandes modificações devido a ação da relaxina sobre os ligamentos, ao aumento do peso das mamas e do útero na parte anterior e ao deslocamento do centro de gravidade para frente e para cima. Haverá um ajuste devido ao aumento de peso e o deslocamento do centro de gravidade, aumentando a lordose cervical e lombar. Além dessas alterações posturais a gestante também penderá para trás, para permitir que o peso se desloque para os calcanhares. O corpo estando bem alinhado, com as nádegas bem posicionadas, os músculos sustentarão o útero no fundo da porção anterior do abdômen, repousando sobre a pelve.

A fraqueza ou encurtamento dos músculos podem causar problemas no alinhamento e dar origem a fraqueza de alongamento. Fraqueza de alongamento, acontece quando os músculos assumem e permanecem em uma posição alongada além da posição neutra, podem ocorrer em mulheres com a postura típica da gravidez; já o encurtamento muscular adaptativo ocorre quando o músculo é incapaz de alongar-se em resposta ao relaxamento do grupo ou à força da gravidade.

A dor lombar pode ser causada por dor sacroiliaca(compressão do pirifor-

me), ruptura do disco, deslocamento do cóccix e separação da sínfise púbica. A dor muscular é mais freqüente no terceiro trimestre de gestação e meses após o parto devido o aumento do útero e deslocamento do centro de gravidade e as adaptações necessárias que o corpo exige após o parto. Que resulta no aumento da lordose lombar, enfraquecendo os ligamentos sacroilíacos e enfraquecendo os músculos abdominais e os ligamentos da coluna lombar.

Desde a gestação, ocorrem ajustes fisiológicos no organismo da mulher.

Dentre esses, o sistema músculo-esqueléticos é especialmente afetado pelas alterações hormonais e biomecânicas, que determinam a frouxidão músculo-ligamentar, a instabilidade articular, as mudanças no centro de gravidade e o desequilíbrio postural.

2. Músculo piriforme na gestante

Durante a gravidez o piriforme pode entrar em espasmo ou encurtar devido às alterações posturais e marcha com gingado. A paciente queixa-se de dor na lombar severa, persistente e irradiada, que se estende do sacro para a articulação do quadril, sobre a porção posterior da coxa e a região glútea. A avaliação pode ser realizada colocando a paciente em posição supina com as pernas estendidas. O lado afetado irá mostrar que um aumento na rotação interna devido o encurtamento do piriforme. Na palpação, a nádega do lado afetado pode estar muito sensível, e a perna pode parecer encurtada devido a contratura do piriforme. Na posição quadrúpede, a base do sacro do lado envolvido pode parecer posicionada anteriormente em relação à EIPS.

A Síndrome do Piriforme

As etiologias mais comuns da síndrome são o trauma direto, processo inflamatório crônico, hipertrofia muscular por excesso de uso e variações estruturais.

O paciente apresenta dor na região profunda do glúteo e na região posterior do quadril, estendendo-se do sacro até o trocanter maior. Esse desconforto pode vir acompanhado de tensionamento diminuição da sensibilidade e parestesia que se irradia a parte posterior da coxa, perna e pé, ou suscita simplesmente uma sensação de câimbra, a síndrome do piriforme pode apresentar sintomas semelhante a problemas relacionados com hérnia de disco lombar.

Cipriano afirma que o músculo piriforme é importante devido a sua proxi-

midade com o nervo isquiático, causando dor ao longo de todo o trajeto deste.

O diagnóstico da síndrome do piriforme pode ser demorado ou passar totalmente despercebido se não houver um exame minucioso.

Deve-se fazer uma avaliação, investigando os potenciais fatores etiológicos, tanto do trauma quanto das atividades precipitantes.

No exame clínico, é importante uma avaliação detalhada da pelve e articulações sacro-ilíacas, pois pode estar aí a causa primária da dor, ou a síndrome do piriforme pode coexistir com disfunções destes outros locais.

Também se avalia a obliquidade pélvica ou discrepância no comprimento dos membros inferiores que podem ser fatores contribuintes, potencialmente corrigíveis com atividades fisioterapêuticas. No exame físico, a palpação do músculo piriforme deve ser executada diretamente na parte posterior da articulação do quadril, perto da incisura isquiática maior. Além da dor a palpação focal, poderá ser também recriado alguns dos sintomas radiculares no paciente.

O diagnóstico pode ser confundido com outras doenças como, as bursites, as lombalgias em geral, as tendinites dos músculos flexores do joelho e as hérnias de disco.

ESTUDO DE CASO

Paciente C.F.F.O, 30 anos, primípara com pós parto de 10 meses, procurou a clínica escola de fisioterapia da instituição AEMS, tendo os seguintes sintomas: dor na região glútea direita, localizada próxima ao sacro, paciente não alegava irradiação para membros, sentia dor ao realizar rotação interna do membro referido.

Foram realizados vários testes tendo em mente prováveis patologias como lombociatalgia, hérnia de disco e síndrome do piriforme.

No entanto como a paciente identificava a dor e referia uma provável origem durante a gestação, foi confirmada a patologia pelos testes específicos de Síndrome do Piriforme. Escolheu-se 3 testes, entre estes os 3 foram positivos, confirmando-se assim a Síndrome do Piriforme.

Testes Específicos

Os testes escolhidos foram os seguintes: manobra de PACE, onde o paciente faz uma abdução das pernas na posição sentada, levando a uma contração do músculo. Também é comum a manobra de FREIBERG que força a rotação interna da coxa estendida provocando dor na região glútea ao ser tensionado. Na manobra de BEATY, o paciente fica em decúbito lateral, com o lado afetado para cima, a perna

dolorida flexionada e o joelho tocando a mesa.

Protocolo de Tratamento

O tratamento foi realizado durante 10 sessões com aplicação de Ondas Curtas por 30 minutos e realização das técnicas de terapia manual escolhidas, 5 repetições cada uma.

A partir da quarta sessão, a paciente já não alegava dor alguma. Na quinta sessão foi feita uma nova avaliação, onde foram avaliados prova muscular, para verificar a integridade do músculo piriforme e apresentado novamente a escala analógica de dor, além dos testes específicos.

Ao final da décima sessão realizou-se todos os procedimentos avaliatórios, confirmando a ausência do estado doloroso inicial da paciente.

Conclusão

Este trabalho teve o objetivo de concluir que a Síndrome do Piriforme está relacionada ao pós-parto, devido às alterações músculo-esqueléticas da gestação.

Apesar das poucas referências relacionadas ao caso, conclui-se que devido as várias alterações estruturais e uma das principais delas, a hiperlordose com rotação da pelve, levam ao encurtamento do músculo piriforme, este que tem origem no sacro e sua inserção ocorre no trocanter.

Foi realizado estudo de caso com uma paciente, esta estando com 10 meses de pós-parto. O diagnóstico de Síndrome do Piriforme, só foi confirmado após a avaliação precisa da paciente, associada às alterações posturais, quadro clínico e testes realizados.

Conclui-se também que a proposta de tratamento deste trabalho, com Ondas Curtas e Terapia Manual, realizada no presente estudo de caso foi eficaz partindo dos resultados obtidos através da evolução diária e da escala de dor utilizada.

Várias pesquisas já enfatizaram a importância da fisioterapia na prevenção de alterações músculo-esqueléticas no período gestacional, no entanto a Síndrome do Piriforme neste grupo de pacientes é pouco estudada.

Referências Bibliográficas

Polden M, Mantle J. Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. São Paulo: Santos; 1997.

Kisner C, Colby L. Exercícios terapêuticos, fundamentose técnicas. São Paulo:Manole; 1998.

Guyton AC, Hall JE. Fisiologia humana e o mecanismo das doenças. RJ: Guanabara Koogan;2000.

Carvalho YBR, Caromano FA. Alterações morfológicas relacionadas com lombalgia gestacional. Arq Ciências Saúde Unipar 2001;5;267-272.

O CONSUMO DE ÁLCOOL E AS CONSEQUÊNCIAS DESSE USO NO ADOLESCENTE

Patrícia Santos Teixeira¹

Carla Patrícia Macerou Lomba²

RESUMO

Objetivou-se com este estudo realizar um levantamento bibliográfico de pesquisas nacionais e internacionais realizadas com adolescentes referentes ao uso e abuso de álcool. Para esta pesquisa utilizou-se o método dedutivo, o qual parte de noções gerais para as particulares, buscando transmutar enunciados complexos em particulares, resultando em uma ou várias premissas fundamentadas no raciocínio dedutivo. O procedimento realizou-se mediante a revisão bibliográfica. Os resultados mostram que o consumo de álcool em excesso é significativo e que a depressão é existente, sobretudo nas meninas e em jovens menos favorecidos economicamente.

PALAVRAS-CHAVE

adolescência, álcool, psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

O problema decorrente do uso de bebidas está classificado no Manual de Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais o DSM-IV (2003) como “Transtornos Relacionados a Substâncias”, e para o uso de drogas é englobado nos critérios diagnósticos dos “Transtornos por Uso de Substâncias Psicoativas”. O sistema classificatório em sua versão recente está se referindo aos critérios da Síndrome de Dependência do Álcool (DAS) para a perda do controle, a presença de sintomas de tolerância

AUTORES

1 Mestre em Educação Professora da AEMS e UNILAGO pateixeira@yahoo.com.br

2 Graduanda em Psicologia – 5º Período - AEMS capamalo1@yahoo.com.br

e abstinência, classifica o indivíduo como sendo ou não alcoólatra. A transição do beber moderado ao beber problemático ocorre de forma lenta, em geral, levando vários anos.

Pesquisadores como Winters (Apud MARTINS; MANZATO; CRUZ, 2005) não acreditam que os adolescentes se enquadrem nos critérios médicos para uso de álcool em excesso. Ele acredita que é necessário uma definição com maior rigor sobre o uso abusivo, e apresenta uma série de limitações para realizar um diagnóstico de uso excessivo ou não, quais sejam:

a) os sintomas de diagnóstico de abuso e dependência ignoram os motivos do uso; b) uma excessiva heterogeneidade é produzida pelo uso de um único sintoma como critério para um diagnóstico positivo; c) sintomas de abuso nem sempre precedem a dependência em adolescentes; d) uma boa percentagem de usuários pesados e regulares não alcança critérios para desordens causadas pelo uso de drogas (p. 315).

Para os usuários, o álcool é uma droga extremamente sedutora, pois é apresentado como uma substância estimulante, porém, na verdade, ela é uma substância depressora. Inicialmente surgem os efeitos estimulantes como euforia, desinibição e loquacidade. Com o tempo, começam a aparecer os efeitos depressores como falta de coordenação motora, descontrole e sono. Quando o consumo é muito excessivo, o efeito depressor fica exacerbado, podendo até mesmo provocar o estado de coma. O consumo de bebidas alcoólicas também pode desencadear alguns efeitos desagradáveis, como enrubecimento da face, dor de cabeça e mal estar geral. Esses efeitos são mais intensos para algumas pessoas cujo organismo tem dificuldade de metabolizar o álcool. Os orientais, em geral, têm uma maior probabilidade de sentir esses efeitos (MINAYO; DESLANDES, 1998).

Para entendermos melhor a metabolização do álcool temos que definir o nível de álcool no sangue (NAS) e dose. Esta última “é uma quantidade de líquido que contenha cerca de 12 gramas de álcool puro” (MARTINS; MANZATO; CRUZ, 2005, p305). Essa dose pode ser encontrada em uma lata de cerveja (350ml), em um copo americano de vinho (150ml), em uma dose de vinho encorpado, martine ou cinzano (50ml), ou em uma dose de destilado, pinga, uísque ou conhaque (36ml). Podemos observar que a diferença encontrada nas bebidas está apenas na quantidade de água, portanto independente do que se bebe, o usuário não é isento da consequência que a bebida alcoólica traz para seu organismo. A respeito da metabolização do

álcool Martins; Manzato; Cruz (2005) escreve o seguinte:

A definição de dose padrão auxilia na compreensão do conceito de nível de álcool no sangue (NAS), que é a concentração de álcool no organismo após o consumo de bebida alcoólica. Este nível é influenciado por uma série de fatores, mas os mais importantes são a taxa de metabolismo do álcool, o peso e o sexo da pessoa. (p. 303).

O metabolismo está relacionado ao tempo gasto pelo corpo para a eliminação de uma dose de álcool, que em média se aproxima de uma hora, e depende de cada organismo, do sexo e do peso da pessoa. O que mais contribui para o resultado do metabolismo é o peso, porque o álcool ingerido é diluído pelo corpo e quanto maior esse corpo mais espaço para a bebida diluir-se. A este respeito temos o seguinte exemplo:

[...] é um rapaz, que pese 60kg e beba uma dose em uma hora, ele alcançará o NAS de 0,025, e caso beba duas doses, passará para 0,050. Porém, se ele beber cinco doses em três horas, ele atingirá o nível de 0,125, mas se ele pesar 80kg esses valores serão bem menores. (MARTINS; MANZATO; CRUZ, 2005, 2005, p.304)

No caso do sexo, que também é um diferencial do metabolismo no momento da ingestão de álcool, e de acordo com Martins (MARTINS op cit) as mulheres estão em desvantagem, pois elas alcançam um NAS mais alto que o homem, ingerindo a mesma quantidade de bebida. Devemos isso a alguns fatores, tais como: as mulheres pesam em média 10kg a menos que os homens, ou seja, as mulheres apresentam menor peso, porém seu corpo tem maior quantidade de gordura que causa a retenção do álcool por mais tempo. Dessa forma podemos concluir que o sexo faz diferença e tem que ser levado em conta no consumo de álcool.

Uma teoria sobre a origem das condutas de droga-dependência é a de Brickman et al. (1982). Sua pesquisa sobre as formas de ajuda e administração do problema (Helping and Coping) tem origem em duas questões: 1) Em que medida uma pessoa pode ser considerada responsável pelo desenvolvimento inicial do problema? e 2) Em que medida uma pessoa pode ser considerada responsável pela mudança ou resolução do problema? Na resposta a essas duas questões “Sim” ou “Não”

encontramos os quatro modelos apresentados pela teoria.

O primeiro modelo, denominado pelo autor de Moral, acredita que o sujeito é responsável pelo problema, pelo desenvolvimento da dependência e pelas mudanças nesse comportamento de usuário. Dessa forma a pessoa é responsável pelo fracasso na tentativa de mudança ou nas recaídas, pois a ela não resolve seus problemas moralmente, não tem força de vontade e não está realmente interessada em mudar. Portanto, o próprio usuário é o principal responsável por sua adição ao álcool. Este é o modelo utilizado nos Estados Unidos para as políticas públicas, onde a redução do uso de drogas é realizada utilizando o aparelho jurídico policial do Estado, sob forma de redução de demanda, processos policiais, julgamentos e prisões.

O segundo modelo, o da Doença ou modelo Médico, é uma questão de dependência patológica que faz parte da genética ou fisiologia do sujeito, onde ele não é responsável nem pelo desenvolvimento nem por qualquer mudança na doença. O indivíduo passa a não controlar o consumo do álcool e não consegue evitar a situação do beber. A reincidência, isto é, a volta da doença, é progressiva, fisiológica ou hereditária (DIMEFF, 2002).

O terceiro modelo, o Espiritual, diz que o indivíduo é praticamente responsável por sua dependência, mas a cura não depende do sujeito e sim de uma força que está fora de seu alcance, um poder superior. Encontramos esse modelo nos programas de Doze Passos, como os Alcoólicos Anônimos e os Narcóticos Anônimos.

No quarto modelo, o Compensatório ou Biopsicossocial, o autor apresenta como base o modelo cognitivo comportamental, onde o sujeito não é responsabilizado pelo desenvolvimento do problema - que pode ser causado por fatores orgânicos, psicológicos e sociais - mas o sujeito é responsável por sua mudança de comportamento e conduta. O padrão mal adaptado de hábitos adquiridos pode ser modificado por condicionamentos clássicos, operantes e por observação. A recaída é um erro que pode ser temporário, caso haja a decisão de mudança.

Esses modelos servem para orientar a atuação do poder civil na resposta à sociedade sobre os delitos provocados por esse hábito. Podemos citar a existência de duas maneiras de atuação: a “guerra às drogas” e a redução de danos. Baseada no modelo moral, os EUA iniciou a “guerra às drogas”, sendo este o modelo utilizado pelo Movimento de Temperança para a Guerra às Drogas (War on drugs). Para esse movimento, desde o início, o jovem só tem a opção de dizer não e deve deixar de usar a droga para iniciar o tratamento.

A outra maneira é a redução de danos, cujo principal objetivo é reduzir os danos que a droga causa à sociedade e ao usuário. Esse movimento teve início na

Europa, mais precisamente na Holanda em 1960, com usuários de drogas injetáveis, que recebiam seringas descartáveis com a recomendação de não compartilhá-las com outras pessoas. Foi usado na época para reduzir os casos de hepatite e, mais recentemente, para controlar o vírus HIV. O principal objetivo da redução de danos não é a abstinência e sim meios para melhorar a qualidade da saúde do sujeito. Esta proposta tem como princípio o respeito à liberdade de escolha.

Redução de danos: Políticas e programas que tentam principalmente reduzir, para o usuário de drogas, suas famílias e comunidades, as consequências negativas relacionadas à saúde, aspectos sociais e econômicos decorrentes de substâncias que alteram o temperamento (BRASIL, 2004).

Questionamentos sobre essa forma de atuação são naturais e algumas pessoas acreditam que há favorecimento ao uso de drogas, mas a atuação do profissional de saúde que trabalha com esse método adverte que o objetivo é minimizar as consequências físicas no usuário e as consequências sociais. Em linhas gerais:

É uma situação alternativa na saúde que pode ser utilizada nos modelos moral, criminal e de doença por usuários de drogas. Leva em conta a resistência do usuário em abandonar a droga. Considera a abstinência ideal, mas trabalha com programas de baixa exigência para que o usuário o aceite. Os agentes de saúde vão até o usuário, não é o usuário que tem que ir até o agente de saúde. Para reduzir as consequências o usuário é estimulado a dar um passo de cada vez. É uma abordagem que inicia com o usuário e posteriormente vai para o tratamento e não o oposto. A população é convidada e aceita a participar e há tentativa de estabelecer trocas entre o usuário e a comunidade (MARTINS; MANZATO; CRUZ, 2005, p.319).

A redução de danos é também associada a uma perspectiva desenvolvimental e considera o uso de drogas uma seqüência sucessiva, isto é, como um ciclo que se forma e se inicia com a 1- Abstinência; 2- Uso experimental, acompanhado de atividades de lazer; 3- Abuso Precoce, quando já existe uma freqüência; 4- Abuso, uso regular por um longo tempo e com varias consequências; 5- Dependência, uso contínuo e ajuste da acomodação do padrão de uso; 6- Recuperação, há um retorno à abstinência e um risco de iniciar um novo ciclo (MARTINS; MANZATO; CRUZ, 2005, p. 320) .

Para Winters (2000), devemos levar em conta cinco pontos em relação aos cuidados com usuários de drogas: primeiro, o emprego de algumas drogas com necessidade de intervenção urgencial. Segundo, a idade do sujeito quando inicia o uso: crianças e adolescentes são mais frágeis para continuar usando drogas. Terceiro, o adolescente já faz uso constante de doses médias (sempre nos finais de semana, por exemplo) ou uso esporádico de altas doses (datas específicas). Quarto é a bebida unida com momentos inapropriados: beber e ficar agressivo, beber e dirigir, beber e praticar sexo sem segurança. Quinto é quando há um padrão familiar ou social, que pode definir a família e a sociedade como fator protetor ou de risco: a família não aceita, no entanto, usa e serve de exemplo, ou ela não usa e o padrão conhecido é o comportamento dos colegas.

Em função dessas questões resolvemos avaliar em que medida o álcool prejudica o desenvolvimento cognitivo e o desempenho escolar do sujeito, neste caso o adolescente usuário de álcool e sob situações de estresse.

EPIDEMIOLOGIA: BRASIL/SÃO PAULO/SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Um levantamento do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), realizado nas 108 maiores cidades brasileiras no ano de 2005 (CARLINI et al., 2007), apontou que 52,8% dos meninos e 50,8% das meninas que se encontram na faixa etária de 12 a 17 anos, já tiveram experiência, pelo menos uma vez, com álcool. Esse estudo aponta ainda que e o número de dependentes nessa faixa etária chega a 7,3% para os meninos e 6,0% para as meninas.

Na cidade de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo uma pesquisa realizada por Muza (1997) constatou que 88,9% dos adolescentes fez uso do álcool na vida, o uso no ano é de 80,7%, o uso no mês é de 56,4% e consomem álcool todos os dias 8,5% dos jovens.

Em São José do Rio Preto, também no Estado de São Paulo, encontramos a pesquisa de Silva (2006). Ele trabalhou com 22 escolas Públicas e 1035 alunos, sendo 56,6% jovens de 16 a 17 anos e 21,5% de 14 e 15 anos, 48,2% eram do sexo feminino e 51,8% do sexo masculino. O álcool é a droga de uso lícito mais consumida na vida desses adolescentes com 77%. O estudo ainda nos mostra que 15,1% dos jovens fazem uso freqüente do álcool e que 1,4% fazem uso diário.

PROBLEMAS CONSUMO DO ÁLCOOL

Estes dados evidenciam a grande probabilidade dos jovens brasileiros ficarem dependentes do álcool, e como consequência deste uso, encontramos (MARTINS, 2006) em todo país uma concentração de diversos problemas, os quais que podem ser divididos principalmente em três núcleos: a) problemas sociais, relacio-

nados ao desempenho escolar, relacionamento familiar e relacionamento social. b) problemas legais, quando ainda não tem idade para consumir a bebida alcoólica, quando dirige embriagado com amigos ou sozinho, quando desacata autoridade, quando é agressivo e comete outros delitos. c) problemas de saúde que são cumulativos e em grande parte não apresentam sintomas imediatos.

Entre os problemas gerais causados pelo uso de bebidas alcoólicas têm-se os relacionados à saúde da população, acidentes de trânsito, agressões, gastos hospitalares, além de ser a segunda causa de internações psiquiátricas (ALMEIDA, CONTINHO, 1993). É também uma das principais causas de aposentadoria por invalidez, do absenteísmo e dos acidentes de trabalho.

Gazal-Carvalho (2002) observou, em um hospital de atenção ao trauma na cidade de São Paulo, durante o período da realização de sua pesquisa, que, na ocorrência de acidentes de transporte (47,2%) e agressões (25,6%), 28,9% dos sujeitos haviam consumido álcool.

Pesquisas realizadas em dois grandes hospitais do Rio de Janeiro no ano de 1996 (MINAYO; DESLANDES, 1998), mostram que 33% dos casos de pessoas atendidas na emergência devido a agressões, durante o período de um mês, no hospital Miguel Couto (HMMC) estavam ligados ao uso de drogas e, no hospital Salgado Filho (HMSF), a relação é de 37% envolvendo o uso dessas substâncias. De cada três agressões, uma envolve o consumo de drogas e dessas o álcool se configura como a mais freqüente, com 88% no HMMC e 90,7% no HMSF (MINAYO; DESLANDES, 1998).

As evidências indicam que o álcool é a droga que tem maior relação com a violência, porém sua legalidade o torna socialmente aceito e muito consumido mesmo que se tente regular seu uso, uma vez que como droga lícita, dificulta o trabalho dos educadores de evitar o consumo em excesso dessa substância. O álcool além de ser a droga mais consumida no país (cerca de 70% da população brasileira experimentou bebidas alcoólicas pelo menos uma vez na vida), é também, a droga de maior custo social no Brasil. Segundo o DATASUS de 2001, foram efetivadas 84.467 internações de pacientes para tratamento com problemas relacionados ao uso de álcool no Brasil. O Sistema Único de Saúde – SUS tem um custo anual de 60 milhões de reais com esses pacientes (BRASIL, 2003; CRUZ, 2006).

Em uma pesquisa realizada na cidade de Cuiabá MT (SOUZA, 2005), verificou-se que a prevalência para o consumo de álcool é de 71,3% e de 13,4% para alcoolismo em uma amostra total, sendo que para estudantes que trabalham, respectivamente, 81% para consumo e 14,9% para alcoolismo, e para estudantes que não trabalham é de 65,8% para consumo e 12,6% para alcoolismo. O uso de álcool

e o alcoolismo não estão associados ao trabalho e sim ao sexo masculino (SOUZA, 2005).

Pensando nas consequências cumulativas do uso abusivo de álcool podemos observar na pesquisa de Costa (2004), realizada com indivíduos adultos, que a prevalência do consumo em abuso encontrada foi de 14,3%, sendo 29,2% para os homens e 3,7% para as mulheres. Nesta pesquisa, também foi identificado o grupo que se destaca como maior consumidor de álcool: homens, idosos, pessoas com pele negra, de baixo nível social, fumantes pesados e que já apresentam alguma doença crônica.

De acordo com Tavares (2001), embora, na maioria das vezes, mesmo que o uso seja apenas experimental, é possível notar padrões que refletem comportamentos observados na vida adulta e que podem ser indicativos da necessidade de estabelecer medidas preventivas nessa etapa de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe uma necessidade de cuidado do sujeito adolescente que faz uso abusivo de álcool, porque ele se torna um indivíduo com um melhor indicador na fase adulta em relação à dependência de álcool, pois, encontramos o reflexo do consumo do adolescente na fase adulta.

Em atenção ao caráter preventivo dessa pesquisa podemos salientar duas informações importantes colhidas das declarações dos próprios usuários: os mesmos afirmam beber em família, mas afirmam não comprar o produto, recebendo-o, portanto de outra pessoa. A postura da família em relação ao consumo de álcool precisa ser revista.

A partir das informações dessa pesquisa, um programa de redução de danos em relação ao uso de álcool não pode deixar de considerar os papéis e as ações da escola e da família, ou seja, qualquer programa não pode desconhecer que o bebedor jovem consome em família, e que a escola e a família pode não estar aproveitando e estimulando o jovem de maneira adequada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.M, COUTINHO, E.S.F. Prevalência de consumo de bebidas alcoólicas e de alcoolismo em uma região metropolitana do Brasil. Revista de Saúde Pública, 1993, 27 (1): 23-9.

BRASIL. Ministério da saúde, Secretaria executiva, Secretaria de atenção a Saúde, Coordenação Nacional DST/AIDS. A política do ministério da saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____, Ministério da saúde, Secretaria executiva, Secretaria de atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Álcool e redução de danos: uma abordagem inovadora para países em transição/Ministério da Saúde/Secretaria de atenção á saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1 ed. Em português, ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRICKMAN, P; RABINOWIT, V.C.; KARUZA, J.; COATES, D.; COHN, E.; & KIDDER, L. (1982). 'Models of helping and coping. American Psychologist, 37 368-384.

CARLINI, E. A. et al. I levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país - 2005. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID: Universidade Federal de São Paulo, 2007.

COSTA, J.S.D et al. Consumo abusivo de Álcool e Fatores Associados: estudo de base populacional. Revista de Saúde Pública, 2004; 38 (2): 284-91.

CRUZ, L.A.N. Uso de álcool e julgamento sócio-moral de estudantes do ensino médio. 2006. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Marília, SP. 2006.

DIMEFF, L. A. et al. Alcoolismo entre estudantes universitários: uma abordagem de redução de danos. São Paulo: Unesp. 2002.

GAZAL-CARVALHO, C. et. Al. Prevalência de alcoolemia em vítimas de causas externas admitidas em centro urbano de atenção ao trauma. Revista de Saúde Pública, 2002; 36 (1): 47-54.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-IV-TR). 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARTINS, R.A.; MANZATO, A. J.; CRUZ, L. N. O uso de bebidas alcoólicas entre adolescentes. Juventude Contemporânea. Perspectivas Nacionais e Internacionais. Rio de Janeiro: Nau FAPERJ, p. 301- 326, 2005.

MINAYO, M.C.S, DESLANDES, S.F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14. n. 1. p. 35-42. 1998.

MUZA, G. M. et al. Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP (Brasil). I – Prevalência do consumo por sexo, idade e tipo de substância. Revista de Saúde Pública. v. 31. n. 1. p. 21-29. 1997a.

SILVA E. F. et al. Prevalência do uso de drogas entre escolares do ensino médio do município de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. Caderno de Saúde Pública, 22 (6): 1151 – 1158, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, D.P.O; ARECO, K; FILHO, D.X, Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá, Mato Grosso: Rev Saúde Pública São Paulo. 2005.

TAVARES, B.F; BÉRIA, J.U; LIMA, M.S, Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. Revista de Saúde Pública, vol 35, número 2, São Paulo, abril 2001.

TEORIAS RELATIVAS AO CONSUMO DE ÁLCOOL. Winters, K.C.; Stinchfield, R.D.; Opland, E.; Weller, C.; Latimer, W.W. - The effectiveness of the Minnesota Model approach in the treatment of adolescent drug abusers. Addiction 95(4): 601-612, 2000.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO PACIENTE RENAL CRÔNICO EM TRATAMENTO DIALÍTICO

Mariana Crepaldi de OLIVEIRA¹

RESUMO

O objetivo do artigo é compreender o universo do paciente renal crônico, para auxiliá-lo no processo de adoecimento. Foi utilizado como método pesquisa de literatura sobre o surgimento da psicologia na equipe transdisciplinar, características do paciente/cliente renal crônico e as atribuições do psicólogo inserido neste contexto. Concluiu-se a importância de salientar a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, principalmente em relação às atuações. Compreendemos o paciente em todos os aspectos biopsicossociais, no entanto precisamos de embasamento científico para práticas e intervenções.

PALAVRAS-CHAVE

Equipe Transdisciplinar, Intervenções, Pacientes Renais, Psicologia

INTRODUÇÃO

Com o avanço da Ciência, notamos uma marcante modificação no que tange as enfermidades chamadas crônicas e terminais, como a insuficiência renal crônica (IRC). O aparecimento de medicamentos eficazes e o tratamento dialítico vêm proporcionando uma sobrevida maior aos pacientes (MARIANO, 2004). Segundo Lima & Gualda (2000, apud Pregnotatto 2005), não basta à utilização de bons recursos tecnológicos, é importante a valorização do paciente enquanto pessoa, que tem sua forma

AUTORES

¹ Especialista em Psicologia Organizacional e Recursos Humanos;

UniToledo Araçatuba

Psicóloga do Hospital Auxiliadora - Três Lagoas

Docente dos Cursos Enfermagem, Psicologia e Comunicação Social das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS

singular de pensar, agir e sentir. Zimmermann, Carvalho e Mari (2004), reforçam a afirmação acima, dizendo que a grande preocupação em relação ao paciente renal crônico está diretamente ligada a aspectos emocionais e qualidade de vida.

SURGIMENTO DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA AO PACIENTE RENAL CRÔNICO NAS EQUIPES TRANSDISCIPLINARES

Até pouco tempo atrás, os portadores de IRC eram estudados em termos de quantos sobreviviam em relação aos tratamentos disponíveis. Atualmente as áreas médicas assumem cada vez mais uma perspectiva biopsicossocial de homem, com a qual a Psicologia tem contribuído significativamente. Assim, tornou-se evidente o interesse pela investigação das relações existentes entre os fatores psicossociais, a incidência, a evolução e o tratamento do portador de uma doença renal crônica.

No contexto de implementação do Sistema Único de Saúde, a inserção do (a) psicólogo (a) para atuação na saúde se deu pela via da integralidade, com o princípio da atenção integral a saúde (Mazza;Ipiranga, 2003; Spink; Matta, 2007, apud CREPOP, 2008).

De acordo com os autores Thomas & Alchieri (2005), a assistência psicológica deve objetivar principalmente a avaliação das condições de adaptação às novas situações que o tratamento dialítico impõe, pois as mesmas são inevitáveis e acarretam limitações, assim como possibilita a extensão de vida com qualidade. Sendo assim, cabe ao psicólogo manter um papel motivador e orientador no processo de acompanhamento psicológico nas unidades de TRS, visando o benefício não somente aos pacientes, mas também estendê-la a rede de apoio compreendida pelos seus familiares/cuidadores e a equipe transdisciplinar, compreendida por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, nutricionais e fisioterapeutas.

O PACIENTE RENAL CRÔNICO E SUAS VULNERABILIDADES

Mariano (2004, apud Rezende 2006), ilustra a realidade do paciente renal crônico através do mito grego antigo de “Scyla” e “Charybdis”. Nele, os marinheiros enfrentavam uma área perigosa na costa da Sicília, através da qual precisavam passar. De um lado aguardava “Scyla”, um monstro de seis cabeças, cujos membros inferiores

eram serpentes e cães ferozes. Do outro havia “Charybdis”, um terrível redemoinho. Diante desse mito, podemos pensar que o paciente renal crônico tem duas escolhas, está preso entre a morte certa ou uma vida dependente do suporte tecnológico (máquinas de diálise).

Neste cenário, devemos ajudá-lo a se reorganizar fisicamente e psicologicamente. No entanto, essa organização é diferente em cada esfera de desenvolvimento.

Segundo Schacter & Singer, 1992, apud Marinho, Santos e Pedrosa (2005), quando o paciente adoece, algo modifica ou destrói o seu corpo, é preciso reorganizar a concepção que se faz de si mesmo.

Avaliar as condições de adaptação às novas situações que o tratamento dialítico impõe e as limitações que acarretam, considerando a reorganização fisiopsíquica ser diferente em cada esfera de desenvolvimento humano, é o desafio que está posto para os profissionais de saúde, em particular para os psicólogos que estão atuando nessa área. Faz-se necessário, viabilizar condições para que o indivíduo que sofre de uma doença renal crônica tenha uma melhor qualidade de vida, dentro das limitações impostas pela rotina do tratamento. “Os pacientes são selecionados para hemodiálise quando os sintomas de falência renal são incontroláveis por dieta ou outras formas de tratamento”, segundo Bellodi (1994, p04).

Há sentimentos comuns aos pacientes pelo modo como se manifestam a patologia, a condição crônica da mesma, as intensas mudanças na rotina do paciente e sua família, o ambiente do ambulatório e o prolongado e doloroso tratamento realizado. Isso tudo, precipita uma série de conseqüências nos pacientes, que por si só já influenciam na dinâmica psíquica dos mesmos, tornando-a mais suscetível a conflitos e instabilidades, independente do histórico de vida de cada um. A sensação de perde de tempo durante o tratamento (04hs, 03x/semana) causa sofrimento, torna o paciente frágil e debilitado emocionalmente.

ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NO SERVIÇO TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

O psicólogo tem as seguintes atribuições no serviço de terapia renal:

Desenvolver junto aos pacientes recursos cognitivos e emocionais adequados de enfrentamento do tratamento;

Restabelecer o equilíbrio psicológico do paciente, auxiliando os familiares (suporte e acolhimento) em relação às mudanças de comportamentos resultantes do enfrentamento da doença;

Disseminar o conceito de humanização, tanto em relação ao clima organizacional, como nas relações com o paciente;

Promover apoio e fortalecer a auto-estima, instaurar confiança, identificar, avaliar e modificar conceitos rígidos acerca da situação pessoal do doente, da família, das limitações impostas pela doença e pelo tratamento dialítico;

Auxiliar a equipe transdisciplinar (médico, assistente social, nutricionista, Enfermeiro e técnicos de enfermagem), fazendo uma ponte entre paciente e equipe, ou seja, intermediando as relações;

Promover qualidade de vida aos pacientes submetidos a TRS, por meio de ambiência do setor.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM UNIDADES DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA

Após diagnóstico de IRC (insuficiência renal crônica), o paciente passa por diversas fases de aceitação da doença. A qualidade do tratamento e da vida desse paciente está diretamente ligada ao modo como o paciente processa cognitivamente a doença renal crônica e suas conseqüências. Após o impacto do diagnóstico, torna-se necessário adaptar-se a nova situação, evidenciando-se o perfil da personalidade do paciente, a qual influencia demasiadamente na evolução do tratamento. As características pessoais podem determinar melhor a adesão ou não a diálise, o que vai predizer um melhor ou pior prognóstico (Thomas & Alchieri, 2005).

A rotina de acompanhamento psicológico deve seguir alguns padrões, sempre lembrando que, devemos adaptar os testes e técnicas a cada tipo de paciente e não ao contrário, pois estamos lidando com a subjetividade dos mesmos.

Quando o paciente chega até ao serviço de psicologia, após o diagnóstico de IRC, ele percebe na maioria das vezes a sua saúde de modo negativo, reduzindo assim o seu funcionamento físico e profissional. As interações sociais são limitadas pelos sintomas da doença crônica e as suas avaliações de qualidade de vida influenciam diretamente no seu comportamento psicológico e social, alterando a sua auto-estima e a sua capacidade de enfrentamento. A condição crônica de saúde predispõe dificuldades emocionais que se acentuam com a falta de apoio e afeto por parte dos familiares, o que interfere na adesão ao tratamento. Apoio social e ajuda em situações estressantes podem facilitar o controle da doença e das emoções, favorecendo a saúde e o bem estar do paciente (Pedroso & Sbardelloto, apud Tamburini, 2000).

CRENÇAS RELACIONADAS AO PROCESSO DE ADOECIMENTO E CURA

Baseado no trabalho de Marinho, Santos e Pedrosa (2005), “Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em pacientes renais crônicos”, objetivamos identificar as crenças quanto ao tratamento e à cura, compreendendo o sistema de representações veiculadas e transmitidas culturalmente.

Para uma melhor compreensão deste assunto, se faz necessário entender o que são crenças. Na visão de Diniz (apud Marinho Santos e Pedrosa, 2005), crença é sinônimo de convicção e conjuntos de opiniões que constituem princípios.

Sendo assim, a crença pode fortalecer e servir como mantenedora do tratamento, ou ser tão resistente ao ponto de interferir no resultado do tratamento.

Dentre as crenças visualizadas em pacientes crônicos podemos observar práticas populares, como o conhecimento de ervas, a medicina popular, o folclore, valores culturais e religiosos.

Quando o paciente inicia o tratamento, ele tem muitas dúvidas em relação ao tratamento, alimentação, medicação, direitos trabalhistas, etc. Devido a ansiedade e angústia desses pacientes, muitas vezes eles utilizam sua rede de relacionamentos (vizinhos, parentes e amigos), para solucionar suas dúvidas. Muitas vezes essas pessoas são leigas e acabam transmitindo informações inadequadas ao paciente. Quando o mesmo chega para atendimento está “contaminado” com todo tipo de informação, e essas crenças instauradas são difíceis de serem modificadas.

Dentre as crenças sobre o tratamento, podemos destacar as seguintes: “quem faz hemodiálise morre logo”, “começou a fazer hemodiálise, não vai durar muito tempo”, “esse lugar é de morte”, etc.

Diante desses dados, o paciente pode ter dois comportamentos: a evitação e o enfrentamento.

Segundo Marinho Santos e Pedrosa (2005), quando apresentam evitação ou enfrentamento, de uma ou de outra forma, observa-se o comprometimento emocional e a necessidade de busca pelo equilíbrio perdido.

Ainda para os mesmos autores, é nesse momento que o Psicólogo não deve ter como objetivo a análise e sim o acolhimento de angústias e incertezas. Nesse momento devemos mostrar ao paciente o que ele vai enfrentar, pois conhecendo seu “inimigo”, ele saberá quais “armas” deverá usar. Se nesse momento ele sentir-se acolhido, e saber que não está sozinho, poderá acreditar na possibilidade de vencer essa “guerra”.

Para Souza e Moraes (2006), as recomendações e informações ao paciente

devem ser devidamente fornecidas, tanto para estimular o enfrentamento da doença, quanto para que lhe seja dada à possibilidade de consentir ou não com o tratamento.

Segundo os mesmos autores, as crenças religiosas estão entre as mais acalentadas convicções do ser humano, cuja vida é tremendamente influenciada por sua visão dos atributos e sua relação pessoal com Deus, além dos atributos das outras pessoas. Na atual sociedade pluralista em que vivem, o respeito mútuo às convicções pessoais, faz com que haja uma relação pacífica entre elas.

Por conta desse pluralismo é que devemos esperar as mais diversas divergências em relação à saúde. No entanto, devemos respeitar esse conflito ético moral, pois através dele é possível entender o ser humano que existe por trás da doença.

[...] respeitar as convicções religiosas do paciente adulto e capaz equivale a respeitar a autonomia e autodeterminação individual. O respeito à autodeterminação fundamenta-se no princípio da dignidade da natureza humana. O respeitar a pessoa autônoma pressupõe a aceitação do pluralismo social (Nogueira, apud Souza e Moraes, 2006).

Existem algumas crenças que são importantes para a manutenção do tratamento. De acordo com Marinho Santos e Pedrosa (2005), alguns pacientes precisam crer em algo, para se manterem vivos, caso contrário, não terão em que acreditar.

Os mesmos autores concluem que a necessidade de um psicólogo como integrante de equipes transdisciplinares se dá a partir da avaliação dos conteúdos subjetivos, temores, frustrações, crenças e outras dificuldades de ordem psíquica que podem produzir sintomas e resultar no abandono do tratamento.

CONCLUSÃO

Apesar da vasta possibilidade de atuação do psicólogo em clínicas de diálise, existe pouca literatura científica necessária para auxiliar na prática profissional e na formação do psicólogo. Podemos perceber que muito se sabe sobre aspectos psicológicos do paciente renal crônico, sobre as representações sociais elaboradas por tais pacientes e sintomas psicopatológicos do renal crônico. No entanto, é difícil encontrar livros, artigos, revistas que forneçam embasamento para atuações e intervenções.

Notas

1. Este trabalho faz parte de um manual elaborado para o tratamento de pacientes/clientes renais crônicos. Trata-se de uma iniciativa da Vigilância do Estado do Mato Grosso do Sul, com profissionais da área de saúde (enfermeiros, médicos, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, educadores físicos e fisioterapeutas) que trabalham diretamente com esse público, em clínicas de diálise.

REFERÊNCIAS

MARIANO, S. R. T, Mini-Curso – Psicologia Hospitalar. Anais da VI Semana de Psicologia da UEM: Subjetividade e Arte. Maringá: UEM, 2004. Disponível em: <<http://www.dpi.uem.br/vi-semanapsi/pdf/resumo%20do%mini-curso%20Psicologia.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

PREGNOLATTO, A. P.F. Alexitimia e sintomas psicopatológicos em pacientes com insuficiência renal crônica. Dissertação de pós-graduação não publicada, PUC-Campinas, 2005.

DAMIÃO, E.; ANGELO, M. A experiência da família ao conviver com a doença crônica da criança. Rev Esc Enf. USP, v.35, n. 1, p. 66-71, mar. 2001.

NOGUEIRA M. C. de. Um estudo sobre os cuidadores familiares de pacientes internados com doenças hematológicas. Psic, vol.3, no.1, p.124-141, jun. 2002..

BRITO, D. C. S. de e BARROS, D. T. R. A Orientação Profissional como método terapêutico e reabilitador de pacientes portadores de doenças crônicas. Rev. bras. orientac. prof. [online]. dez. 2008, vol.9, no.2 [citado 23 Junho 2009], p.141-148. Disponível na www: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200012&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1679-3390.

REZENDE, M. A. Z. Tentando compreender o significado da hemodiálise para o paciente renal crônico: estudo de caso através da abordagem fenomenológica existencial. Dissertação de pós-graduação, PUC-Campinas, 2006.

THOMAS, C. V. e ALCHIERI, J. C. Qualidade de vida, depressão e característi-

cas de personalidade em pacientes submetidos à hemodiálise. Aval. psicol. [online]. jun. 2005, vol.4, no.1 [citado 23 Junho 2009], p.57-64. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000100007-&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2005.

VELLOSO, R. L. M. Efeitos da hemodiálise no campo subjetivo dos pacientes renais crônicos. Cogito. [online]. 2001, vol.3 [citado 23 Junho 2009], p.73-82. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792001000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2009.

ZIMMERMANN, R; CARVALHO, J.O. & MARI, J.J. Impacto da depressão e outros fatores psicossociais no prognóstico de pacientes renais crônicos, Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v.26(3), Porto Alegre, 2004

PEDROSO, R.S.; SBARDELLOTO, G. Qualidade de vida e suporte social em pacientes renais crônicos: revisão teórica. Revista Virtual de Psicologia Hospitalar e da saúde. Belo Horizonte, Fev-Jul, Ano 3, n.7. 2008.

MARINHO, R. F., SANTOS, N. de O., PEDROSA, A. F. et al. Crenças relacionadas ao processo de adoecimento e cura em pacientes renais crônicos. Psicol. hosp. (São Paulo), ago., vol.3, no.2, 2005.

CASTRO, E. K. de. O paciente renal crônico e o transplante de órgãos no Brasil: aspectos psicossociais. Rev. SBPH, Jun, vol.8, no.1, p.1-14. 2005.

VELLOSO, Rosana Laura Martins. Efeitos da hemodiálise no campo subjetivo dos pacientes renais crônicos. Cogito, vol.3, p.73-82, 2001.

ALMEIDA, F. F., CANTAL, C. & COSTA JUNIOR, Á. L. Prontuário psicológico orientado para o problema: um modelo em construção. Psicol. cienc. prof., jun., vol.28, no.2, p.430-442, 2008.

LOPES, A. A. (1999). Prontuário orientado por problemas e evidências (POPE): modelo de prontuário médico para a assistência de pacientes internados e ambulatoriais. Desenvolvimento de material didático ou instrucional – apostila. Disponível em: <www.uniplac.br/revistamedica.pdf>. Acesso em 12 jan. 2009.

MASSAD, E., MARIN, H. F., & AZEVEDO NETO, R. (2003). O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico. São Paulo: USP/OPAS. Disponível em: <<http://www.med.fm.usp.br/dim/livrosdim/prontuario.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2006

SOUZA, Z.S. e MORAES, M.I.D.M. A ética médica e o respeito às crenças religiosas. Disponível em: <www.portalmedico.org.br/revista/bio1v6/eticmedica.htm>. Acesso em 11 jan. 2006.

A PRIVAÇÃO MATERNA: EFEITOS PSICOSSOCIAIS

Alini Daniéli Viana Sabino¹

Ana Luísa Quatrina³

Eduardo Barbuio²

Natália Delgado Ferreira⁴

RESUMO

A Privação Materna é caracterizada pela ausência da figura materna nos primeiros anos de vida. As conseqüências desse fenômeno podem causar impacto biopsicossocial, além de experiências traumáticas. Assim o presente estudo tem como objetivo identificar os efeitos psicológicos decorrentes da privação materna parcial e os padrões de comportamentos em crianças que sofrem de privação parcial. Para a coleta dos dados foram utilizados: ficha de identificação e um protocolo elaborado para o estudo contendo questões que visam identificar os efeitos da privação materna. Os resultados obtidos indicam que entre as cinco crianças avaliadas, 100% apresentaram alguma alteração física e/ou emocional. Entre as alterações do sono, 40% apresentaram insônia e 20% hipersonia. Com relação ao atraso motor, 20% apresentaram alterações, sendo que 80% não demonstraram tais comprometimentos. Quanto ao isolamento social 80% das crianças não apresentaram momentos de isolamento social e 20% demonstraram tais comportamentos. Por fim, 20% apresentaram expressão facial triste. Contudo, os resultados do estudo sugerem que para o desenvolvimento infantil adequado é significativo a presença da figura materna e seus cuidados, os quais são imprescindíveis nos primeiros anos de vida.

PALAVRAS-CHAVE

Privação materna, institucionalização, efeitos psicológicos

Introdução

Os estudos voltados à psicologia infantil, sobretudo, os que buscam desenvolver a observação de crianças na primeira infância, tem recebido atenção especial desde os primórdios da psicologia (SPITZ, 1947).

Assim, as pesquisas voltadas às crianças em situações de privação, bem como a avaliação das conseqüências dessa situação passou a ser foco de pesquisas. Com esse objetivo, crianças abandonadas em creches ou orfanatos privadas de suas

AUTORES

1 Coordenadora do curso de Psicologia da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS. Professora do curso de Psicologia da. São José do Rio Preto/SP. Mestre em Ciências pela UNESP. Doutoranda em Psicologia Escolar pela UNESP.

2 Professor do curso de Psicologia da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS. Mestre em Psicologia.

3 Graduanda em Psicologia da AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

4 Graduanda em Psicologia da AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

mães passaram a ser estudadas (SPITZ, 1947).

As primeiras observações foram realizadas em orfanatos e berçários de uma prisão. Os resultados desses estudos mostram que essas crianças apresentam um sensível atraso mental e progressiva debilidade física, apesar do ambiente limpo e organizado oferecido pela instituição (Spitz, 1947). Por outro lado, no berçário da mesma prisão, o autor aponta que as crianças apresentaram desenvolvimento acelerado, níveis de inteligência dentro da média e estimulação adequada (SPITZ, 1947).

Com a finalização do estudo, os resultados dos testes de quociente de desenvolvimento indicaram que os níveis de desenvolvimento das crianças que viviam com a suas mães eram consideravelmente maior. Assim, conclui suas observações afirmando que

“a falta de contato materna era o fator que impedia o desenvolvimento das crianças do orfanato e afirmou que o quadro contrastante dessas duas instituições mostra a importância da relação mãe-filho para o desenvolvimento das criança durante o seu primeiro ano de vida” (SPITZ, 1947, p. 237).

Com essas experiências, os estudiosos da época buscavam a compreensão da relação entre mãe-filho. Afirmavam a existência de dois fatores, o quantitativo e o qualitativo, sendo uma gerada por doenças de carência afetiva e a outra por doenças tóxicas (SPITZ, 1947).

No fator quantitativo, autores afirmam que o dano decorrente da privação era proporcional a duração dessa privação. Sendo que as consequências podem ser dependentes do tempo em que a criança sofreu e a época em o fato ocorreu: período do nascimento ou se estendeu por toda infância e as consequências de cada fase.

Nessa linha de pensamento Spitz (1947) criou duas categorias da privação afetiva, a parcial e a afetiva total. A primeira é chama de “depressão anaclítica”, ou seja, como a criança perdesse o apoio de sua mãe. E a segunda seria a privação afetiva total ou chamada de hospitalismo, que seria a ausência da mãe depois de cinco meses.

Dessa maneira, para observar as categorias descritas realizou um estudo em uma creche observando 123 crianças escolhidas aleatoriamente. Participaram do estudo, crianças no período de um ano a um ano e meio, as quais apresentaram relação positiva com a mãe nos primeiros seis meses de vida, e o desenvolvimento adequado. Após um ano de observação, algumas crianças começaram a apresentar mudanças comportamentais seguindo uma sequência de choro excessivo, retraimento e ignorar contato social por dois e três meses. Após esse período de observa-

ção, outras conseqüências foram notadas como perda de peso, insônia e isolamento social. Além de atraso no desenvolvimento de sua personalidade (SPITZ, 1947).

Spitz (1947) aponta que algumas crianças em situação de privação apresentam síndromes, com manifestações específicas para cada uma. Segundo ele, esta síndrome do comportamento é desenvolvida nos três primeiros meses de privação, definindo que cada mês ocorre mudanças no comportamento. No primeiro mês, as crianças tornam-se chorosas, exigentes e tendem a apegar-se aos observadores quando conseguem estabelecer contato com elas. No segundo mês, o choro passa a ser substituído por gemidos e atraso no desenvolvimento. Enfim, no terceiro e último mês da síndrome, as crianças recusam o contato, apresentam insônia e o atraso motor torna-se generalizado.

Em seu período de observação Spitz (1947) conclui que essas crianças desenvolveram a síndrome, pois foram afastadas de suas mães. Sendo que as crianças que não foram afastadas não desenvolveram esta síndrome. Em seus estudos o psicanalista também observa

as influências do reencontro com a sua mãe, “observa que os sintomas que as crianças apresentaram é como uma depressão em um adulto” (SPITZ, 1947, p. 240). Refere que a perda do objeto de amor, tanto no adulto como na criança é considerado como um fator determinante.

O autor acrescenta que os sintomas são diferentes e encaixa essa integração em depressão Anaclítica, afirmando a ocorrência dos sintomas e a necessidade de ter uma boa relação com sua mãe antes da separação. Propõe que na depressão Anaclítica se o objeto de amor volta a esse bebê entre esse período de três a cinco meses essa situação ainda não é totalmente perdida e pode-se recuperar (SPITZ, 1947). No caso da privação afetiva ser total, em que a criança foi privada durante os 5 meses, os sintomas podem tornar-se progressivos e em grande parte irreversíveis.

Em estudos realizados por Motta, Lucion e Manfro (2005), psiquiatras relatam que mesmo na relação mãe-bebê em que não há intenção de ocorrer a privação materna, por exemplo, em decorrência da depressão pós-parto, o fenômeno é observado. Os efeitos da depressão podem ocasionar ausência de carinho e de atenção. Tais sintomas podem causar a chamada patologia do apego, alterações no EEG e no desenvolvimento mental e motor. Esses bebês apresentam algumas alterações comportamentais, tais como evitação do olhar e menor vocalização. No caso de crianças mais velhas, especificamente, em que a privação ocorre por volta do primeiro ano de vida, observaram alterações cognitivas com déficit de aprendizagem e transtorno depressivo, e problemas com desempenho na escola a longo prazo.

Para Winnicott (1997), no relacionamento entre mãe-filho pode ocorrer a preocupação materna primária, quando a mãe consegue satisfazer as necessidades primárias do bebê. Denomina o fenômeno de estilo de mãe considerada suficientemente boa. Apresenta comportamentos em que valoriza e dá carinho ao seu bebê, com a consequência de um desenvolvimento mental positivo.

Algumas funções do papel de mãe são descritas por Winnicott (1997), uma delas é quando a mãe é considerada suficientemente boa nos primeiros anos de vida, ou seja capaz de vivenciar com seu bebê o holding, que ocorre quando há identificação e dedicação da mãe na relação com seu bebê. Outra função é a capacidade de facilitar a formação de uma parceria psicossomática com a criança. E por último, a apresentação de objetos, onde o bebê inicia a exercer sua capacidade de interagir com os objetos. Para Winnicott (1997) somente na presença da mãe suficientemente boa que a criança pode iniciar um processo de desenvolvimento pessoal e real.

Bowlby (1990) em seus estudos estabelece como foco as ligações psicanalíticas e a biologia, e trabalha com a relação mãe-bebê. Define um sistema de apego que seria a relação do bebê com o seu cuidador. Este vínculo materno é importante para que os bebês tenham um desenvolvimento dentro de um sistema de apego seguro, o qual não depende somente da mãe para ser um desenvolvimento positivo, o bebê também segundo o autor, precisa responder com comportamentos.

Em estudos realizados após a Segunda Guerra mundial foi verificado que em função da necessidade de reconstruir as cidades, obrigou algumas mães a deixar seus filhos pequenos em creches. Assim, constatou-se várias consequências no desenvolvimento das crianças em função dessa separação, bem como efeitos danosos da separação e do desenvolvimento infantil em creches, instituições e hospitais (BOWLBY, 1951).

Hoje sabemos que a mãe é um suporte físico e psíquico para o bebê. Os estímulos visuais, tácteis e auditivos, fornecidos durante o cuidado, desempenham um importante papel no desenvolvimento da cognição por proporcionarem de forma instintiva reações emocionais na criança (MACHINESKI, OLIVEIRA, BECKER, 2005).

A presença da mãe ou um acompanhante fornece segurança ao bebê, e essa confiança básica desenvolve a percepção de cuidado e de que as necessidades da criança são atendidas regularmente. A tensão que é gerada pela dor ou pela

fome é dissipada em funções dos cuidados de um responsável ou pela própria mãe, e com isso, a criança cria uma estabilidade emocional através desses sentimentos de cuidado ou proteção (MACHINESKI, OLIVEIRA, BECKER, 2005). “Quanto mais forem atendidas as necessidades básicas da criança, tanto mais positivo será o ego e sua emotividade. Não basta cuidar, fazer coisas: é preciso falar, tocar, acariciar, estimular” (SCHIMITZ, 2005, p.182).

As crianças que sofreram de privação materna precoce podem desencadear transtornos de ego e também “caráter delitivo e estado depressivos quando adulto” (Schimitz 2005 apud Lebovici, 1963).

[...] a criança pode apresentar forte tendência a relações sexuais promíscuas e furtos. Uma necessidade exagerada de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência culpa e depressão, resultando em distúrbios nervosos e numa personalidade instável podem ser observados na privação parcial. Por outro lado a privação total tem efeitos maiores sobre o desenvolvimento da personalidade, e pode mutilar totalmente a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas. Pode-se observar como efeitos negativos dessa privação, o retardo mental, atraso no desenvolvimento da linguagem, incapacidade de relacionamento adotando um caráter anti-social além de distúrbios regressivos e delinquência (FERREIRA, 1998).

Motta (2005) relata algumas conclusões de Bowlby (1951), e afirma que bebês que sofreram privação materna mais prolongada deixam de sorrir para um rosto humano ou de reagir aos estímulos, apresentam perda de peso apesar de serem alimentados normalmente, alterações no sono, e são mais susceptíveis às infecções.

Com relação às crianças que tiveram relações com suas mães e depois sofreram a privação, alguns autores afirmam ser normal que as capacidades adquiridas sejam perdidas. Motta (2005) refere que, crianças que viveram em orfanatos na Romênia durante a maior parte de suas vidas, foram extremamente negligenciadas nesse período. As consequências mais frequentes dessa privação foi mutismo, face sem expressão, retraimento social e movimentos estereotipados bizarros. Essas crianças, com idades entre de 2 e 9 meses, foram separadas em dois grupos: um controle e um que recebeu estímulo físico e psicológico por 1 ano e 3 meses. Os resultados demonstraram que as crianças que haviam recebido estimulação apresentaram crescimento físico e desenvolvimento mental e motor (escala de Bayley) significativamente acelerado quando comparado ao grupo controle. No entanto, após 5-6 meses

de término do programa, elas não tinham nenhum desses índices superiores aos do grupo controle (MOTTA, 2005).

Para Silva (2004), os danos causados pela privação materna merecem preocupação, assim como o bem estar das crianças internadas em instituições como hospitais. Os resultados de estudos desenvolvidos pelo autor levaram pais e profissionais a discutirem e analisarem o processo de hospitalização, procurando alternativas para humanizar esta experiência, sendo que a humanização deve incluir competência sem dispensar cortesia e carinho.

No Brasil a preocupação com a permanência dos pais em hospitais passou a se tornar mais efetiva após a promulgação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No artigo 12, resolução 41/95, o ECA dispõe que os estabelecimentos de atendimento à saúde devem proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança ou adolescente (SILVA, 2004).

Assim, a partir do levantamento bibliográfico e da observação da carência de hipóteses experimentais que possam explicar a privação materna parcial, o presente estudo teve como objetivo geral identificar os efeitos psicológicos decorrentes da privação materna parcial intencional ou não intencional, e como objetivos específicos, identificar os efeitos negativos da privação materna e identificar padrões de comportamentos em crianças que sofreram privação parcial.

Metodologia

As entrevistas serão realizadas num Centro de Educação pelas pesquisadoras em horários em que as mães buscam seus filhos na instituição.

Foram participantes deste estudo, mães de crianças que por algum tempo sofreram privação materna e/ou provisões afetivas vitais, que normalmente é provocada pela mãe. Foram incluídos na pesquisa, cinco crianças, de ambos os sexos, com idade entre zero e cinco anos deixadas em Instituições durante um longo período de tempo, e que se encontravam ou já passaram pela fase de privação parcial. Foram excluídos do estudo: crianças com história de deficiência mental ou doença neurológica em função de que pudesse interferir na coleta de dados. Cinco participantes foram entrevistados, sendo que todas as entrevistas foram utilizadas para a análise dos dados.

DADOS DEMOGRÁFICOS	SUJEITO 01	SUJEITO 02	SUJEITO 03	SUJEITO 04	SUJEITO 05	%
IDADE	06 meses	09 meses	24 meses	12 meses	08 meses	11,8 meses
SEXO	M	M	F	F	F	40% M 60% F
IDADE EM QUE FOI DEIXADA NA INSTITUIÇÃO	Menos ou até 3 meses	4 a 5 meses	Menor ou até 3 meses	4 a 5 meses	Menor ou até 3 meses	60% menor/ até 3m 40% de 4 a 5 meses.
POR QUEM FOI DEIXADO NA INSTITUIÇÃO	C.T	C.T	C.T	C.T	C.T	100% C.T

C.T Conselho Tutelar

O presente estudo foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Associação de Ensino de Mato Grosso do Sul-AEMS, e aprovado pelo mesmo, estando de acordo com a Resolução CNS 196/96.

Para a coleta dos dados foi utilizado um protocolo elaborado para o estudo, contendo questões que investigaram a presença de privação materna parcial e os efeitos decorrentes dela enquanto passam pela Instituição.

Após receberem orientações sobre a realização do estudo, bem como assinatura do Termo de Consentimento Informado Pós-Eslcarecido, os sujeitos da pesquisa foram convidadas a responder às questões. As entrevistas realizadas com as mães foram feitas sem a presença de seus filhos, para garantir espontaneidade em seus relatos, preservar o sigilo, garantir um ambiente seguro e confortável, segurança em suas falas, além de favorecer a expressão.

Em seguida, os dados coletados foram analisados segundo o método quantitativo em pesquisa, os resultados avaliados, e enfim, as considerações finais elaboradas.

Materiais e Métodos

Ficha de Identificação: contendo dados pessoais dos participantes. Estes dados serão obtidos por meio de relatos dos pais, cuidadores ou responsáveis, após consentimento para realização do estudo.

Protocolo elaborado para o estudo: composto por uma entrevista contendo questões que estão relacionadas à vivência de crianças durante o período em que permanecem em Instituição privados de suas mães.

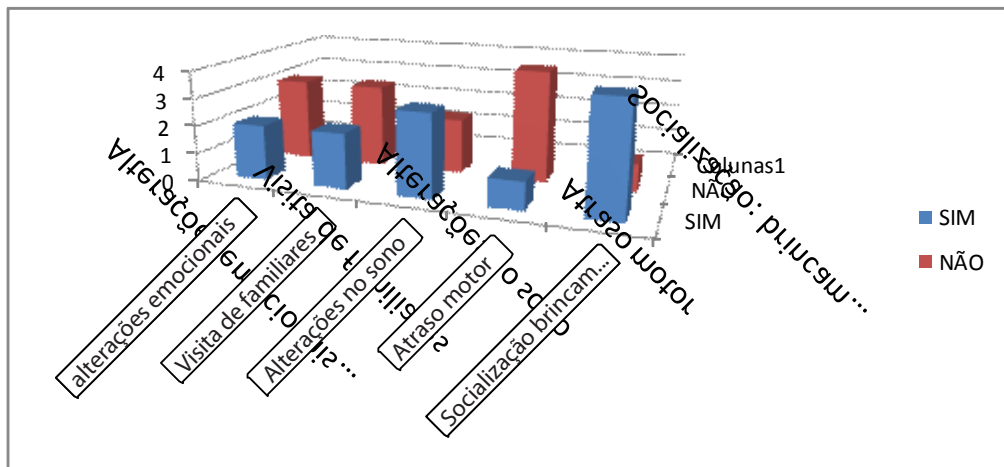
Termo de Consentimento Informado, solicitando a autorização dos pais ou responsável, para a realização do estudo e publicação dos dados. Esta ficha contém explicações acerca do estudo.

Resultados

As consequências da privação materna têm sido foco de pesquisas, dessa forma os resultados obtidos no presente estudo indicam que com relação aos dados demográficos da amostra estudada, entre as cinco crianças avaliadas, todas foram deixadas na Instituição pelo Conselho Tutelar, sendo que 60% com idade igual ou menor que três meses, com idade média de 11,8 anos.

Com relação aos efeitos psicológicos decorrentes da privação materna, entre as crianças avaliadas, 100% apresentaram alguma alteração física e/ou emocional. Entre as alterações do sono, 40% apresentaram insônia e 20% hipersonia. Com relação ao atraso motor, 20% apresentaram alterações, sendo que 80% não demonstraram tais comprometimentos. Quanto ao isolamento social 80% das crianças não apresentaram momentos de isolamento social e 20% demonstraram tais comportamentos. Por fim, 20% apresentaram expressão facial triste.

Quadro 2 – Resultados da pesquisa



Considerações Finais

As crianças que sofrem privação materna apresentam alterações psicossociais que podem ser observadas a curto prazo. Embora suas necessidades básicas sejam supridas, os dados obtidos apontam que a ausência dos cuidados maternos pode causar impacto significativo no desenvolvimento. Contudo, os resultados do estudo sugerem que para o desenvolvimento infantil adequado é significativo a presença da figura materna e seus cuidados, os quais são imprescindíveis nos primeiros anos de vida.

Referências

BOWLBY, J. As origens do apego. In: Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOWLBY, J. Apego. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FERREIRA, E. A. et al Um estudo sobre o apego mãe e filho: Bases para a assistência de enfermagem pediátrica e neonatal. Revista Latino-Americana de en-

fermagem, Ribeirão Preto, vol.6, 1998.

MOTTA, M.G. et al Efeitos da depressão materna no desenvolvimento neurobiológico e psicológico da criança Revista de psiquiatria, Porto Alegre, vol. 27, 2005.

SCHMITZ, E. M. A enfermagem em pediatria e puericultura São Paulo: Ed Atheneu, 2005.

SILVA, M.J.P. Qual o tempo do cuidado? Humanizando os cuidados de enfermagem. São Paulo: Ed Loyola, 2004.

SPTIZ, A.R. O primeiro ano de vida. São Paulo, 1997.

WINNICOTT, D. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo, 1997.

PREVALÊNCIA DE DORT ENTRE EQUIPE DE ENFERMAGEM HOSPITALAR. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Flávia Renata da Silva ZUQUE¹

Alice Mizue Inumaru³

Maria Angelina da Silva ZUQUE²

Lair Ferreira de Oliveira Filho⁴

RESUMO

As instituições hospitalares oferecem riscos à saúde de seus trabalhadores, sendo a equipe de enfermagem uma das principais categorias ocupacionais sujeita à exposição. O objetivo do estudo foi avaliar a prevalência de Dort entre os profissionais de enfermagem no ambiente hospitalar. Foi realizada revisão bibliográfica de artigos disponíveis nas bases de dados LILACS e Scielo. A prevalência encontrada variou entre 23,5% e 33,3%. Maior atenção deve ser direcionada às posturas adotadas pelos trabalhadores na execução de suas atividades e nas condições dos mobiliários, sendo necessário a disponibilização de instrumentos e equipamentos ergonomicamente planejados.

PALAVRAS-CHAVE

Dort, ergonomia, equipe de enfermagem

INTRODUÇÃO

O termo DORT – Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho, foi criado em 11 de julho de 1997 pela Previdência Social. A sua ocorrência é favorecida por múltiplos fatores, isolados ou agrupados, exercendo seu efeito simultaneamente na gênese da doença, tendo como sintomas, a dor localizada, irradiada ou generalizada, desconforto, fadiga e sensação de peso, formigamento, parestesia, sensação de diminuição de força, edema e enrijecimento articular (BRASIL, 2000).

AUTORES

1 Graduada em Enfermagem - UFMS. Especialista em Saúde Pública e Saúde Família - UNIDERP. Mestranda em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro- Oeste - UFMS. Docente dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Enfermagem da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Graduada em Farmácia e Farmácia Bioquímica - UFMT. Especialista em Epidemiologia pela. Fundação Osvaldo Cruz. Mestranda em Doenças Tropicais - UNESP. Docente dos cursos de Biomedicina, Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

3 Graduada em Enfermagem. Especialista em Enfermagem do Trabalho - UNIDERP

4 Graduada em Enfermagem. Especialista em Enfermagem do Trabalho - UNIDERP

A lista de doenças profissionais é constituída por uma relação de agentes patogênicos ou de risco, a que está exposto os trabalhadores em determinadas atividades, o que torna mais fácil a comprovação donexo causal. Porém, a complexidade do problema ganha novos contornos ao adentrar no universo das doenças relacionadas ao trabalho, cujo nexocausal nem sempre está bem definido e acometem vários grupos de trabalhadores. A incidência destas doenças, manteve-se praticamente inalterada entre 1970 e 1985, em torno de dois casos para cada 10 mil trabalhadores. No período de 1985 a 1992, alcançou a faixa de quatro casos por 10 mil. A partir de 1993, observa-se um crescimento com coeficiente de incidência próximo a 14 casos por 10 mil. Esse aumento deve-se aos casos de doenças profissionais notificados nos últimos anos ao Ministério de Previdência e Assistência Social. As doenças do sistema musculoesquelético já figuravam como a terceira causa de aposentadorias por invalidez e a primeira causa de auxílio-doença (SILVA, 2007).

Foi objetivo do estudo realizar uma revisão sistemática da ocorrência de DORT em trabalhadores de enfermagem do ambiente hospitalar.

METODOLOGIA

Foi realizada revisão bibliográfica de artigos publicados em periódicos nacionais no período de 2000 a 2007 e disponíveis nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Scielo (Scientific Eletronic Library Online). Os descritores utilizados para a pesquisa: DORT e equipe de enfermagem. O critério de inclusão dos artigos foi a presença das variáveis: origem do artigo, ano de publicação, instituição pesquisada, metodologia utilizada, Unidade Federativa do local da pesquisa e aspectos relacionados à saúde do trabalhador.

RESULTADO

Entre os estudos pesquisados, 66,6% utilizou questionários para coleta de dados e 33,3% coletou dados dos prontuários. Quanto à classificação do tipo de estudo 18,2% eram revisão bibliográfica e 81,8% eram descritivos. Nos estudos descritivos os dados analisados foram sobre a equipe de enfermagem nas instituições públicas. Destes estudos, 45,5% abordaram as doenças osteomusculares na equipe de enfermagem. Os demais abordaram os fatores de riscos que estão expostos a equipe de enfermagem e o absenteísmo como consequência da Dort. Atualmente a ocorrência da DORT está se tornando freqüente entre a equipe de enfermagem, sendo os

auxiliares e técnicos os mais acometidos (MUROFUSE E MARZIALE, 2005; GURGEIRA, 2006; TORRES E PINHO, 2006; GHERING JR et al., 2007). Nos profissionais de enfermagem foram encontradas prevalências de DORT entre 23,5% e 33,3%. O aumento da idade, do IMC e a interação entre horas de trabalho e carga transportada foram os fatores de risco associados à gonalgia entre os trabalhadores de enfermagem (Silva, 2007). Os periódicos com publicações referentes ao objeto de estudo e no período estabelecido estão demonstrados na Tabela 1. A região sudeste foi a que mais publicou no período.

Tabela 1 – Número de artigos segundo periódico e ano de publicação.

Periódico	Ano de publicação								
	00	01	02	03	04	05	06	07	
Caderno de Saúde Pública									
Comunicação Ciência e Saúde	-	-	-	-	-	-	-	01	
Fisioterapia e Movimento	-	-	-	-	-	-	01	-	
Rev. Brasileira de Enfermagem	-	-	-	-	-	-	01	-	
Rev. Brasileira de Epidemiologia	-	-	-	-	-	-	01	-	
Rev. Enfermagem da UERJ	-	-	-	-	-	01	-	-	
Rev. Escola de Enfermagem da USP	-	-	01	-	-	01	-	-	
Rev. Latino-americana de Enfermagem	-	-	-	-	-	-	-	01	
Texto e Contexto	-	-	-	-	-	01	01	-	
Total	-	-	-	-	01	-	-	-	

Murofuse e Marziale (2005) realizaram um estudo entre os trabalhadores de um hospital público atendidos na Divisão de Atendimento de Saúde do Trabalhador (DAST) e observaram que 43% dos atendimentos eram dos profissionais da equipe de enfermagem e que o número destes atendimentos superou o total de profissionais de enfermagem da instituição, sugerindo que os membros da equipe tenham sido atendidos mais de uma vez pelo DAST. A Dort foi diagnosticada em 11,83% dos atendimentos, representando o segundo diagnóstico mais freqüente. Torres e Pinho (2006) realizaram levantamento dos afastamentos por motivo de saúde dos trabalhadores de enfermagem de um hospital público e observaram que as doenças osteomusculares são a terceira causa do afastamento e ocupam o segundo lugar ao analisar o quantitativo de dias de afastamento. Alves et al. (2006) ao analisarem o absenteísmo de um hospital especializado no atendimento de urgência e emergência, verificaram que a equipe de enfermagem era a categoria com maior número de licenças médicas para afastamento do exercício profissional, sendo as doenças

osteomusculares e do tecido conjuntivo a principal razão. Em relação ao número de ocorrência segundo sexo, verificou-se que o feminino obteve maior número de atendimentos (MUROFUSE E MARZIALE, 2005; GURGEIRA, 2006; TORRES E PINHO, 2006; GHERING JR et al., 2007).

DISCUSSÃO

Com a implantação de novas tecnologias, novos modelos de gestão baseado na fragmentação de tarefas e da organização do trabalho (aumento do ritmo, exigência do tempo, falta de autonomia), a rotatividade da mão de obra e relações autoritárias de gerenciamento, percebe-se que o local de trabalho muitas vezes torna-se inadequado ou proporciona condições desfavoráveis para a realização da atividade profissional. Estas condições para o trabalhador quando vivenciada por um longo período acabam influenciando na sua saúde e como consequência observa-se o aumento do número de absenteísmo da equipe de enfermagem nas instituições de saúde. Desta maneira os profissionais encontram-se expostos a fatores de risco químicos, biológicos, físicos, psicossociais e ergonômicos que podem ocasionar acidentes de trabalho e/ou levar ao desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho. Trabalhadores submetidos a altos níveis de exigências psicológicas no trabalho e com poder de decisão têm um aumento do limiar da dor, enquanto pessoas com pequenas possibilidades de decisão no trabalho apresentam menor limiar. Assim, pode-se inferir que sob altos níveis de exigência psicológica há uma maior mobilização de energia, com supressão da sensibilidade dolorosa, o que poderia ocasionar maior risco de desenvolver, em longo prazo, alterações nos tecidos músculo-esqueléticos, uma vez que dor, como sinal de alerta, está ausente. Por outro lado, o pouco poder de decisão contribui para o desenvolvimento da depressão, o que explicaria o baixo limiar, tornando os indivíduos mais sensíveis à dor (BRASIL, 2001 a).

Em relação a categorial profissional, observa-se que os auxiliares e técnicos de enfermagem são os mais acometidos pela DORT. Este fato pode ser explicado ao analisar a distribuição das atividades e o quantitativo de funcionário segundo a categoria profissional. Os auxiliares e técnicos de enfermagem representam o maior número de profissionais da equipe de enfermagem nos estabelecimentos de saúde e são estes trabalhadores que mantêm contato direto com o paciente, realizando: a higienização, a arrumação de leitos, os curativos, transporte e manipulação de pacientes e materiais, entre outras atividades.

Os profissionais com diagnóstico de DORT têm como principais queixas a

lombalgia e gonalgia (SILVA, 2007). A idade avançada e o índice de massa corporal (IMC) indicando sobrepeso e obesidade são fatores que podem agravar este quadro. O risco linear de aumento da gonalgia relacionado com o aumento da idade deve-se ao fato de que os processos degenerativos, de um modo geral, podem estar bem avançados, trazendo como conseqüências o desgaste das estruturas osteomusculares e orgânicas, associado às cargas de trabalho semelhantes a dos mais jovens. Contribuem ainda para a ocorrência de doenças ocupacionais: falta de material apropriado; sobrecargas de atividades, estresse, não utilização das normas de biossegurança ou utilização inadequada dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como demonstra os estudos de Souza (2000), Nishide(2004), Gonzáles (2002), Santos (2006), Venâncio (2000), Pinho (2000) e Elias (2006).

Uma das razões do sexo feminino apresentar maior número de atendimentos deve-se ao fato da equipe de enfermagem ser composta predominantemente por profissionais do sexo feminino. Atualmente estas mulheres vêm-se obrigadas a terem mais de uma fonte de renda para garantir o sustento do lar. Desta forma se submetem a tripla jornada de trabalho. A carga horária excessiva pode representar um agravante para os indivíduos portadores de DORT (SILVA et al., 2007).

“... as demais realizavam de três a oito horas por dia de trabalho doméstico e uma delas, além do trabalho doméstico, executava as funções de enfermeira em outro local, o que perfazia 15 horas diárias de trabalho...” (ELIAS, 2006, p.521).

Santos (2006, p. 582): “... a carga horária de 12 horas contínuas que se configura como excessiva pelo nível de atenção exigido no trabalho...”

CONCLUSÃO

Algumas mudanças organizacionais com o objetivo de melhorar as condições de trabalho podem ser implantadas na assistência de enfermagem, como a informatização dos prontuários que permitirá a disponibilização das informações on line e poupará o tempo e desgaste físico com deslocamentos dentro das instituições ou com trabalho burocrático sobre a assistência; e o uso crescente de tecnologias que propiciam o auto-serviço.

A atenção também deve ser direcionada às posturas adotadas pelos trabalhadores na execução de suas atividades e nos mobiliários disponibilizados. É necessário que os hospitais disponibilizem instrumentos e equipamentos ergonomicamente planejados para promover a redução da incidência dos problemas osteomusculares. A implementação destas ações juntamente com a educação continua-

da, ajudará o trabalhador a estabelecer estratégias para evitar o risco ocupacional e diminuir a probabilidade da doença se manifestar.

Espera-se com este trabalho contribuir com os estabelecimentos de saúde para adoção de medidas de prevenção das doenças ocupacionais entre a equipe de enfermagem.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, M.; GODOY, S. C. B.; SANTANA, D. M. Motivos de licenças médicas em um hospital de urgência-emergência. *Rev Bras Enferm.* 59(2): 195-200, mar-abr, 2006.

BARBOSA, A. A. et al. Prevalência de dor osteomuscular na equipe de enfermagem do Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais. *Fisioter mov.* 19(3): 55-63, jul-set, 2006.

BENITO, G. A. V.; CORRÊA, K. A.; SANTOS, A. L. Análise ergonômica das posturas que envolvem a coluna vertebral no trabalho da equipe de enfermagem. *Texto Contexto Enferm.* 13(1): 115-23, jan-mar, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégias. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Protocolo de investigação, diagnóstico, tratamento e prevenção de Lesão por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde do Brasil. Doenças do Sistema Osteomuscular e do Tecido Conjuntivo Relacionadas ao Trabalho. In: Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil. p. 425-4481. 2001a.

_____. Departamento de Ações Programáticas e Estratégias. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Lesões por esforços repetitivos (LER) e Distúrbios osteomusculares relacionado ao Trabalho (DORT). Brasília: Ministério da Saúde, 2001b.

_____. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estra-

tégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. LER/DORT: dilemas, polêmicas e dúvidas. Brasília: Ministério da Saúde, 2001c.

_____. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Saber LER para prevenir DORT. Brasília: Ministério da Saúde, 2001d.

ELIAS, M. A.; NAVARRO, V. L. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. *Rev Latino-am Enfermagem*. 14 (4): 517-25, jul-ago, 2006.

GALLASH, C. H.; ALEXANDRE, N. M. C. Avaliação dos riscos ergonômicos durante a movimentação e transporte de pacientes em diferentes unidades hospitalares. *Rev Enferm UERJ*. 11(3): 252-260, set-dez, 2003.

GEHRING JUNIOR, G. et al. Absenteísmo-doença entre profissionais de enfermagem da rede básica do SUS Campinas. *Rev Bras Epidemiol*. 10(3): 401-9, 2007.

GUIMARÃES, R. M. et al. Fatores ergonômicos de risco e de proteção contra acidentes de trabalho: um estudo caso-controle. *Rev Bras Epidemiol*. 8(3): 282-94, 2005.

GURGEIRA, G. P.; ALEXANDRE, N. M. C. Laudos médicos recomendando restrições de trabalho em um hospital universitário no Brasil. *Rev Latino-am Enfermagem*. ; 14 (4), jul-ago, 2006.

LEITE, P. C.; SILVA, A.; MERIGHI, M. A. B. A mulher trabalhadora de enfermagem e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. *Rev Esc Enferm USP*. 41(2): 287-91, 2007.

MERLO, A. R. C. et al. O trabalho entre prazer, sofrimento e adoecimento: A realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. *Psicologia & Sociedade*. 15 (1): 117-136, jan-jun, 2003.

MOREIRA, A. M. R.; MENDES, R. Fatores de risco e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho de enfermagem. *Rev Enferm UERJ*. 13(1): 19-26, jan-abr,

2005.

MUROFUSE, N. T.; MARZIALE, M. H. P. Doenças do sistema osteomuscular em trabalhadores de enfermagem. *Rev Latino-am Enfermagem*. 13(3): 364-73, 2005.

NISHIDE, V. M.; BENATTI, M. C. C.; ALEXANDRE, N. M. C. Ocorrência de acidente do trabalho em uma unidade de terapia intensiva. *Rev Latino-am Enfermagem*. 12 (2): 204-11, mar-abr, 2004.

SANTOS, J. M.; OLIVEIRA, E. B.; MOREIRA, A. C. Estresse, fator de risco para a saúde do enfermeiro em centro de terapia intensiva. *Rev Enferm UERJ*. Rio de Janeiro, 14 (4): 580-5; out-dez, 2006.

SILVA, M.C. et al. Gonalgia entre trabalhadores e fatores ocupacionais associados: uma revisão sistemática. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 23(8): 1763-1775, ago, 2007.

SOUZA, M.; VIANNA, L. A. C. Acidentes ocupacionais na equipe de enfermagem: um estudo em cinco hospitais do município de São Paulo. *Acta Paul Enf*. V. 13, número especial, parte II, 2000.

TORRES, E. O.; PINHO, D. L. M. Causas de afastamento dos trabalhadores de enfermagem em um Hospital do Distrito Federal. *Comun Ciênc Saúde*. 17 (3): 207-215, 2006.

VENÂNCIO, C. A. Qualidade de vida no trabalho X estressores freqüentes a que estão sujeitos os profissionais de enfermagem que atuam no serviço de transplante de medula óssea. [Dissertação] Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

EXERCÍCIOS PASSIVOS EM INDIVÍDUOS QUE SOFRERAM AVE COMO UMA PROPOSTA DE TRATAMENTO

Jaqueline Moreira Rabelo¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior²

RESUMO

Objetivo: revisar os benefícios do Exercício Passivo quando aplicado em indivíduos que sofreram acidente vascular encefálico, na fase aguda. **Metodologia:** foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos relacionados ao exercício passivo e a sua utilização em pacientes neurológicos. Foi pesquisado o acervo da biblioteca da Associação Educacional de Mato Grosso do Sul. **Discussão:** as principais indicações para a aplicação do método são em indivíduos que apresentam flacidez dos segmentos acometidos. Os exercícios passivos irão manter a mobilização articular, a circulação sanguínea, evitar a formação de contraturas e evitar que a musculatura do segmento acometido se torne espasmódica. **Conclusão:** o método mostra-se eficaz na prevenção do agravamento da patologia, ou seja, o músculo tornar-se espasmódico e há formação de contraturas. A compreensão da técnica nos permite traçar um tratamento personalizado, que irá demonstrar a resposta do indivíduo ao exercício, o retorno da função do segmento acometido e a melhora da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE

vascular encefálico; exercício passivo; tratamento

Introdução

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o acidente vascular encefálico (AVE) é um sinal clínico de rápido desenvolvimento de perturbação focal da função cerebral, de suposta origem vascular e com mais de 24 horas de duração. Para André (2006), pode ser definido como déficit neurológico focal súbito devido a uma lesão vascular.

O risco de sofrer um AVE aumenta com o avanço da idade, mas não deve

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Educação Física, Biomecânica, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

ser considerado como uma decorrência natural do envelhecimento. O fator de risco mais significativo é a hipertensão arterial. Para André (2006), a hipertensão arterial eleva cerca de três a quatro vezes o risco de ter um AVE. Outros fatores de risco são o uso de drogas, álcool, tabagismo, diabetes mellitus, obesidade e dislipidemias. A pílula anticoncepcional também pode ser considerada um fator de risco, por conter estrogênio.

Nesse contexto, podemos citar uma doença arterial denominada aterosclerose, que caracteriza-se pelo depósito de colesterol na parede arterial, que torna-se irregular e provocar a formação de um coágulo na luz da artéria, que pode ocluir completamente o vaso ou deslocar-se, formando um êmbolo. (STOKES, 2000).

A principal consequência física após o acidente vascular encefálico é a hemiplegia, que segundo Stokes (2000), é definido como a paralisia completa dos membros inferiores e superiores do mesmo lado do corpo. Outras seqüelas podem surgir, como a síndrome do ombro doloroso, disartria, disfagia, distúrbios intelectuais e psicológicos, que devem ser levadas em consideração para a elaboração do tratamento. Segundo Stokes (2000), a hemiplegia pode ser considerada uma afecção neurológica recuperável, ou seja, o membro acometido pode voltar a exercer a função. Podemos ressaltar que, o tratamento fisioterapêutico imediato após a lesão, irá melhorar a recuperação física. Na fase aguda após o acidente vascular encefálico, a cinesioterapia deve ser utilizada, aplicando-se exercícios passivos, que irá evitar a aderência e formação de contraturas e manter a elasticidade mecânica do músculo.

O exercício passivo pode ser definido como uma técnica dentro do limite da amplitude de movimento para cada membro ou segmento. É produzido inteiramente por uma força externa, que pode ser a gravidade, um aparelho ou de outra pessoa.

O objetivo deste estudo foi revisar os benefícios do Exercício Passivo quando aplicado em indivíduos que sofreram acidente vascular encefálico, na fase aguda.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos relacionados ao exercício passivo e a sua utilização em pacientes neurológicos. Foi pesquisado o acervo da biblioteca da Associação Educacional de Mato Grosso do Sul.

Discussão

Segundo Stokes (2000), a causa mais comum de acidente vascular encefálico é a obstrução de uma das artérias cerebrais ou de seus ramos perfurantes menores que vão para as partes mais profundas do cérebro.

O acidente vascular encefálico pode ser classificado de acordo com o tipo patológico:

AVE Isquêmico: ocorre a obstrução de uma das artérias cerebrais principais, e pode ser causado por trombose ou êmbolo.

Trombose: formação de coágulo em uma artéria e obstrução do vaso na região cerebral.

Êmbolo: um coágulo oriundo de outra parte do corpo, obstrui um vaso cerebral.

AVE Hemorrágico: ocorre o extravasamento sanguíneo dentro do crânio devido ao rompimento de aneurismas ou à perda da continuidade dos canais vasculares.

As principais consequências físicas são:

Hemiplegia: paralisia dos músculos de um lado do corpo, contralateral ao lado do cérebro em que ocorreu o AVC.

Disfagia: dificuldade de deglutição;

Disartria: dificuldade para articular palavras;

Distúrbios intelectuais: o indivíduo anteriormente a lesão, era capaz de ler e realizar o seu trabalho normalmente, e não consegue mais;

Distúrbios psicológicos: o indivíduo encontra-se dependente dos familiares para realizar as mais simples tarefas, o que pode gerar uma depressão.

Durante a fase aguda, os exercícios passivos são importantes porque irão manter a mobilidade articular, manter a elasticidade do músculo, minimizar os efeitos da formação de contraturas e reduzir a flacidez muscular. Podemos concluir que, quanto mais imediato for o início do tratamento fisioterapêutico, maiores são as chances de recuperação das funções dos segmentos acometidos, a conquista da independência e a melhora na qualidade de vida do indivíduo.

- Amplitude de Movimento

Podemos definir como um movimento completo de uma articulação, em

conjunto com todas as suas estruturas, que são músculos, nervos, vasos e fáscias. Portanto, para manter a amplitude de movimento normal de cada segmento, é necessário que haja a mobilização periódica dos mesmos.

- Exercícios Passivos

É uma técnica fisioterapêutica que atua em regiões onde há inflamação tecidual aguda ou quando o indivíduo não for capaz de se mover ativamente. Atua na reabilitação, na manutenção do movimento e no bem-estar físico.

Os movimentos baseiam-se no limite da amplitude de movimento de cada segmento e é produzido por uma força externa, seja da gravidade, um aparelho ou outra pessoa. Os exercícios são realizados com pouca ou nenhuma força muscular, visto que os indivíduos durante a fase aguda de um AVE encontram-se no estágio de flacidez, e não conseguem realizar movimentos.

O principal objetivo do exercício passivo é evitar a formação de contraturas, a degeneração da cartilagem e estagnação da circulação. Para Kisner (2005), os principais objetivos dos exercícios passivos são:

- manter a mobilidade da articulação e do tecido conjuntivo;
- minimizar os efeitos da formação de contraturas;
- manter a elasticidade do músculo;
- auxiliar a circulação e a dinâmica vascular;
- favorecer o movimento sinovial para nutrição da cartilagem e difusão de materiais na articulação;
- diminuir ou inibir a dor;
- auxiliar o processo de regeneração após uma lesão;
- ajudar a manter a percepção de movimento do paciente.

Durante a elaboração do tratamento, devemos considerar o grau da lesão e fraqueza, e analisar os distúrbios do movimento e a incapacidade de caminhar. O tratamento fisioterapêutico deve ter como objetivo maximizar a capacidade funcional e evitar complicações, para que mais rapidamente o paciente possa assumir o controle de sua vida, independência e bem-estar físico e social. O tratamento deve ser personalizado, levando em consideração que cada paciente é único.

- Indicações para pacientes que sofreram ave

As principais indicações para a aplicação do método são em indivíduos que apresentam flacidez dos segmentos acometidos. Os exercícios passivos irão manter a

mobilização articular, a circulação sanguínea, evitar a formação de contraturas e evitar que a musculatura do segmento acometido se torne espasmódica. (Kisner, 2008)

Conclusão

O método pode ser aplicado sempre que o paciente for incapaz ou não puder realizar o movimento. Quando aplicado em indivíduos que sofreram acidente vascular encefálico, se mostra eficaz para a reabilitação do segmento hipotônico.

O método mostra-se eficaz na prevenção do agravamento da patologia, ou seja, o músculo tornar-se espasmódico e há formação de contraturas. A compreensão da técnica nos permite traçar um tratamento personalizado, que irá demonstrar a resposta do indivíduo ao exercício, o retorno da função do segmento acometido e a melhora da qualidade de vida.

Referências Bibliográficas

GARDINER, M. Manual de Terapia por Exercícios. São Paulo: Santos, 1995

KISNER, C.; COLBY, L. A. Exercícios Terapêuticos: Fundamentos e Técnicas, 4 ed., Rio de Janeiro: Manole, 2008

STOKES, Maria. Neurologia para Fisioterapeutas. São Paulo: Premier, 2000

ANDRÉ, C. Manual de AVC 2. ed. Rio de Janeiro, Revinter, 2006

COMPARAÇÃO DAS FREQUÊNCIAS CARDÍACAS DE TREINAMENTO OBTIDAS POR DIFERENTES MÉTODOS PARA JOGADORES PROFISSIONAIS DE FUTEBOL

Mariana Ferreira da Silva¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior²

RESUMO

Objetivo: comparar as FCT de jogadores profissionais de futebol obtidas pelo método de Karvonen, utilizando a FCmáxima atingida no TE, a FCmáxima prevista e a FCsubmáxima prevista. **Metodologia:** pelo método de Karvonen ($FCT = FC_{\text{repouso}} + \% (FC_{\text{máxima}} - FC_{\text{repouso}})$) foram calculadas as FCT de 25 jogadores profissionais de futebol. Para a FCmáxima foram utilizadas a FCmáxima atingida no TE, a FCmáxima prevista ($220 - \text{idade}$) e a FCsubmáxima prevista ($195 - \text{idade}$); as porcentagens foram 60 e 80%. Foram calculadas as médias, e os resultados da FCT pela máxima prevista e pela submáxima prevista foram comparados com a FCT obtida pelo TE. **Resultados:** A média da FCT a 60 e 80% pelo TE foi de 136,8 e 159,0bpm; pela máxima prevista 146,3 e 171,6bpm; e pela submáxima prevista 131,3 e 151,6bpm respectivamente. As diferenças entre a FCT pelo TE e pela FCmáxima prevista foram estatisticamente significativas, para 60 e 80%. As diferenças entre a FCT pelo TE e pela FCsubmáxima prevista foram estatisticamente significativas, para 60 e 80%. **Conclusão:** o ideal é que se utilize a FCT obtida pelo TE, uma vez que a FCT obtida pela máxima prevista e submáxima prevista apresentam diferenças significativas em relação à FCT obtida pelo TE.

PALAVRAS-CHAVE

frequência cardíaca; Karvonen; treinamento

Introdução

O teste de esforço (TE) é utilizado para a avaliação cardiovascular, uma vez que o exercício é um esforço fisiológico. Tem como objetivo submeter o paciente a um estresse físico programado que resultará em respostas clínicas, onde se avalia o estado eletrocardiográfico, hemodinâmico e metabólico ao esforço.

A variável de controle do treinamento de maior importância é a intensidade dos exercícios, sendo que a realização de exercícios com intensidade mais baixa que a da competição não provocam adaptações desejadas no organismo e realiza-

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Educação Física, Biomedicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

ção de exercícios com intensidade muito alta, pode gerar sobrecarga no organismo, provocando estresse excessivo e lesões no atleta.

A prescrição das sessões de reabilitação cardiovascular, o risco e o tipo de supervisão requerida são determinados através do resultado do TE e das informações clínicas. A fórmula de Karvonen é um dos métodos para a prescrição do esforço, com prescrição de exercícios aeróbios em 60 a 80% da FC de reserva, utilizando nesta fórmula a FC_{máx.} (pico) atingida no TE ou a FC de posituação da isquemia, assim achando a FCT.

O objetivo do presente estudo foi comparar as FCT de jogadores profissionais de futebol obtidas pelo método de Karvonen, utilizando a FC_{máxima} atingida no TE, a FC_{máxima} prevista e a FC_{submáxima} prevista.

Metodologia

Casuística

Foram avaliados 25 indivíduos do sexo masculino, com idade entre 18 e 32 anos, todos jogadores profissionais de futebol.

Procedimentos

As FCT foram calculadas a partir da fórmula de Karvonen:

$$\text{FCT} = \text{FC}_{\text{repouso}} + \% (\text{FC}_{\text{máx}} - \text{FC}_{\text{repouso}})$$

Onde a porcentagem (%) varia de 0,6 (valor mínimo para o treinamento) a 0,80 (valor máximo para o treinamento). Para efeito de cálculo, a FC_{máx} da fórmula de Karvonen foi substituída respectivamente pela FC_{máx} atingida no TE, pela FC_{máx} prevista (220 – idade) e pela FC_{submáx} prevista (195 – idade). Assim, as FCT (a 60 e 85%) obtidas a partir do TE foram consideradas como FCT de controle e foram comparadas com os valores das FCT (60 e 80%) obtidas pela FC_{máx} prevista e FC_{submáx} prevista. Para a comparação entre as FCT foi utilizado o teste t de Student com valor de significância $p \leq 0,05$.

Resultados

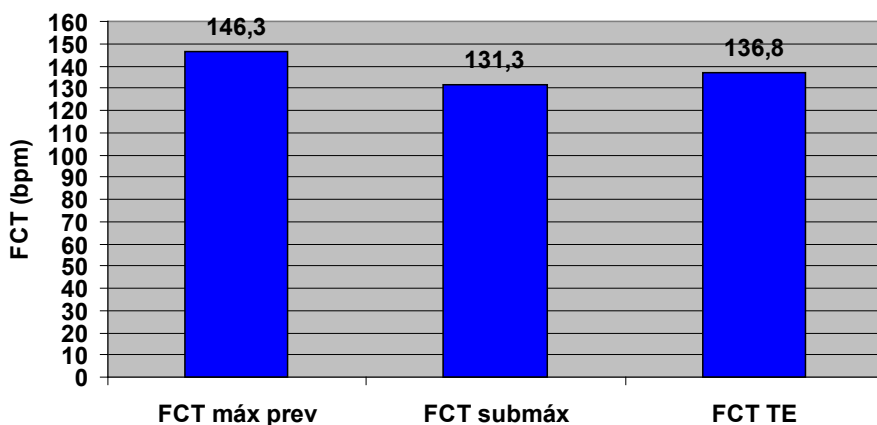
As FCT obtidas pela FC_{máx} (220 – idade) foram significativamente maiores do que as FCT obtidas pelo TE, tanto a 60 quanto a 80%. Já as FCT obtidas pela

FCsubmáx (195 – idade) foram menores do que as obtidas pelo TE, e também foram estatisticamente significativas, como ilustram os gráficos 1 e 2, respectivamente.

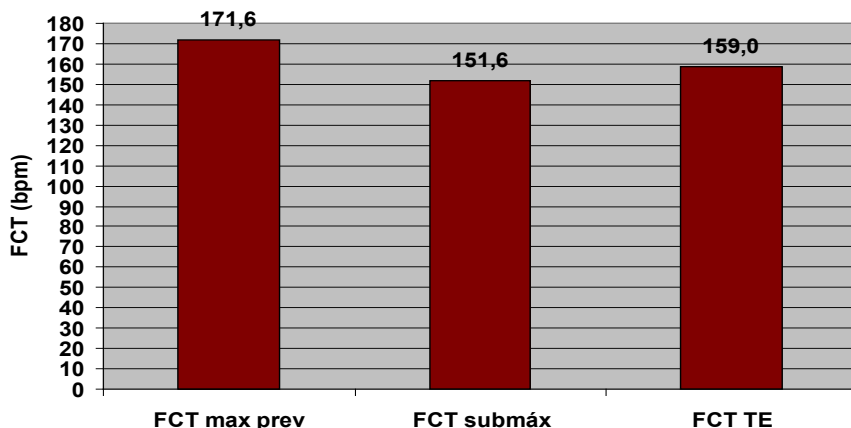
O controle da atividade física, ou mais especificamente, de sua intensidade pode ser feita pela quantidade de batimentos por minuto, ou simplesmente frequência cardíaca (FC). Deve-se determinar qual a zona de batimentos (FC) ideal para a realização de exercícios de forma segura e eficiente.

Existem diferentes modos de se calcular a frequência cardíaca de treinamento (FCT), o que pode gerar controvérsias, ou mesmo erros. Por isso, as metodologias de cálculos da FCT devem ser analisadas, para que realmente satisfaçam as necessidades dos indivíduos, gerando benefícios para a saúde, e não o contrário.

Comparação das médias das FCT a 60%



Comparação das médias das FCT a 80%



De acordo com o American College of Sports Medicine, a intensidade de exercício deve ser entre 55 e 65% da FC_{máx} ou entre 40 e 50% a 85% do VO₂ de reserva ou da FC de reserva. Para Regenga (2000), a FCT ou intensidade de carga também pode ser estabelecida pelo Índice de Percepção de Esforço de Borg, em níveis de cansaço entre 10 e 12 pontos da escala de Borg. Outra maneira é obter a FCT pelo método de Karvonen, com valores entre 60 e 85% da FC de reserva (Regenga, 2000).

No entanto, no presente estudo foram comparadas FCT obtidas pelo mesmo método (Karvonen), considerando-se diferentes FC_{máx} (pelo TE ou pela idade), e verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os resultados, quando utilizada tanto a FC_{máx} prevista quanto a FC_{submáxima} prevista em atletas profissionais.

Conclusão

O ideal é que se utilize a FCT obtida pelo TE, uma vez que a FCT obtida pela máxima prevista e submáxima prevista apresentam diferenças significativas em relação à FCT obtida pelo TE.

Referências Bibliográficas

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM). Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição. 6ª ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2003.

ARAKAKI, H.; MAGALHÃES, H. M. Programas supervisionados em reabilitação Cardiovascular: abordagem de prescrição de exercícios. Rev Soc Cardiol do Estado de São Paulo. 6(1): 23-30, 1996.

DANTAS, E. H. M. A Prática da Preparação Física. 4ª ed. Shape e Promoções, Rio de Janeiro, 1995.

POLLOCK, M. L.; WILMORE, J. H. Exercício na Saúde e na Doença. 2ª ed. Médica e Científica, Rio de Janeiro, 1993.

REGENGA, M.M. Fisioterapia em cardiologia: da UTI à reabilitação. Roca, São Paulo, 2000.

APLICAÇÃO DO TREINAMENTO DE FORÇA NO DIABETES TIPO II

Christiano Bertoldo Urtado¹

Hamilton Passos³

Claudio de Oliveira Assumpção²

Jose Bechara Neto⁴

RESUMO

O Diabetes Mellitus (DM) é distúrbio metabólico crônico, e multi fatorial que esta associado à falta e/ou deficiência da ação da insulina que se caracteriza por hiperglicemia, afetando metabolismo dos carboidratos. A estimativa da prevalência mundial de diabetes mellitus para todos os grupos etários em 2000 é de 2,8%, e em 2030 é de 4,4%. Estudos têm demonstrado que mudança no estilo de vida, adotando-se novos hábitos alimentares e a prática regular de atividade física, diminuem a incidência de diabetes do tipo 2 em indivíduos com intolerância à glicose. O treinamento de força tem se mostrado efetivo no controle da glicemia, na diminuição da concentração de hemoglobina glicolisada, na manutenção da massa magra e na diminuição da sensibilidade muscular à insulina. Sendo assim, esta revisão tem objetivo de abordar os principais mecanismos pelos quais o treinamento de força gera benefícios no tratamento do diabetes mellitus.

PALAVRAS-CHAVE

Mellitus; Treinamento de Força; Mecanismos

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é distúrbio metabólico crônico, e multi fatorial que esta associado à falta e/ou deficiência da ação da insulina que se caracteriza por hiperglicemia, afetando metabolismo dos carboidratos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2003).

Estima-se que o número de pessoas com diabetes mellitus aumentou desde o ano 2000 de 150 milhões para 220 milhões. (ZIMMET; ALBERTI; SHAW, 2001).

AUTORES

1 Docente Faculdade Integração Tiete, FIT. Tiete – SP, Brasil

2 Docente Centro Universitário Anhanguera – UNIFIAN. Leme-SP, Brasil

3 Especialização em Fisiologia do Exercício – UNIFESP. São Paulo – SP, Brasil

4 Docente da matéria de Fisiologia do Exercício do Curso de Educação Física das Faculdades Integradas Stella Maris – FISMA. Andradina – SP, Brasil

Além disso, a estimativa da prevalência mundial de diabetes mellitus para todos os grupos etários em 2000 é de 2,8%, e em 2030 é de 4,4% (WILD et al., 2004). O que parece improvável, o número de pessoas com diabetes mellitus será maior do que o dobro em consequência do envelhecimento e urbanização da população. Porém estas estimativas provavelmente estão subestimando os valores reais, visto que dados da Federação Internacional de Diabetes indicam que aproximadamente 246 milhões de pessoas no mundo têm diabetes mellitus (INTERNACIONAL DIABETES FEDERATION, 2007).

No Brasil, um censo realizado entre os anos de 1986 e 1989 pelo Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o apoio da Sociedade Brasileira de Diabetes, demonstrou uma prevalência de diabetes de 7,6% na população entre 30 e 69 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Em razão deste aumento de pessoas diabéticas, a atividade física vem sendo utilizada para a prevenção e/ou tratamento da mesma. Existem algumas evidências epidemiológicas de que o diabetes está ligado à falta de atividade física e baixo condicionamento físico. (KEMMER, BERGER, 1983).

O tratamento do DM tipo 2 pode ser realizado através de dieta, hipoglicemiantes orais e/ou insulina e a prática regular de exercícios físicos. Dentre os exercícios recomendados, os exercícios aeróbios são sempre os mais indicados, talvez devido ao fato de ainda serem os mais estudados (NUNES, 1996).

Entretanto, sabe-se que a procura pelo treinamento de força vem aumentando enormemente, podendo ter muitas aplicações, as quais variam de acordo com os objetivos, dentre elas: preparação de atletas, estética, reabilitação e desenvolvimento de aptidão física relacionada à saúde (SANTARÉM 1997).

OBJETIVO

Revisar a fisiopatologia do diabetes assim como o efeito do treinamento de força como tratamento não farmacológico para tal distúrbio.

METODOLOGIA

Estudo de caráter bibliográfico, elaborado por coletas de dados retirados de artigos de revistas indexadas e livros. os artigos foram identificados a partir da base de dados do scielo, medline, birene e highwire.

REVISÃO DA LITERATURA

Epidemiologia e diagnóstico

Diabetes Mellitus (DM) é uma doença que altera a homeostase do organismo humano, que altera o metabolismo dos carboidratos, proteínas e gorduras, onde ocorre uma deficiência, ou até mesmo a incapacidade do pâncreas produzir insulina e a diminuição do organismo em absorver a glicose circulante (BILOUS, 1999).

É uns dos mais importantes problemas de saúde mundial, tanto em números de pessoas afetadas como de incapacitação e de mortalidade prematura, bem como dos custos envolvidos no seu tratamento (OLIVEIRA & GRANJA, 2000).

Estudos epidemiológicos brasileiro verificaram prevalência de 7,6% de diabetes na população urbana entre 30 e 69 anos de idade (MALERBI e FRANCO, 1992), tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, prevendo-se sua duplicação nos próximos 20 anos (BONORA & MUGGEO, 2001 A).

O DM constitui um grupo de distúrbios metabólicos caracterizados por níveis sanguíneos elevados de glicose (hiperglicemia), que resultam na secreção de insulina e/ou da ação deste hormônio nos tecidos-alvos (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 1993).

As duas principais classes etiopatogênicas do diabetes as quais a grande maioria dos pacientes diabéticos pertence são: diabetes mellitus tipo 1(DM1) e diabetes mellitus tipo 2 (DM2). Destes o DM 2 é o estado hiperglicêmico de maior prevalência, alcançado entre 90% e 95% dos casos, acometendo geralmente indivíduos de meia idade ou em idade avançada (SILVA E LIMA, 2002).

Em ambos os tipos de Diabetes Mellitus, o metabolismo de todos os nutrientes está alterado. O efeito básico da ausência à insulina ou resistência à insulina sobre o metabolismo da glicose é impedir a captação eficiente e a utilização da glicose pela maioria das células do organismo, exceto pelo cérebro. Como resultado, a concentração de glicose sanguínea como também a utilização dos lipídios e das proteínas aumenta (GUYTON & HALL, 2006 A).

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) a prevalência de diabetes varia conforme a idade. Assim, a SBD indica que, para adultos entre 30 e 69 anos, a taxa seja de 7,6%. Mas analisando cada faixa etária separadamente observa-se que a prevalência de diabetes mellitus aumenta com o passar dos anos. Dos 30 aos 39 anos, a prevalência de diabetes é de 2,7%; dos 40 aos 49 anos, sobe para 5,52%; dos 50 aos 59 anos, aumenta para 12,6% e dos 60 aos 69 anos, pula para 17,4%. (SOCIE-

DADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2007).

Os principais fatores de risco para o DM 2 são particularmente sobrepeso e sedentarismo, em que estudo têm demonstrado o índice de massa corporal (IMC) aumenta a incidência ou risco de desenvolver diabetes (Sociedade Brasileira de Diabetes, 2007). Contudo, estas estimativas provavelmente estão subestimando os valores reais, visto que dados da Federação Internacional de Diabetes indicam que aproximadamente 246 milhões de pessoas no mundo têm diabetes mellitus (INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION, 2007).

Exercício e Diabetes Mellitus

Estudos epidemiológicos e de intervenção demonstraram clareza que a prática regular de atividade física é eficaz para prevenção e controle do diabetes do tipo 2 (CASTANEDA, 2002). A prática regular de atividade física tem demonstrado diminuir o risco de desenvolver diabetes do tipo 2, tanto em homens como em mulheres, independente da história familiar, do peso e de outros fatores de risco cardiovascular como o fumo e a hipertensão (MANSON, 1999). Estudos têm demonstrado que mudança no estilo de vida, adotando-se novos hábitos alimentares e a prática regular de atividade física, diminuem a incidência de diabetes do tipo 2 em indivíduos com intolerância à glicose (TUOMILEHTO, 2001) a realização de pelo menos 4 horas semanais de atividade física de intensidade moderada a alta diminuiu média 70% a incidência de diabetes do tipo 2, em relação ao estilo de vida sedentário, após 4 anos de seguimento (TUOMILEHTO, 2001).

Programas de exercício físico têm demonstrado serem eficientes no controle glicêmico de diabéticos, melhorando a sensibilidade à insulina e tolerância à glicose e diminuindo a glicemia sanguínea desses indivíduos (CASTANEDA, 2002).

Geralmente tem sido recomendada a realização de exercícios aeróbios para indivíduos diabetes do tipo 2 (SCHENEIDER, 1990). No entanto, recentes estudos têm demonstrado que o exercício resistido também é benéfico no controle glicêmico de diabético do tipo 2 (WHEITON, 2002).

O exercício resistido pode ser especialmente benéfico para diabético idosos, pois durante o envelhecimento há diminuição da força e massa muscular, a qual afeta o metabolismo energético de maneira indesejável. O aumento da força e massa muscular através da prática de exercício de força pode reverter esse quadro, melhorando o controle glicêmico desses indivíduos (CIOLAC, 2002). De acordo com isso, foi demonstrado diminuição dos níveis de glicose sanguínea, aumento dos es-

toques de glicogênio muscular, redução da pressão sistólica e gordura do tronco, aumento da massa muscular e do nível de atividade física diária de diabético idosos de ambos os sexos, após 16 semanas de exercício resistido, o que resultou em redução da medicação em 72% dos praticantes, enquanto que indivíduos que participaram do grupo controle tiveram inalterados os níveis de glicemia sanguínea, pressão sistólica, gordura do tronco e atividade física diária, e diminuídos os estoques de glicogênio muscular, sendo que 42% tiveram a medicação aumentada (CASTANEDA, 2002).

A atividade física pode diminuir de 30 a 58% o risco de desenvolver diabetes (BASSUK; MANSON, 2005). Entretanto estudos epidemiológicos mais recentes mostram fortes evidências que o treinamento de força com números de 8 a 10 repetições máximas no período de descanso de 60 a 120 segundos também demonstraram significantes benefícios concernentes à diminuição da hemoglobina glicolisada e ao controle da glicemia sem administração de exercícios aeróbios (DUNSTAN, DALY & OWEN, 2002). Na realização de um exercício exaustivo, a concentração sanguínea de glucagon aumenta em quatro até cinco vezes mais. A razão disto não foi esclarecida, visto que o nível da glicemia não cai necessariamente. O efeito benéfico disto e que o glucagon impede a redução dos níveis de glicose sanguínea. Uma das causas que podem aumentar a secreção de glucagon durante o exercício seria um aumento dos aminoácidos circulante (GUYTON & HALL, 2002).

Estudos apóiam a evidência de que o exercício físico reduz os níveis de glicemia em diabético (SILVA & LIMA, 2002). CANCELLIÉRI (1999), fala sobre as vantagens dos exercícios físicos para diabéticos e no aumento da capacitação de glicose pelo músculo durante o exercício físico, a fim de produzir energia para a contração muscular. Após término da atividade física a musculatura continua captando glicose mais eficiente com objetivo de recompor o glicogênio muscular e hepático e recuperar o organismo.

Em vista disso a American Diabetes Association acredita que os diabéticos dependentes de insulina têm muito a ganhar com o exercício regular em função também do potencial da melhoria da aptidão cardiovascular, do bem estar psicológico e pela interação social (MANSON, 1999).

COLBERG (2000), afirma que o exercício pode ser um componente vital da prevenção e do controle do Diabético Mellitus, quando usado em combinação com a dieta, a medicação oral e os tratamentos insulínicos.

O exercício físico tem sido apontado por alguns autores como promotor de bem estar e saúde aos seus praticantes, contribuindo favoravelmente com os sistemas circulatórios, respiratório, imunológico entre os outros, e reduzindo os riscos de

distúrbio relacionados ao sedentarismo (ÄSTRAND, 1991).

Segundo AMERICAN COLLEGE of SPORT MEDICINE (ACSM) & AMERICAN DIABETES ASSOCIATION (2000), estudos tem demonstrado que o exercício físico diminui a hipertensão arterial, contribui para a redução do colesterol e triglicerídios, colaborando na redução e evolução das doenças cardiovasculares, além de contribuir para a redução de peso, bem como a manutenção do peso normal e da massa muscular se o exercício for associado a uma dieta equilibrada (NEUHOUSER, et al, 2002).

De acordo com o COLÉGIO AMERICANO de MEDICINA – ACMS (1996), os diabéticos em geral podem participar dos mesmos tipos de exercício que não diabéticos para o seu treinamento físico, em uma intensidade de 40% - 85% do VO₂ máximo, frequência de 5 a 7 vezes por semana de uma duração de 40 – 60 minutos.

Para WONG & BOOTH (1999 a, b) a pratica da atividade física também pode resultar em algumas adaptações bioquímicas como, por exemplo, aumentando as reservas energéticas e melhorando o perfil metabólico de diversos tecidos. Tais adaptações têm íntima relação com a capacidade do organismo em realizar trabalho muscular e pode representar um importante fator para o desempenho físico (MAC DOUGALL, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diabetes Mellitus (DM) é distúrbio metabólico crônico, e multi fatorial que esta associado à falta e/ou deficiência da ação da insulina que se caracteriza por hiperglicemia, afetando metabolismo dos carboidratos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2003).

Além disso, a estimativa da prevalência mundial de diabetes mellitus para todos os grupos etários em 2000 é de 2,8%, e em 2030 é de 4,4% (WILD et al., 2004). O que parece improvável, o número de pessoas com diabetes mellitus será maior do que o dobro em consequência do envelhecimento e urbanização da população. Porém estas estimativas provavelmente estão subestimando os valores reais, visto que dados da Federação Internacional de Diabetes indicam que aproximadamente 246 milhões de pessoas no mundo têm diabetes mellitus (INTERNACIONAL DIABETES FEDERATION, 2007).

Acredita – se que a atividade física regular pode em geral, influenciar na melhoria das funções orgânicas proporcionando um efeito no controle, tratamento e prevenção de doenças crônicas degenerativas como diabetes. O Treinamento

de força apresenta um potente efeito de aumentar a sensibilidade à insulina e pode resultar num metabolismo lipoprotéico mais eficiente (BALSAMO & SIMÃO, 2005). Para um aumento do VO₂ máximo, maior capacidade oxidativa musculoesquelética e cardíaca, os exercícios aeróbios necessitam ser inseridos no tratamento (KLEINER, 2002).

As pesquisas envolvendo o treinamento de força mostram evidências significativas no controle da glicemia, na diminuição da concentração de hemoglobina glicolisada, na manutenção da massa magra e na diminuição da sensibilidade muscular à insulina (BALSAMO & SIMÃO, 2005). Diversos protocolos utilizados para verificar as melhoras do treinamento de força em diabetes tipo 2, refere-se às repetições, que variam com mais frequência entre 12 a 15 repetições máximas e períodos de descanso entre as séries deve variar normalmente de 60 a 120 segundos, demonstrando significantes benefícios concernentes à diminuição da hemoglobina glicolisada e ao controle da glicemia sem administração de exercício aeróbios (DUNSTAN, 2002). Períodos de descanso curtos podem ser usados em programas em circuito e intervalos mais longos devem ser usados à medida que as cargas aumentam, pois adultos mais velhos com diabetes precisam adquirir força sem criar estresse metabólico por não controlar adequadamente a duração dos períodos de descanso entre as séries e exercícios (FLECK & KRAEMER, 1999). Estudos evidenciam que uma frequência de três vezes por semana traz grandes benefícios para o tratamento dos diabetes tipo 2 (FLECK & KRAEMER, 1999).

De acordo com o ACSM, o treinamento de força é atualmente recomendado para o tratamento não farmacológico do diabetes mellitus. As diretrizes atuais do ACSM recomenda que o treinamento força seja executado até três vezes por semana, além disso oito ou mais exercício deveriam ser incluídos dentro deste treinamento com 8 – 10 RM a cada exercício executado.

No entanto, devido aos diferentes métodos abordados nos estudos envolvendo portadores de DM tipo 2 e treinamento de força, faz-se necessário mais evidências científicas para elucidar ou sugerir diferentes métodos de treinamento de força, com aplicação de volume e intensidade do exercício para essa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Manual do ACSM para teste de esforço e prescrição de exercícios. 5.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Clinical pratics recommendation. Diabetes Care, v.16, n.5, p.54, 1993.

ÄSTRAND, P.O. Why exercise? Medicine and Science in Sport and Exercise, 24 (2), 153 – 162, 1991.

BALSAMO, S.; SIMÃO, R. Treinamento de força: para osteoporose, fibromialgia, diabetes tipo 2, artrite reumatóide e envelhecimento. São Paulo: Phorte, 2005.

BILOUS, R.W. Guia de saúde familiar: Diabetes, 1.ed. Editora três, Cajamar – SP. 94p, 1999.

BONORA E, MUGGEO M. Postprandial blood glucose as a risk factor for cardiovascular disease in Type II diabetes: The epidemiological evidence. Diabetologia , 4:2107-14, 2001A.

CANCELLIERI, C. Diabetes e atividade física. Jundiaí: Fontoura, 1999.

CASTANEDA C, LAYNEJE, MUNOZ-ORIANNS L, GORDON PL, WALSMITH J, FOLDVARI M, et al. A randomized controlled trial of resistance exercise training to improve glycemic control in older adults with type 2 diabetes. Diabetes Care. 25:2335-41, 2002.

CIOLAC EG, GUIMARÃES GV. Importância do exercício resistido para idoso. Ver Soc Cardiol Est São Paulo; 12:S15-26, 2002..

COLBERG, S e Swain, D. Exercise and Diabets Control. A. Winning. Combination, the Physician and Sport medicine, v, 28, n,4, abril, 2000.

COLÉGIO AMERICANO DE MEDICINA E ESPORTE. Manual para teste de esforço físico e prescrição de exercício. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

DUNSTAN DW, DALY RM, OWEN N, JOLLEY D, DE COURTEN M, SHAW J, et al. High-intensity resistance training improves glycemic control in older patients with type 2 diabetes. Diabetes Care. 2002;25:1729-36.

DUNSTAN DW, PUDDEY IB, BEILIN LJ, BURKE V, MORTON AR, STANTON KG. Effects of a short-term circuit weight training program on glycaemic control in NIDDM. *Diabetes Res Clin Pract* 1998; 40:53-61.

FLECK S J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GUYTON, A.C. HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica 10.ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 835 p, 2002.

INTERNATIONAL DIABETES FEDERATION. Diabetes Atlas. Disponível em: <http://www.eatlas.idf.org/> acessado em 16/12/2007.

KEMMER, F. W., and M. Berger. Exercise and diabetes mellitus: Physical activity as a part of daily life and its role in the treatment of diabetic patient. *International Journal of Sports Medicine* 4:77-88, 1983.

KLEINER, S.M. Nutrição para o treinamento de força. 1. ed. São Paulo: Manolc, 2002.

MACDOUGALL, J. D. Hypertrophy or hyperplasia. Em: P.V. Komi (Ed.). *Strength and Power in Sport* (pp. 230-8). Oxford: Blackwell Scientific, 1992.

MANSON, J. E. Diabetes. In: Nieman, D.C. *Exercício e Saúde*. São Paulo: Manole. p. 85 – 103, 1999.

MARLERBI DA, FRANCO LJ, the Brazilian Cooperative Group on the Study of Diabetes Prevalence. Multicenter study of the prevalence of diabetes mellitus and impaired glucose tolerance in the urban Brazilian population aged 30-69 yr. *Diabetes Care*; 15: 1509-16, 1992.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anuário Estatístico de Saúde do Brasil – 2001. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/anuario2001> acesso em 23 abr. 2007.

NEHOUSE. et. Al. Diet and exercise habits of patients with diabetes, dyslipi-

demia, cardiovascular disease or hypertension. Journal of the American College of Nutrition, v. 21, n. 5, p. 394-401 2002.

NUNES, V.G.S. Parâmetros bioquímicos, fisiológicos e da condição física em obesos com diferentes padrões de tolerância à glicose submetida a um programa de exercícios e dieta. 175 f. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1996.

OLIVEIRA EF, GRANJA LA, WAJCHENBERG BL. Cardiopatia no diabético. Ver Bras Cardiol; 2(3): 103 – 15 2000.

SANTARÉM, J.M. Atualização em exercícios resistidos saúde e qualidade de vida. Âmbito Medicina Desportiva, São Paulo, v.28, n2, p. 9-14, 1997.

SCHNEIDERSH, RUDERMAN NB. Exercise and NIDDM (technical review). Diabetes Care; 13:785-9 1990.

SILVA, A. C. da S.; LIMA, W. C. Efeito Benéfico do Exercício Físico no Controle Metabólico do Diabetes Mellitus tipo 2 à Curto Prazo. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia, v. 46, n. 5, p. 550-556, 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Consenso brasileiro sobre diabetes 2002: Diagnóstico e classificação do diabetes melito e tratamento do diabetes melito do tipo 2. Rio de Janeiro: Diagraphic, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Estatística de Diabetes no Brasil. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/imprensa/estatisticas/numerosnobrasil.php>. Acessado em 17/12/07.

TUOMILEHTO J, LINDSTROM J, ERKSSON JG, VALLET, HAMALAINEN H, LLANNE-PARIKKA P, et al. Prevention of type 2 diabetes mellitus by changes in life-style among subjects with impaired glucose tolerance. N Engl J Med; 344: 1343-50, 2001.

WHEITON SP, CHIN A, XIN X, HE J. Effect of aerobic exercise on blood pressure: a meta-analysis of randomized, controlled trials. Ann Intern Med; 136: 493-503, 2002.

WILD, S. et al. Global prevalence of diabetes: estimates for the year 2000 and projections for 2030. *Diabetes Care*, v. 27, n. 5, p. 1047 – 1053, mai. 2004.

WONG, T. S. & BOTH, F. W. Protein metabolism in rat gastrocnemius muscle after stimulated chronic concentric exercise. *Journal of Applied Physiology*, 69 (5), 1709 – 1717, 1990A.

_____. Protein metabolism in rat gastrocnemius muscle after stimulated chronic concentric exercise. *Journal of Applied Physiology*, 69 (5), 1718-1724, 1990A.

ZATSIORSKY, V.M. *Ciência e Prática do Treinamento de força*. São Paulo: Phorte Editora, 1999.

ZIMMET, P., ALBERTI, K. G. M., SHAW, J. Global and societal implications of the diabetes epidemic. *Nature*, v. 414, n. 6865, p. 782-787, dez. 2001.

SEXUALIDADE EM MULHERES NO CLIMATÉRIO: UM DESAFIO TRANSCULTURAL NO CUIDADO DE ENFERMAGEM

Fernanda Marega Nery de Souza¹

Maria Angelina da Silva Zuque³

Jullyanna Morais Rosa²

RESUMO

A sexualidade é reconhecida como um dos pilares da qualidade de vida caracterizada pelo caráter multidimensional, fatores psicossociais e culturais, relacionamentos interpessoais e experiências de vida. Quando não reprimida, pode ser vivenciada pela pessoa sadia até o final de sua existência. O objetivo do trabalho foi verificar a percepção da sexualidade no climatério entre mulheres de 40 a 69 anos freqüentadoras do grupo da 3ª idade do Projeto da Assistência Social Municipal. Há necessidade de informações para as mulheres no climatério sobre as mudanças orgânicas que estão sujeitas nesta fase para contribuir na identificação de eventuais dificuldades na esfera sexual.

PALAVRAS-CHAVE

Sexualidade, Climatério, Menopausa

Introdução

O climatério tem início com o cessar da função reprodutiva e termina com a adaptação do organismo à ausência de gônadas. Quando se esgota a reserva de folículos ovarianos em todos os estágios de maturação, sua função declina progressivamente, ocorre geralmente aos 45 anos. A duração desta fase pode variar de semanas a anos. As diversas fases do climatério caracterizam-se por um comportamento diverso das glândulas endócrinas 1,2,3,4,. É uma fase de limites imprecisos na vida feminina; compreende a transição do período reprodutivo para o não reprodutivo.

AUTORES

1 Graduada em Enfermagem – UFMS. Enfermeira do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora

2 Graduada em Enfermagem – UFMS. Enfermeira da Estratégia da Saúde da Família

3 Graduada em Farmácia e Farmácia Bioquímica - UFMT. Especialista em Epidemiologia pela Fundação Osvaldo Cruz. Especialista em Formação Docente em Educação Profissional Técnica na Área de Saúde pela Fundação Osvaldo Cruz. Mestranda em Doenças Tropicais – UNESP. Docente dos cursos de Biomedicina, Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição da AEMS

Menopausa, ao contrário, tem data para começar: a da última menstruação da vida. Em 1996, a Organização Mundial de Saúde (OMS) faz uma ratificação propondo o abandono do termo climatério que, embora consagrado pelo uso, tem gerado muita confusão; uma vez que climatério e menopausa não são sinônimos 1,6.

O trabalho justifica-se, pois segundo estatística de Três Lagoas observa-se um baixo número de mulheres que procuram assistência no climatério. Não existe protocolo para este atendimento e as consultas de enfermagem não têm valorizado as queixas sexuais das pacientes nesta fase, dando a nítida impressão que os profissionais evitam esse assunto por medo de não saber lidar com ele. O presente trabalho traz em seu âmago o objetivo de avaliar a percepção das mulheres sobre a sexualidade no climatério, verificar o conhecimento sobre os sintomas relacionados ao climatério e a frequência em que acontecem.

Casuística e Método

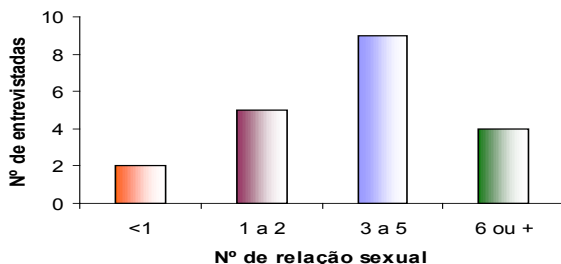
A pesquisa foi realizada em Três Lagoas, estado do Mato Grosso do Sul. Segundo o IBGE (2007), a população estimada é de 88.332 habitantes. Destes 44.836 são do sexo feminino, sendo que 11.472 mulheres correspondem à faixa etária de 40 a 69 anos. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa. A amostra foi de 20 mulheres, na faixa etária de 40 a 69 anos, freqüentadoras de um grupo de 3ª idade do Projeto da Secretaria Municipal de Assistência Social de Três Lagoas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com roteiro estruturado constituído de três partes: a primeira referente a dados pessoais, a segunda sobre a sexualidade e a terceira a percepção de usuária dos serviços de saúde do município.

As entrevistas foram realizadas, após esclarecimentos e assinatura do termo de livre consentimento, no período de 17 á 25 de Maio de 2007. Após o questionamento, durante a entrevista, sobre os sintomas relacionados com o climatério de acordo com a percepção da entrevistada foi realizado esclarecimentos e orientações sobre os prováveis sintomas nesta fase pelas entrevistadoras. Em seguida novamente foram perguntados os sintomas apresentados para comparar o conhecimento prévio e quais outros que poderiam ser atribuídos ao climatério após o esclarecimento das entrevistadoras. Os dados coletados foram consolidados em tabelas e gráficos, e a análise comparada com os achados na pesquisa bibliográfica.

Resultados

Do total da amostra, as mulheres casadas representaram 35%, as amasiadas 25%, as viúvas 25% e as separadas 15%. Das entrevistadas 55% relataram ser sexualmente ativas e com permanência do interesse sexual. Para 44% embora tenham interesse sexual, não tem reciprocidade do companheiro e 1% não encontrou parceiro. Os resultados obtidos nas entrevistas sobre a frequência das relações sexuais foram: para 18% variou de 6 ou mais relações sexuais mensais; para 45% variou de 3 a 5 relações sexuais mensais; para 27% variou de 1 a 2 relações sexuais mensais e para 9% a frequência foi de menos de 1 relação sexual por mês de acordo com a Figura 1.

Figura 1 - N° de relação sexual das entrevistadas. Três Lagoas - MS. 2007

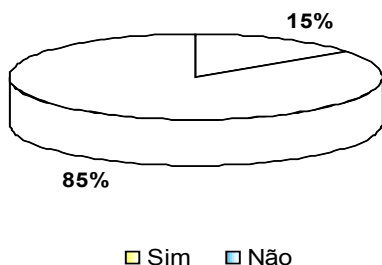


Nos últimos 3 meses 45% relataram ter relações sexuais satisfatórias e 45% sentiram desconforto durante o ato sexual. Em relação ao orgasmo 55% informaram ter orgasmo, 27% relataram a diminuição deste e 18% não atingiram. Entre as que afirmaram ter, 36% relataram mudança na frequência do orgasmo no climatério. Entre as entrevistadas 25% relataram alteração no relacionamento pessoal devido à mudança no interesse sexual. Desse grupo 60% sentem-se culpadas pelos problemas no intercuro sexual. O resultado da pesquisa mostrou que 95% das entrevistadas não fazem uso da Terapia de Reposição Hormonal.

Entre as sexualmente ativas 55% informaram ter diminuição da lubrificação vaginal. Entre elas 50% informaram que este sintoma é um problema no intercuro sexual. Apenas 27% destas usam lubrificante vaginal durante o ato sexual. Em relação ao preservativo 95% das entrevistadas relataram saber da importância do uso do mesmo. Entre as sexualmente ativas, 82% não usam preservativos, alegando ter parceiros fixos. Entre as que não tem parceiros fixos 50% delas afirmaram utilizar

preservativo masculino em todas as relações contra 50% que não utilizam. De acordo com a Figura 2, 85% das entrevistadas não conheciam a Unidade de Referência da Mulher onde é realizada também a assistência às mulheres no climatério.

Figura 2: % das mulheres que conhecem a Unidade de Referência da Mulher. Três Lagoas - MS. 2007



Os sintomas apresentados após a última menstruação segundo a percepção das entrevistadas encontram-se na Figura 3.

Figura 3: Frequência dos sintomas apresentados após a última menstruação segundo a percepção das entrevistadas. Três Lagoas - MS. 2007

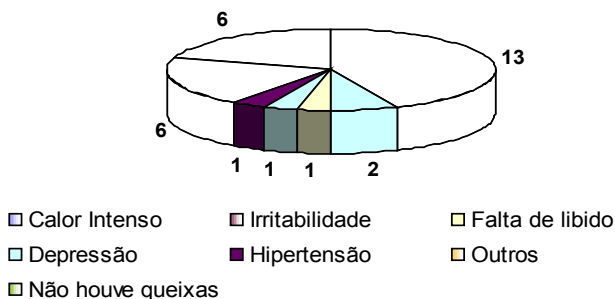
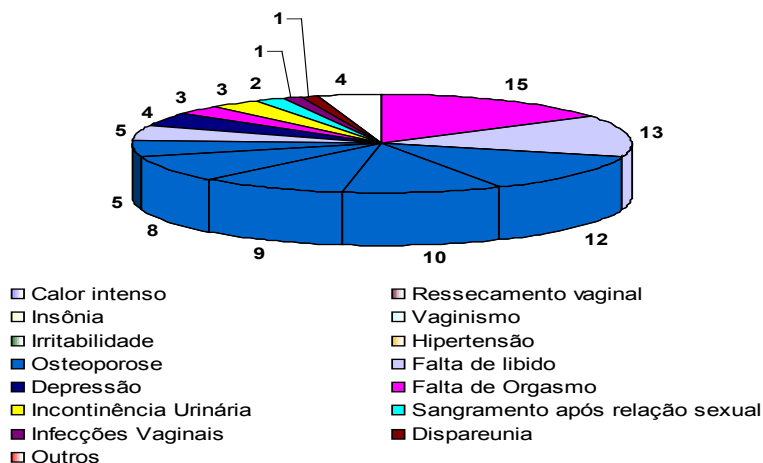


Figura 4: Frequência dos sintomas relacionados ao climatério após esclarecimentos. Três Lagoas – MS. 2007



Foram esclarecidos de maneira minuciosa pelas entrevistadoras todos os sintomas possíveis apresentados após a entrada ao climatério. Ao comparar as respostas das entrevistadas antes e após esclarecimentos, observa-se que muitas delas desconheciam os sintomas decorrentes desta fase. Os sintomas informados após esclarecimentos das entrevistadoras encontram-se na Figura 4; os sintomas mais relevantes após o esclarecimento foram: ressecamento vaginal, vaginismo, insônia e irritabilidade.

Discussão

A não utilização da Terapia de Reposição Hormonal e uso de lubrificante vaginal pode ser explicado pela predominância da baixa escolaridade das entrevistadas, desconhecimento do centro de referência para atendimento às mulheres no climatério e até mesmo pelo alto custo dos medicamentos, os quais são escassos na rede pública.

A diminuição da lubrificação vaginal foi esperada na pesquisa, visto que nessa fase da vida ocorre a diminuição dos níveis de estrogênio e progesterona ocasionando a diminuição da lubrificação vaginal 5,6,7. Em contrapartida o desconhecimento e uso de lubrificantes foi significativo e interferindo no relacionamento se-

xual.

Observou-se que nem todas as mulheres sexualmente ativas apresentam o desejo sexual, afirmam ser ativas para a satisfação do parceiro. Contra outras, que não possuem a vida sexual ativa pelo fato de não ter reciprocidade do companheiro.

O resultado referente à sexualidade demonstrou que culturalmente mulheres nesta faixa etária quando apresentam qualquer manifestação de interesse sexual, são frequentemente discriminadas semelhantes ao descrito na literatura 5,6, 7,. Embora 95 % afirmaram a importância do uso do preservativo, apenas 18% usam em suas relações sexuais, alegaram ter parceiro fixo e resistência do sexo masculino quanto ao uso do mesmo, demonstrando a vulnerabilidade das mulheres em relação às DST/Aids semelhante as demais regiões do país.

Os resultados apontam para a importância e o significado dessa etapa da vida para a mulher. Reforçam a hipótese de que a sexualidade da mulher climatérica não é influenciada somente por fatores relacionados ao hipoestrogenismo, como também por fatores psicossociais e culturais 6,7. As mulheres manifestaram, com clareza, que precisam de apoio, suporte e informações para enfrentar o climatério, evidenciado nas respostas sobre as causas de tantos sintomas e mudanças e dificuldades no acesso a informações e atendimentos nos serviços de saúde.

Conclusão

Nessa fase da vida é importante para a mulher ter conhecimento sobre as mudanças orgânicas e de comportamento a que estão sujeitas durante o climatério, o que certamente facilitará a identificação de eventuais dificuldades na esfera sexual.

É necessário articular uma prática educativa, com base em suas percepções e experiências de modo a assegurar-lhes interação, relacionamento afetivo e comprometimento com mudanças de atitudes adequadas a realidade, para que tenham uma vida ativa, saudável, com bem-estar e qualidade.

O Enfermeiro(a) precisa interagir junto às mulheres climatéricas e desenvolver ações que visem à apropriação do conhecimento e do bem-estar, para que estas mulheres possam usar mecanismos de enfrentamento eficazes a fim de superar as modificações e os conflitos causados pelo climatério.

Espera-se com este trabalho a elaboração de um protocolo para a assistência integral da mulher no climatério com implantação deste atendimento nas unidades de atenção básica.

Referência Bibliográfica:

1. Vieta SMG. A Experiência da Menopausa: um estudo qualitativo com mulheres que utilizam ou não a terapia de reposição hormonal. [Dissertação Mestrado] São Paulo, SP: Universidade Federal de São Paulo; 2001.
2. Varella D. Climatério e Menopausa. [Acesso em 06 de maio de 2007]. Disponível em: <http://www.drauziovarella.com.br/artigos/cmenopausa.asp>
3. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação Materno-Infantil. Assistência ao Climatério. Brasília (DF); 1994.
4. Butler RN, Lewis MI. Sexo e amor na Terceira Idade. 2 ed. São Paulo: Summus; 1985.
5. De Lorenzi DRS, Saciloto B. Frequência da atividade sexual em mulheres menopausadas. Rev Assoc Med Bras. 2006; 52 (4): 256-260.
6. Lopes G, Maia M. Sexualidade e envelhecimento. São Paulo: Saraiva; 1994.
7. Ballone GJ. Sexo nos Idosos. PsiqWeb Psiquiatria. [Acesso em 06 de maio de 2007]. Disponível em:
<http://www.sites.uol.com.br/gballone/sexo/sexo65.html>

OBESIDADE INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO

Christiano Bertoldo Urtado¹

Claudio de Oliveira Assumpção⁴

Luciano Barbosa²

José Bechara Neto⁵

Ramizzei Barreto dos Santos³

RESUMO

A obesidade é considerada uma patologia de causa multifatorial e sem dúvida, um grande problema de saúde pública da sociedade moderna, atingindo cada vez mais cedo a população infantil. Hábitos alimentares errôneos e a inatividade física são fatores cruciais para o aumento da obesidade na infância e fatores pré-determinantes para a obesidade na vida adulta. Tal patologia está atrelada a doenças crônico-degenerativas como: hipertensão arterial, diabetes tipo II, aterosclerose e transtornos psicossociais, doenças que antes eram diagnosticadas apenas em adultos hoje se tornaram comuns no meio infantil. Medidas como reeducação alimentar e exercício físico vêm sendo estudadas como uma das formas para prevenir a obesidade ainda na infância, minimizando seus agravos na vida adulta. Com isso o presente estudo propõe o uso da Educação Física Escolar como uma disseminadora de informações conscientizando professores, pais, alunos e a comunidade dos problemas relacionados à obesidade infantil e seus desfechos desfavoráveis na vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE

obesidade infantil; Educação Física Escolar; Atividade Física

INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada uma patologia de causa multifatorial envolvendo fatores genéticos e ambientais^{1,2,3}. Considerada um grave problema de saúde pública em países desenvolvidos, vem crescendo significativamente nos países em desenvolvimento, atrelada a esse fato, a obesidade infantil também aumentou de forma alarmante⁴.

Segundo a World Health Organization (WHO)⁵, dos 6 bilhões da população mundial 1,4 bilhão se encontram com sobrepeso e 300 milhões são considerados

AUTORES

1 Pós Graduação em Fisiologia Humana e do Exercício – Centro Universitário Modulo- Unicsul. Caraguatatuba, SP, Brasil. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Biologia. Campinas, SP, Brasil. Faculdade Integração Tiete – FIT, Tiete-SP, Brasil. E-mail: christianno.bertoldo@gmail.com.

2 Pós Graduação em Fisiologia Humana e do Exercício – Centro Universitário Modulo- Unicsul. Caraguatatuba, SP, Brasil

3 Pós Graduação em Fisiologia Humana e do Exercício – Centro Universitário Modulo- Unicsul. Caraguatatuba, SP, Brasil

4 Pós Graduação em Fisiologia Humana e do Exercício – Centro Universitário Modulo- Unicsul. Caraguatatuba, SP, Brasil. Faculdade Integração Tiete – FIT, Tiete-SP, Brasil.

5 Associação de Ensino do Mato Grosso do Sul – AEMS

cl clinicamente obesos. No Brasil estima-se que cerca de 38 milhões da população acima de 20 anos estão acima do peso e mais de 10 milhões são considerados obesos, conforme os dados do Ministério da Saúde (2005)⁶.

A obesidade é uma doença crônica ligada a morbimortalidade, sendo de difícil tratamento, por isso sua prevenção deve ser priorizada e estar ligada a métodos simples e de baixo custo sem potencial adverso, como a reeducação alimentar e atividade física¹.

O estímulo à prática de atividade física e de exercícios regulares precisa ser um instrumento para combater a obesidade, assim esse problema de ordem epidemiológica e pessoal deve começar o mais cedo possível tornando a atividade física um hábito para toda a vida⁷.

No Brasil a obesidade infantil encontra-se ligada a classes sociais mais altas, porém há tendências de mudanças nesse perfil havendo um aumento da obesidade em classes mais baixas nas últimas décadas⁸.

A obesidade infantil é uma doença que gera problemas a curto e longo prazo, seu diagnóstico, tratamento e prevenção, nas primeiras etapas da vida, é necessário servindo como medidas preventivas da obesidade adulta^{1,3,4,9}.

A partir dessa problemática e dos fatores desencadeantes da obesidade infantil a proposta do presente artigo é abordar a Educação Física Escolar como uma das ferramentas para a conscientização dos problemas causados pela obesidade infantil e conseqüentemente seu modo de prevenir tal patologia.

Estudo de caráter bibliográfico, elaborado por coletas de dados retirados de artigos de revistas indexadas e livros. Os artigos foram identificados a partir da base de dados do Scielo, Medline, Birene e Highwire.

REVISÃO DA LITERATURA

OBESIDADE E SOBREPESO: CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

Segundo a World Health Organization (WHO) (2006)⁵, a obesidade é uma condição na qual a reserva natural de gordura aumenta até o ponto em que passa a estar associada a certos problemas de saúde ou ao aumento da taxa de mortalidade.

Não foram estabelecidos padrões exatos das porcentagens de gordura, entretanto homens com mais de 25% de gordura corporal e mulheres com valores acima de 35% são considerados obesos¹⁰.

Avaliar o fator genético e a contribuição do fator ambiental torna-se difícil, pois os traços familiares são muito marcantes, filhos de pais obesos têm um risco

maior de serem obesos. Além da genética, pais e filhos costumam compartilhar hábitos como alimentação e atividade física^{1,3,11}. Foi relatado que crianças, cujos pais são obesos terão 80% de chances de adquirir a obesidade, se apenas um dos pais for obeso 40% de chance de ser obesa e se ambos os pais não forem obesos a obesidade cai para 7%^{3,12}.

A obesidade é classificada segundo dois fatores: de causa endógena (fatores genéticos) alterações endocrinológicas e síndromes genéticas, aproximadamente 1% dos casos, e de causa exógena (fatores ambientais) relacionada ao desequilíbrio entre a ingestão excessiva de alimentos e o gasto calórico, atingindo 99% dos casos¹³.

Quanto ao tamanho e número das células adiposas a obesidade é classificada de duas maneiras: hiperplásica, aumento no número total de células adiposas e hipertrófica, enchimento das células adiposas já existentes, com mais gordura¹⁴.

A obesidade hiperplásica está relacionada a três períodos fundamentais^{2,12}, são eles:

1. Último trimestre da gravidez (hábitos nutricionais da mãe).
2. Primeiro ano de vida
3. Explosão de crescimento na adolescência

Em relação à obesidade hipertrófica, esta pode ocorrer ao longo de qualquer fase da vida. Novas células adiposas podem se formar na vida adulta, pois na obesidade grave quanto mais obesa for a pessoa mais adipócitos vão se formando além da hipertrofia das células já existentes. Ocorrendo pelo fato das células adiposas possuírem um limite superior de seu tamanho (aproximadamente 1,0μg de lipídio por células) e para que a pessoa possa engordar ainda mais, novas células proliferarão a partir de um reservatório celular de pré-adipócitos¹⁴.

Quanto à distribuição da gordura corporal, estudos^{14,15} conceituam a obesidade em duas maneiras: andróide (obesidade padrão masculina ou central) um acúmulo da gordura preferencialmente abdominal e ginóide (obesidade padrão feminina ou periférica) a qual a maior parte da gordura excessiva deposita-se nas regiões glúteas e femorais.

Para determinar o peso de um indivíduo em normal, excessivo ou insuficiente, pode ser utilizado o IMC (Índice de Massa Corporal), usado como padrão de medida internacional. É um dos métodos mais utilizados para a classificação do peso em categorias e para isso é utilizada a fórmula: $IMC = \frac{\text{massa corporal (kg)}}{\text{estatura}^2(\text{m})}$ ¹⁴. Após o resultado, é usada a tabela 1, para averiguação do IMC em adultos segundo a categoria¹⁴.

Tabela 1. Índice de Massa Corpórea (adultos)

Categoria	IMC
Abaixo do peso	abaixo de 18,5
Peso normal	18,5 – 24,9
Sobrepeso	25,0 – 29,9
Obesidade grau I	30,0 – 34,9
Obesidade grau II	35,0 – 39,9
Obesidade grau III	40,0 e acima

Adaptado: Associação Brasileira de Estudos sobre Obesidade (ABESO)¹⁶, 2007.

Para determinar o percentual de gordura, os meios mais precisos são: a bioimpedância, hidrometria, densitometria, ressonância magnética, ultra-sonografia e tomografia, são métodos caros e de difícil acesso³. O IMC e a mensuração de dobras cutâneas são métodos mais práticos e baratos, possuem menor precisão, mas são usados e aceitos pela comunidade científica^{10,14}.

PATOLOGIAS RELACIONADAS

A obesidade encontra-se relacionada às alterações metabólicas desenvolvendo-se doenças crônicas como: diabetes tipo II, hipertensão arterial, dislipidemias, acidente vascular cerebral, alguns tipos de câncer, problemas de articulações, doenças cardiovasculares, problemas respiratórios, renais e psicossociais^{3,17,18,19}.

Diabetes tipo II – doença crônica que tem como característica a hiperglicemia persistente, pela diminuição da sensibilidade dos tecidos-alvos ao efeito metabólico da insulina¹⁰.

Aterosclerose – o excesso de tecido adiposo tem efeito metabólico no organismo, principalmente no metabolismo lipídico, aumentando os lipídios séricos iniciando um processo de aterosclerose, ocorrendo um crescimento da placa de ateroma reduzindo acentuadamente o fluxo sanguíneo, podendo causar obstrução completa. As placas de ateroma já são encontradas em crianças e até em lactantes¹⁰.

Hipertensão arterial – está ligada ao excesso de peso e do tecido adiposo, tendo uma relação com o aumento do IMC, é definida quando a pressão arterial média é maior que o limite superior da medida aceita como normal (135 mmhg X 90 mmhg)¹⁰.

Alterações respiratórias – a obesidade está relacionada à hipóxia em crianças, causada pelo aumento da demanda ventilatória, do esforço respiratório, baixa eficiência muscular, aumentando em demasia as infecções, asma e apnéia do sono. A diminuição do peso corporal é a melhor medida para o controle dessas complicações¹².

Transtornos psicológicos – a obesidade causa transtornos psicossociais, como discriminações sofridas pelos obesos³. Silva, Costa e Ribeiro (2008)¹² relataram que a criança obesa começa com esse estigma na pré-escola, afetando a vida escolar e os relacionamentos, discriminação que leva a diminuição da auto-estima, ficando suscetível à depressão buscando como fuga o alimento e a afastando das atividades sociais.

Os aspectos psicossociais tornam-se mais graves que os físicos em adolescentes, pois este está tentando romper laços familiares para se inserir na sociedade e a obesidade pode se tornar um fator limitante⁷.

Controle da saciedade – fator de risco para o desenvolvimento tanto da obesidade infantil quanto da adulta, a saciedade ocorre após a ingestão de alimentos, suprimindo a fome e mantendo sua inibição por um determinado período⁸. O controle da ingestão de nutrientes é decorrente de uma série de sinais periféricos que atuam diretamente sobre o sistema nervoso central²⁰.

O apetite e a saciedade são controlados no hipotálamo por dois grandes grupos de neuropeptídeos relacionados nos processos orexígenos e anorexígenos²⁰. O neuropeptídeo Y (orexígeno) é o mais potente estimulador do apetite, provavelmente interagindo com a leptina (anorexígeno) no controle do apetite e da saciedade. A leptina, produzida no tecido adiposo branco tem um papel central e periférico, participando do controle energético, porém quando em altas concentrações séricas não atua devido à resistência que acaba limitando seu efeito anoréxico²⁰.

OBESIDADE INFANTIL

A obesidade infantil vem aumentando abruptamente, tomando grandes proporções em âmbito mundial^{15,21,22,23}.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2002/2003) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁴ a obesidade infantil aumentou nos últimos 30 anos, de 3,9 % nos meninos e 7,5% nas meninas nos anos de 1974/ 1975 para 18% e 14,5 %.

Quanto mais cedo uma criança se mantém obesa, mais difícil é seu trata-

mento e maiores as probabilidades de se tornar um adulto obeso. Em relação às doenças correlacionadas, quando adquiridas na infância tendem a agravar-se com os anos, acentuando-se na vida adulta^{3,4,11,23,25,26}.

Hoje para a classificação da criança e do adolescente em sobrepeso e obeso, são utilizados alguns métodos de fácil manuseio, não invasivos e de boa aceitação pela população^{21,27}, esses métodos também podem ser utilizados dentro da Educação Física escolar, são eles:

- Índice de Massa Corporal (IMC), usado para definir a obesidade em crianças e adolescentes, desde que os valores de referência sejam específicos para sexo e idade¹⁴. A tabela de Cole et al., (2000)²⁸ com padrões mundiais para sobrepeso e obesidade infantil tem sido usada como referência para os limites na faixa etária de 2 a 20 anos⁸. Após calculado o IMC ($IMC = \text{peso} / \text{estatura}^2$) é utilizada a tabela 2 para a averiguação do IMC relacionado à idade e sexo da criança/ adolescente, analisando a categoria à que estes encontram-se (sobrepeso ou obesidade). Usando o valor do IMC já determinado na tabela 2, usa-se a tabela 3 para analisar o IMC em relação à idade dentro das curvas do percentil 50, em que valores abaixo do percentil 5 indica que o indivíduo está abaixo do peso, valores entre o percentil 5 e 85, classifica o indivíduo como eutrófico, valores de referência entre 85 e 95 indica risco para excesso de peso e valores acima do percentil 95 indica sobrepeso (tabela 4).

Tabela 2. IMC/ sexo-idade

Índice de Massa Corporal (sobrepeso)			Índice de Massa Corporal (obesidade)	
Idade (anos)	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2	18.4	18.0	20.1	20.1
2.5	18.1	17.8	19.8	19.5
3	17.9	17.6	19.6	19.4
3.5	17.7	17.4	19.4	19.2
4	17.6	17.3	19.3	19.1
4.5	17.5	17.2	19.3	19.1
5	17.4	17.1	19.3	19.2
5.5	17.5	17.2	19.5	19.3
6	17.6	17.3	19.8	19.7
Índice de Massa Corporal (sobrepeso)			Índice de Massa Corporal (obesidade)	
Idade (anos)	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

6.5	17.7	17.5	20.2	20.1
7	17.9	17.8	20.6	20.5
7.5	18.2	18.0	21.1	21.0
8	18.4	18.3	21.6	21.6
8.5	18.8	18.7	22.2	22.2
9	19.1	19.1	22.8	22.8
9.5	19.5	19.5	23.4	23.5
10	19.8	19.9	24.0	24.1
10.5	20.2	20.3	24.6	24.8
11	20.6	20.7	25.1	25.4
11.5	20.9	21.2	25.6	26.1
12	21.2	21.7	26.0	26.7
12.5	21.6	22.1	26.4	27.2
13	21.9	22.6	26.8	27.8
13.5	22.3	23.0	27.2	28.2
14	22.6	23.3	27.6	28.6
14.5	23.0	23.7	28.0	28.9
15	23.3	23.9	28.3	29.1
15.5	23.6	24.2	28.6	29.3
16	23.9	24.4	28.9	29.4
16.5	24.2	24.5	29.1	29.6
17	24.5	24.7	29.4	29.7
17.5	24.7	24.8	29.7	29.8
18	25	25	30	30

Adaptado de British Medical Journal, 2000²⁸.

Tabela 3. Tabela de IMC/ idade-percentil

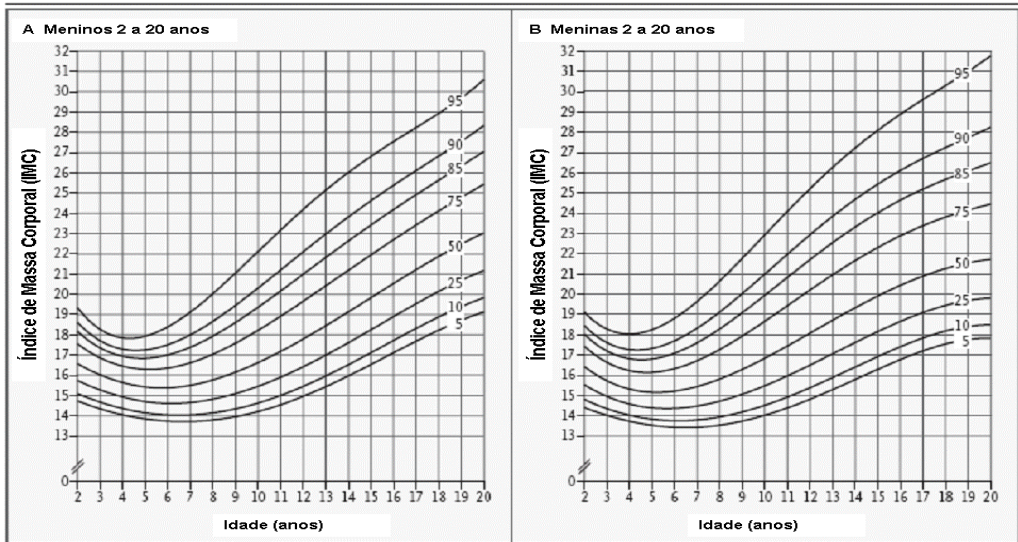


Tabela 4. Tabela para verificação do Percentil

Categoria	Percentil
Baixo peso	$\leq P5$
Eutrófico	$P5 < P.85$
Risco para sobrepeso	$P.85 < P.95$
Sobre peso	$\geq P.95$

Adaptado de Jornal de Pediatria, 2007.
 Fonte: Boa-Sorte et al¹⁷, 2007.

- Dobras Cutâneas (DC), mensuração mais precisa, prevê uma estimativa do depósito de gordura subcutânea²⁷, sendo aferida em vários pontos do corpo. Em crianças e adolescentes as mais usadas são: tricipital, bicipital, subescapular, suprailíaca e circunferências da cintura e quadril¹².

Januário et al., (2008)²¹ compararam a concordância entre dois indicadores de obesidade: o Índice de Massa Corporal (IMC) e o Percentual de gordura em crianças de ambos os sexos. Analisaram 200 crianças (100 meninas e 100 meninos)

com idade de 8 a 10 anos, estudantes do Ensino Fundamental de escolas públicas de Londrina. Foram realizadas medidas antropométricas e avaliação da composição corporal. Observou-se que 21% dos meninos e 15% das meninas estavam dentro da faixa de peso considerada normal, quando utilizado o IMC, porém conforme o percentual de gordura, estas crianças apresentavam certo quadro de obesidade. Contudo o IMC quando comparado ao percentual de gordura apresentou concordância moderada para a classificação dessas crianças, sendo este último mais sensível do que o IMC.

- Índice de obesidade (IO), determinado pela fórmula, $(IO = \text{peso atual} / \text{peso no percentil 50} / \text{estatura atual} / \text{estatura no percentil 50} \times 100)$, indicando quanto do peso da criança/ adolescente excede seu peso esperado, corrigido pela estatura. Podemos considerar obesidade leve (IO é de 120 - 130%), moderada (IO é de 130 - 150%) e grave (IO excede 150%)⁸.

- Índice de Conicidade, direcionado às informações de distribuição da gordura corporal, baixas concentrações de gordura na região central (cilindro perfeito) e altas concentrações de gordura na região central (duplo cone)³⁰. Para seu cálculo precisamos das medidas do perímetro da cintura, da estatura (m) e do peso corporal (kg) sua fórmula:

$$\text{Índice de Conicidade} = \frac{\text{Perímetro da Cintura (m)}}{0,109 \sqrt{\frac{\text{Peso Corporal (kg)}}{\text{Estatura (m)}}}}$$

As limitações do Índice de Conicidade estão relacionadas à falta de indicadores que identifiquem o risco para a saúde, adotando-se valores próximos de 1,00 (cilindro perfeito) risco baixo para o desenvolvimento de disfunções metabólicas e cardiovasculares e valores próximos a 1,73 (duplo cone) risco elevado para o desenvolvimento de disfunções metabólicas^{30,31}.

CAUSAS DA OBESIDADE INFANTIL

O aumento da obesidade em crianças lactantes pode ser resultado de um desmame precoce e incorreto e por uma ingesta sólida com bases excessivas de carboidratos^{1,3}.

A obesidade no primeiro ano de vida sofre influência da concepção errada que os pais têm de que o bebê gordo é sinônimo de bebê sadio e de classes econômicas mais baixas que tem medo que o bebê fique desnutrido, alimentando-o em excesso^{12,17}.

Para Balaban e Silva¹ (2004) o aleitamento materno se destaca, sendo um importante protetor da obesidade infantil. Em seu artigo autores como: Kramer (1981; 1985), Armstrong et al., (2003) e Gillman et al., (2001), demonstraram estudos positivos que o aleitamento materno apresentou um efeito protetor contra a obesidade. Em contrapartida, Fomon et al. (1984), O'Callaghan et al., (1997) e Agras et al., (1990) não encontraram relação benéfica entre aleitamento materno e obesidade infantil.

As primeiras experiências nutricionais são fatores para o desenvolvimento de doenças crônicas, como a obesidade. Tal experiência é denominada como “Imprinting metabólico”, um período crítico e específico do desenvolvimento do indivíduo, afetando sua suscetibilidade para doenças crônicas na vida adulta¹.

Estudo de Buzinaro et al³²(2008) com 73 filhos de mães com alterações glicêmicas gestacionais, propôs-se a avaliar se tais alterações influenciavam a obesidade e suas comorbidades na adolescência. Dividiu-se o grupo conforme a tolerância da glicose materna em G1 - controle (n=27), G2 - hiperglicemia diária (n=23) e G3 - Diabetes Melitos Gestacional (DMG) (n=23). O grupo foi submetido à avaliações clínicas (medidas antropométricas, aferição de pressão arterial, coleta sanguínea e questionário). Concluiu-se que as mães (G3) com DMG que apresentaram glicemia de jejum e diária elevadas, tem filhos com maior peso no nascimento e maior frequência de sobrepeso na adolescência.

Um outro fator que vem se destacando como uma das causas da obesidade infantil é o aumento da violência, com isso pais e responsáveis não deixam seus filhos brincarem nas ruas, permanecendo dentro de casa, em frente à TV, utilizando-se de jogos eletrônicos e computadores, com o avanço tecnológico as tarefas cotidianas são realizadas facilmente sem grandes esforços (controle-remoto, elevadores, carros), o que vem ocasionando um estilo de vida sedentário e pouco ativo^{3,18,33}.

A ausência dos bons hábitos alimentares vem contribuindo para aumentar o peso corporal, pois enquanto ficam em casa as crianças e adolescentes optam por alimentos industrializados (salgadinhos, bolachas, refrigerantes, etc) estes alimentos possuem grandes quantidades de açúcares e gorduras^{8,15,26}.

O tratamento da obesidade na infância é difícil, pois está relacionada ao não entendimento dos danos causados pela obesidade pelas próprias crianças e às

mudanças no estilo de vida dos pais^{8,22}.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO: PAPEL DA ATIVIDADE FÍSICA

Estudos^{3,4,9,14,19,34} evidenciam que a atividade física é eficiente no tratamento da obesidade, tanto na manutenção como redução de peso.

A inatividade física é uma das principais causas do aumento da gordura corporal envolvendo todas as faixas etárias^{3,12}. O indivíduo obeso deixa de praticar atividade física, acentuando sua obesidade e adotando hábitos mais sedentários^{4,8}.

Geralmente crianças e adolescentes obesos possuem baixo autoconceito e auto-estima, isolando-se das atividades físicas, quando não são excluídas das mesmas pelos seus colegas, cansam-se durante sua realização, quando estas envolvem grandes esforços^{4,13,34}. Para eles o excesso de peso corporal torna-se incômodo na realização de determinadas atividades (dificuldades de correr, saltar, pouca agilidade) afastando-os das atividades físicas^{7,34}.

Sobre esse assunto foi realizada uma pesquisa³⁵ cuja finalidade foi observar o nível de desempenho motor de meninos e meninas com sobrepeso e obesidade em diferentes agrupamentos sociais. Foram avaliadas 424 crianças (212 meninos e 212 meninas) de 6 a 8 anos, sendo que 127 foram avaliadas como obesas, o grupo foi distribuído em 3 agrupamentos: 1- região central, classe média, 2 - região periférica, classe média e 3 - região periférica, classe pobre. Foi calculado o Índice de Massa Corporal e realizados testes motores (equilíbrio, corrida, salto, arremesso e recepção). Os resultados encontrados foram: obesidade em 29,95 % da amostra, semelhanças na prevalência da obesidade entre agrupamentos e gêneros, atrasos motores em crianças obesas, superioridade no desempenho motor nos meninos e desempenho motor superior para crianças obesas da região periférica.

Com isso, iniciar uma atividade física não é muito fácil, crianças e adolescentes optam por atividades que lhes dão satisfação. Atividades formais (academias) não são apreciadas por esse público, por serem sistemáticas, não são toleradas por muito tempo, ficando as atividades lúdicas (crianças) ou esportivas (adolescentes) de maior preferência⁸.

Sabiá, Santos e Ribeiro⁹ (2004) realizaram estudo com 28 adolescentes, média de 13 anos, IMC acima de 95 para idade e sexo distribuídos em dois grupos: exercícios de caminhada contínua (n=13) e exercícios de corrida intermitente e circuito com peso (n=15), realizados 3 vezes por semana durante 16 semanas por 20 a 40 minutos, com orientação nutricional. Observaram redução de IMC no grupo aeróbio

em 4,5% e no grupo de exercício anaeróbio 7,6% e diminuição de pregas cutâneas nos dois grupos, melhora nos níveis lipídicos e aumento na capacidade aeróbia.

A atividade física tem sido eficiente no controle da obesidade, melhora o desenvolvimento motor da criança, eleva a auto-estima, ajuda no autoconhecimento corporal, manutenção e perda de peso, auxilia na prevenção de doenças colaborando na promoção de saúde^{3,33}.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E OBESIDADE INFANTIL

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998)³⁶ o currículo das escolas brasileiras abordam diferentes temas, dentre eles: a aquisição de informações sobre hábitos alimentares e a prática de atividades físicas como meio de promover melhoras na qualidade de vida.

Essas informações em grande parte não são utilizadas na prática ou não são incorporadas ao currículo formal das escolas, acarretando um prejuízo na formação educacional do aluno, pois o estudo de nutrição e hábitos de vida saudáveis na escola podem estimular o interesse, o entendimento e as mudanças de hábitos dos pais por meio das crianças e dos adolescentes^{8,12,37}.

A escola como um todo deve ter sua parcela de contribuição desde a educação até a informação, para que o problema da obesidade infantil possa ser prevenido³⁷. O uso de uma merenda balanceada que atenda às necessidades nutricionais dos alunos, a conscientização sobre a reeducação alimentar indicando quantidades e qualidades dos alimentos e o aumento da atividade física dos alunos são as primeiras medidas adotadas para aquisição de hábitos mais saudáveis⁸.

Arruda e Lopes³⁸ realizaram um estudo com o objetivo de analisar a gordura corporal, nível de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes do sexo masculino de 10 a 17 anos. No total foram analisados 1024 adolescentes distribuídos em: escola municipal (n=512), escola estadual (n=384) e particular (n=128). A estimativa da gordura corporal foi feita por meio de equações preditivas do percentual de gordura, o nível de atividade física e os hábitos alimentares foram coletados por meio de questionários. Foi observado que 25,6 % apresentavam excesso de gordura corporal e 29,4 % eram insuficientemente ativos. Quanto aos hábitos alimentares destacou-se o consumo excessivo de refrigerante (36,9%), doces (41,3%) e frituras (41,3%). Foi observado que os adolescentes da rede particular apresentaram mais gordura corporal, baixos níveis de atividade física e piores hábitos alimentares que os alunos das escolas públicas.

Reforçando o estudo anterior, Fernandes³⁹ et al., (2007) realizaram uma pesquisa para observar a prevalência de sobrepeso e obesidade nas escolas da rede privada no município de Presidente Prudente – SP. Foram avaliados 1215 estudantes de ambos os sexos (671 meninos e 544 meninas) com idade entre 10 e 17 anos. Foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) e usado como referência a tabela de cole et al. Foi encontrada a prevalência de sobrepeso e obesidade em 37,7% dos alunos do sexo masculino e 20% para o feminino e 28,6 para a amostragem total. Servindo como forma de alerta para a intervenção de profissionais da área de saúde e do meio escolar.

Uma das formas de tratamento e prevenção da obesidade que mais se enquadra às crianças e aos adolescentes é a atividade física e conseqüentemente o gasto energético³⁷. Com isso professores de Educação Física e profissionais de outras áreas da saúde são importantes para crianças e adolescentes com problemas de obesidade na escola, ajudando através de trabalhos de conscientização sobre a importância da atividade física e reeducação alimentar para a saúde e o bem estar⁷.

As aulas de Educação Física servem como uma incentivadora para aquisição das atividades físicas fora da escola, possibilitando ao aluno, o prazer de realizar qualquer tipo de atividade mesmo fora das aulas³⁷. É fundamental conscientizar os alunos sobre a importância de praticar uma atividade física de forma regular mantendo esse hábito por toda a vida⁴⁰.

Assim na instituição escolar, a aula de Educação Física promove um ambiente propício para enfatizar a relação entre a atividade física e a alimentação com a saúde e as doenças³⁷. O professor pode expor e ensinar as atividades que beneficiem seus alunos em sua atual fase da vida, assim como na adolescência e na vida adulta⁴⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevenção da obesidade, principalmente a infantil se torna mais importante que o tratamento em si. A obesidade infantil vem crescendo em proporções alarmantes em que hábitos alimentares errôneos e uma vida sedentária estão causando um impacto negativo na sociedade. Hábitos como uma alimentação saudável e atividade física regular certamente são prioridades para que o indivíduo tenha uma vida mais saudável diminuindo os índices de obesidade.

Para a obtenção de bons resultados com o problema da obesidade infantil, todos aqueles envolvidos com o respectivo público alvo devem estar informados

sobre o assunto. Por isso, como as crianças/ adolescentes passam em média 5 horas dentro de uma instituição escolar, nada melhor do que envolver a comunidade em projetos realizados em parceria com a instituição de ensino, sendo assim a utilização da escola integrada com a comunidade é de fundamental importância como ferramenta para a prevenção da obesidade.

A escola em trabalho conjunto com profissionais da área de saúde (professores de Educação Física, médicos, nutricionistas e psicólogos) deve elaborar projetos para conscientizar pais e alunos dos problemas que envolvem a obesidade infantil, como palestras que abordem temas diferenciados abrangendo o assunto como um todo e promovendo campanhas na comunidade.

A escolha da atividade física para a criança obesa é muito importante, pois essa deve estimulá-la, já que sabemos que crianças obesas em sua grande maioria possuem dificuldades no seu desempenho motor. A atividade física para crianças obesas não deve diferir da atividade normal, podendo ser adaptada conforme as necessidades.

A atividade física no combate da obesidade trás na sua adoção o fator positivo da menor probabilidade de risco e efeitos colaterais presentes no tratamento.

Com a obesidade infantil fortemente ligada a obesidade adulta e as estatísticas de saúde não muito favoráveis, podemos esperar para um futuro próximo um aumento da obesidade em escala epidêmica. Precisamos que os órgãos públicos comecem a agir e pensar maneiras de combater esse mal que atrelado a outras doenças diminui a qualidade e expectativa de vida.

Com o aumento da obesidade infantil em níveis mundiais e alarmantes é de se pensar que o combate da obesidade infantil será o primeiro passo para a diminuição da obesidade adulta.

No entanto abranger pais e filhos na conscientização de tal patologia é de extrema importância, com isso a instituição escolar torna-se fundamental, pois está diretamente relacionada com a comunidade.

Sendo assim, precisamos de mais pesquisas voltada à área escolar, pois estas são escassas e muitas vezes só utilizam os alunos como meio de pesquisas não havendo uma proposta ou estudo envolvendo a prática da aula de Educação Física em si. As aulas de Educação Física devem promover o bem estar e a disseminação da atividade física para toda a vida, sendo usada como um dos pilares do tratamento e prevenção da Obesidade Infantil como um ponto para a modificação do comportamento promovendo hábitos saudáveis para a criança e sua família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Balaban G, Silva GAP. Efeito protetor do aleitamento materno contra a obesidade infantil, *J Pediatr* 2004;80(1):7–16.
2. Silva DAS, Araújo FL. Obesidade infantil: etiologia e agravos à saúde. Livro de memórias do III Congresso Científico Norte-nordeste - CONAFF, 2007, p.100–105.
3. Soares LD, Petroski EL. Prevalência, Fatores etiológicos e tratamento da obesidade. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum* 2003;5(1):63-74.
4. Garcia EKS, Fiel GV, Navarro F. Alteração na composição corporal de indivíduo pré-adolescente obeso submetido a intervenção alimentar e atividade física. *Rev Bras Obesid, Nutr e Emagrec* 2007;1(4):94–108.
5. World Health Organization (WHO). Global Strategy on diet, physical activity and health. Disponível em:
<http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/facts/obesity/en/>
(2008 Ago. 20)
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Obesidade> (2008 Ago. 20)
6. Ministério da Saúde. Disponível em:
http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/noticias_detalhe.cfm?co_seq_noticia=22366 (2008 Ago. 05)
7. Prati RA, Petroski EL. Atividade física em adolescentes obesos. *Rev Educ Fís/ UEM* 2001;12(1):59–67.
8. Mello ED, Luft VC, Meyer F. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes? *J Pediatr* 2004;80(3).
9. Sabiá RV, Santos JE, Ribeiro RPP. Efeito da atividade física associada à orientação alimentar em adolescentes obesos: comparação entre o exercício aeróbio e anaeróbio. *Rev Bras Med Esporte* 2004;10(5).
10. Guyton AC, Hall JE. Tratado de fisiologia médica. Rio de Janeiro: Ed

Elsevier;2006.p.872.

11. Gama SR, Carvalho MS, Chaves CRMM. Prevalência em crianças de fatores de risco para doenças cardiovasculares. *Cad. Saúde Publica* 2007;23(9).

12. Silva YMP, Costa RG, Ribeiro RL. Obesidade infantil: uma revisão bibliográfica. *Saúde Ambiente Rev* 2008;3(1).

13. Luiz AMAG, Gorayeb R, Libertore Júnior RDR, Domingos NAM. Depressão, ansiedade, competência social e problemas comportamentais em crianças obesas. *Estud Psicol* 2005;10(3).

14. McArdle WD, Katch FI.; Katch VL. Fundamentos de Fisiologia do Exercício. Rio de Janeiro: Ed Guanabara Koogan; 2002.p.531-535-540-543-559.

15. Sweeting HN. Gendered dimensions of obesity in childhood and adolescence. *Nutrition Journal* 2008;7(1).

16. Associação Brasileira de Estudos sobre Obesidade. Disponível em: http://www.abeso.org.br/calc_imc.htm. (2008 Jul. 14)

17. Boa-Sorte N, Neri LA, Leite MEQ, Brito SM, Meirelles AR, Luduvise FBS, et al., Percepção materna e autopercepção do estado nutricional de crianças e adolescentes de escolas privadas, *J Pediatr* 2007;83(4).

18. Campos MCSV, Hermínio JR, Cristina A, Durso A, Santos G, Regazy D, Barra W. Obesidade infantil relacionada às escolas públicas e particulares. *Rev Cient FAMINAS* 2007;3(1):544.

19. Stabelini Neto A, Bozza R, Ulbrich AZ, Vasconcelos ÍQA, Mascarenhas LPG, Boguszewski MCS et al., Fatores de risco para Aterosclerose associados à aptidão cardiorrespiratória e ao IMC em adolescentes. *Arq Bras Endocrinol Metab* 2008;52(6):1024-1030.

20. Halpern ZSC, Rodrigues MDB, Costa RF. Determinantes fisiológicos do controle do peso e apetite. *Rev Psiq Clín* 2004;31(4):150–153.

21. Januário RSB, Nascimento MA, Barazetti LK, Reichert FF, Mantoan JPB, Oliveira AR. Índice de Massa Corporal e Dobras Cutâneas como indicadores de obesidade em escolares de 8 a 10 anos. *Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum* 2008; 10(3):266-270.

22. Kranz S, Findeis JL, Shrestha SS. Use of the Revised children's diet quality index to assess preschooler's diet quality, its sociodemographic predictors, and its association with body weight status. *J Pediatr* 2008;84(1):26-34.

23. Silva KS, Pelegrini A, Hoefelmann LP, Vasques DG, Lopes AS. Prevalência de excesso de peso corporal em Escolas Públicas e Privadas da cidade de Florianópolis, SC. *Arq Bras Endocrinol Metab* 2008;52(3):574-575.

24. INSTITUTE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=625&id_pagina=1 (2008 Jul. 07)

25. Mondini L, Levy RB, Saldiva SRDM, Venâncio SI, Aguiar JÁ, Stefanini MLR. Prevalência de sobrepeso e fatores associados em crianças ingressantes no ensino fundamental em um município da região metropolitana de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2007;23(8).

26. Sichieri R, Souza RA. Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. *Cad Saúde Pública* 2008;24sup2:S209-S234.

27. Lunardi CC, Petroski EL. Índice de Massa Corporal, Circunferência da Cintura e Dobra Cutânea Tricipital na predição de alterações lipídicas em crianças com 11 anos de idade. *Arq Bras de Endocrinol Metab* 2008;52(6):1009-1014.

28. Cole TJ, Bellizzi MC, Flegal KM, Dietz WH. Establishing a standard definition for child overweight and obesity worldwide: International survey. *BMJ* 2000;320:1-6.

29. Dietz WH, Robinson TN. Overweight Children and Adolescents. *N Engl J*

Med 2005;352:2100–9.

30. Moreira SR, Ferreira AP, Lima RM, Arsa G, Campbell CSG, Simões HG, Pianta FJG, França NM. Predicting insulin resistance in children: anthropometric and metabolic indicators. *J Pediatr* 2008;84(1).

31. Guedes DP. Recursos Antropométricos para análise da composição corporal. *Rev Bras Educ Fís Esp* 2006;20(5):115–119.

32. Buzinaro EF, Berchieri CB, Haddad ALM, Padovani CR, Pimenta WP. Sobrepeso na adolescência de filhos de mães que tiveram distúrbios glicêmicos na gestação. *Arq Bras Endocrinol Metab* 2008;52(1):85-92.

33. Celestrino JO, Costa AS. A prática de atividade física entre escolares com sobrepeso e obesidade. *Rev Mack Educ Fís Esp* 2006;5:47–54

34. Souza LS, Gomes DR, Rocha JS, Júnior HPC. Obesidade infantil e sua relação com as atividades desenvolvidas na escola. *Rev Cient FAMINAS* 2007;3(1):502.

35. Berleze A, Haeffner LSB, Valentini NC. Desempenho motor de crianças obesas: Uma investigação do processo e produto de habilidades motoras fundamentais. *Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.* 2007;9(2):134-144.

36. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília: MEC / SEF, 1998. 114 p.

1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Educação Física: Ensino de quinta a oitava séries. I. Título. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf> (2008 Jun. 10)

37. Carrel AL, Clark RR, Peterson SE, Nemeth BA, Sullivan J, Allen DB. Improvement of fitness, body composition, and insulin sensitivity in overweight children in a school-based exercise program. *Arch Pediatr Adolesc Med.* 2005;159:963-968.

38. Arruda ELM, Lopes AS. Gordura corporal, nível de atividade física e hábitos alimentares de adolescentes da região Serrana de Santa Catarina, Brasil. *Rev. Bras.*

Cineantropom. Desempenho Hum. 2007;9(1):05-11.

39. Fernandes RA, Kawaguti SS, Agostini L, Oliveira AR, Ronque ERV, Freitas Júnior IF. Prevalência de sobrepeso e obesidade em alunos de escolas privadas do Município de Presidente Prudente – SP. Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum. 2007;9(1):21-27.

40. Santos AL, Carvalho AL, Garcia Júnior JR. Obesidade infantil e uma proposta de educação Física preventiva. Rev Motriz 2007;13(3):203–213.

NOTA CIENTÍFICA: A EFICIÊNCIA DA MOLÉCULA DE ÁGUA NOS PROCESSOS METABÓLICOS CORPORAIS

Prof. Esp. Fábio dos Santos Soller¹

Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva³

Prof. Esp. Gilmar dos Santos Soares²

RESUMO

Dentre as inúmeras funções da molécula de água, destacamos as especificidades das ações fisiológicas no interior das células. Tais processos são essenciais no controle homeostático do corpo humano, nos processos de metabolismo dos carboidratos, aminoácidos, proteínas, dentre outras biomoléculas. A presente nota científica, procura destacar os efeitos positivos da molécula de água nos processos de solubilidade iônica, no fluxo e gradiente das membranas plasmáticas, no processo de difusão e osmose, no controle homeostático, no equilíbrio e potencial de condutividade e na polarização celular. Todos esses processos resultam na fisiologia corporal, no bom funcionamento do corpo humano e na facilidade dos sistemas excretores, circulatórios e digestório.

PALAVRAS-CHAVE

Água, células, homeostase corporal, fisiologia corporal

1. Introdução

A água é uma das biomoléculas mais abundantes nos organismos vivos, sendo de extrema importância para os processos metabólicos celulares. É considerada como um solvente universal, pois tem a capacidade ou potencialidade de solubilizar inúmeras substâncias químicas (Lehninger, 2002).

Trata-se de uma substância peróxido constituído por 2 átomos de hidrogênio e 1 átomo de oxigênio (H_2O), sendo classificada como uma molécula polar,

AUTORES

1 Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Disciplinas: Anatomia e Fisiologia Humana.

2 Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Disciplina: Anatomia e Fisiologia Humana.

3 Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS. Disciplinas: Química e Bioquímica do Metabolismo Celular. Curso: Biomedicina, Nutrição e Enfermagem

unidas por forças intermoleculares: Força Dipolar, Força de Atração Eletrostática ou Ponte de Hidrogênio, apresentando dois tipos de cargas, uma eletropositiva e os eletronegativos (Aires, 1999). A água tem importância biológica, pois auxilia no processo de degradação de inúmeras substâncias ou biomoléculas no produto final do metabolismo oxidativo dos alimentos. (Usberco, 2001).

A molécula de água auxilia na homeostase corporal, pois é uma substância que controla a manutenção osmótica, mantendo em equilíbrio dos processos metabólicos equilibrando o pH da celular (Lehninger, 2002).

A molécula de água e seus produtos de ionização, influenciam profundamente a estrutura, a organização e as propriedades de todos os componentes celulares, incluindo proteínas, ácidos nucleicos e lipídios. As interações não-covalentes, responsáveis pela força e especificidade do reconhecimento entre as biomoléculas, são influenciadas decisivamente pelas propriedades solventes da água. (Aires, 1999).

A molécula de água realiza o transporte passivo na célula, obedecendo um gradiente de energia ou fluxo de energia (pressão e força) sem gasto de energia molecular (ATP>ADP). Ambos os movimentos da molécula de água obedecem a lei da energia cinética, absorção e translocamento por membranas, sem a participação enzimática, mas sim, com a participação de canais de proteínas presentes nas membranas plasmáticas (Guyton, 2002). A molécula da água pode ser considerada como um solvente dos líquidos corporais, importante na regulação térmica, e que lubrifica a epiderme de mucosas e atua nas reações de hidrólise. (Brow, 2005).

Como pode-se perceber a molécula da água apresenta importância fisiológica e bioquímica nas unidades celulares, possibilitando um estudo a respeito do processo destacando cada classificação. Neste sentido, o presente trabalho tem como principal objetivo demonstrar os efeitos bioquímicos e fisiológicos da molécula de água nas unidades celulares e teciduais.

Segundo o filósofo Tales, nascido em Mileto por volta de 640 a.C., a água era a matéria básica ou elemento a partir do qual se formavam todos ou outros. Ele dizia que a Terra era um disco que flutuava na água, sendo que nesta estava à origem de toda a vida. Assim, os seres vivos apareceram na Terra quando o sol a secou e os mares libertaram os tesouros de seu interior. Estas antigas teorias foram revistas, mas ainda hoje a água continua sendo necessária à vida das células animais e vegetais. Basta que o conteúdo de água caia 20% para provocar a morte dos tecidos.

A molécula da água é formada por um átomo de oxigênio e dois de hidrogênio. Os hidrogênios estão unidos ao oxigênio por meio de uma ligação covalente. O oxigênio possui seis elétrons em seu nível mais externo e o hidrogênio

possui um. Quando cada hidrogênio compartilha seu único elétron com um do oxigênio, cumpre-se a regra do octeto de Lewis. O hidrogênio possuirá dois elétrons, como o hélio, o gás nobre mais próximo, e o oxigênio oito, sendo seis próprios e dois compartilhados (um de cada oxigênio).

A água possui uma forma angular, ou seja, se traçarmos uma linha imaginária unindo o centro do átomo de oxigênio ao centro de cada um dos átomos de hidrogênio, obteremos um ângulo de aproximadamente 105°, isto é, um pouco maior que o ângulo reto (90°), que era o esperado pelos químicos. Muitas teorias tentam explicar essa diferença de 15°.

O oxigênio atrai os elétrons compartilhados com mais força que os hidrogênios, pois é mais eletronegativo. Esse fenômeno faz com que os elétrons fiquem mais próximos do oxigênio que dos hidrogênios. O oxigênio fica mais negativo que os hidrogênios.

Diz-se que a molécula de água é polar, pois tem um pólo positivo formado pelos hidrogênios e um pólo negativo formado pelo oxigênio.

Essa polaridade está relacionada às propriedades físicas da água, como Ponto de Fusão (PF), Ponto de Ebulição (PE), mais altos do que previstos pela teoria, e a capacidade de dissolver sólidos iônicos.

Em seu estado natural mais comum, a água é um líquido transparente, sem sabor e sem cheiro, mas que assumem a cor azul-esverdeada em lugares profundos. Possui uma densidade máxima de 1g/cm^3 a 4°C e seu calor específico é de uma caloria por grama e por grau. No estado sólido, sua densidade diminui até $0,92\text{ g/cm}^3$, mas são conhecidos gelos formados sob pressão que são mais pesados que a água líquida. Suas temperaturas de fusão e ebulição à pressão de uma atmosfera são de 0 a 100°C , respectivamente, muito superiores às temperaturas de fusão e ebulição de outros compostos parecidos com a água. Ela é um composto estável que não se decompõe em seus elementos até 1.300° . Reage com metais alcalinos (Li, Na, K, Rb e Cs) formando uma base e desprendendo hidrogênio: $\text{Na} + \text{H}_2\text{O} > \text{NaOH} + \text{H}_2$. Reage com alguns óxidos metálicos para formar hidróxidos $\text{CaO} + \text{H}_2\text{O} > \text{Ca(OH)}_2$, e com os não-metálicos para formar ácidos, $\text{SO}_2 + \text{H}_2\text{O} > \text{H}_2\text{SO}_3$.

A água dissolve muitos corpos sólidos, líquidos e gasosos, especialmente ácidos e sólidos iônicos. Alguns compostos de carbono também se dissolvem

na água, como o álcool, o açúcar ou a uréia, mas a maioria dos outros compostos é insolúvel em água, como é o caso do benzeno, das graxas, do petróleo ou da borraça.

Pode ser polar, a água aproxima-se dos íons que formam um composto iônico (sólido) pelo pólo de sinal contrário à carga do íon, conseguindo assim anular sua carga e desprendê-lo do resto do sólido. Uma vez separado do sólido, o íon é rodeado pela água, evitando que ele regresse ao sólido. Um exemplo claro é a ação da água sobre o NaCl (cloreto de sódio).

A água é considerada como um solvente universal, ou seja, ela dissolve facilmente a maioria das biomoléculas, que geralmente são compostos carregados eletricamente ou polares. Ela solubiliza e modifica as propriedades das demais biomoléculas polares, tais como: ácidos nucleicos, proteínas e carboidratos, através da ponte de hidrogênio, no entanto, lipídios, alguns hormônios e algumas vitaminas são difíceis de serem dissolvidas na água, por serem de natureza lipossolúvel.

A água é adicionada ao corpo por duas fontes principais: (1) ela é ingerida na forma de líquidos ou pela água nos alimentos, o que ao todo soma um total de 2.100ml/dia de água adicionada aos líquidos corporais e (2) ela é sintetizada pelo corpo como um resultado de oxidação de carboidratos, adicionando em torno de 200ml/dia. Isto proporciona uma entrada total de água, entretanto, é altamente variável entre as diferentes pessoas e em uma mesma pessoa em diferentes ocasiões, dependendo do clima, hábito e nível de atividade física.

No corpo humano a água é o principal constituinte, existe entre 70% ou mais, devendo-se ao fato de ser um componente essencial no funcionamento do organismo, necessário para muitas de suas funções vitais.

A quantidade de água que existe no nosso corpo varia com a idade, sexo, massa muscular e com a percentagem de tecido adiposo. Em pessoas saudáveis as variações da quantidade de água no corpo surgem no crescimento, aumento ou perda de peso, durante a gravidez e lactação. O total de água corporal varia de pessoa para pessoa, sendo esse valor afetado por diversos fatores.

Distribuição de água no organismo:

- Cérebro: este será o maior choque para todos, pois o nosso cérebro é constituído por 85% de água e é por este motivo que existem muitas dores de cabeça que deixariam de existir com um pouco mais de água, principalmente nas mulheres. Não existindo água suficiente para o seu funcionamento o cérebro recorre ao intestino para repor a quantidade em falta.

- Pulmões: 80% constituídos por água.
- Rins: 80%.
- Sangue: 79%.
- Coração: 77%.
- Massa muscular: de 70% a 75% do peso corporal nos adultos é constituído por massa muscular, sendo esta constituída por 73% de água.
 - Fígado: 73%.
 - Pele: 71%.
 - Osso: 22%.
 - Tecido adiposo: a percentagem de tecido adiposo no nosso organismo vai dos 10% aos 40% ou mais, contendo apenas 30% de água.

A quantidade de água no corpo humano depende de vários fatores que se estabelecem ao longo da vida, entre eles, a idade, o sexo, a massa muscular, o tecido adiposo, o crescimento, o aumento ou perda de peso ou mesmo durante a gravidez ou lactação.

A massa muscular influencia a quantidade de água no corpo humano, pois quanto maior a atividade de um tecido maior será a taxa de água que nele pode existir, a exemplo se destacam indivíduos com maior massa muscular, nomeadamente atletas.

O tecido adiposo influencia a percentagem da água o corpo humano na medida em que com o aumento da massa gorda a proporção de água no organismo diminui. Assim, é possível inferir que as mulheres têm uma menor percentagem de água corporal devido ao fato de apresentarem maior proporção de massa gorda em comparação com os homens. Por exemplo, dos 19 aos 50 anos uma mulher apresenta como percentagem de água aproximadamente 59% enquanto os homens 50%.

Outro dos fatores é o envelhecimento, pois à medida que os anos passam ocorre uma redução da água no organismo devido essencialmente à perda de massa muscular. Quando os tecidos se apresentam jovens e metabolicamente ativos existe uma maior quantidade de água, o contrário se verifica nos tecidos menos jovens e pouco ativos metabolicamente.

A água no organismo humano em função da idade e sexo:

Idade / Sexo:

Recém-nascido até os 6 anos consomem até 74%.

Até 1 ano consomem até 60%.

De 1 aos 12 anos consomem até 60%.

Homens dos 12 aos 18 anos consomem até 59%.

Mulheres dos 12 aos 18 anos consomem até 56%.

Homens dos 19 aos 50 anos consomem até 59%.

Mulheres dos 19 aos 50 anos consomem até 56%.

Os homens a partir dos 51 anos consomem até 50%.

Mulheres a partir dos 51 anos consomem até 47%.

Ao soar o alarme da sede, você leva um copo de água aos lábios e deixa escoar seu conteúdo. A água inunda a boca e segue goela abaixo. As moléculas de H_2O , como uma cascata, descem pelo esôfago e deságuam no estômago. Literalmente. Até aqui poucas delas já se infiltraram no sangue. Só vai ser absorvido mesmo no próximo estágio dessa jornada, o intestino delgado.

É por meio da mucosa que reveste esse órgão que o líquido penetra para seguir o fluxo da correnteza. A partir daí, as moléculas de H_2O pegam carona no sangue que, por sinal, tem 83% do líquido em sua composição e podem chegar a cada célula. A água se difunde pelo corpo e não há fronteiras que barrem esse percurso.

As células vivem num meio composto basicamente por água e sais. Mas dois terços da água do nosso organismo estão dentro delas. Só o restante fica no chamado compartimento extracelular, ou seja, no plasma sanguíneo e no líquido intersticial. O interstício é o arcabouço de sustentação das células, que é preenchido por uma substância aquosa.

Suponhamos que um grupo de moléculas de água navegue rumo às células da pele, é composta por 70% do líquido. Para chegar lá ele entra nos capilares, vasos extremamente finos que o conduzem até o tal espaço intersticial. Dentro de instantes, graças a um processo químico denominado osmose, cada célula da derme receberá o gole necessário às suas funções. Como isso acontece? É a passagem da água de um meio com menor concentração de sais para outro mais concentrado. Livres, as moléculas transpõem a membrana e entram no citoplasma, uma espécie de recheio celular. As reações que acontecem nas organelas, estruturas dentro das células, dependem da presença do líquido.

Nosso corpo não é capaz de armazenar a água. Por isso um número

incontável de moléculas de H_2O ganha o organismo e depois vai embora. O excedente se une às substâncias produzidas pelo nosso metabolismo que não são aproveitadas, como a uréia e a creatinina, e desemboca novamente na corrente sanguínea. Então uma dupla poderosa entra em ação os rins, que filtram diariamente o equivalente a 180 litros de sangue. Eles capturam o excedente de H_2O e também os resíduos resultantes do trabalho das células.

Quase todo esse volume filtrado, é claro, retorna à circulação. O que é retido se transforma em matéria-prima da urina. Quanto às moléculas de água que se dirigiram para a pele, elas não podem ficar lá para sempre. O líquido está sempre sendo absorvido, mas chega uma hora em que precisa dar adeus ao corpo. Isso pode acontecer de três maneiras: pelo suor, pela evaporação ou, retornando a corrente sanguínea, pela urina, como você já viu.

Dos cálices renais a urina segue para o ureter, um tubo de 25 cm que a leva até a bexiga. Lá o líquido é armazenado até receber a mensagem de que precisa ser eliminado. E então é empurrado para a uretra, canal por onde será mandado para fora do corpo. Algum tempo depois, quando a boca secar de novo e o alerta for dado, o comandante não vai hesitar em cobrar outros goles.

Os resultados de uma boa hidratação também ficam à flor da pele. E aí podemos dizer que o grupo de moléculas de H_2O que acompanhamos cumpriu mais uma missão. Quando bem suprida de líquido, a pele fica menos propensa a alergias e infecções, portanto, é simples como beber um copo d'água: garanta que muito líquido continue banhando seu organismo por dentro.

2. CONCLUSÃO

O presente trabalho nos permite concluir a importância da molécula de água nos processos fisiológicos celulares e corporais, atuando diretamente na homeostase corporal.

3. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

LEHNINGER, ALBERT LESTER, 1917-1986. LEHNINGER PRINCÍPIOS DE BIOQUÍMICA/DAVID L. NELSON, MICHAEL M. COX; traduzido por Arnaldo Antonio Simões, Wilson Roberto Navega Lodi. 3ª Ed. São Paulo: Savier, 2002.

USBERCO, JOÃO. Química Essencial/João Usberco, Edgard Salvador. 1ª Ed. São Paulo: Saraiva 2001.

BROW, THEODORE L. Química, a Ciência Central/Theodore L. Brow, H. Eugene Lemay, Jr. Bruce E. Bruستن; tradutor Robson Matos; consultores técnicos André Fernando de Oliveira e Astreá F. de Souza Silva. 9ª Ed. São Paulo: Pearson Pretice Hall, 2005.

AIRES, MARGARIDA DE MELLO. Fisiologia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

ANÁLISE DA VARIAÇÃO DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO COM 3 DAS FORMAS DIFERENTES DE APLICAÇÃO DE CALOR SUPERFICIAL

Ivaneide dos Santos¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Jr.²

Claudia Helena Santana Jorge¹

RESUMO

Objetivo: comparar o ganho de ADM no punho com a aplicação de 3 métodos diferentes de calor superficial. **Materiais e métodos:** foi avaliada a ADM do punho nos movimentos de flexão e extensão de 13 indivíduos jovens, saudáveis e sem patologias no punho. O calor superficial foi aplicado no punho em 3 dias diferentes, utilizando-se infra-vermelho, turbilhão e parafina, de forma aleatória. As medidas de flexão e extensão do punho foram realizadas antes e depois de cada aplicação por meio da goniometria e os resultados pré e pós aplicação de calor superficial foram comparados para cada método de aplicação. **Resultados:** com o uso da parafina, houve um ganho médio de 10% na flexão e 7% na extensão; com o turbilhão o ganho de ADM foi de 5,3% para a flexão e 5,9% para a extensão; e com o infra-vermelho o ganho de ADM foi de 6,9% para a flexão e 2,7% para a extensão. O teste t de student foi aplicado para a comparação das amostras pré e pós aplicação do calor superficial, sendo que todos os resultados foram estatisticamente significativos para $p < 0,05$. **Conclusão:** os 3 métodos de aplicação de calor superficial utilizados mostraram-se eficientes para o ganho de ADM, mesmo em pessoas saudáveis. Assim, a escolha do método deve ser realizada de acordo com a disponibilidade do equipamento bem como conforto do paciente.

PALAVRAS-CHAVE

calor superficial; amplitude de movimento; goniometria

Introdução

Termoterapia é a aplicação terapêutica de calor, que é indicada em várias situações patológica, pois tem como efeito um aumento geral do metabolismo que acontece por fenômenos físico-químicos, como a dissociação da água e eletrólitos e das atividades enzimáticas dando como resultado a aceleração das reações biológicas. Em relação aos órgãos ocorre uma vasodilatação e um aumento do fluxo circulatório que contribui para os efeitos da utilização do calor (HENEINE, 2007).

As modalidades específicas de calor usadas como terapia são divididas em

AUTORES

1 Acadêmicas do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Educação Física, Biomecicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

aquelas que aquecem tecidos superficiais e as que aquecem as estruturas mais profundas, por isso leva a denominação de calor superficial e calor profundo (KOTTKE e LEHMANN, 1994).

O uso do calor superficial é indicado quando há necessidade de um pequeno aumento do fluxo sanguíneo, uma maior velocidade de cicatrização, alívio da dor, relaxamento muscular ou redução da rigidez articular. É indicado também em algumas situações como alívio dos espasmos musculares dolorosos, contusões musculares não agudas e cápsulas articulares contraídas (ANDREWS, HARRELSON e WILK, 2000).

De acordo com Garcia (2002) o calor está indicado nas doenças inflamatórias das articulações (artrites e sinovites) e dos tendões (tendinites), nos estiramentos e contusões musculares e em processos inflamatórios da pele e do tecido celular subcutâneo.

Os agentes do calor superficial são contra-indicados na pele anestesiada, em áreas de tecidos com pouca irrigação sanguínea, e quando existem infecções internas como tromboflebite, cânceres, artrite reumatóide durante a fase ativa e em edemas significativos. E pessoas com distúrbios hemorrágicos também devem evitar o uso do calor (ANDREWS, HARRELSON e WILK, 2000).

O objetivo do presente estudo foi verificar a variação da amplitude de movimento com 3 das formas diferentes de aplicação de calor superficial.

Metodologia

Foram selecionados 13 indivíduos jovens (17 a 29 anos de idade), saudáveis. Os critérios de exclusão foram problemas de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) ou Doença Osteomuscular Relacionada ao Trabalho (DORT), fraturas e/ou cirurgias do punho, lesões de pele na região do punho e dor no punho.

Inicialmente foi realizada uma avaliação, constando dados pessoais, critérios de exclusão e mensuração da ADM do punho dominante nos movimentos de flexão e extensão. A ADM foi mensurada com um goniômetro, de acordo com Marques (2003). Após a avaliação foi selecionada, por sorteio, uma forma de aplicação de calor superficial (infra-vermelho, parafina ou turbilhão). O calor superficial foi então aplicado no punho, da seguinte forma:

a) Infra-vermelho: O aparelho foi aplicado no indivíduo com uma distância de 90° estando com a temperatura à 41°C, sendo verificado por um termômetro. O indivíduo foi colocado com as mãos e ante braços na posição supino, apoiando-os na

maca. O aparelho foi aplicado durante 20 (vinte) minutos.

b) Parafina: A parafina foi aplicada no indivíduo na região da mão atingindo até o punho, estando com termostato a 50°C, sendo assim mergulhada a região a ser analisada, esperando 2 (dois) segundos e retirar, esperar 3 (três) segundos e recolocar novamente repetindo por 7 (sete) vezes, formando uma luva. Em seguida envolvemos a região em saco plástico. Após o tempo de 20 (vinte) minutos retiramos o saco plástico e a parafina que foi recolocada no gabinete.

c) Turbilhão: O indivíduo foi colocado em uma posição confortável, em seguida foi imerso as mãos e punhos tendo como objetivo direcionar o jato turbilhando para área a ser analisada. O tempo de aplicação foi de 20 (vinte) minutos.

Cada aparelho foi realizado em um dia diferente para oferecer ao paciente um descanso entre as aplicações e, assim, evitar um efeito acumulativo do calor. Antes da aplicação de cada aparelho foi realizada uma nova mensuração da ADM, para comparação. Após a aplicação de cada um, a ADM foi imediatamente mensurada e seu valor registrado.

Os resultados obtidos antes e depois da aplicação de calor foram comparados por meio da relação percentual da diferença antes - depois, uma vez que antes da aplicação de cada aparelho foi realizada uma mensuração do valor inicial. Então, foram calculadas as médias das diferenças antes - depois e os 3 grupos (infra-vermelho, parafina e turbilhão) foram comparados entre si.

O teste t de student foi aplicado para a comparação das amostras antes e depois aplicação do calor superficial, sendo considerado como valor estatisticamente significativo $p < 0,05$.

Resultados

Com o uso da parafina, houve um ganho médio de 10% na flexão e 7% na extensão; com o turbilhão o ganho de ADM foi de 5,3% para a flexão e 5,9% para a extensão; e com o infra-vermelho o ganho de ADM foi de 6,9% para a flexão e 2,7% para a extensão, sendo todos os resultados estatisticamente significativos, conforme demonstram as tabelas 1 e 2 e as figuras 1 e 2.

Tabela 1. Resultados da aplicação do calor superficial no movimento de flexão.

	Antes	Depois	Variação (graus)	Variação (%)	Significância
Parafina	82,6	89,7	7,1	10,0	0,0003727*
Turbilhão	85,4	89,5	4,2	5,3	0,018702*
Infra-Vermelho	85,5	89,5	5,8	6,9	0,000541*

Comparação da aplicação do calor superficial na ADM de flexão do punho

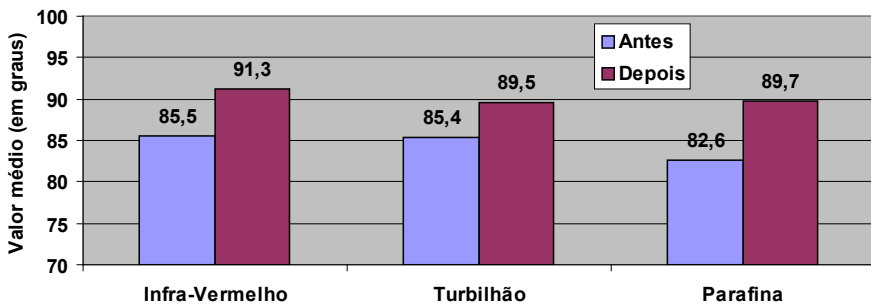


Figura 1. Comparação da aplicação do calor superficial na ADM de flexão do punho.

Tabela 2. Resultados da aplicação do calor superficial no movimento de extensão.

	Antes	Depois	Variação (graus)	Variação (%)	Significância
Parafina	62,3	65,8	3,5	7,0	0,046339*
Turbilhão	63,1	66,8	3,7	5,9	0,000742*
Infra-Vermelho	65,5	66,9	1,4	2,7	0,047524*

Comparação da aplicação do calor superficial na ADM de extensão do punho

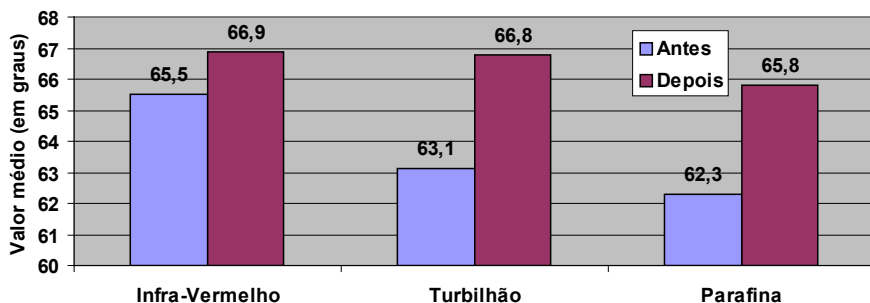


Figura 2. Comparação da aplicação do calor superficial na ADM de extensão do punho.

Os 3 métodos utilizados foram comparados quanto a sua eficácia no ganho de ADM. Na flexão o recurso que mais apresentou ganho foi a parafina, com ganho de 10%, seguida do infra-vermelho (ganho de 6,9%) e turbilhão (ganho de 5,3%), conforme ilustra a figura 3.

Comparação da variação % da ADM de flexão entre os 3 métodos utilizados

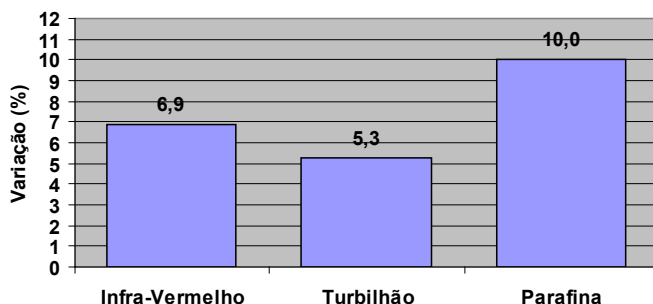


Figura 3. Comparação da variação da ADM de flexão do punho com os 3 métodos.

A figura 4 ilustra o ganho de ADM na extensão, comparando-se os 3 métodos, onde a parafina obteve 7% de ganho, seguida pelo turbilhão (5,9%) e o infra-vermelho (2,7%).

Comparação da variação % da ADM de extensão entre os 3 métodos utilizados

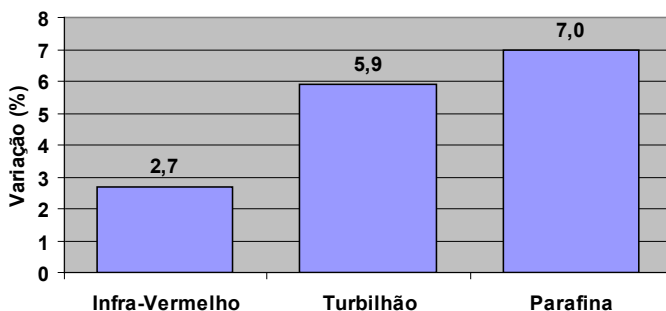


Figura 4. Comparação da variação da ADM de extensão do punho com os 3 métodos.

Discussão

A termoterapia não é a cura para nenhuma das indicações para as quais ela é usada, mas é, contudo, um valioso meio auxiliar de outras terapias se usada apropriadamente com o equipamento adequado (KOTTKE e LEHMANN, 1994). Na presente pesquisa foram estudados os efeitos de 3 modalidades de aquecimento superficial no ganho de ADM.

Com o calor o metabolismo sofre uma série de reações podendo aumentar cerca de 13% para cada 1°C na temperatura tecidual, sendo mais elevada no local, onde a maior parte do calor é gerado, tendo como resultado um aumento da atividade tissular elevado por Oxigênio e nutrientes fazendo com que haja aumento na saída de resíduos metabólicos (KITCHEN, 2003; LOW e REED, 2001).

No presente estudo foi verificado que o aquecimento superficial, independente da modalidade aplicada, causa ganhos de ADM. No entanto, as diferentes modalidades influenciam neste ganho. Assim, a parafina teve melhores resultados, tanto para flexão quanto para extensão, do que o infra-vermelho ou o turbilhão.

Low e Reed (2001) enfatizam que através das mudanças de temperatura ocorrem varias alterações nos tecidos vivos, que são provenientes de duas outras alterações, sendo elas, alterações físicas e químicas que dependem da temperatura, como a taxa metabólica, a viscosidade e a extensibilidade do tecido e as alterações

fisiológicas estabelecidas para defender o corpo contra lesões como ocorrem no sistema vascular e nervoso.

Low e Reed (2001) relatam que foi caracterizado que o aquecimento nos tecidos colagenoso aumenta sua extensibilidade, se for alongado dentro das temperaturas terapêuticas sendo entre 40-45°C, observando que ocorreu diminuição da rigidez pelo aquecimento. Essas alterações articulares podem ser relacionadas nas mudanças da viscosidade do fluido sinovial, pois com aumento da temperatura há diminuição da resistência ao alongamento.

Essas mudanças de mobilidades são em partes consideradas como variações na viscosidade do fluido sinovial, sendo geralmente utilizado o calor antes de empregar um alongamento passivo ou ativo para movimentar cicatrizes ou alongar contraturas. Esses estudos dão informações proveitosas sobre o comportamento do colágeno sujeito as temperaturas diferentes (KITCHEN, 2003).

Conclusão

O uso do calor terapêutico é de grande importância sendo reconhecido no meio clínico, pois seus benefícios têm sido observados nos pacientes estudados, o que permitiu um processo de melhora na qualidade de vida, saúde e bem-estar.

Foi constatado neste estudo que os três métodos de aplicação de calor superficial utilizados mostraram-se eficientes para o ganho de ADM, mesmo em pessoas saudáveis. A parafina foi o método que apresentou maiores resultados tanto na flexão quanto na extensão do punho; em segundo plano, o turbilhão foi melhor que o infra-vermelho para a extensão; e o infra-vermelho foi melhor que o turbilhão na flexão.

Assim, a escolha do método deve ser realizada de acordo com a disponibilidade do equipamento, bem como conforto do paciente e adequação terapêutica.

Sendo poucos os estudos relacionados a esse tema, espera-se que os resultados dessa pesquisa sejam úteis para estudos posteriores, com grupos maiores e também em indivíduos com patologias, podendo assim contribuir e incentivar o interesse de outros autores.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. M. Introdução a Metodologia do Trabalho Científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDREWS, J. R.; HARRELSON, G. L.; WILK, K. E. Reabilitação física das lesões desportivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2000.

BATES, A.; HANSON, N. Exercícios Aquáticos terapêuticos. 1. ed. São Paulo: Manole, 1998.

GARCIA, E. A. C. Biofísica. 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2002.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULD III, J. A. Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte. 1. ed. São Paulo: Manole, 1993.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física 2. Gravitação, ondas e Termodinâmica. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

HENEINE, H. F. Biofísica Básica. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.

KICHEN, S. Eletroterapia: Prática Baseada em Evidências. 11. ed. São Paulo: Manole, 2003.

KOTTKE, F. J.; LEHMANN, J. F. Tratado de medicina física e reabilitação de Krusen. 4. ed. São Paulo: Manole, 1994.

LOW, J.; REED, A. Eletroterapia Explicada: Princípios e Prática. 3. ed. São Paulo: Manole, 2001.

RODRIGUES, E. M.; GUIMARÃES, C. S. Manual de recursos fisioterapeuticos. Revinter, 1998.

MARQUES, A. P. Goniometria. 2. ed. Barueri-S.P: Manole, 2003.

MARQUES, A.P. Manual de Goniometria. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cor-

tez, 2007.

TIPLER, P. A. Física. Mecânica, oscilações e ondas. 4. ed. Rio de janeiro: LTC, 2000.

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE CADEIAS MUSCULARES EM IDOSOS COMO PROPOSTA DE TRATAMENTO

Amanda Luiza da Silva Zuque¹

Prof^a. Dra. Deise Elizabete Souza²

Prof. MSc. José Augusto Necchi Jr.²

RESUMO

Objetivo: revisar os benefícios do Método Cadeias Musculares quando aplicado em idosos. **Metodologia:** pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos relacionados ao método de cadeias musculares e os cuidados que o fisioterapeuta deve ter com os idosos. Foi pesquisado o acervo da biblioteca da AEMS e base de dados da internet. **Discussão:** o método de cadeias musculares é um método global de cinesioterapia de enfoque comportamental baseado na compreensão de um terreno psicofisiológico. Atua na prevenção, na reabilitação e na manutenção do bem estar físico. **Conclusão:** O método pode ser aplicado sempre que houver mudanças morfológicas ou dor, buscando-se assim a forma original ou diminuindo os sintomas dolorosos, tentando chegar o mais próximo da normalidade.

PALAVRAS-CHAVE

cadeias musculares; idosos; geriatria

Introdução

Segundo a organização Mundial de Saúde – (OMS) considera idoso todo indivíduo com 65 anos de idade, ou mais, que reside nos países desenvolvidos e com 60 anos, ou mais, os que residem em países em desenvolvimento. Percebe-se que essa definição de idoso da OMS está relacionada à qualidade de vida propiciada pelo país aos seus cidadãos.

Com o aumento da expectativa de vida, torna-se cada vez mais frequente doenças crônico-degenerativas, que implicam na utilização dos serviços de saúde

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docentes dos Cursos de Educação Física, Biomecânica, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

por tempo prolongado. Neste aspecto, observa-se que o processo de envelhecimento não deverá estar direcionado para uma visão curativa, mas sim preventiva, em que o conceito de saúde, de acordo com a organização mundial de saúde, em 1947, não deve estar restrito apenas a ausência de doença, mas sim a um estado positivo de completo bem estar físico, psíquico e social. Sendo assim se saúde fosse sinônimo de ausência de doença, a partir de determinada idade poucos seriam saudáveis, pois a medida que envelhecemos, surgem doenças crônico-degenerativas e desenvolvem-se deficiências.

O sedentarismo é um fato predominante que atinge todas as camadas sociais e faixas etárias. A falta de movimentação deve-se, muitas vezes aos recursos tecnológicos. As atividades de vida diária na sociedade tecnicamente desenvolvidas não fornecem o trabalho físico suficiente para estimular o sistema cardiorrespiratório e muscular, havendo a necessidade de uma pratica regular de atividade física para manter a capacidade funcional. (MAZO, 2004)

O método cadeias musculares pode ser definido como uma terapia manual, que trabalha de uma forma integral e global o corpo, visando assim resultados rápidos e eficientes.

Para Manidi (2001) a realização de exercício físico tem sido associada também a sensação de bem-estar e à diminuição da ansiedade. De modo geral, a redução dos níveis de ansiedade persiste por duas ou cinco horas após a realização de atividade física intensa. O treinamento físico regular tem sido frequentemente associado à redução da ansiedade e da depressão, bem como a melhora da auto-estima e do humor.

Assim, o objetivo do presente estudo foi revisar os benefícios do Método Cadeias Musculares quando aplicado em idosos.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos relacionados ao método de cadeias musculares e os cuidados que o fisioterapeuta deve ter com esses idosos. Foi pesquisado o acervo da biblioteca da Associação Educacional de Mato Grosso do Sul e base de dados (BIREME, MEDLINE, Scielo).

Discussão

Com ênfase no aspecto cronológico, Rodrigues (2000) aponta a proposta

de um geriatra chileno, que faz as seguintes classificações de idades:

Primeira idade: de 0 a 20 anos

Segunda idade: de 21 a 49 anos

Terceira idade: de 50 a 77 anos

Quarta idade: de 78 a 105 anos

Corazza (2005) descreve como principais alterações do aparelho locomotor causadas pelo processo natural do envelhecimento:

Redução da capacidade aeróbica: a redução do oxigênio nas pessoas idosas significativamente sua capacidade máxima de trabalho, causando, portanto, limitações no desempenho dos exercícios de longa duração.

Redução da forma muscular: é comprovado que há modificações da força muscular no envelhecimento. Essa redução inicia-se lentamente até os 50 anos; a partir dessa idade, o ritmo torna-se mais acelerado e vem a ser uma das razões da inatividade

Redução da flexibilidade: a amplitude de movimentos, dos segmentos em torno das articulações, diminui consideravelmente com a idade. Essas alterações na flexibilidade são fatores limitantes quanto a postura gestual dos idosos. Pode-se entender como uma das características e sinais de envelhecimento.

Redução das habilidades motoras: expressa-se através da redução de velocidade e precisão dos movimentos quando da execução das tarefas naturais do dia-a-dia. Todas essas restrições descritas, certamente, estão inseridas no idoso sedentário, para o idoso ativo, esse processo se vê atenuado em razão da prática habitual de estímulos e dos exercícios condizentes com eles.

Método Cadeias Musculares

É um método global de cinesioterapia de enfoque comportamental baseado na compreensão de um terreno psicofisiológico. Atua na prevenção, na reabilitação e na manutenção do bem estar físico.

Devido a essas alterações um novo conceito em tratamento foi desenvolvido. Esse novo método é conhecido como Cadeias Musculares que representam os circuitos de continuidade de direção em um plano através do qual se propagam as forças de organização do corpo.

Esse método divide a musculatura em vários grupos.

São eles:

Cadeia estática posterior (CEP)

Cadeia reta anterior direita e esquerda (CRA)

Cadeia reta posterior direita e esquerda (CRP)

Cadeia cruzada anterior direita e esquerda (CCA)

Cadeia cruzada posterior direita e esquerda (CCP)

A abordagem própria das cadeias Musculares é provavelmente a única que tem o objetivo de individualizar a escolha de técnicas de tratamento mais apropriadas à especificidade de cada paciente. Essa escolha é feita a partir da identificação de certas características psicomotoras que ele possa apresentar.

O corpo é um meio de comunicação, que devemos conhecer e estruturar. Para uma abordagem individualizada - seja ela preventiva ou curativa - é importante “olhar” as mensagens gestuais e posturais desse corpo, para decifrá-las e entrar em comunicação, (verbal e não verbal) com ele. É fundamental que ocorra tal diálogo entre terapeuta e o corpo do paciente, sobretudo quando a palavra está ausente, viciada ou “doente”.

A finalidade do tratamento é liberar as cadeias musculares das tensões internas. Quando as cadeias musculares estão livres e equilibradas, os gestos estarão íntegros e fáceis.

O tratamento de cadeias musculares é um tratamento de remodelação das fâscias (redes de tecidos originado do tecido conjuntivo que envolve os músculos e dá sustentação e tonicidade ao corpo) para re-harmonizar de forma eficaz e duradoura a sua mobilidade.

É uma técnica de terapia manual que trabalha analiticamente as cadeias musculares, viscerais e cranianas, para posteriormente integralizar o indivíduo numa postura global e harmônica. O tratamento é personalizado, pois o paciente é único.

Indicações na terceira idade

As principais indicações para a aplicação do método são em indivíduos que apresentam má postura (a fim de prevenir ou atenuar as disfunções físicas e orgânicas, assim como os efeitos dos processos degenerativos, podendo ser usada também por pacientes com osteoporose, já que não é uma técnica agressiva e brusca. Deformidades da coluna vertebral (escoliose, cifose, lordose, etc.); dos joelhos (geno valgo, varo) dos pés (calcâneo valgo), etc. Desequilíbrio crâneo-mandibulares.

Dores articulares ou alterações no crescimento. Em pessoas com dor decorrente de patologias da coluna vertebral do tipo artrose, espondilolistese, hérnia discal, com sintomas como dor de cabeça, tonturas, vertigens e limitação funcional. Doença do reumatismo em que existam limitações do movimento, reduzindo a função. Em doenças respiratórias onde pela maneira incorreta de respirar apresenta alterações na caixa torácica e má postura.

Conclusão

O método pode ser aplicado sempre que houver mudanças morfológicas ou dor, buscando-se assim a forma original ou diminuindo os sintomas dolorosos, tentando chegar o mais próximo da normalidade.

A compreensão gerada pela análise global das cadeias musculares permite traçar um tratamento personalizado que responderá de maneira simples, global e coerente às dificuldades e às dores que são os sinais lógicos dos problemas de nossos pacientes.

Referências Bibliográficas

CORAZZA, Maria. Terceira Idade & Atividade Física. São Paulo: Phorte, 2005.

GARDINER, M. Manual de Terapia por Exercícios. São Paulo: Santos

MANIDI, M. Atividade física para adultos com mais de 55 anos: quadros clínicos e programas de exercícios. Rio de Janeiro: Manole, 2001.

MAZO, Giovana. Atividade Física e o Idoso: Concepção Gerontológica. Porto Alegre: Sulina, 2004

RODRIGUES, N.C. Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social. In: SCHONS, C.R; PALMA, L.T.S (orgs. 2. ed. Passo Fundo, RS: UFP, 2000

PINTO, S. S.; CHEDID, A. S. Proposta de tratamento fisioterapêutico através da utilização do método de cadeias musculares de Leopoldo Busquet em lombalgia de origem postural. Rev. Fisioter. UNICID, v. 2, n. 1, p.7-14, jan./jun. 2003

BUSQUET, Leopold. Les Chaines Musculaires, vol. 4, 2 ed., Paris: Frison-Roche, 1993

MARQUES, Amélia. Cadeias Musculares: um programa para ensinar avaliação fisioterapêutico global. Rio de Janeiro: Manole, 1999

FELIZES PARA SEMPRE: UM ESTUDO PSICANALÍTICO SOBRE A UNIÃO ESTÁVEL

PAULO CÉSAR RIBEIRO MARTINS¹MILENI ARAÚJO SERVILLA³TÂNIA MARIA JOSÉ AIELLO-VAISBERG²PAULA LIDIANE RIBEIRO⁴

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa realizada com objetivo de investigar psicanaliticamente as produções imaginárias de universitários sobre dificuldades sexuais masculinas, por meio do uso do Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema em aplicação coletiva em uma classe de estudantes de Direito. A análise do material se fez mediante o uso do método psicanalítico, que foi operado com o auxílio da Teoria dos Campos e do conceito de conduta de José Bleger. Foram encontrados três campos psicológico-vivenciais, que gravitam ao redor da supervalorização da performance sexual masculina, das dificuldades nos relacionamentos estáveis, e, finalmente, da orientação sexual. Este texto focaliza, especificamente, o campo denominado “Felizes para Sempre”, que diz respeito a produções que inserem as dificuldades sexuais masculinas no contexto das uniões estáveis. de Desenhos-Estórias com Tema, dificuldade sexual masculina, imaginário coletivo, psicanálise, união estável.

PALAVRAS-CHAVE

Introdução

O chamado “casamento por amor” corresponde a uma prática relativamente recente no contexto da sociedade ocidental. Até bem pouco tempo, as uniões conjugais não eram fruto de escolha pessoal. Os casamentos se faziam, deste modo, a partir de interesses econômicos, políticos e comerciais. As escolhas amorosas realizadas pelos próprios parceiros em função da identificação entre si e do carinho recíproco, que são atualmente vistas como naturais, na sociedade urbana, são, de fato, fenômeno sociologicamente datado, que se vincula à constituição histórica

AUTORES

1 PROFESSOR DA AEMS – FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS/MS. PROFESSOR DA UEMS - UN. VERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL. DOUTOR EM PSICOLOGIA COMO PROFISSÃO E CIÊNCIA PELA PUCCAMP

2 COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PUCCAMP. LIVRE DOCENTE EM PSICOPATOLOGIA PELA USP

3 ACADÊMICA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA AEMS - FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS/MS

4 ACADÊMICA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA AEMS - FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS/MS

da família burguesa, processo que mudou drasticamente a vida cotidiana das pessoas.

Através dos meios de comunicação de massa, principalmente das telenovelas, a idéia do casamento do tipo encontrado nos contos de fadas passou a ser transmitida como o caminho para a felicidade eterna. A mensagem fundamental é a de que o encontro da pessoa ideal, a famosa “cara metade”, garantiria uma vida cheia de realizações e gratificações. Esta visão da vida conjugal como meio para obtenção de gratificações infindáveis inicia, a bem da verdade, ainda na infância, através das histórias infantis como a Bela Adormecida, Branca de Neve, a Bela e a Fera, Shreck e muitas outras. Entretanto, a mesma mídia, que é uma fonte rica, usada pelos coletivos humanos para elaboração do imaginário, oferece visões sobre a relação estável que podem ser consideradas como “o outro lado da moeda”. O sexo no casamento é mostrado como algo que se torna não prazeroso, seja porque o passar do tempo produziria desgastes nos relacionamentos, seja porque esposas passam a assumir as funções de donas de casa e mães em detrimento de suas vidas sexuais. Essa idéia parece circular em contos, crônicas, piadas, conversas de botequim e até na literatura científica (FREUD, 1972; WINNICOTT, 1996).

Neste panorama, cabe introduzir a contribuição do estudo do imaginário coletivo sobre a dificuldade sexual entre os casais, para que possamos ter uma compreensão mais completa do que envolve este sofrimento. A consideração do fenômeno da dificuldade sexual masculina a partir do estudo do imaginário coletivo faz sentido pleno quando defendemos uma concepção de homem como ser socialmente determinado, emergente de uma complexa rede de vínculos e relações sociais (AIELLO-VAISBERG, 1999).

Dessa forma, compreendemos queixas psicológicas como sintomas que expressam problemáticas existenciais relacionais, de acordo com a visão psicanalítica blegeriana (BLEGER, 1989). A problemática sexual faz sentido, então, levando-se em conta os contextos da vida individual e da vida coletiva, da qual emerge. Nesta linha, torna-se relevante o estudo do imaginário coletivo, concebido como meio ambiente, como campo (HERRMANN, 2001), no seio do qual este tipo de problema surge.

Método

Realizamos uma entrevista coletiva com cinquenta e cinco estudantes de uma classe da faculdade de Direito. Aos estudantes convidados a colaborar

com a pesquisa foi explicado que estava sendo feita uma investigação sobre sexualidade. Se concordassem em participar, seria garantida a manutenção de sigilo e não identificação pessoal. Durante a entrevista, o Procedimento Desenhos-Estórias com Tema foi utilizado como recurso mediador visando facilitar o estabelecimento de uma comunicação significativa, focalizada sobre a questão das dificuldades sexuais masculinas.

O Procedimento de Desenhos-Estórias com Tema foi desenvolvido por Aiello-Vaisberg a partir de procedimento diagnóstico criado, na Universidade de São Paulo, por Walter Trinca (2006). Consiste na solicitação de um desenho especificado em termos temáticos, bem como de uma estória sobre a figura produzida (AIELLO-VAISBERG, 1999). No presente caso, solicitamos o desenho, na presença do pesquisador, de um homem com dificuldades na vida sexual. Em seguida, pedimos aos alunos que virassem a página e, no verso, usando a imaginação e criatividade, inventassem uma estória sobre o desenho.

Finalizada a entrevista coletiva, os pesquisadores realizaram a análise de todos os desenhos-estórias, buscando a elucidação do substrato lógico-emocional não consciente de acordo com o método interpretativo psicanalítico. Os pesquisadores não buscaram o significado verdadeiro de cada comunicação, mas se deixaram impressionar pelas associações que lhe vieram espontaneamente diante das produções dos sujeitos. Ou seja, todo o processo foi presidido pela associação livre e pela atenção equiflutuante que, segundo Aiello-Vaisberg e Machado (2009), são práticas que têm caráter fenomenológico, correspondendo à suspensão de juízos e conhecimentos prévios, bem como à abertura e acolhimento à expressão. A partir das associações, chegamos à configuração de sentidos que se realizam como criação dos campos psicológico-vivenciais, dentre os quais encontramos o campo “felizes para sempre”. Neste contexto, as dificuldades sexuais masculinas foram apresentadas como fenômeno emergente na vigência de relação conjugal estável.

Felizes para sempre

O campo “felizes para sempre” abrange condutas não conscientes que dizem respeito à vida sexual de casais que mantêm um relacionamento duradouro, englobando produções que enfatizam dificuldades sexuais que surgem no decorrer de relacionamentos estáveis.

No que tange aos alunos de Direito, o campo “felizes para sempre” apresenta uma diversidade de situações, nas quais as figuras desenhadas se utilizam

de condutas defensivas para tentar resolver as dificuldades sexuais que surgem no decorrer dos relacionamentos. Os desenhos-estórias expressam uma tendência de supervalorização do funcionamento da genitália masculina, de modo que todas as dificuldades que possam estar ocorrendo no meio ambiente que envolvem um casal são deslocadas para o pênis. Assim, tudo passa a girar em torno da recuperação do órgão funcionalmente afetado. Esse cenário faz lembrar o dito popular segundo o qual mulheres precisam sempre de um homem para ser felizes, por meio do qual se expressa, verdadeiramente, a idéia de que têm necessidade de usufruir dos prazeres que o pênis proporciona. Esta imagem corresponde, evidentemente, a uma concepção sobre a relação sexual como atividade completamente desvinculada do que potencialmente pode ter lugar quando duas pessoas inteiras se vinculam (WINNICOTT, 1988).

As histórias relatadas pelos estudantes mostram personagens que imaginam dever resolver sozinhos os seus problemas, sem compartilhá-los com as parceiras. Retratam, assim, uma situação que é comum na clínica psicológica particular, na qual muitos pacientes manifestam o desejo de se tratar sem que suas companheiras disso tenham conhecimento. Fantasiam, nesta linha, a possibilidade de surpreender as mulheres apresentando-se “consertados”. Trata-se, evidentemente, de uma atitude fundamentalmente narcísica, que nega o fato da qualidade da vida do casal influenciar, evidentemente, o erotismo. Este quadro aponta para a existência de uma tendência de dissociar as condutas que se expressam corporalmente daquilo que é experienciado emocional e mentalmente ou atuado no mundo externo (BLEGER, 1989). Não é necessária muita reflexão para percebermos, criticamente, que a crença em um corpo dissociado, que pode ser visto como danificado ou disfuncional, harmoniza-se facilmente com promessas altamente lucrativas da indústria farmacêutica.

As produções dos nossos sujeitos apontam para duas possibilidades em termos do vínculo duradouro afetado por dificuldades sexuais masculinas. De um lado, pode aparecer uma figura feminina que se torna sexualmente desinteressante ou como ser assexuado que se dedica inteiramente ao cuidado da casa e dos filhos. Trata-se da interessante situação de justamente pensar que não tem vida sexual aquela que comprovadamente teve esta experiência, uma vez que engravidou e deu à luz ... Nesse contexto, a dissociação é franca, lembrando a era vitoriana, onde as donas de casa eram consideradas mulheres “direitas” e, em consequência, impedidas de usufruírem dos prazeres do sexo. Isto também lembra a condição emocional de alguns homens para os quais a idéia de prazer sexual das esposas é inconcebível

(FREUD, 1972). De outro lado, a figura masculina aparece, nos desenhos, de modo que denuncia o fato de que o personagem se sentiria afetado em seu conceito de masculinidade, como se não fosse “homem suficiente” para ter uma relação prazerosa.

Muitas figuras dos desenhos-estórias apresentam condutas que poderiam ser diagnosticadas como depressivas. As dificuldades sexuais levariam o homem a se sentir arrasado e infeliz, numa linha que conduziria à falta de cuidado consigo mesmo e até à falta de asseio pessoal. Como consequência, a vida conjugal que, antes de surgir o problema sexual, era satisfatória, sofreria um grande impacto que repercutiria também nas esferas social e profissional.

Entretanto, é interessante notar que enquanto em alguns momentos são descritas situações em que as dificuldades se espriam, afetando toda a vida do homem para além da área propriamente erótica, em outros momentos é trazida uma configuração oposta: os problemas do cotidiano é que afetariam o seu humor e, a partir daí, a vida social, conjugal e sexual.

Em outra perspectiva, mas mantendo a estrutura de conduta depressiva, surgem, nos desenhos-estórias, personagens que recorrem aos bares para beber quando descobrem que têm problemas sexuais. Ficam queixosos e tristes, achando que “o mundo vai desabar”, mas não são descritas como capazes de se indagar sobre a eventual interferência de motivação pessoal na eclosão da dificuldade sexual.

Em algumas produções, as dificuldades sexuais no âmbito da conjugalidade são relacionadas ao processo de envelhecimento. A experiência de ir perdendo o vigor da juventude afigura-se como muito dolorosa para as figuras desenhadas, a ponto de preferirem abdicar da vida sexual ativa para evitarem o mal estar que se vincula à incapacidade de manter a relação sexual em virtude da impotência.

Dificuldades sexuais emergentes no campo “felizes para sempre” são eventualmente associadas a doenças orgânicas, como, por exemplo, o diabetes. É interessante notar que os sujeitos sejam bastante precisos no descrever duas diferentes possibilidades. Assim, tanto aparece um personagem que, exibindo uma mistura de estruturas de conduta depressiva e paranóide, mostra-se bastante preocupado e temeroso em relação ao futuro da vida conjugal, como outra figura que, contando com o apoio e o amor de sua companheira, simplesmente segue abolindo toda a sexualidade.

Para finalizar a discussão sobre o que temos encontrado nas figuras desenhadas pelos estudantes de Direito, gostaríamos de salientar que nos chamou a atenção diferenças significativas entre as figuras desenhadas pelos homens e pelas

mulheres nesse campo “felizes para sempre”.

As produções realizadas pelas estudantes de sexo feminino têm características muito peculiares, na medida em que observamos uma tendência a apresentar as mulheres como esposas ou como amantes, o que provavelmente reflete concepções sobre o feminino que circulam no imaginário social. Observamos que tendem a atribuir as dificuldades masculinas a fatores exteriores à qualidade da relação do casal, como, por exemplo, a problemas vividos pelo homem na esfera laboral. Entretanto, o fato de pensar que o homem pode ser afetado pelo seu trabalho, não exclui, de modo algum, a ocorrência, nos desenhos-estórias das universitárias, de referência ao sentimento feminino de incapacidade de despertar o desejo do parceiro. Este dado coincide, aliás, com algo bastante freqüente na clínica, verbalizado por mulheres em termos de “sentir-se um lixo” diante do parceiro com problemas de impotência. No âmbito das soluções, chama a atenção o fato das universitárias não se referirem à busca de tratamento diretamente vinculado à obtenção da ereção, mas ancorar-se no que pode ser considerado uma idealização do relacionamento conjugal. Pode-se, deste modo, pensar que esteja vigente uma negação da existência e da importância da vida sexual, situação que não nos parece incomum em boa parte da população feminina.

Nas figuras desenhadas por universitários de sexo masculino, as dificuldades sexuais são motivos para atormentar a vida dos homens, atrapalhando literalmente a continuidade dramática do existir, impedindo-os de manter bons relacionamentos com os colegas de trabalho, amigos e com os familiares. As buscas de solução para o problema ocorrem, curiosamente, segundo estratégias que não incluem a participação das parceiras, vale dizer, como problemática eminentemente individual. Algumas alternativas de solução são buscadas através do álcool, que faria esquecer, de medicações para ereção e de ajuda especializada. No entanto, parece que nenhuma dessas alternativas é procurada com a intenção de avaliar a qualidade da vida conjugal do casal, mas, sim, para servir de fuga para o problema ou para tentar resolver uma dificuldade supostamente localizada apenas no órgão genital. Encontramo-nos, portanto, num contexto que imaginariamente isola o homem do coletivo, numa visão extremamente distanciada da experiência do viver humano, indicando que tendências dissociativas estão em jogo.

Considerações finais

Como fenômeno humano, a questão da sexualidade masculina está

dotada de inegável complexidade que requer, como ensina Bleger, a realização de recortes metodológicos mediante os quais possa ser abordada cientificamente. Desde tal perspectiva, cada estudo corresponde a um esforço por meio do qual se visa elucidar aspectos relativos ao todo.

Optamos, como se viu, pelo estudo das repercussões que este tipo de fenômeno encontra no ambiente social, considerado desde o referencial psicanalítico que, como sabemos, valoriza não apenas opiniões e crenças conscientes, mas, sobretudo o substrato afetivo-emocional não consciente a partir do qual emergem as diferentes condutas humanas.

No que diz respeito ao campo “felizes para sempre”, o mesmo se define pelas dificuldades sexuais que surgem no decorrer das uniões estáveis em função da disfunção erétil ou outras dificuldades sexuais. O campo que envolve o casamento é envolto de promessas de felicidade duradoura, como também no reverso temos como algo pouco prazeroso em função das mulheres se tornarem mães e donas de casa em detrimento do sexo ou por haver desgastes na relação do casal. As produções imaginárias dos estudantes de Direito apresentam diversas condutas defensivas para tentar resolver os problemas relativos ao sexo que surgem no decorrer de seus relacionamentos, dentre elas uma supervalorização do pênis de modo que todas as atenções ficam voltadas para ele. Os personagens masculinos desenhados expressam uma tendência de resolverem o problema sexual sozinhos, sem a participação da parceira, negando a importância da vida compartilhada pelo casal. As figuras desenhadas apresentam também condutas depressivas que levam os personagens a se sentirem o “último dos homens”, tornando-se descuidados com o asseio pessoal ou recorrer ao consumo do álcool ou ainda abandonarem a convivência do lar por não se sentirem suficientemente homens. Outros fatores que interferem na vida sexual dos casais são as doenças e o próprio envelhecimento que podem ser sentidos como aniquiladores ou como obstáculos a serem superados com ajuda de defesas maníacas abolindo a sexualidade de suas vidas.

Como vimos, a pesquisa sobre o imaginário apresenta recursos metodológicos amplos, disponibilizando através da psicanálise um pensamento dinâmico que permite compreender a conduta nos relacionamentos sexuais dos seres humanos na vida cotidiana, tanto em âmbito coletivo como individual. Dentro desta perspectiva, a conduta clínica junto a pacientes que sofrem com dificuldades sexuais, sem dúvida, é beneficiada com esse tipo de estudo, no sentido de que ele não limita a atenção ao sofrimento humano em função do funcionamento de um órgão, mas, sobretudo, leva em consideração as condições ambientais na qual o indivíduo

se insere e os significados de seus relacionamentos construídos na coletividade, possibilitando aos pacientes não apenas condutas profiláticas ou curativas, mas também um maior equilíbrio emocional, um melhor nível de saúde, permitindo a busca de novos sentidos de existência, promovendo não apenas a ausência de doença, mas o desenvolvimento pleno dos indivíduos e da comunidade (BLEGER, 1984).

Inspirados num pensamento psicanalítico inovador, que se apóia nas contribuições de D.W.Winnicott e José Bleger, defendemos a idéia de que uma preocupação psicoprofilática em relação à vida sexual pode se realizar como prática psicológica em enquadres diferenciados junto a diferentes grupos sociais, seja em escolas, serviços de saúde e outras instituições, tendo em vista promover experiências emocionais enriquecedoras mediante o favorecimento da expressão de potencialidades para a criação/transformação da realidade.

Referências

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Encontro com a loucura: transicionalidade e ensino de psicopatologia. 1999. 197f. Tese (Livre-Docência em Psicopatologia Geral I e II) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; MACHADO, M. C. L. Narrativas: o gesto do sonhador brincante. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/encontro/IV/PT/trabalhos/Tania_Maria_Jose_Aiello_Vaisberg_e_Maria_Christina_Lousada_Machado.php>. Acesso em: 27 fev. 2009.

BLEGER, J. Psico-higiene e psicologia institucional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984. 138p.

BLEGER, J. Psicologia da conduta. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. 244p.

FREUD, S. Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I). In: SALOMÃO, J. (Org.). Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. v. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1972. p.147-157.

HERRMANN, F. A. Andaimos do real: o método da psicanálise. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 332p.

TRINCA, W. (1976). Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática. São Paulo: EPU, 2006. 154p.

WINNICOTT, D. W. A posição depressiva no desenvolvimento emocional normal. In: WINNICOTT, D. W. Textos selecionados: da pediatria à psicanálise. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.437-458. WINNICOTT, D. W. Vivendo de modo criativo. In: WINNICOTT, D. W. Tudo começa em casa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.31- 42.

AVALIAÇÃO DO RISCO DE LOMBALGIA EM FUNCIONÁRIOS DE UM FRIGORÍFICO

Fabiana Buzzo Ribeiro¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior²

Viviane Guedes Freitas¹

RESUMO

Objetivo: realizar uma avaliação dos postos de trabalho em um frigorífico do município de Três Lagoas/MS. **Metodologia:** Foi realizado uma visita técnica para o registro das atividades através de imagens fotográficas. A avaliação da postura de trabalho se baseou em uma metodologia de avaliação, sob a forma de check-list (formulário) para avaliação do risco de lombalgia. Foram avaliados 11 postos de trabalho, desde o abate até a lombagem das carcaças. **Resultados:** Dos 11 postos avaliados, 7 apresentaram risco moderado de lombalgia e 4 apresentaram risco altíssimo de lombalgia. **Conclusão:** através do levantamento de dados os resultados demonstraram que essa população de trabalhadores sofrem uma sobrecarga muito grande, podendo levar a distúrbios e lesões na coluna.

PALAVRAS-CHAVE

Ergonomia; Frigorífico; Posto de Trabalho

Introdução

A coluna vertebral é um segmento complexo e funcionalmente significativo do corpo humano. Proporcionando o elo mecânico entre as extremidades superiores e inferiores, a coluna vertebral torna possível o movimento em todos os três planos, porem ainda funciona como um protetor ósseo da delicada medula espinhal (HALL, 2000).

Por causa de diferenças estruturais e das costelas, são permitidos graus variáveis de movimento entre vértebras adjacentes nas porções cervical, torácica e

AUTORES

1 Acadêmicas do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docentes dos Cursos de Educação Física, Biomedicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

lombar da coluna. Dentro dessas regiões, duas vértebras adjacentes e os tecidos moles entre eles são conhecidos como um segmento móvel (é considerado como sendo a unidade funcional da coluna) (HALL, 2000).

Para a prevenção, costuma-se utilizar 3 tipos de medidas: a) seleção médica criteriosa, que costuma reduzir a incidência das lombalgias em até 30%; b) ensino de técnicas de manuseio de carregamento de cargas, capaz de reduzir a incidência das lombalgias em até 20%; c) medidas de ergonomia estas sim, de alta eficácia, capazes de reduzir a incidência das lombalgias em até 80% (COUTO, 1995).

A ergonomia ganhou seu espaço dentro das indústrias, a sua eficiência faz com que empresas invistam cada vez mais na prevenção para reduzir os custos dos afastamentos e absenteísmos, sendo que ela dispõe de valiosos métodos de avaliação que comprovam a existência de riscos ocupacionais ao trabalhador.

Assim, o presente estudo teve como objetivo realizar uma avaliação ergonômica em funcionários de um frigorífico.

Metodologia

Foram avaliados 11 postos de trabalho da linha de produção de um frigorífico de bovinos da cidade de Três Lagoas – MS. A avaliação foi realizada por meio de um check-list proposto por COUTO (1995) para avaliação simplificada do risco de lombalgia nos postos de trabalho. Os postos analisados foram: (1) Abate; (2) Sangria; (3) Retirada do couro – início; (4) Retirado do couro – final; (5) Retirada dos órgãos internos; (6) Abertura da carcaça – início; (7) Abertura da carcaça – final; (8) inspeção da carcaça; (9) Limpeza da carcaça; (10) Lombagem da carcaça dianteira; (11) lombagem da carcaça traseira. Os postos de trabalho foram registrados por meio de fotografia e foram analisados posteriormente, de acordo com o check-list. A partir da avaliação foi determinado o risco de lombalgia, de acordo com a pontuação do check-list.

Resultados

A pontuação de cada posto de trabalho, bem como o risco de lombalgia de cada um estão descritos na tabela 1.

Tabela 1. Resultados da avaliação simplificada do risco de lombalgia nos postos de trabalho, de acordo com COUTO (1995).

Posto de trabalho	Pontuação	Interpretação
Abate	6	Risco moderado de lombalgia
Sangria	6	Risco moderado de lombalgia
Retirada do couro (i)	7	Risco moderado de lombalgia
Retirada do couro (f)	6	Risco moderado de lombalgia
Retirada dos órgãos	6	Risco moderado de lombalgia
Abertura da carcaça (i)	5	Alto risco de lombalgia
Abertura da carcaça (f)	5	Alto risco de lombalgia
Inspeção da carcaça	6	Risco moderado de lombalgia
Limpeza da carcaça	7	Risco moderado de lombalgia
Lombagem da carcaça diant.	3	Altíssimo risco de lombalgia
Lombagem da carcaça tras.	4	Altíssimo risco de lombalgia

A ergonomia é uma ciência que interdisciplinar que estuda as adaptações dos instrumentos, condições e ambiente de trabalho as capacidades psicológicas, antropométricas e biomecânicas do homem, com objetivo de reduzir o cansaço, acidentes de trabalho e os custos operacionais para aumentas o conforto do trabalhador, a produtividade e a rentabilidade (BOSI, 2006).

O objetivo é melhorar o método de trabalho, transformando condições primitivas dos postos de trabalho, por meio das devidas adequações, para que o ser humano possa executar suas tarefas com segurança, conforto e eficiência (LIMA, 2007).

O objetivo prático da ergonomia é a adaptação do posto de trabalho, dos instrumentos, das máquinas, dos horários, do meio ambiente às exigências do homem. A realização de tais objetivos, ao nível industrial, propicia uma facilidade do trabalho e um rendimento do esforço humano (BARBOSA, 2002).

Para atingir essa condição, a ergonomia necessita de conhecimentos que englobam a anatomia, a fisiologia, a biomecânica, a antropometria, a psicologia, a engenharia, o desenho industrial, a informação e a administração, desta forma, podemos afirmar que a ergonomia difere de outras áreas do conhecimento pelo seu caráter interdisciplinar e pela sua natureza aplicada (BARBOSA, 2002).

Ao realizar uma análise ergonômica, além dos dados referentes ao ambiente de trabalho, também é necessário conhecer as peculiaridades de cada atividade laboral desenvolvida, analisando os resultados de produtividade esperados ou exigidos, os métodos de trabalho usados para atingir essa produção e as atividades desenvolvidas pelo trabalhador. A análise final resultará na carga de trabalho, que pode ser entendida como uma medida do nível de atividade mental, motora, sensitiva, e emocional do trabalhador, necessária para que a produtividade, dentro de certo método de trabalho, possa ser atingida (DELIBERATO, 2002).

Para a prevenção, costuma-se utilizar 3 tipos de medidas: a) seleção medica criteriosa, que costuma reduzir a incidência das lombalgias em ate 30%; b) ensino de técnicas de manuseio de carregamento de cargas, capaz de reduzir a incidência das lombalgias em ate 20%; c) medidas de ergonomia estas sim, de alta eficácia, capazes de reduzir a incidência das lombalgias em ate 80% (COUTO, 1995).

Conclusão

Os resultados obtidos comprovam que as condições a que esses trabalhadores são submetidos são prejudiciais tanto para a coluna como para membros superiores. Investigações como essa devem ser registradas, e avaliadas com cautela para possíveis ajustes e que soluções sejam criadas para diminuir o esforço e a posição inadequada em que eles ficam por boa parte do expediente.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, G. L. Fisioterapia preventiva nos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho – DORTs – a fisioterapia do trabalho aplicado. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002

COUTO, H. Ergonomia aplicada ao trabalho. Vol.1. Belo Horizonte: Ergo, 1995

DELIBERATO, P.C.P. Fisioterapia preventiva fundamentos e aplicações. Barueri, Manole, 2002

GRANDJEAN, E. Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Bookman, 1998

LIMA, Walquiria. Ginástica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho. 2ed. São Paulo: Phorte Editora, 2005

AVALIAÇÃO DA SENSIBILIDADE EXTEROCEPTIVA COM APLICAÇÃO DE TENS, CRIOTERAPIA E TENS ASSOCIADA À CRIOTERAPIA

Márcia Bernardes Cascapera¹

Profa. Dra. Deise Elisabete de Souza²

Fernanda Santos Pasquini¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior²

RESUMO

Objetivo: avaliar a sensibilidade exteroceptiva após aplicação de TENS, crioterapia e TENS associada à crioterapia no antebraço de indivíduos normais. **Materiais e Métodos:** foi utilizado um estesiômetro contendo 6 monofilamentos variando de 0,05g até 300g. A avaliação foi realizada na parte interna do antebraço (3 pontos: terço proximal, terço médio e terço distal do antebraço) de 10 indivíduos antes da aplicação de qualquer modalidade terapêutica, e imediatamente após a aplicação. Foram utilizados a TENS convencional na maior intensidade suportada durante 20 min; crioterapia durante 20 min; e TENS associada à crioterapia durante 20 min. Os resultados pós-aplicação foram então comparados. **Resultados:** a sensibilidade é um fator importante quando se utilizam modalidades terapêuticas que envolvam a sensação térmica e/ou dolorosa. Assim, é importante se avaliar a sensibilidade dos pacientes e os efeitos destas modalidades na sua sensibilidade. A sensibilidade média pré-aplicação da TENS foi de 1,25g e média pós-aplicação foi de 1,46g, sendo esta diferença não significativa ($p = 0,181276$). Com a crioterapia a sensibilidade média pré-aplicação foi de 0,755g e média pós-aplicação 3,953g, sendo esta diferença estatisticamente significativa ($p = 0,000005678$). Na aplicação da TENS associada à crioterapia a sensibilidade média pré-aplicação foi de 0,750g e média pós-aplicação de 2,575g, sendo esta diferença estatisticamente significativa ($p = 0,000114301$). **Conclusão:** assim, a aplicação isolada da TENS não causa uma alteração significativa na sensibilidade; no entanto, quando se utiliza a crioterapia, ou crioterapia associada à TENS, a sensibilidade altera-se, sendo importante a avaliação e acompanhamento direta do fisioterapeuta quando aplicadas estas modalidades.

PALAVRAS-CHAVE

TENS, crioterapia, sensibilidade

Introdução

A TENS constitui uma modalidade terapêutica não invasiva, de fácil manejo, que não apresenta efeitos colaterais ou interações com medicamentos, sendo utilizada para o alívio da dor pela estimulação de nervos periféricos, utilizando-se de eletrodos a nível da pele, estando baseada na liberação de opióides e na teoria do portão, ou também denominada teoria das comportas medulares de Melzack e Wall (MELO DE PAULA et al, 2006)

Knight (2000) define crioterapia como “terapia com frio” a aplicação tera-

AUTORES

1 Acadêmicas do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docentes dos Cursos de Educação Física, Biomedicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

pêutica de qualquer substância ao corpo que resulte em remoção do calor corporal, diminuindo, assim a temperatura dos tecidos. Ela abrange uma grande quantidade de técnicas específicas que utiliza o frio na forma, líquida (água), sólida (gelo) e gasosa (gases) com o propósito terapêutico de retirar o calor do corpo induzindo a um estado de hipotermia, para favorecer uma redução da taxa metabólica local, promovendo uma diminuição das necessidades de oxigênio pela célula.

Deste modo, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a sensibilidade exteroceptiva após aplicação de TENS, crioterapia e TENS associada à crioterapia no antebraço de indivíduos normais.

Metodologia

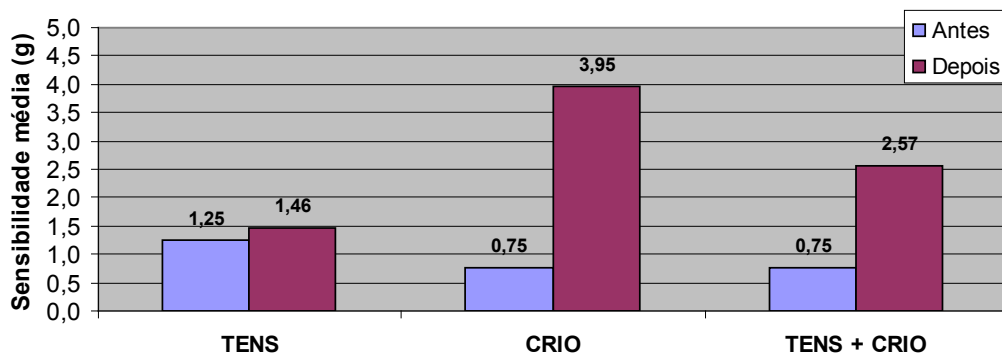
Foi utilizado um estesiômetro contendo 6 monofilamentos variando de 0,05g até 300g. A avaliação foi realizada na parte interna do antebraço (3 pontos: terço proximal, terço médio e terço distal do antebraço) de 10 indivíduos antes da aplicação de qualquer modalidade terapêutica, e imediatamente após a aplicação. Foram utilizados a TENS convencional na maior intensidade suportada durante 20 min; crioterapia durante 20 min; e TENS associada à crioterapia durante 20 min. Os resultados pós-aplicação foram então comparados.

Resultados e Discussão

A sensibilidade é um fator importante quando se utilizam modalidades terapêuticas que envolvam a sensação térmica e/ou dolorosa. Assim, é importante se avaliar a sensibilidade dos pacientes e os efeitos destas modalidades na sua sensibilidade.

A sensibilidade média pré-aplicação da TENS foi de 1,25g e média pós-aplicação foi de 1,46g, sendo esta diferença não significativa ($p = 0,181276$). Com a crioterapia a sensibilidade média pré-aplicação foi de 0,755g e média pós-aplicação 3,953g, sendo esta diferença estatisticamente significativa ($p = 0,000005678$). Na aplicação da TENS associada à crioterapia a sensibilidade média pré-aplicação foi de 0,750g e média pós-aplicação de 2,575g, sendo esta diferença estatisticamente significativa ($p = 0,000114301$).

Avaliação da sensibilidade antes e depois das 3 modalidades terapêuticas



A TENS classicamente promove analgesia por meio da ativação seletiva das fibras táteis A-beta, as quais inibem a atividade em curso dos neurônios nociceptivos no corno dorsal da medula espinal. Além disso, inúmeros estudos na presença de dor demonstram que o mecanismo de ação analgésico da TENS também está relacionado com a ativação de receptores opióides na medula espinal e supra-espinal e não somente pela teoria das comportas.

Com o objetivo de potencializar os efeitos analgésicos dessas terapias para supostamente produzir hiperanalgesia, tem-se observado, rotineiramente, na prática clínica, a utilização associada de crioterapia e TENS. Apesar da grande frequência do uso simultâneo dessas técnicas na prática fisioterapêutica, a literatura pouco fundamenta os efeitos simultâneos da crioterapia e TENS. (SANTUZZI et al, 2008)

Santuzzi et al. (2008) em um estudo da atividade elétrica do nervo femoral de ratos demonstrou que a associação das terapias (TENS+CRIO) promove atenuação da atividade elétrica, anteriormente elevada pela TENS isolada. Tal fato se justifica pela redução da velocidade de condução nervosa promovida pelo gelo; o frio desacelera o transporte axoplasmático; as concentrações de ATP e fosfato de creatina não mudam, por isso, acredita-se que o bloqueio é causado pela redução metabólica no uso da ATP pelos nervos, em função de uma diminuída atividade enzimática. Portanto, é possível se especular que a utilização da CRIO associada a TENS contrapõe o efeito estimulativo e reduz as ações terapêuticas da TENS isolada, além de reduzir a sensibilidade tátil, dificultando ainda mais a percepção da intensidade ideal a ser aplicada pela TENS.

Conclusão

A aplicação isolada da TENS não causa uma alteração significativa na sensibilidade; no entanto, quando se utiliza a crioterapia, ou crioterapia associada à TENS, a sensibilidade altera-se, sendo importante a avaliação e acompanhamento direto do fisioterapeuta quando aplicadas estas modalidades.

Referências Bibliográficas

KNIGHT, K. L. Crioterapia no Tratamento das Lesões Esportivas. São Paulo: Manole, 2000.

MELO DE PAULA, G. et al. Estimulação Elétrica Nervosa Transcutânea (TENS) no Pós-Operatório de Cesariana. Rev Bras de Fisioter. Vol. 10, No. 2, 2006.

LOW, J; REED, A. Eletroterapia Explicada – Princípios e Práticas. São Paulo: Manole, 2001.

SANTUZZI, CH, et al. Efeitos da crioterapia, estimulação elétrica transcutânea e da sua associação na atividade elétrica do nervo femoral em ratos. Rev Bras de Fisioter, Vol 12, No. 6, 2008

ANÁLISE DA PRESENÇA DE ALTERAÇÕES ELETROCARDIOGRÁFICAS EM ATLETAS PROFISSIONAIS - CORAÇÃO DE ATLETA

Jéssica Andrielly Soares Pereira¹

Prof. MSc. José Augusto Necchi Junior²

RESUMO

Objetivo: analisar a presença de alterações eletrocardiográficas de repouso em jogadores de um time profissional de futebol. **Metodologia:** foram analisados os laudos eletrocardiográficos de 25 jogadores profissionais de futebol, buscando-se a presença de alterações eletrocardiográficas de repouso, principalmente aquelas relacionadas com a síndrome do coração de atleta. **Resultados:** dos 25 atletas estudados, 96% apresentava ritmo sinusal, 4% arritmia sinusal, 52% bradicardia sinusal, 32% alteração da repolarização ventricular, 24% sobrecarga do ventrículo esquerdo, 4% distúrbio de condução do ramo direto, 4% desvio do eixo para direita e 8% desvio do eixo para esquerda. **Conclusão:** pode-se verificar que nos atletas estudados a incidência de alterações eletrocardiográficas de repouso é alta, principalmente bradicardia sinusal, alteração da repolarização ventricular e sobrecarga do ventrículo esquerdo, caracterizando a presença da síndrome do coração de atleta.

PALAVRAS-CHAVE

coração de atleta; eletrocardiografia; alterações eletrocardiográficas

Introdução

O músculo cardíaco é formado por dois tipos básicos de células: as células condutoras elétricas que iniciam a atividade elétrica e a conduzem através do coração e as mecânicas que respondem ao estímulo elétrico e se contraem para bombear o sangue. Não é possível haver resposta mecânica sem primeiro haver estímulo elétrico.

As células elétricas no coração estão organizadas em uma via chamada sis-

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Fisioterapia das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Educação Física, Biomedicina, Fisioterapia e Nutrição das Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

tema de condução que permite a difusão da atividade elétrica por todas as quatro câmaras cardíacas.

O coração de atleta representa uma adaptação reversível, estrutural e funcional do tecido miocárdico, provocado pelo longo e regular treinamento físico.

O treinamento físico intensivo e prolongado induz a adaptações cardiovasculares que permitem ao coração do atleta desempenho fisiológico como consequência da exercício vigoroso praticado durante longos períodos, essas adaptações provocam uma variedade de alterações funcionais e anatômicas.

O objetivo do presente estudo foi analisar a presença de alterações eletrocardiográficas em jogadores de um time profissional de futebol.

Metodologia

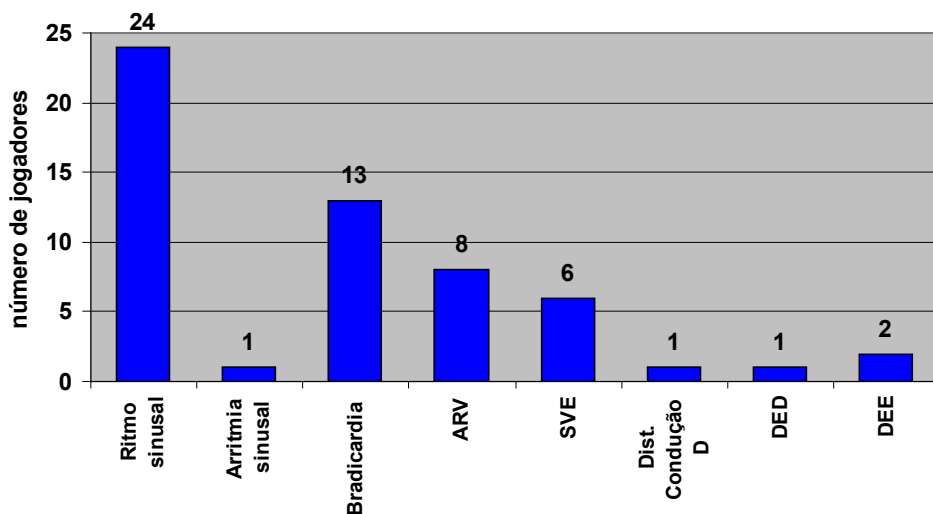
Foram analisados os laudos eletrocardiográficos de 25 jogadores profissionais de futebol, buscando-se a presença de alterações eletrocardiográficas de repouso, principalmente aquelas relacionadas com a síndrome do coração de atleta.

Resultados

Dos 25 atletas estudados, 96% apresentava ritmo sinusal, 4% arritmia sinusal, 52% bradicardia sinusal, 32% alteração da repolarização ventricular, 24% sobrecarga do ventrículo esquerdo, 4% distúrbio de condução do ramo direito, 4% desvio do eixo para direita e 8% desvio do eixo para esquerda.

Achado eletrocardiográfico	nº jogadores	% de jogadores
Ritmo sinusal	24	96
Arritmia sinusal	1	4
Bradicardia sinusal	13	52
ARV	8	32
SVE	6	24
Bloqueio de condução D	1	4
DED	1	4
DEE	2	8

Achados eletrocardiográficos



A primeira descrição médica do chamado “coração de atleta” foi feita por Henschen, logo após a primeira olimpíada da era moderna, em 1896, ao examinar corredores de esqui “cross-country” na neve. A síndrome (conjunto de sinais e sintomas) do coração de atleta é caracterizada por várias alterações fisiológicas e anatómicas, de caráter benigno e reversível, que correspondem a adaptações ao aumento da demanda energética durante o esforço repetitivo.

Há aumento da força de contração, com melhor reserva cardíaca e melhor aproveitamento do oxigênio, mesmo em níveis máximos de trabalho. Para a mesma carga de esforço, em relação a um coração sedentário, um coração treinado apresenta menor duplo produto (frequência cardíaca x pressão sistólica máxima) e, consequentemente, menor gasto energético. Os portadores do coração do atleta, não costumam sentir sintomas inerentes a essa situação.

Conclusão

Pode-se verificar que nos atletas estudados a incidência de alterações eletrocardiográficas de repouso é alta, principalmente bradicardia sinusal, alteração da repolarização ventricular e sobrecarga do ventrículo esquerdo, caracterizando a presença da síndrome do coração de atleta.

Referências Bibliográficas

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM). Diretrizes do ACSM para os Testes de Esforço e sua Prescrição. 6ª ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2003.

POLLOCK, M. L.; WILMORE, J. H. Exercício na Saúde e na Doença. 2ª ed. Médica e Científica, Rio de Janeiro, 1993.

REGENGA, M.M. Fisioterapia em cardiologia: da UTI à reabilitação. Roca, São Paulo, 2000.

MELHORA DO RENDIMENTO ESPORTIVO PELO USO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS POR ALUNOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO EM ACADEMIAS DA CIDADE DE PIRACICABA

José Bechara NETO¹

Jonato PRESTES³

Christiano Bertoldo URTADO²

RESUMO

Existe, em todo o mundo, muitos tipos de suplementos nutricionais disponíveis para a venda e a grande quantidade de produtos é certamente um fator que dificulta o entendimento da questão da suplementação e os motivos usualmente fornecidos para justificar o consumo de suplementos por atletas são a necessidade de compensar uma dieta ou estilo de vida inadequados para atender a um suposto aumento na necessidade energética ou de nutrientes essenciais, induzida pelo treinamento, ou para obter um efeito direto sobre a performance. O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção de melhora no rendimento esportivo quando os atletas fazem uso de suplementos nutricionais por praticantes da modalidade musculação em academias da cidade de Piracicaba. Os sujeitos da pesquisa foram alunos de academias de musculação na cidade de Piracicaba, de ambos os sexos e sem limitação de faixa etária. Foi utilizado um questionário com as perguntas organizadas de maneira aleatória e até repetindo perguntas para evitar respostas tendenciosas dos participantes e ao final da aplicação foram reagrupadas. Foi aplicado teste t de student e teste de Q-quadrado para as análises a um índice de 95% de confiabilidade para um $p < 0,05$ para todas as análises. Dentro do grupo que suplementava, 79% disseram ter sentido alguma diferença de rendimento após o início do uso dos suplementos nutricionais e somente 21% não sentiram nenhuma diferença após o início do uso dos suplementos. O presente estudo concluiu que 79% dos sujeitos que faziam uso de suplementos nutricionais relataram sentir alguma diferença de rendimento após o início do uso dos suplementos.

PALAVRAS-CHAVE

suplementos nutricionais, atividade física, rendimento esportivo

INTRODUÇÃO

O treinamento com pesos aprimora as respostas fisiológicas em todas as idades, sendo indicado para jovens, adultos e idosos (4).

O músculo esquelético é um tecido com uma surpreendente capacidade de adaptar-se às cargas que lhe são impostas e isso implica em um processo que se inicia com a contração muscular e que perdura muito após esta ter sido interrompida (8).

A magnitude do aumento de massa muscular depende de vários fatores,

AUTORES

1 Mestre em Performance Humana pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Docente do curso de Educação Física da AEMS

2 Doutorando em Fisiologia Humana pelo Instituto de Biologia - UNICAMP. Mestre em Performance Humana pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

3 Doutorando em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal de São Carlos - UNIFESC. Mestre em Performance Humana pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP

como resposta individual ao treinamento, intensidade, duração do programa de treino e estado prévio de treinamento do indivíduo para o início do programa (9).

Existe, em todo o mundo, muitos tipos de suplementos nutricionais disponíveis para a venda e a grande quantidade de produtos é certamente um fator que dificulta o entendimento da questão da suplementação (7).

Nos Estados Unidos o lucro com a venda de suplementos nutricionais no ano 1996 foi cerca de 6,5 bilhões de dólares. Não há dados atuais porém, acredita-se que atualmente esse lucro aumentou consideravelmente (11).

O consumo de suplementos por pessoas praticantes de atividade física tem vários objetivos dentre eles, ganhar ou perder peso corpóreo, aumentar a hipertrofia e a força muscular entre outros (6).

Os suplementos nutricionais tem sido muito utilizados por profissionais, amadores e pessoas que fazem esporte por recreação ou manutenção da saúde (14) e têm se verificado o uso abusivo desses produtos (5). Apesar de serem cada vez mais utilizados, há pouca informação sobre o assunto (3).

Burke e Read (1993) propuseram um critério para classificar os suplementos utilizados por praticantes de atividade física, dividindo os inúmeros tipos de suplementos em duas grandes categorias: suplementos dietéticos e auxiliares ergogênicos.

Os motivos usualmente fornecidos para justificar o consumo de suplementos por atletas são a necessidade de compensar uma dieta ou estilo de vida inadequados para atender a um suposto aumento na necessidade energética ou de nutrientes essenciais, induzida pelo treinamento, ou para obter um efeito direto sobre a performance (2).

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção de melhora no rendimento esportivo quando os atletas fazem uso de suplementos nutricionais por praticantes da modalidade musculação em academias da cidade de Piracicaba.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os sujeitos da pesquisa foram alunos de academias de musculação na cidade de Piracicaba, de ambos os sexos e sem limitação de faixa etária.

Foi utilizado um questionário com as perguntas organizadas de maneira

aleatória e até repetindo perguntas para evitar respostas tendenciosas dos participantes e ao final da aplicação foram reagrupadas em um questionário que tinha, em sua parte inicial, questões de ordem pessoal e sobre a prática da atividade física que, no caso, é a musculação. Na segunda parte havia perguntas relacionadas à utilização do suplemento: tipo, dose, frequência de uso entre outros. Na terceira parte perguntava-se sobre reações ao treinamento e ao suplemento, como por exemplo, se o sujeito sentiu melhora ou piora no rendimento do treinamento e também sobre problemas de saúde na família.

Os sujeitos foram abordados e a eles foi explicado o objetivo do questionário que deveria ser respondido de maneira espontânea e voluntária e que o mesmo fazia parte de uma pesquisa científica vinculada à Universidade Metodista de Piraicaba (UNIMEP). As perguntas foram realizadas na forma de entrevista no local de treinamento dos alunos. Não houve nenhuma identificação dos sujeitos, na folha de questões, para preservar a privacidade dos mesmos.

A todos os sujeitos que participaram da pesquisa foi explicado o protocolo de aplicação do questionário, onde eles conheceram o teor do questionário, assim como os objetivos do mesmo e também tomaram ciência de que não haveria nenhuma remuneração para os participantes, uma vez que a pesquisa não envolvia custos. Após receberem as explicações e concordarem em participar da pesquisa, os indivíduos preenchiam o termo de consentimento e assinavam os mesmos.

Após a explicação dos objetivos e procedimentos de aplicação do questionário, começaram a ser feitas as perguntas que eram respondidas pelos sujeitos sem tempo pré-determinado para as respostas. Eles tiveram o tempo que acharam necessário. Quando havia dúvidas, o aplicador procurava esclarecê-las para que a resposta correspondesse ao fim almejado, isto é, com discernimento.

RESULTADOS

Foi aplicado teste t de student e teste de Q-quadrado para as análises a um índice de 95% de confiabilidade para um $p < 0,05$ para todas as análises.

Dentro do grupo que suplementava, 79% disseram ter sentido alguma diferença de rendimento após o início do uso dos suplementos nutricionais e somente 21% não sentiram nenhuma diferença após o início do uso dos suplementos (figura 1).

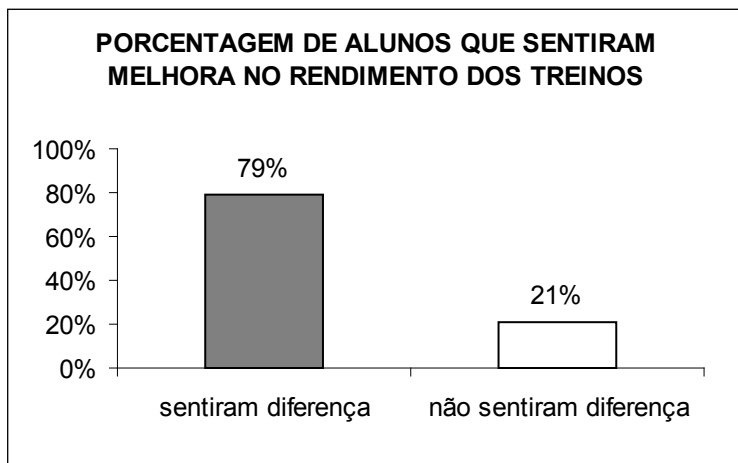


Figura 1 – Porcentual de indivíduos que fizeram uso de suplementos nutricionais e sentiram ou não alguma alteração na performance.

Do total de indivíduos que sentiram alguma diferença no rendimento do seu treinamento, somente 2% disseram ter sentido piora no rendimento e 98% disseram ter sentido melhora no rendimento (figura 2).

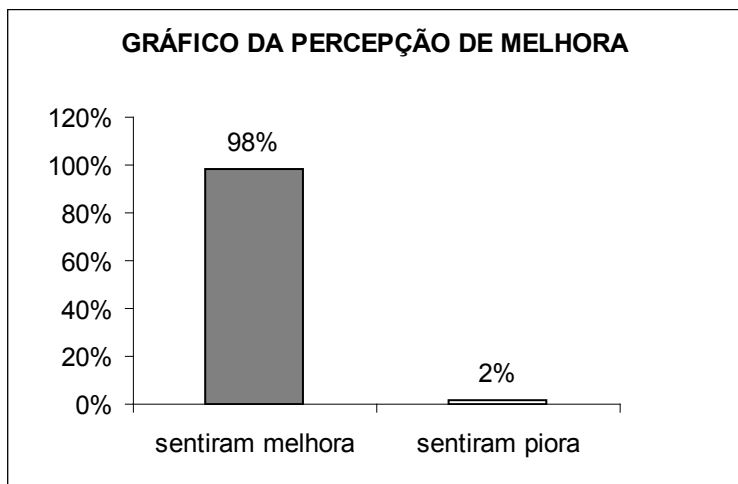


Figura 2 – Porcentual de indivíduos que utilizavam suplementos nutricionais e que sentiram alguma diferença de rendimento no treinamento.

DISCUSSÃO

Evidenciamos no nosso estudo que trinta e oito por cento dos indivíduos que são praticantes de musculação buscam como objetivo a saúde, esses resultados estão de acordo com a afirmação Hawley (2000) que o consumo de suplementos nutricionais, com objetivo de prevenir alguma doença já vinha aumentando. Além disso, o uso de suplementos nutricionais já é bem difundido entre profissionais, amadores e pessoas que praticam esporte por recreação ou manutenção da saúde (14). Por outro lado, esses resultados não esta de acordo com achados que relatam que 70% dos indivíduos que fazem uso de algum tipo de suplemento praticavam a modalidade da musculação pelo motivo da estética (1).

No nosso estudo verificamos que do total de alunos praticantes de musculação que foram entrevistados, apenas 15,6% utilizavam suplementos nutricionais e em outro estudo no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro 32,0% dos entrevistados disseram fazer uso de suplementos nutricionais (15) e em estudo realizado por Pereira (2003) na cidade de São Paulo 23,9% dos freqüentadores de academias utilizavam algum suplemento nutricional. Esses resultados foram menores que os encontrados em Long Island, Estado de Nova Iorque. Nesse estudo também realizado em academia, porém americana, foi observado que 84,7% dos entrevistados utilizavam algum tipo de suplemento nutricional (12). Em outro estudo, 77% dos indivíduos praticantes de várias modalidades, faziam o uso de algum tipo de suplementos nutricionais. (16)

Acreditamos que essa maior utilização de suplementos nutricionais nas academias americanas acontece porque há uma grande divulgação incentivando o uso desses suplementos. A venda de suplementos é crescente; nos Estados Unidos em 1996 o lucro foi de 6,5 bilhões de dólares, segundo Kurtzweil (1998). Na cidade de São Paulo o número total de academias de ginástica e musculação passou de 600 para 3 mil na última década (13) e o aparecimento dos suplementos no mercado tem sido mais rápido do que a elaboração de regulamentações e a realização de pesquisas científicas que comprovem seus efeitos na saúde dos consumidores e determinem a segurança de seu uso a longo prazo (13), além disso, muitos destes produtos não tem o efeito prometido no rótulo comprovado por estudos científicos. Rocha e Pereira (1998) alertam para o fato de que em alguns estudos os indivíduos participantes alegaram sentir problemas renais e hepáticos, diminuição do desempenho sexual, tontura, enjôos, irritação, insônia e acne entre outros distúrbios em decorrência do uso de suplementos.

A American Dietetic Association (ADA), 1999, descreve que a melhor estratégia nutricional para a promoção da saúde e redução do risco de doença crônica é obter os nutrientes adequados através de uma alimentação variada, ela ainda considera apropriado o uso de suplementos quando evidências científicas bem aceitas e revisadas demonstram segurança e eficiência em seu consumo. Até o momento, o melhor conselho dietético para aumentar a função imune em pessoas saudáveis parece ser a variedade, o equilíbrio e a moderação alimentar (10).

CONCLUSÃO

O presente estudo concluiu que 79% dos sujeitos que faziam uso de suplementos nutricionais relataram sentir alguma diferença de rendimento após o início do uso dos suplementos e que a grande maioria destes (98%) relataram sentirem melhora do rendimento físico após iniciarem o uso dos suplementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, L.R. et al. Utilização de suplementos alimentares e anabolizantes por praticantes de musculação nas academias de Goiânia-GO. Revista Brasileira Ciência e Movimento. n. 10, v. 3. p. 13-18, 2002.
2. BURKE, L. M.; READ, R.S.D. Dietary supplements in sports. Sports Med., v. 15, p. 43, 1993.
3. BUTTERFIELD, G. Ergogenic Aids Evaluating Sport Nutrition Products. Inter. J. Sport Nutr., n. 6, p. 191, 1996.
4. CARTEE, G. D. Aging skeletal muscle: response to exercise. Exerc. Sport Sci. Rev. n. 22, p. 91, 1994.
5. CARVALHO T. Modificações dietéticas, reposição hídrica, suplementos alimentares e drogas: comprovação de ação ergogênica e potenciais riscos para a saúde. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 9, n. 2, p. 43-55, abr.-2003.
6. CLARKSON, P. M. Nutrition for improved sports performance. Current issues on ergogenic aids. Sport Med., n. 21, p. 393, 1996.

7. HAWLEY, D. et Al. Journal of sports Sciences. Exercise mitigates the association of abdominal obesity with high-density lipoprotein cholesterol in premenopausal women: results from the third National Health and Nutrition Examination survey. J. Am. Diet Assoc., n.100, p. 1347, 2000.

8. KNUTTGEN, H.G. LOMI, P.V. Basic definitions for exercise. In: Strength and power in sport: the encyclopaedia of sports medicine. An IOC medical commission publication in collaboration with the International Federation of sports Medicine., p. 3-9, 1994.

9. KOMI, P.V. Stretch-shortening cycle. In: Strength and power in sport. Oxford: Blackwell Science, p.169-179, 1994.

10. KUBENA K. S.; MCMURRAY D. Nutrition and the immune system: a review of nutrient-nutrient interactions. J. Am. Diet Assoc., n. 96, p.1156-1164, 1996.

11. KURTZWEIL P. An FDA guide to dietary supplements. FDA Consumer; v. 50, n. 32, p. 28-35, 1998.

12. MORISON, L. et al. Prevalent Use of dietary supplements among People Who Exercise At a Commercial Gym. Sports nutrition exercise metabolism - IJSNEM, v. 14, n. 4, august.2004.

13. PEREIRA R. et al. Supplement consumption among fitness center users in São Paulo, Brazil. Rev. Nutr., Campinas-SP, v. 16, n.3, p.265-272, 2003.

14. RACETTE S. B. Creatine supplementation and athletic performance. J. Orthop Sports Phys. Ther., v. 33, n. 10, p. 615-621, 2003.

15. ROCHA L. P.; PEREIRA M. V. L. Consumo de suplementos nutricionais por praticantes de exercícios físicos em academias. Rev. Nutr. , 11(1):76-82. 1998.

16. SLATER, G, TAN, B. e col. Dietary supplementation practices of Singaporean athletes. Int. J. Sport Nutr. Exerc. Metab., v. 13, n. 3, p. 320-332, 2003.

Teoria do Construtivismo como propostas educativas nas práticas laboratoriais e dinâmicas ambientais no ensino de ciências biológicas para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Nayla Marçon da SILVA¹

Prof. Dr. Cristiano Pereira da SILVA²

RESUMO

O estudo a seguir, visa discutir e abranger a forma de aprendizado dos alunos em relação à idéias prévias com idéias científicas, como também, saídas para a educação ambiental relacionando a forma de se educar alunos em sala de aula. O aluno muitas vezes não consegue discernir e diferenciar suas idéias prévias das científicas causando interrupções em sua aprendizagem. O construtivismo oferece formas alternativas de ensinar ciências a séries iniciais viabilizando o melhor entendimento dos conteúdos apresentados. Com o caos que o planeta se encontra encontrou-se a necessidade de conscientização dos indivíduos que nele habitam. Evidentemente, a faixa etária que mais se adéqua devido a facilidade de se lidar e mudar a forma de pensar são crianças e adolescentes, quanto mais cedo se ensina, mais pode-se mudar o comportamento das pessoas ao redor, já que os pequenos são os maiores aliados para contribuir com esse ensinamento. Contudo, o que se encontra em escolas e instituições não governamentais são maneiras de forma repetitivas e meios tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE

Construtivismo, Educação Ambiental e mudança conceitual

INTRODUÇÃO

Eduardo Fleury Mortimer traz em seu artigo críticas a serem discutidas em relação ao construtivismo e a mudança de estratégias de ensino, tentando analisar e compreender as concepções dos estudantes permitindo relacioná-las e diferenciá-las dos conceitos aprendidos na escola. Sendo que as palavras-chaves deste documento são: construtivismo, mudança conceitual e perfil conceitual.

Foi na década de 70 que os estudos e as pesquisas se voltaram para outra direção, essas que partiram contrariando aquelas que, até então, não se encontrava

AUTORES

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia.

² Orientador: Docente de Química e Bioquímica das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS.

nas idéias de Piaget e seu seguidores. Já para Driver & Easley, criticam num artigo a excessiva ênfase ao desenvolvimento das estruturas lógicas, o fez com que Piaget não desse importância a opinião e as sugestões de idéias das crianças.

O autor ainda relata o pensamento de Viennot que diz que essas sugestões e idéias das crianças estão ligeiramente ligadas ao contexto do problema em que se passa e bastante resistentes às mudanças, sendo encontrado esse tipo de comportamento facilmente entre os alunos universitários.

O programa de pesquisa que foi relatado aqui chamasse ACM (Alternative Concepts Movement) e teve grandes influências nos últimos anos sobre o número de estudos realizados que resultou no aumento do conhecimento sobre as concepções dos estudantes. Essas pesquisas contribuíram para fortalecer o construtivismo englobando o ensino-aprendizagem e que apesar das enormes formas de compartilhamento sobressai duas: a que o aluno deve participar ativamente da aula para a construção do conhecimento e que os conhecimentos prévios que esses obtiverem tem um papel importante na formação do processo de aprendizagem.

Reinou uma calma sobre o ensino de ciências nos últimos 20 anos decorrente do uso da mesma linguagem por diferentes versões do construtivismo, o que levou pesquisadores a falarem de uma “fase pré-paradigmática” das pesquisas em educação científica. A partir daí, o construtivismo começou a dar sinais de esgotamento, onde começaram a criticar as bases filosóficas do construtivismo. As críticas ficaram contidas num artigo de Millar, em 1989, no *International Journal of Science Education*. Millar mostra que o modelo construtivista não tem como consequência um modelo construtivista de instrução e que o fato de a aprendizagem ser um produto intermediário entre a concepção pré-existente e as novas experiências não define que as estratégias de ensino tenham que apresentar os mesmos passos no processo de instrução que é primeiramente recolher as idéias existentes, depois colocá-las em discussões para clareá-las surgindo conflitos e novas idéias e finalmente, efetuar a revisão do progresso de entendimento através de comparações de idéias prévias e recém formadas.

No artigo, Eduardo tenta estabelecer um modelo alternativo através de discussões críticas, que possa ser compreendido as concepções do estudante e ao mesmo tempo diferenciá-las dos conceitos científicos aprendidos na escola, permitindo entender a evolução do conhecimento dos alunos em sala de aula e não substituindo essas por idéias científicas, mas sim, as duas convivendo juntamente. A partir daí, situa-se a convivência do saber escolar com o científico em cada contexto conveniente em cada momento.

Alguns modelos a serem aplicados na mudança da história de ciências foi-se passado para o ensino desta, gerando estratégias de mudança para o ensino. Ao pensamento de que as idéias alternativas das crianças ainda podem ser transformadas em idéias científicas, expondo-as em situações de conflitos juntamente com as estratégias encontradas, torna-se claro na fala de MORTIMER:

Os modelos filosóficos aplicáveis às mudanças conceituais ocorridas na história da ciência são transplantados para o ensino de ciências, gerando as famosas estratégias de ensino para a mudança conceitual... Ao mesmo tempo, essa proximidade reforça a crença de que as idéias alternativas das crianças poderão ser transformadas em idéias científicas, desde que expostas a situações de conflitos, normalmente propiciadas por “experimentos cruciais”. O monitoramento desse processo levará à superação do conflito, seja pelo abandono das idéias anteriores, seja por sua subsunção as idéias científicas, mais poderosas.

Através das perspectivas, nascem novas estratégias onde reencarna o empirismo acreditando que é possível modificar e construir novas idéias a partir da experiência sensorial.

O construtivismo tem apontado um problema importantíssimo, que é a falta de preparação dos professores para atuar segundo as perspectivas que se espera. O paradigma do construtivismo tem gerado estratégias que tentam ampliar o conhecimento que o educando já possui, ou então, organizar os conhecimentos deste. Em sala de aula, a aplicação das estratégias de ensino, tem um custo benefício desfavorável, pois, perde-se tempo ensinando apenas conceitos afirmando o que o aluno já sabe aumentando a consciência de suas concepções e não resultando em conceitos científicos, que é o esperado. O estudante tem que ter uma nova maneira de pensar e explicar os acontecimentos. Segundo o Eduardo deve-se obter uma “enculturação”, que associa as práticas da comunidade científica com as formas particulares de se pensar.

Na teoria de equilíbrio de Piaget, muitos professores não percebem que a falta de informação, que gera uma lacuna no aprendizado, é mais importante do que o conflito entre as idéias do estudante. Outra característica piagetiana, é que muitas das dificuldades estão relacionadas à forte poder de explicações. O aluno permanece num plano de esquemas, onde não passa para o campo de generalização das explicações a fenômenos diversos. O ensino de ciências deveria dar suporte para superarem as dificuldades de generalização.

Os educandos encontram dificuldades em reconhecer e vivenciar conflitos, gerando certas quietações em discussões em grupo na sala de aula, isso porque o aluno não tem conhecimento necessário para estar expondo suas opiniões. Na teoria piagetiana, quando há a existência de uma perturbação, não significa que ocorrerá a superação da idéia inicial. Enquanto o aluno não reconhecer essa perturbação, não ocorrerão mudanças, e essas ficarão inalteradas.

Diante do contexto apresentado, o presente trabalho tem como principal objetivo discutir a importância das aulas práticas de laboratórios no ensino de ciência para o ensino fundamental, discutida dentro dos parâmetros construtivista.

2. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO.

Um modelo de ensino mais discutido hoje em dia é o ensino por analogias, que decorreu devido as dificuldades de lidar com idéias prévias dos alunos. Nesta estratégia, o aluno não fala sobre suas idéias alternativas e não precisa ficar consciente do conflito ou do processo de ensino. Os educandos apenas são informados da similaridade entre as tarefas. Desse modo, para o aluno, não há conceito errado e nenhuma aprendizagem ocorre, ele apenas entende situações análogas, não havendo o risco de perderem sua auto-confiança ou acreditarem em idéias erradas. Para aquelas estratégias que usam o conflito como cognitivo, o destino das idéias do aluno é o resultado da contradição. Já naquelas que são baseadas por analogias, é o resultado das idéias iniciais serem integradas a uma idéia mais poderosa.

Algumas visões acredita-se que com o conhecimento se ampliando cada vez mais, leva-se à construção de estruturas conceituais mais poderosas. Resumindo essa teoria, Fodor explica: “Uma criança em desenvolvimento constitui uma série de lógicas tais que cada lógica contém literalmente a precedente, sendo a relação “contém” assimétrica. As lógicas tornam-se cada vez mais fortes, no sentido em que cada lógica ulterior contém a lógica anterior como uma de suas partes”.

Na sociedade, existe a cultura, que acaba infringindo conceitos científicos e mais sofisticados, como exemplo Eduardo cita o calor. Sabendo-se que a lã é um excelente isolante térmico, evitando que o corpo ceda calor ao ambiente. Muitos iriam rir simplesmente da pessoa que tivesse um conhecimento mais profundo sobre o assunto e falasse isso. E para aqueles com menos conhecimento isso seria de tom sutil, pois para eles a lã serve para estancar o frio, ou seja, serve para esquentar o corpo.

Para o autor, no conhecimento de aprendizagem de ciências, os alunos não estão envolvidos com as fronteiras do conhecimento, e que, aprender ciências está

muito mais relacionado a se entrar num mundo que é diferente do mundo cotidiano. Tentando mostrar a dificuldade dos educandos em abandonarem suas noções do dia-a-dia, vários estudiosos se empenharam para esclarecê-la. Scott (1987), concluiu que a mudança conceitual não parece um título apropriado para o que se observa no processo: “No lugar de mudança conceitual parece haver um desenvolvimento paralelo de idéias sobre partículas e das idéias já existentes (...). O desenvolvimento paralelo de idéias resulta em explicações alternativas que podem ser empregadas no momento e situação apropriados.” Assim, fica claro que, as idéias alternativas dos alunos surgiram através da linguagem e representações simbólicas da sua cultura.

Para Daniela Corrêa da Rosa, autora de um segundo artigo mencionado neste, tem como base discutir a importância, a necessidade e a possibilidade de se trabalhar noções e conceitos com alunos das séries iniciais de Ensino Fundamental. O ensino de ciências vem se degradando cada vez mais, um dos motivos é que o professor dessas séries não tem apenas uma disciplina a dominar, ele lida com várias (matemática, português, ciências, entre outras), e a falta de domínio da disciplina a ser ensinada acaba trazendo problemas ao ensino.

O conteúdo de ciências acaba sendo desvinculado da realidade em que o aluno vivencia adaptando-se apenas nos livros didáticos. Devido a dois fatores as aulas ministradas não têm surtido nenhuma aprendizagem mínima de conceitos científicos. O primeiro seria a demasiada valorização, que para professores a atividade experimental é o acesso aos conteúdos científicos, e o segundo, é que o único material usado para o planejamento das aulas de ciências é a utilização de apenas um livro didático.

Alguns professores inserem experiências em suas aulas, porém, é considerado “experiência pela experiência”, onde não há relação e que acaba sendo de pouca contribuição para determinado assunto que está sendo abordado. Com relação aos textos não didáticos, os docentes, preferem não utilizá-los por conterem assuntos mais abrangentes e complexos.

O ensino de ciências necessita de reformulação tanto no programa curricular como nas formas de se trabalhar os conteúdos. Recomenda que inclua também os alunos na reestruturação para que ocorra a participação deste incentivando-o a compreender a Ciência e a Tecnologia.

Em uma discussão da UNESCO, realizada em 1983, encontra-se algumas referências importantes sobre a contribuição da educação de ciências para os alunos das séries iniciais. Essas dizem que as ciências contribuem para que a crianças possa entender e resolver os fatos que acontecem em seu dia-a-dia e que a ciências e a suas

aplicações à tecnologia, pode ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

ROSA ainda explica:

[...] Partimos do pressuposto de que a construção do conhecimento envolve formulações de hipóteses resultantes da interação dos alunos com os objetos de conhecimento e, de que as crianças na faixa etária entre seis e doze anos já possuem capacidade de compreensão, do ponto de vista cognitivo, para o trabalho com noções científicas relativas a fenômenos naturais e a “produtos tecnológicos” que estão ao seu redor.

O processo que possibilita o aluno a desenvolver as competências e capacidades no domínio da linguagem científica e dos processos de tecnologias em seu cotidiano é chamado de Alfabetização Científico-Tecnológica. Uma pessoa só é considerada cientificamente alfabetizada quando compreende assuntos de forma científica.

Analisando o artigo “SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL ATRAVÉS DA ARTE, que tem como autores: Bruna Ribas Russ, Doriane Conceição de Almeida e Maurício Savi, torna-se claro a importância da educação ambiental para crianças e adolescentes em sala de aula.

Percebendo-se fatos que estão contribuindo com a degradação do ambiente, fica em evidência que é de extrema urgência propor sistemas educacionais que priorizam modificações comportamentais à ações predominantemente relacionadas ao meio ambiente. O ensino em escolas está relacionado a uma estrutura que eleva a um modelo mecânico, de repetição, gerando informações compartimentadas.

Para uma melhor aceitação dos conteúdos propostos é viável que se apresente ferramentas com caráter educacional ambiental à alunos da fase inicial do processo de ensino-aprendizagem. Para Leff (2002), o homem se distanciou da natureza devido a crise ambiental e o modo de pensamento da visão utilitarista.

Para os alunos se sentirem responsáveis e participativos, necessita-se de aulas dinâmicas e que possibilitem a participação destes.

Os autores realizaram pesquisas onde obtiveram como resultados a ausência da atenção relacionada à construção e práticas da Educação Ambiental. A conscientização do meio ambiente vem sendo realizadas através de palestras e oficinas de trabalho de capacitação que seriam os meios tradicionais. Evidentemente, os gestores públicos, acabam lidando com as faixas etárias mais antigas.

Esferas governamentais afirmam que estabelecem parcerias com agências

públicas e instituições privadas onde se prioriza projetos a longo ou permanente prazos. Quando estas relações enfocam como prioridade os conceitos que abrangem componentes distintos da natureza como a conservação da terra, o uso consciente da água, o que se deve fazer com os resíduos, etc., pode ser considerado como ponto positivo. Já quando se torna repasse orçamentário, sem o compromisso qualitativo das ações, considera-se negativo. Ainda necessita de parcerias que ampliem e viabilizem a educação ambiental com o meio didático.

Nas ONGs e escolas não há projetos estreitamente restritos a educação ambiental e sim conteúdos de forma a serem inseridos nas atividades. No artigo ainda é citado as escolas de Waldorf, que possuem o currículo diferenciado das demais, que se baseiam na Antroposofia, que busca o conhecimento do humano relacionando-o com a natureza. Essas têm o cuidado de transmitir o conhecimento através da arte.

O ensino e a compreensão dessa educação é dividido em três momentos, sendo o primeiro da faixa etária de 0 a 7 anos, que é onde a criança busca imitar o adulto. Já no segundo, que varia dos 7 aos 14 anos, as crianças começam a se relacionar com o mundo e estão sensíveis esteticamente, necessitando de um adulto para orientá-las. No último momento que é a fase acima dos 14 anos, o professor deve interagir de forma que leve o aluno a elaborar raciocínios coerentes.

Concluindo o artigo, os autores ainda afirmam:

Analizando projetos de educação ambiental na interface governamental, estes demonstram maior estrutura física e organizacional. Desta forma, apresentam maiores possibilidades e abrangência física. Porém a repetição de meios e métodos tradicionais de envolvimento, estímulos e técnicas de sensibilização, sem vínculos pedagógicos inovadores, proporcionando maior alcance junto ao público adulto e mesmo que não intencionalmente ocorre a exclusão ou aportes insuficientes nas faixas infantis e pré-adolescentes.

Como os aspectos não governamentais encontram-se trabalhos que priorizam o mecanismo, tornam-se carentes as estruturas diminuindo o alcance dos objetivos.

Com relação à José Silva Quintas, relata o artigo 225 da Constituição Federal:

O artigo 225 da Constituição Federal ao estabelecer o

“meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também, atribui ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Devido o contexto do artigo 225, a equipe do IBAMA vem construindo uma proposta denominada Educação no Processo de Gestão Ambiental ou Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. Este exige profissionais capacitados e habilitados que dominem o conhecimento para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem com jovens e adultos. Esta educação não é uma nova Educação Ambiental e sim outra concepção de educação que toma o espaço da gestão ambiental na organização do processo de ensino-aprendizagem.

As pessoas estabelecem relações atribuindo significados à natureza, enxergando-a como objeto lucrativo, instituindo funções sociais (econômico, estético, sagrado, lúdico, etc.). A existência dos danos ambientais pode ser compreendida através da relação que há entre os aspectos que qualificam as relações na sociedade com os aspectos próprios do meio físico-natural. A problemática ambiental busca no ato pedagógico a construção do conhecimento sobre o mundo.

Caberia a Educação Ambiental promover a mudança de comportamento do indivíduo em relação ao meio ambiente e os recursos naturais.

3. CONCLUSÕES

Já em questão de como se ensinar ciências nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o construtivismo visa, de forma qualificadora, oferecer aos alunos a interação dos seus conhecimentos prévios com as idéias científicas apresentadas. Os educadores encontram dificuldades em fazer essa junção, muitas vezes chega até ser por falta de motivação e de recursos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RUSS, Bruna Ribas; ALMEIDA, Doriane Conceição de; SAVI, Maurício. SENSIBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA ARTE. 06/2009.

QUINTAS, José Silva. EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓ-

RIA.

MORTIMER, Eduardo Fleury. CONSTRUTIVISMO, MUDANÇA CONCEITUAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: PARA ONDE VAMOS?

ROSA, Daniela Corrêa da. POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS NAS SÉRIES INICIAIS NUMA PERSPECTIVA DE ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA.



CONEXÃO

Humana

IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS¹

Ellen Patrícia Milhan Freschi¹

Joana Maria Matos Machado³

Lidiane Antônia Ferreira²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo contextualizar a Política de Assistência Social e a sua implantação no município de Água Clara/MS. O trabalho é resultado de pesquisa qualitativa. Utilizamos para a coleta de dados a pesquisa de campo, através de entrevista com os responsáveis pelos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social e pesquisa documental, para termos de conhecimento da realidade. O município, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) atualmente se encontra classificado como de pequeno porte, habilitado na gestão básica e disponibilizando serviços sócio assistenciais vinculados a proteção social básica e especial de média complexidade.

PALAVRAS-CHAVE

Política de Assistência Social; Município de Água Clara; Implantação da Política de Assistência Social.

1 Trabalho apresentado à Universidade Católica Dom Bosco, curso de Pós-Graduação Lato Sensu, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais com ênfase no Território e na Família.

INTRODUÇÃO

Com as transformações sociais e econômicas vividas na década de 80 pela sociedade brasileira, houve a articulação de movimentos e lutas sociais que culminaram em grandes conquistas, tendo como principal, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e posteriormente das legislações da Assistência Social (Lei

AUTORES

1 Assistente Social, atualmente exercendo a atividade no CRAS de Água Clara-MS; aluna regular do curso de pós-graduação em Políticas Sociais com ênfase no Território e na Família na Universidade Católica Dom Bosco.

2 Assistente Social, atualmente exercendo a atividade no CREAS de Água Clara-MS; aluna regular do curso de pós-graduação em Políticas Sociais com ênfase no Território e na Família na Universidade Católica Dom Bosco.

3 Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela UNESP, professora da UCDB e orientadora deste trabalho.

Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)), que estabeleceram novas diretrizes e princípios para a execução da Política Pública de Assistência Social. Dessa forma, a partir da CF/88, a Assistência Social passa a constituir o tripé da Seguridade Social, garantindo assim, direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros.

A implantação da Política de Assistência Social a partir de então, paulatinamente começou a ser implantada nos municípios brasileiros.

O município de Água Clara encontra-se entre os municípios de pequeno porte, habilitado na gestão básica e disponibilizando serviços sócio assistenciais vinculados a proteção social básica e especial de média complexidade. A implantação da Política de Assistência Social no município vem se efetivando a partir do ano de 2004.

Para caracterizarmos a implantação e implementação da referida Política no município de Água Clara, utilizamos a pesquisa documental e pesquisa de campo.

Evidenciamos neste trabalho dessa forma, a atual organização da assistência social, e a disponibilização de serviços sócio assistenciais, voltados à proteção social, exercida no município por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), além do controle social exercido pela população.

Assim, concluímos o presente estudo apresentando considerações pontuais sobre a temática, considerando a responsabilidade da execução da Política de Assistência Social não só responsabilidade dos órgãos gestores, mas também acima de tudo da sociedade civil, que por meio do controle social, exercido no município de Água Clara/MS por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), pode e deve contribuir para a construção desse processo.

Assinalamos que para que haja efetividade nas Políticas Públicas é necessário desenvolver uma cultura de participação e fiscalização, com reflexões éticas e políticas com os sujeitos atuantes como conselheiros do CMAS.

1. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: BREVE ENSAIO.

Para se caracterizar a Política de Assistência Social é necessário que analisemos a realidade social e a sua dinâmica econômica e política, construída na sociedade brasileira. Processo este, por natureza, dialético, contraditório, plural e permanente, pois sua historicidade foi construída no contexto das relações sociais capitalistas.

Nessa perspectiva, destaca-se o neoliberalismo no Brasil; o capitalismo devastador que provoca grandes estragos econômicos e sociais, excluindo cada vez mais pessoas da ordem do mercado e, para os que conseguem resistir a este, tem seu trabalho precarizado, explorado, desvalorizado e seus direitos violados em favor da acumulação de capital e de um sistema que visa a desresponsabilização do Estado diante da questão social.

Na década de 80, em meio a grandes embates, houve avanços sociais e o Serviço Social brasileiro também passou por intensas reflexões teóricas. A sociedade se fortaleceu por meio dos movimentos sociais, da consolidação da democracia, principalmente com a inserção e a ampliação da classe popular no cenário político.

E foi neste cenário sócio-político que foi promulgada a Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, garantindo direitos a todos os cidadãos brasileiros e abordando os princípios de liberdade, igualdade e de equidade, como valores fundamentais da condição humana.

A partir de então, a Assistência Social foi instituída como política pública, incluída no âmbito da Seguridade Social, configurando o tripé, juntamente com a saúde e a previdência social. Constituindo-se, assim, como política de proteção social articulada a outras políticas do campo social voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida, trazendo uma nova concepção para a Assistência Social brasileira: o direito social.

Sobre o direito social a Constituição Federal estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Art. 6º CF/88).

Abordando a concepção de legitimação e garantia de direitos é que Di Giovanni (1998: 10) entende por proteção social

As formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] neste conceito, também as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção fazem parte da vida das coletividades.

Outra conquista legal a ser ressaltada no âmbito da assistência social é a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei n.º 8.742 de 27 de dezembro de 1993, que vem regulamentar os artigos 203 e 204 da CF de 88 e organiza a assistência social no país, rompendo com a abordagem antes vigente na área, em que serviços e auxílios assistenciais eram ofertados de forma paternalista, como dádivas ou benesses de forma descontínua e sem maiores preocupações com a qualidade, na medida da disponibilidade de recursos e dos interesses políticos dos governantes, ou de exercer o controle social sobre os grupos pobres e marginalizados, ou de obter legitimação e, principalmente apoio político-eleitoral. (BARBOSA, 1991).

Os princípios básicos da LOAS, estão definidos no art. 4º:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão (LOAS, 1993).

Estas foram conquistas legais, que garantem prioritariamente a intervenção junto às famílias, de maneira que a LOAS, em seu art. 1º, define a assistência social como:

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Em meio a essas conquistas encontra-se a consolidação do Controle Social

conforme já previsto na CF⁴, constituindo-se exercício democrático de gestão pública pela sociedade civil. Neste aspecto a LOAS efetiva a participação popular, sendo este um dever constitucional⁵.

O Controle Social é realizado por meio de conselhos. No caso da política de Assistência Social, por meio do Conselho da Assistência Social. Os conselhos possuem caráter deliberativo, com composição paritária, no âmbito federal, estadual e municipal, como um novo canal de participação legalmente afirmado para o exercício da gestão democrática.

Nesse sentido, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (MDS, 2005).

Segundo a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS, 2009) o SUAS é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Devendo,

[...] regular em todo território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógico de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil. (SETAS, 2009: 27)

Nesse âmbito, o SUAS define e organiza elementos essenciais e imprescindíveis a execução da Política de Assistência Social. Estabelecido a partir dos seguintes eixos estruturantes:

- Precedência da gestão pública da política;
- Alcance de direitos sócio assistenciais pelos usuários;
- Matricialidade sócio familiar;
- Territorialização;

4 Ressaltamos que nesse contexto foram regulamentadas as políticas de seguridade social e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069/90 – dentre outras legislações.

5 A respeito, ver Art. 5º inciso I da CF 1988.

- Descentralização político-administrativa;
- Financiamento partilhado entre os entes federados;
- Fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- Valorização da presença do controle social;
- Participação popular/cidadão usuário;
- Qualificação de recursos humanos;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados. (SETAS, 2006: 19-20)

A consolidação da PNAS demonstra a articulação da construção coletiva na perspectiva do SUAS; ressaltando no campo da informação, de modo que:

[...] a ampliação de comunicação tem um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como meios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social. (PNAS, 2004: 52)

Para a operacionalização da PNAS foi construída a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2005), aprovada pela resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que regulamenta o SUAS nas três esferas de governo, revisando as bases operacionais legais, buscando disciplinar a operacionalização da gestão da PNAS, sendo estabelecido em seu conteúdo:

- a) caráter do SUAS;
- b) funções da política pública de assistência social para extensão da proteção social brasileira;
- c) níveis de gestão do SUAS;
- d) instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS;
- e) financiamento;
- f) regras de transição. (MDS, 2005: 86)

Portanto, a NOB em vigor, foi revista e editada no ano de 2005, visando a operacionalização da gestão da política de assistência social, de acordo com a CF de 1988, a LOAS, a PNAS e legislações complementares, tendo em vista a construção e a busca pela legitimação do SUAS, estabelecendo um trabalho profissional amplo e coletivo, que incide na

[...] divisão de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo; os níveis de gestão de cada uma dessas esferas; as instâncias que compõem o processo de gestão e controle dessa política e como elas se relacionam; a nova relação com as entidades e organizações governamentais e não-governamentais; os principais instrumentos de gestão a serem utilizados; e a forma da gestão financeira, que considera os mecanismos de transferência, os critérios de partilha e de transferências de recursos. (MDS, 2005: 84)

Desse modo, o SUAS, é um modelo de gestão que objetiva consolidar o sistema descentralizado e participativo instituído pela LOAS, responsável pela definição e organização dos elementos essenciais e “imprescindíveis a execução dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura de serviços e de rede socioassistencial” (PNAS, 2004: 41).

1.1. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE ACORDO COM O SUAS

De acordo com os preceitos sistematizados no SUAS, os serviços socioassistenciais, constituem-se em atividades continuadas que visam à melhoria da qualidade de vida da população; essas ações estão organizadas seguindo as referências: Proteção Social (Básica e Especial), Vigilância Social e Defesa Social e Institucional. Sendo:

- **Proteção Social (Básica e Especial):** refere-se à garantia das seguintes seguranças: segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, segurança de convívio ou convivência familiar e segurança de acolhida.
- **Vigilância Social:** refere-se à produção, sistema-

tização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e a violação de direitos.

- **Defesa Social e Institucional:** a proteção básica e especial deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa. (SETAS, 2009: 28)

Esses serviços socioassistenciais, por sua vez, devem ser ordenados em rede e são classificados por nível de complexidade: proteção social básica, proteção social especial de média e alta complexidade.

Proteção social básica é destinada à população em situação de vulnerabilidade social, econômica e cultural, o que pode ser consequência da pobreza, exclusão do mercado de trabalho, ausência de renda, precariedade nos serviços públicos, assim como da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social, laços familiares e comunitários. Os serviços de proteção social básica devem se articular com as demais políticas públicas locais de modo a

[...] garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.” (MDS, 2005: 34-35)

A proteção social especial divide-se em média e alta complexidade. Sendo a proteção especial de média complexidade destinada à família ou indivíduo em situação de violação de direitos em que os vínculos familiares estão fragilizados, mas não rompidos, abrange a garantia dos direitos e o encaminhamento à rede de atendimento socioassistencial, compreendendo a segurança do convívio ou vivência familiar

[...] fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros

e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (MDS, 2005: 36).

Proteção social especial de alta complexidade é destinada a indivíduos que já encontram-se com os laços familiares e comunitários rompidos, sendo garantido, assim, proteção integral, que segundo MDS (op. cit.: 38), constituem-se em garantia a moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência, e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Os serviços socioassistenciais elencados acima são ofertados nos municípios em conformidade com o nível de gestão – Inicial, Básica e Plena - em que estão enquadrados conforme ilustrado no quadro abaixo:

Classificação dos Municípios por Porte	Nº de Habitantes	Municípios de MS		Brasil (5.564 municípios)
Pequeno I	Até 20 mil	57	72%	73%
Pequeno II	De 20.001 a 50.000	16	21%	17,5%
Médio	De 50.001 a 100.000	3	4%	5,5%
Grande	De 100.001 a 900.000	2	3%	3,8%
Metrópole	Mais de 900.000	0	0%	0,3%

Os municípios de Pequeno e Médio porte podem ser enquadrados na gestão básica, enquanto que os municípios de grande porte e metrópoles na gestão plena, e quando o município não se enquadra tanto na gestão básica quanto na gestão plena este é habilitado na gestão inicial. A habilitação em níveis de gestão não é realizada com base na classificação por porte, mas sim na arrecadação municipal, e se os recursos serão suficientes para o provimento dos serviços socioassistenciais.

Quando o município é habilitado na gestão inicial este recebe recursos da União, conforme critérios pactuados pelos pisos de transferência de recursos⁶. Estes municípios configuram-se aos que cumprem requisitos anteriores aos da NOB/SUAS.

Explanamos que os municípios habilitados em gestão básica assumem a

⁶ Sobre critérios de transferências, ver MDS (2007).

gestão da proteção social básica na assistência social, no qual o órgão gestor tem o dever de assumir a responsabilidade de organização a proteção básica no município, que caracteriza-se pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que venham a

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições [...], responsabilizando-se pela oferta de benefícios, programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, e transferência de renda e que vigiem direitos violados ao território (MDS, 2007: 68).

Assim destaca-se a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no âmbito dos municípios, visto que este deve ser localizado na área com maior número de indivíduos e famílias em vulnerabilidade social.

Os municípios em gestão plena constituem

[...] os que possuem o total das ações da assistência social, sejam elas financiadas pelo FNAS, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidade Beneficente da Assistência Social. (MDS, op. cit.: 69)

Ressaltamos que analisando os níveis de gestão em que são caracterizados os municípios, concluímos que a proteção social básica será disponibilizada em todos os municípios; contudo as atividades relacionadas à proteção social especial devem ser estruturadas nos municípios em gestão plena. Cabendo aos municípios habilitados em gestão inicial e básica articular esses serviços em âmbito regional, o que pode ser pactuado por meio de consórcios, convênios estaduais e/ou intermunicipais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS.

O surgimento do município de Água Clara/MS, na década de 20, está intrin-

secamente relacionado à chegada dos trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB). O povoado, denominado Rio Verde⁷ era Distrito de Paz do município de Três Lagoas (JUSTINO, 2008).

Com o passar dos anos e com o aumento do número de habitantes e atividades desenvolvidas no povoado, foi aprovado na Assembléia Legislativa do Estado a municipalização do povoado, o que gerou divergência tendo em vista os interesses conflitantes.

Após diversos embates, no dia 03/12/1953 foi aprovada a lei de municipalização do povoado, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso⁸ e encaminhada para o governador, na ocasião Fernando Corrêa da Costa, sancionar a Lei nº 676, que entrou em vigor em 01/01/1954.

O município de Água Clara está localizado na região Bolsão do Estado de Mato Grosso do Sul, distante 187 Km da capital, Campo Grande, e 135 Km do município de Três Lagoas. Localizada em ponto com características estratégicas devido à proximidade com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Água Clara, com uma área total de 11.031,07 Km², equivalente a 3,09% da população total do Estado de Mato Grosso do Sul, conta com uma população de 13.181 habitantes, segundo a contagem da população em 2.007, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹. Possui três distritos na área rural: São Domingos, Pouso Alto e Bela Alvorada, com difíceis estradas de acesso.

A atividade econômica do município tem como principais fontes a pecuária, agricultura, a indústria madeireira e do carvão vegetal. Conta ainda com a agricultura de subsistência com o cultivo de arroz, feijão, mandioca e amendoim.

Entretanto, as principais fontes de renda (indústria madeireira e do carvão vegetal) utilizam trabalhadores que não possuem vínculo de emprego constante, o que gera subemprego, e, em decorrência disso, constata-se a formação de bolsões de pobreza na periferia do município.

As famílias consideradas abaixo da linha de pobreza são submetidas a um sistema seletivo e excludente, a exclusão socioeconômica desqualifica a população impossibilitando o seu acesso às condições mínimas de sobrevivência como trabalho, alimentação, moradia, saúde, educação e infra-estrutura básica.

A condição socioeconômica de grande parte da população não permite a

7 O nome vem do rio de maior afluência, de mesmo nome, que passa pelo município.

8 O estado de Mato Grosso ainda não estava dividido, o que aconteceu posteriormente no ano de 1.977.

9 A respeito da contagem realizado pelo IBGE no ano de 2007 <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/MS.pdf>

inserção social, seja em termos de participação no setor produtivo, seja no mercado consumidor. Como a economia local oferece pequeno número de postos de trabalho no comércio e no setor de serviços públicos e privados, observa-se um baixo percentual de população economicamente ativa, o que representa uma demanda sempre crescente de recursos em políticas sociais compensatórias. A situação descrita compromete a qualidade de vida da população.

Entre os serviços municipais oferecidos estão: três Postos de Saúde da Família (PSF), um Posto de Saúde Central, um Hospital Municipal, duas Creches Municipais, duas Escolas Estaduais, uma Pré Escola Municipal, duas Escolas Municipais, duas Escolas Particulares, um Ginásio de Esportes, diversas organizações religiosas e Organizações Não Governamentais (ONGs): Pastoral da Criança, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Rotary Clube, Rotaract, Interact, Casa da Amizade, Maçonaria e Casa de Recuperação Nova Vida (CARPENVI).

2.1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS.

De acordo com a NOB/SUAS, o município de Água Clara enquadra-se na classificação de pequeno porte I¹⁰ e está habilitado na gestão básica, disponibilizando serviços socioassistenciais voltados a proteção social básica.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), constitui-se

[...] unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (MDS, 2005: 35)

As ações desenvolvidas no âmbito do CRAS visam à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário; sendo este responsável pela oferta de serviços do PAIF, que é dirigido ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; sendo seu recurso pactuado pelas diferentes esferas de governo.

Nesse contexto, o CRAS presta atendimento socioassistencial e realiza encaminhamentos a rede de proteção social básica em cada localidade. Tal serviço necessita de uma equipe multiprofissional composta por: 1 assistente social, 1

10 Município de até 20 mil habitantes/5.000 famílias – mínimo de 01 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas. A respeito ver MDS, 2005.

psicólogo, 1 auxiliar administrativo, 4 estagiários de serviço social e 1 coordenador, de acordo com sugestão prevista no Guia de Orientação Técnica da Proteção Social Básica (MDS, 2005).

O município de Água Clara conta com 1 CRAS, sendo este implantado no segundo semestre do ano de 2004, situado na zona urbana do município em região de grande vulnerabilidade social. Tem como fonte de financiamento recursos pactuados pelo governo federal e municipal.

A estrutura disponível no prédio do CRAS constitui-se em: sala para entrevista, sala para reunião com grupo de famílias, banheiro, cozinha, almoxarifado, espaço para grupos socioeducativos e de convívio, telefone, computador com acesso a internet.

O quadro de profissionais é composto por: 1 assistente social, 1 psicóloga/coordenadora, 1 auxiliar administrativo, 1 coordenadora do Programa Municipal de Cesta Básica, 1 auxiliar de serviços gerais e 4 estagiários de serviço social¹¹.

Nas ilustrações abaixo, poderá ser visualizado o funcionamento e os atendimentos no CRAS do município nos meses de Novembro e Dezembro do ano de 2008:

1. Total de Famílias cadastradas no CRAS: 823

2. Total de Famílias atendidas:

Novembro:	257
Dezembro:	381

3. Total de famílias atendidas no Bimestre: 638
 Dentre estas são:

Beneficiárias do PBF ¹² :	313
Beneficiárias do BPC ¹³ :	03

11 O quadro de estagiários de serviço social é composto por acadêmicos do município que são alunos regularmente matriculados no Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS (AEMS).

12 Programa Bolsa Família.

13 Benefício de Prestação Continuada.

4. Atendimento por faixa etária:

Faixa Etária	Nº. de Famílias	Feminino	Masculino
De 0 a 5 anos	16	33	19
De 6 a 15 anos	21	32	13
De 16 a 24 anos	45	71	46
De 16 a 24 anos	433	303	98
Acima de 65 anos	29	17	11
Total de atendimentos	538	413	219

Fonte: Relatório bimestral (novembro/2008 – dezembro/2008) CRAS/Água Clara-MS.

São desenvolvidas ainda atividades socioeducativas com as famílias, por meio de palestras e oficinas, visitas domiciliares, cursos de geração de renda, eventos e campanhas socioeducativas, e também encaminhamento de famílias e indivíduos a rede de proteção social do município. Havendo, desse modo, articulação e o fortalecimento dos grupos sociais locais.

O município dispõe de serviço de proteção social especial de média complexidade desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), antigamente denominado Sentinela, que desde o ano de 2008 passou pela reformulação dos serviços.

Os serviços de proteção social especial atuam buscando estratégias de atenção sociofamiliar e comunitária buscando a reestruturação da família visando

[...] o fortalecimento no exercício das funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista de autonomia. [...] considerando a família como uma instituição em transformação, a ética da atenção da proteção especial pressupõe respeito à cidadania, o reconhecimento do grupo familiar como referência afetiva e moral e a reestruturação das redes de reciprocidade social (MDS, 2005: 37).

De acordo com MDS (2005) a proteção social especial é a modalida-

de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que encontram-se em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas (Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)), situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

O CREAS é definido, de acordo com o MDS (2007) como unidade pública que se constitui como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção especial de média complexidade. Com capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos nos municípios de gestão básica e inicial, e 80 pessoas/famílias em gestão plena.

O município de Água Clara no desenvolvimento de sua gestão disponibiliza o CREAS, proteção social especial, onde este é responsável pelo atendimento que corresponde aos serviços de: Serviço de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; o atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; e no atendimento de mulheres; deficientes físicos; idosos vítimas de violências, sendo os atendimentos ampliados gradualmente até que correspondam a todas as demandas.

São realizadas ações que visam à prevenção e a conscientização da população usuária, o trabalho é desenvolvido em parceria com a rede de garantia de direitos, trabalho este dirigido ao acompanhamento individual e familiar buscando soluções protetivas, realizando acompanhamentos sistematizados e monitorados assegurando, assim, a atenção na proteção e na efetividade na reinserção buscada. Tendo em vista a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

O trabalho desenvolvido no CREAS diferencia-se do trabalho desenvolvido no CRAS, pois trata-se, segundo MDS (2005) de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.

O controle social caracteriza-se pelo exercício democrático do acompanhamento da gestão pública pela comunidade e no município de Água Clara é exercido pela população por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), criado em 04/03/1997, nos termos da Lei n.º 305/97 da mesma data. Seu regimento interno foi formulado na deliberação n.º 001/97 de 22/09/1997. Devendo ser constituído por

[...] composição paritária, com 50% de representantes governamentais (órgãos ou instituições das áreas de saúde, educação, trabalho e habitação) e 50% de representantes da sociedade civil. Seja qual for o número de conselheiros, ou a origem

das representações, essa paridade deve ser respeitada, de modo a garantir a participação das organizações sociais e populares no processo de formulação, decisão e controle das políticas sociais. Cabe ao Ministério Público fiscalizar o processo de escolha dos representantes da sociedade civil. (MDS, op. cit.: 19)

Nesta perspectiva de participação popular é imprescindível que os conselheiros sejam capacitados para que compreendam o que é controle social, e a importância das suas funções, e também tenham conhecimento das legislações afins, e mantenham-se atualizados.

Sua composição é paritária, composta por 08 membros sendo: 04 representantes governamentais, e 04 representantes não-governamentais (APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CARPENVI – Casa de Recuperação Nova Vida, Pastoral da Criança e ROTARY) e seus respectivos suplentes.

O Conselho Municipal de Assistência Social tem caráter deliberativo, fiscalizador das políticas públicas. Tem por finalidade monitorar, avaliar as ações socioassistenciais amparadas nas legislações em vigor (PNAS, LOAS, NOB/SUAS), tendo como princípio o bem comum dos usuários da Assistência Social.

Considerações Finais

Nosso principal objetivo foi contextualizar a Política de Assistência Social e a implantação e implementação desta no município de Água Clara/MS, condizentes com as legislações e regulamentações em vigor.

A pesquisa de campo realizada evidenciou que o município de Água Clara caracteriza-se como um município de pequeno porte, habilitado em gestão básica e até o momento implantou o CRAS, que desenvolve reuniões com palestras socioeducativas, cursos profissionalizantes como: pintura, manicure e pedicure, fabricação de produtos de limpeza, bordados em chinelos, culinária, panificação, entre outros; possui também laboratório de informática onde são oferecidos cursos para a população em geral. São ofertados aos usuários através do Programa de Cesta Básica municipal cestas-básica que contemplam em média 320 famílias mensalmente, e ainda, em média, 260 famílias que recebem o auxílio em situação de emergência. São realizados acompanhamentos psicossociais com os indivíduos e famílias usuárias dos ser-

viços. Diante da implementação dos serviços disponibilizados enfrenta-se algumas dificuldades como equipe técnica capacitada e espaço físico adequado.

O CREAS é responsável pelo atendimento de indivíduos e famílias que encontram-se em situação de violação de direitos; ressaltamos que o serviço, oferecido desde o segundo semestre do ano de 2008, vem sendo implementado desenvolvendo atendimentos no serviço de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência e, na perspectiva de expansão dos atendimentos até contemplar os requisitos, acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), idosos e deficientes físicos. Os indivíduos e as famílias atendidos são encaminhados a rede de apoio socioassistencial, quando necessário. Ressaltamos que para que seja contemplado as diversas modalidades de atendimento será necessário uma reformulação no espaço físico para que as atividades possam vir a ser desenvolvidas de maneira eficiente, além da constante capacitação a equipe técnica.

Os trabalhos desenvolvidos nesses diferentes espaços têm demonstrado a conquista do espaço público pelos usuários dos serviços sociais, que tem afirmados seus direitos sociais.

Nesse contexto, de implantação e implementação das políticas de assistência social o município de Água Clara/MS encontra-se em árduo trabalho, buscando no cotidiano a afirmação dos espaços sócio-ocupacionais do serviço social e de áreas afins; garantido os espaços conquistados constitucionalmente pelos cidadãos brasileiros usuários dos serviços sócio assistenciais.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Eni Maria Monteiro. O processo de regulamentação da assistência social: avanços e retrocessos. Textos para discussão. Nº 222. Agosto de 1991. Disponível em http://www.ipea.gov.br/pub/td/1991/td_0222.pdf. Acesso em 15/02/2009.

BEHRING, Rossetti, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social: conceber a política para realizar o direito. In.: Caderno de Textos da IV Conferência Nacional de Assistência Social, Brasília,

lia-DF, v. I, n. I, p. 31-48, 2003.

BRASIL, Constituição Federal. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm acesso 20/01/2009 às 17h35min.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Guia de Orientação Básica – SUAS N.º 1. Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília, Out./2005.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Lei n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. 4. Ed. Brasília, 2004.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social- NOB – RH/SUAS. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Orientações para conselheiros da área de assistência social. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007.

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

COLIN, Denise Ratman Arruda; FOWLER, Marcos Bittencourt. Lei Orgânica de Assistência Social anotada. São Paulo: Veras, 1999.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. N. 21. Jun/2000. Disponível em <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/>

txt_Frey.pdf acesso em 15/10/2008 às 15h30minh.

GIMENEZ, Junia Garcia; LONARDONI, Eliana; NOZABIELLI, Sônia Regina; SANTOS, Maria Lúcia dos. O processo de afirmação da assistência social como política de assistência social. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf> acesso em 15/10/2008 às 15h20minh.

JUSTINO, Ângela Maria de Jesus. Água Clara: in foco. 1 ed. Água Clara: Somos 2008.

IPEA. Seguridade Social. Políticas Sociais – acompanhamento e análise [13]. Edição Especial. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bp-sociais/bps_13/SeguridadeSocial.pdf acesso em 15/10/2008 acesso em 15/10/2008 15h02minh.

MARTINS, Valdete de Barros. Assistência Social como política de inclusão: balanço da sua implantação e perspectivas. Palestra proferida por ocasião das Conferências – São Paulo, Porto Alegre, Bahia, Recife – Out/Nov de 2003 (mimeo).

PEREIRA, Larissa Dahmer. Políticas públicas de assistência social brasileira: avanços, limites e desafios. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF02/Larissa%20Dahmer%20Pereira.pdf> acesso em 15/10/2008 às 15h15minh.

PROMOSUL, Política Estadual de Assistência Social. Governo Popular de Mato Grosso do Sul. Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2000.

SPOSATI, Aldaísa de Oliveira; et. al. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SETAS, Gestão Municipal da Política de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

SETASS, Instrução Normativa da Assistência Social – IN/ SUAS/MS. Sistema Estadual de Assistência Social –SUAS/MS. Instrumentos de Regulação do Sistema Es-

tadual de Assistência Social. Volume I. Campo Grande, 2006.

_____. ABC da Proteção Social Básica – A Família e o território como referências. Sistema Estadual de Assistência Social – SUAS/MS. Instrumentos de Regulação do Sistema Estadual de Assistência Social. Volume II. Campo Grande, 2006.

_____. Gestão Municipal da Política de Assistência Social. Sistema Estadual de Assistência Social –SUAS/MS. Instrumentos de Regulação do Sistema Estadual de Assistência Social. Volume III. Campo Grande, 2006.

BREVES NOÇÕES A RESPEITO DA GUARDA COMPARTILHADA

Adailson Moreira¹

Eliana de Souza Fernandes Zuque²

Erli de Souza Bento³

Renata Longo⁴

Zélia Teodoro Dias⁵

RESUMO

A evolução social vivida nos últimos tempos influencia diretamente nos vínculos familiares; em razão disso, é grande a preocupação que se tem com as crianças e os adolescentes em relação a sua guarda que pode ser unilateral, alternada ou compartilhada. A guarda compartilhada, apesar de ainda ser pouco utilizada, está sendo considerada uma das melhores alternativas para minimizar o sofrimento dos filhos, não os prejudicando em seu desenvolvimento. Objetiva-se através deste levantamento bibliográfico, demonstrar sucintamente a complexidade da dissolução e rompimento do vínculo familiar e a importância da guarda compartilhada hoje, como uma das alternativas mais acertadas, considerando os filhos como os maiores beneficiários desta decisão.

PALAVRAS-CHAVE

guarda compartilhada, divórcio, família.

INTRODUÇÃO

A busca incessante da tão sonhada felicidade eterna leva duas pessoas em estado de paixão a sonharem com vida em comum, casa própria, filhos, animais de estimação, entre outros, levando-as ao casamento ou à união estável, o que resultará no surgimento de um novo grupo familiar.

Observa-se que, da mesma forma como ocorre com o casamento, o divórcio é uma questão única para cada dupla que se separa. Estudos demonstram o aumento do índice de divórcio no Brasil nos últimos dez anos (GAZETA DO POVO,

AUTORES

1 Formado em Psicologia e Direito, professor assistente do curso de Direito do CPTL/DCS-UFMS.

2 Formada em Administração, aluna do curso de Direito da UFMS.

3 Formada em Ciências Biológicas, coordenadora do curso de Biomedicina da AEMS, aluna do curso de Direito da UFMS.

4 Formada em Administração, professora contratada do CPTL/DCS-UFMS e na FIPAR – Faculdades Integradas de Paranaíba-MS, aluna do curso de Direito da UFMS.

5 Formada em Matemática e Pedagogia, aluna do curso de Direito da UFMS.

2009).

A dissolução e rompimento do vínculo familiar é tratado no Código Civil, onde estabelece no artigo 1632 que “a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos”. Porém, é fato que ao se tratar da guarda dos filhos o estresse emocional que a criança sofre poderá resultar em problemas futuros, de complexidades variadas. Desta maneira, o Estado reage em defesa dos filhos elaborando normas que visam garantir a guarda e proteção dos mesmos.

Com a evolução social e do próprio Direito, amparado pelas mais variadas ciências do comportamento humano, notadamente a Psicologia, surgem alternativas com o objetivo de minimizar as dores do processo de separação, causando o menor prejuízo possível para os filhos, causando, desta forma, impacto nos vínculos familiares.

A par disso objetiva-se, através deste levantamento bibliográfico, demonstrar sucintamente a complexidade da dissolução e rompimento destes vínculos familiares e a importância da guarda compartilhada, como meio alternativo de resolução de conflitos, considerando os filhos como os maiores beneficiários desta decisão.

DESENVOLVIMENTO

O Código Civil, em seu artigo 1.511, descreve que “o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”, e o artigo 1723, diz que “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

Enquanto enamorados, os cônjuges fazem promessas referentes ao seu próprio desejo, porém a rotina do dia-a-dia, faz com que essas promessas se percam e as dificuldades e desilusões se mostram despidas de qualquer ilusão provocada pela paixão, tendo então, a separação como o único recurso (SILVA, 2007, p. 18).

Apesar de a mídia tratar o divórcio como algo da modernidade social, este fato é de grande importância e preocupação quando se refere aos filhos oriundos dos relacionamentos desfeitos. Gottieb (apud FIORELLI; MANGINI, 2009, p. 302) aponta que “não existe divórcio que seja bom para os filhos. Ele pode somente ser ruim ou menos ruim”. E complementa que “a separação seria vista como uma traição à idéia de que os pais viverão eternamente juntos”.

Quando a convivência acaba, a comunicação entre os parceiros se

torna, na maioria das vezes difícil, tendo o psicólogo um papel primordial na orientação familiar, principalmente quando houver a intervenção judiciária para a realização da separação e adaptação à nova condição da vida.

Para que esta família possa compreender melhor sua posição em juízo, principalmente quando a figura do filho está presente, ponto de maior preocupação para o profissional de psicologia, torna-se necessário a conscientização dos pais sobre a responsabilidade na preservação da criança, poupando-a dos conflitos resultantes do fim do relacionamento conjugal, pois o sofrimento gerado será grande, mesmo quando não demonstrado, lembrando-os sempre de que devem considerar o bem estar da criança e a convivência satisfatória com os seus genitores em primeira instância, pois os mesmos são fonte de influencia direta na formação da personalidade dos filhos.

É essencial que sejam comunicados sobre a decisão, porque isto se traduz em respeito à dignidade de cada um deles. Em geral, seja qual for a idade, já existe por parte dos filhos uma percepção acerca do relacionamento dos pais, de seus conflitos e dificuldades.

É importante que fique bem claro, para a criança, que a separação ocorre por razões ligadas aos pais. Deve ser descartada a possibilidade de ela desenvolver algum tipo de sentimento, por meio do qual assuma a responsabilidade pela decisão. (FIORELLI; MANGINI, 2009, p. 304)

Circunstância de maior relevo se apresenta quando há a necessidade de decidir sobre a guarda dos filhos, porque implica em alterações significativas na vida da criança, com repercussão em todas as instâncias de vida.

A guarda de filhos pode ser estabelecida de maneira unilateral ou compartilhada, como rege o § 1º, do artigo 1583, do Código Civil, incluído pela Lei nº 11.698, de 2008, definindo que “compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua (artigo 1.584, § 5º) e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns” (GONÇALVES, 2009, p. 266/7).

Fiorelli e Mangini definem a guarda unilateral quando apenas um dos ex-cônjuges mantém a criança em seu lar podendo ser deferidas visitas ao outro; a guarda alternada, onde pai e mãe dividem as responsabilidades em relação aos filhos, com mudanças periódicas da criança de um lar para outro; e a guarda compar-

tilhada, onde os filhos são de responsabilidade, de ambos os pais mesmo que estes residam com apenas um dos dois, mas sem perderem o vínculo com o outro (2009, p. 309).

É comum a confusão entre as guardas alternada e a compartilhada; contudo, existem diferenças entre elas, sendo a primeira considerada inadequada ao desenvolvimento dos filhos devido aos transtornos gerados pela instabilidade física e da descontinuidade do lar. Já a guarda compartilhada, apesar de poucos terem-na adotado, está sendo considerada uma das melhores alternativas para minimizar o sofrimento dos filhos, não os prejudicando em seu desenvolvimento (GONÇALVES, 2009, p. 268).

É grande a preocupação que se tem com as crianças e os adolescentes em relação a sua guarda. Tanto é que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13/07/90) também se preocupa com essa questão, disciplinando-a em seus artigos 33 a 35 e 165 a 163. No Decreto 99.710/90, que se refere à Convenção dos Direitos da Criança, nos artigos 9º e 10, trata da preocupação na manutenção dos laços familiares da criança, determinando procedimentos aos Estados-parte com relação à criança que vive longe de um dos genitores, não permitindo que se percam os laços familiares.

Não se pode esquecer de um fator de especial envergadura quando se trata da relação entre pais e filhos, que é a questão da alienação parental. Os filhos necessitam de ambos os genitores para um crescimento tranquilo e equilibrado. É essencial que os pais afastados utilizem-se de todos os meios disponíveis para manter contato com seus filhos, afim de que estes saibam que o amor e o carinho existente por eles continua sendo o mesmo após a separação. Que a separação se deu entre pai e mãe, e jamais entre pais e filhos. Fica claro que não se deve inocular ódio ou mágoas nos filhos em relação ao genitor distante, porque isto poderá desencadear na Síndrome da Alienação Parental¹, que em consequência resultará no crescimento de filhos desajustados e infelizes (CLARO, 2005, p. 201).

As consequências para a criança, em geral, indicam sintomas como depressão, incapacidade de adaptarem-se aos ambientes sociais, transtornos de identidade e de imagem, desespero, tendência ao isolamento, comportamento hostil, falta de organização e, em algumas vezes, abuso de drogas, álcool e suicídio. Quando adulta, incluíram sentimentos incontroláveis de culpa por se achar culpada de uma grande injustiça para com o genitor alienado. (FIORELLI; MANGINI, 2009, p. 310/11)

6 Nome proposto por Richard Gardner, em 1985, e que consiste em programar uma criança para que odeie o genitor que se encontra distante. Trata-se de verdadeira campanha para desmoralizar o genitor ausente. O filho é utilizado como instrumento da agressividade direcionada ao ex-parceiro, monitorando o tempo do filho com o outro genitor e também os seus sentimentos para com ele (DIAS, 2010).

Por mais difícil que seja uma separação, é importante que os pais poupem os filhos dos problemas surgidos em função da impossibilidade de continuar a união. Por paradoxo que possa parecer, é o momento dos pais se separarem em função do casamento, mas é o momento dos pais se unirem para proteger seus filhos do trauma oriundo da separação. A guarda compartilhada é uma forma eficiente e menos traumática para a criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A separação de um casal poderá gerar um estresse aos filhos, principalmente no que se refere à guarda. Porém, espera-se que a guarda de filhos seja tratada pelos pais e legisladores envolvidos na ação, como o principal e mais importante assunto, assegurando aos filhos que os laços com pai e mãe se mantenham de maneira saudável sem prejudicar o desenvolvimento psicológico e emocional das crianças envolvidas (VILELA, 2007, p. 22).

Em suma, pelos fatos aqui discutidos, percebe-se que os traumas, perdas e danos gerados na vida de uma criança, pela separação de seus pais, podem ser irreparáveis, dependendo de como são praticados pelos adultos e elaborados pelas crianças. Desta forma, a guarda compartilhada, quando possível, é fator que minimiza estes efeitos traumáticos e abre a possibilidade de uma melhor adaptação para a criança.

Embora o Estado defina regras que normatizem as relações humanas, no Direito de Família, seria muito melhor que os próprios pais, sem precisarem de norma alguma, buscassem o melhor para seus filhos deixando de se intitular como vítimas e dando esta concepção aos filhos, porque estes sim as são verdadeiramente, já que não escolheram sua família. São fruto dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLARO, Izaias. Casamento separação viuvez sugestões para o êxito. Osvaldo Cruz: edições Jerônimo Mendonça, 2005.

DIAS, Maria Berenice. Síndrome de alienação parental, o que é isso? Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8690>>. Acesso em 25 fev.

2010.

FIORELLI, José O.; MANGINI, Rosana C. R. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas,

2009.

GAZETA DO POVO. Aumentam os números de casamentos e divórcios no Brasil. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=948165&tit=Mais-casamentos-mais-divorcios>>. Acesso em 28 nov. 2009.

GONÇALVES, Carlos R. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 6.

SILVA, DENISE M. P. A Psicologia a serviço do direito familiar. Ciência & Vida. São Paulo, ano I, n. 05, p. 16 – 20.

VILELA, SANDRA R. Guarda compartilhada: psicologia e direito em prol do bem-estar infantil. Ciência & Vida. São Paulo, ano I, n. 05, p. 22 – 30.

FESTA DO BON-ODORI COMO FOMENTO À ATIVIDADE TURÍSTICA

LIMA, Pâmela Rigolo¹

BERSANI, Silvânia de Fátima²

RESUMO

O presente artigo visa analisar o evento do bon-odori desenvolvido no município de Três Lagoas (MS), mostrando sua trajetória histórica, os avanços e desafios, bem como sua importância para a comunidade local, cultura e fomento à atividade turística. O evento é realizado todos os anos, próximo ao aniversário da cidade, sendo tradicional na cidade, recebendo pessoas tanto da comunidade local como de Araçatuba, An-dradina, Pereira Barreto, Ilha Solteira, entre outras. Dessa forma pode-se fomentar que o evento é um atrativo turístico, pois, há uma movimentação de pessoas para seu entorno que usufrui de bens de serviço e infraestrutura, gerando renda para a localidade.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; Evento; Tradição; Turismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar o evento do bon-odori desenvolvido no município de Três Lagoas (MS), mostrando sua trajetória histórica, os avanços e desafios, bem como sua importância para a comunidade local, cultura e fomento à atividade turística. Segundo (GOIDANICH, et al. apud. BAH, Miguel, 2003, p. 72) evento é todo fato ou acontecimento, espontâneo ou organizado, que ocorre na sociedade em lugar determinado e com espaço de tempo predefinido.

O bon-odori é um evento, realizado em Três Lagoas (MS) no Clube Associa-

AUTORES

1 Acadêmica de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas

2 Docente dos Cursos de Turismo, Serviço Social, Fisioterapia, Pedagogia e Secretariado Executivo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

ção Nipo Brasileira, com o intuito de socialização das colônias japonesas existentes na cidade e região, como também a restauração cultural japonesa.

Marconi e Pressoto (2007, p. 39) classificam cultura como:

Criada, aprendida e acumulada pelos membros do grupo e transmitida socialmente de uma geração à outra e perpetuada em sua forma original ou modificada. Os indivíduos aprendem à cultura ou os aspectos da cultura no transcurso de suas vidas, dos grupos em que nascem ou convivem.

Os japoneses quando migraram ao Brasil passaram por dificuldades desde o idioma, alimentação, vestes, climas, etc, passando por um processo de aculturação, fusão entre duas culturas diferentes, ocasionando alterações em sua cultura, e ajustando-a aos padrões da cultura que a domina.

A cultura uma vez perdida torna-se difícil retorná-la como era a princípio, sendo assim o evento tenta trazer de volta alguns costumes, como danças e canções que segundo credices traria boa-colheita ao ano seguinte.

Segundo (FLORES. apud. SAVOLDI, 2001, p. 90):

Resgatar a cultura é algo difícil de alcançar. Como recuperar algo que não é estático, que não tem contornos definidos, muito menos definitivos, que não é jamais pronto e acabado? A cultura sem uma essência apriorística, é um processo dinâmico, incessante de construção e reconstrução, de invenção e reinvenção¹. Ela sugere o termo restauração cultural em lugar de resgate cultural, pelo fato de o termo restauração contemplar a dimensão do tempo.

No entanto, ao efetuar um processo de restauração cultural através de um evento deve-se tomar alguns cuidados para que, isso não se torne um espetáculo, provocando a descaracterização do mesmo, e a criação de uma cultura artificial.

As origens da festividade se bon-odori são budistas, vêm de uma oração chamada nenbutso-odori¹, que no Japão é praticada ao longo de todo o ano, e mais acentuada no ano novo e o mês de julho, considerados como divisores do ano, segundo credices populares corresponde ao período em que as almas retornam a terra. Sendo assim, começaram a realizar o bon-odori² anualmente com a intenção de apaziguar e oferecer cultos a esses espíritos.

1 Invocação-dança

2 Mortos-dança

No Brasil esta tradição ganhou outra característica, sendo realizada na comemoração do aniversário de cidades que possuem colônias japonesas, com o intuito de celebrar boas colheitas e prosperidade no ano que se inicia.

Em Três Lagoas o bon-odri, é praticado desde 1971, no Clube Associação Nipo Brasileira, sendo o meio encontrado pelas colônias japonesas de se consolidarem e restaurar sua cultura. Dessa forma, o evento tornou-se tradição, mobilizando a comunidade nipônica local e regional, com adesão significativa da comunidade local.

O evento é considerado tradicional, entendendo que tradição não é apenas voltada ao passado, mas também uma designação simbólica, segundo esta pesquisa identificou-se que a maioria dos participantes do evento o freqüentam de dois a oito anos consecutivos, levando a compreender a tradicionalidade do evento e sua importância para os freqüentadores.

Segundo (HANDLER E LINNEKIN. apud. GRÜNEWALD, 2001, p.134):

Tradição é inventada porque é necessário reconstruí-la no presente [seletividade], apesar do entendimento de alguns participantes como sendo preservação antes de invenção "(1984, p.279)". Além disso, (...) tradição nunca é totalmente natural, nem é sempre totalmente não relacionada ao passado. A posição entre tradição simplesmente herdada e aquela que conscientemente moldada é uma falsa dicotomia...

O ponto crucial para nossos propósitos é aquele que seu valor como símbolos tradicionais não dependem de uma relação objetiva ao passado... O estudo pode objetar que tais costumes não são genuinamente tradicionais, mas eles têm tanta força e tanto significado para seus praticantes modernos quanto outros artefatos culturais que podem ser traçados diretamente do passado. A origem das práticas culturais é amplamente irrelevante para a experiência da tradição; autenticidade é sempre definida no presente. Não é a existência de um passado ou a transmissão que define algo como tradicional. Antes, o último é uma designação simbólica arbitrária; um significado designado antes que uma qualidade objetiva.

Durante a pesquisa observou-se que o evento atrai não apenas moradores da cidade de Três Lagoas (MS), mas de Andradina, Araçatuba, Mirandópolis, Pereira Barreto, entre outras, que buscam o evento com a finalidade de sociabilização com outras colônias japonesas, já que essas cidades também possuem colônias japone-

sas.

No entanto, percebe-se um significativo fluxo de pessoas tornando o evento um atrativo turístico³, já que o mesmo atrai pessoas para seu entorno, seja a população local ou pessoas da região. As pessoas que visitam o evento são classificadas como excursionistas, pois permanecem no local menos de vinte e quatro horas, não pernoitando, porém usufruindo de seus bens de serviços, e assim gerando renda local e podendo despertar o interesse de passar mais dias no local visitado. Este significativo fluxo de pessoas estimula a atividade turística local que segundo Andrade:

Quem viaja e permanece menos de 24 horas em receptivo ou localidade que não seja o de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas sem pernoitar no local visitado, usa-se o termo excursionista ou visitante de um dia. (ANDRADE, 2002, p.44.)

O evento é organizado pelos associados à Nipo Brasileira e voluntários que iniciam os preparativos com seis meses de antecedência, onde são oferecidas comidas típicas da culinária japonesa, danças e canções que representam a colheita do arroz e também sua decoração é feita com tyotions⁴, que significam sabedoria dos antepassados, entre outros.

Considera-se o bon-odori um evento cultural, pois quem o frequenta não se expressa pela viagem em si, mas por suas motivações, cujos alicerces se situam na disposição e no esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações Andrade (2002), como também pode ser considerado gastronômico já que o mesmo oferece comidas típicas do Japão, que são completamente diferentes da encontrada no Brasil, como sushi⁵, udon⁶, sashimi⁷, entre outras, conforme observado muitas pessoas que o frequentam, vão apenas para degustação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento é realizado todos os anos próximo ao aniversário da cidade de Três Lagoas-MS, sendo frequentado por pessoas da própria localidade e também de

3 É o recurso natural ou cultural que atrai o turista para visitaçaõ. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Tursimo. São Paulo. Pioneira, 1999. p28.

4 Lanternas

5 Comida típica do Japão, onde em seu preparo leva arroz cozido, enrolado em alga e no centro é colocado gengibre e cenoura.

6 Comida típica do Japão, é uma espécie de sopa com macarrão, carne de porco e cebolinha

7 Comida típica japonesa, onde leva peixe tipo filé, cebola, gengibre e shoio.

cidades próximas como Andradina, Pereira Barreto, Mirandópolis, entre outras. Dessa forma podemos fomentar que o evento de certa forma é um atrativo turístico, pois há uma movimentação de pessoas para seu entorno que usufrui dos produtos oferecidos pelo evento.

Consideramos o evento como um fomento à atividade turística, já que a cidade de Três Lagoas (MS), nos dias em que ocorre o mesmo, torna-se um receptivo, recebendo pessoas de outras localidades, que usufruem de bens de serviço e infraestrutura local gerando renda para a localidade.

Essas pessoas vêm em busca de prestigiar a cultura japonesa e o que o evento pode oferecer como comidas típicas e danças, tornando-o um incentivo a restauração cultural japonesa.

BIBLIOGRAFIA

AEMS FACUDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS. Manual do Trabalho Acadêmico AEMS. Três Lagoas, MS, 2007.

ANDRADE, José V. Turismo: Fundamentos e Dimensões. 8ªed. São Paulo, 2002.

BAHL, Miguel (Org). Eventos a Importância para o Turismo do Terceiro Milênio. São Paulo, 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e o “Resgate” da Cultura Pataxó IN:

BANDUCCI, Álvaro; Barreto, Marqarita (Org). Turismo e Identidade Local: Uma visão Antropológica, Campinas, SP, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo, 1999.

NETO, Francisco Paulo de. Marketing de Eventos. 4ªed. São Paulo, 2003

PIRES, Mário Jorge. Lazer e Turismo Cultural. 2ªed. Barueri, SP, 2002.

PRANDINI, Renata. Hoje MS, Três Lagoas, 6 jun. 2007, p. 5.

MARCONI, M. A.; PRESSOTO, Z. M. N. Antropologia: Uma Introdução. 6ª ed. São Paulo, 2007

SAVOLDI, Adiles. A Reconstrução da Italianidade no Sul do Estado de Santa Catarina IN:

BANDUCCI, Álvaro; Barreto, Marqarita (Org). Turismo e Identidade Local: Uma visão Antropológica, Campinas, SP, 2001.

Sites pesquisados:

BON-ODORI.In. Mori, Koichi. Caderno Zaschi: Cultrura Tradicional. [acesado em:7 jun.2007]. Disponível em <http://www.nipobrasileira.com.br/2semanal.culturatradicional/319.shtml>

MORI, Koichi (Org). Danças Tradicionais do Japão. Caderno Zashi Cultura Tradicional. [acessado em: 7 jun.2007]. Disponível em <http://www.nipobrasil.com.br/2semanal.culturatradicional/389.shtml>

A IMPORTÂNCIA DA HOSPITALIDADE NO SETOR HOTELEIRO

PADILHA, Fabiana Elias¹

ALBUQUERQUE, Luziane Bartolini²

RESUMO

Hospitalidade é uma palavra originária do Latim *hospitalitate* e significa o ato de hospedar; a qualidade de quem é hospitaleiro; a liberalidade que se pratica, alojando gratuitamente alguém; e por extensão acolhimento afetuoso. Com relação ao turismo ser hospitaleiro é receber bem os turistas. A hospitalidade também está relacionada ao receber bem os turistas, ou hóspedes não apenas na qualidade dos bens e serviços oferecidos no turismo, mas também fazer o turista se sentir como se estivesse em “casa”. Neste sentido, a qualidade no turismo refere-se ao serviço aliado ao produto e que o fator qualidade é o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o sucesso ou o fracasso. Desse modo, a hospitalidade no turismo está em todas as atividades relacionadas com o turismo, desde a facilitação ingresso, permanência, deslocamentos internos e saída dos visitantes, o desenvolvimento da infra-estrutura, os transportes e comunicações a educação e capacitação e prestação de serviços. Portanto, é importante salientar que, o referido artigo tem por objetivo mostrar de forma clara e objetiva que a hospitalidade no setor de hoteleiro, é fator crucial para o sucesso do empreendedor, podendo levá-lo ao sucesso ou à sua própria derrocada, ou seja, a pessoa ao se hospedar, procura conforto, bem-estar, qualificação profissional dos colaboradores e praticidade no atendimento (fatores cruciais para que o hóspede se sinta à vontade e bem atendido).

PALAVRAS-CHAVE

hospitalidade; qualidade de atendimento; hotelaria

1. CONCEITO DE HOTEL

O conceito de hotel é definido por alguns conceituados autores do setor de hotelaria e turismo. Neste sentido, hotel é definido como sendo um estabelecimento que deverá fornecer um bom serviço de alojamento, de refeições, bar, tratamento de roupas, informações turísticas e de caráter geral (JANEIRO, 1991). Para Torres (1989) o hotel é como uma instituição de caráter público que oferece ao viajante, alojamento, alimentos e bebidas, assim como entretenimento.

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Secretariado e Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

Nesta ótica, Castelli (1987) estabelece que um hotel, é uma empresa prestadora de serviços e diferencia-se completamente de outras empresas do tipo industrial ou comercial. E ainda o hotel geralmente oferece aos hóspedes, uma quantidade de serviços além de acomodação. (CASTELLI, 1991).

Desse modo, observa-se que, as definições de hotel demonstram que o produto principal de um hotel é a acomodação seguido por outros serviços, que podem ser alimentação, lazer, salas para reuniões e congressos, informações turísticas, serviços de quarto, lavanderia entre outros.

Partindo deste referencial, o produto hoteleiro esta relacionado diretamente com a prestação de serviços em um hotel, onde, estes serviços prestados, são todas as atividades de execução para satisfazer os hóspedes.

São inúmeras as atividades envolvidas em uma empresa hoteleira, entre elas estão: serviços de quarto, hospedagem, serviços de copa, mini-bar, restaurante, lavanderia, lazer, eventos e atendimento das solicitações, entre outros.

1.1 Breve Histórico de Hotelaria Mundial

A hotelaria é uma das mais antigas categorias de hospedagem humana e foi sendo aprimorada através dos tempos. No século IV a.C, haviam as hospedarias, que prestavam serviços, mais comuns, como alimentação e abrigo. Com a evolução do mercantilismo mundial, os homens foram obrigados a viajar cada vez mais longe e surgindo assim a necessidade de repouso e alimentação.

Neste aspecto, a procura por repouso, por parte dos viajantes foi aumentando ao passar dos tempos conforme a distância das viagens, levando as hospedarias passarem por transformações como passar dos tempos. (DAVIES, 2003).

É importante salientar que, os hóspedes, precisavam cada vez mais de recursos como: banho, guardar seus pertences, acomodar seus meio de transportes¹, solicitar informações, entre outros fatores, os quais levaram as hospedarias e abrigos a adaptarem suas instalações para melhor atenderem. De acordo com Davies (2003) os primeiros viajantes foram peregrinos religiosos, comerciantes e outros.

Na Roma antiga, as hospedarias de boa qualidade eram identificadas, pela denominação de “mansiones”, espalhadas por todo o Império. As tavernas também serviam de abrigo para oficiais e legionários. Cabe ressaltar que, haviam instituições religiosas que criaram abadias e mosteiros para abrigar peregrinos e viajantes, que segundo Marques (2003) foi na Inglaterra, por volta dos séculos XVI e XVII, que começou a desenvolver outro tipo de hotelaria. Comerciantes viajantes que circulavam

pela região tinham como meio de transporte predominando grandes carruagens puxadas por seus cavalos, contribuíram com o sistema rodoviário da época que ligava Vilas entre si e com o crescimento do número de hospedarias.

Isto posto cabe lembrar outros fatores de grande importância para a evolução dos hotéis da Inglaterra segundo Marques (2003) foram a revolução industrial, ferroviária e as transformações sociais.

E também contribuíram para o deslocamento de pessoas de um lugar para outro, fazendo com que necessitasse de hospedagem. Segundo Castelli (2003) por volta de 1720–1730 foi descoberto em York Sulphur, Pensilvânia, um manancial de águas térmicas e minerais com essa descoberta começou o deslocamento com finalidade de apreciação do lugar, conseqüentemente a construção de hotéis, foram descobertos outros locais como atrativos na segunda metade do século XIX, havendo, portanto, a necessidade de hotéis, hospedarias para abrigar estes viajantes.

É importante destacar que, com o passar do tempo a hotelaria mundial foi crescendo e acompanhando as necessidades e exigências das pessoas, os hotéis procuravam proporcionar a seus hóspedes o bem-estar, e também bom atendimento. Contudo, pode-se observar que, com a demanda crescendo do setor hoteleiro, é evidente que a concorrência também existia, e por isso com o passar dos tempos as hospedarias, hotéis e abrigos foram se aprimorando e levando o mercado à competitividade.

1.1.1 Panorama da Hotelaria Brasileira

No Brasil, o progresso da hotelaria foi lento, pois tinham suas raízes na cultura escravocrata que dominou o país até o final do século XIX e meados do século XX. As elites tinham pouco interesse por esse tipo de serviço, pois a colonização extrativista segundo Baumgartner (2003) não estimulava a permanência dos colonizadores ao contrário da norte-americana que buscavam a exploração da terra pelo seu povoamento.

Dessa forma, o Brasil deixou de evoluir não somente no ramo de hotelaria, mas em tantos outros aspectos, mesmo tendo um grande potencial, os interesses eram restritos e externos. Por estes motivos, havia grande carência, quanto à hospedagem brasileira, e as pessoas permaneciam em residências por falta de locais apropriados.

Com efeito, os colégios da Companhia de Jesus recebiam hóspedes também fora da capital da colônia. No Rio de Janeiro os jesuítas hospedavam pessoas

pagantes ou não recomendadas por autoridades. Os monges beneditinos construíram no Rio de Janeiro uma grande hospedaria que pôde depois, hospedar a Real Academia dos Guardas da Marinha de 1808 a 1839 (BELCHIOR & POYARES, 1997).

A segunda metade do século XIX foi a mais organizada no Rio de Janeiro, diversas construções surgiram, especialmente para hotelaria, onde algumas já ofereciam banho e em alguns casos refeições (BAUMGARTINER, 2003). As pensões e os hotéis que foram surgindo ao longo dos anos geralmente ficavam nas proximidades de estradas de ferro ou portos marítimos e não ofereciam bons serviços e nem bons hóspedes.

Para Baumgartiner (2003) o crescimento da rede hoteleira no Brasil está ligado ao desenvolvimento urbano do começo do século XX e ao caminho das ferrovias, como por exemplo a região sudeste que teve mais benefícios neste aspecto com a cultura cafeeira e a abertura das grandes fazendas.

Na década de 1940 não era apenas os trabalhadores ou viajantes, os principais clientes que circulavam nos hotéis, mas haviam outros fatores como o jogo e o termalismo que seguiu ajudando a manter a ocupação desses hotéis até meados dos anos 1950 (BAUMGARTINER, 2003).

Nesta ótica, Trigo (2000) ressalta que, na década de 1960, o Brasil possuía cerca de 40 mil leitos³, em estabelecimentos de primeira e segunda classes. Por volta dos anos

1970, havia a necessidade de mudanças necessárias como modernização em relação a infra-estrutura dos hotéis para atender as exigências de seus hóspedes.

Com relação aos hotéis a partir de 2004, Gorini & Mendes (2005) ressaltam que:

Na hotelaria brasileira, existem 14.914 meios de hospedagem no Brasil: 9.943 hotéis, 4.094 pousadas, 532 hotéis-fazenda e 345 apart-hotéis (...). (...), o Hotel Investment Advisors (HIA), estima que cerca de 70% das UHs existentes no país são operados por hotéis independentes das redes (GORINI & MENDES, 2005, p. 17).

Partindo deste referencial, observa-se que o segmento hoteleiro no país possui uma considerável fatia no mercado, o que vem proporcionar aos hóspedes a escolha de um bom hotel.

1.2 Conceito de Hospitalidade

A hospitalidade está relacionada segundo Dias (2002, p. 70) apud Nowen (1975) “Ao ato de hospedar afetuosamente, podendo significar, portanto, um atributo de quem é hospitaleiro, levando-nos a pensar, imediatamente, em chás, reuniões e conversas amenas”.

Com efeito, a hospitalidade é apresentada sob diversas formas, por diferentes autores, e por meio de inúmeros conceitos tais como: confortabilidade, receptividade, liberalidade, sociabilidade, cordialidade, dentre outros.

Entretanto, há também quem prefira não adotar nenhum conceito por acreditar que o termo encerra um significado maior do que segundo Dias (2002) qualquer palavra possa expressar. Para esses autores, a hospitalidade perpassa o modo de pensar, agir e responder dos indivíduos, compreendendo, assim uma parte de seu caráter.

Isto posto cabe enfatizar que, a hospitalidade está associada a questões mais amplas que o simples ato de hospedar e alimentar. O exercício da hospitalidade engloba o estudo tanto do espaço geográfico de sua ocorrência (a cidade ou o campo), quanto dos aspectos que se relacionam direta ou indiretamente com seu desenvolvimento: o planejamento e a organização de seus recursos materiais, humanos, naturais ou financeiros (DIAS, 2002).

1.2.1 Abrangência Histórica da Indústria da Hospitalidade

Segundo Chon & Sparrowe (2003), a indústria da hospitalidade compreende uma grande variedade de negócios, todos dedicados a prestar serviços a pessoas que estão longe de suas casas. Hoje como no passado, os principais componentes da indústria são aqueles que satisfazem a necessidade de abrigo e acomodação e aqueles que fornecem alimentos e bebidas a seus clientes.

Neste sentido, a indústria da hospitalidade possui suas raízes na vida social e cultural. Ao longo da história, a indústria foi moldada pelas sociedades e culturas nas quais se desenvolveu. Atualmente, a sociedade e a cultura continuam a moldar a indústria de diversas maneiras, como por exemplo, por meio das questões ambientais, das mudanças econômicas, do aumento no número de mulheres que viajam a negócios ou de leis referentes ao ato de fumar em restaurantes.

É importante salientar que, hoje a liderança na indústria é muito mais importante do que as habilidades operacionais tradicionais. Os líderes devem ser ca-

pazes de entender e prever como a hospitalidade será afetada por um mundo em constantes mudanças.

Nesta ótica:

Talvez a globalização seja a mais relevante tendência contemporânea a afetar a indústria da hospitalidade. As nações não existem de maneira independente, mas sim em uma crescente dependência mútua. As culturas e os países ocidentais começaram a reconhecer a força a vitalidade e a complexidade de outras nações. (...) um aspecto histórico da hospitalidade é a obrigação de tratar estranhos com dignidade, alimentá-los e fornecer-lhes bebidas, e protegê-los. À medida que o mundo se torna cada vez 'menor' e ciente de sua imensa diversidade, o espírito da hospitalidade parece especialmente importante (CHON & SPARROWE, 2003, p. IX).

Partindo deste referencial, em muitos países, a qualidade dos serviços de hospitalidade variava conforme os valores pagos e a localização do estabelecimento. Alguns registros antigos mostram que existiam hospedarias infestadas de insetos, onde serviam refeições de má qualidade, mas nem todas eram ruins, por exemplo, os Leches, lugares de encontros sociais na Grécia Antiga, tinham reputação de servir boa comida. Os hóspedes podiam escolher entre uma variedade de guloseimas, como queijo de cabra, pão de cevada, ervilhas, peixes, figos, carne de cordeiro, azeitonas e mel. Os hóspedes segundo Chon & Sparrowe (2003), também podiam escolher estabelecimento que preferiam frequentar Atenas possuía 360 hospedarias.

1.2.2 O Símbolo da Hospitalidade

O símbolo da hospitalidade é o abacaxi. Sua origem precisa é desconhecida, mas muitos acreditam que a idéia de utilizá-lo como símbolo foi emprestada dos primeiros povos a cultivar a fruta. Esses povos colocavam abacaxis do lado de fora de suas casas para demonstrar que os visitantes eram bem-vindos (CHON & SPARROWE, 2003).

Os colonizadores europeus levaram a fruta para a Europa e para as colônias norte-americanas no século XVII. Como a exótica fruta era mais rara e mais cara do que caviar simbolizava o que havia de melhor em termos de hospitalidade.

Ela era utilizada segundo Chon & Sparrowe (2003) para honrar a realiza e os hóspedes mais ricos.

Isto posto cabe enfatizar que, a idéia de hospitalidade, data, é claro, de épocas muito anteriores, desde as evidências históricas encontradas nos primeiros centros da civilização como a Mesopotâmia (atual Iraque), às referências bíblicas à tradição de lavar os pés dos hóspedes, até os posteriores registros dos donos de hospedaria ingleses que, com uma caneca de cerveja, recebiam viajantes cansados.

1.2.3 As Primeiras Regulamentações da Indústria da Hospitalidade

As primeiras regulamentações conhecidas da indústria são encontradas no código de Hamurabi. Durante o governo de Hamurabi no Antigo Império Babilônico, de 1792 a 1750 a.C., ele desenvolveu o que foi considerado um sábio e justo “Código de Leis”. O código obrigava as proprietárias de tavernas a denunciar qualquer hóspede que planejasse um crime (CHON & SPARROWE, 2003).

O código também proibia adicionar água às bebidas ou enganar quanto à dose servida. A punição para esses “crimes” era por afogamento. Na época do Império Romano, as normas tinham evoluído, por exemplo, a mulher de um dono de hospedaria não podia ser punida por desobedecer às leis contra o adultério, os donos de hospedaria não podiam servir ao exército porque, o exército era um serviço nobre; e os donos de hospedaria não podiam ter a guarda de crianças menores de idade.

Desse modo:

Algumas vezes, as regras eram instituídas pelos donos de tavernas. No século XVI, na Inglaterra, era comum a existência de leis como: não era permitido mais de cinco pessoas na mesma cama; não era permitido deitar de botas na cama; não era permitido acolher nenhum amolador ou construtor de lâminas; era proibida a presença de cachorros na cozinha; tocadores de realejo tinham de dormir nos sanitários (CHON & SPARROWE, 2003, p. 4).

Isto posto, cabe lembrar que, apesar de algumas normas parecerem absurdas, as primeiras regulamentações ajudaram no desenvolvimento da indústria e algumas permanecem até os dias atuais.

1.2.4 A Hospitalidade no Turismo

Segundo Dias (2002) a hospitalidade é um dos temas mais discutidos entre as abordagens culturais do fenômeno do turismo. Como envolve deslocamento de

peças e sua permanência temporária em locais que não são o de sua residência habitual, há uma intrínseca relação entre turismo e hospitalidade.

“Todo turista está sendo, de alguma forma recebido nos lugares. O que diferencia a experiência entre um e outro turista no que se refere à hospitalidade é a forma como se dá o seu acolhimento no destino”(DIAS, 2002, p. 43).

Neste aspecto o marketing turístico vende a noção da hospitalidade dos lugares por meio do slogan do “sentir-se em casa”. Nesse sentido, o “sentir-se em casa” em termos de hospitalidade turística significa ter no lugar em que se é “estrangeiro”, ou seja, a mesma sensação de acolhimento que se tem na própria casa, o que significa segundo Dias (2002), em primeiro plano, mas também conforto e bem-estar de modo geral.

Com relação a hospitalidade atual, ela está voltada também para os sentimentos de todos os envolvidos no meio turístico, a preocupação vai além da qualidade dos serviços e da preocupação com o conforto do turista, buscando assim, a satisfação total do visitante (CASTELLI, 2001).

Com efeito, para ser hospitaleiro é preciso esmerar-se na excelência dos serviços prestados, educar a comunidade para receber os turistas, investir em infraestrutura básica, porque a hospitalidade está desde o atendimento na compra dos pacotes, às condições de sinalização, estradas e até a higiene e segurança dos destinos, podendo ser espontânea ou artificial, esta última ocorre quando entidades públicas ou privadas, promovem a criação de infraestruturas, que segundo Castelli (2003) forjando uma hospitalidade profissional e muitas vezes para uso exclusivos dos turistas.

Observa-se, portanto, que, a hospitalidade está diretamente ligada às necessidades e desejos das pessoas. Desse modo, a necessidade de rever os serviços prestados e colocar o cliente como peça fundamental do Sistema de Turismo, oferecendo a ele serviços diferenciados é imprescindível para conquistá-los, mas deve-se sempre levar em consideração os interesses da comunidade local, evitando assim, conflitos que possam vir causar a inviabilidade do destino turístico. Sendo assim, Castelli (2001) afirma que, o aumento da participação das pessoas no turismo fez com que as empresas hoteleiras, um dos principais suportes do roteiro turístico.

É importante salientar que, a qualidade dos serviços prestados, não se resume em apenas dominar as técnicas de atendimento com qualidade, mas principalmente deve ser uma prática constante e todos os colaboradores devem estar capacitados, desta forma, estarão mais efetivamente satisfazendo sua clientela com a excelência dos serviços prestados (CASTELLI, 2003).

1.2.5 A Necessidade de Hospitalidade

“O convívio social, ou viver em grupo, é uma das necessidades fundamentais de todo ser humano. A hospitalidade, essência da vida em grupo é uma necessidade natural, biológica e social” (CASTELLI, 2006, p. 180).

Partindo deste referencial, sabe-se ainda que, o viajante ao chegar ao hotel paga não somente por um apartamento confortável, mas também pela boa acolhida e pela hospitalidade.

Desse modo, “ (...) o acolhimento, ato imbricado à hospitalidade, passa então, a ser, ‘incontestavelmente’, um dos componentes da troca comercial, presente também na venda de um apartamento de hotel ou de uma refeição” (GOUIRAND apud CASTELLI, 2006, p. 180). É importante destacar que, o ato de acolher está presente no cotidiano das pessoas. Não é isso o que acontece na loja, no consultório médico, no correio, ou igreja? Ou seja, em todos esses estabelecimentos, as pessoas são, em primeiro lugar, acolhidas. Em seguida, faz-se o restante.

Considerando a questão a hospitalidade é fator essencial, para que às pessoas se sintam acolhidas, e bem atendidas, pois esse primeiro encontro se causar má impressão será necessário muitos esforços para desfazer a má impressão que fica.

Já com relação a boa impressão, o cliente poderá até deixar de passar algumas deficiências encontradas posteriormente.

De acordo com Castelli (2006) devido ao grande incremento das viagens internacionais, os meios de hospedagem ganharam grandes proporções e uma considerável diversificação para atender aos diferentes segmentos do mercado. Assim, a necessidade de oferecer um bom acolhimento tornou-se um imperativo, já que a sociedade de hoje exige qualidade cada vez maior dos bens e serviços prestados.

Contudo, a necessidade de um acolhimento mais qualitativo é exigência não somente da prática do turismo em geral, mas segundo Castelli (2006) apud Gouirand (1994) principalmente dos meios de hospedagem, pois as pessoas buscam neles tudo aquilo que já não mais encontram no seu-dia-a-dia, em especial, amabilidade, calor humano, reconhecimento, hospitalidade e cuidados, considerados insumos do produto hoteleiro, ou seja, o hotel tornou-se um dos poucos lugares onde se pode exigir um acolhimento caloroso e hospitaleiro.

REVISÃO DA LITERATURA

Como referencial teórico, a pesquisa partiu dos estudos realizados através da pesquisa literária, por autores como: Baumgartner, Chon e Sparrowe, Belchior, Castelli, Dias Davies e Janeiro. Esses autores apresentaram de forma clara e bastante enriquecedora a Hospitalidade em relação à hotelaria, levando-nos à fácil compreensão da história em si, pois segundo os autores, a hospitalidade é um atributo que atravessou os séculos e faz parte do setor hoteleiro, o qual também vem agregado a questão do marketing, pois uma vez bem atendido o hóspede tende a retornar e ainda possivelmente indicar a outros amigos (pois segundo estes autores as pessoas que procuram hotéis, pousadas, entre outros estabelecimentos para passar as férias e repousar ao mesmo tempo, procuram conforto, praticidade, bem-estar e qualidade nos serviços e produtos oferecidos pelo setor hoteleiro). Nesta ótica, observou-se a real necessidade de aprofundar a pesquisa literária com a leitura desse grupo de autores acima mencionados com o intuito de obter maiores informações sobre o tema do referido artigo.

Isto posto, cabe lembrar que, outra fonte de pesquisa foi necessária para obter maiores esclarecimentos tais como: Marques, Torre e Trigo, os quais apontaram que é possível sim proporcionar aos hóspedes conforto e qualidade nos serviços prestados e ainda a hospitalidade tão importante neste segmento na hotelaria.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como método de pesquisa foi utilizado a pesquisa bibliográfica (qualitativa), através de livros e artigos relacionados à Importância da Hospitalidade no Setor Hoteleiro. Tais pesquisas foram necessárias para aprofundar a questão dentro do contexto a ser pesquisado. Contribuindo assim, de forma positiva, para o referido estudo dando, suporte e embasamento literário para a conclusão do mesmo.

RESULTADO

Para compreender o tema: “A Importância da Hospitalidade no Setor Hoteleiro” fez-se necessário a pesquisa e estudos quanto à necessidade do tratamento cordial e hospitaleiro para com o hóspede, para que o mesmo possa se sentir acolhido.

Inserida neste contexto, pode-se avaliar as causas que levam o hóspede a retornar ao mesmo hotel, pois ao sentir-se acolhido e obtendo o bem-estar através dos tratamentos oferecidos pelos colaboradores do hotel (mão-de-obra qualifica-

da), o hóspede se sentirá seguro e poderá recomendar o mesmo hotel aos amigos e parentes (como resultado positivo de sua estadia). A pesquisa bibliográfica permitiu mostrar de forma clara e objetiva os reais motivos que ocasionam o retorno do hóspede ao mesmo hotel. Observou-se que não apenas a hospitalidade é fator crucial, mas o marketing oferecido, o conceito que o mesmo obtém no mercado e ainda a praticidade e os serviços e produtos oferecidos, fazem parte do contexto avaliado pelo hóspede ao escolher o hotel.

DISCUSSÃO

Foram observadas através das literaturas acima mencionadas que a globalização é um dos fatores que levam o empresário do setor de hotelaria a qualificar seus serviços e produtos, não apenas através de sua estrutura, mas também através da qualificação profissional de seus colaboradores, (pois a cordialidade e a receptividade ao fazer o check-in, é fator crucial para o estabelecimento).

Os autores também enfatizaram que, as exigências dos hóspedes levam os empresários do setor à competitividade do mercado. Neste sentido, o marketing, também está inserido neste contexto, levando o hotel a ser reconhecido não apenas em seu estado, ou cidade, mas até a nível nacional. Tais fatores são essenciais para que o empresário do setor hoteleiro obtenha êxito em seu empreendimento.

Os autores também concordaram que, para haver o segmento do setor hoteleiro, e ainda acompanhar o mercado, é necessário que o mesmo acompanhe as tendências, as novidades, globalização, pois a competitividade é o motor que impulsiona o mercado seja ele qual for. Entretanto, cabe enfatizar que, de nada adianta obter tratamento cinco estrelas se não há hospitalidade (cordialidade, bem-estar) oferecido ao hóspede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hospitalidade sempre foi e será parte integrante do turismo. A hospitalidade engloba também as necessidades (exigências) das pessoas, que não são mais as mesmas, o que antes servia hoje não serve mais. As pessoas têm exigências próprias, únicas, preferem dizer como gostariam de ser recebidos e servidos.

A hospitalidade constitui não apenas no ato de hospedar, mas principalmente, receber o turista como um indivíduo com necessidades, desejos a serem correspondidos, e fazer com que ele perceba que não é apenas objeto de lucro. Desse

modo, a importância de se investir em uma capacitação dos profissionais envolvidos com as atividades turísticas, voltada para a hospitalidade faz parte do setor hoteleiro, uma vez que o mesmo deve estar apto e atento à globalização (rápida e exigente), levando o setor à uma competitividade constante.

Partindo deste referencial, sabe-se ainda que o hotel que possui um diferencial em relação aos outros tende a obter maior sucesso, como por exemplo, aquele que oferece entretenimento, pois muitos hóspedes vão viajar com suas famílias (crianças) e um hotel que possuir este diferencial, tende a ganhar a competitividade na hora da escolha (devido à necessidade de lazer e recreação da família).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Administração hoteleira. 6. ed. São Paulo: Educ, 2003.

_____. Administração hoteleira. 9. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. (Coleção Hotelaria).

_____. Hospitalidade: na perspectiva da gastronomia e da hotelaria. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Marketing hoteleiro. Caxias do Sul: Educ, 1991.

BAUMGARTNER, Ricardo R, FONSECA-ROSÉS, Cláudia. Org. José Ruy Veloso Campos. Estudo de viabilidade para projeto hoteleiro. Apud Associação Brasileira de Indústria de Hotéis. Campinas: Papirus, 2003.

BELCHIOR, Elíso de Oliveira, POYARES, Ramon. Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Senac, 1987.

CASTELLI, Geraldo. O hotel como empresa. Porto Alegre: Sulina, 1987.

CHON, Kye-Sung; SPARROWE, Raymond T. Tradução Ana Beatriz de Miranda e Silva Ferreira. Hospitalidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

DAVIES, Carlos Alberto. Manual de hospedagem: simplificando ações na hotelaria. 2. ed. Rio Grande do Sul: Educus, 2003 (Coleção hotelaria).

DIAS, Célia Maria de Moraes (org.). Hospitalidade: reflexões e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Manole, 2002.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca. Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria. BNDES Setorial. Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, set. 2005.

JANEIRO, Joaquim A. Guia técnico de hotelaria. Lisboa : Cevop, 1991.

MARQUES, Albano J. Introdução a hotelaria. São Paulo: Saraiva, 2003.

TORRE, Francisco de La. Administração hoteleira. México: Trilhas, 1989.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil. São Paulo: Senac, 2000.

TURISMO E IDENTIDADE CULTURAL

SILVA, Magda Fernandes da¹

SILVA, Samira Gama²

SILVA, Bruna Carla de Sousa¹

RESUMO

A crescente sensibilização das sociedades modernas para as questões culturais e ambientais tem fomentado uma maior abertura e interesse, por parte das instituições governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento e estabelecimento de estratégias de intervenção no âmbito da preservação, reabilitação e conservação do patrimônio cultural. O tema em questão, atualmente, atrai atenção das sociedades modernas, no que concerne à proteção do patrimônio cultural, pois este se encontra ameaçado de destruição e deterioração, devido as mudanças decorrentes de fatores naturais, bem como as mudanças econômicas e sociais, que agravam a situação. Alguns desses fatores estão relacionados ao crescente processo de evolução, proveniente da globalização, na qual tem contribuído para o aumento de tais mudanças. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conceito, a evolução histórica e a problemática que envolvem o tema, permitindo à população analisar a relação que tange entre o resgate e o aproveitamento do patrimônio cultural e as possibilidades de intervenção turísticas. Para isso, foram utilizadas pesquisas bibliográficas referentes ao assunto.

PALAVRAS-CHAVE

turismo; identidade cultural; conservação; patrimônio

O QUE É PATRIMÔNIO?

A palavra patrimônio tem origem latina, patrimonium, e, primordialmente, estava relacionada com bens de família, herança e posse.

Essa palavra possui vários significados. Para que possamos entender melhor o conceito de patrimônio é preciso saber um pouco da história e seu contexto histórico, pois este é tudo aquilo que faz parte da história, ou seja, o legado deixado pelos antecedentes.

AUTORES

1 Acadêmicas do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Administração e Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

O sentido ou definição mais comum é o conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem. Desse modo, patrimônio nacional, por exemplo, é o conjunto de bens que pertencem a determinado país.

O patrimônio pode ser classificado por duas divisões, tais como: natureza e cultura. Patrimônio natural são as riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto às jazidas. Já, quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado na medida em que se revisa o sentido de cultura.

PATRIMÔNIO CULTURAL: CONCEITO

O conceito de patrimônio cultural evoluiu, ao passar de tesouro artístico a recurso para desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ao patrimônio cultural associa-se um conjunto de valores, como beleza, antiguidade, identidade, estética, curiosidade, entre outros. Nesse processo de evolução, o significado da palavra patrimônio passou de tesouro artístico - que era destinado à contemplação por apenas uma minoria de privilegiados - para monumento histórico-cultural - de interesse dos Estados-nação - e posteriormente, passou a representar culturas, e ser instrumento de educação universal.

Essa visão de patrimônio como um recurso econômico, capaz de gerar emprego e renda, está associada ao crescimento do turismo e à necessidade das pessoas conhecerem a diversidade cultural das regiões, dos territórios nacionais e de todo o planeta.

Atualmente, o patrimônio cultural é considerado um conjunto de bens materiais e não materiais, que foram legados pelos nossos antepassados e que, deverão ser transmitidos aos nossos descendentes, acrescidos de novos conteúdos e significados, os quais, deverão provavelmente, sofrer novas interpretações de acordo com novas realidades socioculturais. Este é composto por elementos tangíveis e intangíveis, tanto do passado quanto do presente, os quais, caracterizam no seu conjunto um povo, uma cultura.

Assim, os bens culturais que constituem o patrimônio cultural podem ser divididos em dois grupos: bens tangíveis - materiais - e intangíveis - não materiais. O primeiro grupo - material ou tangíveis - está constituído por construções antigas, ferramentas, objetos pessoais, vestimentas, museus, cidades históricas, patrimônio arqueológico e paleontológico, jardins, edifícios militares e religiosos, cerâmica, esculturas, monumentos, documentos, instrumentos musicais e outros objetos que representam a capacidade de adaptação do ser humano ao seu meio ambiente e a

forma de organização da vida social, política e cultural. O último grupo – não material ou intangíveis – é formado por todos aqueles conhecimentos transmitidos, como as tradições orais, a língua, a música, as danças, o teatro, os costumes, as festas, as crenças, o conhecimento, os ofícios e técnicas antigas, a medicina tradicional, a herança histórica, entre outros.

Portanto, os bens patrimoniais formam uma ferramenta educacional importante, pois permitem que os jovens conheçam seu passado como forma de compreender melhor o presente e, ao mesmo tempo, consolidem-se valores e se fortaleça o processo de construção de uma identidade cultural.

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Na idade antiga, a concepção de patrimônio era associada a idéia de coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, de luxo e de prestígio, como troféus, tesouros, oferendas religiosas, sendo estes de desfrute individual, inacessível a todos, como uma forma de propriedade privada.

Na idade média, civilizações gregas e romanas consideravam o patrimônio como vestígios de uma civilização superior, que, por isso, é imitada. Por essa razão, havia o tráfico de obras-de-arte, bem como cópias de modelos originais. Existia também, uma valorização estética e herança cultural de interesse pedagógico. Nessa época, a concepção de patrimônio estava associada a idéia de algo que se respeita, que é sagrado, mas também relacionava-se com relíquias, escavações arqueológicas.

A partir do Renascimento, o conceito de patrimônio passou a se identificar com o passado histórico, os objetos artísticos, especialmente belos e meritórios, passaram a ser valorizados por sua dimensão histórica e rememorativa, como produtos culturais de uma época determinada. Além disso, os renascentistas passaram a adotar o patrimônio de valor artístico, venerando-o por sua beleza estética, particularmente nos séculos XV e XVI. Nessa época, buscou-se recuperar e conservar os bens do passado, pois, o patrimônio passou a ter não só um interesse histórico, como também um interesse artístico. A obra-de-arte podia ser um documento para se conhecer o passado, idéia propiciada pelos primeiros estudos rigorosos de história da arte. Entre os séculos XVI e XVIII, os jovens da nobreza passaram a cultuar e a venerar o passado viajando para as regiões onde se encontravam o patrimônio monumental das civilizações antigas para se educarem, como uma forma anterior de turismo, de-

nominado Grand Tour, a qual antecedeu a popularização das viagens iniciadas por Thomas Cook, em 1841, considerado o marco inicial do turismo moderno.

Em 1789, com a chamada Revolução Francesa, houve uma mudança significativa em todo esse processo de evolução. O Estado apropriou-se dos bens e coleções da Igreja católica, da nobreza e da monarquia reunindo-os em museus. Desse modo, com a ascensão da burguesia ao poder em inúmeros países europeus, aumentou-se significativamente o número de museus por toda a Europa. Os museus ganharam uma função política, de fortalecimento dos recém-criados Estados-nação. Assim, o patrimônio, em termos políticos, assumiu um novo papel simbólico, qual seja, representar a comunidade identificada como nação.

Dessa forma, além do valor histórico e artístico, o patrimônio ganhou um valor político e passou a ser identificado com o Estado, representante dos interesses gerais da nação. Ao longo de todo o século XIX e boa parte do XX perdurou essa concepção de patrimônio público, nacional e estatal, como instrumento de formação e consolidação das identidades nacionais. Durante esse período, o isolamento do patrimônio em museus, contribuiu para a expansão do turismo ao destaca-lo e separa-lo do presente, tornando-o objeto de visitação. Com o passar do tempo, os museus foram perdendo, gradativamente, sua função educativa e passaram a ser frequentados principalmente pelas elites e por intelectuais, com o intuito de limitar o acesso ao patrimônio, que era considerado pertencente à cultura erudita, identificada com as elites.

Somente a partir da metade do século XX esse quadro começou a ser alterado, constituindo-se a concepção do patrimônio com inúmeras dimensões, passando a considerar o seu potencial socioeducativo e econômico, além de seu valor cultural. Ampliou-se o público dos museus, retomando seu papel na educação massiva. O crescimento do turismo de massas no período colaborou para expandir a concepção do patrimônio, a partir do momento em que amplas camadas da população passaram a ter acesso às viagens e a desejar conhecer outros povos, outras culturas e a fortalecer sua própria identidade pelo conhecimento do passado.

Atualmente, a definição de patrimônio, além de valores históricos, artísticos, científicos, educativos e políticos, incorpora outros, que se relacionam com o território e com a construção da identidade cultural de uma população. Exige-se o compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação como sua exploração adequada. Essa concepção de patrimônio associa-se a idéia de riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural, na qual há plena acessibilidade e novos usos, participação e envolvimento da sociedade civil,

restauração.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA – PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Época e Desenvolvimento

Década de 30 - Início da valorização do patrimônio arquitetônico brasileiro no contexto do movimento moderno, marcado pelo sentimento nacionalista, centrado na questão da identidade nacional. Em 1937 – criado o SPHAN. Lúcio Costa e Mário de Andrade – esforço de construir a identidade nacional – recuperaram nas artes o estilo barroco e na arquitetura o estilo neocolonial. Cidades inteiras, conjuntos arquitetônicos e edifícios foram tombados. Ouro Preto, Diamantina, Olinda, Salvador, São Luís...

Meados do Século XX - Administradores públicos passam a considerar benéficos da remodelação do espaço público como forma de atrair capital para os centros urbanos. Ex: Museu de Bilbao – Espanha; Times Square – EUA; Brasil – Rio de Janeiro.

Década de 60 - No Brasil, a arquitetura e o urbanismo passam a ser objeto de interesse turístico devido à melhoria dos acessos rodoviários.

Década de 70 - Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas para promover o desenvolvimento turístico histórico do Nordeste.

Década de 80 - Em 1982, formulou-se conceitos de cultura e desenvolvimento na Conferência Mundial do México. Este era considerado um processo complexo e multidimensional que vai além do crescimento econômico e integra energias da comunidade, devendo fundar-se no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade. Já aquela era considerada como um conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social; engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistema de valores, tradições e crenças.

Em 1986, na Conferência de Brundtland foi introduzido, pelo documento final Nosso Futuro Comum, conceitos de sustentabilidade e de biodiversidade, ambos transportados para o campo da cultura.

Entre 1988 a 1997, a UNESCO declarou Decênio Mundial do Desenvolvimento Cultural.

Em 1989, a UNESCO estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da

Cultura Tradicional e Popular e vem, desde então, estimulando a sua aplicação ao redor do mundo. Esse instrumento legal fornece elementos para a identificação, a preservação e a continuidade dessa forma de patrimônio, assim como de sua disseminação.

Final do Século XX - Temas de debates sobre a cultura, a identidade, o turismo e o desenvolvimento. Constataram que o turismo de massa consumista estava matando os lugares. Como solução para áreas degradadas pelo turismo de massa cresce o turismo cultural e o ecoturismo. Visitantes mais educados e conscientes, à procura de informações e de novas experiências. Tendo como alvo ambientes naturais específicos e cidades históricas, manifestações culturais, a culinária, a arte e o artesanato. O turismo cultural passa, então, a ser visto pelos órgãos de preservação como meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como instrumento de informação do público visitante.

Década de 90 - Em 1995, criou-se a Comissão Mundial de Cultura e o relatório Nossa Diversidade Criadora, o qual acrescenta que o desenvolvimento não tem que ser apenas sustentável mais cultural. Surge, pois, a necessidade de preservar a diversidade cultural como a riqueza máxima do nosso planeta.

Em 1991, no Tratado de Maastricht, a União Européia designou a cultura como fator de elaboração de políticas de desenvolvimento. O turismo era visto não apenas como fonte de crescimento econômico, mas também como forma de manter e reforçar identidades regionais.

Em 1993, o Caminho de Santiago de Compostela, foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

No período de 1995 à 1973, cresceu o número de visitantes de 3 milhões para 34 milhões por ano na Espanha.

Em 1998, a Conferência de Estocolmo fixou objetivo como a adoção de política cultural como chave de estratégia do desenvolvimento, a promoção da criatividade, da participação na vida cultural e da diversidade cultural e lingüística.

Início do Século XXI - Surgem questões como o que preservar e para quem preservar, bem como da identidade cultural.

Em 2001, a UNESCO criou um título internacional, concedido a destacados espaços e manifestações da cultura tradicional e popular.

Em 2003, a UNESCO adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial. Essa convenção regula o tema do patrimônio cultural imaterial e, assim integra a Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, que cuida dos bens tangíveis, de modo a contemplar toda a herança cultural da humanidade.

PRESERVAÇÃO X CONSERVAÇÃO

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos (de qualquer natureza), de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Preservar significa proteger, resguardar, evitar que alguma coisa seja atingida por alguma outra que lhe cause dano.

Por outro lado, conservar significa manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural.

Quanto à legitimidade da conservação como alternativa à preservação não há unanimidade. Na realidade, os preservacionistas acreditam que a conservação destrói a aura do bem cultural. O problema, geralmente, é que o bem assim “protegido” transforma-se num equipamento com pouca utilidade social e nenhuma viabilidade financeira, que onera o poder público responsável. Desse modo, o patrimônio mantém sua aura, mas não se mantém.

Nessa discussão encontra-se implícita a questão do público e do privado. Muitas pessoas, como a comunidade científica e a sociedade mais ampla entendem que o patrimônio deve permanecer público, pois sua privatização seria uma forma de alienação.

Paradoxalmente, então, a preservação acaba sendo uma proposta que leva, muitas vezes, à destruição gradativa do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou de simples manutenção, e a conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é o que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. Portanto, a idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas sim lucrar com ele para conseguir mantê-lo.

A PROBLEMÁTICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA DESTRUIÇÃO

Uma questão que se coloca, logo de início, à definição de qualquer tipo de patrimônio (cultural, artístico, histórico, natural...), prendem-se com a importância

que as sociedades atribuem aos diferentes bens e à necessidade de classificação, recuperação e preservação dos considerados mais importantes enquanto herança das gerações passadas e legado para as vindouras. No entanto, essa preocupação vai-se desenvolvendo concomitantemente com o próprio desenvolvimento sócio-econômico, verificando-se, mesmo ao nível legislativo, uma maior atividade no âmbito da sensibilização e conservação patrimonial nos países tidos como mais desenvolvidos. Nestes, o patrimônio é cada vez mais identificado com uma herança coletiva a preservar para passar às gerações vindouras de formas a perpetuar os vestígios direta ou indiretamente ligado à História do Homem e da Sociedade.

Concluindo, verificamos a necessidade urgente em valorizar e divulgar o patrimônio cultural, o que deve ser antecedido por um processo de estudo, sistematização, classificação e inventariação, de forma a desenvolver um esforço concertado de recuperação, preservação e conservação dos elementos identificados como tal.

A mudança no conceito de patrimônio acompanha a mudança no conceito de história, ciência esta que por muitos séculos registrou apenas os grandes feitos políticos. A história oficial, que conta os grandes feitos e batalhas, passou para a história social, na qual passa a contar também o cotidiano das pessoas. A tendência (substituir por um sinônimo) é levar em conta tanto os grandes feitos quanto a história das minorias, ou seja, dos relegados, e a relação entre diferentes segmentos que compõem as sociedades estudadas, incluindo as relações econômicas e sociais, a vida doméstica, as condições de trabalho e lazer, a atitude para com a natureza, a cultura, a religião, a música, a arquitetura, a educação.

Desse modo, o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigaram reis, condes e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Ainda que, no meio acadêmico haja quase um acordo nessa visão de patrimônio, nos âmbitos oficiais, prevalece a ênfase na identificação do patrimônio com monumentos, arquitetônicos ou escultóricos e, já que o patrimônio é considerado importante para a manutenção da identidade nacional, há o implemento em muitos países de políticas de preservação que visam evitar que a especulação imobiliária acabe com as construções consideradas históricas em sentido estrito. Em muitos países, ampliaram essa visão e tomaram medidas legais para evitar o contrabando ou a venda legal de material arqueológico, obras de arte e outros utensílios tidos como patrimônio nacional para grandes centros, museus ou coleções particulares.

Em 1972, na convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, determina-se

patrimônio cultural como conjunto de bens ou valores, constituídos por monumentos, conjunto de edificações e sítios.

A convenção de 1972 advertiu que o patrimônio está cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela deterioração normal, derivado de fatores naturais, como por mudanças nas condições econômicas e sociais, que agravam a situação, e em meio as quais estaria o turismo. Os fatores naturais que podem estragar um bem são as enchentes, a erosão, as inclemências do tempo em geral. Entre os outros fatores, estão a respiração humana e animal, os excrementos, as emanções decorrentes dos escapamentos dos automóveis ou das chaminés de fabricas, a falta de reparações ou reparações malfeitas, e o vandalismo (incluindo as pichações).

Políticas de Preservação

Para que o patrimônio seja protegido dessas ameaças, são necessárias as políticas de preservação. Essas políticas não são neutras, refletem a ideologia dos que fazem as leis. Definir o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem conservar para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir.

Em relação à questão da preservação, observa-se que o Estado que legisla sobre esses bens raramente pode manter o patrimônio em bom estado e os utensílios em espaços adequados, sejam eles museísticos ou não.

As políticas de preservação referentes ao patrimônio arquitetônico tendem a impedir de tocar os bens, a preservá-los, no sentido estrito da palavra, a resguardá-los, o que implica deixar os prédios fechados. O problema se minimiza quando essas políticas são aplicadas a edificações já pertencentes ao Estado, mas, quando são aplicadas a bens particulares, há uma colisão com os interesses da área imobiliária, que podem levar à ações extremas por parte dos proprietários.

No caso do Brasil, segundo Fonseca (1997, p.111), "(...) as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos...."

A medida legal mais palpável para proteger o patrimônio é o tombamento. Este consiste num registro do bem num "livro de tombo", em cujas páginas ficam registrados os bens considerados valiosos e sujeitos às leis de preservação do patrimônio, o que sugere não poderem ser demolidos nem modificados em seu aspecto externo ou em suas características essenciais, sugerindo também que, num raio de

300 metros, nada pode ser alterado.

O Estado tomba prédios históricos para protegê-los da destruição rápida da demolição, mas, dificultando suas possibilidades de utilização, condena-os à destruição lenta do abandono, sem poder adotar medidas por falta de orçamento para tal.

A conservação dos prédios mediante reaproveitamento por parte de empresas privadas, para finalidades acordes com as necessidades do presente, tem sido uma sugestão para viabilizar a manutenção do patrimônio.

É marcante na Constituição Federal de 1988 a intenção do constituinte em ressaltar a importância da proteção do patrimônio cultural nacional, indicando a obrigação do Estado em garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como, garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

A Constituição Federal de 1988 evoluiu em comparação as anteriores e definiu com forte delimitação a importância da preservação do patrimônio cultural considerando, inclusive, passível de punição, os danos e ameaças ao patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que, com o passar do tempo, devido ao processo de globalização, o conceito de patrimônio evoluiu, e o turismo foi se associando e identificando-se cada vez mais com o patrimônio cultural. Um fato que comprova essa realidade é o crescimento de patrimônios históricos tombados, restaurados e conservados, conseqüentemente ampliando as visitas em cidades históricas, bem como, aumentando o interesse e incitando a curiosidade nas pessoas em conhecer outras culturas, povos, línguas, costumes, tradições, nações.

Além disso, houve uma mudança concernente aos valores patrimoniais históricos, artísticos, científicos, políticos, econômicos e culturais, permitindo as pessoas a tomarem conhecimento do legado deixado pela história da nação, bem como, conscientiza-las de que o passado, o presente e o futuro estão interligados, e que toda população deve construir sua identidade cultural. Vale dizer que, o turismo tem ajudado na construção dessa identidade cultural, ao passo que, incentiva a população a preservar e conservar os patrimônios, mantendo assim o crescimento das cidades e dos recursos.

A participação da comunidade nos atos de proteção do patrimônio cultural pode ocorrer por duas formas: a primeira, pela participação da comunidade organizada nos conselhos de cultura e nos organismos que decidem os objetos material ou

imaterial a serem preservados; a segunda é traduzida pela utilização de mecanismos legais, tais como a ação popular para coibir os atos políticos que ponham em riscos os valores de importância cultural definido pela coletividade.

Segundo Ana Luiza Piatti, Arquiteta e Urbanista Consultora da Embratur – UNESCO: “O turismo cultural deve ter uma relevância direta para a vida no mundo de hoje. Depois que o visitante se forem, deve-se perguntar-se, como resultado da visita, eles passaram a compreender melhor a relações entre gente e lugar, como as estruturas são construídas e sobrevivem, como artistas interpretam uma área e a vida em épocas passadas, como a dança e a música se desenvolvem em determinado lugar. Desafio é integração do patrimônio com a vida moderna, não apenas atingir uma meta de lazer, desvinculada da vida cotidiana do lugar.”

Ressalte-se que, existe um país caracterizado por diferenças culturais e por desigualdades sociais, pretensamente unificado por um projeto cultural do grupo dominante, que procurou construir uma cultura nacional homogênea baseada na destruição das culturas particulares e na imposição de valores considerados universais. Esse tipo de concepção de patrimônio cultural impede a aplicação de uma política de proteção e preservação à totalidade dos objetos culturais que formam o patrimônio cultural real do país; impedindo, ao mesmo tempo, que diversos grupos sociais existentes identifiquem-se com inúmeros bens culturais selecionados como patrimônio nacional.

Assim, como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo.

Dessa forma, a necessidade de manter a identidade cultural de um país e de um povo com medidas preservacionistas é garantir o equilíbrio entre o crescimento e o progresso sem desaparecer o passado e a memória da sociedade no desenvolvimento geral da grande nação universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Margarida. Turismo e legado cultural – as possibilidades do planejamento. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Tombamento e patrimônio cultural. In: BENJAMIN, Antônio Hermem V. (Coord). Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

AS CONDIÇÕES ATUAIS DA CIDADE PARA RECEBER O CRESCIMENTO POPULACIONAL E INDUSTRIAL

VALE, Márcio Vinícius Guimarães do¹

ALBUQUERQUE, Luziane Bartolini²

RESUMO

A cidade de Três Lagoas está passando por mudanças inesperadas, devido ao preparo para o crescimento industrial e populacional acelerado em todo seu território nos últimos dois anos. Com a vinda de diversas empresas, a cidade passa por um crescimento populacional, inesperado e repentino. Isso se explica principalmente pela instalação da International Paper e outras empresas a ele relacionada. A International Paper é uma empresa multinacional que trabalha com a fabricação de papel e celulose, grande responsável pelo crescimento atual de Três Lagoas. Empresa consolidada no mercado há vários anos com sede nos EUA e que está sendo implantada no município de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul. A citada empresa compreende a instalação de uma de suas unidades devido às condições favoráveis em localização geográfica e incentivos industriais. Essa empresa junto com a VCP, que é sua subsidiária, estará em destaque, no provimento de mão de obra e matéria prima. O artigo pretende reunir dados sobre as empresas e de sua instalação bem como os possíveis impactos que elas irão trazer à cidade tanto do lado social (político, educacional, saúde e de turismo), tanto do lado tecnológico. Será utilizada a metodologia de coleta de dados por meio de textos jornalísticos, noticiários e da própria empresa.

PALAVRAS-CHAVE

International Paper; Impactos sócio-culturais; município de Três Lagoas

INTRODUÇÃO

A International Paper é uma empresa que está investindo bilhões instalando uma de suas filiais na cidade de Três Lagoas. A empresa será inaugurada em 2009 e vai ser responsável pela produção de papel e celulose.

Três Lagoas é um município do estado do Mato Grosso do Sul, localizado às margens do rio Paraná, divisa com o estado de São Paulo, com cerca de noventa mil habitantes. A cidade já possui um pólo industrial significativo e de grande relevância, tal situação ocorre devido às leis de incentivos industriais do município, propiciando

AUTORES

1 Acadêmico do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Secretariado e Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

um maior desenvolvimento econômico e industrial na cidade de Três Lagoas.

Com sua implantação, terá benefícios e malefícios para a cidade. Em se tratando de benefícios, protegerá a natureza e a política de desenvolvimento sustentável; se comprometerá a melhorar continuamente a produtividade de suas florestas, com a adoção de práticas econômica e ambientalmente responsáveis, oferecendo oportunidades educativas para a comunidade e conservando os recursos naturais; manterá programas de formação pessoal, por meio de processos educativos e treinamentos específicos, visando a construção de uma força de trabalho que desempenhe suas atividades de maneira profissional e moralmente responsável face ao meio ambiente, segundo a própria empresa “os impactos (alterações que ocorrerão na água e no ar) serão de pequena magnitude e, mesmo somados às emissões/concentrações já existentes na região, não ultrapassarão os limites estabelecidos na legislação”, mas de uma forma ou outra, há sim um impacto na cidade e região

Em se tratando de malefícios à cidade de Três Lagoas, podemos dizer que a cidade não estava preparada pra receber essas empresas, pois falta infra-estrutura adequada, como falta de moradia, falta de hotéis, restaurantes, supermercados, hospitais, etc. Além da falta desse tipo de infra-estrutura ainda existe o problema de falta de mão de obra capacitado para atender as necessidades do novo público ou moradores que estão por vir.

Outro aspecto que será afetado, é a mistura de cultura, pois pessoas de outras cidades e culturas estão e virão habitar aqui, havendo um choque cultural na cidade com a chegada de aproximadamente de 7 a 10 mil pessoas, havendo vários tipos de discriminação tipo racismo, etc.

Os dois hospitais N. Senhora Auxiliadora e Remo Massi, que já atendem a toda região, não serão o suficiente, tendo que haver breves investimentos não só na estrutura dos hospitais, mas também em toda a equipe médica, ou seja, deve-se investir na infra-estrutura urbana básica que envolve além de atendimento médico, saneamento básico, pavimentação das ruas, construção de casas, educação, segurança entre outras coisas.

A cidade tem pouco asfalto e rede de esgoto, pois cidade com um fluxo de habitantes tão intenso é imprescindível saneamento básico para a toda população.

Impactos Sócio-Culturais

Tem-se notado que os impactos econômicos do turismo são freqüentemente observados em curto prazo, ou até mesmo imediatamente. E isso é o que o pre-

ocupa os responsáveis pelas indústrias. O Turismo é um fenômeno de aproximação ou do afastamento das pessoas. Através do contato que promove entre as diferentes culturas, uma vez que coloca ao mesmo tempo em um espaço temporariamente compartilhado a pluralidade cultural da humanidade.

Apesar da mudança de cultura na cidade não afetar o turismo diretamente, pois o turista leva consigo todos os seus hábitos, tradições e comportamentos de consumo para a região de destino, provocarão certo impacto entre moradores da cidade e região. Se fossemos analisar a questão de um ponto de vista econômico, veríamos que a empresa vai gerar divisas para a cidade e com isso aumentar o poder de compra dos moradores locais, fomentando o setor comercial de Três Lagoas, contudo não podemos ver as coisas por um ângulo só, por isso é importante fazer uma análise crítica e imparcial do tema.

O turismo e Desenvolvimento

É fato notável, que o turismo, é uma atividade econômica que mobiliza grandes fluxos em todo o mundo e, que por sua vez, gera altíssimos índices de trocas comerciais e negócios entre as regiões de emissão e recepção. Um ramo do turismo que vai ser diretamente afetado é o que chamamos de turismo empresarial (business). Tão relevante quanto o aspecto econômico de tal atividade turística, é a dimensão social e cultural que o abriga. Existem fatores que poderão determinar o grau de impacto sócio-cultural na cidade receptora, nesse caso Três Lagoas/MS, tais como:

- A coerência e força da cultura local;
- O grau de desenvolvimento da população;
- As medidas tomadas pelo setor público para minimização dos impactos sócio-culturais.

Vemos com isso a grande possibilidade de ameaça dos hábitos tradicionais da população local, pela vinda da empresa International Paper.

Mesmo que isso represente custos sociais altos em longo prazo, em decorrência da ausência de uma preocupação com o devido planejamento e controle da atividade, bem como de seus resultados sobre a comunidade. Segundo RODRIGUES:

No mundo ocidental, o crescimento econômico, o aumento da produção e da riqueza, fez-se um contexto de prosperidade e de segurança internacional, que permitiram mercados, reestruturações produtivas, redistribuição dos frutos do crescimento e efetivação de objetos de coesão econômica e social. (RODRIGUES, 2001, p.94)

De acordo com a autora, em todo o planeta podemos ver crescimento populacional e econômico devido ao aumento de produção, que é o caso da nossa cidade. Produz-se cada vez mais e isso faz com que haja um desenvolvimento econômico.

O projeto em Três Lagoas representa um investimento de US\$ 300 milhões sendo US\$ 121 milhões investidos somente em 2007. A Fábrica Três Lagoas se insere em um mercado em franco crescimento. Com a instalação da unidade no Mato Grosso do Sul, haverá também a atração de novos investimentos e desenvolvimento de setores já instalados na região.

Com a vinda da empresa para o município, diversas outras empresas se instalaram na cidade e região para atender a multinacional desde sua construção até seu consumo final. Com isso, diversas pessoas chegaram à cidade, em busca de emprego dificultando assim moradia na cidade

Perante um investimento econômico tão alto e vinda de tantas pessoas, a cidade será mais freqüentada por pessoas do Brasil e do mundo. As autoridades do município, devem estar a par do que está por vim na cidade.

Segundo a prefeita, está bem acelerado os preparativos para uma bom desenvolvimento na cidade. Pois desde quando assumiu o poder até o momento, a cidade tem se desenvolvido e progredido para a chegada das empresas. Com a notícia, diversos empresários despertaram o interesse de abrir algum investimento na cidade. Isso justifica a vinda de novos hotéis à cidade, novos restaurantes, novas agencias de automóveis e até agências de viagens. E isso não vai parar por aqui, com o decorrer dos anos, depois que mais industrias vierem à cidade, vai aumentando assim, a chegada de novos empreendimentos, tanto para o bem estar da população tanto para a manutenção das empresas.

Os meios de transporte

Os meios de transportes existentes em Três Lagoas e região também mu-

dou muito, pois o tráfego de ônibus na cidade, faz com que haja engarrafamento em determinados pontos de movimento. Outra mudança importante é a vinda de novas empresas rodoviárias no município, sendo mais um tópico a se pensar com a chegada de tantas pessoas de fora da cidade que utilizam transporte rodoviário para visitar suas famílias que moram longe.

Além da Motta e Andorinha, a Reunidas, São Luiz e Contijo operam na cidade e vão para vários destinos do Brasil, como também para o Nordeste.

O aeroporto do município, não atende às necessidades da cidade nem atualmente e nem com a chegada das indústrias não havendo nenhuma empresa aérea operando na cidade, pois empresário que terão que vir à Três Lagoas, terão que usar transportes particulares como carros, aviões, etc. O aeroporto tem uma pista boa, maior que a do aeroporto de Congonhas, podendo assim pousar aviões de médio porte, pois o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, já pousou aqui na cidade com um Boeing 737 com capacidade para 180 pessoas.

Considerações finais

Conclui-se nesse trabalho, a pesquisa feita na região, visualiza o que veio e o que tem de vir na cidade de Três Lagoas / MS. De uma forma geral percebe-se que a vinda de empresas de grande porte acarretará em impactos diretos e indiretos ao município, podendo também fazer com no futuro, venha aumentar os casos de epidemia e doenças respiratórias devido ao excesso de poluentes lançados ao ar. Mas por outro lado, haverá ainda mais, progresso na cidade, pois quem pensa que a cidade já mudou, pode ter certeza de que nos próximos 10, 20 anos haverá uma mudança muito maior do que a atual. A cidade já tem um projeto de ampliação para atender às grandes demandas gerando maiores investimentos constantes, podendo possivelmente se tornar a segunda maior do estado.

A cidade também ficará mais conhecida no mundo todo, pois atualmente, já foi apontada pela revista Exame, como uma cidade industrializada, exportará grande quantidade no porto de Santos para o exterior. Envolver-se-á possivelmente com negócios nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA

CASTROGIOVANNI, Antônio. Turismo Urbano (org) – São Paulo : Contexto, 2000

RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, 2001

SWABROOKE, John. Turismo Sustentável : conceitos e impacto ambiental, vol. 1 / John Swarbrooke; (tradução Margarete Dias Pulido). – São Paulo : Aleph, 2000

SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável : Turismo cultural, ecoturismo e ética, vol 5 / John Swarbrooke; [tradução Saulo Krieger]. – São Paulo : Aleph, 2000 - Turismo

Sites pesquisados:

Pesquisa efetuada no dia 02 de setembro de 2007 www.internationalpaper.com.br

LAZER E RECREAÇÃO NO REASSENTAMENTO PORTO JOÃO ANDRÉ

ALVES, Regiane D Carmem Puci¹

SAITO, Ana Paula Noemy Dantas²

RESUMO

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo analisar as formas de lazer e recreação que a comunidade do Reassentamento Porto João André utiliza; os motivos pelos quais não podem praticar outras atividades além das que possuem. A pesquisa pretende verificar as atividades de lazer que eles exerciam em seu local de origem, e através de questionário ter acesso às opiniões que a comunidade tem para melhorar essas atividades. Toda a pesquisa será efetuada através de questionário, pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo no local estudado, totalmente de acordo com a posição e situação do pesquisador.

PALAVRAS-CHAVE

Recreação, Lazer, Necessidade da Prática, Reassentamento

INTRODUÇÃO

O Lazer e a Recreação têm importância fundamental na vida do homem na atualidade, por ser uma forma de relaxar e de se ver livre das atividades habituais. A partir do momento em que o ser humano deixa de dedicar a si próprio um momento de descanso, ele passa ter uma maior incidência de doenças nervosas, causando a si próprio problemas que podem se tornar irreversíveis.

Após responder as perguntas seguintes daremos início a discussão que en-

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Secretariado e Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

foca o Lazer e a Recreação no Reassentamento Porto João André, desde as formas de lazer que utilizavam antigamente até as utilizadas nos dias atuais.

Lazer e Recreação

A palavra Recreação vem do latim *Recreatio*, que significa recriar, restaurar. A atividade na recreação é espontânea, mas ao mesmo tempo não deve ser “um fazer por fazer” e sim “UM FAZER PARA SER”. A recreação se utiliza principalmente do jogo, que vem do latim *Jocus*, que significa brincadeira, zombaria, divertimento, desafio, representação.

Para falar de lazer alguns autores usam como referencia alguns parâmetros, como exemplo, tempo livre, escolha pessoal, gratuidade e atitude. A seguir temos algumas definições deste tema que já foi muito estudado e ainda é.

“Tempo de que se pode livremente dispor, uma vez cumpridos os afazeres habituais.” (Dicionário Aurélio, 1986 apud Larizzatti, 2005, p.13)

“O tempo em que temos autonomia e limites para buscarmos experiências significativas sem comprometer normas e costumes da sociedade, que valorizem o desenvolvimento individual, grupal e coletivo.” (World Leisure and Recreation Association apud Larizzatti, 2005, p.13)

Para CAMARGO¹, 1989 (apud Larizzatti, 2005, p.13), lazer possui algumas propriedades, as quais seriam:

- **Escolha Pessoal:** Para ser lazer temos que fazer aquilo que queremos.
- **Gratuidade:** Em geral, o lazer não tem interesses econômicos voltados para ele.
- **Prazer:** Podemos dizer que lazer é sinônimo de prazer, de hedonismo². Sem prazer certamente deixaríamos de fazer a atividade do lazer.
- **Liberação:** Envolve se liberar das obrigações do dia-a-dia, fazendo coisas diferentes da rotina do trabalho.

Segundo PARKER (1978, p.19-20 apud Larizzatti, 2005, p.14), são três as definições de lazer:

- Consideramos as 24 horas do dia e subtraímos trabalho, sono, alimentação, necessidades fisiológicas etc.;
- Não envolve o conceito do tempo, mas sim, a qualidade da atividade a que alguém se dedica. Envolve aspectos mentais e espirituais.
- União dos dois itens anteriores, resultando num “tempo de que o in-

1 Camargo, Luis Otavio.

2 Doutrina que afirma constituir o prazer o fim da vida.

dividuo dispõe, livre do trabalho e de outros deveres e que pode ser utilizado para fins de repouso, divertimento, atividades sociais ou aprimoramento social” ou de “atividades de livre e espontânea vontade”.

Para DUMAZEDIER, 1976 (apud Larizzatti, 2005, p.15), lazer é: “Conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos seja para descanso, seja para divertimento, seja para o seu desenvolvimento pessoal e social, após cumpridas suas obrigações profissionais, familiares e sociais”.

Muitos autores não distinguem diferenças entre lazer e recreação, pois acreditam ser a mesma coisa. Para outros, recreação é uma função do lazer.

A comunidade a seguir descrita reside neste reassentamento por motivo da realocação existente pela Companhia Energética de São Paulo (CESP), pela construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. Criado a cerca de oito anos, este reassentamento deveria tentar suprir todas as necessidades da comunidade, porém na opinião da comunidade em pesquisas realizadas anteriormente, os problemas e as necessidades estão estampadas a cada pessoa. Uma dessas necessidades é o Lazer e a Recreação.

O Reassentamento Porto João André é um distrito industrial cerâmico, que ainda não está nas posses da prefeitura, situado a 8 km de Brasilândia – MS e 42 km de Três Lagoas - MS, contendo 36 (trinta e seis) cerâmicas, que fabricam blocos e tijolos, e 150 (cento e cinquenta) casas, onde 75% estão ocupadas por famílias que habitavam na antiga vila Porto João André e os outros 25% por pessoas que vieram de outras localidades em busca de empregos nas cerâmicas.

Este reassentamento conta com: 1 (um) creche (fora de funcionamento), 1 (um) prédio onde será instalada a delegacia futuramente, 1 (um) prédio onde será instalado o posto de saúde, 1 (um) posto de saúde provisório, 1 (uma) igreja católica, 1 (uma) igreja evangélica, 1 (um) Centro comunitário que se encontra fechado, 1 (um) campo de futebol que está inutilizado e 1 (um) campo de futebol de areia que a comunidade construiu (porém não se encontra em estado de uso).

Muitos dos prédios descritos que ainda se encontram fora de funcionamento, só poderão ser utilizados a partir do momento em que a Prefeitura Municipal tomar posse do local, porém toda a comunidade sabe que os Gestores Municipais não querem tomar posse, pois muitas das obras feitas pela CESP ainda têm que ser terminadas e outras ainda devem ser feitas.

Na antiga Vila Porto João André, onde a população residia antes de ser realocada para este reassentamento, os ribeirinhos tinham várias formas de desfrutar do lazer. Eles Jogavam bola no campo, na areia na beira do rio, nadavam, jogavam vôlei

na areia, estavam sempre procurando uma forma de se divertir.

Atualmente no reassentamento onde vivem, encontram problemas para realizar atividades com sentido de descanso e lazer. Criaram suas formas de descanso e divertimento, como sentar na calçada e tomar tereré, ouvir música, ficar em casa e juntar uma turma para ver televisão, fazer churrascos com intuito de diversão, ir para a cidade a noite comer pizza ou um lanche, ir a bailes, ir ao córrego e ao rio nadar e pescar, ir aos bares jogar cartas (truco e caxeta) e jogar sinuca.

Nas palavras de MARCELLINO (2002 p.30-31):

A precariedade na utilização dos equipamentos não-específicos coloca-nos duas questões igualmente importantes:

1) A necessidade de desenvolvimento de uma política habitacional, que considere, entre outros aspectos, também o espaço para o lazer – o que não é fácil num país como o nosso, com alto déficit habitacional, e que deve, portanto, estimular alternativas criativas em termos de áreas coletivas;

2) A consideração da necessidade da utilização dos equipamentos específicos para o lazer, através de uma política de animação.

Na visão da comunidade, o reassentamento necessita da liberação do centro comunitário para que realizem festas e também a liberação do playground existente ao redor da creche. A revitalização do campo de futebol é necessária, pois este não conta com gramado em bom estado, precisando, então, ser feita a troca de gramado e a planagem do terreno.

Ainda na visão da população seria muito bom se fosse implantado um centro poliesportivo para que os jovens pratiquem esportes variados, e a criação de uma praça com mesas de jogos para idoso e brinquedos para crianças, pois o lazer e a recreação devem ser praticados por todas as idades.

Considerações Finais

As pesquisas efetuadas neste trabalho demonstram a necessidade que a comunidade do Reassentamento Porto João André tem de implantar uma área exclusiva para a pratica do lazer e da recreação em todas as idades. Sendo assim a melhor forma de suprir essa necessidade é com a implantação de uma quadra poli esportiva, visando benefícios físicos e mentais a toda a comunidade, sem esquecer da diminuição que ocorrerá na quantidade de crianças brincando nas ruas, evitando assim acidentes.

Bibliografia:

GUTIERREZ, Gustavo Luis, LAZER E PRAZER Questões Metodológicas e Alternativas Políticas. Campinas – SP, Autores Associados, 2001.

LARIZZATTI, Marcos F., LAZER E RECREAÇÃO PARA O TURISMO. Rio de Janeiro, Sprint, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho, ESTUDOS DO LAZER Uma introdução. 3ª ed. Campinas – SP, Autores Associados, 2002.

TURISMO, LAZER E TERCEIRA IDADE

GONÇALVES, Vivian Cristina de Souza¹

ALBUQUERQUE, Luziane Bartolini²

RESUMO

Este trabalho tem o intuito de ressaltar sobre a relação entre o turismo e lazer na terceira idade. Atualmente, o turismo cresce de forma acelerada nos locais que apresentam potencialidades para tal atividade. Como atividade de lazer, o turismo é um eficiente meio para difusão cultural e informacional sobre uma determinada localidade ou região, proporcionando direta e indiretamente, além do desenvolvimento turístico, o progresso econômico e social para as mesmas. O aumento da população idosa, fora do processo produtivo, vivendo de aposentadoria, pode ser um vilão para a atividade turística, pois já estão com a vida financeira estável, isto é, já criaram os filhos, já se aposentaram, adquiriram a maioria dos bens materiais, restando tempo livre para conhecer novos lugares. Sendo assim, segundo Moletta (2000, p. 8), pode-se conceituar o turismo da terceira idade como sendo “um tipo de turismo planejado para as necessidades e possibilidades de pessoas com mais de 60 anos, que dispõem de tempo livre e condições financeiras favoráveis para aproveitar o turismo”. Além disso, o turismo acaba sendo um instrumento importante para fazer com que as pessoas continuem a ser “interessantes” para o sistema capitalista mesmo depois de encerrada a exploração da força de trabalho, pois permanecem, produtivas para a economia. Os idosos carregam consigo muita energia e alegria, tornando-se necessário ocupá-los, oferecendo-lhes momentos agradáveis em companhia de amigos. Daí entra o Turismo, que é capaz de revigorar as energias e até mesmo, curar muitos males, contribuindo para uma longevidade saudável.

PALAVRAS-CHAVE

turismo; lazer; idosos

INTRODUÇÃO

Segundo Fromer, Betty,(2003, p.58):

O turismo é um conjunto de atividades e relações existentes nos deslocamentos temporais voluntários, realizado pelo afastamento da morada permanente por diferentes motivos, com intenção de retornos, e a utilização total ou parcial dos bens e serviços orientados para a satisfação dos viajantes.

AUTORES

1 Acadêmica do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Secretariado e Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

Viajar em qualquer idade sempre foi fonte de imenso prazer e distração. O cliente “jovem”, de meia idade, aproveita essa fase da vida para conhecer lugares sonhados, ou voltar onde um dia passou e gostou. Existem pacotes turísticos próprios para a terceira idade. Alguns hotéis fazenda contam com estrutura médica, nutricionistas e professores de educação física que estão preparados para supervisionar os passeios e atividades. É importante não confundir aposentadoria com lazer. Ela é apenas um momento de descanso, direito de quem trabalhou longos anos. Deve-se somar à aposentadoria uma rotina saudável, que inclua diversão e exercícios leves, que podem melhorar as condições físicas e afastar o fantasma do mau humor e da depressão.

A terceira idade, antes era um segmento não muito explorado pelo turismo, onde os profissionais de turismo não reconheciam os idosos como um público atraente, onde ele somente busca o conforto, satisfação e valorização de seu bem-estar. Essas pessoas não medem esforços para estarem sempre satisfeitas, geralmente são as únicas pessoas que não se importam com os gastos previstos, geralmente ficam nos melhores hotéis, compram pacotes completos, com visitas, shows, festas culturais, recreação e diversos tipos de serviços oferecidos pelo turismo.

Já nos dias de hoje, as empresas turísticas já estão se preparando para atender melhor ao público da terceira idade, podendo assim oferecer alternativas de viagens e serviços turísticos mais adequadas a terceira idade.

O lazer assume nos dias atuais um caráter essencial frente à busca pela melhoria na qualidade de vida. Dumazedier (1973,p.46):

Define o lazer como sendo: “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Apesar das perdas que sofrem devido à idade avançada, os idosos mantêm as mesmas necessidades psicológicas e sociais que possuíam nas outras fases da vida e, por isso, reconhecem e valorizam o lazer. Mesmo com todas as dificuldades com que se deparam no dia-a-dia, eles não abrem mão de vivenciar o lazer, pois isso se consiste em um tempo privilegiado para a obtenção de bem-estar em qualquer que seja a idade.

O lazer pode ser vivido sob várias formas, ele compreende a vivência de inúmeras práticas culturais, como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e também as formas de arte, dentre várias outras possibilidades. Dentre estas possibilidades, o Turismo é uma das atividades que mais se destaca no cenário atual. Sua prática é uma das atividades que mais crescem no mundo. O turismo se torna uma expressão do lazer quando o objetivo da viagem é o descanso, a diversão, o relaxamento.

O turismo ganha cada vez mais adaptos na terceira idade. Ainda mais em se tratando de Brasil, um país de inúmeros atrativos naturais, culturais e históricos. Os idosos gostam de viajar e fazem disso um hábito. Esta prática lhes proporciona uma vida mais prazerosa e significativa. É claro que problemas como a falta de saúde, falta de companhia, violência urbana e baixos rendimentos, são fatores que os impossibilitam de realizar esta prática, mas ainda assim, na medida do possível, não a deixam de realizar.

Os idosos costumam viajar em épocas de baixa temporada, onde os movimentos são menores, favorecendo assim, a economia do local; costumam usufruir do lazer e levarem consigo souvenirs para toda a família. Estes são alguns exemplos de como os idosos podem contribuir para o sistema capitalista; e, mais importante que isso, o seu tempo livre é um grande atrativo para o sistema, que através do Turismo o transforma em lucros.

A atividade turística é vista geralmente pelo seu caráter econômico, esquece-se porém que ela possui uma importante função sociocultural. O turismo não pode ser visto apenas como uma procura por prazer ou fuga da realidade. Sua prática estimula novos olhares, novas

perspectivas, novos valores e compreensão nas relações com o outro.

BENEFÍCIOS DO TURISMO PARA A TERCEIRA IDADE

O turismo para a terceira idade contribui muito para a saúde e auto-estima dessas pessoas, favorecendo a elas uma melhor saúde física e mental, despertando alegria, e prazer para os mesmos. Favorecem também a esse público novas descobertas, aprendizagens, conhecer novos lugares, proporcionando o acesso a novas culturas e integração social e outros.

OS TIPOS DE TURISMO QUE A TERCEIRA IDADE USUFRUI COM MAIOR FREQUÊNCIA

- Turismo Ecológico; realizado em lugares que exploram o contato e as belezas da natureza, tais como: caminhada, praias, campos, meio rural entre outros.
- Turismo de férias; realizado por famílias e amigos.
- Turismo Terapêutico ou de saúde; realizados em estâncias termais e hidrominerais, salinas, etc.
- Turismo Cultural; apresentada como atração das religiões turísticas, as chamadas motivadoras, como; artesanato, idiomas, tradição, gastronomia, artes, músicas, histórias de religião (monumentos, edifícios e patrimônios culturais e naturais)
- Turismo Esportivo: realizado por um grupo de pessoas que desejam participar ativamente de treinamentos, campeonatos, eventos desportivos etc.
- Turismo Religioso; realizado por grupo de pessoas que tem como meta conhecer lugares religiosos, espirituais, enfim, assuntos pertinentes a religião a qual pertence.
- Turismo de Eventos; enquadram-se aqui turismo de negócio, férias, cursos, seminários, jornadas, eventos religiosos e esportivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por finalidade argumentar sobre o tema (Turismo, Lazer e Terceira Idade), ressaltando assim a participação da terceira idade diante ao turismo e lazer.

O turismo tem uma grande aceitação pela Terceira Idade, mas para que ele seja bem aceito e executado é preciso um planejamento com objetivos bem definidos, objetivos que levem os interesses e necessidades da terceira idade. Onde através desse planejamento o sucesso das empresas turísticas sejam satisfatórios.

O turismo é um meio de proporcionar novas perspectivas de vida devido aos conhecimentos que este proporciona, fazendo com que ele amplie sua visão do mundo.

BIBLIOGRAFIA

AEMS - FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS, Manual do Acadêmi-

co 2007.

BENEDETTI, T. B.; LOPES, M. A.; MAZO, G. Z. Atividade Física e o Idoso: Concepção Gerontológica. 2ª ed. Porto Alegre, 2004.

FROMER, B.; VIEIRA, D. D. Turismo e Terceira Idade. São Paulo, 2003.

MICHEL, J.P.; MANIDI, M. J. Atividade Física para Adultos com mais de 55 Anos: Quadros Clínicos e Programas de Exercícios. Barueri, 2001.

MORENO, Guilherme. Terceira Idade: 250 Aulas. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2003.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: CONSERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

SILVA, Jacqueline Santa Rosa da¹

BERSANI, Silvânia de Fátima²

SANTOS, Rennã Buzachero dos¹

RESUMO

Patrimônio em sua definição geral resume-se em um bem móvel ou imóvel, material ou natural, que possua valor significativo para uma pessoa ou sociedade. Este valor significativo que acaba se tornando o fundamento de várias questões referentes ao patrimônio. Na verdade, para que se haja uma importância para as pessoas, estas devem no mínimo saber do que se trata, qual sua funcionalidade naquele determinado espaço, ou mesmo qual foi sua representação em certo período de tempo.

Para o turismo o entendimento e a cultivação de bens de valor de caráter histórico cultural são importantíssimos, já que a atividade turística depende e sobrevive da descoberta e da apresentação de diferentes e novas culturas e valores sócio-culturais.

A grande questão que cabe a este trabalho é a discussão da forma de manter o patrimônio material, imaterial e arquitetônico, propriamente dito em seu melhor estado, o mais parecido possível com seu original. Conservar ou preservar?

Trata-se de uma discussão longa e árdua, que não depende só do poder público ou privado, mas também da educação e preparo da população para entender a real importância no sentido histórico, cultural e natural. Assim já dita uma frase de autor desconhecido "A valorização do patrimônio cultural depende, necessariamente, de seu conhecimento. E a preservação sustentável, do orgulho que o povo possui da própria identidade e cidadania".

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio histórico, conservação, preservação, cultura.

INTRODUÇÃO

Uma das maiores motivações que levam uma pessoa ou um grupo a praticar o turismo, é o conhecer novas culturas, novos hábitos, novas línguas. Mesmo que este não seja o principal motivo, assim mesmo o turista o fará. Antes de mais nada, o turista deve ter dentro de si a consciência de que nenhuma cultura é superior à outra. Sendo assim a viagem será muito mais proveitosa, tendo o devido valor e respeito para com o próximo.

AUTORES

1 Acadêmicos do Curso de Turismo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

2 Docente dos Cursos de Turismo, Serviço Social, Fisioterapia, Pedagogia e Secretariado Executivo - AEMS - Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS

Reinaldo Dias em outras palavras coloca a importância do contato entre turistas e comunidade receptora, já que esta relação deixará nítida as diferenças e a identidade do grupo, identificando quem são os semelhantes e quem são os diferentes diante a cultura presente, valorizando a diversidade.

As sociedades que permitem aos seus membros amplo contato com outras sociedades poderão esperar mudar mais rapidamente e tornar-se mais complexas do que as sociedades cujos componentes têm pouco contato fora de seus agrupamentos locais. Quanto maior o âmbito de novidade a que o povo é exposto, maior a probabilidade de que adote novas formas. O contato entre sociedades é o maior determinante da mudança de cultura. (FOSTER, 1964, p.33)

O turismo cultural, por si trás impactos positivos e negativos tanto para quem o realiza como para quem o recebe (população residente), são sofridas alterações de comportamento devido ao contato externo com outros tipos de pessoas, de culturas.

Ou seja, são indícios da globalização que aparece e cada vez mais se torna presente nas sociedades.

Considerado como um problema relacionado não só diretamente com o turismo cultural, mas com a própria população local, mesmo sendo contraditório pelo fato do turismo cultural utilizar o patrimônio como recurso para seu desenvolvimento, o descaso com símbolos historicamente e ou culturalmente importantes para a região ainda existe, e muitas vezes tal situação ocorre pelo desconhecimento e esquecimento de seu significado. Como exemplo claro da perda de valor para com os patrimônios tombados, pode-se citar a cidade de São Paulo, que prédios comerciais e residenciais, arranha-céus tomam conta do espaço urbano, escondendo casarões da época dos barões do café. O grande contraste é nítido, onde a evolução ganha espaço e toma conta do espaço reservado para a memória do passado, aos olhos de muitos tal situação é vista como uma poluição visual, entendendo que aquela casa antiga não tem sentido para o local, sendo assim, não recebendo o devido valor e os precisos cuidados, patrimônios tombados estão se auto consumindo devido ao tempo e condições climáticas que o atingem. Patrimônios, ainda não tombados, logo não reconhecidos como tal, também, se não são considerados como um bem da população são destruídos por ato de vandalismo, ou são vítimas dos efeitos do tempo.

Quando se pensa na conservação de um patrimônio histórico, logo vem à cabeça o questionamento de qual contexto este patrimônio se adequa, afinal em

pleno século XXI vive e cultiva-se o valor do belo, do novo, do atual e o contexto de patrimônio remete a algo antigo e ultrapassado, mesmo que não o seja, porém este é o conceito já fixado nas atuais gerações. Tal ocorrência se dá pelo fato que no Brasil não há e, quando existente é muito pouco ou muito falho, um programa de educação cultural, para a interação de pessoas com símbolos importantes para a história de sua região, ou país, deixando clara a importância do cultivo de bens como estes.

A grande dúvida em relação a tudo isso é como manter o patrimônio, já que se preservá-lo, este aos poucos irá se degradando por conta dos efeitos do tempo, lembrando que preservar é manter intacto, ou seja, não se pode usá-lo como um bem material ou algo comercializável. Logo, não é viável tal proteção, pois na verdade um patrimônio não tem sentido por si só, este não se mantém. Nas palavras de Reinaldo Dias (2006, p.101) “Patrimônio não existe por si mesmo, é criado pelos seres humanos por meio de um processo de seleção diretamente relacionado ao grupo social a que pertence”.

Cabe então ao responsável, seja ele o poder público ou privado, conservar o patrimônio, pois assim este se manterá característico de sua época, não igual, pois não existe uma maneira que paralise o processo de evolução, mas ainda assim essa conservação o fará parecer o máximo possível com sua criação. Reinaldo Dias (2006, p.101) coloca que “por meio do turismo o patrimônio tem mais chance de tornar-se um recurso renovável”, mas isto só ocorrerá com a manutenção do bem patrimonial, o benefício da conservação é justamente a possibilidade de uso do patrimônio, sendo assim ele terá algum valor para sociedade, sendo cada vez mais valorizado mostrando que este representa fundamental importância para a melhoria de vida em uma condição sustentável. Segundo Margarita Barreto (2000, p.17) “A idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para mantê-lo”.

Visto que a conservação de um bem da população é mais viável do que sua preservação, cabe a cada cidadão perceber que o patrimônio histórico é importante para manter a identidade nacional, entendendo o patrimônio como um recurso da comunidade que favorece em seu desenvolvimento.

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família pela posse por varias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo. (Gonçalves 1988, p. 267).

Quando se diz valorizar e cultivar, conservar seus elos com a história, não se diz pelo valor material isoladamente.

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribuí à memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico – social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento. (Camargo 2002, p.31)

Uma nação, cidade, ou região que não tem um vínculo com o passado através de patrimônios, da mesma forma como esqueceu o seu ontem, será esquecida no seu amanhã.

BIBLIOGRAFIA

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico cultural, São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento. 2.ed. Campinas / SP: São Paulo, 2000.

PIRES, Mario Jorge. Levantamento de atrativos históricos em turismo – uma proposta metodológica. Turismo Teoria e Prática.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural - recursos que acompanham o crescimento das cidades, São Paulo : Saraiva, 2006.

IPHAN. Disponível em www.iphan.gov.br

ECETUR: A IMPORTÂNCIA DO ECETUR E SEU PAPEL NA VIDA ACADÊMICA

Vivian Cristina de Souza GONÇALVES¹

Luziane Bartolini ALBUQUERQUE²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do ecetur, encontro científico de estudantes de turismo que é realizado pela AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas-MS. O encontro é realizado através de alunos e professores do curso de turismo da própria instituição, e também conta com algumas participações acadêmicas de outras localidades como: Rio de Janeiro, Ilha Solteira, Minas Gerais e outras regiões. Ao decorrer desse encontro, são apresentadas pesquisas científicas destinadas aos acadêmicos, profissionais de turismo e áreas afins, despertando também o interesse da troca de conhecimento para os estudantes, contribuindo assim com informações a quem presta serviços, aos visitantes e palestrantes do encontro dessa forma esses fatores proporcionam o espírito crítico acarretando para uma melhor formação profissional. Este ano será o terceiro encontro a ser realizado, afirmando-se assim o importante papel que a instituição vem desenvolvendo.

PALAVRAS-CHAVE

Encontro Científico, Acadêmicos, Pesquisas Científicas.

ECETUR: A IMPORTÂNCIA DO ECETUR E SEU PAPEL NA VIDA ACADÊMICA

O ECETUR; Encontro Científico de Estudantes de Turismo é um evento onde proporciona aos participantes, um espaço onde são apresentadas e discutidas pesquisas científicas realizadas ou que ainda estejam em andamento. Apresentadas através de comunicações coordenadas ou painéis, fomentando-se assim o espírito científico e intercâmbio de pesquisas.

A pesquisa científica nada mais é do que um procedimento sistemá-

AUTORES

1 Discente do Curso de Turismo da AEMS –
Faculdades Integradas de Três Lagoas - MS

2 Docente dos Cursos de Turismo e Secretariado Executivo da AEMS –
Faculdades Integradas de Três Lagoas - MS

tico, e tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. A pesquisa científica é desenvolvida mediante a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Resultando-se assim em: artigos, dissertações, teses, livros e outros.

Segundo (RODRIGUES, ADYR BALASTERI, 2001, p.41):

Consultando a produção científica da Geografia nas duas últimas décadas, em âmbito internacional, os trabalhos publicados interessando aos estudos de turismo surpreendem pela sua morosidade em acompanhar a evolução do pensamento geográfico. Como assinala A. Luis Gómez (1988:45) os próprios autores manifestam um sentimento de insatisfação ante as pesquisas empreendidas, queixando-se da falta de base teórica mais profundas e contextualizadas no âmbito das ciências sociais, em particular na Psicologia e na Antropologia Social.

O evento estimula aos acadêmicos o embasamento científico; fazendo-se com que essas pesquisas se tornem públicas e sejam disponibilizadas para um maior número de interessados.

Esse encontro tem o intuito de desenvolver e apresentar pesquisas científicas destinadas aos acadêmicos, professores, profissionais de turismo e áreas afins. O evento teve início no ano de dois mil e cinco, através dos professores do curso de turismo da AEMS (Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul), tendo seguimento no ano de dois mil e seis contando com a colaboração dos alunos do segundo ano de turismo, para a organização do evento. Sendo realizado na própria instituição, envolvendo assim acadêmicos, professores e palestrantes da cidade, outros estados ou região. Sendo realizado anualmente representando assim a semana acadêmica, que geralmente é realizada no mês de Outubro.

Tendo a importância de despertar o interesse da troca de conhecimento para os estudantes, contribuindo também com informações a quem presta serviços, aos visitantes e palestrantes do encontro, dessa forma contribuindo para uma melhor formação profissional. O encontro tem o intuito de absorver vários temas, onde são apresentadas várias palestras e trabalhos envolvendo a disciplina de turismo. Onde no primeiro ECETUR teve como tema central, Turismo: Pesquisa de desenvolvimento local, com a palestrante Cláudia Corrêa de Almeida-Senac, SP, e Arnaldo Leite, Assessor Técnico da Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. Sendo exibidas algumas pesquisas apresentadas pelos acadêmicos, onde uma delas

abordou o tema: Potencialidades Hídricas de Três Lagoas e Sua Importância Local, expostas pelos acadêmicos: Sérgio Luiz Ribeiro Fernandes Júnior e Cássia Bianca da Silva, alunos de turismo da AEMS.

Já no ano seguinte, o tema abordou Responsabilidade Social e Ambiental, que foi apresentada pela Professora Doutora Marília Gomes dos Reis Ansarah, professora da Universidade Paulista (UNIP-SP), do curso de Turismo; que abordou o tema seguinte: O Mercado de Trabalho e o Perfil do Bacharel em Turismo e a Responsabilidade Social; Onde as pesquisas realizadas abordavam o tema: Reflexão Ambiental: O Caso de Três Lagoas - MS, exposto pela acadêmica: Cíntia dos Santos Sena, acadêmica de Turismo AEMS.

As palestras e pesquisas apresentadas durante o Ecetur, têm o papel de passar e adquirir informações do meio turístico, podendo assim passar aos participantes as potencialidades, problemas, conscientização e conhecimento desses trabalhos, onde com isso também desperta e interesse de realizar pesquisas.

Tendo essas pesquisas apresentadas como um a grande fonte de pesquisas á serem realizadas para maiores interessados pelo turismo. E ao decorrer da semana acadêmica, além das pesquisas científicas e palestras, também acontecem peças teatrais, musicais e até mesmo exposições de produtos regionais, acontecendo também city tours para os participantes do evento, onde eles podem usufruir dos recursos naturais da cidade de Três Lagoas/ MS, fazendo-se o intercâmbio entre os acadêmicos e profissionais da área, despertando o interesse de conhecer a cidade e atrativos turísticos da região, aos participantes de outras cidades ou estados.

Assim como: o estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras. O evento não só desperta o interesse em pesquisas científicas aos acadêmicos e profissionais de turismo, como também estimula outras pessoas, sendo da comunidade local e estando entre elas estudantes de escolas públicas. Onde elas participam do evento, podendo saber realmente o que é turismo, além de despertar o interesse pela vida acadêmica.

E ainda durante o encontro são realizados sorteios de brindes aos participantes, incluindo refeições, dia de lazer, camisetas, canetas, bonés, etc.

Para que os participantes possam receber o certificado de participação na semana acadêmica de turismo, eles devem pagar uma taxa de inscrição com antecedência na secretaria da instituição, onde os alunos filiados à ABBTUR (Associação Brasileira de Bacharel em Turismo), pagam dez reais, e os não filiados pagam o valor de quinze reais, já os profissionais não filiados pagam vinte cinco reais e filiados pagam vinte reais. Após isso eles recebem um caderno de programação e resumo do

encontro, recebendo também junto ao caderno de programação um crachá com o nome do participante.

A taxa cobrada para inscrição é de muita importância, pois com essa verba arrecada, são feitos investimentos para a realização do evento, pois a verba contribui para a compra de matérias oferecidas a cada participante, estando entre eles o caderno de programação e o certificado de participação, que se torna muito importante a cada participante; além de contribuir também para o deslocamento, alimentação e estadia dos palestrantes que vem de outras cidades e estados.

É importante ressaltar alguns patrocinadores que também contribuem para que o encontro aconteça, sendo eles: Pousada de Tucunaré, que oferece dias de lazer, Jaçanã Turismo, Vila Romana Park Hotel, AEMS, Costa Lesta e vários patrocinadores que vem contribuindo e apoiando o evento á cada ano.

Ao término da semana acadêmica, os participantes recebem o certificado de participação do encontro, contendo nestes, horas complementares.

Os certificados entregues aos participantes são elaborados pelos acadêmicos do curso de turismo da própria instituição, sendo entregues pela coordenação do curso de turismo da AEMS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por finalidade argumentar sobre o tema ECETUR, (Encontro Científico de Estudantes de Turismo), que vem se tornando uma grande e importante ferramenta para as realizações e apresentações de trabalhos científicos na vida acadêmica, e com essas participações, os resultados vêm sendo satisfatórios.

Pois como pode perceber no primeiro ano em que foi realizado o evento, a maior parte dos participantes eram acadêmicos da própria instituição, já no segundo ano, houve um grande aumento de participantes, não apenas da instituição como também de outros estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros.

Outro fator que é importante ressaltar, foi que no primeiro evento a comissão organizadora foi apenas do corpo docente da instituição, já no segundo ano houve a interação de acadêmicos do 2º ano de turismo. Despertando ainda mais o interesse em participar de eventos realizados na instituição, e também a forma de como é planejado e realizado o evento, antes, durante e depois.

Esses fatores contribuem para um melhor crescimento profissional entre os acadêmicos, pois esse é o principal objetivo do ECETUR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEMS-FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS.LAGOAS, Manual do Acadêmico 2007.

BERSANI, Silvânia de Fátima. ANAIS. ECETUR – Turismo: Responsabilidade Social e Ambiental. Três Lagoas, 2006.

ONO, Fabrício Tetsuya Parreira. Caderno de Programação e Resumo. ECE-TUR-Turismo: e Pesquisa e Desenvolvimento Local. Três Lagoas, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar 3ª ed. São Paulo, 2001.

TURISMO: UMA DISCUSSÃO SOBRE VALORES DE USO E VALORES DE TROCA

Samira Gama da SILVA¹

Silvânia Fátima BERSANI²

RESUMO

Este artigo tem por finalidade abordar algumas reflexões sobre o Turismo. Aqui serão abordadas algumas questões como o lazer e o ócio, o valor de uso e de troca. O lazer e o ócio passam a ser uma necessidade no mundo atual e o turismo é preenchido como uma troca. Como valor de uso, uma mercadoria presta um serviço. Mas, como valor de troca, o que importa é o resultado alcançado é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie e o objetivo dessa sociedade é a satisfação. Esta pesquisa se embasa na disciplina O mundo da mercadoria e da Cidade cursada no mestrado de geografia no Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo, lazer, ócio, valor de uso e valor de troca.

O LAZER, O ÓCIO, O TURISMO. VALORES DE USO E VALORES DE TROCA

Rodrigues (2001), define o ócio como o não fazer nada e o lazer supõe o consumo do tempo com alguma atividade. Nas palavras de Rodrigues (2001), “lazer e consumo tornaram-se intimamente relacionados”.

Dentre essas definições também tem-se o tempo livre, que com o sistema capitalista, o ser humano é praticamente impedido de “perder tempo”. Como destaca Daminiani, o tempo livre também se coloca, no pensamento marxista, como a positi-

AUTORES

1 Docente dos Cursos de Administração e Turismo da AEMS – MS
Mestrado em Geografia – Campus de Aquidauana/UFMS – CAPES

2 Docente dos Cursos de Administração e Turismo da AEMS – MS
Mestrado em Geografia – Campus de Aquidauana/UFMS – AEMS

vidade que o trabalho traz no seu próprio interior (ALFREDO, 2001, p.58).

“(...) o tempo livre compreende, especialmente, na segunda metade do século, as novas indústrias, novos investimentos, novas organizações, uma institucionalização sem precedentes. Desenvolve-se a indústria do turismo. (...) Como contrapondo, a natureza e a história são transformadas em objetos de consumo “cultural”, e as férias, os lazeres, de modo geral, aparecem como ruptura – pretensas “rupturas”, momentâneas da vida cotidiana, que se afastam no sentido pleno da festa. (ALFREDO, 2001, p. 58).

O lazer e o ócio passam a ser uma necessidade, o turismo é preenchido como uma troca. Seguindo o pensamento de MARX, escrito em *Os Economistas* (1996), a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie. Lefebvre (1991), define que o fim, o objetivo dessa sociedade é a satisfação. (...) A necessidade se compara a um vazio, mas bem definido, a um oco bem delimitado. O consumo e o consumidor enchem esse vazio. Ocupam esse oco.

A paisagem no Turismo acaba sendo uma mercadoria, devido aos serviços que ocorrem, mas ela (a paisagem), não é uma mercadoria. Como valor de uso, uma mercadoria presta um serviço. Mas, como valor de troca, o que importa é o resultado alcançado (SANTOS, 1994, p.128). LUCHIARI (2000), aponta que o turismo, portanto, transforma o tempo livre em algo comercializável e transmuta o valor de uso dos lugares em valor de troca, em mercadorias.

Aqui, estamos entendendo, os atrativos naturais utilizado pelo Turismo, como valor de troca, já que, SANTOS (1994), aborda o valor de troca como produzido pelo trabalho universal abstrato, realizado num quadro social não controlado pelo trabalhador. O lazer não deixa de ser uma reivindicação pelo qualitativo, a expressar uma contradição entre valor de uso, valor de troca e o uso (LEFEBVRE apud ALFREDO, 2001, pg 58).

“Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Estas terras passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinha apenas valor de uso) e no início do processo, muitas posses foram vendidas por valores mínimos, sendo que os caiçaras estavam poucos habituados às relações capitalistas ou a conviver com valores monetários, pois quase todas as necessidades eram satisfeitas pela produção

familiar. O turismo penetrou como especialização, e outras atividades econômicas (como a pesca), passaram a ser abandonada até considerados entraves à modernização, inclusive pelos poderes públicos” (ALFREDO, 2001, p. 58).

Ouriques (2002) em seu artigo: Pesquisa em Turismo: uma perspectiva crítica; explana o caso da transformação da fé em mercadoria no município de Nova Trento/SC. Cidade onde foi beatificada Madre Paulina, onde o autor aborda que Nova Trento, é sem dúvida um exemplo de invenção de um lugar turístico, (...) acaba se transformando em uma localidade com vocação natural para o turismo religioso. (...) o que aparece evidente é a apropriação, pelos ideólogos do capital turístico, da fé religiosa em benefício de uma forma específica de acumulação do capital.

Ao apelarem para mudanças de caráter estético, mesmo com a melhor das intenções religiosas (associadas ao velho desejo de vender alguma coisa, é claro), aqueles que reformulam as imagens, torna-as “místicas” ou “serenas”, acabaram de por reproduzir o mundo das aparências do capitalismo, o mundo do fetichismo, já que não basta à Madre Paulina ser Santa, ela tem que parecer Santa.(OURIQUES, 2002).

Ouriques ressalta ainda que, a descrição do turismo religioso serve para ilustrar a lógica fetichista e espetacular do turismo. Notoriamente essa interferência para ser vendido ao turista, perde o seu valor histórico, identitário, voltando-se apenas para o valor mercadológico, de como as pessoas gostariam que fosse, não realmente aquilo que o é. Ao mudarmos a expressão de uma imagem, estamos indo muito além do que possa imaginar, está ocorrendo uma perda, deixando de ser oriundo e passando a fazer parte do quadro das “novas tendências”, ou melhor dizendo, o que estiver com melhor aceitação de mercado.

O artesanato é um dos itens que mais sofre modificações, perde sua verdadeira identidade, dando espaço à aquilo que está de atual, com mais retorno lucrativo. Temos como exemplos cidades vendendo artesanato provenientes de outras localidades, pertencentes a outros estados e a outra cultura. “Quem quer que costume viajar bastante, já percebeu como vários itens se repetem, numa chamada ‘ordem internacional’ no mundo do turismo” (YÁZIGI apud CRUZ, 2001, p. 158).

No que tange à uma análise sobre o Turismo, percebe-se de como é impactante a atividade para a comunidade. Reproduzir nos lugares turísticos as formas que alimentam o individualismo e o empreendedimentismo econômico é submeter

o lugar e suas populações à lógica totalizadora dos projetos racionais, verticais, de cima para baixo. É excluir, nas formas reproduzidas, os usos e as funções sociais pré-existentes (LUCHIARI et. al., p. 12, 2000).

Nessa óptica de pertencer áquilo que nos pertence, o que ocorre perante os fatores que envolvem o turismo é a desterritorialização da comunidade, ocorrendo a partir disso, a exclusão. Desterritorialização, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão sócio-espacial. Da mesma forma que cada momento histórico tem os seus próprios elementos estruturadores de uma experiência (HAESBSERT, 2001, p. 36,).

O sentimento de pertença já está embuído em cada pessoa da comunidade, o lugar é mais do que um local que se mora, e sim que se estreitam laços afetivos com a valorização de ser parte de si. É na ação de produzir um valor, uma representação, um controle sobre o espaço que os homens, num campo relacional de poder, constroem territórios (RAFFESTIN apud LUCHIARI et al., 2000, p 05).

O novo ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e, mudando o homem. (Milton Santos, 1999, p. 263).

Para RAFFESTIN, o território pode ser definido como espaço concreto, como se território e espaço fosse quase sinônimo. E seguindo a concepção de RAFFESTIN, ele aborda que, o território, é onde ocorre a “cena de poder”, ou o lugar onde estas relações de poder se dão. (RAFFESTIN apud SILVA, 2004, p. 19). O pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. (HAESBSERT, 2001, p 22). O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais mas também, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. (BENNEMAISON et.al apud HAESBSERT, 2001, p 22). E seguindo o pensamento de HAESBSERT (2006), ele define que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e ou/ de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos, cada um de nós necessita territorializar-se.

A territorialidade segundo (SACK apud SILVA 2004, 2004, p. 19), estaria intimamente ligada às relações de poder para com quem e o que é controlado, afetado e influenciado no espaço geográfico.

A territorialidade será definida como a tentativa, por um indivíduo ou gru-

po, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica (SACK, apud HAESBSERT, 2001, pg 30).

Quando a localidade se depara com um empreendimento fora da realidade vivida por eles, é entendido como uma agressão violenta, resultando além da exclusão, a xenofobia. Um olhar meramente lucrativo perante uma determinada localidade e a exclusão de seus moradores na inserção da atividade. HAESBSERT (2002), afirma que, a exclusão social que lança de forma crescente milhões de pessoas na miséria faz com que eles re-valorizem seus vínculos básicos com o “território”, mesmo no seu sentido mais elementar – como “terra”, “terreno”, base primeira da reprodução social como fonte de recursos.

Precisa-se romper as barreiras existentes entre os grandes empreendimentos turísticos e a população local, aliar impreterivelmente á comunidade as decisões, fomentando-se assim um planejamento justo. Já que para muitos, a atividade turística é um complemento de renda. Assim, RODRIGUES (2001) evidencia que o planejamento do turismo é, em princípio, complicado porque tem de conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local outras pessoas vivem e trabalham. Satisfazer a ambas não é tarefa fácil. Neste embate há conflitos frequentes e inevitáveis, levados de sentimentos xenofóbicos pelas comunidades anfitriãs.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CRUZ, R.C. Política de Turismo e Território. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBSERT, R. Território, Territórios – In: Concepções de Território para Entender a Territorialização. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFF/AGB, Niterói, 2002.

HAESSERT, R. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed: Bertrand Brasil, 2006.

LEVEBVRE, H. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

LUCHIARI, M. T. D.P - Turismo e Território: Sustentabilidade para quem? – In: Redescobindo a Ecologia no Turismo. Caxias do Sul, Ed: EDUCS, 2000.

LUCHIARI, M. T. D. P et al. Olhares contemporâneos sobre o turismo - In: "Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo". Campinas: Papirus, 2000.

MARX, karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1996 (Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe).

OLIVEIRA NETO, A. F. A Rua, o Fetiche da Mercadoria e a Produção da Cidade: Campo Grande e a 14 de julho. Campo Grande/MS, Ed: UFMS, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo. O mercado da fé em Nova Trento (SC). In: VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Campo Grande/MS: Anais do Encontro, 2002.

RODRIGUES, A. B. Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3º Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

SANTOS, M. Por uma Economia Política da Cidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A natureza do espaço. São Paulo. Ed. Hucitec, 1999.

_____. Território Territórios – In: O Dinheiro e o Território. Programa de Pós Graduação em Geografia, UFF/AGB, Niterói, 2002.

SILVA, Jan C. Território e prostituição na metrópole carioca - In: O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2004.

REVISTAS

ALFREDO. A. Geografia do Turismo. A crise Ecológica como Crítica Objetiva do Trabalho. O Turismo como "Ilusão Necessária". Revista GEOUSP. Espaço e Tempo. Departamento de Geografia. Nº9. p. 37-62, São Paulo, Humanitas, 2001.

COSTA, M. F., Ribeiro. W. Et al. O Turismo Enquanto Espaço de Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. Revista de Geografia da UFC. Mercator. Corumbá/MS Nº 06. p. 33 -42 , Ago. 2004.

AS RELAÇÕES ENTRE AS INDÚSTRIAS DE TRÊS LAGOAS-MS NO CONTEXTO DE TERRITORIALIDADE: UM ESTUDO COM PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Patrícia de OLIVEIRA¹

RESUMO

O presente artigo tem como abordagem a industrialização e as relações existentes entre as indústrias, o setor público e o privado no município de Três Lagoas-MS. Por ser um município que possui energia abundante, localização privilegiada e incentivos fiscais, Três Lagoas-MS atraiu várias indústrias. A industrialização tem determinado mudanças nas relações econômicas e sociais, com a ampliação no número de ofertas de emprego nas indústrias, e o crescimento da economia. Verifica-se, ainda, uma melhoria na qualidade de vida dos residentes. O presente trabalho objetivou-se apontar os fundamentos do impacto da industrialização na economia do município e a influência dos tipos das estratégias existentes nas relações inter-indústrias estabelecidas em Três Lagoas-MS, criando uma dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos locais para inovar e motivar o desenvolvimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com estudo de caso, tendo como opção teórico-metodológica, mais ampla, a pesquisa qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação Industrial, Desenvolvimento Local, Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

O município de Três Lagoas está localizado a leste do Estado de Mato Grosso do Sul, às margens do rio Paraná fazendo divisa a noroeste com o Estado de São Paulo. Distante 324 km de Campo Grande, capital do estado.

Três Lagoas é um pólo industrial com grandes perspectivas produtivas para o Estado de Mato Grosso do Sul, possui energia abundante, localização privilegiada e incentivos fiscais, com dois importantes empreendimentos, a Hidrovia Tietê-Paraná

AUTORES

1 Mestre

Docente do Curso de Administração - AEMS

Faculdades Integradas de Três Lagoas - MS

e o Gasoduto Brasil-Bolívia.

A industrialização em Três Lagoas-MS trouxe o crescimento e assim passou a existir uma competitividade maior e uma das estratégias para conseguir essa vantagem competitiva é feita através dos acordos de cooperação ou convênios inter-indústrias, objetivando qualificação de mão-de-obra, melhoria na tecnologia entre outros.

A pesquisa desenvolveu-se no município de Três Lagoas-MS, sendo realizada através de uma amostragem estratificada em dois momentos distintos, sendo o primeiro resultante de um questionário que foi aplicado aos empresários e o segundo junto à comunidade. A amostragem foi aleatória, tendo sido realizada em torno das indústrias, com o alcance de 168 questionários respondidos.

Para a classificação da pesquisa tomou-se como base os critérios de Vergara (1998) que compreende dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

Portanto, esta pesquisa teve como proposta analisar as relações inter-indústrias que ocorrem no município de Três Lagoas-MS, levando a seguinte indagação: Quais os tipos de relações existentes entre as indústrias e se estas relações auxiliam no desenvolvimento local?

Mediante estas questões, objetivou-se com o presente trabalho apontar os fundamentos do impacto da industrialização na economia do município e a influência dos tipos e das estratégias existentes nas relações inter-indústrias estabelecidas em Três Lagoas-MS, criando uma dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos locais para inovar e motivar o desenvolvimento. Assim foram identificados os tipos e o grau de relações inter-indústrias que existem no município de Três Lagoas-MS; verificando se essas relações estão gerando desenvolvimento local para o município e averiguando se geram melhoria na qualidade de vida da população.

ASPECTOS HISTÓRICOS DE TRÊS LAGOAS-MS

O município nasceu em 1829, com a chegada dos Bandeirantes, sendo naquela época, distrito de Paranaíba. (MARTIN, 2000).

A facilidade de comunicação com o posto avançado de Itapura e com o ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil contribuiu para fazer da região um ponto de atração. Em 15 de junho de 1915, através da Lei Estadual nº 706, a terra de Antônio Trajano dos Santos, Patrimônio de Santo Antônio das Alagoas, passa a ser chamada

de “Vila de Três Lagoas”, pertencente à Comarca de Santana do Paranaíba. Somente em 19 de outubro de 1920 a “Vila de Três Lagoas” foi elevada à categoria de município, passando a ser chamada de Três Lagoas.

Um dos principais fatores do desenvolvimento do município foi o advento da construção das Barragens: Engenheiro de Souza Dias, em Jupiá, que teve início em 1958 e foi concluída em 1974, sendo composta por 14 geradores, com potência de 100.000 KW, e a de Ilha Solteira com 20 geradores e potência 160.000 KW, no período de 1968 a 1978. A instalação das Centrais Elétricas de Urubupungá S/A (CELUSA) para a construção das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, no rio Paraná, trouxe consigo a explosão do progresso, essa construção ocorreu devido sua localização estratégica, tornando-se a mola propulsora do desenvolvimento do município (SILVA, 1999).

Moreira (2003, p. 239) afirmou que “ao longo de sua história, Três Lagoas nunca estagnou no seu progresso. Com a perseverança, os seus homens e mulheres, do campo e da cidade, a construíram, nela investiram sua economia, nela confiaram”.

Na década de 70 houve uma grande valorização das terras em Três Lagoas, atraindo vários pecuaristas e, por conseqüência, causando um impacto ambiental no cerrado. É considerado impacto ambiental quaisquer modificações, benéficas ou não, resultantes das atividades, produtos ou serviços de uma operação de manejo florestal da unidade de manejo florestal (KURTZ, 2000).

Hoje Três Lagoas-MS pode ser considerado um município em pleno crescimento, com um aumento relevante no número de empregos, o que ocasiona melhoria de vendas no comércio e aumento de arrecadação pública, que está evidente no número de obras de infra-estrutura que estão sendo viabilizados atualmente no município.

INDUSTRIALIZAÇÃO EM TRÊS LAGOAS-MS

A partir de 1997, na gestão do então prefeito Issan Fares, o município solidifica-se como pólo de desenvolvimento industrial, com mudança em sua base econômica: de que pecuária de corte do tipo extensiva para a industrialização.

Além dos incentivos fiscais para as indústrias, existentes no Estado de Mato Grosso do Sul, o município também criou Leis municipais, para atrair empresários, como a Lei nº 1429/97 de 24 de Dezembro de 1997 garantindo: a isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Taxas e Emolumentos referentes ao empreendimento pelo prazo de cinco anos. Permite também a cessão

em comodato de área no Distrito Industrial, conforme necessidade da Empresa, com posterior escrituração quando no término do projeto proposto.

Tais fatos atraíram diversas empresas a se instalarem no município, não pelas vantagens tributárias, mas pela sua localização estratégica, mesmo o município não tendo cultura industrial, e não possuindo mão-de-obra barata e sem especialização. Esse é o primeiro ponto de cooperação entre os empresários: a especialização e capacitação da mão-de-obra local.

A Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul (FIEMS) tem marcado presença no município. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ocupa papel imprescindível na capacitação de mão-de-obra, aperfeiçoando o nível técnico dos trabalhadores que ocupam vagas nas indústrias têxteis e calçadistas do município.

O desenvolvimento industrial recente no município de Três Lagoas-MS tem causado mudanças nas relações econômicas e sociais, onde ocorre um aumento do número de ofertas de emprego nas indústrias locais, com isso, percebemos um crescimento considerável da economia local ocasionando um salto no Produto Interno Bruto (PIB) do município, que, segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou a ser o quarto maior do Estado de Mato Grosso do Sul (ver tabela 1).

Tabela 1 - PIB de Mato Grosso do Sul

Município	PIB (Porcentagem)
Campo Grande	27,1
Dourados	7,7
Corumbá	4,6
Três Lagoas	4,5
Ponta Porá	2,8

Fonte: (IBGE, 2006)

O desenvolvimento econômico demanda um crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento da população. Sendo que a distribuição mais justa de renda e a democratização do acesso aos bens e serviços essenciais são condições básicas para o desenvolvimento (FURTADO, 2003).

A industrialização muitas vezes é confundida com desenvolvimento, uma vez que provoca mudanças estruturais no setor produtivo, ao utilizar máquinas e equipamentos que sugerem inovações tecnológicas contínuas. Essa concepção associa-se principalmente às regiões em fase de implantação e concentração industrial. Sabe-se que a presença física da indústria, simplesmente, não significa melhoria ao alcance de todos.

Desenvolvimento só pode ser considerado como tal se for humano, social e sustentável. Portanto, o desenvolvimento local é o fenômeno pelo qual tornam-se dinâmicas, potencialidades locais por meio de interação dos fatores sociais, econômicos, físicos e ambientais (FRANCO, 2002, p. 123-158).

Dentro do processo de desenvolvimento, o ser humano é o alvo principal sendo ele o responsável por seu sucesso ou fracasso, cada pessoa se torna ator do seu próprio progresso, de toda ordem e em todas as direções que influencie o seu entorno como fonte irradiadora de mudanças, de evolução cultural, de dinamização tecnológica e de equilíbrio meio-ambiental.

Em Três Lagoas-MS de 1991 a 2000 houve uma melhoria no índice de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) medido através: da renda, longevidade, educação entre outros fatores que medem a qualidade de vida.

A industrialização de Três Lagoas-MS resultará segundo dados da Gerência de Desenvolvimento Econômico do município, em milhares de empregos diretos que serão criados no município até o término da instalação das indústrias.

INTER-RELAÇÕES INDUSTRIAIS EM TRÊS LAGOAS-MS

Com o crescimento da industrialização em Três Lagoas-MS, passou a existir uma maior competitividade e uma das estratégias para conseguir essa vantagem competitiva é a cooperação, que na definição de Maia Júnior (1997, p. 287) “é ação de cooperar, colaboração ajuda para um mesmo fim, solidariedade”.

Em se tratando das relações mais comuns entre as indústrias, verifica-se a procura da união das empresas no sentido de buscar parcerias a fim de que seus funcionários aprendam e, por conseguinte, aprimorem seus conhecimentos no setor em que vão atuar.

Segundo Mintzberg e Quinn (2001), em lugar dos ataques predatórios, muitas empresas estão aprendendo que precisam colaborar para competir. Muitas

aglomerações produtivas se caracterizam por uma limitada divisão do trabalho entre empresas e por relações exclusivamente concorrenciais e, às vezes, predatórias.

Conforme Santos (2006) os industriais de Três Lagoas-MS estão utilizando a cooperação como estratégia competitiva, como, por exemplo, a capacitação de corte e costura industrial e doméstico realizada no mês de março de 2006, com a participação de um grupo de 215 pessoas. O curso foi uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho, o Serviço Social do Comércio (SESC), o projeto social “Ajude e Aprenda” e as Indústrias Têxtil de Três Lagoas-MS.

Ainda na década de 90 foram implantados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e que se somaram com o revolucionando assim, o ensino técnico e profissional de diversas categorias, inclusive empresariais. Serviço Social da Indústria (SESI), ocupa papel imprescindível na capacitação de mão-de-obra aperfeiçoando o nível técnico dos trabalhadores que ocupam vagas nas indústrias têxteis e calçadistas do município.

A forma mais importante de cooperação entre as empresas do município é a associação para atividades de preparação e aperfeiçoamento de pessoal. Essas relações existentes entre as indústrias, junto ao setor público e instituições de ensino em Três Lagoas-MS, são rotineiras, são comuns novos acordos de cooperação ser assinados, para elaboração de novos cursos, treinamentos em conjunto e estágios.

Conforme Santos (2006), um exemplo claro desse processo é a empresa industrial alimentícia Mabel. Quando se instalou em Três Lagoas-MS em 1998, segundo Aquiles Nogueira, gerente-administrativo, no início de suas atividades no município, houve dificuldade no recrutamento de pessoal pela falta de qualificação profissional. Hoje o grupo da Mabel, cuja segunda maior unidade é a de Mato Grosso do Sul, emprega 400 pessoas diretamente, e outras 100 ou 150 indiretamente. Ele informou que atualmente não há reclamações quanto à qualificação profissional, sendo que 90% dos funcionários são do Estado.

PERFIL DAS INDÚSTRIAS INSTALADAS EM TRÊS LAGOAS-MS

Percebeu-se que as indústrias instaladas no município são sólidas, proporcionando uma estabilidade maior econômica para o mesmo e também uma maior segurança na estabilidade empregatícia para a comunidade local.

A seriedade dessas empresas e do município em relação à industrialização

local está atraindo outras empresas que apresentam pretensão de se instalar, e iniciar negociações para futura vinda ao município de Três Lagoas-MS. Lembrando que o município esta sendo escolhido pelo fato de ter uma localização estratégica, oferecer isenção fiscal e baixo custo de mão-de-obra.

Observou-se que parte das parcerias das indústrias em Três Lagoas estão voltadas para a qualificação e especialização da mão-de-obra local, demonstrando a preocupação dos empresários como sendo fato gerador do aumento na lucratividade.

Pode-se dizer que os industriais de Três Lagoas-MS mostram-se dispostos a buscar os apoios necessários, interagindo com as instituições públicas e privadas, as quais proporcionam mecanismos de apoio e, dependendo da qualificação, muitas são firmadas entre as próprias indústrias que se unem para melhorar o desempenho de seu pessoal.

O número de empresários que participa de algum projeto social ainda é pequeno, levando-se em consideração que além do lado filantrópico, tem também o lado empresarial, pois as doações são deduzidas do imposto de renda e o marketing social também é um fator importante e deve ser valorizado por esses empresários. Dos projetos existentes no município de responsabilidade das indústrias locais destacam-se: construção de casas para os funcionários financiadas com desconto em folha de pagamento num valor equivalente ao que o funcionário pode pagar. As casas estão sendo construídas próximas às indústrias para facilitar o trajeto dos funcionários para o trabalho.

ANÁLISE DOS DADOS JUNTO À COMUNIDADE

Dos 168 entrevistados, obteve-se 57,14% (96 entrevistados) de homens e 42,86% (72 entrevistados) de mulheres, deste total 48,81% são naturais de Três Lagoas-MS e 51,19% de outros municípios. Verificou-se ainda que dos naturais de Três Lagoas-MS, 44,03 (34) homens e 47,22% (40) mulheres. Dos informantes vindos de outros municípios temos 55, 97% (56) homens e 52,78% (38) mulheres totalizando 168 informantes (ver tabela 2).

Tabela 2 - Perfil dos entrevistados

Perfil

	Vindos de outros Municípios		Naturais de Três Lagoas-MS		Total Entrevistados
	Frequência (f)	%	Frequência (f)	%	Frequência (f)
Homens	56	55,9	34	44,03	90
Mulheres	38	52,7	40	47,22	78
Total	94		74		168

Analisando o objetivo da pesquisa que é o de conhecer os impactos da industrialização em Três Lagoas-MS, a questão sobre “quanto tempo reside no Município de Três Lagoas-MS?” verificou-se haver um equilíbrio entre a diminuição do desemprego e o aumento populacional, destacando que dentre os entrevistados que vieram de outras localidades, muitos eram do município e só haviam ido embora em busca de trabalho, com a industrialização e o aumento do número de vagas disponibilizadas nas indústrias estes trabalhadores retornaram ao município de Três Lagoas-MS.

Percebeu-se que existiram diferentes motivos para que famílias escolhessem o município de Três Lagoas-MS destacando-se: maior confiança quanto a fixação dessas famílias, a esperança que a população local tem com a industrialização, crédito no aumento das vagas no mercado de trabalho local, a melhoria da qualidade de vida dos residentes e finalmente por possuírem uma história de vida no município.

Quanto aos funcionários transferidos, já não existe a certeza de se fixarão no município por muito tempo, pois as empresas geralmente trazem seus funcionários de confiança para onde estão fixadas as novas filiais até capacitarem os trabalhadores locais, geralmente após esse período os funcionários retornam ao seu município de origem e sua atividade inicial. A parcela dos informantes que veio por conhecer e gostar do lugar, é a que pode gerar problemas por não possuírem um vínculo empregatício, visto que vieram apenas por acreditar que com a industrialização seria fácil encontrar uma vaga no mercado de trabalho local.

Marques (2006) destacou que a prefeitura de Três Lagoas-MS, espera que nos próximos anos, a população do município cresça em torno de 10%, devido à chegada de novas indústrias que manifestaram intenção de se instalar no município. A vinda de muitas pessoas para o município em busca desses empregos gerados pela industrialização aumentou o número dos residentes e o não planejamento poderá

ocasionar problemas quanto a infra-estrutura, aumento da violência urbana, aumento da demanda de casas de aluguel ocasionando a especulação quanto ao valor desses imóveis, do número de vagas nas escolas públicas e privadas, aumento do uso da rede pública de saúde, dentre outras.

Quanto ao grau de escolaridade, uma parcela dos informantes, possui nível superior completo, e antes da industrialização estavam desempregados, atualmente trabalham mas nem todos na sua área de formação.

Percebe-se que a industrialização está proporcionando um aumento na oferta de emprego podendo destacar-se como ponto positivo, se considerarmos que uma parcela da população antes estava sem nenhuma remuneração. A geração de empregos é imprescindível, principalmente para um município como o de Três Lagoas-MS cujas perspectivas antes desse processo, eram pequenas em relação ao mercado de trabalho, oferecendo somente vagas no comércio, prestação de serviços, serviços domésticos, trabalho informal, servidor público e pecuária.

Outro aspecto verificado foi o aumento de trabalhadores informais como vendedores de salgados, refeições, bicicletarias, borracharias, bares e restaurantes no entorno das indústrias para atender esses novos trabalhadores, os motoristas dos caminhões transportando a matéria prima e o produto acabado.

Quando questionados acerca do ramo de atividade da empresa em que trabalha, constatou-se que a maioria dos entrevistados trabalha nas indústrias, o restante se divide em empresas prestadoras de serviço, comércio e funcionalismo públicos.

Essa resposta demonstra que o município de Três Lagoas era carente de empregos antes da industrialização, pois aproximadamente 80% estão empregados na indústria e nas prestadoras de serviços (são os empregos indiretos atendendo na sua maioria às indústrias locais). Acredita-se que sem a vinda das indústrias para o município não seria possível oferecer novas vagas de emprego nas atividades existentes o que ocasionaria uma maior evasão da mão de obra principalmente dos jovens em busca de novas oportunidades em outros municípios.

A pesquisa mostrou que dos empregos gerados pelo comércio juntamente com o setor público somam apenas 20% dos informantes, logo pode-se verificar que pelo menos 80% dos informantes correriam o risco de estar desempregados se não fosse a oferta de emprego proporcionada pela indústria local.

A industrialização trouxe benefícios para o comércio local com a renda mensal dos empregos diretos e indiretos pagos na indústria, proporcionando a circulação de renda e o aumento do consumo, gerando novos empregos no comércio

local para atender esse novo empregado.

Quanto a pergunta se ele ou alguém de sua família já participou de curso e treinamento promovido pela empresa em que trabalha obteve-se que 68,45% já tinham participado demonstrando preocupação por parte das empresas em capacitar sua mão-de-obra. Os 31,55% restantes informaram nunca ter participado dos treinamentos oferecidos pelas empresas em que trabalham. Entre os informantes que participaram de algum treinamento ou curso destacaram-se :

- Treinamentos: qualidade e motivação profissional rotinas administrativas, licitação;
- Cursos: de mecânica, eletricidade, operador de empilhadeira.

Um número considerável de informantes está satisfeito com a industrialização por proporcionar mudanças no cenário de desemprego, expectativas e de novas oportunidades, melhoria da renda mensal familiar e na melhoria da qualidade de vida da população,

O município de Três Lagoas está passando por transformações como pode ser observado ao longo da pesquisa, dentre elas pode-se destacar: instalação de rede de esgoto, pavimentação de ruas em diversos bairros, reforma do pronto socorro, reforma do Hospital da Unimed, reforma em escolas municipais. Todavia, quando questionado quanto ao grau de satisfação dos munícipes verificou-se que nem todos estão satisfeito com as mudanças por não estarem sendo realizadas de forma organizada.

Quanto ao grau de satisfação com a industrialização os informantes declararam estarem satisfeitos e os salários pagos pela indústria varia entre 1 e 6 salários mínimos. A distribuição de renda no município infelizmente não é diferente do restante do país.

Barros et alli. (2001) destacou que o impacto do salário mínimo sobre o nível de bem-estar (ou da pobreza em particular) depende de dois componentes: da magnitude dos efeitos sobre o mercado de trabalho e da incidência destes efeitos em trabalhadores membros dos domicílios considerados pobres. A identificação de ambos os componentes se baseia na definição de quem são os trabalhadores afetados, seja em relação a emprego ou salário. Isso justifica a baixa renda no município e vale lembrar que antes da industrialização essa renda mensal familiar era insuficiente para atender a demanda populacional economicamente.

Percebe-se que existe um grau satisfatório quanto a qualidade de vida no

município, sendo que apenas 17,85% dos informantes se disseram satisfeitos. Isso pode estar relacionado ao grau de convívio que as pessoas possuem com seus familiares pela facilidade de deslocamento do local de trabalho no horário das refeições e nos diversos pontos turísticos para passar finais de semana com a família. Para Rufino Neto (1994) a qualidade de vida é:

Aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes". Logo, os fatores renda, educação e saúde seriam atributos necessários e indispensáveis para desenvolver suas potencialidades e capacidades de toda a população, eliminar a exclusão social, construção da cidadania, consumo de bens e serviços que respeitem os limites do ecossistema com a fixação de limites para o progresso material, ou seja, não utilizar recursos naturais esgotáveis ou que estão se esgotando e os chamados recursos naturais renováveis que estão atingindo seus limites pelo consumo superior ao ritmo da capacidade de recomposição dos ecossistemas naturais (RUFINO NETO, 1994, p. 11).

As empresas devem ter a preocupação com a qualidade de vida de seus empregados, conforme a teoria de Maslow, onde as necessidades humanas obedecem a uma ordem de importância e podem ser dispostas numa hierarquia como em uma pirâmide: na base vemos as necessidades básicas e no topo as mais importantes, como necessidade de auto-estima e realização do potencial (RIBEIRO, 2004).

Portanto, entende-se que satisfação com a qualidade de vida está diretamente ligada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar quanto ao relacionamento amoroso, relacionamento social, relacionamento com o meio ambiental e à sua vida profissional.

Dos entrevistados, 80% estão satisfeitos com a saúde no município e apenas 20% se mostraram insatisfeitos. Este percentual reflete a qualidade de vida local. As empresas entrevistadas informaram estar fazendo convênios de saúde para seus empregados, acreditando que a saúde está diretamente ligada à produtividade.

Uma das formas das empresas locais disponibilizarem tal serviço é através de convênios coletivos com o objetivo de motivar seus empregados considerando-os pelas empresas como investimento. Elas acreditam que os empregados serão atendidos rapidamente e já ocorre diminuição nas faltas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de industrialização representou uma transformação na base econômica e na organização social do município de Três Lagoas-MS. A maioria das indústrias instaladas no município possui mais de 10 anos de existência, mostrando que não se instalaram aqui somente pela isenção fiscal, significando continuidade nos investimentos, geração de novos empregos contribuindo para a melhoria de vida da comunidade local.

Os industriais locais têm comprometimento com o desenvolvimento do município, quando investem na qualificação da mão-de-obra, e na participação de projetos sociais.

Na pesquisa aplicada junto à comunidade local, percebeu-se que de um modo geral, a população está satisfeita com o rumo da industrialização no município, pessoas naturais de Três Lagoas-MS, que haviam ido embora por falta de emprego, estão vendo a possibilidade de retornarem e conseguirem uma vaga, principalmente nas indústrias.

Torna-se oportuno, ressaltar a importância da industrialização do Município de Três Lagoas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, quando promove o crescimento com desenvolvimento econômico e social.

O exemplo do processo de industrialização de Três Lagoas-MS, pode ser implantado em outros municípios gerando emprego, melhorando a renda e oferecendo uma melhor qualidade de vida aos residentes.

Essa análise ainda constatou que as relações inter-indústrias estão gerando uma melhoria na qualidade de vida da população, o processo de industrialização que vem ocorrendo no município criou um novo mercado de trabalho local, acabando com o maior problema que a cidade convivia: falta de emprego. Toda essa mudança está gerando uma nova fase no município, ou seja, a busca por um grande crescimento populacional esperado e planejado. As relações inter-indústrias ocorrem na maior parte das vezes para a capacitação de mão-de-obra, sendo importantes agentes do desenvolvimento local, uma vez que são responsáveis pela profissionalização e colocação da comunidade no mercado de trabalho.

Ponderando essas colocações e as comparando ao cenário do município mostrado nessa pesquisa, conclui-se que está havendo efetivamente o desenvolvimento local no município de Três Lagoas-MS, pois isso é refletido na satisfação da comunidade, com a qualidade de vida, com a geração de emprego e renda e com a industrialização no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes et alli. Uma avaliação dos impactos do salário mínimo sobre o nível de pobreza metropolitana no brasil. Revista de Economia. São Paulo, Vol 2, n. 1, p. 47-72, jan/jun. 2001.

FRANCO, Augusto. Pobreza & desenvolvimento local. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

IBGE. Disponível no site: <<http://www.ibge.gov.br/2006>.> Acesso em 20 de junho de 2006.

KURTZ, F. C. Zoneamento ambiental em banhados. 2000. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000. Disponível no site: <<http://www.ufsm.br/2006/mestrado>.> Acesso em 25 de setembro de 2006.

MAIA JUNIOR, Raul. Magno dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Difusão Cultural do livro, 1997.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção.

MARQUES, Humberto. Prefeita crê que população de Três Lagoas crescerá 10%. Três Lagoas News. Disponível no site <<http://www.treslagoas.news.com.br/2006>.> Acesso em 20 de outubro de 2006.

MARTIN, Jesus Hernandes. História de Três Lagoas. Bauru: Do Autor, 2000.

MINTZBERG, Henry e QUINN, James Brian. O processo da estratégia. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOREIRA, Lúcio Queiroz. Do sonho à realização. São José do Rio Preto: Ativa, 2003.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração. São Paulo: Saraiva, 2004.

SANTOS, Ray. A história de Três Lagoas. Jornal dia-a-dia. Três Lagoas, 12 de jun. de 2006. Cidades, p. 10.

SILVA, Antonio da. Informações de Três Lagoas. Agência do IBGE de Três Lagoas. Três Lagoas, 1999.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1998.

TURISMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maria Luzia Lomba de SOUZA¹

RESUMO

Este artigo pretende refletir, através de uma revisão de literatura, a possibilidade de o turismo propiciar o desenvolvimento local, gerando emprego e renda para as pequenas localidades, tomando como base o efeito multiplicador da atividade turística e seus impactos na economia e na comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE

turismo, desenvolvimento local, gastronomia.

INTRODUÇÃO

A atividade turística nos últimos anos tem sido de muita importância no que diz respeito ao desenvolvimento local e crescimento da economia mundial. O Turismo é responsável por grande parte do PIB de muitos países que têm melhorado suas condições econômicas em decorrência do avanço que o setor turístico tem proporcionado. Nos espaços turísticos que exigem a existência de recursos naturais, culturais e infra-estrutura, ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos qual a oferta e a procura encontram-se.

AUTORES

1 Mestre/Docente da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

Os resultados dos levantamentos financeiros decorrentes do turismo são expressivos e justificam que esta atividade será incluída na programação da política econômica de todos os países, regiões e municípios. O estudo sobre o turismo se justifica pelo fato de ter grande significado econômico em muitos casos, sendo fonte de renda e de divisas, mas também exerce impacto, preservando a cultura e transformando o espaço (natural e social) quando essa atividade aproveita os bens da natureza, sem esgotá-los, emprega mão de obra local, exige investimentos, gera renda individual e para os empreendedores, proporciona divisas na balança de pagamentos, origina receitas para os cofres públicos, valoriza os imóveis e impulsiona a construção civil.

A atividade turística e o desenvolvimento local recomendar a articulação entre os atrativos turísticos e seu potencial em promover modificação positivas na economia da localidade.

Entretanto, nem sempre se procura apontar quais os fatores de produção existentes na comunidade, isto é, os envolvidos na oferta do turismo, aqueles que detêm sua propriedade, nem a intensidade de uso de cada um desses recursos: trabalho, recursos da natureza, capital e tecnologia. A intensidade de uso de cada fator é determinada pelo tipo de turista que a região atrai e pelo tipo de turismo que a região oferece,

É relevante destacar que pode ser avaliando o desempenho econômico do turismo do ponto de vista de seus impactos sobre o meio ambiente, a elevação do nível de renda, o bem estar social e ainda contribuir para a autonomia econômica do lugar, questionando - se as efetivas possibilidades do turismo contribuir para o desenvolvimento local? O turismo pode ser considerado uma atividade geradora e multiplicadora de renda?

Este artigo foi elaborado com o objetivo de refletir sobre o turismo como instrumento de desenvolvimento local e a metodologia foram por meio de pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento adotado por autores como Sandroni (1996), Troster e Mochón (1999), Souza (1997) dentre outros, consiste no aumento do Produto Interno Bruto-PIB em conjunto com a melhoria da qualidade de vida dos residentes e o processo de crescimento econômico.

Troster e Mochón (1999) enfatizam que o desenvolvimento:

[...] é um processo de crescimento de uma economia, ao longo do qual se aplicam novas tecnologias e se produzem transformações sociais, que acarretam uma melhor distribuição de riqueza e da renda (TROSTER E MOCHÓN, 1999, p. 331).

O desenvolvimento econômico para Souza (1997) pode ser analisado pelos indicadores qualitativos e o crescimento econômico analisado pelos indicadores quantitativos.

[...] a primeira condição de desenvolvimento e a de que a taxa de crescimento do produto seja sistematicamente superior à taxa do crescimento demográfico..... é necessário que esteja ocorrendo uma melhoria da distribuição de renda em favor das classes menos favorecidas[...] (SOUZA, 1997, p.334)

Pode-se considerar que o desenvolvimento engloba duas condições: a geração de receita e sua distribuição. Portanto para autores como Furtado (2000), Sandroni (1996), Troster e Mochón (1999) o termo desenvolvimento referem-se a questões de gerar, acumular e distribuir renda.

Bresser (2003, p.32) propõe um conceito de desenvolvimento que abarca três dimensões indissociáveis: a econômica; a social; e a política. Assim, afirma:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será por que, de fato, não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas que não deixarão traços. [...] O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global.

Assim, o poder e a importância dos atores no processo de desenvolvimento são definidos pelo seu papel na participação da produção, pelo seu maior ou menor grau de participação na rede local e global. O raio de atuação da esfera local é muito limitado, logo a necessidade de ampliar seus próprios limites territoriais.

Verifica-se que o desenvolvimento implica as seguintes condições: a primeira o crescimento, que pode ser medido pelo aumento da renda dos residentes e a segunda a melhoria da distribuição da renda com geração de novos postos de trabalho, melhoria da qualidade de vida dos residentes, ou seja, o desenvolvimento do local.

Fragoso (2005a) Desenvolvimento Local,

[...] se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma idéia de futuro num território vista de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro. Os seus objetivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização (FRAGOSO, 2005a, p. 64).

No contexto deste trabalho, o local entendido como uma delimitação geográfica do território que representa o espaço imediato dos acontecimentos mais simples e, também, mais complexos da vida cotidiana (PORTUGUEZ, 2002). Cabe, no entanto, lembrar que os agentes públicos que atuam nessa escala, compreendem, em grande parte, as prefeituras municipais.

Atualmente, muitas prefeituras municipais interessadas em promover o desenvolvimento local vêem no turismo um instrumento na busca desse desenvolvimento, juntamente com parcela considerável de empreendedores e agentes econômicos (SILVEIRA apud RODRIGUES, 1999: 91) possibilitando equalizar cinco objetivos: preservação e conservação ambiental, identidade cultura, geração de ocupações produtivas com geração de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

A qualidade de vida é considerada por Rufino Netto (1994) como sendo:

[...] aquela que ofereça um mínimo de condições para que os indivíduos nela inseridos possam desenvolver o máximo de suas potencialidades, sejam estas: viver, sentir ou amar, trabalhar, produzindo bens e serviços, fazendo ciência ou artes". Logo os fatores renda, educação e saúde seriam atributos necessários

e indispensáveis para desenvolver suas potencialidades e capacidades de toda a população, eliminar a exclusão social, construção da cidadania, consumo de bens e serviços que respeitem os limites do ecossistema com a fixação de limites para o progresso material, ou seja, não utilizar recursos naturais esgotáveis (ou não renováveis) ou que estão se esgotando e os chamados recursos naturais renováveis estão atingindo seus limites pelo consumo superior ao ritmo da capacidade de recomposição dos ecossistemas naturais. (1994, p. 11)

Segundo Barreto (1995) o turismo como instrumento de desenvolvimento local proporciona à entrada de receitas realizadas pelos turistas e despesas efetuadas pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços. Trata-se de um dinheiro que é trazido pelo turista e que será gasto por outrem que o receberá do turista. Posteriormente a circulação do dinheiro do turista é constituída pelas despesas realizadas por aqueles que receberam o dinheiro dos prestadores dos serviços turísticos e similares.

Beni conceitua o turismo como sendo:

[...] um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo há a influencia de uma serie de fatores que definem o destino, o tempo de permanência, a forma de viajar e o tipo de alojamento (2001, p. 37).

Já a definição da Organização Mundial de Turismo-OMT, “desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta oportunidades no futuro” (1995) e afirma que é:

[...] aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (OMT, 1995, sp.)

Ainda na atividade turística, segundo Barreto (1995), o setor turístico se beneficia dos impostos que arrecada da empresa e pelas taxas que cobra dos turistas

com as visita a atrativos e se multiplica na economia com o aumento da urbanização, indústria turística, demanda de mão de obra dos serviços, indústria da construção, aumento dos produtos turísticos locais – dos hortifrutigranjeiros até o artesanato, divisas da balança comercial, arrecadação de impostos e taxas, ou seja, um efeito multiplicador da economia local.

Os países detentores de elevado nível de desenvolvimento econômico, segundo, Vasconcellos e Carvalho:

[...] dão grande importância ao turismo por ele se constituir em fator básico de estabilidade do desenvolvimento. É um valioso componente do consumo familiar, oferece considerável contribuição para a solução dos problemas de desemprego, influencia positivamente a balança de pagamentos [...] (2006, p. 270).

Logo, qualquer localidade pode se beneficiar do turismo como instrumento de desenvolvimento local, mesmo que não receba diretamente o turista, mas, como fornecedor de produtos turísticos como artesanatos, mão de obra, utensílios domésticos, construção civil, produção de moveis, indústria alimentícia, serviços bancários, profissionais liberais, postos de gasolina, oficinas mecânicas, setor de diversão e cultura, alojamentos, dentre outros.

Atualmente o turismo destaca-se no cenário mundial por ser uma atividade que agrega valor econômico, social e cultural. Um dos enfoques das pesquisas acadêmicas em turismo é sua influência no Desenvolvimento Local. Observa-se que o turismo contribui também para com os aspectos sociais e culturais. Segundo Coriolano (2002a, p. 69) o turismo “é um objeto de análise tão sério como a indústria, como a comunicação, como a cidade, como a área urbana”.

Além do mais, o turismo como instrumento de desenvolvimento local, quando planejado e fiscalizado poderá beneficiar o meio ambiente através da preservação das áreas naturais, locais históricos e arqueológicos, melhoria de infraestrutura, estagnação de regiões agrícolas estagnadas economicamente, valorização da cultura típica local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística como instrumento de desenvolvimento local representar um multiplicador quando preserva a identidade local, conserva os patrimônios-

naturais e culturais, dinamiza a economia dos municípios, gera emprego e renda, gera imposto e taxas.

Mas para que a localidade seja caracterizada como turística não necessariamente precise existir atrativos naturais ou culturais. É essencial que possua os serviços de acesso e principalmente a infra-estrutura.

Logo, diversos municípios necessitam satisfazer as necessidades e fornecer serviços de qualidade aos turistas e o desenvolvimento não deve ser entendido somente como sinônimo de desenvolvimento econômico, mas, também pelo crescimento econômico (Produto Nacional Bruto - PNB ou Produto Interno Bruto - PIB). Só pode ser considerado desenvolvimento econômico quando ocorre a melhoria no quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais.

Portanto, o turismo sendo capaz de causar desenvolvimento aos municípios deve privilegiar a questão social, e assim fazer com que a questão econômica seja uma consequência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDUCCI, A. J. BARRETO, M. (Orgs). Turismo e Identidade local. Uma visão Antropológica. Campinas: Papirus, 2001.

BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, 1995.

BLEIL, S.I. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábito no Brasil. Revista Cadernos de Debate - Unicamp. São Paulo, v. 6, 1998, p. 23.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. v. 1. p. 32

CORIOLOANO, L.N.M.T. A produção da imagem dos lugares turísticos Veredas. Revista Científica de Turismo Labtur. Ano I, n. 1, jul. 2002, p. 59-70.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate local sobre o desenvolvimento. Revista Lusófona de Educação. Campo Grande: Edições Universitárias Lusófanos, 2005a, p. 64.

PORTUGUEZ, A. P. Agroturismo e desenvolvimento regional. São Paulo: Hucitec, 2002, Cap. 1, p. 21-43.

RUFINO NETTO A. Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia. In: LIMA, M.F.L.; COSTA, E; SOUSA, R. P. (orgs.). Qualidade de Vida: Compromisso Histórico da Epidemiologia. Belo Horizonte: Coopmed/Abrasco, 1994, p. 11.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B.(Org.). Turismo desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 2000. p.87- 98.

SOUZA, N.J.de. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. In. _____Curso de Economia 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 12, p.318-336.

TROSTER, R. L. & MOCHÓN, F. Introdução à Economia. São Paulo: Makron Books, 2004.

VASCONCELLOS, M.A. e CARVALHO, L.C.P. Introdução á Economia do Turismo. São Paulo: Saraiva 2006, p. 8, 270.

APÓRTE TEÓRICOS SOBRE O PLANEJAMENTO TURÍSTICO: O CASO DE TRÊS LAGOAS – MATO GROSSO DO SUL

Simone GOMES SILVA¹

Luziane Bartolini ALBUQUERQUE²

RESUMO

Este estudo tem por finalidade focalizar a importância do desenvolvimento turístico para o município de Três Lagoas/MS. Antes de colocar um planejamento em prática, é necessário uma análise prévia de suas condições com um estudo aprofundado sobre os recursos que serão utilizados e como serão utilizados para que futuramente não acarrete em perdas. No caso de projetos que envolvam Turismo, é necessária uma abordagem mais rigorosa sobre o que poderá ser planejado, para que os resultados positivos sejam absolutos. Há muito que possa ser feito em Três Lagoas, que mesmo possuindo ambientes ricos em beleza, em função da ausência de planejamento, ainda é utilizada como corredor turístico ou apenas para turismo de negócios. Este trabalho fará parte da pesquisa monográfica a ser apresentada em 2008, fazendo-se importante a discussão teórica para seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento, Desenvolvimento, Turismo.

APÓRTE TEÓRICOS SOBRE PLANEJAMENTO TURÍSTICO: O CASO DE TRÊS LAGOAS MATO GROSSO DO SUL

Definir o termo Planejamento é uma tarefa complexa, porém executá-lo é indispensável antes de se iniciar algum projeto. Cada um possui uma definição particular, residindo aí a dificuldade de defini-lo. Para Margarita Barreto (2003), planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a

AUTORES

1 Discente do Curso de Turismo da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Discente do Curso de Turismo da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

correção de um rumo, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

Especificamente em planejamento turístico, deve haver uma grande cautela, pois há vários fatores agregados, o principal deles é o envolvimento de pessoas, não apenas as que viajam mas também da comunidade receptora. Um bom planejamento requer antes de tudo uma série de conhecimentos específicos e estudos aprofundados tais como: uma pesquisa aprofundada dos recursos que o local oferece e como aproveitar positivamente estes recursos, uma pesquisa sobre os possíveis impactos que podem ocorrer, um estudo socioeconômico além de uma preocupação direcionada ao impacto cultural local, que vise amenizar e até mesmo evitar que a população sofra com a descaracterização, além de prepará-la para acolher a demanda. Para que se coloque o planejamento em prática é essencial que se comece com o levantamento de dados do local, uma análise macroambiental que estude o mercado, as oportunidades, ameaças, os pontos fortes e fracos da região, fazer uma análise prévia das diretrizes que orientarão a formulação das normas e leis que visarão preservar o local e trabalhar o diagnóstico e prognóstico. A etapa do diagnóstico consiste na fase de investigação. Uma análise detalhada da situação que o local se encontra, é importante para que o planejador decida o que exatamente irá planejar. Já o prognóstico é a formulação de alternativas, a decisão de como fazer, é ele que gere as soluções para melhoria do local. É importante que se estude as normas e leis que regem o que está sendo planejado para que o planejador tenha mais clareza quanto ao tipo de ação que deva e possa ser colocada em prática.

O planejador deve estar atento a todos os detalhes referentes ao que ele quer abranger, deve estar preparado para assumir riscos e ter soluções prévias para os possíveis problemas que possam surgir. Para isso, é necessário inicialmente que faça um levantamento de hipóteses para que sejam formuladas as soluções a fim de colocá-las em prática caso haja algum imprevisto. Quando se fala em planejamento turístico em determinada localidade, a primeira expectativa que surge é quanto ao desenvolvimento local e para que ele ocorra é necessário um bom planejamento.

O desenvolvimento do turismo provoca o desenvolvimento intersetorial em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna e receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial. Por efeito do aumento da oferta turística (alojamentos, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva

a demanda de emprego, repercutindo na diminuição de mão-de-obra subutilizada ou desempregada (BENI apud ALEXANDRE, 2003, p.7).

A atividade turística é um meio eficiente de ser utilizada em função do desenvolvimento. E para isso, é necessário previamente melhorias na infra-estrutura básica urbana, para que a cidade esteja apta a receber os turistas, a construção dos equipamentos turísticos de apoio que são: postos de gasolina, restaurantes, rede de diversões, hospitais, farmácias, bancos e todos aqueles que auxiliem na visita do turista, além do envolvimento de toda a comunidade pois esta, tem de se conscientizar da importância do turismo no exercício do desenvolvimento. A população deve estar capacitada em prestar bons serviços, agir com hospitalidade e preservar seu espaço para que a atividade e os produtos turísticos sejam comercializados de forma eficiente.

O planejamento tem como finalidade estabelecer diretrizes que orientarão nas decisões para o desenvolvimento do turismo. Mario Petrocchi (1998) comenta que para que se desenvolva a atividade, o destino turístico necessita de um sistema de marketing para divulgar sua existência no mercado e fazer chegar até ele o cliente, é preciso uma infra-estrutura de acesso em ótimas condições e devidamente sinalizada. Quando o turista já se encontra no destino, há a necessidade de acomodação entrando aí, os meios de hospedagem seguidos da necessidade de lazer onde operam as atrações e a participação das pessoas que residem no local, oferecendo clima hospitaleiro aos visitantes. Em todos os casos, cabe ao mercado turístico oferecer profissionalismo, conforto, cortesia e competência em seus serviços.

Mencionando o já citado anteriormente, o planejamento turístico visa trazer desenvolvimento à localidade, utilizando-se de bens e serviços que possam gerar uma série de benefícios como, transformar recursos naturais em turísticos sempre priorizando sua conservação, melhorias na infra-estrutura, nos serviços oferecidos e também colaborar diretamente na geração de empregos e renda no local. Na ausência do planejamento, muitos espaços com potencial turístico deixam de ser explorados. No Brasil, as maiores atrações turísticas são voltadas ao meio ambiente. Há muitas localidades que perdem oportunidade de se utilizar de seus recursos naturais por falta de planejamento, o que gera muitos danos porque não há nada que evite que estas possíveis atrações sejam degradadas e até mesmo extintas.

Como ocorre no município de Três Lagoas no estado de Mato Grosso do Sul, também conhecido como Cidade das Águas por ser rico em sua hidrografia, faz divisa com o estado de São Paulo e é banhada pelos rios Paraná e Sucuriu. O mu-

nício possui vocação especial para esportes aquáticos e uma beleza inigualável além de muitos espaços com grande potencial turístico, como é o caso da colônia de pescadores do Jupia, que atrai muitas pessoas para atividade de pesca, possui um acervo histórico cultural de muito valor; as três lagoas responsáveis pelo nome da cidade, na qual apenas uma delas que é a lagoa maior recebe cuidados e também o balneário municipal que se encontra em local privilegiado, por ser bem próximo da cidade, mas que esteve por muito tempo abandonado.

Todos estes locais e muitos outros colaborariam muito para o desenvolvimento turístico no município, mas devido a ausência de planejamento, não possuem um tratamento adequado que os desenvolvam para receber turistas assim como a população que ainda não se encontra preparada para receber e acolher turistas. Apesar de seu potencial turístico em termos de atrações, instalações e infra-estrutura, somente agora percebe-se um esforço do governo municipal e empresários treslagoenses de fazer da cidade um pólo turístico. Três Lagoas é um município com grande potencial, mas devido a falta de estruturação e planejamento, ainda é vista como um “corredor turístico” e de acesso a outras regiões de Mato Grosso do Sul.

Muitos locais turísticos sem um planejamento efetivo sofrem com o crescimento descontrolado tendo como consequência a descaracterização, perda da originalidade e degradação causados pelo grande fluxo da demanda que não possui nenhum controle e a falta de ordenamento por não haver no local uma exigência estipulando capacidade de carga. Por todos estes riscos que um bom planejamento visa a sustentabilidade.

Turismo sustentável se dá quando a atividade caminha em equilíbrio com o meio, se desenvolve sem degradar os recursos naturais e prioriza sempre a conservação e preservação. Garante a proteção dos recursos ao mesmo tempo em que gera renda, a fim de tornar possível esta preservação. O planejamento do turismo sustentável é utilizado como um meio de evitar danos irreversíveis nos recursos, respeitando suas limitações, otimizando assim os benefícios do desenvolvimento turístico, porém ainda é difícil encontrar localidades que executem a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEMS FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS. Manual do Trabalho Acadêmico AEMS. Três Lagoas, MS, 2007.

ALEXANDRE, Lilian Maria de Mesquita. Política de Turismo e Desenvolvi-

mento Local: Um Binômio Necessário in BEZERRA, Deise Maria Fernandes (Org.) Planejamento e Gestão em Turismo. São Paulo: Roca, 2003. Cap. 1.

BARRETO, Margarita. Planejamento e Organização em Turismo. 8° Ed Campinas: Papirus, 2003.

PETROCCHI, Mario. Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 1998.

RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. 9° Ed Campinas: Papirus, 2002. p. 83-12.

DA VILA PORTO JOÃO ANDRÉ AO REASSENTAMENTO NOVA PORTO JOÃO ANDRÉ: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO SOCIAL

Regiane D'Carmem Puci ALVES¹

Luziane Bartolini ALBUQUERQUE²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o impacto social sofrido pela população ribeirinha da Vila Porto João André, situada em Brasilândia/MS, que, por motivo da construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, sofreu uma transformação muito grande e passou a viver em um local totalmente diferente do habitual. A pesquisa pretende verificar e analisar as caracterizações no modo de vida da comunidade, em sua cultura, em seu meio social e econômico. O presente trabalho tem por finalidade e utilização em parte do projeto de monografia a ser concluída no término do curso de Turismo, ao fim do ano de 2008.

PALAVRAS-CHAVE

Impacto Social, Identidade, Reassentamento.

INTRODUÇÃO

A vila Porto João André situava-se as margens do Rio Paraná, localizada no município de Brasilândia - MS, fazendo divisa entre o estado de São Paulo (Panorama) e Mato Grosso do Sul (Brasilândia). A distância da vila à Panorama era cerca de 2 km, atravessando o rio, e à Brasilândia eram 24 km para dentro do estado e 40 km rio acima.

Na vila residiam comerciantes, pescadores, oleiros, sitiantes, boteiros ou pi-

AUTORES

1 Discente do Curso de Turismo da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

2 Docente dos Cursos de Turismo e Secretariado Executivo da AEMS – Faculdades Integradas de Três Lagoas – MS

loteiros¹ e isqueiros². A vila contava com seis Bares, uma Merceria, dois Açougues, um Posto de Saúde com Farmácia e Consultório Dentário, um Posto Fiscal, uma Igreja Católica, uma Igreja Evangélica, um Campo de Futebol, uma Bilheteria³ e uma Escola de pré à 4ª série do ensino fundamental. Os alunos que terminavam a 4ª série passavam a estudar em Brasilândia ou em Panorama. Os alunos que estudavam em Brasilândia iam para a escola com um ônibus da Prefeitura, os que estudavam em Panorama atravessavam o rio de Balsa e o restante do caminho eles percorriam a pé.



Vila Porto João André. Fonte: Alves, 2007.

Nesta vila havia um fluxo constante de turistas, que a visitavam com a intenção de nadar, se divertir, beber, pescar, comer peixe e conhecer gente diferente.

Mas a realidade desses ribeirinhos mudou muito quando a CESP (Companhia Energética de São Paulo) implantou a Usina Hidrelétrica Sérgio Motta, tendo então que retirá-los de suas moradias e de suas vidas. Segundo um texto, do site wikipédia, a usina teve seu projeto iniciado no ano de 1980 e teve seu termino no ano de 2000. Do ano de 1998 ao ano 2000, ocorreu um intenso conflito entre ribeirinhos e a companhia energética, tendo seu termino no fim do ano de 1999, ano em que foram assinados todos os contratos e inicia-se o processo de retirada dos ribeirinhos. A transferência destas pessoas durou quatro meses⁴. Todos os moradores foram transportados da vila por caminhões contratados pela Cesp para fazer as mudanças.

Todo o contato que tinham constantemente com a natureza, os turistas e com aquela alegria de viver acabaram, foram assentados no Reassentamento Porto João André, localizado no km 10, sentido Brasilândia a Três Lagoas, onde a distância entre as casas e o rio é de 1 km, não existe visita de turistas. As casas que na antiga vila eram distantes umas das outras hoje, neste reassentamento, são muito perto umas das outras.

1 Pessoas que alugam seus barcos para passeio e pesca.

2 Pessoas que pegam isca para vender aos turistas e pescadores.

3 Local onde vendia passagens para a balsa.

4 De Novembro de 2000 à Fevereiro de 2001

O Reassentamento tem o nome de Novo Porto João André, localizado 1 km do Rio Verde.



Reassentamento Novo Porto João André. Fonte: Alves, 2007.

Muitos dos que moravam na antiga vila preferem a vida que têm no reassentamento à que tinham à beira do rio, porém outros mesmo tendo melhorado de vida no setor econômico, ainda prefeririam estar morando à beira do rio.

Podemos ver o sentimento de perda no relato de um morador dos dois locais:

Eu tinha uma olaria⁵, tinha barro⁶ suficiente para fazer tijolo o resto da minha vida, da vida dos meus filhos, netos, bisnetos. Depois que mudamos pra cá não tenho mais nada, tudo que tenho é da Cesp. Mesmo tendo melhorado por causa do dinheiro, minha vida piorou.

Segundo relatos de moradores antigos a vila tinha opções de trabalho, como já dito antes no texto, e no local onde residem hoje dependem somente do trabalho em cerâmicas⁷, trabalho este que é muito pesado para mulheres e homens, causando problemas graves de saúde. Como exemplo, cito este relato:

Na barranca era mais fácil, viver e sobreviver era mais fácil, tínhamos lazer, convivência com pessoas de lugares diferentes (turistas). Morávamos à beira do rio, pescávamos, tínhamos pastos para nossas vacas. Podíamos deixar nossas crianças andar na rua livremente, hoje temos que ficar de olhos neles o tempo todo. Eu era feliz e não sabia. Se eu pudesse, eu voltaria para lá.

5 Local onde se faz tijolos de forma manual.

6 Argila artesanal.

7 Local onde há a fabricação de blocos e tijolos com maquinário.

Moradores que dependiam do turismo perguntam se alguém visita um local para ver cerâmicas fabricando tijolos. Um comerciante da antiga vila me deu sua versão de como era antes e do que é agora:

Para mim era muito bom viver lá, eu sou um comerciante, morávamos a beira do rio, tínhamos o lazer, vivíamos dos turistas que iam ali se divertir, nosso custo de vida era menor. Agora, tudo é diferente não temos mais nada, não há mais turistas. Nosso custo de vida só fez aumentar.

Sem saber a história dessas pessoas não se tem idéia do sofrimento ao qual elas passaram por perderem suas raízes.

A Companhia Energética de São Paulo não tem idéia do mal que fez a aquela população ribeirinha e ao local que foi alagado, para que pudessem construir a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, esta que hoje pode ser considerada a terceira usina ineficiente do mundo. Sua extensão é sete vezes maior que a Baía de Guanabara e gera sete vezes menos energia que a Usina de Itaipu. A CESP não tinha licença ambiental do IBAMA para o enchimento (site: Wikipédia).

Segundo o ambientalista Djalma Weffort, 1998 (apud Campalini, 1998), “Entre as exigências ainda não cumpridas pela CESP, estão a realocação de toda a população ribeirinha e ilhéus, o resgate de sítios arqueológicos (118 só nas margens do rio Paraná) e da fauna”.

O processo para enchimento do lago foi tão rápido que não houve tempo para realocar todas as espécies de animais que ali viviam e muitos animais morreram. Foi o tempo certo de retirar as pessoas de suas casas.

(BOURDIEU, 1989 apud Flores, 2002, p.187),

(...) O habitus – ou, como diriam, alguns as normas e os valores dentro de uma cultura – assegurado, a partir do encadeamento de ações que orientam objetivamente as representações sociais de um grupo ou grupos em um determinado espaço geográfico, num momento temporal específico.

Nessa forma de pensar, percebe-se que mesmo estando conscientes da sua mudança, foram retirados de sua origem contra sua vontade e sem ter opções a recorrer, apenas aceitar.

O desenvolvimento, apesar de ser bom, também faz mudanças para pior como fez na vida dessas pessoas e nos ambiente atingido, e isso mostra que muitas

vezes o mais importante para algumas pessoas é chegar ao objetivo sem se preocupar com aqueles que naquele momento estão por baixo.

A vila Porto João André poderia ter sido transformada em local turístico ou mesmo só ser considerada um ponto que ligava duas cidades, era uma local que continha uma beleza simples, com pessoas simples e que tinham vontade e força suficiente para lutar por seus ideais. Mas, infelizmente, o que são mais levados em conta são os valores econômicos e não os culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPALINI, Maura. Porto Primavera: poderia ser pior. Socioambiental. [acessado em: 05/05/2007]. Disponível em: www.socioambiental.org/website

SILVA, Y.F., Pobreza, “Violência e Crime – Conflitos e Impactos Sociais do Turismo sem Responsabilidade Social”. In: BANDUCCI Jr., Álvaro; BARRETO, Margarita. (Orgs). Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica. 2º ed. Campinas: Papi-rus, 2002.

USINA Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. Wikipédia. [acessado em: 05/05/2007]. Disponível em: www.wikipedia.org/wiki/

AS VARIAÇÕES DIALETAIS E O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

Eduardo Barbuio¹

RESUMO

Este breve artigo discute o uso da língua em sociedade, abordando, a questão do preconceito embutido no uso da linguagem. Discutindo a importância de reconhecermos a diversidade lingüística de nosso país para que, com isso, o ensino da língua portuguesa não se torne, por vezes, e como é chamado, um “ensino de língua estrangeira”. Isso se dá, pois, por muitas vezes as escolas prestigiam somente o ensino da língua padrão, desprestigiando e desconsiderando qualquer outro tipo de registro lingüístico. Nesse caso, o preconceito mostra-se forte e presente, assunto esse que merece ser debatido.

PALAVRAS-CHAVE

variação lingüística; preconceito lingüístico; ensino\aprendizagem de língua portuguesa

Nos dias de hoje, o preconceito se faz presente em diversas maneiras, tais como preconceito, religioso, sexual, o preconceito lingüístico também é uma forma de exclusão social. Muito da idéia de uma única variedade lingüística tida como correta, vem do ensino tradicionalista, que coloca o professor de português como centro do processo de ensino e a gramática sempre de cunho normativo, como um conjunto de regras para se escrever e falar bem a língua literária baseada nos moldes do português europeu. Da contribuição do behaviorismo que tinha o aluno como uma tabula rasa e desprovido de conhecimentos, enquanto aprendiz em sala de aula. E

AUTORES

1 Graduado em Letras pela FEF/Fundação Educacional de Fernandópolis – São Paulo, Brasil e especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Alagoas, Brasil. E mestrando em Lingüística pela UNIFRAN / Universidade de Franca. E-mail: edubarbuio@msn.com

também das influências dos livros didáticos, que em sua maior parte não respeita as variações dialetais.

Dessa maneira, a sabedoria e as modalidades de pensamento de classes menos favorecidas economicamente não são reconhecidos, nem possuem legitimidade social. Segundo Gnerre (1998), numa sociedade em que existe vasta variedade lingüística, os falantes têm o mesmo valor que o seu falar, pois como os lugares sociais diferenciados, também o prestígio lingüístico está associado ao prestígio social dos falantes. Os primeiros gramáticos que normatizavam a língua portuguesa tinham como ponto de referência a legitimação do poder e da cultura.

Durante o processo de alfabetização deve-se, assim, valorizar a oralidade, e estimular a troca de experiências orais em sala de aula. A alfabetização deve ser tida como um processo da relação conjunta entre ensino\aprendizagem e entre professor\alunos. Cagliari (1977) concebe o ato de ensinar como uma construção coletiva e que o ato de aprender é uma construção ação individual, devendo ambas as atividades serem contextualizadas. A escola deve favorecer as hipóteses dos alunos, para que eles construam sua aprendizagem e não sejam meros reprodutores daquilo que os livros didáticos, muitas vezes fora do respectivo contexto social.

Docentes e discentes são parte de um mesmo processo em que a aquisição do conhecimento torna-se algo compartilhado já na sua construção e não se reduz apenas a uma tarefa solitária e individual, como afirma o construtivismo piagetiano.

O processo de aprendizagem de uma única escrita uníssona nos moldes da gramática normativa é sim necessário para que se garanta a unidade lingüística, mas a escola deve respeitar as variações fonéticas, não as tendo como errôneas, mas como formas diferentes de falar. Se não houver essa tolerância para com a variação lingüística, teremos em consequência alunos bloqueados e desanimados, provocando, assim, a evasão escolar. Para que isso aconteça, surge aí a necessidade de professores, no bem formados, capazes de entender as variações da fala e respeitá-las, como também a utilidade de uma escrita homogênea.

Dessa maneira, os alunos vão pouco a pouco tomando consciência crítica das variações lingüísticas. Para Cagliari (1997, p.36), existem várias formas de dialetos orais que devem ser respeitados, mas a sociedade optou por uma única forma de gráfica para facilitar a compreensão de todos os falantes de uma língua. Assim, um nordestino falara como um nordestino, não como um sulista; uma pessoa de classe alta não falará como uma pessoa de classe baixa. A escola deve respeitar todos os dialetos e ensinar a escrita padrão. Afirmar que a norma padrão é a única forma lingüística correta para a fala é um preconceito social, observa Bagno (2003, p.9): um

mapa mundi não é o mundo, um molde de vestido não é o vestido, assim como a gramática normativa não é a língua.

A sociolinguística ensina que as variações linguísticas podem acontecer de três maneiras:

- geográficas: que envolvem as variações regionais;
- sociológicas: provenientes de idade, sexo, religião, classe social, raça;
- contextuais: constando de tudo aquilo que pode determinar diferenças na linguagem do locutor por influências alheias a ele, como, por exemplo, o assunto, o tipo de ouvinte, o lugar em que o diálogo ocorre e as relações que unem os interlocutores.

Pretti (2002), afirma que do ponto de vista da estrutura morfofossintática, o dialeto social culto caracteriza-se pela indicação precisa de marcas de gênero, número e pessoa; pelo uso de todas as pessoas gramaticais do verbo. Pelo emprego de todos os modos e tempos verbais, correlação verbal entre tempos e modos; coordenação e subordinação; por uma maior utilização da voz passiva; pelo largo emprego de preposições e regências; organização gramatical cuidada da frase.

Já as principais características do dialeto social popular seriam: a economia nas marcas de gênero, número e pessoa; redução das pessoas gramaticais do verbo; mistura da 2ª pessoa com a 3ª pessoa do singular; predomínio das regências diretas nos verbos; simplificação gramatical da frase e emprego de bordões do tipo (então, aí,...); emprego dos pronomes pessoais como objetos (vi ele, encontrei ela...).

Se essa diferenciação acontece na oralidade não devemos nos alarmar, concluindo que o dialeto social popular seja errado, já que dependendo do contexto, temos várias formas orais de expressão.

Toda essa variedade linguística deve ser vista como uma riqueza da língua e não ser tida como forma de exclusão social. Por isso, apesar da escola ensinar uma das formas de variedade, o dialeto padrão, a intervenção pedagógica deverá respeitar os diversos contextos sociais dos alunos.

Bagno (2001) por meio da professora Irene, personagem da novela linguística A Língua de Eulália, diz que uma língua comporta diferenciações fonéticas, sintáticas, léxicas e semânticas, variando de acordo com o contexto social de cada um de seus falantes. Nessa mesma obra, diz que falar do jeito que se escreve não significa

falar mais correto, mas que uma única escrita, apesar de ser distantes das modalidades orais, é necessária para garantir certa uniformidade diante de tantas formas dialetais, não sendo um instrumento de tortura ou prisão para a língua falada. Nessa obra, o autor cita alguns exemplos relativos à dicotomia língua falada\língua escrita:

- O português não-padrão faz a contração das proparoxítonas em paroxítonas.

Ex. árvore > arvre; córrego>corgo; fósforo>fosfro

*O latim ao passar para a língua portuguesa faz o mesmo:

Ex: ásinu>asno; bárbaru>bravo ; dígitu>dedo

- Desnasalização das vogais postônicas (tendência da língua portuguesa).

Ex: homen>home; ontem>onte; garagem>garage

*O latim ao passar para a língua portuguesa faz o mesmo:

Ex: Lúmen>lume; nomen>nome; regimen>regime

Segundo Bagno (2003), criou-se em torno da língua portuguesa uma série de mitos os quais vale a pena refletir sobre para que se tenha um melhor entendimento da variação lingüística. São eles:

- “a pessoa sem instrução fala tudo errado”: isso não passa de é um preconceito lingüístico que leva a exclusão social, pois todos conseguem falar e se comunicar bem em seu contexto de uso verbal;

- “o melhor português falado no Brasil é o do Maranhão”: essa idéia equivocada surge porque nesse estado se usa, com abundância, o pronome de segunda pessoa do singular TU; durante a colonização essa região recebeu influencia açoriana, assim como São Paulo recebeu influencia dos italianos e o Rio Grande do Sul dos

castelhanos. Esse mito nasce, mais uma vez, da velha posição de subserviência em relação ao português de Portugal;

- “o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”: essa é uma idéia equivocada, pois se assim fosse os professores de português estariam no topo da pirâmide social recebendo altos salários e teriam sua profissão reconhecida como essencial para a construção de soberania de um povo;

- “é preciso saber gramática para falar e escrever bem”: não há nenhuma evidência a esse favor, se assim fosse, todos os gramáticos seriam grandes escritores, o que está longe de ser verdade, e os bons escritores seriam especialistas em gramática;

- “brasileiro não sabe português \ só em Portugal se fala bem português”: essas opiniões refletem o complexo de inferioridade de termos sido colônia dependente de um país mais antigo e mais “civilizado”;

- “a língua portuguesa é muito difícil”: como o ensino de língua portuguesa no Brasil sempre se baseou nas normas gramaticais portuguesas, as regras ensinadas nas escolas, em sua maior parte, não correspondem à língua que realmente falamos escrevemos no Brasil. Por isso os alunos brasileiros pensam que o português é uma língua difícil, por terem que decorar conceitos e fixar regras que não significam nada para nós;

- “o certo é falar assim, porque se escreve assim”: nenhuma língua é falada de uma mesma maneira em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a mesma língua de maneira idêntica, o que acontece é que em todas as línguas do mundo existe um fenômeno chamado variação.

Como se pode notar há uma logicidade no português não-padrão e que tomar somente a norma padrão como válida seria reduzir e aprisionar a língua que é dinâmica e contextual, Bagno (2003) compara a gramática normativa a um igapó, ou seja, a uma poça e água estagnada que fica em torno das árvores após as cheias nos rios da região amazônica; é apenas um pouco de água parada e não o rio. E compara a língua aos rios amazônicos, caudalosos, longos e largos, sempre em transformação, que nunca se detém em seu curso.

A exclusão econômica, política, social e lingüística que sofrem os não alfabetizados lhes confere o status de cidadãos de baixa classe. Além disso, os discursos sobre as políticas educacionais e de alfabetização de adultos é quase sempre revestido de um cunho preconceituoso e moralizante, em que o analfabetismo é visto, de acordo com Maciel (1993), como uma patologia cultural, comparável às doenças endêmicas, difíceis de erradicar.

Deve-se, portanto, reconhecer toda a riqueza e importância dos saberes que os jovens e adultos possuem e como é fundamental que eles circulem pela cultura letrada sem negar suas variantes culturais e lingüísticas, sabendo que o dialeto padrão é apenas uma das variantes da língua e que formalizar uma unidade para a língua escrita faz-se necessária para o entendimento dos falantes diante de tantas formas de língua falada. Isso deveser levado em conta, na prática pedagógica dos cursos de educação de jovens e adultos.

A partir do momento em que a escola passar a considerar a língua portuguesa como um instrumento de comunicação, possuidora de diferentes normas e registros, não impedindo que seus usuários se relacionem, o ensino da língua passará a ser visto como um aprimoramento da linguagem de cada falante, e não algo complicado e incompreensível.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. A Língua de Eulália: novela sociolingüística. 11. Ed. São Paulo. Contexto, 2001.

_____. Preconceito Lingüístico: o que é como se faz. 20.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

CAGLIARRI, L.C. Alfabetização e Lingüística. 10.ed. São Paulo: Scipione, 1997.

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MACIEL, F.I.P. O Analfabeto, vida e lida sem escrita. [s.1]: [s.n.], 1993.

NASCIMENTO, M. A alfabetização como objeto de estudo: uma perspectiva processual. IN: ROJO, R. (org.). Alfabetização e Letramento. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PRETI, D. Sociolingüística: os níveis da fala. São Paulo: Editora da USP, 2000.

O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO – A CONSTRUÇÃO DE UMA PROFISSÃO

SILVA, Luana Oliveira da¹

BERSANI²

HAIKAWA²

Silvania de Fátima²

Nair Yayoi²

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como se deu o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a sua inserção na divisão social e técnica, bem como sua finalidade e seus instrumentos de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Sujeitos de direito; Questão Social; Direitos Sociais; Assistência Social.

INTRODUÇÃO

A abordagem “O Serviço Social brasileiro – A construção de uma profissão” veio da idéia de que a profissão não é uma tecnificação da filantropia, e sim, recheada de vertentes e posicionamentos que encaram a realidade de frente.

O Assistente Social é o profissional que trabalha as múltiplas expressões da questão social e foi através do processo histórico que entendemos seu surgimento na sociedade brasileira.

A apropriação da força de trabalho sempre existiu desde a criação do mun-

AUTORES

1 Autora

2 Orientadores

do, porém, apresentarei o cenário dos anos 1930, época em que eclodiu o Serviço Social na sociedade brasileira, já industrializada, onde a acumulação do capital alimentava a vontade de se possuir alguma coisa. Uma sociedade tatuada pelo trabalho extenuante em troca de mão-de-obra gratuita, com conseqüente miséria e marginalização.

Mostraremos a seguir, os diferentes períodos históricos em que o Assistente Social se insere nesta sociedade, apontando as conquistas da categoria, o significado do projeto ético-político e os desafios à sua operacionalização no cotidiano profissional.

DESENVOLVIMENTO

O Assistente Social é o profissional que trabalha as múltiplas expressões da questão social na perspectiva do acesso aos serviços públicos para a garantia de direitos sociais aos usuários.

A partir dos anos 1930, com a sociedade já industrializada, o histórico das condições de existência e de trabalho do proletariado mostra a voracidade do capital por trabalho excedente que lhes garantem a apropriação da mais valia e da lucratividade. Muitos estudiosos que pesquisaram a situação do proletariado nesse período afirmam que essa pequena quantidade da população urbana vivia em condições angustiantes como a carência de esgoto, energia elétrica, higiene, segurança, baixos salários, miséria, fome e tantas outras.

A Igreja Católica proporcionou grande suporte neste campo com numerosas congregações religiosas que se dedicaram a toda espécie de obras sociais, voltando à atenção para a questão social, sobretudo referente às condições de vida dos segmentos mais empobrecidos da população.

As condições de existência daquela população nos mostram a voracidade do capital por horas excedentes de trabalho extenuantes, onde o sofrimento é gratuito. Consequentemente, mulheres e crianças reforçam este paradigma. A miséria e a marginalização tomam conta das cidades devido à alienação das forças de trabalho.

Em consequência, o Governo foi forçado a tomar uma série de medidas que beneficiasse a classe trabalhadora como o desenvolvimento de ações sociais, leis trabalhistas e a previdência social.

Com a criação dessas políticas sociais implantou-se o serviço público estatal e em decorrência, um mercado de trabalho para o emergente Serviço Social

brasileiro se criou sob o patrocínio da Igreja Católica.

Em termo de ajuda ao próximo a sociedade continuava curativa e paternalista. A ajuda era totalmente vertical e empírica, não se reconhecia ao pobre o direito de decidir. Para quem se dedicava as obras ou fazia caridade, não se exigia nenhum treinamento. Esse processo manteve a profissão no caminho do pensamento conservador.

Pode se afirmar que a profissão começou a ser reconhecida com a criação da primeira Escola de Serviço Social, em 1936 (atual Faculdade de Serviço Social da PUC-SP), porém o reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho foi efetivado pela Portaria nº. 35, de 19 de abril de 1949.

Embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no país, o Assistente Social não desempenhava (como atualmente não desempenha) suas atividades como profissional autônomo, não dispondo do controle das condições materiais e organizacionais em seu exercício, o que não significava que a profissão não disponha de relativa autonomia e de características presentes nas profissões liberais, como: a relação singular que pode estabelecer com seus usuários; o caráter não-rotineiro de seu trabalho; a presença de um Código de Ética norteando suas ações; a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos teórico-metodológico e técnico-operativo e, finalmente, a regulamentação legal da profissão. A profissão herdou fortes traços da Igreja Católica como a valorização das qualidades pessoais e morais, e o discurso humanitário e altruísta.

Nesse meio, o campo de trabalho do Assistente Social se estabelece por relações contratuais, que vão definir as condições concretas do exercício profissional. Com isso, o Serviço Social assume um lugar no quadro das profissões, justificado e legitimado particularmente pelo crescimento das instituições públicas de prestação de serviços e de assistência social.

Nesse meio, o campo de trabalho do Assistente Social se estabelece por relações contratuais, que vão definir as condições concretas do exercício profissional, e não mais paternalista. Pois, “[...] para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos.” (IAMAMOTO, 2008, p.20).

Já na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil (em 1988), a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social, assim configura-se como política de proteção social e de garantia de direitos. Isso significa garantir os mínimos sociais aos que dela necessitam sem contribuição prévia à provi-

são dessa proteção. Portanto, todo esse processo se consolidou em teoria e prática.

O Assistente Social possui um referencial teórico-metodológico, cultural, ético e político, domina métodos e técnicas, está capacitado para definir estratégias e táticas de intervenção, que combina com análises de conjuntura e análise de situação, interferindo em processos de produção e reprodução social.

Andrade define o Serviço Social como:

“Uma área do conhecimento no domínio do social, que fornece contributos para a compreensão das realidades e necessidades societárias e para a concepção e compreensão de políticas sociais, e que constrói propostas efetivas de intervenção no âmbito do social [...]” (ANDRADE apud ANDRADE, 2005, p. 95).

Como já vimos, a partir de condições concretas foram definidas as particularidades da profissão no campo da prestação de serviços sócio-assistenciais. Do mesmo modo, na medida em que novas situações, desafios e exigências se colocam à profissão, busca-se a atualização, redefinindo seus procedimentos e estratégias de ação, adequando-se as novas demandas e redefinições do mercado de trabalho.

É dessa forma que entendemos o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, partindo do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida perante o movimento histórico da sociedade em que esteve inserida. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas entre homens, no complexo processo de reprodução social da vida.

O objeto de estudo do Assistente Social é a questão social, que por sua vez são os fenômenos que atingem toda a humanidade, a exemplo disso temos os redobramentos da luta pela terra, questão racial e indígena e tantas outras. Iamamoto apreende que é o “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (2008, p. 27).

O Assistente Social intervém nas relações sociais através da prestação de serviços sócio-assistenciais, que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. A intervenção do profissional está voltada para a melhoria das condições de vida da população e se dá tanto pela oferta de bens, recursos e serviços.

Retomando o processo histórico, o Estado controla e domina os cidadãos com discursos demagógicos e de cunho extremamente controlador. O cidadão fica de mãos e pés atados a todos os tipos de oferta advindas desse poder.

Foi então, a partir desse cenário de “forçar mudanças”, que se criou um conjunto de leis para democratizar e assegurar o exercício dos direitos sociais e indi-

viduais: a Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de Outubro de 1988, que idealiza uma nova ética baseada em novos princípios e diretrizes.

Aponda como princípio a redemocratização do país, e como diretrizes a descentralização, a municipalização, a participação popular, e o comando único das políticas públicas. Criaram-se ainda, no âmbito social, outras formas de garantia de direitos aos cidadãos, por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Política Nacional de Assistência Social, a Lei Orgânica de Assistência Social e tantas outras.

O reconhecimento da Assistência Social como direito instituído vem antes da promulgação da Constituição Federal, em 1988, ao colocar a Assistência Social ao lado da Previdência Social e da Saúde, na construção da seguridade social. Portanto, esta tem sido a bússola norteadora dos momentos importantes no processo de reconhecimento da Assistência Social como direito social e política de Seguridade Social.

Vendo desta maneira, observamos que só existem direitos sociais que beneficiam os usuários. A Assistência Social não pode ser entendida como política pública exclusiva de proteção social, mas sim, uma articulação de serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais, a fim de estabelecer, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social.

A categoria se vê obrigada a tomar providências em frente a toda euforia social da época. É daí, que se começa a repensar a profissão, ou seja, mudar o cenário; alcançar a realização da democracia na vida social, o compromisso ético com a cidadania, e também com seus usuários, alargando horizontes e buscando a defesa austera da garantia de direitos do ser social.

Para sintonizar a profissão com os tempos de hoje, encontramos um Serviço Social mais consolidado e maduro, uma profissão com avanços e acúmulos que, ao longo das últimas décadas, construiu através de suas entidades representativas e com ativa participação da categoria, um projeto ético-político profissional.

Mas, o que é o “projeto ético-político”? Em síntese, quer dizer que para a consolidação e expansão da profissão há uma intransigente necessidade de ruptura com a visão endógena, a busca da qualidade dos serviços prestados (que é uma exigência!) a todos os usuários da assistência social, sem nenhuma forma de distinção, pois o Serviço Social não é tecnificação da filantropia. “[...] esse rumo ético-político requer um profissional informado, culto, crítico e competente” (IAMAMOTO, 2008, p 79). A eficiência refere-se à competência, que é um tipo de capacidade ou aptidão. Mas isso não é suficiente, pois ao Assistente Social competem outras formas de mu-

danças práticas como a capacidade em decifrar a realidade, construir propostas de trabalho que sejam criativas e inovadoras, ir além das rotinas institucionais.

Esse projeto de profissão e de formação profissional é fruto e expressão de lutas em que a sociedade civil organizou desde a época da ditadura militar, a tão sonhada democracia. Em meio à ascensão dos movimentos sociais, da aprovação da Carta Magna, em 1988, o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello (entre outras manifestações), foi que a categoria dos Assistentes Sociais fomentou a busca da reorientação da profissão dos anos 1980.

O novo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, aprovado em 13 de Março de 1993, define os princípios éticos fundamentais que fazem parte do projeto ético-político da categoria profissional. Defende a universalização do acesso aos bens e serviços dos programas sociais. Esse Código de Ética trouxe inovações fundamentais como os direitos, os deveres e a ética do Assistente Social.

Com toda essa história da profissão, essa luta pelos seus direitos, o Assistente Social não deve “guardar na gaveta” este documento. Precisamos antes de tudo, traçar objetivos e descortinar horizontes para a elaboração de novas propostas para o nosso público alvo: os sujeitos de direitos que lutam pela preservação de suas vidas, portanto, deve-se brotar o dever de redescobrir novas alternativas de trabalho neste novo cenário.

Como vimos, os movimentos sociais historicamente figuram como principais protagonistas na luta pela conquista da democracia e reconhecimento dos direitos sociais, cujas conquistas estão em processo de consolidação na sociedade contemporânea. Ao longo do tempo, observamos que através destes movimentos é que adquirimos conquistas e valores e que ainda estão presentes em nosso cotidiano.

Em vários momentos da nossa história, a atuação dos movimentos sociais garantia a consolidação no plano legal dos direitos dos cidadãos. Foram transformados em direitos sociais adquiridos que impulsionou a inserção destes na Constituição Federal de 1988, considerada cidadã, por assegurar o direito à Educação, à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social:

[...] Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...]. (CF, Preâmbulo)

Na década de 1960, o Brasil encontrava-se sob regência do regime militar, onde as garantias individuais e sociais eram ignoradas, para que a única finalidade (a ditadura) criasse forças. É neste contexto que se destaca o protagonismo dos movimentos sociais, representando o anseio da sociedade em garantias fundamentais e de abertura política, ensejando adotar uma nova Constituição que defendesse os valores democráticos no Brasil. E isso só pode ser firmado a partir de 1985, com o fim da ditadura militar e a redemocratização do país.

A atual Constituição da República Federativa do Brasil (Carta Magna) foi decretada e promulgada em 05 de outubro de 1988, estabelecendo ao Brasil um estado democrático. Manteve o governo presidencial, garantido que fossem eleitos pelo povo, por voto direto e secreto, o Presidente da República, os Governadores dos Estados, os Prefeitos Municipais e os representantes do poder legislativo. Ampliou os direitos sociais e as atribuições do poder público, alterou a divisão administrativa do país que passou a ter vinte e seis estados e um distrito federal.

Para a Seguridade Social, a Constituição Federal também trouxe avanços: “Art.194: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (CF, 2006, p. 127).

A Política de Assistência Social é inscrita na Constituição Federal nos Artigos 203 e 204:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204 As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art.195, além de outras fontes, e organi-

zadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 2006, p. 133).

Para regulamentar e institucionalizar os avanços alcançados pela Constituição Federal tornou-se imprescindível a aprovação de leis orgânicas. A aprovação dessas leis exigiu um complexo procedimento de organização dos princípios preconizados na Constituição Federal. Sua deliberação esbarrou em forças conservadoras, convertendo-se em um processo de difícil operacionalização.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é outro marco na história da Assistência Social.

Com a criação da Carta Magna, em 1988, nasce o artigo 227, que foi a base para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, sintetizando em forma de direito legal os direitos humanos para meninos e meninas.

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p. 142.)

Em 1989, integrantes de várias áreas da sociedade civil, do Ministério Público, do Judiciário e dos órgãos governamentais de todas as regiões do País, integraram o movimento social na luta para a garantia de direitos sociais, historicamente reivindicadas, para o segmento criança e adolescente, cuja reivindicação foi consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Este Estatuto foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 para regulamentar os direitos das crianças e adolescentes. Divide-se em dois livros: o primeiro trata dos direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento e o segundo, dos órgãos e procedimentos protetivos.

No passado a criança era vista apenas como “o homem do futuro” predestinado a construir a sociedade futura; um ser incompleto e cheio de carências.

Com o advento do ECA, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidas como “sujeitos de direitos”, cabendo à sociedade a promoção, orientação e respeito como forma de proteger e amparar as crianças e os adolescentes.

Na esteira do ECA, outros documentos voltados à garantia de direitos das crianças e adolescentes foram apresentados à sociedade, sendo um deles, a Declaração dos Direitos da Criança (Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990), que prevê, em um dos seus artigos, [...] “medidas apropriadas para assegurar a proteção da criança contra toda forma de discriminação ou castigo” [...] (BRASIL, 1990, p.145).

Pode-se afirmar que as três últimas décadas demarcaram conquistas relevantes, no campo da democracia. A conquista do ECA ensejou avanços na normatização de direitos. A assistência social deixou de ser concebida como benesse, passando a figurar como direito do cidadão e dever do Estado de prover os mínimos sociais a quem dela necessitar, cuja conquista está consolidada na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993). Trataremos adiante, da LOAS.

Após a promulgação da LOAS, o segmento social de idosos, também conquistam Estatuto próprio, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003) que assegura aos Idosos, os direitos à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade.

Considera-se Idoso, a pessoa maior de sessenta anos de idade, conforme a Lei Federal nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994, que institui a Política Nacional do Idoso.

A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade.

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao Idoso, todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito a vida.

O Idoso terá atendimento preferencial, nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

O Idoso que não tenha meios de prover a sua própria subsistência, que não tenha família ou cuja família não tenha condições de prover a sua manutenção, terá assegurada a assistência auxiliar pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios na forma da Lei.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu artigo 20, afirma: “O

benefício de prestação continuada é a garantia de 01 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso [...] que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”.

O envelhecimento tem, sobretudo uma dimensão existencial e, como todas as situações humanas, modifica a relação do homem com o tempo, com o mundo e com sua própria história, revestindo-se não só de características biopsíquicas como, também, sociais e culturais.

A maior dificuldade não é o envelhecimento biológico, mas o envelhecimento social e suas repercussões psicológicas.

Para a sociedade está claramente implícito o preconceito que algumas pessoas têm com o envelhecer. Estas muitas vezes, apresentam atitudes que levam as pessoas idosas a serem rotuladas como incapazes e improdutivas e, conseqüentemente, serem tratadas com incompreensão, impaciência, rispidez, preconceito, violência, agressões físicas, psicológicas, morais e desumanas.

O Idoso deve viver como um ser humano que merece dignidade, respeito, carinho, amor e segurança. Portanto, o envelhecimento saudável precisa ser uma conquista social, uma vez que a sociedade deve integrar o idoso, propiciando uma participação efetiva na formulação e implementação de políticas que afetam direta ou indiretamente seu bem-estar, levando o idoso a transmitir aos mais jovens conhecimentos e habilidades.

No ano de 1993, o País esteve marcado por grandes acontecimentos. A ONU (Organização das Nações Unidas) realizou a I Conferência Mundial sobre os direitos humanos com o tema “Violência contra as mulheres”, ficando reconhecido que a violência contra mulheres é uma barreira ao progresso de uma sociedade, do impedindo à paz e do desenvolvimento aos ideais de fraternidade e igualdade. Também neste mesmo ano, foi aprovada a Lei Orgânica da Saúde, outra grande conquista ao país.

Como mencionado acima, a Constituição Federal de 1988 reconhece as garantias legais de reivindicações sociais e históricas como a saúde, educação, assistência social, previdência social e outras.

A saúde é necessariamente uma obrigação do Estado no atendimento ao cidadão, a Assistência Social é para quem dela necessitar. Com isso, houve a aprovação de uma lei que garantisse aos cidadãos os mínimos sociais dos quais ele necessita para a vida.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS consolidaria uma nova conquista para o protagonismo de igualdade que assumia um processo de discussões e

mobilizações da sociedade acerca da Assistência Social como direito. Este processo, embora permeado por inúmeros embates e divergências políticas, sociais e econômicas conseguiu garantir seu reconhecimento no texto legal.

Com isso, iniciou-se discussões para uma possível aprovação da LOAS, mas não obtiveram sucesso, prova disso foi o I Simpósio Nacional de Assistência Social em 1989, onde foi apresentado a proposta de lei que ia além da realidade brasileira. Neste período, o país encontrava-se sob fortes tensões como a desigualdade social e econômica, o crescimento desenfreado do desemprego e ainda, o desligamento do governo da época sobre as responsabilidades sociais.

Neste momento, a aprovação da LOAS seria um grande avanço na história do país e da política da Assistência Social. Em seguida, em 1990 foi apresentada a primeira redação da Lei Orgânica da Assistência Social, porém foi vetada pelo Presidente da República Fernando Collor de Mello, que em seu discurso neoliberal dizia que “o governo não teria subsídios econômicos para financiar pagamentos previstos... e esta Assistência Social não era realmente responsável”.

Esta falha do Presidente só fortaleceu a vontade de instituir a LOAS no cenário brasileiro. Em 1991, este assunto volta ao poder legislativo para ser rediscutido. Neste ano, aconteceu o II Simpósio Nacional de Assistência Social e um dos principais temas discutidos e defendidos foi a questão da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social.

Em 1989, criou-se o Ministério de Bem-Estar Social. Após quatro anos, em 1993, foram realizados encontros regionais para a discussão da LOAS, que envolveu gestores municipais, estaduais e organizações não governamentais com o Governo Federal e representações no Congresso Nacional que finalmente em 07 de Dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social foi efetivada.

Para o professor Silveira (UNESP) a (lei nº 8.742 de 07/12/93) reconhece a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, e ainda garantir a universalidade dos direitos sociais.

Uma das primeiras ações desempenhadas pela LOAS após sua promulgação, foi retirar de cena o Conselho Nacional de Serviço Social criado em 1938, que funcionou muito bem durante cinquenta décadas, mas que agora não atendia mais a realidade da política de assistência social, considerado um órgão moralista e calçado no clientelismo. Então, para atender as novas demandas, a LOAS cria o Conselho Nacional de Assistência Social: órgão controlador da Política de Assistência Social.

A partir daí inicia-se o processo de construção da gestão pública e participativa da Assistência Social através de conselhos deliberativos e paritários, no âmbito

das três esferas do governo (estadual, municipal e federal), junto ao controle social.

O controle social é participação da sociedade no acompanhamento e investigação das ações da gestão pública na efetivação das políticas públicas, avaliando sua eficácia, objetivos e resultados, a obrigatoriedade da participação popular pode ser encontrada no artigo 5º, inciso II, da LOAS.

A Política de Nacional de Assistência Social diz que:

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado (PNAS, 2004, p.51).

De acordo com a LOAS (1993), entende-se a partir daí que a Assistência Social trabalha com foco nos direitos de cidadania e não pela ajuda ao próximo. Se ela for entendida de maneira diferente do entendimento da Assistência Social pode levar para a direção do conservadorismo tradicional, sendo que após sua aprovação houve uma mudança de pensamento sobre o significado do Serviço Social.

Entende-se que a LOAS é um novo marco na história da política de assistência social, garantindo os direitos do cidadão. As leis que são destinadas aos cidadãos são de forte influência dentro do país e são muito claras em seus objetivos.

Para entender melhor é preciso ler o artigo 1º da LOAS que diz:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa e pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993, p.7).

A Lei Orgânica da Assistência Social mudou o cenário brasileiro, propondo novos conceitos e novas práticas, ou seja, transformou a maneira do Assistente Social trabalhar dentro e fora da instituição, até porque um dos desafios do profissional de Serviço Social na contemporaneidade é operacionalizar a política de assistência social.

Dentro deste contexto social é válido dizer que a luta do Serviço Social para instituir intervenções profissionais voltadas a garantia de direitos sociais e identificou novas realidades a serem enfrentadas, determinadas pelas novas demandas.

A Lei Orgânica de Assistência Social foi passando por várias modificações

para atender as mudanças sociais. Em alguns anos após sua promulgação, será aprovado a Norma Operacional Básica e a Política Nacional de Assistência Social reforçando os subsídios para o Assistente Social efetivar seu trabalho.

Portanto, para a concretização da LOAS, houve a necessidade de se criar uma nova Política de Assistência social para reforçar o suporte teórico-metodológico e prático do Assistente Social.

Com a aprovação da LOAS, foi instituído o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que tinha como proposta cuidar dos interesses coletivos em relação a Assistência Social. Isso seria como formular, aprovar e acompanhar a Política de Assistência Social junto as demais políticas públicas do país, desta forma possibilitando a participação da sociedade civil no controle.

Outra competência atribuída ao CNAS refere-se a luta pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, um sistema capaz de entender a necessidade de cada região e procurar amenizar as vulnerabilidades encontradas no país.

No contexto de conquistas no campo social, encontramos a formulação e aprovação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS para dar visibilidade e, portanto, condições para o enfrentamento das expressões da questão social histórica e emergente.

A questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução dos salários e afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. A insegurança e os riscos sociais são inerentes à questão social. O conflito social se traduz em conflito político, expresso na atuação do Estado em cada contexto histórico (BATTINI E COSTA apud COSTA, 2007, p.21)

A implantação da PNAS foi marcada por divergências e embates em decorrência de diferentes concepções acerca da Assistência Social, cujo impasse marcaram também o processo de elaboração e aprovação da LOAS, dentre eles destacamos: o Governo neste período, implantou programas sociais com a marca do favor e se desconsiderando, assim o verdadeiro caráter que tem que ter os programas que é de minimizar a vulnerabilidade social.

Outra divergência que repercutiu na década de 1990, mais precisamente no ano de 1995, a extinção da Legião Brasileira de Assistência - LBA, pelo então Presi-

dente da República Fernando Henrique Cardoso. É de extrema importância comentar que o presidente não questionou a opinião da população e nem demonstrou preocupação com os serviços sociais que eram prestados por aquela instituição.

Com o fim da LBA, o governo cria a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - FCBIA, tempos depois, também é extinta.

Neste período o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, institui a Secretaria Nacional de Assistência social - SNAS. Ainda no ano de 1995, em Brasília acontecia a I Conferência Nacional de Assistência Social, que obteve a maior participação da sociedade civil com inúmeras discussões sobre a política de assistência social. É a partir este momento que ela começa a ganhar seu espaço e também passa a ser reconhecida como direito e não um favor.

O objetivo da Conferência de 1995 foi de:

[...] avaliar a situação e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da assistência social. O tema geral tratou da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, ficou evidenciado que o campo da assistência social esta permeado pela manifestação da subserviência, também dos seus princípios agentes sociais. Para tanto, é necessário contrapor-se a isso e não temer a publicização de propostas e ações (MDS, 1995, p.7).

A política de assistência social foi tomando novos rumos, com novos ideais a serem alcançados e criando novas discussões, a repercussão da I Conferência Nacional de Assistência Social foi tão grande que a partir de 1997 tornou-se obrigatória sua realização.

O artigo. 18. Inciso VI da LOAS diz que:

Compete ao CNAS a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema (LOAS, 1993, p.17 e 18)

O efeito destas discussões sobre o caráter da nova política de assistência social levou a aprovação da primeira Norma Operacional Básica - NOB/SUAS em 1997,

que conceitua o sistema descentralizado e participativo da política de assistência social. Impõe as três esferas do governo “federal, municipal e estadual”. A possibilidade de participação e controle social através da criação dos conselhos de assistência social, fundo e plano municipal de assistência social, para os municípios poderem receber os recursos federais, para que assim os mesmos pudessem atender a sua população que se encontrava vulnerável.

A NOB/SUAS de 1997 foi uma grande conquista para a política de assistência social, com seus princípios e diretrizes mudando totalmente o papel do governo em relação as suas responsabilidades para com a assistência social. Na NOB/SUAS de 1997, existem algumas considerações que são de extrema relevância destacar:

- Criação de uma comissão tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos á gestão da política.
- Quanto aos níveis de gestão, a gestão estadual recebe os recursos da instancia Federal advindos do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS, para o Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS, com a função coordenar programas.
- Quanto á gestão municipal, o município receberia diretamente recursos do nível federal, via repasse do FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS (PNAS, 2004, p.83)

É possível notar que a NOB/SUAS de 1997 foi bem redigida, ficou clara quais eram seus objetivos a serem alcançados, com critérios que deram um grande impulso no avanço da política de assistência social, mas ainda precisava de algumas melhorias em sua estrutura. No ano de 1998, foi escrita uma nova edição da NOB/SUAS, que veio com algumas modificações no que diferenciava os serviços, programas e projetos.

É de relevância citar algumas de suas modificações:

- Em relação ao financiamento, para os serviços, programas e projetos. Para os serviços, o recurso financeiro seria repassado do fundo nacional para os fundos estaduais, do distrito federal e municipal. Os demais, por seu caráter continuado, iram ficar no modelo antigo da NOB de 97.
- Ampliação dos conselhos de assistência social.

- Criação dos espaços de negociação e pactuação, de caráter permanente, para a discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão de sistema descentralizado e participativo da assistência social (PNAS, 2004, p.83)

Na NOB de 1998 um modelo inovador com mais eficiência, eficácia e mais interligado foi a efetividade da política de assistência social para atender as demandas sociais.

Neste mesmo ano, em Dezembro, foi definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, mas foi em Dezembro de 2004 uma ampla participação da sociedade civil na edição da PNAS, como instrumento regulador da política de assistência social.

No ano anterior, foi realizado a IV Conferência Nacional de Assistência Social, implanta-se a partir daí a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS:

Disciplina a gestão pública da política de assistência social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis (NOB, 2005, p.85).

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS de 2004, tem como intuito, implantar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Sistema Único de Assistência Social se preocupa com todos os eixos estruturantes da Assistência Social buscando sua efetivação como direito de cidadania.

O SUAS permite, especialmente, a articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a universalização de acessos territorializados e a hierarquização de serviços por níveis de complexidades e porte de município, com repactuação de responsabilidades entre os entes federados. Sua regulamentação, por meio de base legal, como a nova NOB/SUAS e outros instrumentos jurídico-normativos necessários para a unificação pretendida, tem impulsionado reordenamentos das redes socioassistenciais para o atendimento dos sujeitos de direitos, na direção da superação de ações segmentadas, fragmentadas, pontuais, sobrepostas e assistencialistas, para a garantia de um

sistema unificado, continuado e alicerçado de direitos, no enfrentamento das perversas formas de opressão, violência e pauperização vivenciadas pela maioria das população (SILVEIRA, 2007, p. 61 e 62).

Pode-se destacar o protagonismo da categoria profissional dos Assistentes Sociais no processo de ordenamento da assistência social no Brasil que veio desde a Constituição Federal de 1988 até a Política Nacional de Assistência Social.

Chegamos a esta afirmação após comparar o projeto ético-político da categoria profissional de 1993 com o novo ordenamento legal e político da Assistência Social e constatar que todas têm centralidade na consolidação dos direitos sociais, buscando também a sua emancipação social e econômica, para a consolidação das conquistas mencionadas.

Mas mesmo com todos estes suportes legais, ainda é um desafio para o Assistente Social consolidar o código de 1993, devido a grande demanda social que inviabiliza a reflexão ética, bem como as condições de trabalho: a falta de espaço físico, salas escuras, mau ventiladas, com decoração pobre, e também a reprodução do assistencialismo com o primeiro-damismo.

O profissional se depara também com própria falta de apoio dos políticos em seu município. Às vezes, contrata-se um profissional mal preparado por questões políticas e deixam um excelente profissional de fora.

O Serviço Social é uma profissão de várias lutas. A primeira luta foi extinguir o conservadorismo, a segunda para efetivar a política de assistência social como direito de cidadania e, a terceira, inserir de forma concreta o projeto ético-político de 1993 no cotidiano da Assistente Social.

Como observa Yazbek “[...] os assistentes sociais vem contribuindo para uma cultura de direitos e cidadania, resistindo ao conservadorismo as políticas sociais como possibilidades concretas de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual” (YASBEK, 2009, p.21).

No cotidiano do Assistente Social, se faz necessário um profissional que esteja sempre à frente de seu tempo, com novas formas de pensamento e ações, buscando sempre através de diálogos, seminários e discussões fazer jus ao seu maior suporte teórico-metodológico: o Código de Ética de 1993, pois, em consequência, o Serviço Social no Brasil tem forças para lutar contra as desigualdades sociais e econômicas e rompe com as concepções e ações tecnicistas e imediatistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o Serviço Social é uma das profissões que protagonizou sua própria história através dos anos.

A Igreja Católica influenciou em muitos momentos, contribuiu de alguma forma, mesmo sendo de uma maneira empírica e paternalista. Com isso, conseguimos chegar a conclusão que necessitávamos de uma teoria que contribuísse com o desenvolvimento humano, e não um simples “atendimento ao cliente”.

Foi um grande desafio para os Assistentes Sociais consolidar o projeto ético-político, este processo foi permeado por inúmeras discussões e divergências tanto no âmbito político quanto no econômico. Após o ordenamento e a publicação do projeto ético-político de 1993, como suporte teórico-metodológico e prático dos Assistentes Sociais o cenário do Serviço Social brasileiro mudou. A profissão passa a ter mais valor e reconhecimento, o profissional tem seus direitos reconhecidos que são encontrados em seus direitos fundamentais.

O projeto ético-político repercutiu em seguida a sua aprovação desencadeando discussões sobre a nova Política Nacional de Assistência Social. Isto pode ser visto na responsabilidade dos programas pelo Assistente Social e pelo Estado. Mesmo com tantas possibilidades para a real efetivação do Código de Ética Profissional de 1993, o Assistente Social, em seu cotidiano, ainda encontra dificuldades para sua execução.

Isso leva o profissional a se questionar o motivo de tantos empecilhos em executar a tão sonhada prática profissional, no setor público, por exemplo, a prática que estudamos na faculdade em exercer a profissão sem se preocupar com o primeiro-damismo, ou as políticas partidárias que jogam a população usuária num “curral eleitoreiro”.

Para terminar, esses empecilhos ainda serão uma constante no cotidiano do Assistente Social, porque enquanto existir políticos que usam seu poder de persuasão em prol de discursos demagogos para aquisição de votos, enganando pessoas simples que trocam suas escolhas por cestas básicas, óculos ou outros objetos e produtos, nós, profissionais da área social que conhecemos a real necessidade desses sujeitos de direitos, ainda ficaremos de mãos atadas frente essa realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURÉLIO, Mini Dicionário da Língua Portuguesa. 4. ed: Editora Nova Fronteira S/A, 2001.

BATTINI, Odária (org.). SUAS: O Sistema Único da Assistência Social em debate. São Paulo: Veras, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História. BIBLIOTECA BÁSICA DO SERVIÇO SOCIAL, vol. 02. 3. ed: Cortez, 2007.

BONETTI, Dilséa. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. 2. ed: Cortez, 1998.

____ (orgs), et al. Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis. 5. ed: Cortez, 2003.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

____ Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2006.

____ Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal, 2003.

____ LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social. Previdência Social. Brasília: Senado Federal, 2001.

____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. LOAS: 15 anos. Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social. s.d.

____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília: Senado Federal, 2004.

____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. POLÍTICA

NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS. Brasília: Senado Federal, 2004.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília: Senado Federal, 2009.

____ Código de Ética do Assistente Social de 1993. [acessado em 11 de Outubro de 2009]. Disponível em <http://www.cfess.org.br>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed: Cortez, 2008.

____ CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed: Cortez, 2004.

KARSCH, Úrsula (org.). Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal II. São Paulo: PUC, 2005.

MATO GROSSO DO SUL, ABC da Família. MANUAL ATENÇÃO BÁSICA AO CIDADÃO E A FAMÍLIA. Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária: Campo Grande, 2003.

SILVEIRA, Ubaldo. Estudos do Código de Ética. UNESP/FRANCA. s.ed; s.d.

YASBEK, Maria Carmelita. Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. s.n.t.

O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local

Elisângela de Aguiar Alcalde¹

Maria Augusta de Castilho²

Cleonice Alexandre Le Bourlegat²

RESUMO

A pesquisa realizada analisou os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações comunitárias conjuntas. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos. Justifica-se, portanto, a necessidade de aprofundar o assunto mediante a sua relevância, pois a essência do trabalho vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE

artesãos; comunidade; territorialidade

Introdução

Os primeiros artesãos surgiram no período neolítico (6.000 A.C) quando o homem aprendeu a polir a pedra e a fabricar a cerâmica como utensílio para armazenar e cozinhar alimentos; posteriormente descobriu a técnica de tecelagem das fibras animais e vegetais. O regime de trabalho que reúne as diferentes técnicas manuais de produção só recentemente ganhou nome, embora à história assinala a presença de objetos feitos à mão em todas as épocas e nas mais variadas culturas.

AUTORES

1 Mestranda de Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco.

2 Professoras Doutoras do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco.

A atividade artesanal está ligada aos recursos naturais, do estilo de vida e ao grau de comércio com as comunidades vizinhas.

A aprendizagem do trabalho artesanal é adquirida de maneira prática e formal, por meio de oficinas ou na vivência do indivíduo com o meio artesanal, em que o aprendiz maneja a matéria-prima e as ferramentas imitando os mais entendidos no ofício. Desta forma, o objeto de estudo deste trabalho refere-se à comunidade de Artesãos do Município de Três Lagoas, composta por trinta e três artesãos e que, inicialmente, teve como parceiros a CACB – Confederação das Associações Comercial do Brasil, a ACITL – Associação Comercial e Industrial de Trê Lagoas, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e a PM - Prefeitura Municipal, via Secretaria de Turismo e Cultura, por meio da implantação no município do Projeto Empreender, constituindo inicialmente por cinco núcleos.

Nesse cenário, implantou-se, no ano de 2002 no município de Três Lagoas/MS, dentro do Projeto Empreender o núcleo de artesanato, tendo como objetivo promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo.

Segundo a ACISAP – Associação Comercial e Industrial e de Serviços de Santo Antônio da Patrulha (2007), o Projeto Empreender apresenta uma proposta inovadora, uma vez que estimula os empresários a se auto-organizarem e a determinarem as suas demandas. O objetivo do projeto é elevar a competitividade das Micro e Pequenas empresas, promovendo o desenvolvimento organizacional das Associações Empresariais parceiras. Essa ação conjunta de políticas públicas, representadas pelos agentes de desenvolvimento, pressupõe a assimilação de novas formas de planejamento e gestão. Implica apoiar programas de capacitação para a formação de multiplicadores de iniciativas, lideranças e agentes locais que incorporem a perspectiva do desenvolvimento local integrado e sustentável. Assim, analisaram-se os agentes na comunidade de artesãos como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local, por meio de um levantamento do histórico da comunidade estudada, suas características, ações e etapas de consolidação.

No estudo foram utilizadas duas fontes distintas: uma de dados primários, coletados através de questionários com os artesãos no seu espaço físico de trabalho, e a outra, de dados secundários, oriundos de documentos, pesquisa bibliográficas em livros, periódicos, revistas, entre outros.

1. Desenvolvimento local, território, territorialidade e políticas públicas

• Desenvolvimento local

Desenvolvimento significa melhoria na qualidade de vida das pessoas. Analisando o fator econômico, devem-se agregar outros fatores como: o crescimento do capital social, a conquista da boa governança, dentre outros.

Pereira (1985) aponta que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, na qual o padrão de vida da população passa por um crescimento significativo tornando-se automático e autônomo. O desenvolvimento não pode ser encarado de forma integral. As metas técnicas são absolutamente necessárias e respeitadas, porém devem ser encaradas como os meios para o alcance do objetivo final, que é, acima de tudo, a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Assim, o ser humano não é só um meio do desenvolvimento, mas sim, sua finalidade última.

Kliksberg (2003, p.110) assinala que: “junto com o crescimento econômico, surge a necessidade de alcançar o desenvolvimento social, melhorar a equidade, fortalecer a democracia e preservar os equilíbrios do meio ambiente”.

Para Fragoso (2005), o conceito de desenvolvimento local seria um assunto para muitos estudos, mas, pode-se afirmar que se trata da possibilidade das populações poderem expressar uma idéia de futuro para um território, concretizando ações que possam ajudar na construção ou na reconstrução desse futuro.

Para a concretização desses conceitos, faz-se necessário construir um processo coletivo e altamente educativo, articulado com a participação dos moradores do local, bem como de agentes e de entidades externas.

O desenvolvimento local, na concepção de Martins (2002, p.51), se constitui em um “evento sui generis resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confronta o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e autoreferenciados de qualidade de vida na comunidade”.

Martin (1999) apud Martins (2002) completa o pensamento anterior afirmando que, o desenvolvimento local igual à escala humana deve ser interpretado como a satisfação das necessidades humanas essenciais através da efetiva participação dos atores, ou seja, de cada pessoa. Esse talvez seja o maior desafio do desenvolvimento local.

• Território

Diversos trabalhos sobre o desenvolvimento local têm demonstrado a importância da relação entre território e comunidade. Entende-se que, os territórios juntamente com as comunidades podem constituir identidades, isso acontece à medida que as pessoas estão estruturalmente localizadas a partir de suas relações primárias ou secundárias a que se relacionam.

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Segundo Corrêa (1994, p. 251), o termo “território deriva do latim terra e torium, significando a terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas a sua apropriação”.

De acordo com Raffestin (1993, p. 144), o território é “um espaço onde se projetou um trabalho seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder [...] o território é a prisão que os homens constroem para si. [...]” O território se apóia no espaço, mas não é o espaço.

Heidrich (1998), ao se referir à constituição do território, afirma que a distinção do espaço em esfera histórica começa a partir da demarcação do mesmo, isto é; por sua apropriação como território, por um lado determinado pela necessidade e pela posse de recursos naturais para a conquista das condições de sobrevivência, por outro lado por sua ocupação física como habitat. Neste instante, na origem, a defesa territorial é exercida diretamente pelos membros da coletividade. Noutro extremo, como já ocorre desde a criação do Estado, quando há uma população fixada territorialmente e socialmente organizada para a produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Assim, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente à organização e à manutenção do poder. Machado (2005, p. 7) destaca que:

[...] analisar o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente. A noção de território pode ser utilizada sem problemas, em todas as escalas de análise.

Observa-se que, historicamente, a concepção de território associa-se à idéia de natureza e a de sociedades configuradas por um limite de extensão do poder.

Na análise de Tuan (1980), a questão do território leva a reflexão sobre a sua formação para o ser humano, onde ele constrói o território como um lugar repleto de emoções e racionalidade, sendo capaz inclusive de idealizar o seu território como um espaço que se refere a uma grande carga Elisângela de Aguiar Alcalde; Cleonice Alexandre Le Bourlegat; Maria Augusta de Castilho emocional, atribuindo-lhe um grande sentimento de pertença.

O território em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando se considera o momento em que se pensa juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2002).

Deste modo, as relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e/ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Percebese, dessa forma, que a questão do território não está baseada apenas nas características geofísicas, mas, sobretudo, está baseado nas relações sociais, o que reproduz um espaço de manifestações e ações.

No aporte de Souza (1995, p. 78-96),

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] o poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido [...] Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade [...] territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias. Essa afirmação salienta a importância das relações humanas em uma comunidade, pois são essas relações que irão compor os cenários do território. A interação entre os grupos nas comunidades é o caminho para a evolução do desenvolvimento local. Neves (1998, p.271) entende território como: [...] espaços de ação e de poderes, dentro de uma idéia de globalidade e vivência da fragmentação. O exercício do poder se daria sobre o 'conteúdo do espaço', transformando os territórios através das forças econômicas, mas em especial, através das raízes culturais, onde as imagens e os mitos não podem ser negligenciados.

Nesse sentido, Tuan (1976) exemplifica o território comparando o compor-

tamento dos animais com o dos seres humanos. Para este autor, as atitudes humanas, quanto ao território, são semelhantes aos dos animais irracionais. Porém, a diferença é que os animais são menos carregados de emoções e pensamentos simbólicos. Assim sendo, o território para eles, é uma área não circunscrita, trata-se de caminhos em redes e lugares suscetíveis. Em contra partida, os seres humanos são capazes de cultivar o território como um conceito, considerar mentalmente sua forma, mesmo aquelas que não são totalmente perceptíveis.

Souza (1995) acrescenta que, na Geografia política, o território aparece como espaço concreto em si, com suas características naturais ou sociais construídas, sendo sustentado e apropriado por um grupo social e, ainda, é visto como algo criador de raízes e de identidade própria.

Observa-se, desta forma, que a importância que o território assume para a Geografia hoje repousa em seu significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. A questão fundamental continua sendo a de saber como se organiza uma sociedade na relação com espaço.

• Territorialidade

A territorialidade afeta o comportamento humano em todos os níveis da atividade social e sua noção é estabelecida a partir do conceito ocidental de propriedade privada. Dessa forma, concebe-se a territorialidade como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade- espaço-tempo, o que implica em analisar a territorialidade em função da apreensão das relações recolocadas no seu contexto.

Santos (1978) esclarece que a territorialidade refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e o seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas de uma localidade, uma região ou um país e, dessa maneira, expressa um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território. Percebe-se, assim, que a territorialidade supõe o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões cultural, política, econômica e social. Como atributo humano, ela é primariamente condicionada por normas sociais e por valores culturais, que variam de sociedade para sociedade.

Castoriades (1993 citado por SOUZA, 1995, p. 101-105) assinala que:

[...] Como toda a construção da realidade é um instrumento de poder, a (re) ordenação territorial regional, pode ser instrumento de poder tanto para os atores locais do desenvolvimento, como para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação local. [...] a perspectiva da territorialidade regional, deveria ser o horizonte utópico a ser buscado pelos grupos sociais de uma determinada região, ao serem desafiados num processo de (re) ordenação do território, ou de alavancagem do desenvolvimento regional. Isto porque, a autonomia constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de auto-instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdades.

Holzer (1997) argumenta que a territorialidade é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferido, da construção dos mundos pessoal e integrado, englobando o arrolamento do território com o desconhecido.

• Políticas públicas

Em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como outputs do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos inputs, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Por outro lado, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea na disciplina, a ênfase dos estudos recaía como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área. Em um segundo momento, contudo, a partir da década de 1950, passou-se à definição das próprias políticas públicas como unidade de análise, o que gradualmente conferiu destaque aos aspectos dinâmicos do chamado *policy process* e aos distintos atores, estatais e não estatais, usualmente envolvidos (RADAELLI, 1995 apud FARIA, 2003).

Há quase vinte anos, discorrendo sobre políticas públicas, Demo (1979) expôs a problemática da situação nacional, fazendo um retrospecto dos ciclos da política social no Brasil. E, já naquele período, ele indagava a viabilidade da formação de uma sociedade menos desigual num país em desenvolvimento. Este mesmo autor afirmava que o processo de desenvolvimento não se concebe sem planejamento e que a redução das desigualdades não se dá por si só. Ele alertava que era preciso forçar o mercado a assumir padrões redistributivos, pois era necessário também intervir

na realidade de maneira a alcançar um desenvolvimento com metas mais racionais e desejáveis, obtendo assim uma sociedade mais igualitária.

Observa-se que as políticas públicas no Brasil estão em curso. Diante disso, nota-se, a partir do início da década de 1980, um movimento, plenamente consciente, de pesquisadores, de agências de fomento e de organizações públicas, que atuam na área de planejamento ao proporem novas formas de elaboração das políticas públicas, em uma nova perspectiva do significado de desenvolvimento e com base em uma visão do papel do Estado que não pode ser confundido com o estadismo nem com o privatismo. O destaque deve ficar por conta das parcerias e solidariedade da sociedade civil, mantendo o Estado responsável pela condução do processo de formulação de políticas relativas ao desenvolvimento.

Para Becker (1995), essa nova perspectiva consiste em selecionar pontos para aplicação de forças e na política do desenvolvimento regional, cuja maior expressão é a prática dos pólos de crescimento. Para a construção do desenvolvimento humano sustentável, uma das principais estratégias consiste na formação dos recursos humanos para programar tais políticas. É imprescindível que as pessoas que irão conduzir esse processo tenham, além da qualificação adequada, o conhecimento da realidade na qual irão trabalhar e estejam preparadas para levar em consideração as crenças e valores da comunidade local.

Dentre as principais características das políticas públicas, segundo Pereira (2000), encontram-se:

- 1) Existência de um conteúdo que orienta os recursos humanos e materiais na busca de determinados resultados, de forma que não pode ser confundida com um ato isolado;

- 2) A existência de convergência entre o conteúdo da política, os atores e os mecanismos disponíveis para sua execução.

Portanto, o papel do Agente de Desenvolvimento é estimular a construção do desenvolvimento municipal/local numa visão de auto-sustentabilidade, trabalhando de forma articulada em parcerias com os órgãos governamentais e outros segmentos da sociedade, ou seja, é preciso que haja uma melhor articulação entre as iniciativas no nível local e as mudanças no nível dos sistemas. Indivíduos e organizações locais devem ser capazes de iniciar e manter o desenvolvimento de sua própria comunidade.

2. A comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS

A comunidade de artesãos de Três Lagoas- MS surgiu por iniciativa de três organizações locais: SEBRAE, Prefeitura Municipal e ACITL no dia 9 de novembro de 2002, a partir do Projeto Empreender, idealizado pela CACB e o SEBRAE Nacional com o objetivo de promover o associativismo e o cooperativismo como alternativa de união dos artesãos para a sustentabilidade e o desenvolvimento do grupo. A primeira reunião realizada no dia 19 de novembro de 2002 teve como participante somente uma artesã, representantes do SEBRAE, ACITL e a Consultora do SEBRAE Maria Luzia Lomba de Souza.

A sensibilização de participantes para o Núcleo Setorial de Artesanato foi feita com divulgações na mídia escrita e falada local e, também, buscou-se o apoio da Prefeitura, que fez um levantamento dos nomes de artesãos que participavam das festas locais como a Festa do Folclore (realizada no mês de Agosto) em que apresentavam seus trabalhos. Após a localização desses artesãos, uma nova reunião foi marcada.

Para a participação da reunião compareceram vinte e dois artesãos, que não se conheciam e se consideravam concorrentes por trabalharem com artesanato. Percebeuse que os participantes estavam encantados com o projeto, embora ainda não conseguissem visualizar os caminhos e os meios para colocar em prática as ações de divulgação dos trabalhos, qualificação da mão de obra, novas técnicas de confecções e a utilização de novas matérias primas. Observou-se, na fala dos participantes que a maioria não tinha disponível sequer a matéria-prima para confeccionar seus trabalhos.

• Feira de artesanato na Praça da Bandeira: uma revelação dos artistas locais

Após algumas reuniões, o grupo começou a se organizar, e para comemorar o Dia Internacional da Mulher (8 de março de 2002), foi organizada pela Associação Comercial e pela Prefeitura Municipal a 1ª Feira de Artesanato em Três Lagoas. Foi um grande desafio, porque muitos não tinham matéria-prima para confeccionar as peças e nem infra-estrutura adequada para a montagem do espaço onde aconteceria o evento

A feira foi realizada na Praça da Bandeira ao ar livre e, mesmo com todas as dificuldades de infra-estrutura, segundo o jornal do povo, foi um sucesso (março/2002). Conforme os relatos em ata feita pelos artesãos, os elogios dos visi-

tantes foram satisfatórios, pois a maioria dos moradores de Três Lagoas ainda não conhecia os trabalhos dos artesãos e nem se quer sabia que existiam. Devido ao sucesso, foi estabelecido que os artesãos apresentassem seus trabalhos sempre no segundo sábado de cada mês em espaço público

Como parte do aprimoramento proposto pelos representantes do projeto, os artesãos começaram a expor suas peças em vários locais da cidade, como: Exposição Agropecuária de Três Lagoas, na Faculdade AEMS, Expo Mulher; Pousada do Tucunaré; 18ª Festa do Folclore. Essas exposições e feiras possibilitaram participações em outras cidades da região, ora vendendo os produtos ora visitando as feiras para adquirir novos conhecimentos. Dentre os eventos participados estão a Exposição Agropecuária de Andradina; a 1ª Feira do Artesanato em Brasilândia; a viagem para Campo Grande na Caravana MS Faz Tecnologia e a viagem de aprimoramento técnico para Naviraí.

• Ação de coordenação e aspectos do grupo de artesãos, e dos empresários locais

As feiras na Praça continuaram e a partir do desempenho dos integrantes do projeto, os empresários locais doaram cinco barracas, protegendo assim os trabalhos da chuva e do sol. Pouco a pouco, as feiras foram ficando mais organizadas e com maior qualidade dos produtos, atendimento e novo visual.

Os artesãos receberam treinamentos por meio de cursos específicos como: liderança, desenvolvimento interpessoal, formação de preço, motivação, qualidade no atendimento, solidariedade e reciprocidade, dentre outros. Essa iniciativa foi fundamental para a conscientização, aprimoramento técnico e criação de uma comissão com tesoureiro, secretaria, e sub-coordenação, já que a coordenação geral cabia à consultora Maria Luzia Lomba de Souza. O mandato da comissão duraria seis meses podendo ser alterado conforme a atuação dos artesãos escolhidos.

Além de receberem a doação das barracas, os artesãos do projeto passaram a ter um espaço para vender suas peças com a doação do espaço por uma das integrantes do projeto, Ana Viturino. Entretanto, o ponto era longe do centro comercial dificultando a locomoção dos compradores e dos artesãos na reposição dos produtos. Com o tempo deixaram de levar o artesanato e o local foi desativado.

• Identidade e autonomia do grupo: Criação da Atar – Associação Três-lagoense de Artesãos

Durante o apoio dos parceiros e da consultora os agentes enfatizavam que o sucesso só dependia deles e que a confiança, a solidariedade e a participação desenvolvidas entre eles eram fundamentais nessa caminhada. Em outubro de 2004 as parcerias chegaram ao fim e o núcleo de artesãos teria que continuar sozinho, mas antes a consultora do núcleo de artesanato sugeriu que escolhessem uma liderança, um representante, e elegeram a irmã Zélia Lopes da Silva (freira) como líder, ocasião em que obteve 96% da votação, pois desde o começo do projeto ela se fez presente e atuante. A Irmã Zélia é uma das grandes responsáveis pela continuidade da comunidade de artesãos depois da saída da consultora Maria Luzia do Projeto Empreender. Conforme ressalta Boog (1999), para ser um bom líder é preciso fazer com que os outros tenham vontade de fazer algo que eles estejam convencidos de que deve ser feito.

A comunidade se tornou uma a Associação Três-lagoense de Artesãos - ATAR, contando com 38 associados que desenvolvem os mais variados tipos de trabalhos manuais, como pintura, retalhos, costuras, bordados, tecelagem, madeira, arte em jornal, meia de seda, mosaicos, crochês, entre outros e recentemente, foi inaugurada uma nova sede na Av. Ranulpho Marques Leal. Neste momento, o grupo também está mais amadurecido para manter esse empreendimento. Diferente da situação anterior, a ATAR arca com as despesas de aluguel e da manutenção do estabelecimento.

Segundo Massunari (2006), o artesanato na cidade de Três Lagoas desenvolve um papel relevante na sociedade local, já que, além da expressão artística e cultural, gera trabalho e renda para uma parte da população, fazendo-se um meio de vida para uns e um equilíbrio no orçamento familiar para outros. Nesse contexto, as peças artesanais, têm se destacado como verdadeiros ícones da cidade e até mesmo do Estado.

3. Análise e interpretação dos dados coletados

A pesquisa de campo foi realizada via entrevistas estruturadas e questionários na sede da comunidade de artesãos na cidade de Três Lagoas-MS com vinte e cinco artesãos.

O processo da pesquisa caracterizou-se pela interação dos seguintes ele-

mentos: questão básica da pesquisa, o que motivou a investigação. Quanto aos sistemas conceituais foram utilizados para interpretar os fenômenos e utilizaram-se métodos específicos para coletar, registrar e transformar os dados. Na análise foi utilizado o método de porcentagem e números absolutos na apresentação dos resultados obtidos nos questionamentos, pois o questionário possibilitou a população alvo mais de uma alternativa em algumas questões.

A comunidade de artesãos é formada por 92% (23 artesãs) de mulheres e apenas 8% (dois artesãos) de homens, verificandose que a sociedade ainda considera o artesanato como uma atividade feminina. Dos informantes 16% (quatro artesãos) possuem o ensino fundamental; 60% (15 artesãos) o ensino médio; 12% (três artesãos) ensino superior e 12% (três artesãos) possuem pósgraduação. Observa-se que a base educacional da comunidade está equilibrada, em que, segundo elas, várias artesãs são professoras aposentadas. Isso mostra que, ao contrário do que se pensava, que nem todas as comunidades de artesãos são formadas por pessoas carentes e analfabetas. A educação escolar (primário, secundário e superior) constitui a base para diferentes patamares de qualificação. Nessa concepção, portanto, o grau de escolaridade formal constitui um dos principais ingredientes do processo de consolidação da comunidade.

Manfredi e Bastos (1997) salientam que a sociedade que queremos construir antecipa-se na escola como possibilidade desejável e realizável através de iniciativas de solidariedade, participação e de exercício de governo compartilhado.

Quanto à renda familiar mensal, sem contar a renda com o artesanato, observouse que 4% (um artesão) tem renda mensal de um salário mínimo, 68% (17 artesãos) possuem renda mensal de dois a quatro salários e 28% (sete artesãos) têm renda mensal acima de quatro salários mínimos. Nem todos os integrantes da comunidade são casados ou têm a necessidade de contribuir com a renda familiar, o que justifica a porcentagem de um salário mínimo. Constatou-se que 68% receberam de dois a quatro salários mínimos e 28% acima de quatro salários. Justifica-se tal índice pelo grau de escolaridade desses artesãos, já que uma grande parcela deles são professores(as) aposentados(as).

Quando questionados porque confeccionavam artesanato; identificou-se 10,81% (quatro artesãos) foi por influência familiar; 18,92% (sete artesãos) ingressaram na atividade por curiosidade, 13,51% (cinco artesãos) receberam convite de outros artesãos, 45,95% (17 artesãos) para complementar a renda familiar (representando quase a metade da população pesquisada) e 10,81% (quatro artesãos) atribuíram a outros fatores. Informaram também que 6,25% (dois artesãos) tomaram

conhecimento do artesanato por meio da mídia; 65,62% (21 artesãos) por meio de convites de outros artesãos; 18,75% (seis artesãos) a partir de eventos realizados e 9,38% (três artesãos) pelos agentes do Projeto Empreender. Vale lembrar que nesta questão os questionados responderam mais que uma alternativa.

A falta de participantes na primeira reunião deu origem a várias estratégias para que os artesãos locais se interessassem pela comunidade. Uma delas foi à veiculação do projeto na mídia com o objetivo de convidar pessoas que tinham conhecimento sobre a atividade. Outra maneira foi à divulgação boca a boca feita pelos envolvidos a fim de propagar o projeto à comunidade. Vale destacar que dentre os métodos este foi o mais eficaz.

A venda do artesanato, segundo os informantes, proporciona uma rentabilidade de menos de um salário mínimo para 92% (23 artesãos), de um salário mínimo para 4% (um artesão) e entre dois e quatro salários para 4% (um artesão). A atividade não garante uma rentabilidade satisfatória que segundo os artesãos se dá pelo fato da venda do artesanato depender da sazonalidade, ou seja, em algumas feiras, as apresentações dos trabalhos em épocas festivas, como por exemplo: páscoa, dia das mães, dia dos pais e natal onde nem sempre todos vendem produtos de forma igualitária. Verifica-se, dessa forma, que a atividade não pode ainda ser considerada como um meio de vida para esses artesãos, pois necessitam de outra fonte de renda para sobreviver. Por outro lado, na questão sobre a influência familiar referente ao ofício de artesão, assinalaram que devem dar possibilidade de trabalho às gerações mais novas, que devem receber das mais velhas as técnicas e demais experiências acumuladas, porém, cada um deve acentuar às peças o seu cunho de originalidade pessoal. A pesquisa apontou que as principais dificuldades enfrentadas pela atividade artesanal são: a escassez de recursos financeiros com 21,15% (11 artesãos), a qualidade da matéria-prima com 13,46% (sete artesãos). O mercado para o artesanato apresentou 36,54% (19 artesãos) como dificuldade e quando questionado sobre o grau de satisfação do mercado responderam que o mercado do artesanato é ótimo com 18,8% (dois artesãos); muito bom com 4%; (um artesão) bom com 24% (seis artesãos); regular com 48% (12 artesãos) e atribuíram como ruim 16% (quatro artesãos). Outra dificuldade atribuída diz respeito à falta de incentivo governamental, apresentando 21,15% (11 artesãos), e apenas 7,70% (quatro artesãos) caracterizam a falta de relacionamento interpessoal. É importante destacar que o município de Três Lagoas-MS ainda não se caracteriza como uma cidade turística e a sociedade local ainda não valorizam e nem é estimulada a adquirir produtos confeccionados pelos artesãos, o que justifica a falta de mercado apontada pelos informantes.

Outras preocupações segundo os informantes são a falta de espaço físico para comercialização do artesanato com 52% (13 artesãos), desunião dos integrantes com 24% (seis artesãos), cooperação e custo da matéria prima com 8% (dois artesãos); falta transporte próprio para transportar os artesanatos para as feiras e eventos com 4% (um artesão) e a imposição da liderança sobre as atividades executadas pelo grupo também com 4% (um artesão).

Baseando-se nas colocações de Martins (1973), percebe-se que o regime de trabalho manual necessita de um estímulo vigoroso e pertinaz para se desenvolver, sendo que isto só se conseguirá mediante uma ação da comunidade, da sociedade local e do governo municipal. Não convém que essa ajuda se faça de maneira ostensiva, mas cautelosa. Desse modo, qualquer plano de proteção ao artesanato deve preceder de estudos bem dirigidos e deve ser elaborado com a convicção plena dos bons resultados que serão obtidos e segundo os objetivos a que se tem em vista alcançar.

A atividade artesanal está ligada ao estilo de vida e do grau de comércio com comunidades vizinhas, sendo o artesanato uma manifestação da vida comunitária. Sobretudo, a comunidade deve ser orientada no sentido de produzir objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou religiosa, portanto, é preciso pesquisar quais os produtos que o mercado deseja comprar.

Quanto aos artesanatos confeccionados 42,10% (24 artesãos) responderam que os produtos são comercializados em feiras realizadas na Praça da Bandeira; 29,83% (17 artesãos) em feiras livres; 22,80% (13 artesãos) nas residências; 5,27% (três artesãos) comercializam no ponto de venda. Para as vendas ambulantes não houve porcentagem. Observou-se que as feiras realizadas na praça exercem um papel fundamental na venda dos artesanatos, mas a venda nas residências representa valor significativo que precisa ser estudado como uma ferramenta. Segundo os artesãos a venda de porta em porta significa clientela fixa, o que sugere uma segurança na sua rentabilidade. Esses mesmos clientes indicam que os produtos para amigos e familiares têm aumentando o potencial de venda desses artesãos. Já a comercialização na loja, conforme aponta a pesquisa, não representa um número expressivo (5,27%). Vale lembrar que o local destinado à venda foi inaugurado recentemente, não se localiza em ponto estratégico comercial tornando a venda mais lenta.

Quando questionados sobre o conhecimento na formação de preço do artesanato, 14% (sete artesãos) responderam que sim, 28% (14 artesãos) conhecem as formas de comercialização; 8% (quatro artesãos) têm conhecimentos básicos sobre pesquisa de mercado; 26% (13 artesãos) fizeram cursos sobre a qualidade dos arte-

sanatos e 24% (12 artesãos) têm conhecimento sobre relacionamento interpessoal. Isso se dá pelo fato dos cursos e treinamentos ao longo do processo do projeto - Desenvolvimento Empreendedor.

Conforme salienta Harbison (1974), as transformações em curso na sociedade brasileira, decorrentes das mudanças técnicoorganizacionais no mundo do trabalho, estão fazendo ressurgir, com muita ênfase, entusiasmados debates relativos a temas e problemas que nos remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional). A expressão “formação de capital humano”, empregada por Harbison (1974), significa o processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento.

Conforme explica Manfredi (1998), os trabalhadores como sujeitos coletivos, estariam também se construindo e se qualificando, apesar das condições alienantes e alienadoras do trabalho sob a égide e o controle do capital. Sobretudo, a preparação técnica é considerada importante, mas é entendida como uma dentre as várias dimensões a serem valoradas no processo educativo. É importante destacar que a técnica não é instância separada da cultura de uma sociedade.

Analisando os dados coletados observou-se que 57,58% (19 artesãos) dos informantes adquiriram esses conhecimentos através do SEBRAE; 12,12% (quatro artesãos) foram treinados pela consultora do Projeto Empreender na sede ACITL onde eram realizadas as reuniões; 9,09% (três artesãos) através da participação em cursos oferecidos pela Prefeitura Municipal e 21,21% (sete artesãos) através de outras fontes como pesquisas realizadas em revistas especializadas, jornais, colegas da própria comunidade e cursos promovidos por escolas técnicas. Quando questionados sobre o grau de classificação quanto a participação no desenvolvimento da comunidade de artesãos 20% (cinco artesãos) atribuíram como ótima, 16% (quatro artesãos) como muito boa, 28% (sete artesãos) como boa e 36% (nove artesãos) como regular. As maiores reclamações apontadas por eles dizem respeito à falta de atenção para a comunidade e um local para a comercialização do produto do qual o Sebrae e a ACITL não podem resolver, pois seu papel é de capacitação para a gestão local, com a possibilidade de realizar diagnósticos, elaborar e executar projetos, monitorar e avaliar os resultados e capacitação.

A pesquisa mostrou que em todos os anos houve um aumento na entrada de novos participantes à comunidade de artesãos, onde 12% (três artesãos) dos informantes fazem parte da comunidade desde seu início em 2002; 20% (cinco artesãos) ingressaram entre 2002 e 2003; 16% (quatro artesãos) em 2003 e 2004; 32%

(oito artesãos) ingressaram entre 2004 a 2005 e 20% (cinco artesãos) ingressaram em 2006. Isso se deve ao fato de que o progresso dos trabalhos e o reconhecimento do grupo cada vez mais têm aumentado. Porém, verifica-se que, no período de 2003 a 2004, houve um declínio no percentual. Segundo os dados obtidos através das documentações transpostas em ata, foi neste período que tiveram fim as parcerias entre o SEBRAE e a ACITL que durou dois anos. Nesse momento, eles precisaram colocar em prática todos os ensinamentos que os agentes passaram, principalmente, sobre motivação pessoal, pois dependeria de cada um a continuidade do trabalho. Esse processo os levou a desenvolver a solidariedade, o sentimento de pertença e a identidade coletiva.

Com isso, em 2005, a comunidade se reafirmou e obteve um aumento no percentual de integrantes perdurando em 2006, conforme mostra a pesquisa.

Observou-se que 40% (10 artesãos) responderam que a comunidade coopera e interage entre si; 4% (um artesão) responderam que não; 56% (14 artesãos), ou seja, mais da metade responderam que às vezes há interação e cooperação entre a comunidade. Foi levantado também que 72% (18 artesãos) participaram das atividades da comunidade e 28% (sete artesãos) participaram às vezes.

Evidencia-se que a participação dos integrantes não é totalmente efetiva. Segundo os relatos, os objetivos individuais ainda prevalecem sobre os grupais. A cooperação dos integrantes oscila conforme o benefício que terá com aquela ação. Em dias de apresentações em feiras, esse fator se sobressai ainda mais; uma vez que todos querem o lucro. Porém, são poucos que contribuem para a realização das atividades. Segundo eles, este é um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade.

Conforme assinala Fritzen (1980), as relações entre as pessoas continuam sendo motivos de grandes conflitos e muitas dificuldades. As diferenças de valores, experiências, percepções e opiniões são diversas e essas diferenças estão vivamente presentes na comunidade e em suas interações pessoais, influenciando cada ação, pensamento e decisão. A cooperação é uma filosofia baseada em conceitos e valores humanísticos, como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos. Tem como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva.

Quanto ao artesanato confeccionado, os percentuais não atingiram 100% porque nesse quesito, além das criações serem muito diversificadas, os pesquisados respondeu mais de uma alternativa. Assim, os dados coletados foram: 8,64% (sete artesãos) biscoito; 7,40% (seis artesãos) tapetes; 6,17% (cinco artesãos) bonecas; 2,47% (dois artesãos) licor; 9,88% (oito artesãos) bolsas; 13,59% (11 artesãos) pano de prato

e bordados em geral; 6,17% (cinco artesãos) animais de vários materiais; 6,17% (cinco artesãos) bijuterias; 3,70% (três artesãos) artefatos em jornal; 9,88% (oito artesãos) objetos de cerâmica; 4,94% (cinco artesãos) pintura em tela; 7,40% (seis artesãos) artefatos de madeira e 13,59% (11 artesãos) trabalhos com meias de seda, crochê, mosaico, decopagem, sabonetes, velas decorativas e bolachas. Há uma grande diversificação de artesanatos onde o artesão, geralmente, domina várias técnicas do artesanato, favorecendo, assim, a diversidade no mercado consumidor. Cabe ressaltar que todos eles continuam fazendo cursos para o aprimoramento das técnicas. Esses cursos são feitos particularmente ou realizados a partir das parcerias com o SEBRAE e a Prefeitura Municipal.

Considerações finais

O desenvolvimento local tem sido motivo de intenso estudo entre os profissionais das áreas de Economia, Administração, Sociologia, Política, Antropologia, Geografia e História. A partir da crise econômica no final dos anos 70 e começo dos 80, mudou-se a discussão sobre o desenvolvimento de uma visão global para uma visão local, logo, mais apropriada para as comunidades.

A construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento contribuindo para: melhoria da qualidade de vida das comunidades dos municípios, surgimento de comunidades sustentáveis, capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, despertar ou descobrir suas vocações, expandirem suas potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Juntamente, a construção e a formação da identidade local, as questões econômicas, sócio-culturais e ambientais, a participação de atores sociais, as novas territorialidades criadas na distribuição/integração espacial do desenvolvimento, as novas estratégias de políticas locais, têm sido re-interpretados a partir de novos conceitos e modelos de análise.

Os princípios do desenvolvimento local buscam atuar, dirigindo os esforços e as atividades nas comunidades, com enfoque nos conceitos de identidade, cooperação e solidariedade. A necessidade da solidariedade vai readaptando ou redefinindo as vocações locais como um conjunto de potencialidades não apenas econômicas, mas também de condições sócio-culturais e ambientais, que possam garantir a manutenção dos atores econômicos presentes e a qualidade de vida das populações no desenvolvimento local.

A capacitação da comunidade pelos atores externos locais constitui a alma de todo o processo. Nada será feito se a comunidade não for capacitada para a gestão local, isto é, se não aprender a fazer diagnósticos, elaborar, executar, monitorar e avaliar projetos, prestar contas, articular atores externos, programar e negociar interesses e opiniões diversas e, ainda, animar a comunidade no seu processo de emancipação. O processo de capacitação deverá ser inicialmente por meio da sensibilização dos participantes da comunidade estudada e, posteriormente, por treinamentos.

O comportamento dos artesãos, a percepção das políticas e as mudanças não são automáticas. A aprendizagem é um processo de médio e longo prazo, constituindo-se em oportunidades concretas de desenvolvimento. No entanto, verificou-se com o estudo que na comunidade de artesãos de Três Lagoas-MS a falta de: espaço físico para a venda os produtos, mercado para os produtos, recursos financeiros, divulgação dos produtos e a dependência dos agentes externos, relação interpessoal são fatores que dificultam o desenvolvimento da comunidade de artesãos no local.

Para que esses fatos sejam revertidos deve-se fomentar a cultura da cooperação e da confiança entre os membros da comunidade, realizar treinamentos e capacitação gerencial, para que elas dependam pouco dos agentes externos, governos e associações de classe e assim consigam definir sozinhos aonde, como e quando atingir a auto-suficiência do grupo.

Referências

BECKER, Bertha K.; CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.).

Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOOG, Gustavo G. (Coord.). Manual de treinamento e desenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia

D. de e SILVEIRA Maria Laura (org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

DEMO, Pedro. Formação profissional e desenvolvimento econômico/social.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO. FGV: SENAC/DN, 1979.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, fev. 2003.

FRAGOSO, Antônio. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas. In: *Revista Lusófona de*

Educação, n. 5, p. 63-83, 2005.

FRITZEN, José Silvino. Exercícios práticos de dinâmica de grupo e de relações humanas. Petrópolis: Vozes, 1980.

HARBISON, Frederick H. Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: problemas e estratégia. In: PEREIRA,

Luiz (org.). *Desenvolvimento, trabalho e educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

HEIDRICH, A. Fundamentos da formação do território moderno. *Boletim Gaúcho de Geografia*, AGB - Seção Porto Alegre, n. 23, 1998.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. *Território*, Rio de Janeiro, ano II, n.3, jul./dez. 1997.

KLIKSBURG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, M. S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Disponível em: www.bdmdl.ucdb.br, 5/9/2005.

MANFREDI, Silvia Maria; BASTOS, Solange. Experiências e projetos de for-

mação profissional entre trabalhadores brasileiros. Educação & Sociedade, ano XVIII, n. 60, dez. 1997.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. Educação & Sociedade, Campinas, v.19, n.64, set. 1998.

MARTINS, Saul. Contribuição ao estudo científico do artesanato. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

MARTINS, Sérgio R.O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo grande: UCDB, v.3, n.5, p. 51-59, set. 2002.

MASSUNARI, Laura. Associação Três-lagoense de artesãos inaugura sede para comercializar trabalhos. Jornal do povo, Três Lagoas, 10 jun.2006, p.16.

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: algumas notas. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território, globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEREIRA, Potyara A. P. Necessidades humanas: subsídios á crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. Territorialidade humana: teoria e história. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Técnica, espaço e tempo. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton;

SOUZA Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território, globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. Território e sociedade. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. Anais... da Associação de Geógrafos Americanos, v.66, n.2, jun./1976.

_____. Topofilia. São Paulo: Difel, 1980. 1997.

MARTINELL, Alfons. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento. A experiência da Espanha.

In: COELHO, T. (org.). Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para cultura. Brasília-DF: UNESCO Brasil, 2003.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: ecologia e desenvolvimento 1972-1992. In: MAIMON, Dália (org.). Ecologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem, mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, M.L.V. de; FRAU-MEIGS; TAUK SANTOS, M.S. (orgs.). Comunicação e informação: identidades sem fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. Revista Signo, João Pessoa, ano 2, n. 3, set. 1995.

POUSADA DO TUCUNARÉ – TRÊS LAGOAS/MS: LEVANTAMENTO, ANÁLISE E DISCUSSÃO PARA UMA OTIMIZAÇÃO NO FUNCIONAMENTO, PROMOÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Rennã dos Santos BUZACHERO¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma pesquisa realizada junto a Pousada do Tucunaré, localizada as margens do Rio Sucuriú na cidade de Três Lagoas M.S e tem por objetivo levantar informações sobre a organização, funcionamento, prestação de serviços, políticas de marketing e clientela da Pousada, propondo por meio dos dados obtidos um levantamento, análise e discussão dos resultados, tendo como razão a melhoria da pousada em toda a sua estrutura funcional e organizacional. A metodologia utilizada foi: referencial teórico com principal apoio na pesquisa monográfica com o título: “Agência Experimental Innovare Publicidade” dos autores FERNANDES et al (2009).

PALAVRAS-CHAVE

pousada, marketing, prestação de serviços, lazer, Três Lagoas/MS.

1. INTRODUÇÃO²

Analisando a hotelaria seguindo uma linha histórica, podemos concluir que a indústria hoteleira sempre foi fortemente influenciada pelos estímulos sociais e tecnológicos de cada época. Com isso, percebemos que o setor hoteleiro é muito pouco inovador, inventivo e quase nunca proativo. Os meios de hospedagem procuraram se adaptar às circunstâncias e demandas do mercado e em nenhum momento anteciparam a elas, dominando ainda a hotelaria as formas tradicionais de gerencia-

AUTORES

1 Técnico em Turismo - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Escola Técnica Estadual de Ilha Solteira e Acadêmico em Turismo das Faculdades Integradas de Três Lagoas - M.S (AEMS).

2 As informações foram baseadas no site [http:// www.turismoehotelaria.com.br](http://www.turismoehotelaria.com.br).

mento e atuação mercadológica.

A presença de estruturas familiares e semi-amadoras no mercado hoteleiro é um fator que contribui a manutenção deste quadro, bastante prejudicial para um desenvolvimento significativo do setor. A presença cada vez mais forte de grandes redes internacionais em quase todos os mercados (e a interação das unidades destas redes com unidades da hotelaria local de cada região) pode ser o grande fator de desenvolvimento de uma nova maneira de se pensar a hotelaria. Com uma ênfase maior no desenvolvimento e pesquisa de novas tecnologias e uma preocupação mais real com o planejamento racional da atividade hoteleira.

Seguindo esta linha, este trabalho tem por objetivo selecionar, analisar e discutir os dados obtidos através da pesquisa desenvolvida pela Agência Experimental Inovare do 4º ano do curso de Publicidade e Propaganda das Faculdades Integradas de Três Lagoas (AEMS), e realizar um levantamento sobre a organização, funcionamento, prestação de serviços, clientela e políticas de marketing da Pousada do Tucunará, a fim de propor melhorias segundo a visão do turismo e hotelaria para o objeto de estudo em questão.

2. PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS DA HOTELARIA BRASILEIRA³

Ao longo dos anos surge uma alteração no conceito de hotelaria voltada para um cliente mais livre, com maior liberdade de escolha, com hábitos de passar menos tempo em cada lugar e que procura cada vez mais o contato com a população local, seus respectivos hábitos e costumes. Para atender a estas novas exigências dos hóspedes, duas grandes tendências surgem com bastante força na hotelaria mundial. Ao mesmo tempo em que se criam hotéis econômicos, que procuram oferecer um serviço mais simplificado, uma estrutura mais prática e um preço mais acessível, surgiram em paralelo, meios de hospedagem que procuram oferecer um atendimento altamente segmentado e customizado, com preços mais elevados. Nota-se, portanto, uma variedade de tipologias e, cada vez menos, uma padronização de estilos e conceitos. O hóspede do futuro exigirá um meio de hospedagem personalizado e as empresas hoteleiras estão, mesmo que de forma lenta e gradual, adaptando-se a essas novas exigências do público.

O Parque Hoteleiro nacional possui hoje aproximadamente 25 mil meios de hospedagem, e deste universo 20 mil são hotéis e pousadas. No geral, 70% são empreendimentos de pequeno porte, representando mais de um milhão de empregos e a oferta de aproximadamente um milhão de apartamentos em todo o país.

3 As informações foram baseadas nos sites: <http://www.turismoehotelaria.com>, <http://jcna-vegatur.blogspot.com>, <http://www.raioxdahotelaria.com.br>

Muitas matérias trazem inovações, o que é certo e que de cada 10 empregos da população ativa 1 é na área de turismo e hospitalidade, o que já é um número expressivo e razoável, levando em conta que os outros segmentos tem força e representatividade.

Os modelos de empreendimentos que se destinam à hospedagem variam bastante, podendo ser divididos e classificados em diversos tipos, segundo critérios como a forma de registro, a localização, o padrão e o tipo de serviços oferecidos. Seguindo esta linha, hotéis de pequeno e médio porte continuam sendo a base da oferta existente na Indústria Hoteleira no Brasil. Geralmente esses empreendimentos são de propriedade familiar, que em sua grande maioria foram construídos com o excedente de capital dos negócios principais destas famílias, seja com o objetivo de ter um imóvel gerador de renda ou simplesmente para atender a satisfações pessoais.

3. O MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS E A POUSADA DO TUCUNARÉ⁴

Partindo desse princípio, adotamos como objeto de estudo a Pousada do Tucunaré, empreendimento de característica familiar e de médio porte, esta situado na cidade de Três Lagoas, município brasileiro da região Centro-Oeste no estado de Mato Grosso do Sul, considerada a quarta cidade mais populosa e importante do estado, situada em um entroncamento das malhas viária, fluvial e ferroviária do Brasil. Devido a isto, à disposição de energia, água, matéria-prima e mão-de-obra, a cidade atualmente passa por uma fase de transição econômica e rápida industrialização. Apresenta, ainda, grande potencial turístico.

Segundo o site wikipédia, Três Lagoas tem recebido bilhões de dólares em investimentos e é esperado que até 2011 se torne a segunda maior cidade, em termos econômicos e políticos de Mato Grosso do Sul. Também foi apontada pela Revista Exame como um dos mais promissores pólos de desenvolvimento do Brasil.

A hidrografia da região é rica. A cidade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, que possui 700.000 km² e trata-se da quinta maior bacia hidrográfica do mundo. Possui, ainda, duas sub-bacias importantes: a do Rio Verde e a do Rio Sucuriú. A rede hidrográfica treslagoense compõem-se dos rios Paraná, Pombo, Sucuriú e Verde; além dos ribeirões Baguaçu, Bonito, Brioso, Campo Triste, Imbaúba, Palmito, Piaba, Prata e Beltrão; e dos córregos Azul, Boa Vista, Cervo, Estiva, Jacaré, Lajeado, Moeda, Pontal, Porto, Pratinha, Taboca e Urutu.

É considerada o centro do chamado Bolsão Sul-Matogrossense, região rica em arrecadação de impostos do estado de Mato Grosso do Sul, cuja principal ati-

⁴ As informações foram baseadas nos sites: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%AAs_Lagoas
<http://www.pousadadotucunare.tur.br>

vidade econômica é a pecuária. Com a crise nesse setor, no entanto, a indústria e o turismo despontam como alternativas ao município e à região. Segundo o IBGE, Três Lagoas tem um total de 1.497 estabelecimentos comerciais e 323 indústrias de transformação. Na indústria do turismo, por sua vez, Três Lagoas faz parte da chamada Costa Leste de Mato Grosso do Sul.

Apesar de seu potencial turístico, tanto em termos de atrações como instalações e infra-estrutura, o governo municipal e empresários de Três Lagoas somente nos últimos anos têm se esforçado com maior organização para fazer da cidade e da região um pólo de turismo. Durante a última administração municipal, foram feitos esforços para que a Costa Leste de Mato Grosso do Sul recebesse sinalização turística por parte do Ministério da Integração Nacional. Durante a atual administração, está sendo aprimorada a integração entre os diversos ramos do setor, assim como estão tendo seu treinamento aperfeiçoado funcionários de hotéis, restaurantes e outros. Foi também criado um guia gastronômico da cidade e a prefeitura agora concentra esforços na estruturação e comercialização dos roteiros turísticos da Costa Leste.

O município ainda recebe turistas de diversas partes do Brasil, que se deslocam à região para atividades relacionadas principalmente à pesca, entre outras atividades. Três Lagoas oferece, ainda, uma alternativa a turistas que buscam conhecer o Pantanal sul-matogrossense. Para aqueles que dirigem das regiões nordeste, sudeste e sul do Brasil, a cidade pode ser considerada como o portal do Pantanal, por ter ricos ecossistemas e oferecer variados roteiros de passeios.

Devido ao fato de o turismo rural e o ramo de hotéis-fazenda ainda não terem sido explorados, os principais atrativos turísticos de Três Lagoas estão concentrados no perímetro urbano ou em suas imediações. Com base nisso e por haver na Fazenda Shestese (local onde está localizada a pousada) instalações ociosas em um local muito privilegiado pela natureza, decidiu-se por parte dos proprietários investir e aproveitar os recursos naturais existentes.

Segundo (FERNANDES et al, 2009, p.42)

Em meados do ano de 1997, em uma viagem de férias pela região Sul do país, os proprietários conheceram vários Pesqueiros e Pousadas. Foi quando surgiu a idéia do aproveitamento das instalações originais da Fazenda. Realizou-se então, um profundo levantamento e aprimoramento de tudo existente, onde era a sede passou a ser confortáveis apartamentos com ar condicionado, frigobar e TV.

Dentro dessa visão, Andrade (2001, p. 103) afirma que:

Os empreendedores, gestores, administradores e outros profissionais das áreas de lazer, turismo e, também, de eventos, precisam conhecer e analisar, com objetividade, as qualidades e natureza dos acessos, da localização e dos tipos de estruturação das diferentes construções e, caso existam, também de suas características artísticas e/ou motivações históricas.

Segundo (FERNANDES et al, 2009, p.42) “foram edificadas salões de jogos e uma moderna cozinha industrial, ampliou-se o restaurante e equipou-se uma lanchonete e assim por diante. Tudo o que era belo e ocioso tornou-se funcional e adequado a uma Pousada”, conceitualizada a partir do que estabelece o Guia de como montar e administrar pousada do Senac.

[...] pousada é um estabelecimento situado em locais turísticos, fora dos centros urbanos, que recebe pessoas em viagens de recreação e lazer. Pode estar instalada ou não em um prédio de valor histórico ou de importância regional ou local. Tem estrutura administrativa familiar e, em função de seu pequeno porte, concede tratamento personalizado aos seus hóspedes. (SENAC, 2002, p. 07).

Na perspectiva de adaptação, deu-se ênfase aos lazers rurais, à praia de água doce do Rio Sucuriú – já existente e então melhorada – e aos piers⁵ para pesca e ancoradouros para barcos, além dos tanques de pesque e pague e pesque e solte Fernandes et. al (2009).

No dia dois de Agosto de 1.998, foi inaugurada a Pousada do Tucunaré. Desde então, está sempre inovando suas instalações, aumentando o restaurante e melhorando a prestação de serviços. O empreendimento conta também com uma sala para reuniões e possui 24 apartamentos com mais de 80 leitos, além de ter uma suíte especial para casais recém casados. Recentemente foram construídos mais cinco quartos com capacidade para 60 pessoas, constituindo o Retiro do Tucunaré (alojamento amplo com beliches e ar condicionado, cozinha planejada e banheiros masculino e feminino, próprio para grupos estudantis, religiosos, empresariais entre outros). Atualmente a Pousada do

5 Leve estrutura de madeira, em forma de passarela, que permite o passeio sobre a água, a atividade de pesqueira e o embarque e desembarque de embarcações.

Tucunará dispõe de um grande empreendimento, o Water's Park⁶ com Rio Lento, Toboágua Gigante, Tobobaby⁷, Bar Molhado e piscinas para crianças e adultos. Preocupados com a cultura regional e em atender a diversos gostos, a culinária é tipicamente tropeira e também a la carte⁸ aos domingos e feriados sempre há música ao vivo. (FERNANDES et. al, 2009, p.42/43).

Segundo o Guia de como montar e administrar pousada do Senac, esse processo de constante expansão é bastante interessante pois:

Quando se fala em hotelaria, a primeira idéia que vem na cabeça é a dos grandes complexos de hospedagem, das construções arrojadas, com algumas dezenas de apartamentos e algumas mordomias de todo tipo. [...] o que cresce e se moderniza a passos largos é um negócio com um perfil mais tímido, mas não menos interessante e desafiador, que atende pelo nome de pousada. (SENAC, 2002, p. 08).

Assim sendo, para Andrade (2001), a comida e a bebida são elementos importantes no contexto turístico quando vinculados à cultura local, regional ou nacional.

(IGNARRA apud, DIAS; VIEIRA FILHO, 2006, p. 24) salienta que:

Para que a atividade turística tenha condições de se desenvolver em um determinado espaço, este deve oferecer não apenas atrativos, mas todo um conjunto de serviços de apoio. A oferta turística, entendida como o somatório dos atrativos turísticos, dos serviços, equipamentos e facilidades turísticas (tais como transporte, meios de hospedagem, serviços de alimentação e agenciamento turístico) e infra-estrutura de apoio [...] constitui a base da atividade turística, o produto turístico a ser oferecido no mercado.

Para Fernandes et al:

O fluxo de hóspedes na pousada é constante durante todo o ano, vindos de vários lugares do país, inclusive do exterior,

6 Parque aquático.

7 Toboágua para crianças.

8 É uma expressão francesa que quer dizer "à carta", ou seja, serviço escolhido baseado em um cardápio, preparado na hora.

com atendimento 24 horas por dia no serviço de hospedagem e Bar Express. Além do Parque Aquático, os hóspedes podem desfrutar de passeios pela fazenda, feitos a cavalo e a charrete, conhecer diversas criações de animais no Recanto das Emas, divertirem-se na piscina para Biribol adulto e infantil, passear de Potú (flutuante) pelas águas do rio Sucuriú de 450 km de extensão e desfrutar da praia. São recebidos também grupos para a prática da pesca esportiva do tucunaré, a qual é liberada o ano todo, por se tratar de um peixe predador (2009, p.43).

O que vem ao encontro com a reflexão apresentada pelo Guia de como montar e administrar pousada do Senac:

Hoje, independentemente do porte do negócio, os donos de pousadas buscam incluir entre os atrativos de suas hospedagens uma marca de qualidade e profissionalismo. E essa é uma tarefa difícil, impossível de ser cumprida da noite para o dia. Fazer valer e praticar essa tal marca depende de muito empenho. E vários pousadeiros lançam mão de sua vivência pessoal e experiência profissional em áreas (na maioria das vezes) pouco relacionadas à hotelaria para tornar o empreendimento viável a atrair clientes. (SENAC, 2002, p. 08).

Andrade (2001, p. 161) entende que os equipamentos de hospedagem têm funções importantes na realidade turística, pois respondem às necessidades humanas básicas de proteção e repouso, higiene e alimentação, privacidade e tranquilidade.

4. A prestação de serviços da Pousada do Tucunaré

O Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré, nome fantasia que lhe foi dado, está situado na rodovia BR 158 km 20, a 25 quilômetros de distância da área urbana e conta também com um escritório próprio totalmente equipado para tratar da área de vendas, divulgação e assuntos burocráticos referentes à própria pousada, localizado no centro da cidade.

Fernandes et al (2009) aborda que atualmente o empreendimento ocupa uma área de aproximadamente 400 mil m², contando com investimento de 5 milhões de reais. Seu quadro de colaboradores é composto por 40 profissionais, sendo 10 atuando no escritório, outros 20 na pousada e 10 freelancers⁹ (podendo este nú-

- É o termo inglês para denominar o profissional autônomo, que se auto-emprega em diferentes empresas ou, ainda, guia seus trabalhos por projetos, captando e atendendo seus clientes de forma independente. É uma tendência em alta no mercado de jornalismo, design, propaganda, web, tecnologia da informação, música e muitos outros.

mero variar de acordo com o movimento existente na pousada).

Fernandes et al. (2009) afirma que por se tratar de uma empresa ligada à prestação de serviços, o ramo da atividade e a linha de serviços que esta dispõe estão totalmente ligados às áreas de lazer, turismo e hotelaria, tendo como principal objetivo proporcionar ao público alvo maneiras de extravasar, divertir, descontrair, desfrutando do que a pousada tem a oferecer como o Water's Park¹⁰, ou mesmo hospedar-se em um dos apartamentos procurando descanso, conforto e bom atendimento, além de poder usufruir da culinária local.

Segundo (FERNANDES et. al., 2009, p.490) “procura pelos serviços da Pousada acontece durante todo o ano, sendo o fluxo de pessoas maior nos finais de semana. Os meses em que o volume de indivíduos que a freqüentam diminui está entre maio e junho, caracterizando assim o período do inverno”.

A clientela abrange pessoas do sexo masculino e feminino alcançando todas as idades, desde recém-nascidos a pessoas idosas, entre eles, estudantes, empresários, profissionais liberais, funcionários de organizações públicas e privadas. Estes clientes usufruem dos serviços e os compram por serem fiéis e principalmente por gostar do que esta tem a oferecer no que tange a lazer, turismo e hotelaria Fernandes (2009).

Além disso, existem aqueles clientes que são sócios da Pousada, onde se paga uma taxa anual para fazer parte disso, no entanto, basta que apresente a carteirinha para adentrar e utilizar o que a pousada oferece, salvo que é beneficiada somente a família do associado como esposa, pai, mãe e filhos solteiros. Contudo, os clientes adquirem os serviços em diversas épocas do ano independente de promoções e reduções. (FERNANDES et. al., 2009, p.50).

As razões de compra variam de caráter emocional e racional, como pôde ser evidenciado na pesquisa. As pessoas se sentem motivadas a conhecer a pousada a partir do momento que a visualiza no site ou mesmo através do apoio visual oferecido no escritório, atingindo assim o lado emocional da demanda envolvida. Mas também podem ser de caráter racional, todavia existem pessoas que utilizam dos serviços da pousada somente para hospedagem. Contudo o que predomina são as razões emocionais. (FERNANDES et. al., 2009, p.53).

Fernandes et. al., observa que:

A solicitação dos serviços é feita mediante reservas que podem ser realizadas no escritório (localizado no centro da cidade de Três Lagoas), pelo site da pousada ou por telefone. Para se confirmar à reserva é necessário se deslocar ao escritório ou depositar antecipadamente 30% do valor do serviço requisitado. No escritório são pessoas do sexo feminino que realizam o atendimento, estando todas uniformizadas, além de receberem treinamento para atender os clientes, já na pousada, são pessoas tanto do sexo masculino quanto feminino, todos uniformizados e com boa aparência (2009, p.47).

Segundo Fernandes et. al. (2009) os preços dos produtos e serviços oferecidos são tabelados de acordo com o que sugere o Ministério do Turismo, sendo acessíveis, onde o diferencial está na forma de contratação que pode ser realizada através do site, ou no próprio estabelecimento, contudo os concorrentes diretos e indiretos não oferecem os mesmos tipos de serviços que a Pousada.

5. METODOLOGIA

De acordo com Fernandes et. al. (2009) para se atingir o objetivo de uma melhor prestação de serviços, se faz necessário realizar um estudo buscando aprofundar as informações existentes dos consumidores e concorrentes, fornecidos pelo Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré, e também por pesquisa, para que se realize um planejamento com o intuito de melhorias para a empresa diante do cenário em que está inserida.

Dessa forma, a Agência Experimental Innovare do 4º ano do curso de Publicidade e Propaganda realizou uma pesquisa a fim de verificar a imagem da empresa no mercado, definir a região de origem dos frequentadores, determinando seus respectivos perfis (hábitos de consumo, preferências, frequência e fidelização). Procurou-se também avaliar o grau de satisfação dos clientes, analisar quais os serviços da pousada tem uma maior procura, identificar as razões de preferências e de rejeição, identificando as influências de decisões de compra e as possíveis ameaças.

A pesquisa da Agência Experimental Innovare utilizou como meios para a realização da pesquisa: a pesquisa bibliográfica, estudo de caso e a pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada durante todas as fases do trabalho, sobretudo, durante a primeira etapa, com bases em livros e em textos publicados em sites, já que esta pesqui-

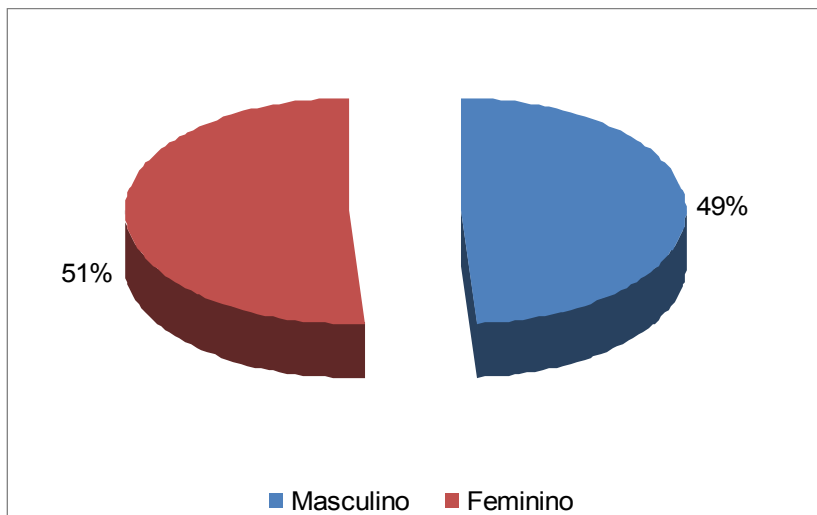
sa busca a aquisição de conhecimentos sobre hospitalidade, da pousada em questão, marketing hoteleiro, qualidade na prestação de serviços e demais temas abordados durante a pesquisa. O estudo de caso foi uma ferramenta utilizada para a investigação da pousada, que, possibilitou um aprofundamento e detalhamento das informações. A pesquisa de campo utilizou-se de instrumentos como entrevistas e aplicação de questionários, a fim de se obter informações para compreender a dinâmica interna e externa do objeto de estudo, assim como avaliar o perfil, motivação da escolha do público, divulgação, dentre outros fatores que influenciam na procura da pousada para a utilização dos serviços oferecidos. Com uma abordagem direta a aplicação dos questionários ocorreu em locais que houve grande concentração de pessoas, como o centro da cidade de Três Lagoas, supermercados e faculdade. Além desses locais, foi também realizada na sede do Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré, nos dias em que ocorreu um maior fluxo de pessoas, como sábados, domingos, feriados e finais de semana. Para definir a amostra de populações finitas, dos 85.914 habitantes da cidade de Três Lagoas, foram entrevistadas 398 pessoas, trabalhando com uma margem de erro de 3% para mais ou para menos. Foram aplicados 150 questionários no Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré, 170 em supermercados e no centro de Três Lagoas e 78 nas faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS. A pesquisa foi realizada no período de 27 de abril a 03 de maio do ano de 2009, salvo que os dias 02 e 03 compreendem o fim de semana, dia 01 foi feriado. Especificamente nos dias 01, 02 e 03 a pesquisa foi aplicada exclusivamente nas mediações do Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré. Os demais dias foram destinados ao centro da cidade, supermercados e faculdade. A escolha de aplicar neste período se deve ao fato da existência do feriado, pois com isto houve uma grande movimentação na cidade durante o fim de semana que o antecedeu.

(FERNANDES et. al.,2009, p.62/63).

O público alvo que participou da pesquisa foram homens e mulheres com idade até 17 e acima dos 40 anos, pertencentes às classes AA, A, B e C, que residem ou que estavam a passeio em Três Lagoas. (FERNANDES et. al.,2009, 64).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1. Sexo:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 68).

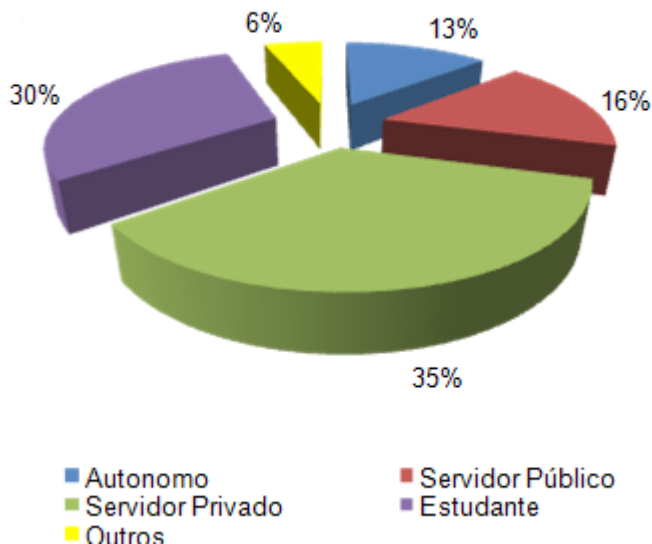
6.2. Faixa Etária:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 68).

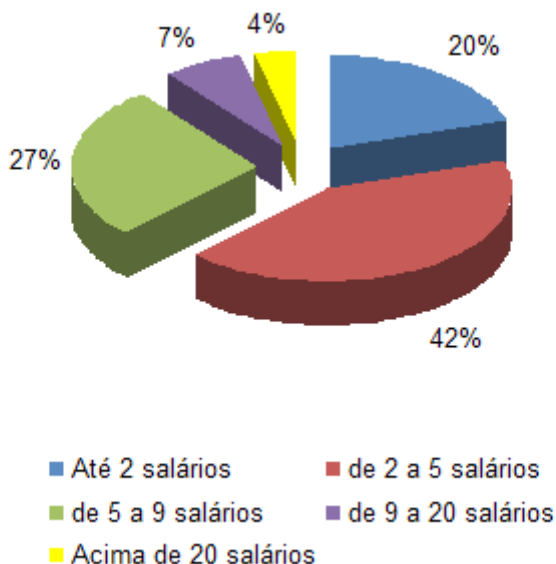
Foram entrevistadas 398 pessoas, sendo 193 homens (49%) e 205 mulheres (51%) pertencentes a uma faixa etária que varia entre os 17 e 68 anos, já que a pousada recebe um público diversificado, entre ele, familiares, universitários, excursionistas, hóspedes e visitantes em geral (FERNANDES et. al., 2009, p.76).

6.3. Ocupação



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 69).

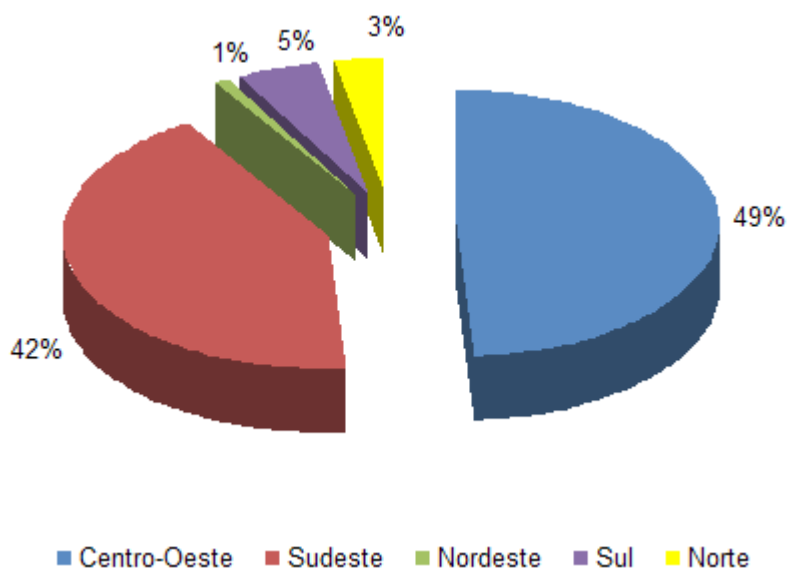
6.4. Renda Familiar:



Fonte: (FERNANDES et. al., 2009, p. 69).

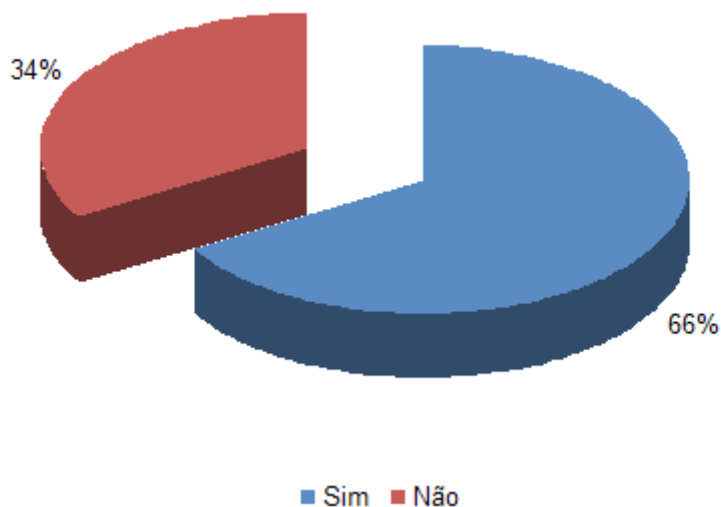
Segundo FERNANDES et. al. (2009) pode-se constatar que 35% da ocupação profissional dos entrevistados são de caráter empresarial, devido a grande malha de empresas existentes e recém instaladas na cidade e região, 30% são estudantes decorrentes das instituições de ensino encontradas na própria cidade e arredores, 16% deles são servidores públicos, 14% autônomo/liberal e 7% exercem outras profissões. A maioria (42%) possui renda familiar mensal em torno de 2 a 5 salários mínimos e outros com 5 a 9 salários mínimo.

6.5. Região onde reside:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 70).

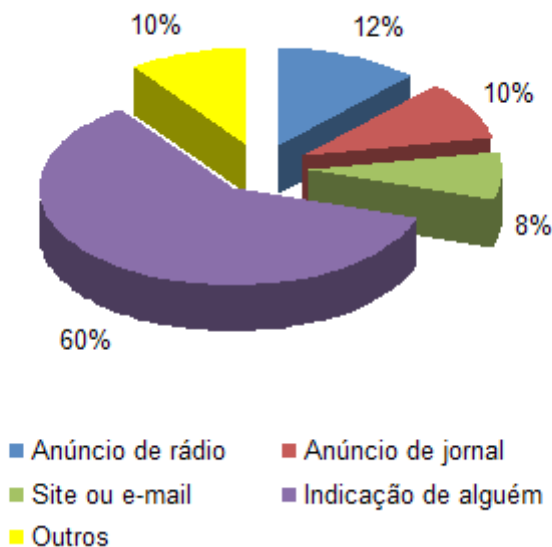
6.6. Conhece o Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 70).

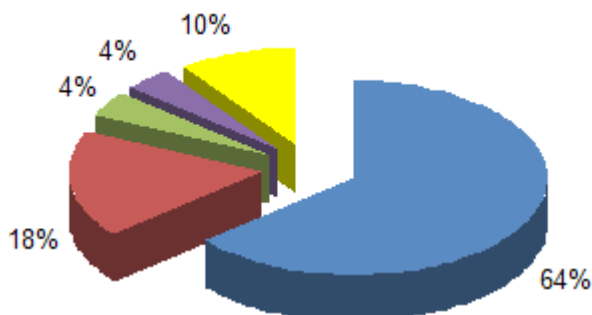
Os entrevistados, em grande parte (49%) são residentes da região centro-oeste, 42% do sudeste, 5% da região sul, 3% do norte e 1% do nordeste. Quando questionados se já conheciam o Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré, 66% confirmaram que sim e 34% disseram que ainda não tiveram oportunidades de conhecer. (FERNANDES et. al., 2009, p.76).

6.7. Como conheceu o Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al., 2009, p. 71).

6.8. Frequência que utiliza os serviços da Pousada do Tucunaré:

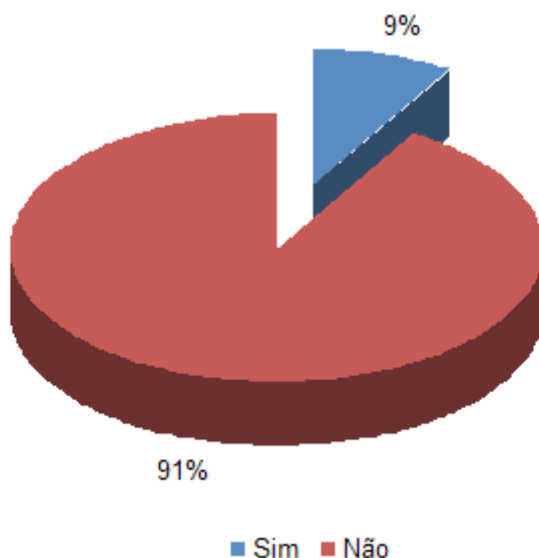


- 1 a 3 vezes no ano
- 4 a 5 vezes no ano
- 1 vez por mês
- Mais de 1 vez por mês
- Nunca utilizou

Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 71).

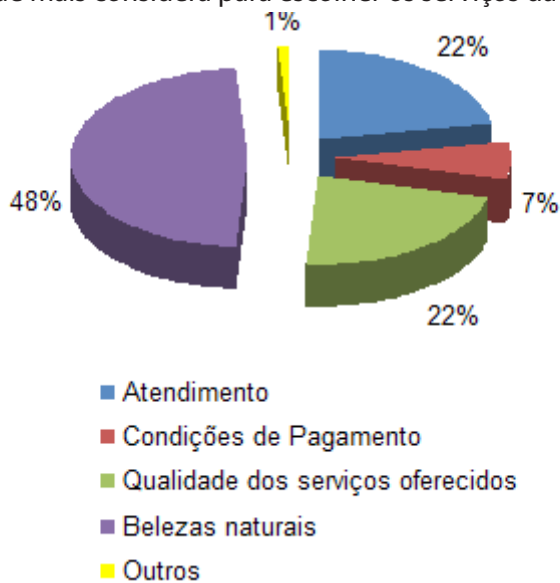
Por volta de 60% dos entrevistados conhecem o empreendimento por indicação de alguém, 12% por anúncio de rádio, 10% por anúncio de jornal, 8% pelo site ou e-mail e 10% através de folhetos, outdoor etc, sendo que a maior frequência de utilização dos serviços é de 1 a 3 vezes ao ano (64%) e de 4 a 5 vezes ao ano para 18%. (FERNANDES et. al., 2009, p.76).

6.9. Teve dificuldades para encontrar a Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 72).

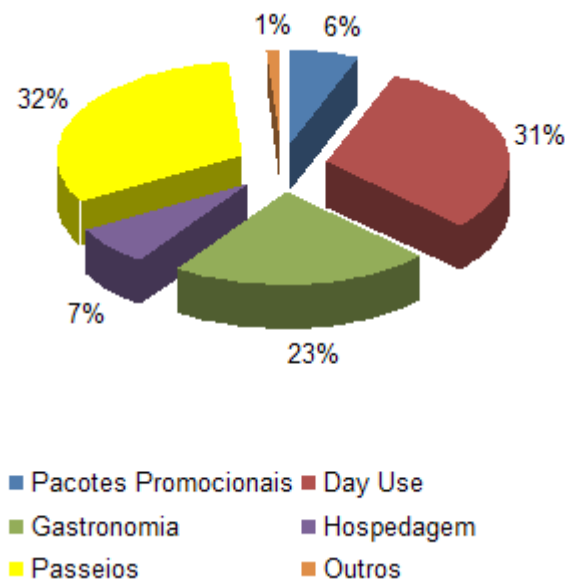
6.10. O que mais considera para escolher os serviços da Pousada:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 72).

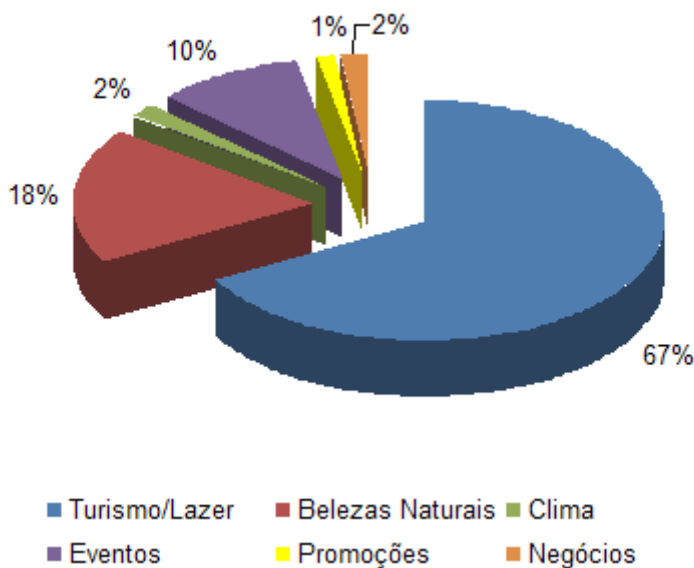
Cerca de 92% do público não se deparou com dificuldades para encontrar e os outros 8% alegaram que a maior dificuldade é a falta de sinalização. Para escolher um serviço, levam mais em consideração 48% as belezas naturais seguidas pelo atendimento (22%), qualidade dos serviços oferecidos (22%) e condições de pagamento (7%). (FERNANDES et. al., 2009, p.76/77).

11. Qual dos serviços oferecidos na Pousada já utilizou:



Fonte: (FERNANDES et. al., 2009, p. 73).

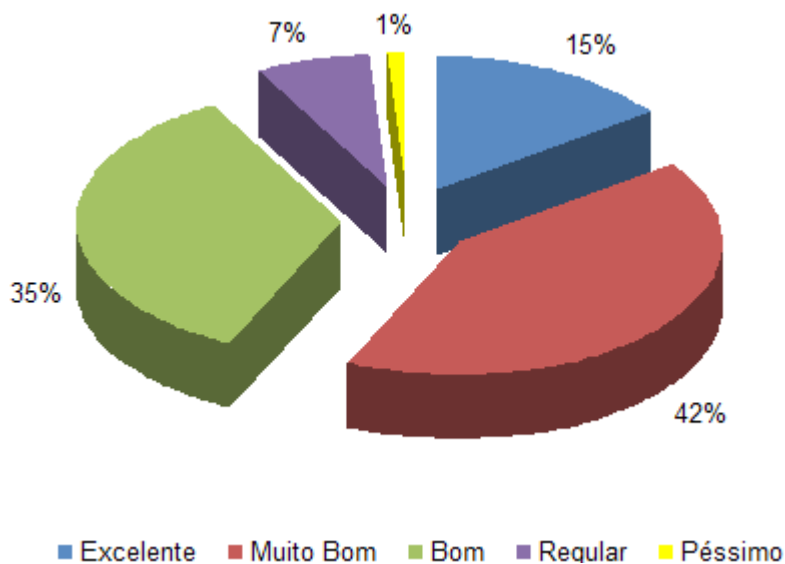
6.12. Qual o principal motivo que influencia utilizar os serviços do Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 73).

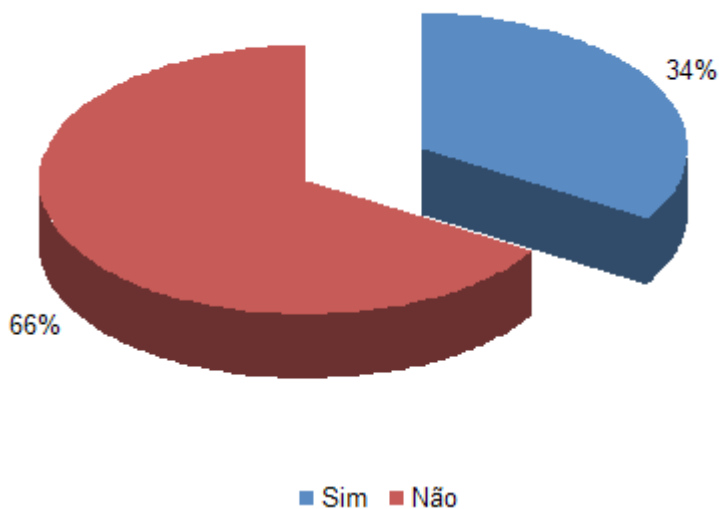
Dos serviços oferecidos, os mais procurados são os passeios (32%), Day Use 31% e a gastronomia com 23% da preferência. Os principais motivos que os influenciam a utilizar os serviços são: 67% turismo/lazer, 18% belezas naturais e 10% eventos. (FERNANDES et. al., 2009, p.77).

6.13. Como avalia o atendimento do Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 74).

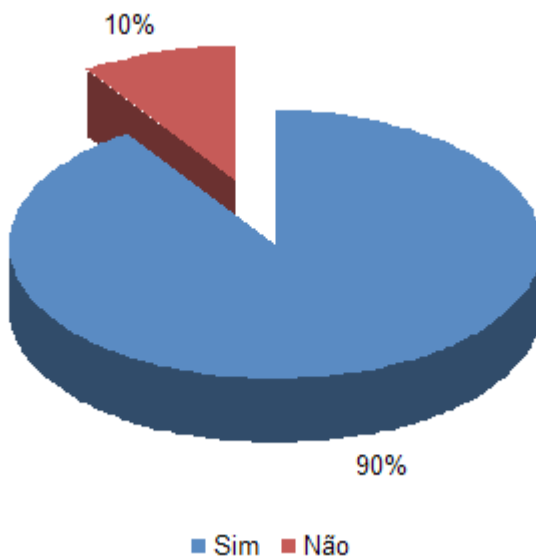
6.14. Utilizou os serviços de outro Hotel Fazenda:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 74).

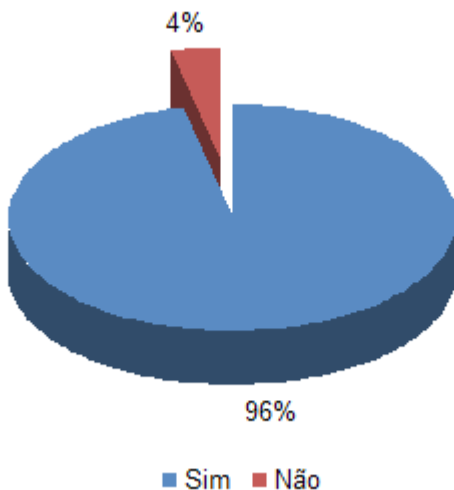
O atendimento foi avaliado como muito bom para 42% dos entrevistados, bom para 35%, excelente para 15%, regular para 7% e péssimo para 1% dos entrevistados. Questionados sobre já terem utilizado os serviços de outros hotéis fazenda, 66% alegaram que não e 34% disseram que já utilizaram, sendo os principais destinos o Thermas dos Laranjais (Olimpia - SP) Hotel Fazenda Vale das Grutas (Altinópolis - SP), Hotel Fazenda Vale do Sol (Serra Negra - SP) e o Hotel Fazenda M1 (Águas de Lindóia - SP), salvo que deste total, 27% não recordaram o nome do local em que estiveram. (FERNANDES et. al., 2009, p.77).

6.15. Indica o Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré para seus conhecidos:



Fonte: (FERNANDES et. al., 2009, p. 75).

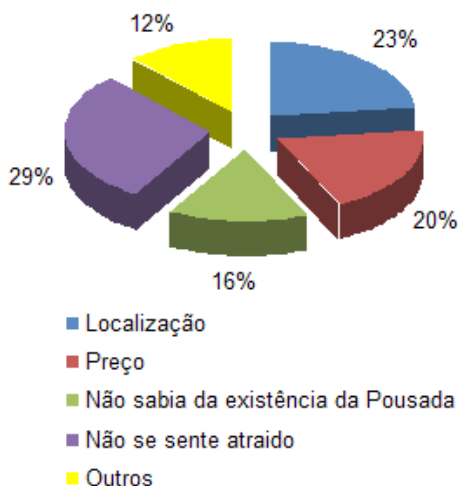
6.16. Pretende voltar outras vezes ao Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 75).

Com base na boa aceitação que a Pousada possui, 90% a indicam para outras pessoas e entre os entrevistados, a maioria pretende voltar outras vezes (96%). (FERNANDES et. al., 2009).

6.17. Qual o motivo para não ir ao Hotel Fazenda Pousada do Tucunaré:



Fonte: (FERNANDES et. al.,2009, p. 76).

As pessoas que conhecem ou que conhecem, mas nunca tiveram oportunidades de ir, alegam que isto ocorre pelo fato de não se sentirem atraídas por este local (29%), outros disseram por causa da localização (23%), preço (20%), não sabiam da existência da Pousada (16%) e outros fatores 12%, como falta de tempo. (FERNANDES et. al., 2009, p.77).

7. CONCLUSÃO

Com os dados obtidos pela amostra da pesquisa, conclui-se que o perfil do consumidor é composto por homens e mulheres, em sua maioria com idade entre 18 e 39 anos, pertencentes às classes B e C, residentes em grande parte da região centro – oeste e sudeste. São profissionais, autônomos, servidores públicos, privados e estudantes que preferem desfrutar de momentos de lazer envolta a uma área repleta de belezas naturais.

Os consumidores utilizam os serviços de 1 a 3 vezes ao ano, levando em consideração para escolher os serviços as belezas naturais, que é um dos maiores atrativos da Pousada. O nível de satisfação é muito bom, entretanto, tenha sido detectado um número de garçons insuficientes e a falta de agilidade na prestação do serviço referente a refeição. A ausência de um lugar apropriado para os hóspedes guardarem seus veículos foi outro item observado, embora, a pousada seja bem estruturada fisicamente, sendo necessário que sejam feitas melhorias em sua infraestrutura para uma maior eficácia na receptividade do cliente, construindo um ambiente convidativo e realmente hospitaleiro.

Outro item diagnosticado que merece destaque justamente por se tratar de um ambiente turístico e por oferecer recursos hídricos naturais e artificiais é a ausência de salva-vidas e monitores para observar principalmente as crianças, referindo-se a segurança física dos hóspedes.

A prestação de serviços tem caráter de serem entregues e criados na hora, no momento da procura pelo cliente, tornando-se crítica no controle de qualidade. Ao se esquecer de algum detalhe, realizar um gesto equivocado ou realizar um mal atendimento é comprometida a relação entre o cliente e o empreendimento, já que este é composto por diversos setores, que juntos, tornam-se importantes e devem funcionar de forma harmônica.

Dos serviços oferecidos, o setor de hospedagem sofre grande desvantagem quando comparado aos passeios e utilização da pousada por um dia (day use)¹¹

11 Utilização do hotel pelo dia, não pernoidando.

que possuem uma maior demanda. Este tipo de lazer e as belezas naturais são fatores que impulsionam os visitantes a utilizarem os serviços da Pousada com maior frequência.

Percebendo essa baixa taxa de ocupação que comumente é o produto principal e mais procurado em empreendimentos desse tipo, juntamente com a inexistência de uma promoção de eventos nos finais de semana e outros períodos, é sugerido uma maior captação de eventos na localidade, já que esta disponibiliza equipamentos e espaço necessário pra a realização dos mesmos, contribuindo consecutivamente para uma ocupação sólida por parte dos participantes.

Nesse caso, é necessário que o empreendedor tome consciência de sua importância no contexto em que se insere, devendo agir de forma mais solidária, criando uma rede de relacionamentos entre a pousada, os demais setores econômicos e a própria população, a fim de criar parcerias, tornando o seu negócio uma referência na captação e realização de eventos.

Segundo a opinião do público entrevistado, a localização é um item que desempenha papel importante, influenciando significativamente o mesmo a não se deslocar ao Hotel Fazenda, este fator vem acompanhado por uma má sinalização em grande parte do trajeto até se chegar ao destino. As condições de pagamento é outro item que merece destaque nesse estudo, uma vez que o público leva em consideração para escolher os serviços oferecidos pela pousada.

Ficou evidente uma carência de divulgação eficaz, pois os clientes conhecem a Pousada por causa da indicação de amigos ou parentes, contribuindo desta forma para o não conhecimento da população sobre a sua existência, ou seja, falta uma divulgação segmentada e qualificada para atrair pessoas da própria cidade (Três Lagoas) para passarem um período de tempo na pousada, pois, com base em uma pesquisa realizada pela própria empresa apenas 5% dos frequentadores são tresle-goenses, os demais são de outras localidades.

A ênfase que vem sendo dada pelo cliente é referente ao fato da entrada para o restaurante não ser mais cobrada. Faz anúncios no rádio frequentemente (exceto nos meses de maio e junho) e raramente trabalha com mídia externa, como Outdoor¹². Na atualidade está divulgando uma promoção, no período de baixa temporada, que consiste em 30% de desconto na hospedagem, existente no site, além disso, a sua maior propaganda se dá através do marketing boca a boca. No escritório faz uso de flyers¹³ para ilustrar o que tem a oferecer. Na Pousada, realiza a colagem de um adesivo da empresa nos veículos dos clientes.

12 Do inglês outdoor advertising ou seja, propaganda feita fora. Significa cartaz de rua, especialmente o cartaz impresso que é, depois, colocado em painéis.

13 Os flyers são panfletos impressos geralmente, em ambos os lados e visam atingir um público determinado, visto que são distribuídos com objetivo de incentivar o comparecimento de determinada camada da população ao evento, produto ou serviço anunciado.

Recomenda-se que o empreendedor, em sua estratégia de marketing, dê ênfase àquilo que o consumidor mais gosta e quer que a Pousada faça por ele, que é proporcionar momentos de lazer envoltos a uma área de belezas naturais, amparada por um atendimento de qualidade, para que sinta segurança e confiança, assim fidelizando-o para que sempre volte.

O marketing auxilia o hoteleiro a melhor empreender o seu negócio, captando as necessidades e desejos de seus clientes e conseqüentemente, adequando a essas vontades. Manter um cliente é mais barato que conquistar um novo cliente, tornando-se então obrigatório a coleta de opiniões e a disponibilização de instrumento de registro de reclamações, que permitirá a comunicação entre o hóspede e o hotel para providenciar as possíveis melhorias.

As estratégias de marketing devem embasar na segmentação, assim, é fundamental analisar o mercado que se pretende atingir e dentro dele o público-alvo que será atingido. Essa análise proporciona a melhor escolha dos mecanismos e linguagem adequada que serão utilizados que e refletirão em uma maior motivação dos clientes para consumir o produto e aumentar gradativamente as vendas e a receita.

A aptidão para as mudanças consiste numa visão do empresário perante o futuro. É precisamente esta aptidão para mudanças que fará com que o hotel seja o sucesso de amanhã.

Uma postura próspera está fundamentada na firme decisão do empresário em ser um agente condutor desse futuro, e não meramente um agente passivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Hotelaria no Brasil. Disponível em: <http://jcnavegatur.blogspot.com/2008/01/hotelaria-primeiras-iniciativas.html>> Acesso em 17 de Junho de 2009, às 20h10min.

AMAZONAS, Eny; MORAES, Márcio. Hotelaria: Uma indústria em crescimento. Disponível em: <<http://www.raioxhotelaria.com.br/historico.php/>>. Acesso em 22 de Junho de 2009, às 11h50min.

ANDRADE, José Vicente: Gestão em Lazer e Turismo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DIAS, Reinaldo ; VIEIRA, Nelson A. Quadros : Hotelaria e Turismo: elementos de gestão e competitividade. Campinas: Alínea, 2006.

FERNANDES, Adriele da Costa; LACERDA, Ângelo Batista; SANTOS JUNIOR, Benício Raimundo; SILVA, Fabiano Nunes e; SILVA JUNIOR, João Donizete Machado da; SOUZA, Ricardo Henrique da Silva Fernandes. Agência Experimental Innovare Publicidade. 2009. 188 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda) Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sul – Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS, Três Lagoas.

Hotel Fazenda Pousada Do Tucunaré. <http://www.pousadatucunare.tur.br/historico>>. Acesso em 28 de Junho de 2009, às 15h05min.

SENAC. Dn: Pousada como montar e administrar. Silvia de Souza Costa; Margarida Autran; Silvia Marta Vieira (ORGS). Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2002. 112p.II. Inclui bibliografia.

Três Lagoas: informações. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Tr%C3%AAs_Lagoas>. Acesso em 26 de Junho de 2009, às 11h51min.

VELOSO, Alexandre Lima de. Hotelaria Mundial: Perspectivas e Tendências. Disponível em:<<http://www.turismoehotelaria.com.br/turismoehotelaria/principal/conteudo.asp?id=5734>>. Acesso em 17 de Junho de 2009, às 19h51min.

A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Thiago Agenor dos Santos de Lima¹

RESUMO

Pretendemos com o presente estudo, desvelar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social no Brasil, está em conhecer a Política de Assistência Social virgente no Brasil, destacando os seguintes aspectos: Conhecer o papel do Estado (Governo Federal) na efetivação e provisão dos direitos sociais preconizados Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.742/93 LOAS, e conhecer as normatizações e legislações que dão suporte a este novo reordenamento da Política de Assistência Social. Através deste estudo científico, pode-se apresentar, de modo sucinto, um quadro de análise do processo de afirmação da assistência social como política social, a partir do disposto na Constituição Federal de 1988 - CF/88 e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 – LOAS/93. Compreender os elementos centrais que contribuíram para que a assistência social alcançasse o status de política social, de direito do cidadão e dever do Estado e os movimentos de mudanças, tensões e propostas decorrentes pontuadas pela Política Nacional de Assistência Social/PNAS-2004 e a Norma Operacional do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS-2005.

PALAVRAS-CHAVE

Política Social, Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social e Gestão Social

1. INTRODUÇÃO:

O interesse pelo tema proposto: “A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO”, foi motivada pela experiência vivida como profissional da área social, e pela atuação como Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Murutinga do Sul/SP. Nesse processo foi possível participar de atuações, debates e discussões, além de estar em contato com uma série de documentos que trazem informações sobre a discussão sobre a normatização da gestão do Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

AUTORES

¹ Acadêmico do Curso de Serviço Social, das Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS

Nas últimas décadas, intensificou os debates em torno da implantação de um sistema único de gestão da política de assistência social no Brasil, caracterizado-se por extenso movimento norteados pela introdução de mudanças. Reveladas pela ocorrência de regulamentação e institucionalização da gestão e sobre novas bases, pontuados pela expressão “A quem dela necessitar”.

A Gestão do Sistema Único de Assistência Social no Brasil sofre diversificadas mudanças em seu contexto, no entanto, após diversas lutas dos grandes movimentos sociais, estabelece a construção de um sistema único pactuado e de responsabilidades de todos os níveis de governo, no qual estabelecem a relação entre Estado e sociedade civil, em um único sistema de gestão: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), direcionados pela PNAS/2004 e NOB/SUAS – 2005, onde tem como objetivo principal definir diretrizes, finalidades, conteúdos, formas de execução e as responsabilidades das instâncias governamentais na direção da consolidação da política de Assistência Social como política pública.

Neste estudo, a abordagem pelo tema, como podemos observar esta inter-relacionado com o modelo de gestão preconizados pelo SUAS, ora visto pela esfera nacional, e por se considerar que este tema escolhido poderá contribuir na área de conhecimento quanto à gestão social da Política de Assistência Social, discutida e colocada em pauta pelos grandes estudiosos da área social.

Fundamentação - Teórica

Histórico da Política de Assistência Social no Brasil.

A política de assistência Social Brasileira no início da década de 1920 teve sua prática voltada para caridade, filantropia, na solidariedade.

No contexto de 1940, o Estado assume modalidades de execuções das políticas sociais, e em 1960 e 1970, as políticas sociais foram ampliadas, no entanto com práticas setorializadas e fragmentadas.

Com a promulgação da Constituição de 1988 – CF – 1988 – a Política Social no Brasil são apresentadas com o significado de política pública através da Segurança Social, que por ora, constituída de três políticas: Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

“A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, distintas a assegurar os direitos relativos à saúde, a previdência social e a assistência social.” (BRASIL, 1988: art. 194)

Porém, a prática da Assistência Social como assistencialismo, ainda regia no contexto brasileiro, no qual foi preciso muitas lutas de movimentos sociais, trabalhadores e intelectuais para a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993), marcando a introdução da concepção da Assistência Social como política pública e direito dos cidadãos e dever do estado em prove-la, introduzindo também as características e descrições contidas na Constituição de 1988, trazendo novas diretrizes para a política de assistência Social, quais sejam: descentralizada e participação da sociedade civil, ou seja, pressupõe que a participação ativa da sociedade no seu planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação das ações.

“A exigência legal contida na LOAS é clara quanto à primazia das responsabilidades do Estado na condução da política de Assistência Social. Tal responsabilidade, no entanto deve ser assumida de forma democrática e partilhada pela sociedade civil.” (MPAS/IEE 1988:16)

“A LOAS que propõe a descentralização e municipalização da política de Assistência Social tira do Governo Federal suas responsabilidades, repassando-as aos Estados e Municípios.” (LO-PES, 1995, p.65)

Contudo, como podemos observar o Estado é responsável pelo financiamento da política de Assistência Social, como também a primazia na sua condução, construindo um espaço de discussão para se definir diretrizes e a partir delas, estabelecer parcerias com a sociedade civil.

Desafios da nova Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e as diretrizes da efetivação desta política através dos mecanismos descritos na Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS.

Após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social, surgiram alguns desafios para a implantação da política de assistência social, então em Dezembro de 1997, em resposta a I Conferência de Assistência Social, criaram a 1ª Norma Operacional Básica da assistência Social – NOB/AS, logo após em 1998, criou-se a Política Nacional de Assistência Social, estabelecendo diretrizes a serem incorporada na po-

litica de assistência social em âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Em Agosto de 1999, a NOB/AS passou por reformulações, onde estabeleceu as competências dos órgãos de controle social (Órgão Gestor) em cada esfera de governo (Municipal Estadual e Federal).

Entretanto, nem mesmo a NOB/99 e nem a Política/1988 ofereceram subsídios para o direcionamento ou estratégia para a efetivação da LOAS. O ano de 2004 foi um avanço para a política de assistência Social, após assumir o seu mandato, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), implantou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e a Secretaria Nacional de Assistência Social, onde através de diversos estudos e debates para a construção e reordenamento de um nova política, apoiados pelas deliberações da IV Conferencia Nacional de Assistência Social, aprovaram através do Conselho Nacional de Assistência Social, a Resolução nº 145 de 15 de Setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004, descrevendo desta vez, diretrizes e mecanismo para a Gestão Social (Planejamento, Financiamento, Monitoramento e Avaliação).

A proposta da PNAS/2004 foi direcionamento á proteção social, tendo como objetivo a articulação de outras políticas sociais, voltadas à garantia de direitos dos usuários, visando sua qualidade de vida.

Podemos observar que a PNAS/2004, descreve novos procedimentos para a política da assistência social, vista como direito, entretanto, salientamos que a ação de acordo com as diretrizes para atuação social, prevê os atendimentos e ações centralizadas na família, com ênfases nas ações preventivas e protetivas. Traz também em seu conteúdo funções da Assistência Social enquanto Política pública, tais como:

- Defesa dos Direitos Socioassistenciais: garantia em que os usuários conheçam seus direitos socioassistenciais e sua defesa através de:
 - 1 – atendimento de qualidade digno e respeitoso;
 - 2 – divulgação das informações;
 - 3 – redução do tempo de espera (respeito ao tempo);
 - 4 – ruptura com idéias tutelares, visando à conquista de condições de autonomia, acesso a oportunidade e capacitação;
 - 5 – construção de espaço para manifestações;
 - 6 – normas que disponham sobre o seu funcionamento e acesso aos benefícios; e
 - 7 – reconhecimento do usuário como cidadão, protagonista de rede de ações e serviços;

- Vigilância Social:

Vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos.

- Proteção Social

A Proteção sócia de Assistência Social consiste no conjunto de ações, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS – Sistema Único da Assistência Social, para a redução e prevenção do impacto das necessidades sociais e naturais ao ciclo de vida, a dignidade humana e a família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.

Enquanto política de proteção social, a assistência Social necessita garantir as seguintes seguranças:

- Segurança de sobrevivência (rendimentos e de autonomia): refere-se à garantia de uma renda monetária mínima que assegure a sobrevivência de populações que encontrem limitações de rendimento ou de autonomia. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados e famílias numerosas ou sem garantia de condições básicas de vida.

- Segurança de Acolhida: diz respeito à garantia de provisões básicas, em especial aquelas que se referem aos direitos de alimentação, vestuário e abrigo. Alguns indivíduos, em razão de idade, deficiência, situações de violência familiar ou social, abandono, alcoolismo, entre outras situações, podem demandar acolhida; e,

- Segurança de Convívio: está relacionada à vivência ou ao convívio familiar.

Para a construção e aprimoramento desse novo sistema, no dia 24 de Fevereiro de 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social, através da resolução nº 27 apresentou a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, apontando metodologias para aplicação da política Nacional de Assistência Social, modelo este padronizado que deve ser seguidos em todo o território

brasileiro, considerando o entanto, a realidade e desenvolvimento local.

Esse sistema, denominado Sistema Único de Assistência Social, é um sistema público de proteção social, não contributivo, descentralizado e participativo, sendo o grande executor o Estado, e é direito do cidadão em situação de vulnerabilidade e risco social.

O Sistema Único de Assistência Social é organizado de acordo com as seguintes referências:

- 1 – Matricialidade sociofamiliar;
- 2- descentralização político-administrativa e territorialização;
- 3 – Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
- 4 – Financiamento;
- 5 – Controle Social;
- 6 – A Política de Recursos Humanos;
- 7 - O estabelecimento de nível de gestão (Inicial, Básica e Plena);
- 8 - Sistema de Proteção Social Básica e Especial;
- 9 – A implantação da gestão da Informação, monitoramento e Avaliação;

Preliminarmente, cumpre-nos salientar que o objeto de estudo apresentado na íntegra desse artigo, pontuará somente nas diretrizes básicas da gestão social, não que os outros sejam menos importantes, e sim, visualizando o teor de tais conceitos e a praticidade no descrever e realidade vivenciada pelo autor.

A Política de Assistência Social x Sistema Único da Assistência Social: Níveis de Proteção e Financiamento.

O SUAS é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos – por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público.

Como vimos anteriormente, a política de assistência social passa por transformações e mudanças em todo território nacional, implantando o sistema único e, desta forma superando a segmentação, a superposição e conceitos de assistência social como bem-estar, e passando para uma assistência social como política e portanto, direito social, no qual abaixo descreveremos como deve ser operacionalizado este novo sistema de proteção social.

O Sistema Único de Assistência Social, traz em seu bojo a classificação de Níveis de Proteções Sociais, como visualizaremos a seguir:

1 – Proteção Social Básica:

Destina-se a prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como público alvo a população que vive em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento

Nesta proteção podem ser desenvolvidas as seguintes ações: Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos, onde essas ações devem ser desenvolvidas e executados de forma direta nos **Centros de Referência da Assistência Social - CRAS**, e em outras unidades básicas e de assistência social (governamental e não governamental).

2 – Proteção Social Especial:

A Proteção Social Especial tem caráter compensatório (reparar o dano), mas igualmente reabilitador de possibilidades psicossociais com vistas à reinserção social. Por isso, exigem atenção mais personalizada e processos protetivos de longa duração.

Destinatários: indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes de: Ocorrência de abandono; vítimas de maus tratos físicos e/ou psíquicos; abuso e exploração sexual; usuários de drogas; adolescentes em conflito com a lei; moradores de rua, entre outras situações.

A Proteção Social Especial é classificada em dois tipos:

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Destinatários: Famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Destinatários: Famílias e indivíduos que se encontram sem referência (abandono, morador de rua...) e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário.

Para o Financiamento de tais ações se da de acordo com as seguintes diretrizes pontuadas na NOB/SUAS 2005:

- Gestão Financeira via fundos;
- Sistema único de Assistência Social como referência;
- Condições gerais para as transferências de recursos;
- Mecanismos de transferência;
- Critérios de partilha e de transferência;
- Co-financiamento.

O Financiamento da Política de Assistência Social, ocorre de três formas: 1) Dos benefícios – diretamente aos destinatários (Ex: Programa Bolsa Família – P.B.F, Benefício de Prestação Continuada – BPC), 2) Da rede de serviços socioassistenciais governamentais e não governamentais – aporte próprio e transferência fundo a fundo regular e automática e 3) Dos Programas e Projetos – aporte próprio e transferência pela modalidade convencional

O Sistema de gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação, prevê que as ações de planejamento, controle não se limite somente no governo, mais sim, a participação de toda a sociedade através dos conselhos, proporcionado assim um modelo de gestão descentralizado e participativo, com a utilização de novas tecnologias de forma a identificar detalhadamente cada um dos benefícios relacionados, denominado REDE/SUAS, e é através deste sistema que se da à operacionalização da Gestão da Política de Assistência Social em todo território nacional, no qual o Governo Federal repassa os recursos para a execução das ações socioassistencial em âmbito municipal e estadual, buscando o aprimoramento e agilização nos processos relacionados a esta dimensão social. Nesta análise, prioritariamente são dois ícones da REDE/SUAS prioritários para o gerenciamento dessa política em âmbito Nacional, são: CAD/SUAS, especificamente, é o cadastro do Sistema Único de Assistência Social do Município, onde tem informações sobre toda a rede socioassistencial existente

em âmbito municipal, estadual e Federal e o SUAS/WEB, um sistema onde os órgãos municipais e estaduais, preenchem seus planos de Ação (Planejamento das ações que serão desenvolvidas anualmente) e o Demonstrativo Físico-Financeiro (Prestação de contas dos recursos financeiros recebidos gastos do Governo Federal, Municipal e Estadual).

Para a transferência de recursos financeiros fundo-a- fundo, são efetuados de acordo com os seguintes Pisos:

Pisos de Proteções Sociais Básica:

- 1) Pisos Básico Fixo: Atendimento as famílias referenciadas no âmbito do CRAS.
- 2) Piso Básico de Transição: Idoso e Família/criança.
- 3) Piso Básico Variável: Jovens/15 á 17 anos

Pisos da Proteção Social Especial:

- 1) Piso Fixo de Media Complexidade: Valor destinados ao co-financiamento dos Centros de Referencia Especializado da Assistência Social;
- 2) Piso de Transição de Média Complexidade: aplicados na rede socio-assistência de Proteção Social Especial de Média Complexidade.
- 3) Piso de Alta Complexidade I: voltados para atender cidadãos que não possuem vínculos familiares, ou que necessitam de afastamento temporário ou definitivo do seu núcleo familiar (Abrigos, Albergues, Casas Lares entre outros).
- 4) Piso de Alta complexidade II: destinado aos serviços de atendimento aos usuários em situação especifica de risco que exigem ofertas mais complexas de atendimento, onde pode ser operado como complemento do Piso de Alta complexidade I.

Contudo, cumpre-nos salientar, que para participar das destinações orçamentárias do orçamento federal, os municípios e estados e Distrito Federal, devem estar habilitados de acordos com a exigência descritas na Norma Operacional Básica, ou seja, promover a efetiva adesão ao Sistema Único de Assistência Social.

CONCLUSÃO

De um modo geral, pode-se afirmar que a consolidação da Política de Assistência Social no Brasil está sendo alcançada, visto que estão sendo adotadas algumas estratégias que permitem um desdobramento efetivo para a construção dessa nova realidade, colocadas e discutidas de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. Entre essas estratégias destacam-se: a concepção de política pública; o eixo da descentralização; a participação; o processo de gestão democrática; o suporte legal; a estrutura técnica administrativa, pontudas na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS-2005, instrumentos de gestão que norteiam a prática profissional dos atores desta política.

Para finalizar, não se poderia deixar de citar o argumento de Yazbek (2004) sobre o fato das políticas sociais e, em especial a Assistência Social, apresentarem limites e constrangimentos muito claros em razão das desigualdades, da pobreza, das exclusões e da subalternidade a que o povo brasileiro é submetido. O que merece destaque é o argumento de que sem ultrapassar esses limites apesar dessas políticas expandirem direitos sociais e possibilitarem a interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil, esperar que apenas delas resultem melhorias no bem-estar dos usuários é ilusório e ineficaz.

Portanto, podemos constatar que para a consolidação realmente desta política e para a plena operacionalização do Sistema Único de Assistência Social, se faz necessário a realização de capacitação voltada a todos os atores da área, romper com a visão fragmentada das políticas sociais e articular às demais políticas públicas.

Contudo, é necessário o re-ordenamento da política em todo o sistema nacional, impondo diretrizes e metas para os municípios trilhar, dando ênfase sobre a importância e consolidação do SUAS, vistos que muito das diretrizes são dificilmente de serem conquistados pelos municípios, os grandes atores desta política, pois a insuficiência de recursos financeiros são notórios, no qual, o Governo Federal deve auxiliar, e nestas ações concretizando este novo sistema.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

BRASIL. LOAS (1993). Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93). Brasília: 1993.

BRASIL PNAS (2004). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.

CORDEIRO, José Lucas. Gasto Federal com Assistência Social e suas fontes de Financiamento. In. Revista Serviço Social e Sociedade nº 62. Cortez. São Paulo: 2000

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O tempo do SUAS. Revista Serviço Social e Sociedade, ano XXVI, nº, set.2006. P.65 á95.

MPAS/IEE. Diretrizes para a elaboração de Planos Municipais de Assistência Social. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

MPAS. Instrumento para implantar a política de descentralização da assistência social. Brasília: MPAS, SAS, 1995.

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Plano decenal – suas Plano 10. (Texto Subsidio). Brasília, jul. 2007.

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH-SUAS).

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS. V CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. BRASÍLIA, 2005.

YASBEK, M.C. As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004

MITO MUSICADO E MÚSICA MÍTICA: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA DA OBRA DE RICHARD WAGNER

Maria Raquel da Cruz Duran¹

RESUMO

Propõe-se um estudo sobre as relações entre música, sociedade e mito na obra de Richard Wagner, destacando a importância do mito e da música como linguagens de interpretação da cultura e a difusão que a obra wagneriana proporcionou à mitologia germânica na cultura ocidental. Destarte menciona o antropólogo Anthony Seeger, interpretamos a música como um elemento-chave do processo de construção do mundo social e conceptual, sendo o estudo da performance, uma análise figurativa da vida social. Embora coexistam diversas ideologias em cada mito, alvitrase uma discussão a respeito dos subsídios que a ópera Tristão e Isolda, em especial, conferiu à idéia de mito, inserindo-se aqui valores percebidos tanto na sociedade do século XIX quanto na atual.

PALAVRAS-CHAVE

Antropologia sonora, mito, Richard Wagner, sociedade

Introdução

Duas esferas que pareciam viver estranhas e indiferentes por causa da tradicional sociedade oitocentista viram-se unidas na Nova Era forjada por Richard Wagner¹ que, ao criar o drama musical, 'território intermediário entre o mito e a música' (DIAS, 2005: 99), devolveu ao mito a característica de imagem do mundo.

Wagner abordava no mito, a coletividade, o Dionísio comum em cada indivíduo, e, na música, a individualidade apolínea, uma designação que valorizava o olhar sensível de cada um. No entanto, ao entrelaçar tais vetores, Wagner produzia

AUTORES

1 Graduada em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara
Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar
Professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Paranaíba

um misto de sensações, à sua arte dava o nome de Obra de Arte Total: caracterizada por esta textura diferenciada, uma imagem que gera música, uma arte que transmitiria ao homem a essência das coisas, sem intermediações.

Mito musicado e música mítica

A composição wagneriana se enquadra na escola romântica, cujos representantes, além de Wagner eram: Ernest Hoffmann, Paganini e Franz Schubert. O crescente cromatismo, a tendência para formas mais livres, o nacionalismo, o uso de material folclórico, a preferência pelo pitoresco e o gosto pelo fantástico, além de uma aversão a tudo que fosse rotineiro, realista, burguês, são algumas das características que diferenciam os músicos da escola romântica de outros músicos, como por exemplo, da escola barroca ou da escola classicista.

Advindo da herança sinfônica de Beethoven, o músico eleva a orquestra ao papel de protagonista do drama musical, num aprofundamento do mesmo, onde tudo deve se enquadrar à execução musical. Contemporâneo da segunda metade do século XIX, em plena idade industrial, Wagner exterioriza o desejo crescente da burguesia de evasão para um mundo melhor, tornando sua influência avassaladora.

Neste ensejo, é introduzida por Richard Wagner uma série de mudanças físico-espaciais, que consolidaram esse pensamento inovador e recente, é claro, reavivando o fervor das discussões musicais da época:

A parte externa do prédio era nua, quase desoladora, porque Wagner desejava focalizar toda a atenção na arte que se realizava no interior. Este era espantoso por duas razões. Em primeiro lugar, todas as cadeiras estavam arrumadas à maneira de um anfiteatro; cada membro do auditório tinha uma visão do palco sem qualquer obstáculo; não tinha, porém, uma visão clara dos demais membros da platéia, pois esta não era a razão pela qual deveriam, segundo Wagner, ir ao teatro. O palco era tudo. Num arroubo ainda mais radical, Wagner escondeu a orquestra da vista da platéia, cobrindo o poço da orquestra com uma tampa de couro e madeira. Desse modo, a música era ouvida, mas nunca era vista se produzindo. Mais tarde, Wagner constrói um segundo arco de prosa, acima das extremidades do poço da orquestra, além do arco sobre o palco. (SENNETT, 1988, p. 258).

Todavia, as inovações deste autor não cessam em condições físicas de exe-

cução musical e teatral. Richard Wagner foi o responsável pela difusão do uso dos leitmotiven, ou seja, a ligação do personagem a uma música para que ao longo da ópera, quando o personagem fosse citado, sua música tema enfatizasse ou fizesse com que o público reconhecesse o referido personagem e rememorasse sua trajetória naquela história. Claude Lévi-Strauss comenta a utilização do leitmotiv ora como resgate constante da memória de uma parte essencial do mito contado – o mitema – pelo público, ora como reafirmação do momento atual da encenação:

Wagner não só construiu óperas sobre mitos, mas deles propõe um recorte que o emprego do leitmotive torna explícito: o leitmotiv prefigura o mitema. Além do mais, o contraponto, dos leitmotiven e do poema realiza uma espécie de análise estrutural, já que se superpõem, por deslizamentos ou deslocamentos, momentos de intriga que, caso contrário, só se sucederam no tempo. Ora o leitmotiv, musical, e o poema, literário, coincidem; ora o leitmotiv faz retornar um episódio relacionado estruturalmente com o episódio que assistimos, seja por analogia ou por contraste. (LÉVI-STRAUSS, 2005, p. 247).

Considerando esta premissa da figura e da obra de Richard Wagner, analisar na ópera *Tristão e Isolda* – considerada de importância central na obra do músico pelos críticos de música clássica e de Wagner – a difusão de algumas das performances sociais do século de Wagner, sendo central refletirmos o papel da mitologia dentro das óperas wagnerianas é o objetivo indicado neste artigo, pois, para além de integrar a apresentação do tema, é fundamento de nossa justificativa.

Na reflexão das relações entre mito, música e sociedade, propomos o estudo tanto da ópera quanto do mito na construção da etnografia ritual do drama social, tal como observamos em Mello (2005) em que as três afirmações cantadas nas atividades musicais desenvolvidas entre as mulheres Wauja – a saber, “não se pode desejar aquilo que não se pode ter”, “o ciúme, devidamente controlado, é bom para a sociedade” e “a música do ritual de yamurikama, cantada por mulheres, é música de kawoka” – representam a forma como são moldadas as relações entre as pessoas no convívio social e na performance mítica do rito (COELHO: 2007).

Numa visão universal, música é cultura, é arte, e, portanto, é manifestação de crenças, de identidades ou, como diria Tiago de Oliveira Pinto, é um meio de interação social, é um comportamento decodificado em sons que transmite uma comunicação entre indivíduo e grupo (PINTO, 2001, p. 3). Se o mito é a simbolização visível da música, é linguagem absoluta, é a representação do pensamento da sociedade,

sendo entendido como cultura, então podemos, em resumo, dizer que “A música expõe ao indivíduo seu enraizamento fisiológico, a mitologia faz o mesmo com o seu enraizamento social. Uma nos pega pelas entranhas, a outra, digamos assim, ‘pelo grupo’” (LEVI-STRAUSS, 2004, p. 48). Assim como exteriorizou o canto entre os Suyá, observados por Anthony Seeger em sua interpretação, a relação do indivíduo com a sociedade:

Voltando a pergunta Por que os Suyá cantam?, o autor afirma que cantar “era uma maneira essencial de articular as experiências de suas vidas com o processo de sua sociedade” (:128). A noção de kin (euforia) surge como elemento central em uma sociedade que, como os demais grupos Ge, não faz uso de alucinógenos ou bebidas alcoólicas nos ritos. Assim, o canto e a dança cumprem também um papel fisiológico na própria constituição dos estados psíquicos, atualizando a experiência dos eventos míticos. (COELHO, 2007, p. 3).

A idéia de que a mitologia compõe uma característica de imagem do mundo, de uma linguagem interpretativa da cultura - na noção definida por Lévi-Strauss (1967) – sendo, portanto, expressão de sentimentos fundamentais de uma sociedade compartilhados pela humanidade – obtendo um espaço mais significativo do que aquele ocupado pelo conto de fadas ou ficção, ou seja, elevado à categoria de parte do pensamento de uma sociedade e de uma época determinadas, nos introduz o pensamento de que,

Em outras palavras, o que a música e a mitologia acionam naqueles que as escutam são estruturas mentais comuns. O ponto de vista que adotamos implica, conseqüentemente, o recurso a essas estruturas gerais repudiadas pela doutrina serial, cuja própria realidade ela contesta. Por outro lado, essas estruturas só podem ser chamadas de gerais se lhes for reconhecido um fundamento objetivo para alguém da consciência e do pensamento, ao passo que a música serial se quer espírito e afirmação de sua própria liberdade. [...] Contudo, quando se escolhe, como fizemos neste livro, o olhar do mito em direção a música, e não em direção a linguagem, como tentamos fazer em obras anteriores, o lugar privilegiado que cabe à música aparece com mais evidência. (LEVI-STRAUSS, 2004, p. 47).

Nesta perspectiva antropológica de análise da música percebemos que, ao tratarmos a música como uma forma de comunicação com a mitologia e a sociedade, o olhar da música em direção ao mito, compreendemos aspectos sociais/ideológicos vinculados à atividade musical que Wagner propôs, passando a música a agir como uma solidificadora de mitologias então difundidas, compartilhando da idéia de música como um tipo de ação social:

[...] a música não pode mudar a sociedade, tal qual a tecnologia ou a política, mas pode confirmar situação pré-existentes. Não gera pensamentos, mas faz as pessoas mais conscientes de sentimentos que elas experimentaram, ao reforçar, alargar ou expandir suas consciências. A música seria um tipo especial de ação social, não somente reflexiva, mas também geradora. Música, para Blacking, é produto da ação humana e modo de pensamento gerador de ação humana. A relação entre música e sociedade não é direta – a música não muda a sociedade – mas “cognitiva”: o fazer musical pode ser ferramenta indispensável para a transformação da consciência, um primeiro passo para a transformação das formas sociais. (HIKIJ, 2006, p. 64).

Acredita-se que algumas das óperas wagnerianas – entre elas *Tristão e Isolde* – direcionaram o significado dos mitos utilizados em suas encenações para a afirmação de um arcabouço teórico já existente, embora não se mostrasse totalmente visível. Wagner retira do mito os comportamentos espiritualmente indignos dos protagonistas, para produzir um contexto propício à sacralização do mundo material. Os sacrifícios do herói mitológico são sempre marcados pela recompensa que pretende alcançar como resultado – quanto maior a recompensa maior o preço a ser pago.

Considerações finais

Como já afirmou Marshall Sahlins (2004a: 23) “um povo que concebe a vida exclusivamente como busca da felicidade só pode ser cronicamente infeliz”. O herói dramático de Wagner carrega o fardo de pagar por um erro que não cometeu ou apenas, pagar o preço por amar alguém inacessível, por ter um amor proibido, por desejar a felicidade. Sahlins comenta tal redução das propriedades sociais em valores de mercado – ou seja, ter que “pagar” pelo que fez ou quer – são representações da dominação que o capitalismo nos impõe. Na ópera em que o mito de *Tristão* é colocado, o homem tem como princípio sofredor ter cometido o pecado de afrontar a

Deus e a natureza, tal prática é comum em mitologias, como explicita Sahlins (2004c: 565).

Disposição da cena teatral, texto mitológico, música arrebatadora, tudo construiu esse fenômeno comportamental que atingiu principalmente a burguesia – elite freqüentadora dos salões de ópera mais respeitados da Europa – onde Richard Wagner era rei. Atento para a importância da música como difusora desse mito e conseqüentemente de suas ideologias: música, cuja percepção foi tão bem posta a ponto de gerar a “febre Wagner” na Europa, a imensa exaltação de sua obra no mundo.

Nota

1. Richard Wagner nasceu em Leipzig em 22 de maio de 1813 e morreu em Veneza em 13 de fevereiro de 1883. O músico é mundialmente conhecido pela autoria de óperas como: Parsifal, a tetralogia de O Anel dos Nibelungos, Lohengrin, Tristão e Isolde, Os Mestres Cantores, entre outras.

Referências

AMARAL, A; NATAL, G; & VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. In: FAMECOS/ PUCRS, Comunicação Cibernética. N° 20. Porto Alegre: 12/2008.

BARENBOIM, D. & SAID, E. Paralelos e paradoxos: reflexões sobre música e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BLACKING, John. How Musical is Man? Seattle, University of Washington Press, 1973.

BLACKING, John. Music, Culture, and Experience. Selected Papers. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

BURNETT, Henry. O Beethoven-Schrift: Richard Wagner teórico. Trans/Form/Ação, v. 32 n. 1. Marília: 2009.

CAZNOK, Yara Borges & NAFFAH NETO, Alfredo. Ouvir Wagner: ecos nietzs-
chianos. São Paulo: Musa Editora, 2000.

CAZNOK, Yara Borges. Música: entre o audível e o visível. São Paulo: Unesp,
2003.

COELHO, Luís Fernando Hering. A nova edição de Why Suyá Sing, de An-
thony Seeger, e alguns estudos recentes sobre música indígena nas terras baixas da
América do Sul. Mana: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacio-
nal/Contra Capa, v. 13, n. 1, 2007

COHN, Clarice; VIEIRA, José Glebson; LIMA, Leandro Mahalem de; SZTUT-
MAN, Renato & HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. Por que canta Anthony Seeger? Revista
de Antropologia, São Paulo: EDUSP, 2007. V. 50, Nº 1. (p. 389-418)

FELD, Steven. Sound and Sentiment: Birds, Weeping, Poetics and Song in
Kaluli Expression. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1982.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. A Música e o Risco: etnografia da performance
de crianças e jovens. São Paulo: Edusp, 2006.

LANZA, Diego. A dramatização do mito. KRITERION: Revista de Filosofia.
Belo Horizonte, v. 44 n. 107, 2003

LÉVI-STRAUSS, Claude. Olhar Escutar Ler. São Paulo: Companhia das Letras,
1997.

_____. A estrutura dos mitos. In: _____. Antropologia Estrutural. Rio de
Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

_____. De Perto e de Longe. Entrevistas a Didier Eribon. São Paulo: Cosac
Naify, 2005.

_____. Mitológicas I: O cru e o cozido. São Paulo: Cosac Naify, 2004

MELLO, Maria Ignez C. Música e Mito entre os Wauja do Alto Xingu, disserta-

ção de Mestrado em Antropologia Social. PPGAS/UFSC, 1999.

MENEZES BASTOS, Rafael José de. Musicológica Kamayurá: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MERRIAM, Alan P. The Anthropology of Music. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

NATTIEZ, J.J. Music and Discourse. Princeton: Princeton University Press, 1990.

NEUMAN, Ernest. História das grandes óperas e de seus compositores: Volume I. 3ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 1949.

ORTEGA Y GASSET, José. A desumanização da arte. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

PINTO, Tiago de Oliveira. 2001. Som e Música: questões de uma antropologia sonora. Revista de Antropologia. São Paulo: USP. Vol. 44 (p. 221-286).

SAHLINS, Marshall. A tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental. In: _____. Cultura na prática. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004c.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do 'sistema mundial'. In: _____. Cultura na Prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004b.

SAHLINS, Marshall. Esperando Foucault, Ainda. São Paulo: Cosac & Naify, 2004a.

SCHNEIDER, Marcel. Wagner. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SEEGER, Anthony. Why Suyá Sing: A Musical Anthropology of an Amazonian People. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PLANEJAMENTO FAMILIAR: DIREITO DE CIDADANIA. TRÊS LAGOAS/MS – 2007

Flávia Renata da Silva ZUQUE¹

Maria Angelina da Silva ZUQUE³

Fabília Tatiane da Silva ZUQUE²

RESUMO

Planejamento familiar é um direito assegurado na Constituição Federal e na lei Nº. 9.263 de 12/01/96. O objetivo do trabalho foi ampliar o conhecimento dos participantes sobre métodos contraceptivos para garantir o exercício dos direitos reprodutivos. Foram realizadas 8 palestras numa indústria e para avaliar o conhecimento prévio dos participantes foi disponibilizado um questionário auto-explicativo. Os trabalhadores em sua maioria são adultos jovens em idade reprodutiva. Os contraceptivos mais conhecidos eram: preservativo, pílula anticoncepcional, injetável, DIU, e laqueadura. Os métodos contraceptivos em sua maioria eram desconhecidos e com dificuldade na acessibilidade, por desinformação e disponibilidade na rede pública.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento familiar, anticoncepção, direitos reprodutivos

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, ocorreu no país um período de transição democrática caracterizado pela organização de movimentos sociais, com destaque do movimento feminista. Nele as mulheres passaram a reivindicar direitos relacionados à saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, a democratização da educação para a saúde e outras medidas que iam além da esfera biomédica, abrangendo, portanto, a perspectiva da promoção da saúde e de melhor qualidade de vida (MOURA, SILVA, 2004; BRASIL, 2002; BRASIL 2006; BRASIL 1996; MOURA, SILVA, 2004;

AUTORES

1 Graduada em Enfermagem - UFMS. Especialista em Saúde Pública e Saúde Família - UNIDERP. Mestranda em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste - UFMS. Docente dos cursos de Educação Física, Fisioterapia e Enfermagem da AEMS.

2 Graduada em Enfermagem - UFMS. Especialista em Urgência e Emergência - ESAP. Especialista em Enfermagem do Trabalho - UNIDERP

3 Graduada em Farmácia e Farmácia Bioquímica - UFMT. Especialista em Epidemiologia pela Fundação Osvaldo Cruz. Mestranda em Doenças Tropicais - UNESP. Docente dos cursos de Biomedicina, Psicologia, Enfermagem e Fisioterapia da AEMS

MOREIRA, ARAÚJO, 2004; FERNANDES, 2003).

As atividades de informação em saúde reprodutiva tiveram amplo desenvolvimento na etapa inicial de implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1985. Entretanto esta ação sofreu descontinuidade ao longo dos anos, mantendo-se tão somente o discurso de que é fundamental como medida de promoção a Saúde da Mulher (MOURA, SILVA, 2004; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b), porém pouco concretizada e executada nas unidades de saúde (MOURA, SILVA, 2004).

O planejamento familiar é um direito assegurado na Constituição Federal e na lei Nº. 9.263 de 12/01/96, objetivando garantir à mulher, ao homem ou ao casal o direito de ter ou não filhos (BRASIL, 2002; BRASIL, 2006; BRASIL 1996; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b). Possibilita o acesso a recursos para a concepção ou anticoncepção evitando as gestações não planejadas e DST. Devem-se oferecer métodos e técnicas cientificamente aceitos não colocando em risco a vida e a saúde das pessoas, garantindo a liberdade de opção (BRASIL, 2006).

As atividades de informação são extremamente relevantes e indispensáveis, ao alcance dos objetivos de serviços e usuários (BRASIL, 2002; BRASIL, 2006; BRASIL 1996). Exige dos profissionais de saúde atitude de empenharem-se em bem informar para que a clientela conheça as alternativas de concepção e anticoncepção disponíveis e, assim, possa participar ativamente da definição e do alcance de suas metas reprodutivas (BRASIL, 2002; MOURA, SILVA, 2004; MOREIRA, ARAÚJO, 2004; MOURA, GALVÃO, 2007; BERQUÓ, CAVENACHI, 2003; OSIS, 2006).

São poucas as pesquisas existentes sobre a percepção da população, masculina e feminina, a respeito de planejamento familiar e métodos contraceptivos. Logo, justifica-se o estudo, para identificar o grau de conhecimento desta população sobre o tema em questão.

Diante do exposto, objetivo deste trabalho foi identificar os métodos contraceptivos mais conhecidos e utilizados pelos trabalhadores de uma indústria de calçados de Três Lagoas-MS. Foi realizado um estudo exploratório, com aplicação de questionário auto-explicativo sobre métodos contraceptivos.

CASUÍSTICA E MÉTODOS

Área de estudo

Três Lagoas está localizada no estado de Mato Grosso do Sul, trata-se da

quarta cidade mais populosa e importante desse estado. Segundo o IBGE (2007) a população estimada era de 87.113 habitantes e aproximadamente 93% da população residentes na área urbana. Nos últimos anos com a implantação de grandes indústrias e investimentos o município vem se transformando em um pólo de desenvolvimento industrial e consequentemente recebendo migrantes de várias regiões do país, e é esperado que até 2011 se torne a segunda cidade, em termos econômicos e políticos do Estado.

População de estudo

O público alvo foram trabalhadores, maiores de 18 anos de ambos os sexos, da linha de produção de uma indústria de calçados em Três Lagoas – MS.

Método

Trata-se de um estudo exploratório sobre métodos contraceptivos realizado no segundo semestre de 2007. Para a realização da pesquisa foram necessários oito encontros em dias alternados no momento da troca de turno de trabalho.

Foram realizadas duas atividades: a primeira foi o preenchimento de um questionário auto-explicativo, previamente elaborado, contendo perguntas abertas e fechadas; e a segunda a realização de palestra sobre planejamento familiar. O tempo de execução das atividades variou de 1 hora a 1 hora e 30 minutos.

As variáveis analisadas foram: idade, sexo, nº. de filhos, qual(is) o(s) métodos contraceptivos conhecido(s) e qual o utilizado para evitar gravidez indesejada. Posteriormente os dados foram consolidados em tabelas e gráficos confeccionados no Excel 2003.

Os temas abordados nas palestras sobre anticoncepção incluíram: cidadania, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, anatomia e fisiologia do sistema reprodutor. Foram apresentados slides; amostras dos métodos contraceptivos (contraceptivos orais, pílula de emergência, pílula vaginal, dispositivo intra-uterino (DIU), diafragma, anel vaginal, preservativo masculino e feminino, espermicida, implante hormonal, injetáveis e adesivos) possibilitando aos participantes o contato com os objetos e medicamentos utilizados como contraceptivos; e utilização de modelos pélvicos, feminino e masculino para demonstrar o uso correto de preservativos.

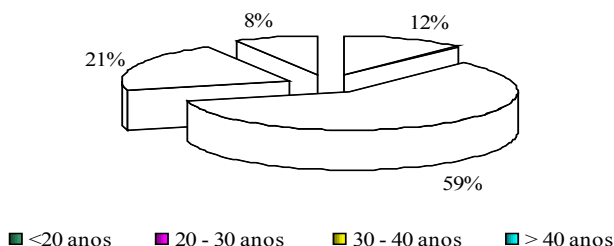
Ao final da palestra foi distribuído aos participantes um Kit contendo: 03

preservativos masculinos, 01 preservativo feminino, cartilha do planejamento familiar e folder educativo de prevenção de DST/Aids.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

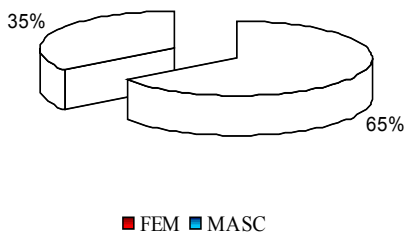
Participaram 163 trabalhadores, sendo que 100% preencheram o questionário. A faixa etária variou de: menor de 20 anos 12%; 20-30 anos 59% , 30-40 anos 21% e maiores de 40 anos 8%, conforme Figura 1. Os resultados demonstraram que estes trabalhadores eram adultos jovens e em idade reprodutiva.

**Figura 1 - % da faixa etária do público alvo.
Três Lagoas - MS. 2007**



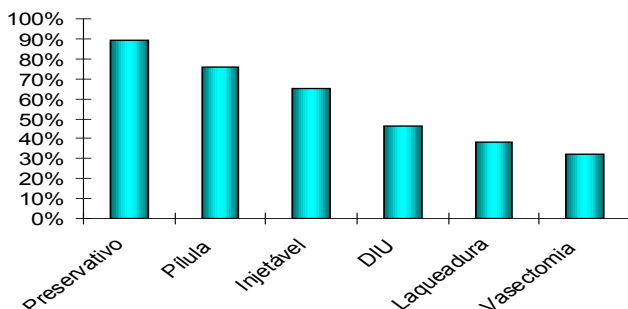
De acordo com a Figura 2, do total de participantes 65% era do sexo feminino contra 35% do sexo masculino, mostrando a inserção das mulheres no mercado de trabalho, similar a dados de outros estudos.

**Figura 2: % do público alvo segundo sexo.
Três Lagoas - MS. 2007**



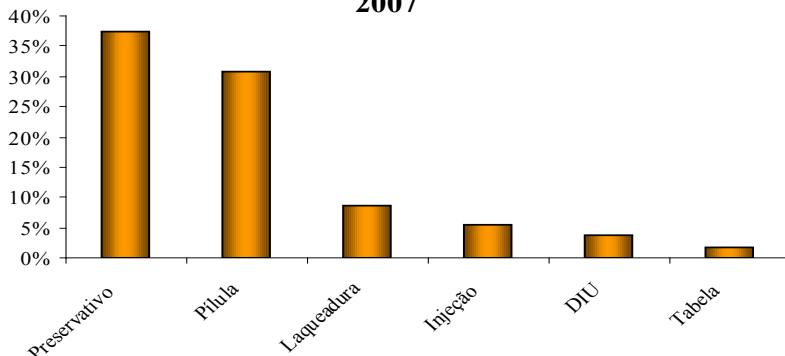
Os métodos contraceptivos mais conhecidos pelos trabalhadores eram o preservativo masculino (89%), pílulas anticoncepcionais (76%), injetável 65,03%; DIU 46,62%; laqueadura 38% e vasectomia 32,51%, conforme a Figura 3.

Figura 3 - % dos tipos de contraceptivos conhecidos pelo público alvo. Três Lagoas - MS. 2007



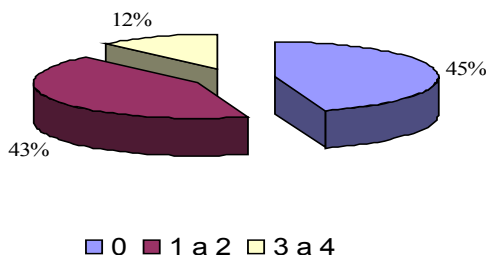
No momento da pesquisa 79,14% dos participantes utilizavam algum método contraceptivo. Destes usavam preservativo 37,4 % (61) e pílula anticoncepcional 30,7% (50), Figura 4, demonstrando que são os métodos mais conhecidos e os mais utilizados semelhantes a dados encontrados na literatura. Encontravam-se laqueadas 8,6% (14). Utilizavam injeção 5,5% (9); DIU 3,7% (6) e tabela 1,8% (3), de acordo com a Figura 4. Os resultados apontam que a maioria dos métodos contraceptivos apresentados durante a palestra eram desconhecidos e não utilizados pelos trabalhadores, sugerindo desinformação e indisponibilidade na rede pública de saúde.

Figura 4 - % dos métodos contraceptivos utilizados pelo público alvo. Três Lagoas -MS. 2007



Em relação ao número de filhos, no momento da pesquisa informaram que não tinham filhos 45%; com 1 a 2 filhos 43% e 12% tinham de 3 a 4 filhos, conforme a Figura 5.

Figura 5 - % do público alvo segundo o número de filhos. Três Lagoas - MS. 2007



A maioria dos participantes (89%) conheciam o preservativo masculino apenas para evitar gravidez. No entanto, 10,85% usavam como duplo método, ou seja, para prevenção de gravidez e DST/Aids. Este resultado demonstra a vulnerabilidade às DST/Aids apesar das informações divulgadas pela mídia e serviços de saúde.

Entre os trabalhadores (98,7%) relataram gostar da metodologia como foi desenvolvida a palestra, pois proporcionou a interação dos participantes, informação e demonstração dos medicamentos e objetos utilizados como contraceptivos além de informá-los sobre quais métodos estavam disponíveis na rede pública. Também recomendaram que essa palestra fosse reproduzida para outros grupos nos locais de trabalho.

Estes resultados sugerem que o planejamento familiar está implantado inadequadamente na rede pública em relação a atividades educativas bem como a disponibilidade dos contraceptivos em quantidade, diversidade e constância na sua distribuição além da dificuldade de acesso aos métodos definitivos. Soma-se a isso o horário de atendimento nas unidades de saúde que é excludente para os trabalhadores.

CONCLUSÃO

O município não tem conseguido desenvolver estratégias adequadas para atividades educativas em saúde reprodutiva. Isto tem resultado numa atenção precária e excludente com maior prejuízo aos homens e mulheres oriundas das classes

mais carentes e trabalhadoras.

Com o desenvolvimento das palestras foi possível informar e discutir sobre a contracepção e o compartilhamento de responsabilidade entre homens e mulheres para evitar filhos, sendo esta responsabilidade na maioria das vezes exclusiva da mulher. É necessário que as atividades educativas aconteçam nos ambientes de trabalho, oportunizando acessibilidade à informação sobre o planejamento familiar e métodos contraceptivos, buscando garantir um direito de cidadania de ter ou não filhos e planejar quantos filhos o casal deseja e em que momento de suas vidas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERQUÓ, E; CAVENACHI, S. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. Cad Saúde Pública. Rio de Janeiro, 19(Sup. 2): 441-S453, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Política de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Assistência em Planejamento Familiar. Manual Técnico. 4 ed. Brasília; Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, reprodutivos e métodos anti-concepcionais. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação de saúde da mulher, Serviço de Assistência à Saúde da Mulher. Assistência ao Planejamento Familiar. 3 ed. Brasília: COSAM; 1996.

_____. Ministério da Saúde de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: plano de ação 2004-2007. 2004a. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b.

FERNANDES, MFM. Mulher, família e reprodução: um estudo de caso sobre o planejamento familiar em periferia do Recife, Pernambuco, Brasil. Cad. Saúde Públi-

ca. Rio de Janeiro, 19 (Sup. 2): S253-S261, 2003.

MOREIRA, MHC; ARAÚJO, JNG. Planejamento familiar: autonomia ou encargo feminino? Psicol estud. 2004; v. 9, n. 3, 2004.

MOURA, ERF; SILVA, RM. Informação e planejamento familiar como medidas de promoção da saúde. Ciênc saúde coletiva. 2004; dez, 9(4): 1023-1032.

_____; SILVA RM; GALVÃO, MTG. Dinâmica do atendimento em planejamento familiar no Programa Saúde da Família no Brasil. Cad Saúde Pública. 2007; abr, 23(4): 961-970.

OSIS, MJD; et al. Atenção ao planejamento familiar no Brasil hoje: reflexões sobre os resultados de uma pesquisa. Cad Saúde Pública. 2006; nov, 22(11): 2481-2490. 13.

_____; et al. Escolha de métodos contraceptivos entre usuárias de um serviço público de saúde. Cad Saúde Pública. 2004; dez, 20(6): 1586-1594.

UNIVERSIDAD SAN CARLOS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DOUTORADO

ANTONIO GONÇALVES LIMA¹**HERCULES FARNESI DA COSTA CUNHA²**

RESUMO

Educação e pedagogia são muito criticados na educação bilíngue, apesar de alguns deles serem fundamentais para o modelo de ensino, como a modalidade guarani, que é ensinado nas escolas paraguaias. O guarani falado pela população guarani ou 'jopara' (yopará), interferiu com o léxico e morfossintaxe do castelhano, considerada a escolha ideal para o ensino da linguagem formal, assim a uma tendência a se ensinar uma variedade do guarani puro. Cientistas e ativistas sociais de diferentes domínios, liderados por grupo composto por nove centros de pesquisa pertencentes a universidades, apresentaram uma proposta de formação de um centro ibero-americano de pesquisa de políticas educacionais, dentro da cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em 2006. Nesta construção social, o modelo global de modernização só ocorrerá se houver uma significativa 'recontextualização'.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Educação Bilingue, Políticas de Educação

EDUCAÇÃO E RECONSTRUÇÃO SOCIAL: DO BILINGUISMO PARA A AMÉRICA LATINA

A condição de ter duas línguas oficiais (Guarani e Castelhana (Espanhol)) dá ao estado paraguaio uma situação sociolinguística diferente do que experimentam outros países latino-americanos, sendo que essa diferenciação está fundada pelo Censo de 1992, que aponta uma margem bastante considerável de monolíngues da língua indígena guarani, distanciando-se dos que apenas falam o castelhano. A

AUTORES

1 Professor e Diretor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Oriximiná (PA), formado em Pedagogia, Mestre e doutorando em Ciências da Educação pela Universidade San Carlos, campus de Ciudad Del Este – Paraguai.

2 professor universitário nos cursos de Comunicação Social e Especialização da AEMS – Três Lagoas (MS), UniSalesiano – Araçatuba (SP), e Diretor Administrativo do Fênix - Colégio e Cursos – Araçatuba (SP), formado em Comunicação Social pela UFJF (MG), Especialista em Gestão Governamental pela UFMS/FGV (SP), Especialista e Mestre em Comunicação Social pela UMEP (SP) e doutorando pela Universidad San Carlos, campus de Ciudad Del Este – Paraguai.

língua nativa predominante, o Guaraní, tem convivido durante séculos com o Castelhana e é fonte de uma imensa produção poética (oral e escrita), expressada em composições musicais e literárias valoradas em todo o mundo. O bilinguismo não é a grande importância, mas sim o fato de uma não sociedade-indiana continuar a falar uma língua indígena.

As comunidades indígenas contribuíram nas ciências com seus conhecimentos de botânica, zoologia e medicina natural. Assim mesmo, suas artes tradicionais (cantos cerimoniais, artesanato, música e dança) enriquecem o espectro cultural do país. Estas populações autóctones estão compostas por cinco famílias linguísticas: Guaraní, Zamuco, Maskoy, Mataco e Guaycuru, além de vinte etnias que moram em ambas regiões do país.

Mesmo assim, a pesquisa aponta a setorialidade do bi e do monolinguismo entre as populações urbana e rural, indicando que a língua guarani tem uma predominância sobre a castelhana, mesmo nas regiões urbanas, como aponta a Tabela 1, oriunda de trabalhos publicados pelo Gabinete de Planejamento, Estatística e Informação do MEC, 1999.

Língua falada em casa	Urbano	Rural
Apenas Guaraní	23,3%	72,7%
Apenas Castelhana	28,6%	12,1%
Castelhana e Guaraní	48,1%	15,2%

Tabela 1

Estes números são cruciais para a discussão e formulação de uma política de educação traçada com diferentes graus de bilinguismo, provavelmente subordinado ao contrário do que acontece nas áreas urbanas, indicando que esse tipo de bilinguismo, gravado neles, pode ser qualitativamente diferente, ou seja, um bilinguismo coordenado.

Os dados estatísticos apresentados, por si só, não permitem compreender a situação linguística do Paraguai, porém, é um denominador comum para caracterizar uma situação de diglossia (duas línguas) que é uma hierarquia de linguagens que coexistem. Assim, está o estatuto da língua guarani subordinado ao castelhana, o que lhe dá um menor prestígio na linguagem.

Em termos de poder e de solidariedade, o castelhana é a língua que aborda as áreas de gerenciamento de energia, educação, mídia, macroeconomia etc., e o

guarani à solidariedade no seio das famílias, emocional, as relações com os vizinhos, pequeno comércio etc., portanto, considerada a língua da identidade nacional e de coesão, embora, paradoxalmente, tenha uma avaliação que demonstre um prestígio para o avanço social.

A Comissão Nacional de Bilinguismo, através de documento publicado em 1996, afirma que “a pobreza é ideologizada no Paraguai como uma derivação de um compromisso linguístico, e mesmo ligado ao uso monolíngue em guarani e outras línguas indígenas” (CARE, 1996:477). Assim, podemos notar a existência de um reconhecimento explícito de desvalorização social do Guarani paraguaio concedida para o castelhano, isto é, consideram que esta língua não é um meio de progresso social ou econômico, resultando em atitudes negativas em relação à língua materna.

A Constituição Nacional paraguaia de 1992 formalizou uma equiparação da língua castelhana à guarani. No artigo 77, está previsto que o ensino “nas fases iniciais de escolaridade será realizado na língua materna oficial do aluno.” Da mesma forma, o aluno “será instruído no conhecimento e na utilização de ambas as línguas oficiais da República”. Ao concluir este artigo, o estatuto jurídico declara o ensino obrigatório das línguas oficiais no currículo de ensino em todos os níveis, primário, secundário e universitário.

No entanto, a realidade é muito diferente, como constatada no relatório da Comissão Nacional de Bilinguismo. De acordo com a Comissão, a educação do Paraguai sempre foi caracterizada por “condições ‘castelhanizantes’ de quase todo o currículo escolar.”

A Comissão de Bilinguismo denuncia ainda, a prática dos planos de ensino como “responsável pela privação de informações, conhecimentos” e, consequentemente, com prejuízos econômicos e culturais para grandes segmentos da população paraguaia, que na verdade é penalizada por não cumprir o castelhano, embora desprovida de recursos adequados ao bom uso em sua própria língua, e até mesmo a aquisição de uma segunda língua, o castelhano (CARE, 1996:489).

Esta reforma educacional, que entrou em vigor em 1994, incluía a implementação de uma educação bilíngue, aconselhada por um projeto de 1989, que formulava o “Programa de Manutenção da Educação Bilíngue”, respeitando a língua materna de crianças e de forma gradual, buscando a integração sistemática da segunda língua. Como objetivo principal, a coordenação do bilinguismo, ou seja, aplicar a mesma competência e habilidade de comunicação em guarani e castelhano.

Um segundo objetivo, tão importante quanto o primeiro, é a “preservação e valorização dos materiais e imateriais do patrimônio cultural e promoção de culturas

vivas, dando à cultura um papel de liderança no aprofundamento da democracia, o fortalecimento da comunidade nacional e a retomada do crescimento econômico” (MEC, 1999:55).

No entanto, em 1996, o Departamento de Currículo do MEC elaborou uma proposta para modificar o projeto de Educação Bilíngue, sendo que, desta vez, sem o parecer da Comissão Nacional de Bilinguismo, denunciando os Bilingual Education Task Force (CARE, 1996:501). Estas reformas tendem a subestimar o guarani, rebaixado na escola ao uso oral diário, e valorizando o ensino formal do castelhano como uma forma de sócio-integração cultural, como visto na explicação do perfil educacional da Escola de Educação Básica, que visa os paraguaios:

- Idioma guarani utilizado, sobretudo, na comunicação oral, com competências linguísticas adequadas às demandas de seu contexto cotidiano.
- Usar eficientemente o espanhol na comunicação oral e escrita, como um instrumento de sócio-integração cultural e incorporação de manifestações científicas e culturais.

De acordo com a Comissão Nacional de Bilinguismo, este novo modelo de educação bilíngue foi destinado exclusivamente à ‘castelhanização’. Dizemos isso, principalmente, embasados em uma comparação entre os percentuais de presença de guarani e castelhano nas salas de aula, onde observamos uma perda de 12% para o guarani, ao contrário do castelhano.

Aspectos como linguística, educação e pedagogia são muito criticados na educação bilíngue, apesar de alguns deles serem fundamentais para o modelo de ensino, como a modalidade guarani, que é ensinado nas escolas. Podemos observar uma forte interferência paraguaia guarani no castelhano, da mesma forma como o castelhano ao guarani, dada a situação de contato intenso da linguagem existente no Paraguai, desde os tempos da colônia.

Assim, o guarani falado pela população guarani ou ‘jopara’ (yopará), interferiu com o léxico e morfossintaxe do castelhano, considerada a escolha ideal para o ensino da linguagem formal, assim que tendem a ensinar uma variedade “guarani” puro. Dessa forma, uma das queixas mais comuns pode ser ouvida sobre esta questão, que é levar a criança a aprender através de listas de palavras para memorizar, como se estivesse ensinando uma segunda língua e não a sua língua materna.

Sobre este pensamento, muitos estudos se levantam contra este modelo de educação bilíngue, que muda toda uma concepção, de acordo com os especialistas mais críticos. Não há como se ensinar o guarani aos guaranis sem explorar o

cognitivo cultural e sócio-emocional da criança, mesmo no ambiente da família real, bilíngue ou monolíngue, mas que resultará em um fracasso escolar.

Ao afirmar sua identidade como nação, de fato os paraguaios são bilíngues. Mesmo assim, os setores de educação: governo, política e economia pertencem quase exclusivamente à regra, ao castelhano. No entanto, o guarani subestima atitudes negativas e continua tendo prioridade até o momento. Mesmo assim, parece que esta situação ainda terá um impacto imediato sobre a vitalidade da língua, apesar de não haver nenhuma definição a longo prazo.

Cientistas e ativistas sociais de diferentes domínios (educação, sociologia, antropologia, ciência política, economia) e de diversos países (Argentina, Brasil, Espanha, México, Paraguai e Portugal), liderados por grupo composto por nove centros de pesquisa pertencentes a universidades e Paulo Freire, apresentou uma proposta de formação de um Ibero-American Educational Policy Research para Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED), dentro do âmbito da Ibero-Americano de Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, em 2006.

Eles tinham a intenção de construir uma teoria analítica com a capacidade de identificar e analisar as políticas públicas de educação, há décadas ensinado por ambos os governos. Aprovados para financiamento durante um período de quatro anos, a rede somente iniciou seus trabalhos no início de 2007.

Pesquisas sobre os impactos da globalização com base nas políticas públicas em educação, particularmente nas áreas de inclusão e equidade nos países do espaço ibero-americano foram a tônica do projeto. Durante todo o levantamento das questões e experiências foram apresentadas um conjunto de conceitos teóricos utilizados para iluminar e projetar os processos históricos.

Constatou-se que mudanças recentes destes países provocaram um longo suspiro e alcance global, cujo impacto é difícil estimar. Mudanças estas sentidas nas diferentes formas de globalização, no conceito de globalização proposto e na globalização hegemônica e contra a hegemonia, no liberalismo, no estatismo e no corporativismo, na modernidade e na tradição, na modernidade e na hibridização, na utopia e no reformismo. Em suma, estas e outros desenvolvimentos foram mostrados e aplicados a casos específicos, verificando-se a diversificação de um mosaico e policromia que pode ser distinguida.

Após a avaliação das tensões decorrentes da desigualdade econômica e compromisso educativo nacional, regional e internacional, para a comum crítica e a construção coletiva do projeto trouxe eficácia da democratização, há muito esperada de conhecimentos entre as classes, povos e regiões.

As reflexões foram dedicadas à região próxima à Europa (Espanha e Portugal), formuladas através de um artigo em uma análise detalhada do que é chamado “processo de harmonização” para caracterizar os novos modos de regulação das políticas educativas na União Europeia. A revisão de processos de política educacional que a América Latina tem visto com uma visão profunda e com base abrangente, é recolhida em um ensaio poderoso que também fecha o arquivo.

A partir de uma análise empírica das palavras-chave e uma detalhada revisão de importantes marcos históricos que marcam pontos de inflexão políticas internacionais, nacionais de educação, os autores argumentam que ocorre no discurso dos responsáveis políticos uma natureza híbrida em que duas vertentes teóricas estão associadas à políticas conflitantes: “uma perspectiva de orientação construtivista crítica, que é acompanhado com um pedido de desculpas para a eficácia do educação, entendidas como necessárias para a produtividade econômica.”

Nesta construção social, o modelo global de modernização só ocorrerá se houver uma significativa recontextualização. Eles defendem a “Escola como produto de Sujeitos globais e locais”, um espaço público sob modelo “Gerido e de Experimentação Dialógica”.

Ao concluirmos a análise dos casos europeus, situamos “que os autores vêem a evolução no campo educacional, no contexto da construção da União Europeia, a sua finalidade, suas contradições e da preponderância crescente. Finalmente, o artigo explora os programas atuais e áreas de intervenção da educação na União Europeia, e referindo-se a alguns aspectos dos recentes acontecimentos na Europa, em particular, com influências educativas do Tratado de Lisboa.

Os autores afirmam que eventualmente coexistem tendências conflitantes que levam, por um lado, a centralização e reforço da ação da União Europeia na harmonização das políticas de educação e, simultaneamente, permanecem fortes tendências para a privatização e desregulamentação.

O impulso dos ideais modernos e o iluminismo trouxeram mais e melhor educação para todos os estratos sociais com pessoas de todas as idades e etnias, e as mulheres, bem como homens, mas com problemas de qualidade da educação, distribuição desigualdade de oportunidades educacionais, além da persistência do analfabetismo entre outras questões, também são feitos para mostrar que esses ideais estão longe de serem cumpridas.

Trazendo à discussão vastos e variados conceitos e análises, o autor adota uma perspectiva regional ampla para delinear os processos educativos na América Latina, marcada por uma “unidade na diversidade” do papel fundamental do Estado

como contraponto permanente. Os estudos concluem que a validade e valor do pensamento latino-americano de ensino de Paulo Freire-Sarmiento, apresentando também alguns dos principais desafios para o novo século, como é o risco do significado desse engajamento pela educação pública.

INCLUSÃO

Nos últimos anos, a produção científica e acadêmica nas áreas da educação tem contribuído com uma força política irreversível, para a inclusão de minorias, em busca de um novo modelo sociabilidade global. Estas novas práticas de teoria estão proporcionando um repensar das categorias básicas relacionadas com a formação do sujeito, com contribuições de propostas de construção de direitos sociais universais, entre os quais está a educação, até que um novo modelo de cidadania e, conseqüentemente, da democracia, em que estas políticas pretendem agir.

Distante de conotações interpretativas científicas dos processos de inclusão social e o impacto que ele tem sobre o político, jurídico e a educação nos países latino-americanos, o acordo ideológico existe a partir do momento que revela e questiona a imagem de um mundo homogêneo e integrado, desenvolvido em conjunto do processo concreto de fragmentação, desintegração e deslocamento político dos indivíduos e grupos que o acompanham.

A observação sobre a qual muitos educadores partiram, indicam que o sistema de políticas de educação universitária foi mais justa do que qualquer subdivisão política mais localizada e, portanto, sempre sucumbiu a esses, silenciando uma realidade na qual os modelos universais de políticas públicas de educação no Estado liberal foram erroneamente utilizados para ilustrar a extensão do impacto da transformação, a integração e homogeneização do bem-estar.

O desmembramento de tal ideologia, sem qualquer preocupação, persegue situações de pobreza, abandono e exclusão social gerado em cada país da região. Hoje, esta abordagem foi substituída por um contexto que reformula estas políticas autoritárias, sugerindo uma reflexão ética e política, na maioria das vezes, com base em novos modelos de inclusão, como um direito, um recurso e um bem público, também minorias subjetivada. Isso significa não apenas garantir o acesso de grupos educação das minorias, mas, principalmente, segurança jurídica e política que, com a inclusão desses grupos no ensino público, escolas e educadores em todos os níveis de acordos de produção, serão de construção, realização e promoção de novos conhecimentos.

Nos países latino-americanos, a exclusão social das minorias tem sido uma realidade bastante frequente. Particularmente no Brasil, a situação tem se tornado ainda mais evidente, como resultado de algumas características sociais e político-institucionais que favorecem o desenvolvimento de políticas uniformes, abstratas e universalistas, sem necessariamente oferecer mais resistências por parte dos grupos excluídos.

Estas características nos levam à formas de dominação tradicional, onde as organizações nos trazem as relações sociais baseadas em critérios de lealdade e de benefício pessoal, em detrimento de padrões racionais. Tudo isso tem resultado numa baixa expectativa de que os líderes defendem os interesses de todos, através da implementação de políticas públicas.

Importante para a compreensão desta situação foram as relações de escravidão registradas durante um longo período anterior e que favoreceu a distribuição de bens, instalações e direitos humanos em uma ordem hierárquica, onde os superiores tinham direitos como privilégios legais e políticos que não foram inferiores, equipando-os apenas com o cumprimento ou o consentimento para as relações que raça e poder definidas como iguais ou não na sociedade.

Da mesma forma, com os direitos liberais consagrados nas constituições republicanas em defesa da igualdade para todos, o país busca desenvolver uma economia cada vez mais expansionista e modernizado, na prática com a educação, dinheiro e as formas culturais dominantes, identificando formas de acessar esses direitos. Assim, podemos questionar: Como os negros conseguiram a liberdade formal, mas sem conseguir efetuar, no final do século passado, um exercício de cidadania mais significativo, quer econômico, político ou cultural?

O poder tomado pelos militares, gerando não apenas uma crise de instabilidade política e institucional na região, por meio do chamado “efeito dominó”, gerou também uma crise de legitimidade das políticas universalistas.

Assim, buscou-se neutralizar as doutrinas marxistas e que promoveu movimentos de mudança social em países como o Paraguai (1954), Brasil (1964), Peru (1968), Bolívia (1971), Uruguai (1973), Chile (1973) e Argentina (1976), resultando em um modelo anti-autoritário político e jurídico, chamado por Alfred Stephan de “profissionalismo militar”.

Sustentado por uma política de segurança nacional, os militares assumiram os valores democrático ocidental da “igualdade e liberdade”, com a legitimidade de forjar uma política nacional de desenvolvimento inclusivo promissor social, com base na ordem de supressão e demandas diferenciadas. Tudo isso chamou a atenção

para o problema da discriminação racial e da exclusão. Os negros passaram a observar problemas sociais que não tiveram muita importância na arena política institucional do país, mas pelo fato de suprimir qualquer alegação, passaram a sugerir uma luta comparada à luta pelos direitos civis no mesmo período, vivida pelos negros na sociedade norte americana.

Essa foi uma das principais características que ascenderam uma identidade comum em alguns países latino-americanos, impondo a cada uma dessas sociedades o encerramento de qualquer resistência à pseudo-uniformidade de pensamento, acreditando e agindo no que lhes foi imposta por políticas sociais, e mais Especificamente a educação.

Essas características, associadas às questões sociais relacionadas com as propriedades, a ausência de distribuição da riqueza, a falta de experiência democrática mais apropriada para as necessidades brasileiras, a importância dos valores sócio-jurídicos, as dificuldades jurídicas e políticas que inibissem o abuso do poder, a dificuldade de integração econômica com os países da América Latina e na presença de um militarismo persistente, acabou provocando a existência de grandes dificuldades internas para romper as elites políticas e econômicas que impediram a distribuição de bens, dos recursos públicos e dos direitos de uma forma mais igualitária.

Outro ponto importante foi a religião, que exigia a subordinação dos seguidores do dogma e rituais formais impostos pelo Estado e as autoridades da Igreja, que exigiam a humildade e adaptação humana para a realidade temporal em que viviam como símbolo obrigatório da profissão de fé. Isto certamente alimentou a idéia de que grande parte dos pobres era incompetente para resolver os seus problemas sociais e, portanto, não devesse resistir à ineficiência dessas políticas, mas contasse com aqueles que parecessem ter a solução para os problemas na mão.

Durante muitas décadas, esta solução foi baseada em políticas universais de cunho liberal e que prometeu a plena expansão da personalidade individual, embora, na prática, o desenvolvimento da personalidade mais talentosa e mais rica poderia ser superior à uma personalidade menos dotada e pobre (PALACIOS, 1999:238).

Entretanto, o surgimento de grupos de minoria dependia fortemente de instituições autônomas e com um poder autoritário, como foi o caso da própria Igreja Católica Libertária, que serviu de base e canal político para as demandas das Pastoris Negra, do Índio, da Mulher, do Menor, entre outras instituições jurídicas, como a Ordem dos Advogados do Brasil e que também canalizou as demandas dos grupos oprimidos para a formação de um Estado democrático.

O bom desempenho desses grupos coincidiu com o processo de abertura

democrática, quando essas exigências foram refletidas em direitos a partir da aprovação da Constituição de 1988, coincidindo também com o processo de globalização.

Assim como no Brasil, outros países latino-americanos chegaram a um esgotamento das expectativas de mudança democrática causados pelo desmantelamento dos países socialistas, já no final do século passado. Demandas políticas orientadas para a construção de um estado social de direito, onde o compromisso com a igualdade moral universal deveria estar necessariamente ligado a um compromisso com a igualdade política e econômica de cada indivíduo em sua existência concreta.

A democratização brasileira significou a moralidade do reconhecimento da igualdade de todos os indivíduos, podendo ser transformada em uma base teórica da igualdade na prática, pois eles reconheciam política e juridicamente, a diversidade cultural representada por vários grupos de minoria. No entanto, tal reconhecimento implicaria necessariamente na substituição de políticas por critérios de universalização, direcionado para o reconhecimento da diferenciação e da desigualdade desses grupos.

Com isso, a educação superior passou a ser identificada mais como um bem social que individual, concebendo uma definição mais ampla do que o próprio direito a designava. Assim, antes de ser tratada como um bem elitizado, protegido apenas pelo critério de mérito, ela deve ser protegida, sobre tudo, como uma realidade social. Consequentemente, essa proteção se amplia a outros direitos fundamentais, aliados à igualdade de condições e à capacidade de cada um, conforme estabelece o Artigo 208, parágrafo 5, entre os componentes do núcleo de orientação constitucional para as políticas educativas, em cumprimento à justiça social e aos interesses públicos.

Embasadas neste contexto, 16 universidades públicas, estaduais e federais, passaram a programar políticas de ação afirmativa para a inclusão das minorias, e entre elas, os afro-brasileiros. Certamente, isto se trata de uma nova etapa da política educativa do Brasil e que revela apenas um começo do que é possível. Para isso, é preciso crer que o bem e o novo são sempre executáveis na prática social humana, e que qualquer programa de inclusão, seja cultural ou político material, devem começar com um 'mea culpa' de que a história das minorias sempre negou oficialmente.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CONSELHO CONSULTIVO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO (CARE). Avanços na reforma educacional. Perspectivas, estratégias e políticas de educação no Paraguai. Assunção: MEC, 1996.

MEC. Evolução dos indicadores do sistema educativo. Assunção: Dept. Setor de Análise e Estudos, 1999.

PALACIOS, A. Introdução à língua e cultura guarani. Valência: IVALCA, 1999.

Gêneros Textuais em Ambientes mediados por Tecnologia Virtual: Características dos BLOGs E VIDEOBLOGs

César Bechara¹

Eduardo Barbuio²

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da crescente variedade de gêneros textuais que têm emergido nos últimos anos no universo da web 2.0., caracterizando em particular os gêneros blogs e videoblog com base nos pressupostos teóricos de Bakhtin (2000) e Marcuschi (2005).

PALAVRAS-CHAVE

blog; gêneros textuais; videoblog; web 2.0

1. A Rede Mundial de Computadores

A Internet, rede de computadores conectados por roteadores sem uma central única e por alguns controladores de protocolos de linguagens específicas para comunicação entre computadores, é a responsável pela difusão de e-mails, chats e pela rede Web. Essa rede tem por objetivo oferecer a seus usuários conectividade com o mundo virtual e navegabilidade. Com serviços cada vez mais interativos, a web dispõe de ferramentas capazes de formar comunidades sociais, interpolar in-

AUTORES

1 Formado em Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) pela Unilago, Especialista em Comunicação Social pela Unilago e Mestrando em Comunicação pela UNIMAR. Cordenador dos Cursos de Comunicação Social da AEMS.

2 Formado em Letras pela FEF, especialista em Educação pela UFAL e mestre em Linguística pela UNIFRAN. Professor dos cursos de Secretariado Executivo, TADS e Comunicação Social da AEMS.

formações de dentro e de fora da rede e, ainda, disseminar informações através de sites e portais de notícias, como é o caso do portal UOL – Universo Online – um dos maiores portais brasileiros de acesso a internet.

Um dos diferenciais do Portal UOL de Acesso à Internet, logo depois do seu surgimento, era a quantidade de informações veiculadas, informações estas que não eram produzidas exclusivamente pelo portal, mas também por sites que o usavam como página principal, citando como exemplo, a página virtual do jornal Folha de São Paulo. Como o maior parceiro em contribuições de informações para o início das atividades do UOL em 1996 no país, a Folha convergiu todo seu conteúdo impresso para o meio digital e o ‘pendurou’ no portal de notícias.

Colunistas já presentes nos jornais impressos de todo o país foram convidados a também publicar seus textos no meio digital em seus blogs pessoais, fazendo com que a blogosfera¹ se tornasse uma realidade no país. Os weblogs, mais conhecidos por sua forma abreviada blogs, são definidos por Costa (2008, p. 44):

como jornal/diário digital/eletrônico pessoal publicado na Web, normalmente com toque informal, atualizado com frequência e direcionado ao público em geral. Blogs geralmente trazem a personalidade do autor, seus interesses, gostos, opiniões e um relato de suas atividades (...) Muitas vezes, trata-se de uma natureza semiótica, já que o “bloguista/blogueiro” pode inserir imagens, fotos (fotoblog), sons, além de poder fazer uma atualização constante. A interatividade com o leitor é uma característica básica.

Segundo Marchuschi (2005, p. 61), “resumidamente, os blogs funcionam como um diário pessoal na ordem cronológica com anotações diárias ou em tempos regulares que permanecem acessíveis a qualquer um da rede”.

Antes de tecermos maiores considerações sobre os blogs e gêneros a partir dele derivados é bastante importante efetuarmos explicações teóricas sobre o conceito de gêneros discursivos.

2. A Evolução dos Gêneros em Ambientes Virtuais

Embora o conceito de gênero seja, atualmente, bastante variado, vamos adotar aqui o enfoque de gênero discursivo de Bakhtin (2000). De acordo com Bakhtin, todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua e se reali-

1 Rede composta por todos os blogs da web.

zam por enunciados, sejam estes orais ou escritos, e se efetivam através de variados gêneros. Logo, é impossível não se comunicar verbalmente por meio de um desses gêneros.

Para Bakhtin (2000, p. 279), os gêneros são textos “relativamente estáveis” com relação a seus aspectos composicionais e estilísticos, situados social e historicamente. O autor apresenta também uma distinção entre gênero primário, estes mais simples, e gênero secundário, estes apresentando maior complexidade. Carmelino (2006, p.14) declara que:

os gêneros primários são constituídos por aqueles de vida cotidiana (em situação de comunicação espontânea), mantendo uma relação imediata com as situações nas quais são produzidos. Os gêneros secundários aparecem nas circunstâncias de uma troca cultural (principalmente escrita) – artística, científica, sociopolítica – mais complexa e relativamente mais evoluída

Segundo Machado (2005, p. 152),

é possível considerar as formações discursivas do amplo campo da comunicação mediada, seja aquela processada pelos meios de comunicação de massas ou das modernas mídias digitais, sobre o qual, evidentemente, Bahktin nada disse, mas para a qual suas formulações convergem.

Percebemos assim que a teoria dos gêneros de Bakhtin se mostra bastante atual e é enorme a quantidade de gêneros emergentes que podemos encontrar na internet nos dias atuais.

Para Costa (2008, p. 44).

muitos pesquisadores de textos produzidos na internet apontam, por exemplo, o nascimento de alguns gêneros que, embora tenham semelhança com gêneros já existentes, não são os mesmos, devido às novas finalidades discursivas que remetem a novas práticas sociais

Pode-se afirmar que, em tempos de novas e velozes tecnologias digitais e cada vez mais complexos ambientes virtuais, “os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros

ambientes, tanto na oralidade quanto na escrita. Contudo, sequer se consolidaram esses gêneros eletrônicos já provocam polêmicas quanto à sua natureza e proporção de seu impacto na linguagem e na vida social. Isso porque os ambientes virtuais são extremamente versáteis e hoje competem, em importância entre as atividades comunicativas, ao lado do papel e do som” (MARCUSCHI, 2005, p. 13).

Veremos abaixo uma tabela com alguns gêneros emergentes em ambientes virtuais desenvolvidos a partir de gêneros já existentes e que se dão por meio da chamada Comunicação Mediada por Computador (CMC) ou comunicação eletrônica. As interações nesses novos gêneros se dão entre indivíduos reais, mas acontecem por meios virtuais.

Gêneros emergentes na mídia virtual e suas contrapartes em gêneros pré-existentis (cf. MARCUSCHI, 2005, p.33)

Gêneros Emergentes	Gêneros já Existentes
e-mail	Carta pessoal / bilhete / correio
Chat em aberto	Conversas (em grupos abertos?)
Chat reservado	Conversas duais (casuais)
Chat ICQ (agendado)	Encontros pessoais (agendados?)
Chat em salas privadas	Conversações (fechadas?)
Entrevista com convidado	Entrevista com pessoa convidada
e-mail educacional (aula por e-mail)	Aulas por correspondência
Aula Chat (aulas virtuais)	Aulas presenciais
Vídeo-conferência interativa	Reunião de grupo/ conferência / debate
Lista de discussão	Circulares / séries de circulares
Endereço eletrônico	Endereço postal
Blog	Diário pessoal, anotações, agendas

3. Características dos gêneros Blog e Videoblog

Voltemos agora aos blogs, assunto já abordado antes de entrarmos nas discussões sobre gêneros.

os blogs surgiram em agosto de 1999 com a atualização do software Blogger (...) o software fora concebido como uma alternativa popular para publicação de textos on-line -, uma vez que a facilidade para a edição, atualização e manutenção dos tex-

tos em rede foram – e são – os principais atributos para o sucesso e a difusão dessa chamada ferramenta de auto-expressão. A ferramenta permite, ainda, a convivência de múltiplas semioses, a exemplo de textos escritos, de imagens (fotos, desenhos, animações) e de som (músicas, principalmente). Atualmente, a maior parte dos provedores não cobra taxa para hospedagem de um blog. (KOMESU, 2005, p. 03).

Percebemos que a facilidade para se manter um blog, se deve à não necessidade de se ter de dominar uma linguagem operacional e a gratuidade do serviço. Certamente, essas características tornam os blogs um gênero virtual tão atraente.

Segundo Ataídes (2006, p. 2), o criador do primeiro videoblog em meados do ano 2000 foi Adrian Miles², este chamado de VLOG. Daí a forma pela qual muitos videoblogs são chamados hoje em dia. O videoblog surgiu quando Miles teve a idéia de produzir vídeos com imagens feitas da janela de seu escritório e juntar a funcionalidade dos blogs coma potencialidade dos vídeos. Miles percebeu que poderia retratar tudo o que já postava em seu blog de uma maneira muito mais rápida e dinâmica que os textos escritos fazendo uso dos vídeos.

No ano de 2004, Adrian Miles, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo³, explica o novo ‘novo gênero’ por ele criado e comenta a origem do nome Vlog, aglutinação das palavras inglesas video, que tem sua significação homônima em português, e log que tem por sinônimo em português o registro de dados feitos em diários de bordo em embarcações e aeronaves. Ele comenta que estes “(...) seriam blogs com alguma forma de vídeo interativo”. Atentamos aqui para a questão da interatividade.

Considerações Finais

Partindo-se da premissa de blog, pode-se dizer que o videolog não é apenas um grupo de vídeos em formato de blog, ou ainda, uma reinvenção da televisão, mas trata-se de um dos novos gêneros surgidos da chamada comunicação mediada por computador, que traz em si gêneros pré-existentes (vídeos, diários pessoais, músicas, blogs, cartas, e-mails etc). Nesse sentido, poderíamos afirmar que muito do sucesso desse novo gênero deve-se ao fato de reunir em um só várias formas de expressão, o que lhe dá maleabilidade e simultaneidade e interfere diretamente na natureza dos recursos linguísticos.

1 Adrian Miles é professor e pesquisador na área de Hipermídia e Vídeo Interativo na RMIT University, Austrália.

2 Disponível em: [HTTP://www1.folha.uol.com.br/folha/informática/ult124u17527.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/informática/ult124u17527.shtml).

Referências

ATAÍDES, Igor Amim; RIBEIRO Paula Carolina; BOSSI, Thais Pimenta. Videoblog: Anotações iniciais a cerca do dispositivo. Anais do Intercon. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Universidade de Brasília, DF: UnB, 2006.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. 3. ed. In: BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 277-326.

CARMELINO, A. C. Reflexões acerca do gênero: diálogo entre metodologias de análise. In: NASCIMENTO, E. M. F. S.; OLIVEIRA, M. R. M.; LOUZADA, M. S. O (orgs.). Processos enunciativos em diferentes linguagens. Franca: Editora da UNIFRAN, 2006, v.1, p. 9-30.

COSTA, S.R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: autêntica, 2008.

KOMESU, Fabiana. Blogs e as práticas da escrita sobre si na internet. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio, XAVIER, Antônio Carlos. In: Hipertexto e gêneros Digitais: novas formas de produção do sentido. V.2 Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MACHADO, A.R. A perspectiva Interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTT-ROTH, D. Gêneros: teorias, métodos, debates, . São Paulo: Parábola, 2005, p. 237-259.

MARCUSCHI, L. A. (Org.) Hipertexto e gêneros digitais v. 2 Rio de Janeiro: Lucerna, 2005

MODELO MATEMÁTICO PARA OTIMIZAÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Mariellen Vital da SILVA¹

RESUMO

Neste trabalho, otimiza-se o funcionamento de uma fábrica desidratadora de forragens localizada na Espanha. Esta possui processos seqüenciados, secagem, produção de fardos de feno e produção de grãos, que para serem realizados consomem quantidades distintas de energia. Estabelecem-se então, os períodos de produção para cada processo, juntamente com a quantidade em toneladas a serem produzidas, sabendo que na Espanha a energia elétrica possui vinte e quatro preços, um para cada hora do dia. É proposto um modelo para a função objetivo, utilizando dados históricos de produção (Ton), consumo (kWh) e tempo (h), que retratará o funcionamento da empresa. Este modelo é obtido por meio de regressão linear múltipla e é implementado utilizando o software Lingo. Os resultados dessa implementação fornecerão as horas totais diárias que cada processo deverá ser realizado, juntamente com a quantidade de toneladas de pacotes de feno e grãos, e o custo diário da energia elétrica para realizar a produção.

PALAVRAS-CHAVE

Regressão Linear Simples, Regressão Linear Múltipla, Otimização, Custo de Energia, Programação Linear Inteira Mista

INTRODUÇÃO

Grande parte das plantas forrageiras é utilizada como alimentação animal e precisa ser preparada antes de ser consumida. Ela necessita passar pelo processo de secagem, pois quando não desidratada o suficiente, tem o risco de intoxicar os animais que a consomem, devido à ingestão de fungos patogênicos. Após a secagem ela pode ser armazenada na forma de fardos ou de grãos.

Analisou-se neste trabalho uma fábrica desidratadora de forragens localiza-

AUTORES

1 Mestre em Engenharia Elétrica pela UNESP de Ilha Solteira
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS

da na Espanha. Esta desidratadora possui três processos: secagem, empacotamento e granulação do feno. O processo de secagem é comum aos outros dois, empacotamento e granulação, sendo estes totalmente independentes, ou seja, se o processo de empacotar for realizado, o de granular não será.

Cada processo consome uma quantidade de energia elétrica diferente e são realizados separadamente. Considerando que na Espanha o preço da energia elétrica pode variar em cada hora do dia, busca-se um melhor desempenho, com menor custo de produção para esta fábrica, reduzindo o custo diário da energia.

A análise da redução do custo de energia elétrica será feita por meio da resolução de um problema de programação linear inteiro misto, buscando um modelo matemático que melhor retrate o funcionamento da fábrica, possibilitando a otimização do custo da energia elétrica para a produtividade. Para esse fim é proposto um modelo para a função objetivo, utilizando dados históricos da produção, consumo e tempo gasto, para descrever o funcionamento da fábrica. Este modelo é obtido usando regressão linear múltipla, o qual é implementado utilizando o software Lingo.

SISTEMA ELÉTRICO

Existem diferenças entre o sistema elétrico brasileiro e o sistema elétrico espanhol. Estas diferenças encontram-se na forma de distribuição, no preço da energia elétrica e na elaboração dos contratos para os consumidores.

O sistema tarifário de energia elétrica brasileiro é um conjunto de normas e regulamentos que tem por função estabelecer o custo da eletricidade para os diferentes tipos de consumidores.

O Governo Federal Brasileiro, através do decreto no 86463 de 13/10/1983, definiu a estrutura tarifária para a energia elétrica no país com base nos custos marginais do setor. Este processo foi iniciado em 1979, com o patrocínio do Banco Mundial e da assistência técnica da Electricité de France – EDF.

Há na estrutura tarifária, dois tipos básicos de faturamento:

- Monômia: faturamento sobre o consumo efetivo de energia (kWh);
- Binômia: além do faturamento sobre o consumo efetivo de energia, acrescenta-se um outro componente que remunera a capacidade colocada à disposição dos consumidores e incorpora preços diferenciados da energia, dependendo do horário de funcionamento e da época do ano (ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, 2000).

Há dois preços de energia elétrica por dia, um para o horário de ponta e

outro para o horário fora de ponta, e dois preços por ano, um para períodos secos e outro para períodos úmidos.

No sistema elétrico espanhol o modelo do setor de eletricidade compreende a existência de dois sistemas: sistema regulado e sistema liberalizado. No sistema regulado, os consumidores adquirem eletricidade dos distribuidores sob o regime de tarifas reguladas. As empresas de distribuição adquirem eletricidade no mercado grossista, sendo em seguida entregue na rede de distribuição através da rede de transporte. Os negócios de transporte e distribuição têm um caráter de atividades reguladas. No sistema liberalizado, os consumidores qualificados (com o direito para comprar eletricidade no mercado liberalizado) e os comercializadores, estabelecem bilateralmente as condições para a transação de eletricidade entre si.

As três grandes características do mercado de eletricidade Espanhol são:

- A existência de um mercado grossista;
- O fato de, desde Janeiro de 2003, todos os consumidores poder escolher o seu comercializador de eletricidade.
- A existência de vinte quatro preços para a energia elétrica, um para cada hora do dia.

FUNCIONAMENTO DA FÁBRICA

A indústria analisada localiza-se na Espanha, esta é uma desidratadora (secadora) de forragem que consta de três processos, para que se obtenha pacotes (fardos) ou grãos. O primeiro passo é o processo de secagem. Estando seca a forragem, os dois passos seguintes serão totalmente independentes e não poderão ocorrer simultaneamente. Estes passos consistem nos processos de empacotar e granular.

O processo de secagem possui uma potência total instalada de 259,48 kW. Isto não significa que esta potência seja constante. Para que este valor seja alcançado todos os motores devem estar em funcionamento com 100% da carga durante o processo e isso raramente acontece. O processo de secagem retira a água da planta forrageira, e em épocas mais úmidas do ano a forragem se encontra mais úmida, tendo que permanecer mais tempo na máquina para que essa umidade seja retirada, gastando assim mais energia, e em épocas mais secas, ela permanece menos tempo e o consumo gasto pela máquina é menor. Desse modo pode ser considerado uma média de 191,17kW para a realização deste processo

O processo de empacotar é iniciado após a secagem da forragem. Na

empacotadora a forragem recebe a forma definitiva de fardo. Esta possui uma potência total instalada de 56,34 kW, mas também não é uma potência constante.

O processo de granular é iniciado após a secagem. A potência instalada para o processo de granular é de 705,92 kW, esta é a maior potência da fábrica, é o processo que mais consome energia. É evidente que este gasto não é constante e que raramente este pico ocorrerá.

EQUAÇÕES DOS PROCESSOS DE EMPACOTAR E GRANULAR

Para obter as equações dos processos de empacotar e granular foi utilizado regressão linear múltipla, pois foi considerado duas variáveis independentes, produção (Ton) e tempo (h) e uma variável dependente, consumo (kWh). A forma geral da equação de regressão linear para dados da amostra é:

$$Z = a_0 + a_1X + a_2Y$$

Mediante a extensão do método dos mínimos quadrados, pode-se falar de um plano de mínimo quadrado de ajustamento dos dados. Se Z (kWh) está sendo avaliado a partir de valores atribuídos a X (Ton) e Y (h), ele é denominado plano de regressão de Z para X e Y. As equações normais, correspondentes ao plano de mínimo quadrado, são dadas por:

$$a_0n + a_1 \sum X + a_2 \sum Y = \sum Z$$

$$a_0 \sum Y + a_1 \sum Y^2 + a_2 \sum X = \sum XY$$

$$a_0 \sum X + a_1 \sum X^2 + a_2 \sum Y = \sum XY$$

Assim como há, em um diagrama de dispersão de duas dimensões, retas de regressão de mínimo quadrado que se ajusta a um conjunto de n pontos, assim também há, em um diagrama de dispersão tridimensional, planos de regressão de mínimo quadrado que se ajusta a um conjunto de n pontos. Dessa forma as equações dos processos de granular e empacotar são respectivamente:

$$Z = 3,94454067 X + 63,01159129 Y - 15,293439$$

$$Z = 19,6086533X + 298,6123795Y + 268,7493362$$

MODELAGEM DO FUNCIONAMENTO DA FÁBRICA

O processo de secagem sempre será realizado com um dos dois processos, empacotar ou granular, de acordo com as tabelas 5.1 e 5.2 apresentadas a seguir.

Tabela 1 - Corresponde ao processo de empacotar (secar mais empacotar).

PROCESSO DE EMPACOTAR	
SECAR	EMPACOTAR
191,17	$Z = 3,9445X + 63,011Y - 15,29$

Tabela 2 - Corresponde ao processo de granular (secar mais granular).

PROCESSO DE GRANULAR	
SECAR	GRANULAR
191,17	$Z = 19,6X + 298,6Y + 268,749$

Necessita-se que o tempo de funcionamento de cada processo corresponda a um intervalo de apenas uma hora, pois o objetivo é determinar em que hora do dia será produzido pacotes ou grãos, sabendo que o preço da energia elétrica da Espanha varia de hora em hora. Assim considera-se uma função em que o tempo não esteja variando. Por esse motivo a variável Y dos processos de granular e empacotar assumirá o valor um, referente a um intervalo de uma hora, logo:

Tabela 3 - Corresponde ao processo de empacotar (secar mais empacotar), durante uma hora.

PROCESSO DE EMPACOTAR	
SECAR	GRANULAR
191,17	$Y = 3,94X + 47,721$

Tabela 4 - Corresponde ao processo de granular (secar mais granular), durante uma hora.

PROCESSO DE GRANULAR	
SECAR	GRANULAR
191,17	$Y = 19,6X + 567,349$

Apresenta-se a seguir a função objetivo que modelará o funcionamento da fábrica, fornecendo o custo de energia (CE) da produção diária:

$$E = P_1 \cdot (191,7 + 3,9 x_{1arr} + 4,721b_{1arr}p_{1arr} + 9,6x_{2arr} + 567,349b_{2arr}p_{2arr}) + \sum_{h=2}^a P_h \cdot \left(191,7 + 3,9 x_{1h} + 4,721b_{1h} + 9,6x_{2h} + 567,349b_{2h} + 3,9 x_{1c,h} + 4,721b_{1c,h}p_{1c} + 9,6x_{2c,h} + 567,349b_{2c,h}p_{2c} \right)$$

A fábrica iniciará seu funcionamento com o processo de secar e logo em seguida realizará um dos dois passos, empacotar ($3,944x_{1arr} + 4,718b_{1arr}p_{1arr}$) ou granular ($9,608x_{2arr} + 567,361b_{2arr}p_{2arr}$). Esta escolha será feita de acordo com o preço da energia elétrica. Após a realização de um dos dois processos (granular ou empacotar), se o preço da energia elétrica for favorável, ela poderá trocar de passo, ou seja, se a fábrica iniciar sua produção com o processo de empacotar, ela poderá passar a produzir grãos após ter produzido os fardos de feno. Esta troca de processo só será realizada se o preço da energia for alterado.

Assim, o objetivo é fazer com que haja redução do custo da produção, escolhendo a hora adequada para a realização de cada processo.

Definem-se a seguir as variáveis de produção e as variáveis Booleanas que compõem a função objetivo.

P_{2MIN} - Variável referente à produção de pacotes, no momento em que a fábrica é inicializada.

P_{2MIN} - Variável referente à produção de grãos, no momento em que a fábrica é inicializada.

$b_{2c,h}$ - Variável referente ao processo de empacotar, no momento em que houve uma mudança de processo, ou seja, quando a fábrica estava produzindo grãos e passou a produzir pacotes.

$b_{2c,h}$ - Variável referente ao processo de granular, no momento em que houve uma mudança de processo, ou seja, quando a fábrica estava produzindo pacotes e passou a produzir grãos.

b_{2h} - Variável referente ao processo de empacotar, no momento em que a produção está normalizada, ou seja, não está em hora de inicialização da fábrica e não está em momento de troca de processo.

b_{2h} - Variável referente ao processo de granular, no momento em que a produção está normalizada, ou seja, não está em hora de inicialização da fábrica e não está

em momento de troca de processo.

P_{2MIN} - Esta variável assumirá apenas dois valores, zero ou um, ela servirá para anular o processo de empacotar se assumir o valor zero, mas se assumir o valor um, este processo será executado.

P_{2MIN} - Esta, da mesma forma, assumirá apenas dois valores, zero ou um, e servirá para anular o processo de granular se assumir o valor zero ou executará esse processo se assumir o valor um.

$b_{2c,h}$ - Esta assumirá valores zero ou um, para determinar se a fábrica passará ou não a produzir pacotes.

$b_{2c,h}$ - Esta assumirá valores zero ou um, para determinar se a fábrica passará ou não a produzir grãos.

b_{2h} - Assumirá os valores zero ou um, para determinar se ocorrerá produção em hora normalizada para o processo de empacotar

b_{2h} - Assumirá os valores zero ou um, para determinar a produção em hora normalizada para o processo de granular.

$p1arr = p2arr$ - Fator de redução da produção (empacotar e granular, respectivamente) com respeito a produção máxima horária durante a hora de início do processo. Seu valor é 0,35.

$p1c = p2c$ - Fator de redução da produção (empacotar e granular, respectivamente) com respeito a produção máxima horária durante a hora de mudança de processo. Seu valor é 0,75.

$Pr1$ - Preço da energia elétrica na primeira hora (Euro/kWh).

Prh - Preço da energia elétrica na hora "h" (Euro/kWh).

- Produção máxima horária para o processo de empacotar. Seu valor é 11 toneladas.

- Produção máxima horária para o processo de granular. Seu valor é 8 toneladas.

O problema apresenta as seguintes restrições:

Inicia-se a produção com apenas um dos processos:

$$b_{1arr} + b_{2arr} = 1$$

Neste momento tem-se:

$$b_{11} = b_{21} = 0 \quad \text{e} \quad b_{1c2} = b_{2c2} = 0$$

Na segunda hora de funcionamento da fábrica, o processo inicial continuará sendo realizado:

$$x_{2h} \geq x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2h} \quad \text{ou} \quad x_{2h} \geq x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2h}$$

Só haverá mudança de processo a partir da terceira hora de funcionamento da fábrica, neste caso:

$$b_{1c2} = b_{2c2} = 0$$

A restrição a seguir será considerada a partir da terceira hora de produção. Ela é fundamental, pois garante o bom desenvolvimento do processo.

$$b_{2c,h-1} + b_{2c,h} \leq 1 \qquad b_{2c,h-1} + b_{2c,h} \leq 1$$

$$b_{2h-1} + b_{2c,h} \leq 1 \qquad b_{2h-1} + b_{2c,h} \leq 1$$

As restrições seguintes são referentes a produção na primeira hora:

$$x_{2arr} \geq p_{2arr} x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2arr} \quad \text{e} \quad x_{2arr} \leq p_{2arr} x_{2MAX} b_{2arr}$$

$$x_{2arr} \geq p_{2arr} x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2arr} \quad \text{e} \quad x_{2arr} \leq p_{2arr} x_{2MAX} b_{2arr}$$

Restrições referente a produção em hora normal:

$$x_{2h} \geq x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2h} \quad \text{e} \quad x_{1h} \leq x_{1MAX} b_{1h}$$

$$x_{2h} \geq x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2h} \quad \text{e} \quad x_{2h} \leq x_{2MAX} b_{2h}$$

Restrições para a produção em hora de mudança de processo.

$$x_{2c,h} \geq p_{2c} x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2c,h} \quad \text{e} \quad x_{2c,h} \leq p_{2c} x_{2MAX} b_{2c,h}$$

$$x_{2c,h} \geq p_{2c} x_{2MAX} P_{2MIN} b_{2c,h} \quad \text{e} \quad x_{2c,h} \leq p_{2c} x_{2MAX} b_{2c,h}$$

As seguintes restrições garantem a produção dos dois produtos:

$$x_{1arr} + \sum_{h=2}^{24} x_{1h} + \sum_{h=3}^{24} x_{1c,h} = x_{1STOCK}$$

$$x_{2arr} + \sum_{h=2}^{24} x_{2h} + \sum_{h=3}^{24} x_{2c,h} = x_{2STOCK}$$

Sendo:

$P_{2MIN} = P_{2MIN}$ - Fator de redução da produção (empacotar e granular, respectivamente) em qualquer hora. Seu valor será 0,5.

x_{2STOCK} - Quantidade mínima de toneladas de pacotes para a produção diária. Seu valor será 78 toneladas para uma produção de 60%, 104 toneladas para 80%, e 130 para 100%;

x_{2STOCK} - Quantidade mínima de toneladas de grãos para a produção diária. Seu valor será 36 toneladas para uma produção de 60%, 48 toneladas para 80%, e 60 para 100%.

RESULTADOS

Os resultados da tabela 6.1 fornecem a quantidade de horas que a fábrica deve realizar cada processo, juntamente com a quantidade de toneladas por hora. Considerando que a fábrica estará utilizando 80% de sua capacidade de produção.

Tabela 5 – Resultados da implementação realizada no Lingo, utilizando 80% da capacidade da fábrica.

		O M E I F.J.	TARIFA F.J.	O M E L U.J.	TARIFA U.J.	O M E L F.S.	O M E L U.S.	TARIFA U.S.
HORAS DE PRODUÇÃO	PACOTES	13	8	15	17	13	17	17
	GRÃOS	3	0	6	6	3	6	6
	M. PACOTES	4	8	2	1	4	1	1
	M. GRÃOS	4	8	1	0	4	0	0
PRODUÇÃO EM TONELADA	PACOTES	83,375	51,425	91,625	99,875	83,375	97,35	99,875
	GRÃOS	24	0	42,8	48	24	48	48
	M. PACOTES	20,625	52,575	12,375	4,125	20,625	6,65	4,125
	M. GRÃOS	24	48	5,2	0	24	0	0
	PRODUÇÃO TOTAL	152	152	152	152	152	152	152
VALOR EM EURO	PREÇO MÉDIO	3,28	4,69	5,45	9,11	3,29	5,84	9,1
	CUSTO	30957,58	46806,46	45453,58	75239,5	31052,27	49716,06	75197,12

A figura 1 retrata o comportamento da fábrica em função do preço da energia elétrica, em vinte e quatro horas, para feriados do mês de janeiro com o fornecedor OMEL, utilizando 80% da capacidade total da fábrica. Para cada hora do dia, é determinado a quantidade de toneladas de pacotes ou de grãos que deverão ser produzidos.

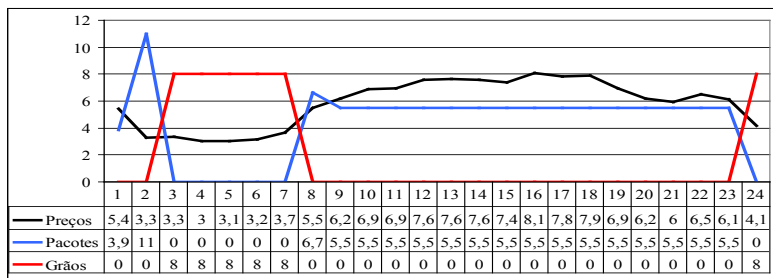


Figura 1 – Preço OMEL em feriados de janeiro para produção de 80%.

A figura 2 retrata o comportamento da fábrica em função do preço da energia elétrica, em vinte e quatro horas para dias úteis do mês de setembro com o fornecedor OMEL.

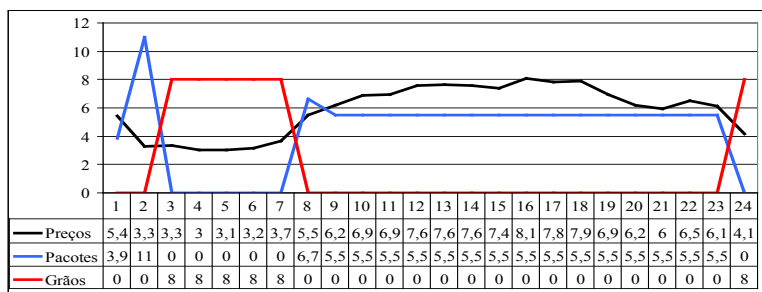


Figura 2 – Preço OMEL em dias úteis de setembro para produção de 80%.

A figura 3 retrata o comportamento da fábrica em função do preço da energia elétrica, em vinte e quatro horas para feriados do mês de setembro com o fornecedor OMEL.

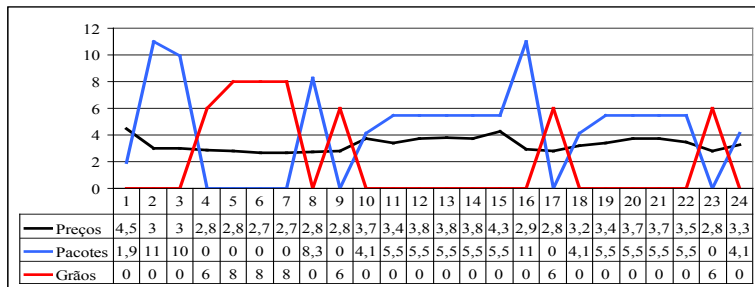


Figura 3 – Preço OMEL em feriados de setembro para produção de 80%.

CONCLUSÃO

A função obtida pelo método de regressão linear múltiplo foi implementada utilizando o software Lingo na versão 9.0, para resolver o problema de programação não-linear inteiro misto. Esta implementação teve como resultado os custos diários para a energia elétrica, juntamente com a quantidade de horas que os processos de empacotar e de granular devem ser realizados por dia, e sua ordem de realização. Para que a fábrica saiba como esta otimização se tornará possível, determinou-se também, a quantidade de toneladas para cada hora e processo.

Utilizou-se sete alternativas de preços para realizar os testes, considerando dias úteis e feriados do mês de janeiro (período de mais umidade) e dias úteis e feriados de setembro (período do ano com pouca umidade).

Como o processo de empacotar possui máquinas com um gasto de energia elétrica menor, foi necessário determinar a quantidade mínima de toneladas para cada produto, durante o período de um dia, para que o programa não se limitasse a produzir somente pacotes. Assim determinou-se que utilizando 80% da capacidade da fábrica deveria ser produzido 104 toneladas de pacotes de feno e 48 toneladas de grãos.

Com a análise gráfica realizada tornou-se possível observar como a variação dos preços da energia elétrica influencia na troca dos processos e na quantidade de toneladas de produção em cada hora, para que o preço da produção diária seja minimizado.

BIBLIOGRAFIA

- [1] BAZARAA, Mokhtar S.; JAVIS, John J.; SHERALI, Hanif D.. Programimg and Network Flows. New York, 1990.
- [2] BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A.. Estatística Básica. São Paulo, Atual Editora, 1987.
- [3] KAZMIER, Leonard J.. Estatística Aplicada a Economia e Administração. São Paulo, 1982.
- [4] LAZARO, Rubén A. Romero; ZULUAGA, Antônio H.escobar; RENDÓN, Ramón A. Galhego. Introducion a Otimizacion. Universidad Tecnológica de Pereira, 2003.

BLOGS: AS RELAÇÕES SOCIAIS PROVENIENTES DO AMBIENTE VIRTUAL AO DISCUTIR A IDENTIDADE

Maria Raquel da Cruz Duran¹

RESUMO

Pretendemos compreender neste artigo a importância da Internet como veículo de discussão de valores sociais e sua relação com o capital social, pois a formação da qualidade do relacionamento social baseada no diálogo de temas humanos explicita sua condição, em que as redes sociais podem ser formadas não apenas de afeto, temática obtusa no campo da não virtualidade. Neste sentido, propomos o estudo netnográfico das relações sociais entre indivíduos na (re) formulação da identidade presente em Weblogs, especificamente a idéia de felicidade, onde as dinâmicas de sociabilidade entre público e privado são re-significados e preservados numa perspectiva que opta por utilizar o meio eletrônico como um campo etnográfico.

PALAVRAS-CHAVE

Ciberespaço, weblogs, identidade, felicidade, netnografia

INTRODUÇÃO

Quando navegamos pela rede mundial de computadores sempre nos deparamos com páginas que transbordam sentimentos íntimos acerca das dificuldades vivenciadas pelas pessoas em seus relacionamentos com o mundo, com outras pessoas, consigo mesmas¹. Como um diário on-line, os Weblogs², apelidados de Blogs, representam algumas destas páginas pessoais na Internet. Nelas o ciberespaço é utilizado como mecanismo de interação entre indivíduos, que publicam histórias, idéias ou imagens, muito populares, sobretudo entre os jovens, haja vista a facilidade de

AUTORES

1 Graduada em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Mestranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/Paranaíba

seu manejo tecnológico, que dispensa conhecimentos aprofundados, por exemplo, de HTML.

Como páginas pessoais, os blogs trazem também características de seu autor (o blogueiro), na tentativa de personalização de tal website. Observa-se que no processo de ‘montagem’ do próprio blog está a presença de elementos identitários que seriam uma forma de figuração de quem é o blogueiro ou de como ele gostaria de ser visto, à procura de um reconhecimento de si no outro e vice versa.

Entende-se que o blog representaria, na sua forma e conteúdo, os contornos de uma nascente sociedade pós-moderna, que privilegia a ética da estética, ou seja, de ser apenas em relação ao outro, de reconhecer-se no outro a partir do compartilhamento de sentimentos, idéias e atitudes.

Sendo assim, o blog, na sua essência (diário virtual) teria tamanha repercussão na contemporaneidade em função de ser produto e (re) produtor de uma parcela de indivíduos que encontra na rede a possibilidade de se comunicar com o outro, de tocar o outro através de uma narrativa bem particular que pode variar desde a confecção de artigos, crônicas, até a exposição de fatos e histórias de interesses peculiares como poesia, fotografias e relatos autobiográficos. (ROCHA, 2003, p. 74).

Partícipes da “cultura Internet” (RECUERO, 2004), os blogs buscam uma apropriação individual do ciberespaço, que é, simultaneamente, coletiva. Essa apropriação, bem como a “cultura internet” acessada aqui por meio dos blogs compõe um novo tipo de mídia na sociedade contemporânea, tornando-se assim, um campo no qual a identidade dos indivíduos se apresenta, sendo uma fonte de conhecimento dos fatores que a compõem: seus valores, sentimentos, desejos e paixões, tanto para as ciências sociais quanto para outras áreas afins – como, por exemplo, a psicologia.

Este estudo justifica-se em seu objetivo principal, que é o de traçar um perfil das interações midiáticas e dos processos de produção de sentido da felicidade na blogosfera. Neste caminho, se procura demonstrar como a conceituação acerca da felicidade é estabelecida em blogs brasileiros, e de como a relação entre humanos mediada pelo computador agregam valores sociais, formando redes de relacionamento no ciberespaço. (RECUERO, 2008, p. 65). Supõe-se, ainda, que o conceito de felicidade é compartilhado e reproduzido como parte de uma racionalidade de contrários, hipótese que se pretende comprovar a partir da análise dos discursos de felicidade num rol dos cinquenta blogs mais visitados no Brasil - pois em língua materna, acredita-se que a análise dos fatores que envolvem o conceito de felicidade se aproximaria mais ao que tenciona demonstrar o blogueiro - selecionados a partir de sites de indexação de popularidade.

AS RELAÇÕES SOCIAIS: ASPECTOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

O ambiente de proximidade entre os aspectos individual e coletivo, proporcionado pelo chamado ciberespaço³, produz novos sentidos e novas identidades no mecanismo de comunicação cultural gerado pela atualidade. Estas inovações sensoriais e práticas são redefinidas dentro de categorias sociais, tais como coletivo e individual, desterritorializando-as e modificando-as. (RECUERO, 2004, p. 21).

Este espaço virtual, que desterritorializa as relações sociais, habita uma transnacionalidade, onde a 'abolição do espaço' é possível, podendo deslocar as pessoas para quaisquer pontos, lugares e caminhos, o que substituiria a experiência sensorial por uma comunicação abstrata, uma digitalização das experiências humanas "[...] onde o outro não é mais que informação, identidade sem corpo nem rosto". (LIPOVETSKY, 2007, p. 281-2).

Na comunidade virtual, a interação, o laço e o capital social utilizam um espaço virtual para seu florescimento, sendo que este espaço mostra-se mais democrático do que outros, pois para pertencer a ele necessita-se de elementos fluidos, tal como a constituição da individualidade. Assim, "a apropriação das ferramentas de Comunicação Mediada por Computador (CMC) é constantemente perpassada pela construção de si, tornando o ciberespaço reconhecível como um espaço individual". (RECUERO, 2008, p. 70).

Por conseguinte, como nos diz Tarcyane Santos (2005), o ciberespaço nos dá acesso à fabricação de um mundo. Propicia-nos uma riqueza de perspectivas suscitada pela imaginação de seus participantes e, inclusive, o desejado domínio do caos ou a simulação deste domínio. Portanto, observa-se no ciberespaço um duplo movimento: o de distinção do espaço físico – sendo que no espaço virtual poderíamos nos privar das possíveis dificuldades emocionais constituintes do espaço material, do 'caos' exterior e interior – e o de sua reafirmação, pois cria coletivamente novas experiências que repercutem no mundo real. (SANTOS, 2005, p. 8). Não obstante, para Silva, "A sociedade eletrônica simula a via do real e caracteriza-se pela inexistência do face a face, permitindo mais fôlego para que a sociedade possa investir na sua individualidade". (SILVA, M & SILVA, C, 2006, p. 5).

Este mundo virtual composto por um espaço de difusão novo e pelo compartilhamento de valores, experiências e visões de mundo apresentados com imensa intimidade a um leitor, na maioria das vezes desconhecido, re-significa a auto-expressão daqueles que individualmente não poderiam se expressar de outro modo que não em rede. (MACHADO, 2002). Nessa onda de auto-expressão e de construção

e exposição de uma (nova) identidade, os blogs ou ‘ciberdiários’, passam a ser espaços privilegiados para compreensão e (re) descrição contemporânea de um conceito abrangente e enraizado em nossas vidas: a felicidade.

A transformação promovida pelo ciberespaço nas sensações humanas colabora para a idéia de que é possível dispor do poder de controle sobre si próprio, prazer este que muitos chamam de felicidade. Esta é uma presumível explicação para o crescimento potencial que tem demonstrado a comunidade blogueira no mundo. Assim sendo, os blogs contribuem para a afirmação da individualidade e de uma nova noção de felicidade na medida em que afastam o contato material, senão pessoal, entre as pessoas. Mas, ao mesmo tempo, colocam valores individuais em constante apresentação pública, subentendendo-se aí à necessidade de diálogo.

A contrariedade na representação de si e do outro refletida na idéia de felicidade denota na produção blogueira uma dialética discursiva própria da modernidade⁴.

E não é só isso. Responder “eu não sou feliz” é desesperante, toda a minha vida aparece como um completo fracasso. Em compensação, dizer “eu sou feliz ou feliz o suficiente” é uma maneira de convencer-se de que, tudo bem pesado, minha vida, a despeito de tudo, tem coisas boas. Assim, deparamo-nos com uma espécie de método de auto-sugestão espontânea destinado a fazer frente aos efeitos depressivos de um julgamento-balanço negativo sobre si próprio. Os indivíduos se dizem felizes porque reconhecer o contrário não é “bom para o moral”. Na sociedade de hiperconsumo, os indivíduos não se protegem mais contra o mau-olhado alheio, mas contra seus próprios julgamentos negativos que, muito desvantajosos, lhes devolvem uma imagem penosa de si próprios. Trata-se, no essencial, de uma atitude que visa a conjurar o desencorajamento, a manter a confiança em si mesmo. (LIPOVETSKY, 2007, p.320).

À medida que atentamos para os discursos nos Weblogs – caracteristicamente fundamentados sob discursos de afirmação/negação do espaço físico –, percebemos a reprodução da “unidade dos contrários” inserida na idéia de identidade: de um lado uma perspectiva que afirma o ideal (busca da utopia e negação da realidade), de outro lado uma que afiança o real (favorecendo as idéias ascéticas, em prol da reunião de mais bens materiais ou imateriais, reproduzindo os mecanismos atuais de controle social como uma espécie de ‘melhoramento’ da realidade). Esse paradoxo é incomum em discursos propositados, de modo que, nos blogs, a liberdade de que seu autor dispõe, promove a apresentação de posturas contrárias acerca da identidade. Segundo Monteiro,

O devir do virtual é de natureza paradoxal, de acordo com Deleuze (1998) em seu paradoxo de sentido (contra o bom senso e o senso comum, os elementos da doxa) em que a simultaneidade torna impossível uma identificação, colocando a ênfase ora em um, ora em outro aspecto, não sendo possível, portanto, calcar-se na determinação da significação ou da identidade fixa dos referentes ontológicos (das classificações biblioteconômicas), porque o paradoxo do sentido está em repartir-se em espaço aberto, em vez do espaço fechado das propriedades e das classes, em que o bom senso reúne todos os sentidos. [...] A importância do paradoxo do sentido reside no fato de que, no ciberespaço, destrói o bom senso como sentido único, uma vez que é a indicação dos dois sentidos ao mesmo tempo, e destrói o senso comum como designação de identidades fixas. (MONTEIRO, 2006, p. 33).

Esta dubiedade entre o prazer e a realidade social está presente em toda a sociedade ocidental, como se nota na pesquisa de Lipovetsky (2007), em que é afiançada a felicidade da maioria dos franceses em seus dizeres, porém ao mesmo tempo, asseveram ser apenas uma minoria de seus compatriotas felizes⁵.

A partir do momento em que a tecnologia torna-se capaz de articular a vida cotidiana das pessoas, ela passa a integrar as relações entre elas. E, juntamente com isso, começa a participar também da formação da percepção humana sobre o mundo, seus laços sociais, sua cultura. Como nos explica Mário Albornoz:

El desarrollo tecnológico, tal como ocurrió antes con El telefono o El automóvil y ahora con Internet, constituye “sistemas tecnológicos” en los logros de la ciencia. Como consecuencia de este proceso numerosos científicos sociales comenzaron a interesarse por las relaciones entre a la ciencia, la tecnología y la sociedad (lo que hoy se conoce como el campo de los estudios CTS). (ALBORNOZ, 2007, p. 60)

A utilização do espaço virtual como forma de interação é figurativa das transformações modernas. A rede social - muitas vezes formada pela exposição da identidade, pela busca de associação com a comunidade virtual ou na junção delas, ou seja, uma forma híbrida de relacionamento com o ciberespaço - nos auxilia a pensar a apropriação deste espaço como elemento constituinte de uma redescoberta da

cultura, num mundo que se recria através da ciência e da tecnologia, indicando elementos da qualidade das conexões estabelecidas entre os atores para compreensão do conteúdo destes laços sociais que se formam (RECUERO, 2009, p.122).

Esta compreensão qualitativa das comunicações mediadas por computador pode ser constatada por meio das redes sociais formadas em torno das discussões acerca da felicidade registrados nos blogs da juventude brasileira. No universo simbólico da idéia de felicidade há uma mutação radical: o interesse pelo prazer efêmero e instantâneo é colocado em primeiro lugar ao invés de uma condição eterna de felicidade. Partindo-se da teoria de que na modernidade presenciamos uma super-racionalização do mundo humano e uma consequente desmistificação deste, ligada às teorias progressistas deste homem racional, encontramos um mundo virtual que expõe essas relações, nas quais “Nada é constante senão a inconstância” (KORANYI, 1959). Em tal perspectiva, podemos observar que “A modernidade é muitas vezes caracterizada em termos de consciência de descontinuidade do tempo: uma ruptura com a tradição, um sentimento de novidade, de vertigem diante do movimento que passa”. (FOUCAULT, 1978, p. 5).

O novo sentido do ‘eu’, em que “para ser inteiramente moderno é preciso ser antimoderno” (BERMAN, 2007), e do depósito desta formação recente, criam para os que vivem na modernidade, a sensação de que presenciamos cotidianamente situações ameaçadoras, sendo que a racionalidade excessiva do homem moderno constitui a ferramenta primordial para a construção do ‘eu’, do ‘nós’, do tempo, do espaço, das relações entre tais vetores e, simultaneamente da vivência do presente e do futuro, todos refletidos neste “pretérito”, que também foi a nossa racionalidade que construiu.

Não obstante, os blogs consultados abordam esta idéia dualista de luta e sofrimento mundanos como esforços exigidos à obtenção do prazer desejado e da elevação individual do espírito, consolidando a desvalorização do mundo e a valorização do indivíduo. Qual o papel da tecnologia no novo ambiente em que se dão as relações sociais? A (re) formulação de um conceito no contexto virtual é realizada da mesma forma que no contexto material? Podemos perceber continuidades e/ou rupturas na reprodução virtual de valores tradicionalmente fundamentados no âmbito social? Este projeto de estudo é uma tentativa de analisar, através do espaço virtual blogueiro, a reprodução desta contrariedade: a simultaneidade do reproduzir e do não-reproduzir relações sociais fundamentadas em valores sociais vigentes em nossa cultura, aqui caracterizadas como impulso vital do homem moderno.

Considerações finais

Sabemos que existem muitas formas de uso da internet por seus frequentadores, e que de acordo com cada fator ‘consumido’ há um tipo de comportamento socialmente construído por parte deste usuário, como que uma extensão da rotina social diária por vezes (DHAVAN V. SHAH ET AL, 2007, p. 147). Observaremos neste projeto aquele que utiliza a internet como um diário virtual, conforme colocamos acima, em todas as suas especificidades: seja por aspectos negativos ou positivos da interação social mediada por computador.

Entendemos que, em se tratando de um tema como a felicidade, de suas contrapartes, faces externas e internas, apareçam em diários virtuais de forma mais desenvolvida, sem interferência da figura de um entrevistador ou de um questionário. Yochai Benkler ressalta também esse aspecto quando se refere a maior transparência que a internet dá à cultura e àqueles que dela participam⁷. Para mais, encaramos os blogs como uma nova forma de linguagem e de comunicação essenciais no ambiente em que vivemos, onde a ciência e a tecnologia estão presentes em todos os tipos de atividades humanas, mesmo que de forma paradoxal.

Notas

1. A prática de escrita dos blogs, entretanto, coloca em evidência as mais diversas questões humanas para que elas sejam lidas e discutidas pelo Outro. Não importa que outras pessoas reconheçam a depressão ou a falta de perspectiva na carreira profissional; o importante é que as histórias circulem e ocupem o espaço da rede”. (KOMESU, 2004, p.115).

2. Segundo Blood (2000), Weblogs vem da junção de web (rede) com logs (registros). Os Weblogs ou registros de (ou na) rede foram criados pelo editor do site robot wisdom weblog, John Barger, em dezembro de 1997.

3. Por ciberespaço entendemos a extensão virtual da realidade, onde os produtos imateriais e simbólicos da experiência humana passam a se converter em pixels (contração de picture element) na tela do computador, com este passando a ser uma espécie de extensão da experiência humana”. (MACHADO, 2002, p.2).

4. As novas tecnologias (a propósito da nossa visão maquínica nos estudos sobre as formas simbólicas), antes de instaurar uma crise de representação, refletem o momento em que há o crescimento de complexidade na cognição, nas linguagens, na produção e organização do conhecimento. (MONTEIRO: 2006, p. 32).

5. Como se sabe, em numerosas pesquisas realizadas com europeus, estes se dizem maciçamente felizes (90%). [...] Mas, ao mesmo tempo, apenas uma minoria pensa que seus compatriotas são realmente felizes. À pergunta: “Você tem a impressão de que a maioria das pessoas, neste país, está satisfeita com a vida que leva?”, 70% dos franceses respondem que os outros não estão satisfeitos, enquanto 64% declaram que eles próprios estão satisfeitos; 79% pensam que os outros sofrem de estresse, mas só 45% dizem sofrer dele pessoalmente. (LIPOVETSKY, 2007, p.318-9).

6. O indivíduo ao olhar para si próprio e apresentar-se procura, no entanto, ser olhado por outros. Muitas pessoas encontraram nos blogs um espaço de libertação e uma forma de tornar pública uma individualidade, algo privado e pessoal”. (RODRIGUES, 2007, p. 14)

7. I argue that cultural production in the form of the networked information economy offers individuals a greater participatory role in making the culture they occupy, and makes this culture more transparent to its inhabitants. (BENKLER, 2006, p. 165).

Referências

AGUIAR, Kátia Fonseca. Blog-jornalismo: interatividade e construção coletiva da informação. Retirado do site: <www.bocc.ubi.pt> , Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, 2006.

ALBORNOZ, Mario. Los problemas de La ciência y el poder. Centro de Estudios sobre Ciencia, Desarrollo y Educación Superior – REDES, Argentina. Revista CTS, nº 8, vol.3 Abril de 2007 (pág. 47-65).

AMARAL, A; NATAL, G; & VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. In: FAMECOS/ PUCRS, Comunicação Cibernética. Nº 20. Porto Alegre: 12/2008.

BENKLER, Yochai. The Wealth of Networks: How social production transforms markets and freedom. Yale University Press: 2006. Versão Digital disponível em: <<http://www.congo-education.net/wealth-of-networks>>. Acesso em: 31/03/2008.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Tradução de Carlos Felipe Moisés,

Ana Maria L. Ioriatti.

BLOOD, R. Weblogs: a history and perspective. Disponível em: <http://www.rebeccablood.net/essays/weblogs_history.html>. Acesso em 20/01/08.

DEMO, P. Dialética da Felicidade: um olhar sociológico pós-moderno. Petrópolis: Vozes, 2001. v.1.

DHAVANV, Shah; KWAK, Nojin; HOLBERT, R. Lance. "Connecting" and "Disconnecting" with Civic Life: patterns of Internet Use and the production of Social Capital. Open University Library: 2007. Taylor & Francis. DOI: 10.1080/105846001750322952. (<<http://dx.doi.org/10.1080/105846001750322952>>)

FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. Leituras Filosóficas. (3ª edição). São Paulo: Edições Loyola; 1996. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.

FREUD, Sigmund. O mal da civilização. Rio de Janeiro: Imago editora, 1969. (trad. José Octávio de Aguiar Abreu).

GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2002.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 4ª edição.

KOMESU, F. Blogs e as práticas de escrita sobre si na internet. In: Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido. (Organizado por Luiz Antônio Marcuschi e Antônio Carlos Xavier). Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 110-119. Acessado em 11/06/2008.

KORANYI, H. O pensamento de Immanuel Kant. Tradução e seleção de Hans Koranyi. São Paulo: Íris, 1959.

LESSIG, L. Cultura Livre. (Tradução de Fábio Emilio Costa). Versão digital disponível em: < <http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/softwarelivre/document/?view=144> >. Acesso em: 6/04/2008.

LIPOVETSKY, G. A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiper-consumo. (Tradução de Maria Lúcia Machado). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACHADO, J. A. S. Cyberespaço e Esfera Tecno-social: uma reflexão sobre as Relações Humanas Mediadas por Computadores. Congresso on line do Observatório para a Cibersociedade, 2002. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=44>>. Acessado em 28/05/2008.

MARCUSE, H. Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MONTEIRO, S. O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas. Brasília: Ci. Inf; vol. 35, n.1, p. 31-38, jan./abr.2006. Acessado em 11/06/2008.

PAZ, F. M. (organizador). Utopia e Modernidade. Curitiba: Editora da UFPR; 1994.

RECUERO, R. da C. Comunidades em redes sociais na internet: um estudo de caso dos fotologs brasileiros. Liinc em Revista, vol.4, n 1. Rio de Janeiro: março de 2008. (pág. 63-83) (<http://www.ibict.br/liinc>)

RECUERO, R. da C. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 38, abril de 2009, quadrimestral.

RECUERO, R. da C. Elementos para a análise da conversação na comunicação mediada pelo computador. Revista Verso e Reverso, UNISINOS, RS: 2008. DOI: 10/4013/ver.20083.01. (<<http://www.versoereverso.unisinos.br>>)

RECUERO, R. da C. Webrings: as redes de sociabilidade e os Weblogs. Porto Alegre: Revista FAMECOS/ PUCRS: sessões do imaginário, cinema, cibercultura, tecnologias da imagem, n.11, 2004. Acessado em 11/06/2008.

ROCHA, P. J. Blogs: sentimentos em rede compartilhados na pós-modernidade. Porto Alegre: Revista FAMECOS/ PUCRS: mídia, cultura e tecnologia, vol.I, n.22, 2005. Acessado em 11/06/2008.

RODRIGUES, C. Blogs: uma ágora na net. Retirado do site: www.labcom.ubi.pt/agoranet. Universidade da Beira Interior.

SAHLINS, M. A tristeza da doçura: ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental. In: _____. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004c.

SAHLINS, M. Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do 'sistema mundial'. In: _____. Cultura na Prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004b.

SAHLINS, M. Esperando Foucault, ainda. São Paulo: Cosac & Naify, 2004a.

SANTOS, T. C. O Ciberespaço: Dimensão antropológica das sociedades de controle. Revista TEXTOS de la CiberSociedad: 2005, vol. 6. Temática variada – ISSN 1577-3760. Disponível em: <http://www.cibersociedad.net>. Acessado em 28/05/2008.

SCHMWARZMAN, Simon. A redescoberta da cultura. Os paradoxos da Ciência e da Tecnologia. In: A Redescoberta da Cultura, São Paulo, EDUSP, 1997.

SENNETT, R. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, C. A. F. da; SILVA, M. T. C. da. A dimensão Sociespacial do Ciberespaço: uma nota. Rio de Janeiro: Projeto Tamandaré (UFF - Universidade Federal Fluminense), 2006. Disponível em: <http://www.tamandare.g12.br/indexciber.htm>. Acessado em 28/05/2008.

WELLMAN, Barry; QUAN HAASE, Anabel; WITTE, James & HAMPTON, Keith. Does the internet increase, decrease or supplement social capital? Social Networks, Participation and Community Commitment. American Behavioral Scientist: 2001; 45; 436. DOI: 10.1177/00027640121957286. (<<http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/45/3/436>>).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NESTA REVISTA

A revista conexão da AEMS é uma publicação anual de artigos científicos produzidos por professores e alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), Educação Física (Bacharelado e Licenciatura), Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Pedagogia (Licenciatura), Psicologia, Secretariado Executivo, Serviço Social, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão Financeira, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Processos Químicos, Tecnologia em Papel e Celulose, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Radiologia, Tecnologia em Produção Sucroalcooleira e Turismo, das Faculdades Integradas de Três Lagoas, MS. Tem por objetivo a disseminação do conhecimento e o estímulo à pesquisa e produção científica, de modo a contribuir para o desenvolvimento regional.

Os interessados em publicar os seus artigos neste periódico deverão elaborar um texto entre 08 e 12 páginas, respeitada a seguinte formatação:

- a) formato A 5;
- b) margens: superior 2,5cm; inferior 1,5cm; esquerda 2cm, e direita 1cm;
- c) fonte Arial;
- d) corpo 10;
- e) espaçamento normal, ou seja, 1,5.

O texto do artigo deverá seguir a seguinte estrutura: título centralizado e nome(s) do(s) autor(es) alinhados à direita, com os seus principais títulos acadêmicos. O resumo poderá ter um máximo de 15 linhas e as palavras-chave, de três a seis vocábulos. A seguir, deve constar a introdução, o desenvolvimento do conteúdo e as conclusões. Ao final, eventuais notas e as referências, conforme as normas atuais da ABNT. As notas devem constar após as conclusões e antes das referências, ou seja, as citações não deverão ser registradas em rodapé.

Satisfeitas estas exigências, os artigos poderão ser encaminhados à respectiva Coordenação do Curso, em texto impresso e em mensagem eletrônica, para a avaliação do Conselho Editorial. Na mensagem o autor do artigo deverá autorizar a publicação de seu texto, de acordo com a linha editorial das Faculdades Integradas de Três Lagoas. Serão preferidos os trabalhos sobre temas atuais, inéditos e relacionados aos problemas regionais, conforme a ordem cronológica de apresentação.

aems

FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS

www.aems.com.br / aems@aems.com.br
Av. Ponta Porã, 2750 - Distr. Industrial - CEP 79610-320
Três Lagoas - MS - Brasil
Fone 67 2105 60 60